2013

Formulário de Referência

Itaú Unibanco Holding S.A.

Itaú Unibanco Holding S.A.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Data-Base: 31.12.2013

(conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009 "Instrução CVM 480")

Identificação	Itaú Unibanco Holding S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.872.504/0001-23, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.3.0001023-0, registrada como companhia aberta perante à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 19348 ("Banco" ou "Emissor").
Sede	A sede social do Emissor está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902
Diretoria de Relações com Investidores	A área de Relações com Investidores do Banco está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Conceição – 9º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Marcelo Kopel. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é (0xx11) 2794-3547, o fax é (0xx11) 2794-3933 e o e-mail é relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br
Auditores Independentes da Companhia	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para os exercícios encerrados em 31/12/2013, 31/12/2012 e 31/12/2011
Agente Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A.
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos acionistas do Emissor é realizado nas agências do Itaú Unibanco S.A., cuja sede está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902
Jornais nos quais a Companhia divulga Informações	Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico
Site na Internet	http://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores. As informações constantes da página na rede mundial de computadores (*website* na Internet) da Companhia não são partes integrantes deste Formulário de Referência
Data da última atualização deste Formulário de Referência	11/05/2015 (originalmente apresentado em 23/05/2014)

Histórico de reapresentações

Versão	Motivos da reapresentação	Data de atualização
V2	Atualização dos itens 12.1, 12.6/12.8, 12.7 e 12.12	06/06/2014
V3	Atualização dos itens 15.1, 15.2, 15.3, 15.7, 19.3 e 19.4	24/06/2014
V4	Atualização dos itens 6.5 e 10.3	16/07/2014
V5	Atualização dos itens 12.1, 12.6/12.8 e 12.12.	11/08/2014
V6	Atualização do item 19.1.	08/12/2014
V7	Atualização do item 12.1, 12.6/12.8 e 12.12	11/02/2015
V8	Atualização do item 12.1, 12.6/12.8 e 12.12	23/02/2015
V9	Atualização do item 1, 12.1, 12.6/12.8, 12.7, 12.9 e 21.1	09/03/2015
V10	Atualização do item 12.1,12.6,12.7,12.8,12.9 e 12.12	07/04/2015
V11	Atualização do item 12.1, 12.6/12.8 e 12.12	23/04/2015
V12	Atualização do item 12.1, 12.6/12.8, 12.7, 12.9, 12.10, 12.12, 17.1, 17.2, 17.3 e 17.5.	11/05/2015

ÍNDICE

ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO	**4**
ITEM 2. AUDITORES	**5**
ITEM 3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS	**8**
ITEM 4. FATORES DE RISCO	**12**
ITEM 5. RISCOS DE MERCADO	**38**
ITEM 6. HISTÓRICO DO EMISSOR	**59**
ITEM 7. ATIVIDADES DO EMISSOR	**71**
ITEM 8. GRUPO ECONÔMICO	**132**
ITEM 9. ATIVOS RELEVANTES	**135**
ITEM 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES	**151**
ITEM 11. PROJEÇÕES	**192**
ITEM 12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO	**193**
ITEM 13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	**222**
ITEM 14. RECURSOS HUMANOS	**243**
ITEM 15. CONTROLE	**248**
ITEM 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	**276**
ITEM 17. CAPITAL SOCIAL	**280**
ITEM 18. VALORES MOBILIÁRIOS	**286**
ITEM 19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA	**315**
ITEM 20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	**319**
ITEM 21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	**321**
ITEM 22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS	**323**
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480)	**324**

ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO	
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Cargo do responsável**
Roberto Egydio Setubal	Diretor Presidente
Marcelo Kopel	Diretor de Relações com Investidores
Os diretores acima qualificados declaram que:	
a. reviram o formulário de referência;	
b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;	
c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.	

ITEM 2 - AUDITORES

Itens - 2.1 e 2.2 - Auditores

	2013		2012	2011
Possui auditor?	SIM		SIM	SIM
Código CVM do auditor	2879		2879	2879
Tipo do auditor				
Nome/Razão social do auditor	Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes		Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes	Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ do auditor	61.562.112/0001-20		61.562.112/0001-20	61.562.112/0001-20
Data inicial da contratação do serviço	01/01/2013		01/01/2012	01/01/2011
Data final da contratação do serviço			31/12/2012	31/12/2011
		R$/Mil		
Descrição dos serviços contratados	1. Contratos de auditoria das demonstrações financeiras, emissão de relatórios exigidos por órgãos reguladores e emissão de *comfort letters* ;	39.166	1. Contratos de auditoria das demonstrações financeiras, emissão de relatórios exigidos por órgãos reguladores e emissão de *comfort letters;*	1. Contratos de auditoria das demonstrações financeiras, emissão de relatórios exigidos por órgãos reguladores e emissão de *comfort letters;*
	2. Contratos para prestação de serviços de assegurações, auditorias específicas para atendimento à autoridades governamentais, fornecedores, clientes e *Due Dilligence;*	6.773	2. Contratos para prestação de serviços de assegurações, auditorias específicas para atendimento à autoridades governamentais, fornecedores, clientes e *Due Dilligence.*	2. Contratos de prestação de serviços para preparação de relatórios para autoridades governamentais, fornecedores, clientes e prestação de serviços de *Due Dilligence* ;
	3. Contratos de prestação de serviços de revisão dos aspectos relacionados ao Programa de Continuidade de Negócios;	105	3. Contratos de prestação de serviços de análise de vulnerabilidade e testes de intrusão de aplicações do perímetro internet e de revisão dos aspectos relacionados ao Programa de Continuidade de Negócios;	3. Contratos de prestação de serviços de assessoria e acompanhamento da legislação tributária nacional e estrangeira;
	4. Outros serviços relacionados para aquisição de materiais técnicos.	49	4. Contratos de prestação de serviços de consultoria para abertura de uma subsidiária no exterior e mapeamento e identificação de oportunidades do mercado de *Prime Services* ;	4. Contratos para prestação de serviços relacionados à asseguração limitada dos dados do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa;
			5. Contrato de prestação de serviços de assessoria tributária;	5. Outros serviços relacionados para aquisição de materiais técnicos, treinamentos e contrato de consultoria para obtenção da certificação GIPS (Global Investment Performance Standards);
			6. Outros serviços relacionados para aquisição de materiais técnicos e treinamentos.	6. Contrato de prestação de serviços de revisão dos aspectos relacionados ao Programa de Continuidade de Negócios.

	2013	2012	2011
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31.12.2013 corresponde ao montante de R$ 46.093 mil que englobam os valores referentes aos serviços de auditoria R$ 45.939 mil e outros serviços R$ 154 mil.		
Justificativa para substituição	não se aplica	não se aplica	não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	não se aplica	não se aplica	não se aplica

Responsável técnico			
Nome do responsável técnico	Paulo Sergio Miron	Paulo Sergio Miron	Paulo Sergio Miron
CPF do responsável técnico	076.444.278-30	076.444.278-30	076.444.278-30

Endereço			
Logradouro	Avenida Francisco Matarazzo, 1400	Avenida Francisco Matarazzo, 1400	Avenida Francisco Matarazzo, 1400
Complemento	09-10º, 13-17º andares	09-10º, 13-17º andares	09-10º, 13-17º andares
Bairro	Água Branca	Água Branca	Água Branca
CEP	05001-100	05001-100	05001-100
DDD	11	11	11
Telefone	3674-3746	3674-3901	3674-3901
DDD Fax	3674-2030	3674-2030	3674-2030
E-mail	paulo.miron@br.pwc.com	paulo.miron@br.pwc.com	paulo.miron@br.pwc.com

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A. é o órgão responsável por zelar pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente, cabendo-lhe:

a) supervisionar o trabalho das empresas de auditoria independente do Conglomerado, de forma a avaliar sua efetividade e verificar o cumprimento da legislação, regulamentação e normas internas;

b) estabelecer e divulgar, anualmente, os procedimentos para contratação dos serviços a serem prestados pelas empresas que auditam as demonstrações financeiras do Conglomerado. Revisar, atualizar e definir: (i) serviços que não podem ser prestados por tais empresas, por afetarem sua independência e/ou objetividade, (ii) serviços cuja contratação já se encontra pré-aprovada pelo Comitê, e (iii) serviços que devem ser previamente submetidos à aprovação do Comitê;

c) avaliar, anualmente, com as empresas de auditoria independente do Conglomerado: (i) os procedimentos de controles internos de qualidade dessas empresas; (ii) sua independência; (iii) questionamentos de autoridades governamentais e reguladores; (iv) os relacionamentos entre essas empresas de auditoria independente e o Conglomerado; e (v) o relatório mais recente de revisão de controle de qualidade da empresa (*peer review*);

d) revisar, juntamente com a Auditoria Independente, o escopo, o planejamento e o quadro de pessoal a ser alocado para a realização dos seus trabalhos;

e) aprovar a contratação de funcionários ou de prestadores de serviços que tenham atuado nas equipes das empresas de auditoria independente que prestam ou tenham prestado serviços de auditoria ao Conglomerado, nos doze meses anteriores.

ITEM 3 – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.1- Informações Financeiras [1]

☐ Companhia ☒ Consolidado

(em R$)

	31 de dezembro		
	2013	**2012**	**2011**
Patrimônio Líquido	81.024.485.647	74.219.609.615	71.347.333.730
Ativo Total	1.105.721.309.697	1.014.424.676.152	851.331.535.383
Rec. Liq / Rec. Intermed.	45.119.366.090	50.496.096.006	47.259.007.139
Resultado Bruto	31.524.614.653	31.134.172.891	32.835.252.912
Resultado Líquido	15.695.748.624	13.593.940.171	14.620.621.197
Número de Ações, Ex- Tesouraria (unidades) [2]	4.959.160.390	4.970.217.737	4.982.241.916
Valor Patrimonial por Ação (Reais unidade) [2]	16,34	14,93	14,32
Resultado Líquido por Ação (Reais unidade) [2]	3,16	2,74	2,93

(1) Demonstração Contábil em BRGAAP

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação do período de 31/12/2012 e 31/12/2011 foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 21/05/2013

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

Não há.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não há.

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não há.

3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há.

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 03 últimos exercícios sociais, indicando:

O Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, sendo que as principais destinações são: (i) 5% para a reserva legal, que não excederá 20% do valor do capital social, (ii) distribuição de dividendos aos acionistas (veja itens “b” e “c” abaixo), e (iii) constituição das seguintes reservas estatutárias:

- Reserva para Equalização de Dividendos: tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Referida reserva é limitada a 40% do capital social e é formada com recursos: (a) equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados; (c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e (d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.

- Reserva para Reforço do Capital de Giro: tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação do emissor. Referida reserva é limitada a 30% do capital social e é formada com recursos equivalentes a até 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

- Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas: tem por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas. Ela é limitada a 30% do capital social e é formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Por proposta do Conselho de Administração, serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% do capital social. O saldo dessas reservas, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.

a) Regras sobre retenção de lucros

Não houve alterações nas regras sobre retenção de lucros nos últimos três exercícios sociais. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas podem deliberar, em Assembleia Geral e por proposta da administração, reter parte do lucro líquido do exercício que estiver em orçamento de capital previamente aprovado. Ademais, o dividendo obrigatório pode deixar de ser pago no exercício social em que a administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira do Emissor.

Nos últimos três exercícios sociais, não houve retenção de lucros, tendo sido pago pelo emissor valor de dividendo igual ou superior ao dividendo obrigatório (vide item 3.5 a seguir).

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

Por deliberação do Conselho de Administração, podem ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual por ação, não cumulativo.

Além disso, nossa administração pode deliberar a distribuição de lucros adicionais sempre que o entender conveniente para o emissor e/ou seus acionistas. Tais distribuições não significam que, no futuro, haverá distribuições de lucros adicionais ao dividendo obrigatório.

Para maiores detalhes sobre os percentuais de lucros distribuídos nos últimos três exercícios, veja o item 3.5 a seguir.

Em 28 de fevereiro de 2013, foi promulgada a Medida Provisória nº 608, que estabelece que o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio feito pelas instituições financeiras está sujeito à regulamentação emitida pelo CMN. A medida faz parte dos recentes movimentos para implementar os requisitos de liquidez estabelecidos pelas normas de Basileia III. Em 1 º de março de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº 4.193, que dispõe que, caso a instituição financeira não cumpra os requisitos de capital adicional, que serão exigidos a partir de 1º de Janeiro de 2016, com elevações graduais até 2019, os dividendos poderão não ser pagos.

Essa restrição ao pagamento de dividendos será aplicada progressivamente, de acordo com a extensão da não-conformidade com os requisitos de capital adicional. Caso o capital adicional de uma instituição financeira seja inferior a 25% ao estabelecido pelo CMN para o ano, não haverá distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Se o capital adicional se encontrar entre 25% e 50% do exigido, 80% dos dividendos e juros sobre o capital próprio pretendidos poderão não ser distribuídos. Se o capital se encontrar entre 50% e 75% do exigido, 60% dos dividendos e juros sobre o capital próprio pretendidos poderão não ser distribuídos. Se o capital adicional se encontrar entre 75% e 100% do exigido, 40% dos dividendos e juros sobre o capital próprio pretendidos poderão não ser distribuídos.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Com relação aos três últimos exercícios sociais, foi efetuado pagamento mensal de dividendos, conforme estabelecido na nossa Política de Remuneração aos Acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração. Tal Política estabelece o pagamento mensal de R$ 0,015 por ação, a título de antecipação do dividendo obrigatório. A data utilizada como referência para apuração de quais acionistas fazem jus a receber os dividendos mensais, é determinada de acordo com a posição acionária registrada no último dia do mês anterior, sendo os dividendos pagos no primeiro dia útil do mês posterior.

Adicionalmente, nos últimos três últimos exercícios sociais também houve o pagamento de dividendos complementares (semestrais), para os quais o Conselho de Administração determina a data-base para a posição acionária e a data do pagamento. Em referidos pagamentos semestrais, a administração verifica o lucro existente, determina o montante de dividendos que deveria ser distribuído como obrigatório (veja item "a" acima), calcula o montante mensal que já foi declarado e, ao fim, determina quanto faltaria para que se completasse o pagamento do dividendo obrigatório. Tal montante é declarado como dividendo "complementar" aos pagos mensalmente.

Desde julho de 1980, o Emissor vem remunerando seus acionistas por meio de pagamentos mensais e complementares, sendo que esses últimos têm ocorrido, historicamente, duas vezes ao ano, e são igualmente distribuídos para os acionistas ordinaristas e preferencialistas.

Para consultar o histórico de proventos do Emissor, consulte o site de Relações com Investidores (www.itau-unibanco.com.br/ri > Ações do Itaú Unibanco > Remuneração aos Acionistas).

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve.

3.5. Em forma de tabela, indicar, para cada um dos 3 últimos exercícios sociais:

R$ milhões

	2013	2012	2011
Lucro líquido ajustado para fins de dividendos	11.078	10.260	11.296
Dividendo distribuído	5.095	4.518	4.394
Percentual de dividendo por lucro líquido ajustado	46,0%	44,0%	38,9%
Dividendo distribuído por classe e espécie de ações:			
Ações ordinárias			
Juros sobre capital próprio	2.150	1.891	1.897
Dividendo mínimo obrigatório	437	398	331
Dividendo prioritário	-	-	-
Dividendo fixo	-	-	-
Ações preferenciais			
Juros sobre capital próprio	2.085	1.841	1.844
Dividendo mínimo obrigatório	423	388	322
Dividendo prioritário	-	-	-
Dividendo fixo	-	-	-
Data de pagamento do dividendo mínimo obrigatório	1º dia útil do mês	1º dia útil do mês	1º dia útil do mês
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido	13,1%	12,6%	15,2%
Lucro líquido retido	-	-	-
Data da aprovação da retenção	-	-	-

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

O montante de dividendos declarados no exercício social de 2013 foi de R$ 5.095 milhões, esse montante não foi declarado utilizando Lucros Retidos ou Reservas de Lucros a Realizar.

O montante de dividendos declarados no exercício social de 2012 foi de R$ 4.518 milhões, esse montante não foi declarado utilizando Lucros Retidos ou Reservas de Lucros a Realizar.

O montante de dividendos declarados no exercício social de 2011 foi de R$ 4.394 milhões, esse montante não foi declarado utilizando Lucros Retidos ou Reservas de Lucros a Realizar.

3.7. Em forma de tabela, descrever o nível de endividamento do emissor, indicando:

	2013	2012	2011
Montante total de dívida, de qualquer natureza (em R$)	1.021.667.917	938.164.930	777.009.087
Índice de endividamento (passivo circulante mais o não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido) (%)	12,61	12,64	10,89
Caso o emissor deseje, outro índice de endividamento	-	-	-

Obs.: Valores em Reais mil (exceto quando indicado). Balanço Consolidado.

3.8. Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

(R$ mil)

Tipo de Dívida	Em 31 de dezembro de 2013				
	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	4.215.025	2.700.434	482.577	55.973	7.454.009
Garantia Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	600.523.283	175.093.321	97.728.624	141.868.680	1.015.213.908
Total	**604.738.308**	**177.793.755**	**98.211.201**	**141.924.653**	**1.022.667.917**

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações foram expostas nos itens anteriores.

ITEM 4 – FATORES DE RISCO

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles abaixo relacionados:

Apresentamos neste item 4.1 os riscos que consideramos relevantes para os nossos negócios e para os investimentos em nossos valores mobiliários. Caso qualquer um desses riscos se materialize, nossa situação financeira e nossos negócios podem ser afetados negativamente, assim como o valor dos investimentos realizados em nossos valores mobiliários. Dessa forma, é importante que os investidores avaliem cuidadosamente os fatores de risco descritos a seguir e as demais informações contidas neste documento.

Outros riscos que, atualmente, consideramos irrelevantes ou sobre os quais não temos conhecimento podem gerar efeitos semelhantes aos mencionados anteriormente, caso se materializarem.

a) ao emissor

Crises e volatilidade no mercado financeiro de países, que não o Brasil, podem afetar o mercado financeiro global e a economia brasileira e, consequentemente, os nossos negócios.

As condições econômicas e de mercado de outros países – inclusive os EUA, países da União Europeia e mercados emergentes –, podem afetar a disponibilidade de crédito e o montante de investimentos estrangeiros no Brasil em vários graus. Crises nesses países podem diminuir o interesse dos investidores por ativos brasileiros, o qual poderia afetar, de forma adversa e material, o preço de mercado de nossos títulos e dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e, consequentemente, o financiamento de nossas operações no futuro.

Bancos que operam em países considerados mercados emergentes, inclusive o nosso, podem estar particularmente suscetíveis às turbulências e às reduções na disponibilidade de crédito, ou aos aumentos nos custos de financiamentos, os quais poderiam ter impacto material adverso sobre as suas operações. Em particular, a disponibilidade de crédito para as instituições financeiras que operam nos mercados emergentes é significativamente influenciada por movimentos de aversão ao risco global. Adicionalmente, qualquer fator que impacte a confiança dos investidores, como uma diminuição na classificação do risco de crédito ou a intervenção do governo ou da autoridade monetária em um desses mercados, pode impactar o preço ou a disponibilidade de recursos para instituições financeiras inseridas em qualquer um desses mercados, afetando nossos negócios.

As crises financeiras globais dos últimos anos reduziram a capacidade de várias instituições financeiras em conceder empréstimos e causaram prejuízos. Além disso, o rebaixamento da classificação dos títulos de crédito e de dívida, e as incertezas em relação à solvência de certas instituições financeiras e ao setor de serviços financeiros em geral causaram problemas de liquidez no mercado como um todo, e poderiam ter levado a perdas, inadimplência ou falências de um número maior de instituições do mercado financeiro.

A turbulência e a volatilidade do mercado financeiro global, causadas pela recente crise econômica mundial, tiveram consequências significativas para o Brasil e para os outros países onde operamos, tais como a volatilidade no valor de títulos patrimoniais, das taxas de juros e de câmbio. O aumento da incerteza e da volatilidade levou a um arrefecimento no mercado de crédito e à desaceleração da economia, o qual, por sua vez, gerou elevação na taxa de desemprego e redução do poder aquisitivo dos consumidores. Essa crise financeira global pode afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos de emissores brasileiros e ter um efeito adverso relevante sobre nós. Adicionalmente, como cedemos crédito, principalmente, para tomadores brasileiros, esses eventos podem prejudicar de forma significativa a capacidade dos nossos clientes de cumprir com suas obrigações e, assim, acrescer as operações de crédito em atraso ou em inadimplência, resultando em um aumento do risco associado à nossa atividade de crédito, nos obrigando a rever os nossos modelos de gestão de risco e de provisão para perdas.

A continuidade ou a piora da turbulência e da volatilidade do mercado financeiro global, ou mesmo a deterioração das condições econômicas de certos países, poderiam promover outros efeitos negativos no

ambiente econômico e financeiro brasileiro e nos outros países em que atuamos, ocasionando um efeito material adverso sobre nós, além dos já mencionados anteriormente.

O valor de nossos títulos e valores mobiliários e derivativos está sujeito às flutuações de mercado, devido às mudanças nas condições econômicas brasileiras ou internacionais, e, como resultado, podem nos sujeitar a prejuízos relevantes.

Os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos de nossa carteira podem nos levar a registrar ganhos e perdas – quando vendidos ou ajustados ao valor de mercado (no caso de títulos negociáveis), e com flutuação considerável de um período para o outro –, em função das condições econômicas nacionais e internacionais. Se, por exemplo, realizarmos operações com derivativos como ação estratégica para nos proteger contra uma diminuição no valor do real e das taxas de juros, e, no entanto, o valor do real e das taxas de juros subirem, podem trazer perdas financeiras e essas perdas podem nos afetar de forma adversa e material. Adicionalmente, podem gerar perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas dos riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), adicionalmente com outros índices sobre estes fatores de risco, os quais podem também nos afetar de forma adversa e relevante.

Não temos condições de estimar o montante de ganhos ou perdas realizados – ou não realizados –, para qualquer período futuro, pois as variações de um período para o outro não possuem valor analítico prático que nos ajude a fazer tal estimativa. Ganhos e perdas em nossa carteira de investimentos podem não contribuir para a nossa receita líquida, podem deixar de contribuir para ela em níveis coerentes com os períodos mais recentes, ou contribuir de forma alguma. Podemos não ser bem sucedidos ao realizar as valorizações ou desvalorizações atualmente existentes na nossa carteira de investimentos consolidada ou em qualquer um dos ativos dessa carteira.

Falhas ou defeitos de nossos sistemas negócios e má-conduta ou erros humanos podem nos afetar de forma adversa.

Embora tenhamos um rígido controle de segurança da informação em vigor, políticas e procedimentos elaborados para minimizar erros humanos, e façamos investimentos contínuos em infraestrutura e no gerenciamento de crises e operações, os sistemas operacionais relacionados aos nossos negócios podem parar de funcionar adequadamente por um período limitado – ou ficar temporariamente indisponíveis – devido a uma série de fatores. Esses fatores incluem eventos que estão, total ou parcialmente, fora de nosso controle, como a falta de energia, a interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas nos sistemas, bem como eventos internos e externos que podem afetar terceiros com os quais fazemos negócios ou que são essenciais para as nossas atividades (bolsas de valores, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou prestadores de serviços), e eventos resultantes de questões de natureza política ou social mais abrangentes, como ataques cibernéticos ou a divulgação não autorizada de informações pessoais em nosso poder.

As falhas operacionais, inclusive aquelas resultantes de erros humanos e fraudes, não apenas aumentam nossos custos e causam prejuízos, como também promovem conflitos com nossos clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre nós.

A exposição à dívida do Governo Federal brasileiro pode nos afetar negativamente.

Assim como a maioria dos bancos brasileiros, investimos em títulos de dívida emitidos pelo governo brasileiro. Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 15,8% de todos os nossos ativos e 61,0% da nossa

carteira de títulos eram compostos por esses títulos de dívida. Assim, qualquer descumprimento do governo brasileiro em relação ao pagamento pontual desses títulos, ou a redução significativa em seus valores de mercado, poderá ter um efeito adverso relevante sobre nós.

A inadequação de nossas metodologias de precificação de produtos de seguros, previdência e capitalização podem nos afetar adversamente.

Nossas subsidiárias com atividades no segmento de seguros e previdência definem os preços e estabelecem os cálculos para seus produtos com base em estimativas atuariais ou estatísticas. A precificação desses produtos de seguros e previdência é baseada em modelos que incluem premissas e projeções que podem se provar incorretas, já que envolvem uma série de juízos de valor, inclusive quanto ao nível ou tempo de recebimento ou pagamento de prêmios, contribuições, provisões, benefícios, reivindicações, despesas, juros, resultados de investimentos, aposentadoria, mortalidade, morbidade e persistência. Podemos incorrer em perdas decorrentes de eventos que são contrários às nossas expectativas direta ou indiretamente associadas às premissas biométricas e econômicas. O mesmo também pode ocorrer com as bases atuariais utilizadas para cálculo de contribuições e provisões.

Embora os preços de nossos produtos de seguros e planos de pensão, e a adequação das respectivas reservas, sejam revisados anualmente, não podemos determinar com precisão os ativos que suportam as nossas responsabilidades, somados aos prêmios e contribuições futuros, serão suficientes para o pagamento dos benefícios, sinistros e despesas. Dessa forma, a ocorrência de desvios significativos nas premissas utilizadas para precificação podem ter um efeito adverso na rentabilidade dos nossos produtos de seguros e de previdência. Adicionalmente, se concluirmos que as nossas reservas e prêmios futuros são insuficientes para cobrir os futuros benefícios de apólices e sinistros, teremos que elevar as nossas reservas e registrar tais efeitos em nossas demonstrações contábeis, podendo incorrer em um efeito material adverso sobre os nossos negócios.

Nossas políticas, procedimentos e modelos relacionados ao controle de riscos podem se mostrar ineficazes e o nosso resultado pode ser afetado de maneira adversa por perdas não esperadas.

Nossos métodos, procedimentos e políticas de gestão de riscos, inclusive as ferramentas e modelos estatísticos para mensuração, tais como o Value at risk, ou VaR, e os modelos que estimam as probabilidades de inadimplência, podem não ser totalmente eficazes na mensuração da nossa exposição ao risco, em todos os ambientes econômicos, e contra todos os tipos de riscos, inclusive aqueles que não conseguimos identificar ou prever. Alguns de nossos instrumentos e medições qualitativos para o gerenciamento de risco são baseados em nossas observações sobre o comportamento histórico do mercado. Além disso, devido à limitação brasileira quanto à disponibilidade de informações para a avaliação da capacidade de obter crédito de um cliente, confiamos, principalmente, nas informações disponíveis em nossos bancos de dados, em determinadas informações públicas sobre crédito ao consumidor e outras fontes. Aplicamos ferramentas estatísticas, entre outras, para essas observações, e dados para quantificar a nossa exposição ao risco. Essas ferramentas e medições podem não prever todo tipo de exposições futuras, cujo risco pode ser decorrente de fatores que não prevemos ou avaliamos corretamente em nossos modelos estatísticos. Esse cenário limita a nossa capacidade de gerenciar nossos riscos e, portanto, nossas perdas, podem ser significativamente maiores do que as indicadas pela análise histórica. Além disso, nosso método quantitativo pode não levar em consideração todos os riscos existentes; e a nossa abordagem qualitativa para a gestão desses riscos pode revelar-se insuficiente, nos expondo a perdas inesperadas relevantes.

Nossos resultados operacionais e nossa posição financeira dependem da nossa capacidade de avaliar as perdas associadas aos riscos aos quais estamos expostos e da nossa capacidade de incluir esses riscos nas políticas de preços que adotamos. Estimamos a nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os princípios regulatórios. Esse cálculo envolve, ainda, o julgamento significativo por parte de nossos administradores, o qual pode se provar incorreto ou ser modificado no futuro, dependendo das

informações que forem disponibilizadas e cujos fatores podem nos afetar negativamente.

Danos à nossa reputação podem prejudicar os nossos negócios e perspectivas.

Somos altamente dependentes da nossa boa imagem e da nossa credibilidade no mercado para gerar negócios. Diversos fatores podem causar danos à nossa reputação e gerar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais e outros públicos, como o não cumprimento de obrigações legais, vendas irregulares para clientes, envolvimento com fornecedores externos com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de nossos colaboradores e falhas na gestão de riscos, dentre outros. Além disso, algumas ações significativas, tomadas por terceiros, como concorrentes ou outros participantes do mercado, podem, indiretamente, abalar nossa reputação perante clientes, investidores e o mercado em geral. Danos à nossa reputação podem nos afetar adversamente e de maneira relevante.

A integração dos negócios adquiridos ou incorporados envolve riscos que podem ter um efeito relevante adverso sobre nós.

Como parte da nossa estratégia de crescimento no setor financeiro brasileiro, realizamos uma série de fusões, aquisições e parcerias com outras empresas e instituições financeiras no passado e podemos realizar novas operações no futuro. No entanto, qualquer uma dessas operações envolve riscos, como, por exemplo, a possibilidade de se incorrer em custos não esperados decorrentes das dificuldades de integração das plataformas de sistemas, finanças, contabilidade e pessoas, ou da ocorrência de contingências não previstas. Ademais, as sinergias operacionais e financeiras esperadas, e outros benefícios decorrentes dessas operações, podem não ser alcançados.

Existe ainda o risco de as autoridades regulatórias e de defesa da concorrência determinarem restrições ou limitações às operações ou aos negócios decorrentes de certas combinações.

Na hipótese de não conseguirmos aproveitar as oportunidades de crescimento dos negócios, de redução de custos, e outros benefícios que prevemos a partir de fusões e aquisições, ou de incorrermos em maiores custos de integração do que o estimado, nós poderemos ser afetados adversamente.

b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O acionista controlador tem o poder de direcionar nossos negócios.

Em 31 de dezembro de 2013, a IUPAR, nossa acionista controladora, detinha, de maneira direta, 51% das nossas ações ordinárias e 25,54% do nosso capital total. Consulte o item 8.2. Dessa forma, a IUPAR tem o poder de nos controlar, inclusive o de eleger e destituir nossos conselheiros e diretores e determinar o resultado de qualquer ato que exija a aprovação dos acionistas, entre eles as transações com partes relacionadas, as reorganizações societárias, bem como a data e o pagamento de dividendos.

A IUPAR é controlada compartilhadamente pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston, que por sua vez são controladas pelas famílias Egydio de Souza Aranha e Moreira Salles, respectivamente. Os interesses da IUPAR, da Itaúsa, da Cia. E. Johnston e das famílias Egydio de Souza Aranha e Moreira Salles podem ser diferentes dos interesses dos demais acionistas.

Nosso conselho de administração é formado atualmente por 12 membros, dos quais apenas quatro são independentes, de acordo com a nossa política de governança corporativa. Um número significativo de nossos conselheiros participa do processo decisório de assuntos nos quais eles têm mais interesses do que teriam os conselheiros independentes. Como resultado, os interesses desses conselheiros podem, às vezes, não coincidir com os dos nossos acionistas miniritários. Além disso, alguns de nossos conselheiros são afiliados da

IUPAR e podem surgir circunstâncias nas quais haja conflitos entre os interesses da IUPAR e seus afiliados com os dos nossos outros acionistas. Quando existirem estes ou outros conflitos de interesses, nossos acionistas minoritários dependerão do exercício, por parte de nossos conselheiros, de seus deveres fiduciários como membros de conselho de administração.

c) A seus acionistas

Os detentores das nossas ações e ADSs podem não receber dividendos.

De acordo com nosso estatuto social, devemos distribuir aos nossos acionistas e detentores de ADSs, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que pode ser substancialmente diferente de nosso lucro líquido calculado de acordo com outros critérios contábeis. O lucro líquido pode ser utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não haver lucro líquido disponível para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio também não é obrigatório em exercícios em que nosso Conselho de Administração determine que a distribuição de dividendos é incompatível com a situação financeira naquele momento.

Além disso, devido à implementação das regras de Basileia III, se não cumprirmos as exigências de capital do CMN, o Banco Central poderá reduzir o valor dos dividendos ou até mesmo determinar que não haja sua distribuição.

Consulte o item 7.5 (a), Estrutura de Basileia III, Implementação de Basileia III no Brasil para mais detalhes sobre os pagamentos aos detentores de ADS e exigências de capital pelo CMN.

A relativa volatilidade do preço e a liquidez limitada do mercado de capitais brasileiro podem limitar significantemente a capacidade de nossos investidores venderem as ações preferenciais subjacentes às ADSs, pelo preço e na época em que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes envolve, com frequência, um risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emissores nos EUA ou em outros países desenvolvidos e esses investimentos geralmente possuem natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários é menor, menos líquido e mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados nos EUA ou em outros países. Desse modo, a capacidade do investidor de vender as ações preferenciais subjacentes às ADSs ao preço e no momento desejados pode ser substancialmente limitada.

As ações preferenciais subjacentes às nossas ADSs não têm direito ao voto, exceto em circunstâncias específicas.

De acordo com nosso estatuto social, os detentores de ações preferenciais e, portanto, de nossas ADSs, não têm direito a voto nas assembleias gerais, exceto em circunstâncias específicas. Mesmo nessas circunstâncias, os detentores de ADSs podem estar sujeitos a restrições de ordem prática para o exercício do direito de voto em decorrência de procedimentos operacionais adicionais envolvidos na comunicação com esses acionistas, conforme mencionamos a seguir.

De acordo com as disposições do contrato de depósito de ADSs, em caso de uma assembleia geral, notificaremos o banco depositário que, na medida do possível, repassará a convocação aos detentores de ADSs acompanhada de instruções sobre como esses detentores podem participar daquela assembleia; e os detentores de ADSs, por sua vez, deverão instruir o banco depositário sobre como exercer o seu direito de voto. Essa estapa adicional, de instrução do banco depositário de ADSs, pode tornar o processo para exercício do direito de voto mais longo para os detentores de ADSs.

d) A suas controladas e coligadas

Considerando que somos uma sociedade de participações (holding), os fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em nossos valores mobiliários são essencialmente decorrentes dos riscos a que estão expostas nossas controladas e coligadas, conforme descritos neste item 4.1.

e) A seus fornecedores

Não estamos expostos a riscos relacionados a nossos fornecedores, que possam influenciar a decisão de investimento em nossos valores mobiliários de maneira relevante.

f) A seus clientes

Alterações no perfil de nossos negócios podem afetar negativamente nossa carteira de crédito.

Embora a qualidade da nossa carteira de crédito esteja ligada ao risco de inadimplência dos setores nos quais atuamos, podem ocorrer mudanças no perfil dos nossos negócios em função do nosso crescimento orgânico, ou de fusões e aquisições, alterações no cenário econômico nacional e, em menor grau, no cenário internacional, e de alterações nos regimes fiscais aplicáveis aos setores nos quais atuamos, entre outros fatores. Quaisquer alterações que afetem um dos setores a qual temos exposição de crédito significativa podem ocasionar impacto material negativo sobre nós. Adicionalmente, nossa experiência histórica de perdas de crédito pode não ser indicativa das nossas futuras perdas de crédito.

Por exemplo, nos últimos anos, os bancos brasileiros experimentaram um aumento nas operações de crédito aos consumidores, principalmente no setor automotivo. No entanto, o aumento da demanda por financiamento de veículos foi acompanhado, posteriormente, pela elevação do endividamento das famílias brasileiras, levando o setor automotivo a enfrentar elevados índices de inadimplência que geraram perdas de crédito para as instituições financeiras decorrentes do aumento do volume de provisões e da redução da concessão de empréstimos para aquisição de veículos.

Podem incorrer em perdas associadas aos riscos de exposição das contrapartes.

Podem incorrer em prejuízos no caso de qualquer uma de nossas contrapartes deixar de honrar suas obrigações contratuais em virtude de falência, falta de liquidez, falha operacional ou de outros motivos atribuíveis exclusivamente às nossas contrapartes. Esse risco da contraparte pode surgir, por exemplo, ao contratarmos resseguro ou ao celebrarmos contratos de crédito nos quais as contrapartes têm a obrigação de nos fazer pagamentos – não honrados – , ao realizar operações no mercado de câmbio (ou outros mercados) que não sejam liquidadas no momento especificado – decorrente da não entrega pela contraparte, câmara de compensação ou outros intermediários financeiros. Nós, rotineiramente, fazemos transações com contrapartes no setor de serviços financeiros como corretoras e distribuidoras, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e de hedge, entre outros clientes institucionais, e o não cumprimento de suas respectivas obrigações podem nos afetar de forma adversa.

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

Alterações nas condições econômicas podem nos afetar adversamente.

Nossas operações dependem do desempenho da economia brasileira, e, em grau menor, das economias de outros países nos quais realizamos negócios. A demanda por crédito e serviços financeiros, assim como a capacidade de pagamento, por parte de nossos clientes, é impactada diretamente por variáveis macroeconômicas, tais como o crescimento econômico, renda, desemprego, inflação, flutuações nas taxas de

juros e de câmbio. Assim, qualquer mudança relevante na economia brasileira, e, em menor grau, nas economias de outros países nos quais realizamos negócios, pode nos afetar.

Apesar de o Brasil ter apresentado crescimento econômico elevado em passado recente, as taxas de crescimento começaram a diminuir em 2011. Esse crescimento pode ser limitado por diversos fatores, inclusive estruturais, como infraestrutura inadequada (riscos de falta de energia, deficiências no setor de transporte, dentre outros) e a escassez de profissionais qualificados que contribui para reduzir os níveis de produtividade e eficiência do país. Dependendo da sua intensidade, esses fatores poderiam levar à redução nas taxas de emprego e queda nos níveis de renda e de consumo, resultando no aumento das taxas de inadimplência e, consequentemente, efeito material adverso para nós.

As autoridades brasileiras exercem influência sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial e na estrutura do governo brasileiro podem nos afetar adversamente.

As autoridades brasileiras intervêm periodicamente na economia brasileira, por meio de alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial, cenário que pode nos afetar negativamente. Tais alterações podem impactar variáveis fundamentais para nossa estratégia de crescimento (tais como as taxas de câmbio e juros, a liquidez do mercado monetário, a carga tributária e o crescimento econômico), limitando a nossa atuação em determinados mercados, afetando a nossa liquidez e a capacidade de pagamento dos nossos clientes.

Ademais, alterações na estrutura do governo brasileiro podem resultar em mudanças nas políticas governamentais, as quais podem nos impactar. Essa incerteza pode, no futuro, contribuir para aumentar a volatilidade nos mercados de capitais brasileiros, a qual, por sua vez, pode ter efeito relevante adverso sobre nós. Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil, e no exterior, que tenham impacto no Brasil também podem nos afetar.

A inflação e a oscilação nas taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Aumentos de preços repentinos e longos períodos de alta inflação podem causar, dentre outros efeitos, perda de poder aquisitivo e distorções na alocação de recursos na economia. As medidas para combater as altas taxas de inflação incluem maior rigidez na política monetária, com elevação da taxa básica de juros (SELIC), resultando em restrições de crédito e liquidez de curto prazo que podem ter um efeito adverso relevante sobre nós. Mudanças nas taxas de juros podem afetar de forma material nossas margens líquidas, já que influenciam nossos custos de captação e concessão de empréstimos.

Adicionalmente, aumentos na taxa SELIC podem reduzir a demanda por crédito, aumentar os custos de nossas reservas e elevar o risco de inadimplência dos nossos clientes. De forma inversa, reduções na taxa SELIC poderiam diminuir nossos ganhos provenientes de ativos remunerados por juros, assim como as nossas margens.

A instabilidade das taxas de câmbio também pode nos afetar negativamente.

O Brasil utiliza o sistema de câmbio flutuante, segundo o qual o mercado estabelece o valor do real em relação às moedas estrangeiras. No entanto, o Banco Central faz intervenções na compra ou venda de moedas estrangeiras com o objetivo de amenizar as variações e reduzir a volatilidade da taxa de câmbio. Apesar dessas intervenções, a taxa de câmbio pode apresentar variações significativas. Além disso, em alguns casos, intervenções realizadas com o objetivo de evitar oscilações bruscas do valor do real, frente às outras moedas, podem ocasionar o efeito oposto, levando ao aumento na volatilidade da referida taxa de câmbio.

A instabilidade nas taxas de câmbio também pode causar um efeito adverso relevante sobre nós, já que uma potencial depreciação do real poderia ter efeitos negativos sobre nossos negócios, inclusive (i) perdas em nossos passivos expressos em moeda estrangeira, ou a ela indexados; (ii) redução da nossa capacidade de pagar obrigações expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas, pois a obtenção da moeda estrangeira necessária para cumprir tais obrigações ficaria mais cara; (iii) redução da capacidade dos tomadores brasileiros de nos pagar dívidas expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas, e (iv)

impactos negativos sobre o preço de mercado da nossa carteira de títulos. Por outro lado, a valorização da moeda brasileira poderia nos levar a incorrer em perdas sobre os ativos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados. Para mais informações sobre como os efeitos dessas variáveis podem nos afetar, vide “O valor dos nossos valores mobiliários e derivativos está sujeito às flutuações de mercado devido às mudanças nas condições econômicas brasileiras e internacionais, que podem gerar perdas significativas” a seguir.

Uma política fiscal expansionista pode nos afetar.

Uma política fiscal excessivamente expansionista, combinada com um aumento da intervenção do governo brasileiro na economia, poderia gerar uma perda de confiança por parte de investidores nacionais e estrangeiros. A menor credibilidade poderia ocasionar um rebaixamento da dívida soberana brasileira, e impactar a economia do país de forma negativa, causando desvalorização da taxa de câmbio, aumento da inflação e das taxas de juros e a desaceleração do crescimento econômico, afetando-nos, assim, de forma adversa.

O ambiente cada vez mais competitivo e as recentes consolidações do setor bancário brasileiro podem ter efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

O mercado brasileiro de serviços financeiro e bancário é altamente competitivo. Enfrentamos significativa concorrência de outros grandes bancos brasileiros e internacionais, a qual aumentou como resultado das consolidações recentes entre as instituições financeiras no Brasil e de normas que aumentam a capacidade do cliente de transferir negócios de uma instituição financeira para outra. Consulte o item 7.5 (a) - Regulamentação concorrencial para mais informações sobre a concorrência nos mercados brasileiros. Essa crescente concorrência pode nos afetar negativamente caso, entre outros fatores, limite a nossa capacidade de reter ou aumentar a base de clientes existentes e expandir nossas operações; ou, ainda, impacte as tarifas e taxas que praticamos, reduzindo as nossas margens de lucro sobre os serviços bancários e outros serviços e produtos que oferecemos.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue

Alterações na lei ou regulamentação aplicáveis podem ter um efeito adverso sobre nós.

Alterações na legislação e regulamentação aplicáveis às instituições financeiras podem afetar a nossa capacidade de conceder empréstimos e de cobrar dívidas em atraso, podendo causar um efeito adverso sobre nós. Outras alterações, inclusive aquelas referentes às restrições sobre as remessas para o exterior e outros controles cambiais, podem também ter um efeito relevante sobre nós. Além disso, as interpretações das leis, por tribunais e agências, de forma divergente das opiniões dos nossos especialistas podem causar impacto relevante sobre nossos negócios.

Crises financeiras também podem motivar o governo brasileiro a alterar leis e regulamentações aplicáveis às instituições financeiras brasileiras. Por exemplo, em resposta à crise financeira global iniciada no final de 2007, os órgãos reguladores nacionais e intergovernamentais, como o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, propuseram reformas normativas para evitar a ocorrência de crises semelhantes, inclusive aquelas relativas à estrutura de Basileia III, a qual aumentou as exigências de capital mínimo regulamentar. Consulte a seção Nossa gestão de risco – item Ambiente regulatório, Estrutura de Basileia III, para mais detalhes sobre as exigências de capital regulatório. Considerando nossos índices atuais de capital regulatório, assim como as estimativas de retorno esperado e de crescimento de ativos, não prevemos que seja necessário capital adicional para suportar as nossas operações em um futuro próximo.

Além disso, o Congresso brasileiro está discutindo certos projetos de lei que, se convertidos em lei tal como se encontram, podem nos afetar de forma adversa, já que a cobrança de valores de tomadores

inadimplentes pode ser mais difícil.

Também temos operações em países como Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Portugal, Reino Unido, Uruguai e Estados Unidos. Alterações nas leis e regulamentos pertinentes aos nossos negócios, nos países em que operamos – ou a adoção de novas leis, como a Lei Dodd-Frank de proteção ao consumidor e Reforma de Wall Street ("Dodd–Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act"), nos EUA, e suas respectivas regulamentações – podem nos afetar de forma negativa.

Aumentos nas exigências de depósitos compulsórios podem nos afetar de forma negativa e material.

Depósitos compulsórios são as reservas que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central. Em geral, os depósitos compulsórios não proporcionam os mesmos retornos que outras formas de investimentos e depósitos, já que uma parte deles não rende juros. Esses recursos precisam ser detidos em títulos do Governo Federal brasileiro e são usados para financiar programas governamentais, como o projeto habitacional federal e subsídios do setor rural. O Banco Central vem alterando, periodicamente, o nível mínimo dos depósitos compulsórios. Os aumentos no referido nível reduzem nossa liquidez para conceder empréstimos e realizar outros investimentos e, como consequência, podem nos afetar de forma negativa e material.

Estamos sujeitos à regulamentação em base consolidada e podemos estar sujeitos à liquidação ou intervenção.

Atuamos em diversos setores relacionados a crédito e a serviços financeiros, por meio de entidades que controlamos. Para fins de regulamentação ou supervisão, o Banco Central trata o banco e nossas subsidiárias e coligadas como uma única instituição financeira. Embora a nossa base de capital consolidada proporcione solidez financeira e flexibilidade para nossas subsidiárias e coligadas, suas atividades individuais podem colocar, indiretamente, nossa base de capital em risco. Uma investigação ou intervenção do Banco Central, em especial nas atividades desenvolvidas por qualquer uma de nossas subsidiárias ou coligadas, pode ter impacto material adverso sobre nossas outras subsidiárias e coligadas e, por fim, sobre nós.

Na hipótese de nós ou qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras se tornar insolvente, o Banco Central poderá realizar um processo de intervenção ou liquidação em bases consolidadas, ao invés de realizar tais procedimentos em cada entidade individualmente. Em caso de intervenção ou liquidação nas bases consolidadas, os nossos credores fazem reivindicações sobre os nossos ativos e sobre os ativos das nossas subsidiárias financeiras consolidadas. Neste caso, os créditos de mesma natureza, detidos contra nós e nossas subsidiárias financeiras consolidadas, tem classificação equivalente com relação ao pagamento. Se o Banco Central realizar o processo de liquidação ou de intervenção do banco ou qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras em base individual, os nossos credores não poderão fazer uma reivindicação direta dos ativos dessas subsidiárias, e os credores dessas subsidiárias financeiras terão preferência em relação aos nossos credores sobre os ativos dessas subsidiárias financeiras. O Banco Central também tem autoridade para realizar outras reorganizações societárias ou transferências de controle em caso de processo de intervenção ou liquidação.

Reformas tributárias podem nos afetar negativamente.

O governo brasileiro regularmente efetua alterações na legislação tributária, entre as quais a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e de bases de cálculo e o estabelecimento de alíquotas aplicáveis somente ao setor bancário. As reformas tributárias podem reduzir o volume de nossas operações, aumentar os nossos custos ou limitar a nossa rentabilidade, e, portanto, podem ter efeito material sobre nós.

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Os fatores de risco relacionados a países estrangeiros que possam influenciar a decisão de investimento em nossos valores mobiliários encontram-se descritos ao longo das alíneas (a), (f) (g) e (h) deste item 4.1.

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Além do descrito no item 4.1, não há expectativas relevantes de redução ou aumento na exposição do emissor aos riscos mencionados em referido item.

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (I) que não estejam sob sigilo, e (II) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o Emissor seja parte, que não esteja sob sigilo e sejam relevantes para os seus negócios.

Em relação as suas controladas, segue o descritivo dos processos que, em função de seu valor, a Emissora considera relevante (data base em 31.12.2013).

Processos Cíveis

Processo nº 2007.51.01.001894-7

a. **juízo**: 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (RJ)

b. **instância**: 1ª instância

c. **data de instauração**: 05.02.2007

d. **partes no processo**: Associação dos Acionistas Minoritários em Cia de Capital Aberto x Banco Banerj S.A. ("Banerj"), Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. ("Berj"), Estado do Rio de Janeiro e Banco Central do Brasil

e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 4.741.452.260,00 (valor pedido na inicial)

f. **principais fatos**: A autora se insurge contra o aumento de capital do Berj, realizado como parte das medidas para a privatização do Banerj, que teria, supostamente, diluído a participação acionária dos acionistas minoritários. Pede anulação da assembléia que aprovou o aumento de capital e a condenação solidária do Berj, do Estado do Rio de Janeiro, do Banerj e do Banco Central do Brasil ao pagamento dos supostos prejuízos causados aos minoritários do antigo Berj.

g. **chance de perda**: Remota.

h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: Indenizar os acionistas minoritários pelos supostos prejuízos causados pelas medidas empreendidas pelo acionista majoritário – Estado do Rio de Janeiro – ao antigo Banerj.

i. **valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processo nº 2005.70.00.027997-3

a. **juízo**: 6ª Vara Federal – Curitiba (PR)

b. **instância**: Supremo Tribunal Federal

c. **data de instauração**: 13.10.2005

d. **partes no processo**: Estado do Paraná e Ministério Público do Estado do Paraná x União Federal, Banco Central do Brasil e Itaú Unibanco S.A.

e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 3.738.621.318,72 (valor pedido na inicial)

f. **principais fatos**: Os autores requerem reparação de danos eventualmente experimentados pelo Estado do Paraná, por força da inadequada avaliação dos créditos tributários no processo de privatização do Banco Banestado S.A., que obrigou esse ente público a contrair empréstimo supostamente maior que o necessário para saneamento da instituição financeira, no período pré-privatização. A ação foi contestada defendendo a adequada avaliação dos créditos tributários e está pendente de julgamento no STF, onde lá tramita como ação originária. Vale notar que, conforme previsto em lei, a privatização do Banestado ocorreu por meio de licitação. Além disso, à época da privatização houve avaliação dos créditos tributários por bancos independentes.

g. **chance de perda**: Remota.

h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: Pagamento ao Estado do Paraná do valor correspondente aos créditos tributários.

i. **valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processo nº 2000.51.01.030509-7

a. **juízo**: 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (RJ)
b. **instância**: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
c. **data de instauração**: 21.11.2000
d. **partes no processo**: Ministério Público Federal x Itaú Unibanco S.A., Banco Banerj S.A. ("Banerj"), Estado do Rio de Janeiro e Caixa Econômica Federal
e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 942.399.095,28 (valor histórico da constituição da "Conta B" em 10.06.1997).
f. **principais fatos**: Trata-se de ação civil pública envolvendo aspectos da privatização do Banerj. Por meio de empréstimo bancário entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro foi constituída, com transferência de R$ 942.399.095,28, a denominada "Conta B"**.** A finalidade da referida conta é garantir o ressarcimento do adquirente do Banerj condenado em ações judiciais propostas com base em fatos ocorridos antes da privatização. Na presente ação, o Ministério Público Federal requer a invalidação parcial do contrato que autorizou a transferência do referido valor para "Conta B", bem como a condenação solidária dos réus na devolução dos valores já sacados indevidamente através de expedientes supostamente ilícitos praticados em acordos celebrados em ações trabalhistas movidas por ex-funcionários do Banerj.
g. **chance de perda**: Remota.
h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: Restituir os valores dos acordos trabalhistas que foram pagos com recurso da "Conta B" e impedir novas utilizações de valores da "Conta B".
i. **valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processo nº 2003.51.01.028514-2

a. **juízo**: 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (RJ)
b. **instância**: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
c. **data de instauração**: 05.12.2003
d. **partes no processo**: Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Ministério Público do Trabalho x Itaú Unibanco S.A.; Banco Banerj S.A. ("Banerj"), Gilberto Carlos Frizão, Manuel Antonio Granado e Otávio Aldo Ronco.
e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 942.399.095,28 (valor histórico de constituição da "Conta B" em 10.06.1997).
f. **principais fatos**: Trata-se de ação civil pública, por alegada improbidade administrativa, envolvendo aspectos da privatização do Banerj, relativos à constituição e movimentação da denominada "Conta B". Na ação os autores alegam que houve o saque indevido de recursos depositados na "Conta B" através de expedientes supostamente ilícitos praticados em ações trabalhistas movidas por ex-funcionários do Banerj (falta de interposição de recursos cabíveis), razão pela qual pedem que qualquer saque na "Conta B" seja submetido, previamente, ao Secretário Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, bem como a condenação solidária dos réus na devolução dos supostos valores sacados indevidamente e nas penas previstas na Lei 8.429/1992, por improbidade administrativa das pessoas físicas demandadas.
g. **chance de perda**: Remota.
h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: Restituir os valores sacados indevidamente da "Conta B".
i. **valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processos Tributários

Processo n.º 204.699/05

- **a. juízo**: Execuções Fiscais Municipais de São Paulo
- **b. instância:** 2ª instância – Tribunal de Justiça de São Paulo
- **c. data de instauração:** 22.11.2005
- **d. partes no processo:** Município de São Paulo x Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil
- **e. valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 1.783.001.851,49 (dezembro/2013)
- **f. principais fatos:** Ação proposta para a cobrança de ISS sobre operações de leasing praticadas em todo o país, em que se discute o local da prestação do serviço e a base de cálculo.
- **g. chance de perda**: Remota
- **h. análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
- **i. valor provisionado:** Sem provisão

Processo n.º 2003.61.00.003618-5

- **a. juízo**: 25ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo
- **b. instância:** 2ª instância – Tribunal Regional Federal da 3ª Região
- **c. data de instauração:** 29.01.2003
- **d. partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Banco Itaú S/A
- **e. valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 1.383.900.859,37 (dezembro/2013)
- **f. principais fatos:** Discute-se a legalidade da IN nº 213/02, especialmente a não incidência do IRPJ/CSLL sobre variação cambial de investimento no exterior.
- **g. chance de perda**: Remota (R$ 1.368.071.917,02) e Possível (R$ 15.828.942,35)
- **h. análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
- **i. valor provisionado:** Sem provisão

Processo n.º 16327.721052/2011-31

- **a. juízo**: Secretaria da Receita Federal do Brasil
- **b. instância:** 2ª instância administrativa
- **c. data de instauração:** 20.09.2011
- **d. partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Banco Itauleasing S/A
- **e. valores, bens ou direitos envolvidos:** R$ 756.257.938,51 (dezembro/2013)
- **f. principais fatos:** Autuação de PIS/COFINS sobre os lucros na venda de bens arrendados.
- **g. chance de perda**: Remota
- **h. análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
- **i. valor provisionado:** Sem provisão

Processo n.º 16327.721830/2011-92

a. **juízo**: Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. **instância:** 1ª Instância Administrativa
c. **data de instauração:** 28.12.2011
d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros
e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 973.785.683,83 (dezembro/2013)
f. **principais fatos:** Trata-se de exigência de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2007, no ato da aquisição, da diferença entre o valor de face do crédito e seu custo de aquisição.
g. **chance de perda**: Remota
h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
i. **valor provisionado:** Sem provisão

Processo n.º 16327.721131/2012-23

a. **juízo**: Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. **instância:** 1ª instância administrativa
c. **data de instauração:** 24.09.2012
d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x BFB Leasing S/A Arrendamento Mercantil
e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 619.938.298,62 (dezembro/2013)
f. **principais fatos:** Autuação de PIS/COFINS sobre os lucros na venda de bens arrendados no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011.
g. **chance de perda**: Remota
h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
i. **valor provisionado**: Sem provisão

Processo n.º 16327.721476/2012-87

a. **juízo**: Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. **instância:** 1ª instância administrativa
c. **data de instauração:** 13.12.2012
d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A
e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 602.417.983,21 (dezembro/2013)
f. **principais fatos:** Autuação de IRPJ/CSLL acrescidos de multa de ofício, multa isolada e juros de mora, em razão de glosa de valores registrados como amortização de ágio relacionado à aquisição do Banco Bandeirantes S/A e suas controladas.
g. **chance de perda**: Remota
h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
i. **valor provisionado**: Sem provisão

Processo n.º 16327.721481/2012-90

a. **juízo**: Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. **instância:** 1ª instância administrativa
c. **data de instauração:** 14.12.2012
d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Itaú Unibanco S/A
e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 697.837.311,91 (dezembro/2013)
f. **principais fatos:** Autuação previdenciária sobre o valor de PLR e bônus pagos aos funcionários no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2008, bem como sobre valores decorrentes de SAT e contribuição destinada a terceiros (salário-educação).
g. **chance de perda**: Remota (R$ 284.267.388,21) e Possível (R$ 413.569.923,70)
h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
i. **valor provisionado**: Sem provisão

Processo n.º 16327.720115/2012-13

a. **juízo**: Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. **instância:** 2ª instância administrativa
c. **data de instauração:** 01.02.2012
d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Unibanco União de Bancos Brasileiros S/A
e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 530.134.804,37 (dezembro/2013)
f. **principais fatos**: Trata-se de auto de infração para cobrança de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2007 decorrente do suposto excesso de distribuição de JCP de anos anteriores.
g. **chance de perda**: Possível
h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
i. **valor provisionado**: Sem provisão

Processo n.º 2006.61.00.011829-4

a. **juízo**: 02ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo
b. **instância:** 2ª instância – Tribunal Regional Federal da 3ª Região
c. **data de instauração:** 29.05.2006
d. **partes no processo:** Itaucard Financeira S/A Credito Fin. Investimento e outros x Delegado Especial das Instituições Financeiras
e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ R$ 1.260.378.391,14 (dezembro/2013)
f. **principais fatos:** Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para afastar o alargamento da base de calculo da contribuição ao PIS e da COFINS, introduzido pelo § 1º, do art. 3º da Lei 9.718/98.
g. **chance de perda**: Provável
h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
i. **valor provisionado:** R$ 1.260.378.391,14

Processo n.º 2009.61.00.007837-6

- **a. juízo**: 21ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo
- **b. instância:** 2ª instância – Tribunal Regional Federal da 3ª Região
- **c. data de instauração:** 27.03.2009
- **d. partes no processo:** BFB Leasing x Delegado Especial das Instituições Financeiras
- **e. valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 1.686.225.127,16 (dezembro/2013)
- **f. principais fatos:** Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para afastar a aplicação da Lei 11.727/08 que aumentou a alíquota da CSLL para as instituições financeiras de 9% para 15% , por afronta ao principio da Isonomia.
- **g. chance de perda**: Provável
- **h. análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
- **i. valor provisionado:** R$ 1.686.225.127,16

Processo n.º 2008.61.00.014763-1

- **a. juízo**: 11ª Vara Cível Federal de São Paulo
- **b. instância:** 2ª instância – Tribunal Regional Federal da 3ª Região
- **c. data de instauração:** 23.06.2008
- **d. partes no processo:** Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e outros x Delegado das Instituições Financeiras de São Paulo
- **e. valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 747.953.160,23 (dezembro/2013)
- **f. principais fatos:** Mandado de Segurança impetrado preventivamente para afastar a sujeição dos impetrantes à aplicação do aumento de alíquota de 9% para 15%, equiparando-os aos demais contribuintes sujeitos à menor alíquota. Liminar Indeferida. Sentença improcedente. Aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação.
- **g. chance de perda**: Provável
- **h. análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
- **i. valor provisionado**: R$ 747.953.160,23

Processo n.º 10480.729104/2013-21

- **a. juízo**: Secretaria da Receita Federal do Brasil
- **b. instância:** 1ª instância administrativa
- **c. data de instauração:** 08.08.2013
- **d. partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Hipercard Banco Múltiplo S/A
- **e. valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 531.898.785,15 (dezembro/2013)
- **f. principais fatos:** Auto de infração de IRPJ e CSLL de 2008 a 2010, por não adição das despesas de amortização de ágio decorrentes do processo de compra da Hipercard, bem como das despesas de JCP e de descontos concedidos. Há ainda a cobrança de insuficiência de CSLL referente ao ajuste de 2008 e multa isolada.
- **g. chance de perda**: Remota (R$ 273.193.771,02) e Possível (R$ 258.705.014,13)
- **h. análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
- **i. valor provisionado**: Sem provisão

Processo n.º 16327.721796/2011-56

j. **juízo**: Secretaria da Receita Federal do Brasil

k. **instância:** 2ª instância administrativa

l. **data de instauração:** 23.12.2011

m. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Itaú Holding S/A

n. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 1.448.616.221,61 (dezembro/2013)

o. **principais fatos:** Auto de infração que visa a cobrança de contribuição previdenciária devida em função de remuneração supostamente paga como decorrência da outorga de compras de ações (*stock options*) a determinados diretores, e pela não declaração de GFIP dos corretos valores, nos períodos de março, abril, maio e dezembro de 2006.

p. **chance de perda**: Remota (R$ 1.316.603.240,41) e Possível (R$ 132.012.981,20)

q. **análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.

r. **valor provisionado**: Sem provisão

Processo n.º 16327.721798/2011-45

a. **juízo**: Secretaria da Receita Federal do Brasil

b. **instância:** 2ª instância administrativa

c. **data de instauração:** 23.12.2011

d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Itaú Holding S/A

e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 690.708.004,99 (dezembro/2013)

f. **principais fatos:** Auto de infração visando a exigência de multa, nos termos do art. 9º, lei nº 10.426/2002, em razão da suposta falta de retenção de IR incidente sobre os valores resultantes das outorgas de opções de compra de ações para diretores (*stock options*).

g. **chance de perda**: Remota (R$ 626.736.702,07) e Possível (R$ 63.971.302,92)

h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.

i. **valor provisionado**: Sem provisão

Em 25 de junho de 2013, recebemos um auto de infração da Receita Federal do Brasil alegando que a Itaú Unibanco Holding não recolheu, aproximadamente, R$ 11.884,7 milhões de IRPJ, mais multas e juros acumulados, e, aproximadamente, R$ 6.867,0 milhões de CSLL, mais multas e juros acumulados, no exercício fiscal de 2008, decorrentes da transação que levou à associação da Itaú Holding e do Unibanco Holdings S.A. A Receita Federal do Brasil alega que deveriam ter sido realizadas transações de outro tipo. Entretanto, a operação sugerida pela Receita não tem respaldo nas normas aplicáveis às instituições financeiras.

Em 30 de janeiro de 2014, fomos informados que a Receita Federal do Brasil confirmou as notificações em uma decisão não unânime. Entraremos com um recurso contra a decisão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Continuamos defendendo que as transações conduzidas foram apropriadas e legítimas, tendo sido aprovadas pelos órgãos administrativos das empresas envolvidas e seus respectivos acionistas e, subsequentemente, sancionadas também pelas autoridades reguladoras competentes, incluindo a CVM, o Banco Central e o CADE. Juntamente com nossos advogados externos, avaliamos o risco de perda nesse processo tributário como remoto.

Processos Trabalhistas

O Emissor não identificou processos trabalhistas, em curso em 31 de dezembro de 2013, relevantes em razão da matéria ou valor envolvido. O mesmo ocorreu em relação às suas controladas.

Processos Administrativos e Arbitrais

O Emissor não identificou processos administrativos (exceto processos administrativos tributários, conforme já indicados acima) e arbitrais, em curso em 31 de dezembro de 2013, relevantes em razão da matéria ou valor envolvido.

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:

O Emissor não é parte em processos que tenham sido movidos por seus administradores ou ex-administradores nem por seus controladores ou ex-controladores.

O Emissor e suas controladas realizam operações societárias que, eventualmente, são impugnadas judicialmente por acionistas minoritários, os quais discordam especialmente do valor pago por suas ações. Segue abaixo descrição dos processos judiciais cíveis movidos por investidores da Emissora.

Segue abaixo descrição dos processos judiciais cíveis movidos por investidores das controladas da Emissora.

Processo nº 000.00.643149-6

a. **juízo**: 08ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP);

b. **instância**: 2ª instância;

c. **data de instauração**: 27.11.2000

d. **partes no processo**: Sumatra Comércio e Indústria, Importações e Exportações Ltda. e João Antonio Lian x Banco Bandeirantes S/A

e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 0,00

f. **principais fatos**: Trata-se de ação visando a anulação das deliberações realizadas nas assembléias gerais ordinárias do Banco Bandeirantes, ocorridas nos anos de 1999 e 2000, referentes aos exercícios de 1998 e 1999, visando ainda reprovar as demonstrações financeiras e os atos delas decorrentes, em especial os contratos de cessa de créditos celebrados entre o Banco Bandeirantes e a Portonovo, os quais deverão ser anulados, revogando os efeitos deles decorrentes; e (ii) que sejam ressarcidos os danos causados aos autores, decorrentes de tais contratos de cessão de crédito. Pedido julgado improcedente. Aguarda julgamento do recurso especial.

g. **chance de perda**: Remota

h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: Ilíquido

i. **valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processo nº 000.00.619716-7

a. **juízo:** 07ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)

b. **instância**: Superior Tribunal de Justiça

c. **data de instauração**: 05.10.2000

d. **partes no processo:** Sumatra Comércio e Indústria, Importações e Exportações Ltda e João Antonio Lian x Banco Bandeirantes S/A

e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 174.782.148,53 (Dezembro/2013)

f. **principais fatos**: Trata-se de ação na qual os autores pretendem sejam a eles estendidos os termos do acordo firmado entre os réus e outros acionistas minoritários do Banco Bandeirantes, facultando-lhes todos os direitos previstos naquele acordo. Pedido julgado procedente no TJSP. Recurso especial provido para afastar a legitimidade do UBB e do Bandeirantes no que concerne aos atos praticados pelo antigo controlador. Resta aguardar a interposição de divergência ou trânsito.

g. **chance de perda**: Possível

h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.

i. **valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processo nº 51718900-0

a. **juízo:** (iii) 39ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)

b. **instância:** (iii) 1ª instância

c. **data de instauração:** (iii) 17.02.2000

d. **partes no processo:** Espólio de Yerchanik Kissajikian x Banco Bandeirantes S/A

e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R$ 0,00

f. **principais fatos:** Trata-se de ação na qual os autores requerem seja assegurado o direito de subscrição do valor de R$ 300.000,00, bem como condenação dos réus a indenizar os autores as perdas e danos experimentadas em razão da diluição injustificada de sua participação societária decorrente de aumentos de capital provocados por prejuízos injustificáveis e impostos pelos controladores com abuso de poder e redução de patrimônio líquido em decorrência de vendas de ativos por valores incompatíveis. Pendente sentença.

g. **chance de perda:** Possível

h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Ilíquido

i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão

Processo nº 583.00.2001.076875-7

a. **juízo:** 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)

b. **instância**: 1ª instância

c. **data de instauração**: 05.07.2001

d. **partes no processo:** Antranik Kissajikian, André Kissajikian, Suely Kissajikian, Vanda Kissajikian Mordjikian e Companhia Iniciadora Predial e Comercial Empreendimentos Brasil S.A. x Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A, Caixa Geral de Depósitos S/A e Caixa Brasil Participações S/A

e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 0,00

f. **principais fatos**: Trata-se de ação na qual se alega abuso de poder do controlador, pois teria diluído a sua participação acionária no capital social do Banco Bandeirantes, bem como pelo posterior fechamento do seu capital sem prévia oferta pública. Sem sentença.

g. **chance de perda**: Possível

h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: Ilíquido

i. **valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processo nº 000.02.066583-0

a. **juízo:** 04ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)

b. **instância:** Superior Tribunal de Justiça

c. **data de instauração:** 15.04.2002

d. **partes no processo:** Renato Cifali, Arlete Sanchez Morales Cifali, Sylvio Propheta de Oliveira, Luiz Carlos Ferreira e Clube de Investimentos FHS x Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A e Banco Bandeirantes S/A

e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 0,00

f. **principais fatos**: Trata-se de ação na qual os autores requerem seja exibido o instrumento de transferência de controle acionário do Banco Bandeirantes firmado entre a Caixa Brasil SGPS e o Unibanco.Ação extinta por falta de interesse de agir. Aguarda julgamento do recurso especial.

g. **chance de perda**: Remota

h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: Ilíquido

i. **valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processo nº 000.02.052042-5

a. **juízo:** 15ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)

b. **instância:** Superior Tribunal de Justiça

c. **data de instauração:** 25.03.2002

d. **partes no processo:** Renato Cifali, Arlete Sanchez Morales Cifali e Panamá Empreendimentos e Participações Ltda. x Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A e Banco Bandeirantes S/A

e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 0,00

f. **principais fatos:** Trata-se de ação na qual os autores pretendem obter declaração de que o comprimento das disposições contidas no termo de acordo celebrado entre as partes esteja condicionado à satisfação das obrigações dos réus – exercício dos direitos de eleger um conselheiro fiscal e suplente do Banco Bandeirantes –, e de exercer a opção de compra de ações. Ação extinta. Aguarda recurso especial.

g. **chance de perda**: Remota

h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: Ilíquido

i. **valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processo nº 583.00.1998.940258-0

a. **juízo:** 15ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)

b. **instância**: 2ª instância

c. **data de instauração**: 25.03.2002

d. **partes no processo:** Hélio Caretoni x Banco Bandeirantes S/A, Caixa Geral de Depósitos S/A, Unibanco – União de Bancos Brasileiros e Caixa Brasil Participações S/A

e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 0,00

f. **principais fatos**: Trata-se de execução na qual se requer sejam os executados compelidos a calcular os valores devidos para possibilitar-lhe o exercício da opção de compra de 50.000 ações preferenciais do Banco Bandeirantes. A execução é consubstanciada em termo de acordo, segundo o qual Caixa Brasil (acionista controladora do Banco Bandeirantes) outorgou a alguns acionistas minoritários (incluindo o autor), o direito de opção de compra e venda de ações decorrentes de aumento de capital na proporção de suas posições acionárias. Embargos acolhidos para reconhecer a ilegitimidade. Apelação do autor improvida e está pendente juízo de admissibilidade de recurso especial do autor.

g. **chance de perda**: Remota

h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: Ilíquido

i. **valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processo nº 5263020-40.2007.8.13.0024

- **a. juízo**: 3ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais (MG)
- **b. instância**: Superior Tribunal de Justiça
- **c. data de instauração**: 17.08.1982
- **d. partes no processo**: Ítalo Aurélio Gaetani mais 71 Co-Autores x Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A
- **e. valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 27.556.697,82 (Dezembro/2013) (Incorporação do Banco Mineiro pelo Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S/A).
- **f. principais fatos**: Trata-se de pedido de indenização requerido por acionistas minoritários em decorrência de suposto prejuízo sofrido em razão do processo de incorporação do Banco Mineiro pelo Unibanco. Pedido julgado improcedente. Aguarda julgamento dos embargos de divergência no STJ.
- **g. chance de perda**: Remota
- **h. análise do impacto em caso de perda do processo**: perda do valor discutido.
- **i. valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processo nº 0663986-15.1985.4.03.6100

- **a. juízo**: 26ª Vara Federal – São Paulo (SP)
- **b. instância**: 1ª instância (em fase de citação de espólios)
- **c. data de instauração**: 14.02.1985
- **d. partes no processo**: Elizabeth da Veiga Alves x Banco Itaú S/A e outros
- **e. valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 0,00 (Incorporação do Banco União Comercial pelo Itaú Unibanco S.A. - “Itaú Unibanco”).
- **f. principais fatos**: Trata-se de ação popular questionando o processo de incorporação do Banco União Comercial pelo Itaú Unibanco, com pedido de ressarcimento de supostos danos que teriam sido suportados pela União Federal decorrentes de referido processo de incorporação. Prescrição reconhecida. Aguarda julgamento de admissibilidade do recurso especial.
- **g. chance de perda**: Remota
- **h. análise do impacto em caso de perda do processo**: Ilíquido
- **i. valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

Processo nº 583.00.2009.229.838-5 e 583.00.2011.137.145-3

a. **juízo**: (i) 39ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP); (ii) 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP).

b. **instância**: (i) 2ª instância; (ii) 1ª instância.

c. **data de instauração**: (i) 05.02.2010; (ii) 20.04.2011.

d. **partes no processo**: (i) S/A Philomeno Indústria e Comércio e Panamá Empreendimentos e Participações x Itaú Unibanco Holding S/A; (ii) Philomeno Imóveis e Participações Ltda x Itaú Unibanco Holding S/A

e. **valores, bens ou direitos envolvidos**: R$ 0,00

f. **principais fatos**: (i) acionista reclama indenização, sob a alegação de ter sido impedido de exercer os seus direitos de sócio; (ii) acionista pede a exibição de documento no qual foi com ele firmado acordo.

g. **chance de perda**: Remota: (i) o acionista nunca foi impedido de exercer os seus direitos de sócio; e (ii) a cópia do acordo está à disposição do acionista.

h. **análise do impacto em caso de perda do processo**: Ilíquido

i. **valor provisionado, se houver provisão**: Sem provisão

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

O Emissor e suas controladas não são parte em processos considerados relevantes que estejam sob sigilo.

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

O Emissor não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos que em conjunto sejam relevantes.

Abaixo segue referência aos processos dessa natureza das controladas financeiras do Emissor.

Ações Cíveis de Planos Econômicos

Entre os anos de 1986 e 1994, o Governo Federal implementou diversos planos de estabilização monetária, mais conhecidos como Cruzado, Bresser, Verão, Collor I, Collor II e Real, com o objetivo de conter a inflação elevada e crônica que durante anos comprometeu a estabilidade do país.

Para a implementação dos planos, diversas leis foram editadas por sucessivos governos, no pleno exercício de competências a eles conferidas pela Constituição Federal para a disciplina do sistema monetário-financeiro.

Tais leis, no entanto, passaram a ser questionadas por titulares de cadernetas de poupança detidas à época, pleiteando supostas diferenças de correção monetária decorrentes de alterações determinadas pelos referidos planos nos índices da poupança.

Ações Individuais

O Banco é parte em ações individuais massificadas e repetidas referentes aos planos econômicos. Tais ações são provisionadas.

Ações Civis Públicas

O Banco é parte também em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas pelo Ministério Público e por associações de defesa do consumidor.

A constituição de provisão é feita em cada novo processo de execução individual, quando surgido.

Jurisprudência Controversa

Há uma controvérsia instalada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal decorrente do fato de que, para fenômeno econômico semelhante, tem sido dispensado tratamento diferente do que aquele dado à poupança. No caso das aplicações em CDB e das correções aplicadas aos contratos em geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já se consolidou favorável à constitucionalidade das leis que regeram os planos econômicos. Por conta dessa controvérsia, pende no Supremo Tribunal Federal a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 165 (ADPF165), movida pela Consif, na qual o Banco Central do Brasil figura como *amicus curiae*, evidenciando com excelência técnica o fato de os poupadores não terem incorrido em perdas e defendendo a constitucionalidade dos planos econômicos.

Principalmente por essa razão, o Banco acredita na procedência da ADPF 165, e também porque nada mais fez do que cumprir as normas legais que instituíram os planos econômicos, dando exato cumprimento, da mesma forma, às determinações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Causas cíveis de origens diversas

Além das ações judiciais relativas aos planos econômicos, existem contra o Banco ações cíveis de outras naturezas, decorrentes de pedidos indenizatórios por danos morais e materiais diversos e fruto do curso normal dos seus negócios, relativos a, por exemplo, protesto de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações no cadastro de restrições ao crédito.

O montante total de provisão para ações cíveis em 31 de dezembro de 2013 era de R$ 4.473 milhões.

Ações tributárias

Na esfera tributária, o conglomerado possui diversos processos em que se discute a incidência de Imposto sobre Serviço (ISS), para os quais há provisão contábil de R$ 367 milhões em 31.12.2013.

ISS Leasing - local da prestação/base de cálculo

As empresas que efetuam arrendamento mercantil no Conglomerado Itaú Unibanco recolhem o ISS para o município onde está situado o seu estabelecimento prestador, que é efetivamente onde a atividade de arrendamento mercantil é desempenhada, especificamente, a análise e aprovação do crédito e acompanhamento do contrato, nos termos da legislação tributária em vigor.

Diversas empresas do Conglomerado Itaú Unibanco foram autuadas e executadas judicialmente pela falta de recolhimento de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil, em outros 300 municípios onde o bem arrendado é escolhido e entregue ao arrendatário. A base de cálculo utilizada para lançamento é em geral superior à contraprestação de arrendamento mercantil. Discutem-se nos processos correspondentes o local da prestação do serviço e a base de cálculo.

A questão foi julgada favorável aos bancos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no procedimento de julgamento de recursos repetitivos. Uma vez julgado o *leading case* , a decisão reproduzir-se-á para todos os casos semelhantes que estão aguardando apreciação do STJ ou nas instâncias inferiores.

Nos termos da deliberação CVM 489/2005, não há provisão contábil, tendo em vista a classificação remota de perda desses casos, tendo em vista julgamento favorável aos contribuintes no STJ, conforme mencionado no parágrafo anterior.

ISS Atividade Financeira

As instituições financeiras do Conglomerado Itaú Unibanco efetuam o pagamento do ISS sobre as receitas decorrentes da efetiva prestação de serviço, dentre outras, taxas de abertura de conta-corrente e taxas de administração de cartão de crédito. Por outro lado, sofrem autuações e execuções fiscais cobrando o pagamento do imposto municipal sobre diversas outras receitas próprias da atividade financeira, dentre outras, receitas da intermediação financeira. O conglomerado acredita que as receitas autuadas não se caracterizam como prestação de serviço ou não constam da lista taxativa de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/03, sendo ilegítima a cobrança do ISS.

Processos Trabalhistas

O Emissor não identificou processos trabalhistas, em curso em 31.12.2013, relevantes em razão da matéria ou do valor envolvido. O mesmo ocorreu em relação às suas controladas.

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Reportamo-nos à Nota 12 de nossas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013, conforme já publicada, para informar que há, em nossas demonstrações financeiras consolidadas, saldos aprovisionados para contingências e obrigações legais tributárias no valor total de R$ 8.973.897 mil (R$ 2.527.011 mil para contingências e R$ 6.446.886 mil para obrigações legais), para contingências cíveis no valor total de R$ 4.472.537 mil, para contingências trabalhistas no valor total de R$ 5.192.247 mil e para outras contingências no valor total de R$ 223.235 mil.

As principais teses tributárias provisionadas são as seguintes:

R$ mil

Tributo	Discussão	Valor
CSLL	Isonomia: pedimos a incidência do tributo à alíquota de 9% em vez de 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras, alegando inconstitucionalidade o artigo 41 da Lei 11.727/08.	2.471.120
PIS/COFINS	Faturamento x Receita Bruta: pleiteamos a incidência dos tributos apenas sobre o faturamento entendido como a receita da venda de bens e serviços ou ainda a incidência do PIS Repique (a 5% do imposto de renda devido), em detrimento da incidência sobre o total das receitas contabilizadas, alegando inconstitucionalidade do parágrafo 1º, artigo 3º da Lei 9.718/98.	1.788.780
IRPJ/CSLL	Tributação de Lucros auferidos no exterior: defendemos a isenção do resultado positivo de equivalência patrimonial de investimentos no exterior.	499.486
PIS	Anterioridade nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70.	421.700

Além dos saldos provisionados, a Nota Explicativa 12 de nossas demonstrações financeiras informa os saldos de contingências cíveis avaliadas como de perda possível, em R$ 1.659.612 mil, bem como contingências tributárias avaliadas como de perda possível no montante total de R$ 10.879.927 mil, que se explica pelas principais teses abaixo descritas.

Principais Teses de Perda Possível - Contingências Tributárias

R$ mil

Tributo	Discussão	Valor
INSS	Verbas não remuneratórias: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale-transporte e abono único.	2.564.012
IRPJ/CSLL	Juros sobre o Capital Próprio: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e anos anteriores.	1.128.399
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS	Indeferimento de Pedido de Compensação: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.	1.075.353
IRPJ/CSLL	Ágio Dedução: Defendemos a dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura.	1.049.429
ISS	Atividades bancárias: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar 116/03 ou do Decreto-Lei 406/68.	616.234

Não há outras contingências relevantes no âmbito do Emissor.

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

a) Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não se aplica, o Brasil é país de origem do Emissor.

b) Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não se aplica, o Brasil é país de origem do Emissor.

c) Hipóteses de cancelamento de registro

Não se aplica, o Brasil é país de origem do Emissor.

d) Outras questões do interesse dos investidores

Não se aplica, o Brasil é país de origem do Emissor.

ITEM 5 – RISCOS DE MERCADO

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a emissora está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo as operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual monitoramos e controlamos os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devido aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão de risco adequados.

Nossa política institucional de gerenciamento de risco de mercado é um conjunto de princípios da regulamentação do CMN que norteiam nossa estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado, aplicável a todas as nossas unidades de negócio e entidades organizacionais.

Nossa estratégia de gerenciamento de risco busca balancear nossos objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

• Conjuntura política, econômica e de mercado;

• Carteira de risco de mercado; e

• Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis (exemplo: Carteira de Não Negociação, Carteira de Negociação e Mesa de Ações) e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros e risco de variação cambial). Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas. Nossa estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

• Proporcionar que a assunção de riscos de mercado esteja em linha com os nossos objetivos de risco-retorno;

• Promover o diálogo disciplinado e bem informado com os executivos sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;

• Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;

• Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e

• Evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação de cenários de estresse, análise e testes, (iv) relatar os resultados de risco para os responsáveis dentro das unidades de negócios de acordo com a nossa governança, (v) monitorar as ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) providenciar apoio para o lançamento de novos produtos financeiros. Para isto, contamos com com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento das Comissões Superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

Nossa estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle

e é revisada, no mínimo, anualmente. O arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio líquido disponível para suportar as atividades de negociação e o perfil de risco de cada entidade organizacional, definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados e controlados diariamente pela nossa área independente de controle de risco de mercado e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes, de acordo com o procedimento a seguir:

• Em um dia útil, para a gestão da unidade de negócios responsável;

• Em uma semana, para o comitê de risco e posição, que é composto pelo nosso vice-presidente Executivo da Tesouraria Institucional, nosso Diretor Executivo da Tesouraria Institucional, pelos diretores das unidades Trading e Banking, nosso Vice presidente de riscos e nosso diretor de Risco de Mercado; e

• Em um mês, para a Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI), que é presidida pelo nosso presidente.

Adicionalmente, os membros de nosso Conselho de Administração estabeleceram certos limites de alertas de alto nível aplicáveis especificamente às atividades de tesouraria. Estes limites de alerta de alto nível também são monitorados diariamente pela Unidade independente de risco, e quaisquer violações são comunicadas aos Comitês, Comissões, aos Diretores e ao Conselho de Administração, de acordo com os procedimentos citados acima. Violações potenciais de limite também são relatados aos diretores executivos, através da CSRisc, que reúne-se a cada dois meses, e aos membros do Conselho de Administração por intermédio do CGRC, que reporta suas atividades aos membros do Conselho de Administração.

Nós realizamos hedge de operações com clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado (ex: preços) e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de hedge contábil e econômico são regidos por nossos normativos institucionais. Nossa estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias (inclusive derivativos), realizada com a intenção de negociação, para se beneficiar de oportunidades de arbitragem, ou para cobertura de risco dentro desta carteira, e que não têm nenhuma restrição à negociação. Os lucros são baseados em mudanças nos preços efetivos ou esperados no curto prazo.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição e que não são classificadas na carteira de negociação. Operações de tesouraria da carteira bancária são executadas em conjunto com a gestão ativa dos riscos financeiros inerentes em nosso balanço patrimonial em geral, e são realizadas sem a intenção de operar no curto prazo. A carteira pode incluir derivativos. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados por nós são:

• Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;

• Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;

• Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial (ex: posições em

moedas estrangeiras);

• Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;

• Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e commodities.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

• Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;

• Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);

• Alerta de Stop Loss: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;

• Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("MtM – Mark to Market"); e

• VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

• Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;

• Sensibilidade (DV01 – Delta Variation): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador; e

• Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

VaR - Consolidado Itaú Unibanco

O modelo interno de VaR utilizado considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia de ponderação da volatilidade que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela abaixo mostra o VaR Global Consolidado, que compreende nossas carteiras Trading e Banking e nossas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International, Banco Itaú Argentina, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Uruguai, Banco Itaú Paraguai e Itaú BBA Colômbia).

Nós, mantendo nossa gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguimos com nossa política de operar dentro de limites reduzidos em relação ao nosso capital no período.

VaR Global[1]	(R$ milhões)											
	Média	Mínimo	Máximo	31/12/13	Média	Mínimo	Máximo	31/12/12	Média	Mínimo	Máximo	31/12/11
Grupo de Fatores de Risco												
Taxa de Juros	172,4	65,6	416,9	69,1	191,2	71,8	427,6	348,7	100,9	24,6	222,6	104,8
Cupons Cambiais	26,2	8,6	76,7	45,2	20,4	7,3	49,6	11,4	29,5	12,6	59,0	23,6
Variação Cambial	34,5	4,4	70,2	10,4	25,7	4,6	53,9	8,8	19,1	5,2	38,8	18,0
Índices de Preços	76,1	37,3	155,5	65,7	110,3	14,8	325,0	51,2	17,7	2,5	41,6	21,1
Renda Variável	29,6	14,0	60,1	20,4	24,2	13,6	43,5	16,8	36,9	17,4	57,1	25,2
Unidades Externas												

Banco Itaú BBA International	2,4	1,6	4,1	1,9	1,7	0,7	5,1	1,1	2,9	0,4	6,5	1,5
Banco Itaú Argentina	4,0	2,2	7,4	5,7	3,0	1,7	5,6	5,5	4,0	1,6	9,4	3,7
Banco Itaú Chile	5,6	2,1	13,6	2,1	5,5	3,2	9,6	4,4	5,3	1,9	10,3	5,3
Banco Itaú Uruguai	2,8	1,5	8,9	1,7	1,7	0,3	3,4	2,0	0,5	0,2	1,1	0,7
Banco Itaú Paraguai	0,9	0,4	1,8	0,9	0,4	0,2	1,4	1,0	0,6	0,2	1,7	0,2
Banco Itaú BBA Colômbia	0,4	0,0	1,3	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de Diversificação[1]				(113,0)				(77,1)				(53,4)
Total	**224,5**	**97,9**	**443,4**	**110,4**	**289,7**	**118,0**	**601,4**	**373,7**	**142,0**	**74,0**	**278,5**	**150,9**

1. Redução do risco, devida à combinação de todos os fatores de riscos.

Em 31 de dezembro de 2013, nossa média do VaR Global foi R$ 224,5 milhões, ou 0,27% do total do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2013, em comparação com R$ 289,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, ou 0,38%, do total do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2012 e R$ 142,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, ou 0,19%, do total do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2011. O VaR Total Consolidado das Unidades Externas representa menos de 1% do patrimônio líquido do Itaú Unibanco em 31 de dezembro de 2013.

VaR – Carteira de Negociação

A Tesouraria Institucional tem sua administração de risco segregada em Carteira de Não Negociação e Carteira de Negociação.

Recentemente aprimoramos nossa metodologia interna de apuração do VaR para o Trading Book, migrando da abordagem Paramétrica para a "Simulação Histórica". Esta abordagem utiliza 4 anos de dados históricos de mercado, efetua o reapreçamento integral de todas as posições, considerando tanto o período de manutenção de um dia quanto o de dez dias, e é reportado o risco em diversos níveis de confiança, incluindo o usual nível de confiança de 99%. Essa metodologia é amplamente reconhecida por melhorar a aferição do risco para produtos não lineares (como opções), e por capturar com maior eficácia tanto os riscos de base como os eventos de cauda. O modelo calcula VaR em retornos simples não ponderados e também considerando uma ponderação por volatilidade. Estamos estendendo o uso desse modelo para além do Trading Book de forma a incluir todos os portfólios relevantes que estão sujeitos a riscos de mercado.

A Carteira de Negociação se posiciona visando otimizar resultados de risco-retorno. A Carteira de Negociação, que busca as melhores oportunidades de mercado externo e interno dentro de limites preestabelecidos, tem por objetivo criar uma exposição ao risco bem diversificada.

***VaR* Carteira de Negociação[1]**	**(R$ milhões)**											
	Média	**Mínimo**	**Máximo**	**31/12/13**	**Média**	**Mínimo**	**Máximo**	**31/12/12**	**Média**	**Mínimo**	**Máximo**	**31/12/11**
Grupo de Fatores de Risco												
Taxa de Juros	38,2	15,7	104,9	20,1	38,3	12,8	95,4	25,2	31,2	9,5	79,0	18,4
Cupons Cambiais	13,7	4,5	31,7	21,7	10,7	4,2	27,2	6,4	11,5	5,5	27,1	7,5
Variação Cambial	31,8	6,2	68,1	9,4	25,1	4,9	55,6	9,9	20,9	7,7	37,8	22,0
Índices de Preços	12,0	3,1	30,4	21,4	9,4	1,8	22,2	7,1	6,9	0,9	24,5	4,7
Renda Variável	19,2	5,8	38,2	13,7	23,3	13,8	41,5	14,8	7,5	1,5	15,1	24,0
Efeito de Diversificação[1]				(56,0)				(38,6)				(22,6)
	40,2	**17,7**	**71,7**	**30,3**	**54,3**	**21,3**	**112,3**	**24,7**	**69,1**	**38,4**	**125,0**	**53,9**

1. Redução do risco, devida à combinação de todos os fatores de riscos.

Nossa média total do VaR da Carteira de Negociação foi de R$ 40,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, comparado com R$ 54,3 milhões em 2012 e R$ 69,1 milhões em 2011.

Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação)

Conforme requerido pelas regulações brasileiras, realizamos a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas resultantes são apresentadas abaixo, por fator de risco, em cada um dos cenários e líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão de nossa exposição em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade das Carteiras de Não Negociação e de Negociação aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis que adotamos.

Exposições		R$ mil					
		Carteira de Negociação[1] 31 de Dezembro, 2013			Carteiras de Negociação e Carteira de Não Negociação[1] 31 de Dezembro, 2013		
Fatores de Risco	**Risco de Variação em**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(387)	(9.632)	(19.187)	(2.107)	(52.469)	(104.507)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	122	(3.079)	(6.188)	375	(9.336)	(18.593)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	3.994	(99.844)	(199.688)	3.183	(79.568)	(159.136)
Índices de Preços	Taxas de cupons de índices de preços	(758)	(18.600)	(36.489)	(4.237)	(103.960)	(203.958)
TR	Taxas de cupom de TR	5	(119)	(238)	257	(6.428)	(12.885)
Ações	Preços de ações	3.597	(89.920)	(179.839)	2.867	(71.679)	(143.358)
Total sem correlação		**6.573**	**(221.193)**	**(441.628)**	**337**	**(323.439)**	**(642.438)**
Total com correlação		**6.336**	**(213.234)**	**(425.738)**	**325**	**(311.801)**	**(619.322)**

1. Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, utilizamos os seguintes cenários:

• Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros e índices associados, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações;

• Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas taxas de juros e índices associados, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; e

• Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas taxas de juros e índices associados, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

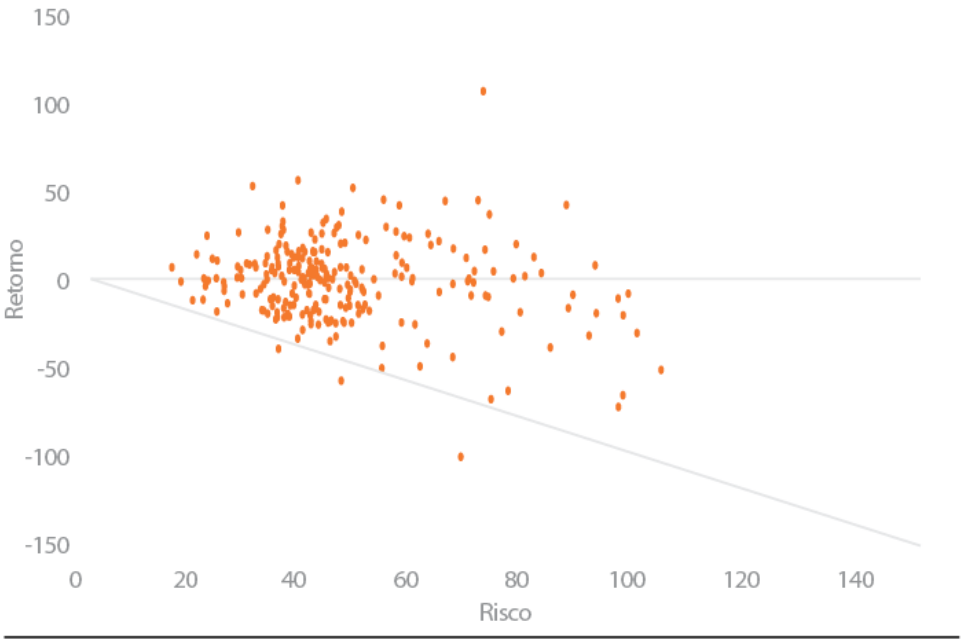
Teste de Aderência

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, onde são comparados perdas e ganhos hipotéticos diários com o VaR diário estimado. O número de exceções dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com a hipótese de intervalos de confiança de 99% (isto é, há 1% de probabilidade de perdas financeiras maiores que as perdas estimadas pelo modelo), considerando uma janela de 250 dias úteis (findos em 31 de dezembro de 2013). As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo documento de Basileia “Supervisory Framework for the use of backtesting in conjunction with the internal models approach to market risk capital requirements”.

Essas faixas dividem-se em:

• Verde (0 a 4 exceções): corresponde aos resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
• Amarela (5 a 9 exceções): refere-se a uma faixa intermediária, que sinaliza a necessidade de atenção e/ou monitoramento; e
• Vermelha (10 ou mais exceções): demonstra a necessidade de uma ação de melhoria.

Teste de Aderência – Risco Global Carteira de Negociação – Tesouraria Institucional (R$ milhões)



Fonte: Itaú Unibanco Holding

Para ilustrar a confiabilidade das nossas medidas de risco geradas pelos modelos utilizados, apresentamos o gráfico do teste de aderência do risco da Carteira de Negociação da Tesouraria Institucional (as unidades internacionais não são incluídas no gráfico, devido à baixa relevância de seus montantes de VaR). O gráfico demonstra o grau de adequação dos nossos modelos de risco de mercado, apresentando o risco (em módulo) versus o retorno para o período considerado. Como a linha diagonal representa risco igual ao retorno, todos os pontos que ficam abaixo dela apontam exceções ao risco estimado. Com relação ao VaR da Carteira de Negociação da Tesouraria Institucional, a perda hipotética foi maior que o VaR estimado pelo modelo em 3 dias no período.

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos:

O Emissor fundamenta sua tomada de decisão utilizando ferramentas de análise que permitam a realização de operações rentáveis de forma segura, buscando a otimização do risco-retorno.

A estratégia de gerenciamento de risco do Itaú Unibanco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do Itaú Unibanco;
- Capacidade de atuar em mercados específicos

A gestão de riscos do Emissor busca as melhores práticas de governança corporativa recomendadas por organismos internacionais e pelo Acordo de Basileia.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do Emissor encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007, do CMN (e atualizações posteriores), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e entidades organizacionais do Itaú Unibanco.

a) Riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção primordialmente para os riscos de taxas de juros, inflação e variação cambial.

b) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

O patrimônio da organização é gerido em moeda nacional e a estratégia de proteção objetiva evitar que oscilações dos fatores relevantes de mercado comprometam o valor do patrimônio.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Quando necessário, o Emissor realiza operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros usados pelo Emissor consistem do uso de métricas de risco de mercado, tais como: *VaR* (*Value at Risk*), *VaR Stress*, Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Alerta de *Stop Loss* e Concentração.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

O Emissor realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de hedge contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Gerenciamento de riscos e capital

Consideramos a gestão de risco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas.

Nosso gerenciamento de risco é o processo onde:

• São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais em nossas operações;

• São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e nossas estratégias;

• Nossa carteira é administrada vis-à-vis às melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa

que possam afetar as estratégias e objetivos das nossas unidades de negócio e de suporte, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e Comissões Superiores, descritos abaixo, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a nossa administração através dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Nossa estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada por unidade independente, conduzida por um vice-presidente com reporte ao CEO e ao Conselho de Administração, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco do Itaú Unibanco e as políticas estabelecidas. Esta estrutura independente também é responsável por centralizar o nosso gerenciamento de capital. O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho de Administração e aos Executivos uma visão global das nossas exposições aos riscos bem como uma visão prospectiva sobre a nossa adequação de capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Nós administramos sistemas de tecnologia da informação proprietários para completo atendimento aos requerimentos de reserva de capital do Banco Central, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordenamos as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

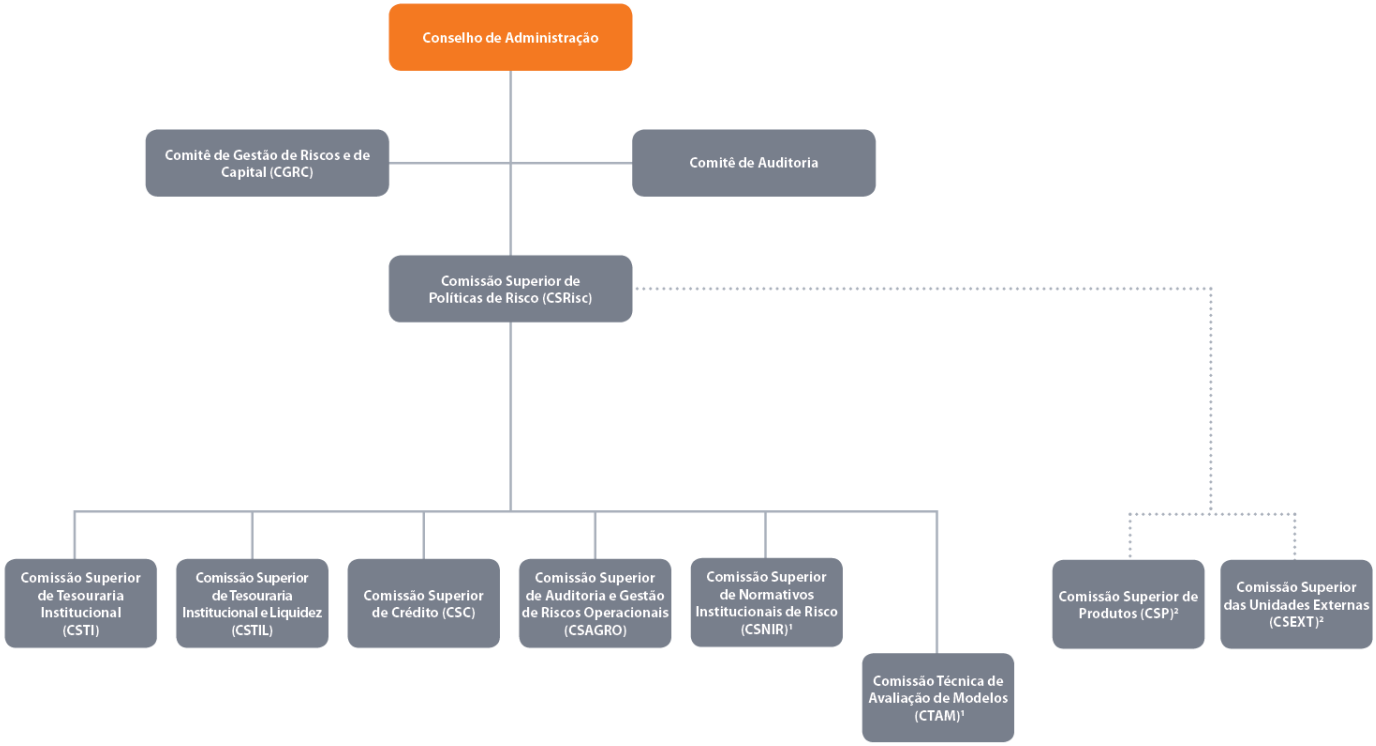
Em 2013, nossa área de Controle de Risco e nossas Áreas de Negócios trabalharam em conjunto para construir uma nova governança em modelagem de crédito, criar indicadores para identificar inadimplência antecipadamente e minimizar riscos em nossa segurança da informação.

Governança de riscos e capital

Nosso Conselho de Administração é o órgão máximo no nosso gerenciamento de risco e de capital. Nós estabelecemos comitês responsáveis pela gestão de riscos e de capital que reportam-se diretamente ao Conselho de Administração. Os membros dos comitês são eleitos pelo Conselho de Administração. No nível executivo, a gestão de riscos é exercida pelas Comissões Superiores, que são presididas pelo nosso CEO.

Consulte www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/RCA18hsAnexo2.pdf, para mais informações.

Os Comitês abaixo são parte da nossa estrutura de governança de gerenciamento de risco:


Conselho de Administração
Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC)
Comitê de Auditoria
Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc)
Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI)
Comissão Superior de Tesouraria Institucional e Liquidez (CSTIL)
Comissão Superior de Crédito (CSC)
Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais (CSAGRO)
Comissão Superior de Normativos Institucionais de Risco (CSNIR)¹
Comissão Técnica de Avaliação de Modelos (CTAM)¹
Comissão Superior de Produtos (CSP)²
Comissão Superior das Unidades Externas (CSEXT)²

(1) CCSNIR e CTAM são presididas pelo director executivo de riscos do Itaú Unibanco Holding.
(2) CSP e CSEXT se reportam à CSRisk apenas sobre questões de risco.

Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC): apoia o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à nossa gestão de riscos e capital, reunindo-se a cada dois meses, submetendo relatórios e recomendações sobre os temas abaixo à deliberação do Conselho de Administração:

• Supervisão das nossas atividades de gestão e controle de risco e capital, visando a assegurar sua adequação aos níveis de riscos assumidos e à complexidade das operações, bem como o atendimento aos requisitos regulatórios;

• Revisão e aprovação de normativos institucionais e estratégias para a gestão de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos;

• Definição do retorno mínimo esperado sobre o nosso capital como um todo e de suas linhas de negócio, bem como monitoramento do desempenho;

• Supervisão das nossas estruturas de incentivos, inclusive de remuneração, visando a assegurar alinhamento aos objetivos de controle de risco e criação de valor;

• Promoção do aperfeiçoamento da nossa cultura de risco.

Comitê de Auditoria: temos um único Comitê de Auditoria supervisionando todas as entidades que fazem parte do Grupo Itaú Unibanco, tanto as autorizadas a funcionar pelo Banco Central quanto para as supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). De acordo com seu regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria reúne-se no mínimo trimestralmente ou quando seu Presidente considera necessário e compete a ele zelar pela qualidade e integridade das nossas demonstrações financeiras e pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como supervisionar as atividades de auditoria (tanto interna quanto independente).

Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc): reuniões da CSRisc que acontecem, no mínimo, a cada dois meses. As atribuições desta Comissão são:

• Estabelecer políticas gerais de risco que definam a forma de atuação e alçadas para os fóruns específicos, gestores de cada tipo de risco;

• Aprovar os procedimentos necessários para o efetivo cumprimento dos normativos institucionais e

processos definidos;

• Aprovar decisões de tomada de risco com grande impacto no capital e revisar decisões tomadas por outros Comitês dentro da sua alçada;

• Estabelecer e monitorar limites agregados por tipo de risco;

• Garantir, no tempo, a consistência da gestão de riscos e capital;

• Monitorar o processo de implantação dos instrumentos de gestão de riscos e capital; e

• Aprovar metodologias de avaliação de riscos e de cálculo de capital.

Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI): suas reuniões ocorrem mensalmente. Suas principais atribuições são discutir e decidir, dentro da alçada delegada pela CSRisc:

• Os limites de exposição para risco de mercado e os limites de perda máxima das posições (inclusive em condições de estresse) subordinados aos definidos pela CSRisc, podendo inclusive estabelecer controles e limites adicionais ou complementares, caso necessário;

• As diretrizes de atuação e poderes de decisão delegados ao Comitê Gestor de Tesouraria Institucional (CGTI);

• Os períodos de retenção dos principais tipos de riscos, tendo em vista o tamanho das posições e a liquidez do mercado;

• As posições da Tesouraria Institucional;

• Os modelos e procedimentos de controle de risco, inclusive aqueles complementares aos delegados pela CSRisc;

• Os assuntos e limites relacionados ao risco operacional de tesouraria;

• As políticas de stop loss;

• As políticas de incentivo (para alinhamento aos riscos); e

• As estratégias de hedge contábil.

Comissão Superior de Tesouraria Institucional – Liquidez (CSTIL): suas reuniões acontecem trimestralmente. Suas principais atribuições são:

• Controlar a utilização de limites de liquidez;

• Analisar os níveis de liquidez corrente e futuro e adotar ações destinadas a promover um andamento seguro e eficiente para os fluxos financeiros;

• Discutir e decidir dentro da alçada delegada pela CSRisc: limites máximos de descasamento de liquidez (GAP), níveis mínimos de reservas, política de captação e aplicação no mercado financeiro, critérios para definição de preços de transferência de recursos em nossas empresas e planos de contingência de liquidez.

Comissão Superior de Crédito (CSC): reúne-se semanalmente para discutir o nosso risco de crédito e é a nossa alçada máxima para aprovação de créditos individuais. Suas principais funções são:

• Avaliar e decidir sobre propostas de crédito que excedam as alçadas das Comissões e Comitês de Crédito a ela subordinados;

• Avaliar e decidir sobre alteração nas alçadas máximas de crédito das Comissões e Comitês de Crédito a ela subordinados;

• Avaliar e decidir sobre políticas de risco de crédito do Banco de Atacado;

• Analisar casos que não chegaram a consenso nos comitês imediatamente a ela subordinadas, ou casos que, por sua relevância ou por características especiais, aquela Comissão decidir por bem submeter a sua apreciação.

Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais (CSAGRO): reúne-se no mínimo trimestralmente e tem por objetivo conhecer os riscos de nossos processos e negócios, definir as diretrizes para gestão dos riscos operacionais e avaliar os resultados decorrentes do funcionamento do sistema de controles internos e compliance. Dentre suas atribuições, são destacadas:

• Analisar os resultados das auditorias, com ênfase nos assuntos relacionados a políticas, investimentos e estrutura, estipular e acompanhar as providências;

• Definir as diretrizes para gestão do risco operacional;

• Acompanhar o desenvolvimento dos modelos de provisão para perdas e alocação de capital para risco operacional;

• Analisar os resultados da atividade de Controles Internos, Riscos Operacionais e Compliance.

Comissão Superior de Normativos Institucionais de Risco (CSNIR): reúne-se trimestralmente e tem por objetivo revisar, validar e aprovar, dentro da alçada estabelecida pela CSRisc, os normativos institucionais de controle de riscos e de gerenciamento de capital.

Comissão Técnica de Avaliação de Modelos (CTAM): reúne-se mensalmente para avaliação dos modelos de risco, baseado no parecer independente da validação de modelos. Suas principais responsabilidades são:

• Aprovar modelos relacionados ao cálculo de risco e preços;

• Aprovar, sugerir e monitorar os planos de ação propostos para os modelos validados;

• Acompanhar o desempenho dos modelos ao longo do tempo, determinando o redesenvolvimento ou recalibragem de modelos caso necessário.

Posteriormente, as decisões são apresentadas na CSRisc, assegurando desta forma que nossa alta administração esteja também informada sobre as decisões adotadas.

Comissão Superior de Produtos (CSP): reúne-se semanalmente e é a alçada máxima para aprovação de nossos produtos, operações, serviços e processos. As principais atribuições desta Comissão são:

• Avaliar produtos, operações, serviços e processos que estão fora do âmbito de decisão dos Comitês de Produtos, que avalia nossos produtos em um nível operacional;

• Garantir a aderência dos produtos, operações, serviços e processos às necessidades dos clientes/segmentos (suitability);

• Avaliar produtos, operações, serviços e processos que envolvam nosso risco de imagem.

Comissão Superior das Unidades Externas (CSEXT): reúne-se trimestralmente e tem por objetivo supervisionar nossos negócios no exterior e é a alçada máxima para aprovação de iniciativas, operações, serviços e processos nos mercados em que atuamos fora do Brasil. As principais atribuições desta Comissão são:

• Garantir que as iniciativas de negócios em nossas unidades internacionais estejam amparadas pela nossa governança corporativa nos seguintes quesitos: contábil, fiscal societário, financeiro e liquidez, controle de riscos, controles internos, auditoria e tecnologia;

• Decidir quanto a iniciativas, operações, serviços e processos que superem as alçadas dos Comitês locais ou que envolvam nosso risco de imagem nos mercados em que atuamos fora do Brasil.

Gerenciamento de riscos

Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, emissor

ou contraparte; (iii) à redução de ganhos ou remunerações; e (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou aos custos de recuperação.

Nossa estrutura de gestão do risco de crédito visa a manter a qualidade da nossa carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco para cada segmento de mercado em que operamos. Nossa estrutura e normativo institucional de gerenciamento de risco de crédito são aprovados pelo Conselho de Administração e aplicáveis às nossas empresas subsidiárias no Brasil e exterior.

Estabelecemos uma política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

Nossa governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao nosso Conselho de Administração ou à nossa estrutura executiva, que atuam primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando as ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura de governança o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação dos normativos institucionais referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

A classificação de crédito para o nosso segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, através de uma estrutura interna de governança de aprovações.

Em relação ao nosso segmento de varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de application (nos estágios iniciais da nossa relação com o cliente) e behaviour score (usado para os clientes com os quais já temos uma relação). As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Buscamos controlar rigorosamente a nossa exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Risco operacional

Definimos o risco operacional como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Classificamos internamente seus eventos no primeiro nível em:
- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso;
- Interrupção em nossas atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento de nossas atividades.

Em linha com os princípios da regulamentação do CMN, possuímos uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que são aprovados anualmente pelo Conselho de

Administração e são aplicáveis às empresas e às subsidiárias no Brasil e exterior.

Nosso gerenciamento de risco operacional é composto pelas atividades de gestão e controle dos riscos operacionais, cujo objetivo é suportar a instituição na tomada de decisão, buscando sempre a correta identificação e avaliação dos riscos, a criação de valor para os acionistas, assim como a proteção aos nossos ativos e a nossa imagem.

Nosso gerenciamento de risco operacional é suportado por uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, subordinados à CSAGRO e à CSRisc, que por sua vez respondem ao Conselho de Administração, e por papéis e responsabilidades bem definidos de forma a reafirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas com relação aos riscos. Isto se reflete através da gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, que é executado pelas áreas de risco operacional, controles internos e compliance.

A gestão de risco operacional tem como objetivos identificar, avaliar, mensurar e responder aos riscos operacionais da instituição e monitorá-los com a finalidade de manter as perdas e os riscos dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e garantir aderência às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas de negócio e de suporte se utilizam de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pelas áreas de risco operacional, de controles internos e compliance para suportar o processo de gestão. Entre as metodologias atualmente utilizadas, destacam-se a identificação de riscos, a auto avaliação de riscos, a aprovação de processos e produtos e o monitoramento de indicadores chave de risco, todas suportadas por uma base de dados de perdas operacionais.

O conjunto de princípios, governança, papéis e responsabilidades, metodologias e procedimentos que suportam o processo de gerenciamento de riscos operacionais aplicados aos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas são descritos e publicados no normativo institucional para gerenciamento de risco operacional.

A sofisticação do negócio bancário e a evolução das tecnologias aumentaram da complexidade dos perfis de risco e afeta nossa gestão de risco operacional. Como resultado, nós estabelecemos uma estrutura específica de risco operacional distinta da estrutura tradicional de riscos de mercado e crédito.

Em linha com os princípios estabelecidos pelo CMN, nós estabelecemos uma política de gestão de risco operacional, a qual abrange um conjunto de princípios, procedimentos e diretrizes para a gestão de produtos, processos e sistemas de riscos, considerando suas naturezas e complexidades. A política de gestão de risco operacional define procedimentos para identificar, avaliar, mensurar, responder, monitorar e reportar a respeito de risco operacional, bem como as funções e responsabilidades dos participantes no processo.

Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

Nosso Programa de Continuidade de Negócios tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio, salvaguardar as receitas e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de nossos clientes e parceiros estratégicos em nossa prestação de serviços e produtos.

É composto pelos procedimentos para realocação e/ou recuperação de operações em resposta a uma variedade de níveis de interrupção, e pode ser dividido em dois elementos chave:

• Gestão de Crises: processo de comunicação centralizada e os procedimentos de resposta, para gerenciar eventos de interrupção de negócios e também quaisquer outros tipos de ameaças à imagem e reputação de sua identidade perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores. A estrutura conta com um comando central que monitora constantemente as operações diárias, bem como canais de mídia em que sejamos citados. O êxito da Gestão de Crises se dá por meio de agentes focais, que são representantes nomeados junto às áreas de negócios e que atuam no monitoramento de potenciais problemas, na resolução de crises, na retomada dos negócios, na melhoria dos processos e na busca por ações de

prevenção;

• Planos de Continuidade de Negócios (PCN): documentação de procedimentos e informações desenvolvida, consolidada e mantida de forma que esteja disponível para utilização em eventuais incidentes, possibilitando a retomada das atividades críticas em prazos e condições aceitáveis. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, definimos em nosso PCN ações corporativas e customizadas para nossas linhas de negócio, por meio de:

− Plano de Disaster Recovery: foco na recuperação do data center primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos preestabelecidos;

− Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente. Existem aproximadamente 2.000 posições de contingência totalmente equipadas para atender as necessidades das áreas de negócio em situações de emergência.

− Plano de Emergência: procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre nossas instalações, com foco preventivo;

− Plano de Contingência de Processos: alternativas para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da organização:

• Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos, que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;

• Avaliação de Riscos (RA): avaliação dos processos para adequação dos controles existentes e implantação de novos, para mitigação de riscos que possam causar eventuais interrupções aos negócios;

• Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças inerentes às localidades, onde os prédios que utilizamos estão operando. A eficácia dos controles existentes é avaliada em relação às ameaças para fins de identificação de vulnerabilidades, fortalecimento das soluções e estabelecimento de novos controles.

Consulte www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/pt/PoliticaCorporativadeContinuidadedeNegocios.pdf, para mais informações sobre nossa política corporativa de continuidade de negócios.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Nosso controle de risco de liquidez é realizado por nossa área de risco independente das nossas áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde operamos, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Nossos principais fontes de recursos são depósitos que pagam juros, os depósitos recebidos com acordos de recompra de títulos da dívida, no mercado interbancário e da dívida no mercado institucional.

Devido a nossas fontes estáveis de recursos, que incluem uma ampla base de depósitos e um grande

número de correspondentes bancários com os quais temos relações duradouras, assim como as linhas de crédito disponíveis através do qual temos acesso a mais recursos, historicamente, temos contratado e não utilizado.

Estamos investindo na melhoria da nossa estrutura de gerenciamento de risco de liquidez. Nós sempre mantemos uma carteira altamente líquida de títulos e valores mobiliários (reserva operacional) disponível, o que representa a nossa principal fonte de liquidez. Nossa reserva de liquidez operacional, que é o valor total dos bens que podem ser convertidos em dinheiro no mesmo dia com base em práticas de mercado e as normas legais, inclui, em geral: caixa e equivalentes de caixa, a nossa própria carteira de investimentos em acordos de recompra e obrigações com nenhum ônus.

De acordo com a legislação brasileira, os dividendos em espécie só podem ser pagos se a empresa-mãe que distribui esses dividendos contribuiu para o lucro em suas demonstrações financeiras. Além disso, as subsidiárias que são instituições financeiras estão proibidas de emprestar-nos dinheiro, mas podem fazer depósitos conosco por meio de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). Estas restrições não têm e não devem ter um impacto relevante sobre a nossa capacidade de cumprir nossas obrigações de caixa.

Risco socioambiental

Na nossa gestão de negócios, consideramos, constante e continuamente, o potencial de risco de perdas em função da exposição a eventos socioambientais que decorrem, direta ou indiretamente, do desempenho de nossas atividades. Esses eventos podem decorrer de (i) nossa atuação direta que, por si, gere impacto ao meio ambiente ou à saúde humana, ou (ii) ações de tomadores, emissores e contrapartes, que, de alguma forma, geram perdas à instituição.

Nosso gerenciamento de riscos socioambiental cumpre as etapas de avaliação, gerenciamento, capacitação organizacional e participação das partes interessadas. Essa gestão permeia todos os níveis da nossa administração, estando estruturada por governança e políticas específicas, que formalizam os mecanismos de gestão do risco socioambiental, além de fortalecer a agenda de sustentabilidade no processo decisório da instituição.

Na governança de questões socioambientais, temos o Comitê de Riscos Socioambiental, órgão não estatutário, de caráter permanente, que tem por objetivo estabelecer a governança para questões de riscos socioambientais para toda a instituição.

Consulte www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/pt/RISCOSOCIOAMBIENTAL.pdf, para mais informações sobre nossa Política de Risco Socioambiental.

A fim de evitar perdas para a instituição, e também atender aos interesses de partes interessadas, temos desenvolvido diversos processos internos que visam ao gerenciamento, ao controle e à mitigação de eventos que possam levar à ocorrência do risco socioambiental e à manutenção de uma gestão transparente. Destacam-se, por exemplo, a incorporação da variável socioambiental nos processos de concessão de crédito, de contratação de fornecedores, de subscrição de seguros e de aquisição de imóveis para uso próprio, a qual é formalizada por meio de políticas de risco socioambiental próprias.

Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das nossas seguradoras estão relacionados aos segmentos de vida, de grandes riscos, garantia estendida, previdência privada e capitalização. Deste modo, os principais riscos a que estas carteiras estão sujeitas são subscrição, mercado, crédito de contraparte, longevidade, entre outros.

No que tange a Seguros, Previdência e Capitalização, entendemos que:

• Risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;

• Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias;

• Risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;

• Risco de longevidade é a possibilidade dos planos de previdência pagarem pensões e aposentadorias por períodos mais longos que o previsto originalmente; e

• Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficiente e tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários de fundos de pensão decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuariais.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, possuímos estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo nosso Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas.

As principais atribuições da área de controle de riscos de seguros, previdência e capitalização são:

• Definir a governança e elaborar o normativo institucional de gerenciamento de riscos de seguros, de previdência e capitalização;

• Auxiliar a área de negócios no desenvolvimento de novos produtos, trazendo a perspectiva de riscos;

• Auxiliar a área de negócios no desenvolvimento e implantação dos modelos de preço e risco; e

• Controlar, monitorar e reportar de forma consolidada os riscos provenientes dos produtos de seguros, previdência e capitalização às alçadas pertinentes.

Nossa estrutura de gerenciamento de risco é estruturada para permitir que as Comissões Superiores participem das decisões que possam envolver determinados níveis de riscos relacionados aos nossos negócios de seguros, de acordo com os limites e diretrizes estabelecidos em nossas políticas.

Gerenciamento de capital

O Conselho de Administração é nosso órgão máximo no gerenciamento de capital, responsável por monitorar a adequação de capital, aprovar o Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno (ICAAP) e analisar os resultados da validação independente dos processos e modelos do ICAAP, performado pelas equipes de controles internos e validação de modelos, bem como aprovar o normativo institucional de gerenciamento de capital.

O ICAAP é um processo que visa avaliar nossa adequação do nível de capitalização dado nosso perfil de risco, nossas diretrizes estratégicas e o ambiente econômico em que atuamos. De modo a validar independentemente a eficácia de processos e modelos integrantes do ICAAP, a equipe de controles internos avalia a nossa estrutura de governança, processos envolvidos, políticas e atividades de monitoramento e de reporte. Nosso time responsável pela validação técnica de modelos, avalia a documentação, dados, metodologia, desempenho e uso dos modelos envolvidos.

No nível executivo, a CSRisc é responsável por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital. Apoiando a governança, possuímos uma estrutura dedicada ao gerenciamento de capital da instituição, que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à

verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

No contexto de gerenciamento de capital, é elaborado um plano de capital estruturado de forma consistente com o nosso planejamento estratégico e que tem como objetivo garantir a manutenção de um nível adequado e sustentável de capital incorporando análises do ambiente econômico, competitivo, político e outros fatores externos.

O plano de capital compreende:

• Nossas metas e projeções de capital de curto e de longo prazo, em cenários normais e em cenários de estresse, de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração;

• A descrição das principais fontes de capital;

• Nosso plano de contingência de capital, contendo ações a serem realizadas em caso de potencial deficiência de capital.

Alguns dos fatores levados em consideração do nosso plano de capital são:

• Análise de ameaças e de oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios;

• Projeções de balanços e de resultados;

• Metas de crescimento e/ou de participação no mercado;

• Segmentos visados pela instituição e produtos destinados a cada um deles;

• Políticas de distribuição de resultados e seus impactos no capital.

Como parte do planejamento de capital, condições extremas de mercado são simuladas, considerando eventos severos que busquem identificar potenciais restrições de capital. Os cenários de estresse são aprovados pelo Conselho de Administração e seus impactos no capital são considerados na definição de estratégia e posicionamento de negócios e de capital.

Complementando o cálculo de capital para cobertura dos riscos de Pilar 1 (riscos de crédito, mercado e operacional), viemos desenvolvendo mecanismos que visam à identificação e à análise da materialidade de outros riscos incorridos pela instituição, além de metodologias para avaliação e quantificação da necessidade de capital adicional para cobertura dos mesmos.

De forma a prover informações necessárias aos Executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões, relatórios gerenciais são elaborados e apresentados em Comissões e Comitês, informando-os sobre nossa adequação de capital bem como sobre projeções de níveis de capital futuros, em situações normais e de estresse.

Consulte o item 7.5 (a) para mais informações sobre Implementação de Basileia III no Brasil.

Composição do capital

Nos termos das resoluções do CMN, nosso capital regulatório (Patrimônio de Referência ou “PR”) utilizado para verificar o cumprimento dos limites impostos pelo Banco Central consiste no somatório do Nível I e Nível II, onde:

• Nível I: composto pelo Capital Principal (apurado a partir do capital social, certas reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais), bem como pelo Capital Complementar (baseado em instrumentos híbridos de capital, segundo critérios definidos pelo regulador);

• Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a ajustes prudenciais.

De acordo com os regulamentos do Banco Central, os quais entraram em vigor em outubro de 2013, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior (Consolidado Operacional).

De acordo com a Resolução CMN, devemos manter os montantes de PR, Nivel I e Capital Principal, maiores do que os requerimentos mínimos estabelecidos. Para avaliar estes índices mínimos de capital, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = \underbrace{RWA_{CPAD}}_{\text{Risco de Crédito}} + \underbrace{RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS}}_{\text{Risco de Mercado}} + \underbrace{RWA_{OPAD}}_{\text{Risco de Operacional}}$$

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito;
- RWA_{CAM} = parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;
- RWA_{JUR} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;
- RWA_{COM} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities);
- RWA_{ACS} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional.

Adequação de capital

Nosso capital regulatório mínimo requerido (PRE) é o capital requerido das instituições financeiras para cobertura das exposições aos riscos inerentes às nossas atividades. De acordo com a regulação atual, para o cálculo do PRE, baseado no RWA, um fator de 11% é aplicado no montante total do RWA.

Nós, por meio do processo de Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno (ICAAP), visamos a garantir a suficiência de capital para fazer frente à cobertura dos riscos de crédito, mercado e operacional, representados pelo capital regulatório mínimo requerido e cobertura dos demais riscos que consideramos materiais.

Visando a garantir nossa solidez e a disponibilidade de capital para suportarmos o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo índice de Basileia (conforme descrito abaixo) e pelos índices de capital principal, capital complementar e Nível II (calculados, respectivamente, pela divisão do capital principal, do capital complementar e do Nível II pelo montante total dos ativos ponderados pelo risco).

Desde outubro de 2013, o consolidado econômico financeiro (que considera todas as empresas controladas por nós, independentemente se elas são reguladas pelo Banco Central) deixou de ser base para determinar o cumprimento dos requisitos de capital. Considerando as regras atuais, nosso capital regulatório (PR) para o consolidado econômico financeiro seria de R$ 118.512 milhões e nosso capital regulatório mínimo requerido seria de R$ 81.693 milhões, em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, nosso capital regulatório no Consolidado Operacional alcançou R$ 125.144 milhões, um aumento de R$ 5.198 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012, devido, principalmente ao aumento do Nível I.

Composição do Capital (Consolidado Operacional)	(R$ milhões)			Porcentagem	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	2013-2012	2012-2011
Nível I	87.409	79.711	71.052	9,7	12,2
Capital Principal	87.409	-	-	-	-
Capital Complementar	-	-	-	-	-
Nível II	37.734	40.654	21.564	(7,2)	88,5
Exclusões	-	(420)	(55)	-	662,8
Patrimônio de Referência (PR)	**125.144**	**119.945**	**92.561**	**4,3**	**29,6**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**83.099**	**72.798**	**63.728**	**14,2**	**14,2**
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**42.045**	**47.148**	**28.833**	**(10,8)**	**63,5**
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**755.441**	**661.797**	**579.338**	**14,1**	**14,2**

Nosso índice de Basileia (calculado da relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e total de ativos ponderados ao risco) do Consolidado Operacional atingiu 16,6% em 31 de dezembro de 2013, uma queda em relação a 31 de dezembro de 2012, resultado principalmente explicado pela adoção de nova regulamentação do Banco Central para requerimento de capital (como ajuste no ganho potencial futuro de derivativos e créditos a liberar) e mudanças em alguns fatores ponderadores de nossa exposição a risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2013, a composição do índice de Basileia foi de 11,6% de capital principal e 5% de capital Nível II.

Consulte o item 7.5 (a) - Implementação de Basileia III no Brasil para mais informações sobre índices de capital mínimos.

Índices de Capital (Conglomerado Operacional)	Porcentagem		
	31 de Dezembro, 2013	31 de Dezembro, 2012	31 de Dezembro, 2011
Índice de Basileia	16,6	18,1	16,0
Nível I	11,6	12,0	12,3
Capital Principal	11,6	0,0	
Capital Complementar	0,0		
Nível II	5,0	6,1	3,7

Recentemente, as regras do Banco Central mudaram os procedimentos de cálculo da RWA_{CAM} (parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial).

Até 31 de dezembro de 2013, caso as exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial considerados no cálculo da RWA_{CAM}, fossem iguais ou inferiores a 2% do PR, o valor da RWA_{CAM} seria igual a zero. Caso a nova regra do Banco Central (que entrou em vigor em 2014) estivesse em vigor em 2013, o Índice de Basileia seria reduzido em cerca de 0,2%.

Para informações sobre Risco de Mercado consulte o item 5.1.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A verificação da qualidade dos controles e da aderência do gerenciamento de risco de mercado às políticas e estratégias definidas pelas Comissões Superiores da Instituição, são realizados periodicamente pela Área de Controles Internos, subordinada à Área de Controle de Riscos (ACR).

A Área de Controles Internos é responsável pela avaliação periódica da qualidade dos controles internos e aderência dos processos às diretrizes da Alta Administração.

A metodologia de controles internos baseia-se nas seguintes etapas:

1. Mapeamento dos Processos, garantindo que o mesmo:

- Permita o entendimento do processo;
- Possua detalhamento de atividades e controles críticos;
- Encontre-se atualizado.

2. Elaboração da Matriz de Riscos e Controles, endereçando:

- Principais riscos de cada etapa;
- Controles adequados à mitigação dos riscos, incluindo o monitoramento em conformidade com as normas e políticas definidas.

3. Análise e execução dos Testes, considerando se:

- Os testes estabelecidos são adequados para avaliar a eficácia dos controles;
- A documentação do procedimento de execução de testes é clara e possui detalhamento suficiente para permitir sua re-execução;
- O resultado do teste demonstra efetivamente adequação/inadequação do controle.

4. Apresentação das deficiências de controle aos gestores das áreas para a elaboração dos Planos de Ação.

5. Acompanhamento da implantação planos de ação para correção das deficiências de controle identificadas.

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Objetivando o contínuo aprimoramento do gerenciamento dos riscos de mercado o Itaú Unibanco ao longo de 2013, aprimorou sua metodologia de apuração do VaR para a Carteira de Negociação, migrando da abordagem Paramétrica para a “Simulação Histórica”. Esta abordagem utiliza 4 anos de dados históricos de mercado, efetua o reapreçamento integral de todas as posições, considerando tanto o período de manutenção de um dia quanto o de dez dias, adicionalmente é reportado o risco em diversos níveis de confiança, incluindo o usual nível de confiança de 99%. Essa metodologia é amplamente reconhecida por melhorar a aferição do risco para produtos não lineares, e por capturar com maior eficácia os riscos de base e os eventos de cauda. A instituição calcula e acompanha a métrica de VaR em retornos simples não ponderados e também considerando uma ponderação por volatilidade. A partir de janeiro de 2014, os valores reportados são o máximo da mensuração diária entre as duas metodologias.

O aprimoramento do cálculo do VaR será estendido, durante o ano de 2014, para além da Carteira de Negociação de forma a incluir todos os portfólios relevantes que estão sujeitos a riscos de mercado.

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O processo de gerenciamento de risco de mercado do Emissor ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nivel de mesas individuais), garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados, avaliando-se os resultados

projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada entidade organizacional , sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para a alta gestão.

Saiba mais sobre o gerenciamento de risco no site de Relações com Investidores (www.itau.com.br/relacoes-com-investidores) na rota: Governança Corporativa >> Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

ITEM 6 – HISTÓRICO DO EMISSOR	
6.1 / 6.2 / 6.4 – Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	
Data de Constituição do Emissor	09/09/1943
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	30/12/2002

6.3. Breve histórico do emissor

Geral

Nossa razão social é Itaú Unibanco Holding S.A. Nossa fundação deu-se em 9 de setembro de 1943. Somos constituídos, por prazo indeterminado e de acordo com as leis do Brasil, como uma empresa de capital aberto. Nossa sede localiza-se na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, CEP 04344-902, São Paulo, SP, Brasil, e o número de telefone é (11) 2794-3547. Estamos registrados no CNPJ sob o nº 60.872.504/0001-23 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300010230. Nosso objeto social, conforme estabelecido no Artigo 2º do nosso estatuto social, é desenvolver a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio.

Nossa história

1924

Unibanco
- Autorização de Funcionamento da Casa Moreira Salles

1944

Itaú
- Fundação do Banco Central de Crédito S.A.

1945

Itaú
- Início das operações do Banco Central de Crédito S.A

Anos 1940 a 1960

Itaú
- Inauguração da primeira agência.
- Mudança da razão social para Banco Federal de Crédito S.A., depois Banco Federal Itaú e, posteriormente, após fusões outros bancos brasileiros, Federal Itaú Sul Americano S.A.
- Sólido investimento em tecnologia
- Implantação do Plano de Desenvolvimento, pelo qual foi feita a expansão do número de agências e a realização de campanhas para aumento de depósitos
- Fusão do Itaú América após a incorporação do Banco da América

Unibanco

- Fusões da Casa Bancária Moreira Salles, Banco Machadense e Casa Bancária de Botelhos, dando origem ao Banco Moreira Salles, posteriormente União de Bancos Brasileiros S.A.
- Abertura da primeira agência no Rio de Janeiro, capital do país na época.
- Sólido investimento em capacitação profissional e tecnologia.
- Constituição do BIB – Banco de Investimentos do Brasil.
- Ampliação da atuação, passando a contar com a maior rede de agências do país.

Anos 1970 a 1990

Itaú

- Incorporação do Banco Aliança, marco da expansão pelo Nordeste
- Configuração como banco multisserviços
- Incorporações de bancos nacionais, como o Banco União Comercial, o que tornou o Itaú segundo maior banco privado do país
- Fortalecimento da marca e aumento da competitividade
- Automatização de serviços por meio do conceito “banco eletrônico”
- Ampliação do número de agências, as quais ganharam novo conceito de design
- Aquisição do Banco Francês e Brasileiro S.A. (BFB), antecessor do Itaú Personnalité
- Aquisição dos bancos estaduais Banerj e Bemge

Unibanco

- Adesão ao sistema de banco multisserviços; início das operações das carteiras de banco comercial, Investimento, crédito ao consumidor e crédito imobiliário.
- Investimento no treinamento e na informatização de serviços.
- Segmentação da clientela e dos serviços e aperfeiçoamento do sistema de atendimento.
- Conquista da liderança no mercado das financeiras de crédito.
- Expansão das atividades no setor de seguros.
- Aquisições de outras instituições financeiras, como o Banco Nacional, o que fez do Unibanco uma das três maiores instituições financeiras do país.

Anos 2000 a 2010

Itaú

- Aquisição dos bancos estaduais Banestado e Beg, do Banco Fiat, e das operações brasileiras do Bank Boston, ampliando a presença no segmento de alta renda e do BBA Creditanstalt, antecessor do Itaú BBA, maior banco de atacado do país

Unibanco

- Incorporação do Banco Bandeirantes e do Credibanco, colocando o Unibanco entre os cinco maiores bancos da América Latina e como o terceiro maior banco privado do Brasil
- Criação de uma nova campanha de imagem do banco, chamada “Jeito Unibanco: banco simples, objetivo, positivo, bem-humorado e transparente”

2008

- Associação entre Itaú e Unibanco, anunciada em 03 de novembro

2009

- Associação com a Porto Seguro em 24 de agosto

2012

- Associação com o Banco BMG para operações com crédito consignado
- Aquisição da totalidade de ações em circulação da Redecard

2013

- Aquisição da Credicard em 14 de maio

Desde a abertura da nossa primeira agência bancária em Minas Gerais, Brasil, onde as mais antigas instituições que compõem o conglomerado foram fundadas, até a associação entre o Itaú Holding Financeira e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros, realizada em 2008, nove décadas de crescimento e desenvolvimento nos elevaram à posição de marca mais valiosa no mercado brasileiro e maior instituição financeira da América Latina em termos de capitalização de mercado.

Dessa associação, nasceu, o maior banco privado brasileiro e um dos 30 maiores do mundo em valor de mercado em 31 de janeiro de 2014. O Itaú, com operação desde 1945 na capital paulista, e o Unibanco, fundado em 1924 na cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais, desenvolveram ao longo do tempo características similares e complementares. O crescimento de ambos foi caracterizado por fusões, aquisições e incorporações.

Tanto o Itaú quanto o Unibanco souberam antecipar os desafios do mercado, consolidando-se em períodos de crise da economia brasileira ou expandindo os negócios nas fases de crescimento. Ambos foram pioneiros na difusão do uso da tecnologia no processamento dos negócios bancários e nos serviços oferecidos aos clientes e realizaram grandes investimentos em automação e suporte de modernos centros operacionais

Desde a associação, continuamos a expandir nossos negócios por meio de ações como as aquisições da Credicard, em 2013, e da totalidade das ações em circulação da Redecard, em 2012. Em 31 de dezembro de 2013, nosso total de ativos ultrapassou R$ 1 trilhão e alcançamos capitalização de mercado R$ 157,0 bilhões.

Incentivadores das artes, da cultura e da responsabilidade socioambiental, dotamos nossas empresas de estruturas autônomas e eficientes, cujo objetivo é a disseminação de conhecimentos e práticas em prol da sustentabilidade. Como comprovação dessa postura, somos o único banco da América Latina que faz parte do Índice Dow Jones de Sustentabilidade há 14 anos consecutivos.

6.5. Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando:

Para efeitos deste item, utilizamos como critério de relevância operações com valor envolvido superior a R$ 500 milhões ou que tenham sido objeto de divulgação de fato relevante nos últimos três anos.

2014

Operação de Seguros de Grandes Riscos

Evento	Venda da Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (Operação de Seguros de Grandes Riscos).
Principais condições do negócio	Em 04 de julho de 2014, celebramos um “Contrato de Compra e Venda de Ações” com a ACE Ina International Holdings, Ltd. (“ACE”), por meio do qual nos comprometemos, inclusive por meio de algumas de nossas subsidiárias, a alienar a totalidade de nossa participação na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (“ISSC”). A Itaú Seguros S.A., que atualmente desenvolve nossas operações de seguros de grandes riscos, será cindida e essas atividades serão transferidas para a ISSC, que passará a deter a totalidade das operações de seguros de grandes riscos do Conglomerado Itaú Unibanco, cujos clientes são médias e grandes empresas com apólices de valores segurados elevados. As ações necessárias para concretizar o processo de cisão já estão em andamento. O valor de aquisição da ISSC será de R$ 1,515 bilhão e será pago em espécie pela ACE, sendo que a transferência das ações e a liquidação financeira dessa operação ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato e a obtenção das autorizações regulatórias necessárias.
Sociedades Envolvidas	Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A., Itaú Seguros S.A., Itauseg Participações S.A. e ACE Ina International Holdings, Ltd.

Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do Emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Após o cumprimento das condições precedentes previstas no contrato, dentre elas a obtenção das autorizações regulatórias necessárias, a ACE Ina International Holdings, Ltd passará a deter a totalidade das ações da Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A.

CorpBanca

Evento	União das operações do Banco Itaú Chile e do CorpBanca no Chile e na Colômbia.
Principais condições do negócio	Em 29 de janeiro de 2014, o Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco Holding) e sua subsidiária, Banco Itaú Chile ("BIC"), celebraram um acordo com o CorpBanca e seus acionistas controladores ("Corp Group"), estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca no Chile, na Colômbia e em outros países nos quais o CorpBanca atua. Essa união será concretizada por meio de (i) aumento do capital do BIC no valor de US$ 652 milhões a ser realizado pelo Itaú Unibanco Holding ou uma de suas subsidiárias, (ii) incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção estimada de 85.420,07 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultantes da incorporação (a ser denominado "Itaú CorpBanca") sejam de 33,58% para o Itaú Unibanco Holding e de 32,92% para o Corp Group, e (iii) posterior integração do Itaú BBA Colômbia, S.A. às operações do Itaú CorpBanca ou de suas subsidiárias. A conclusão dessa operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pela assembleia de acionistas do CorpBanca e a aprovação das autoridades regulatórias competentes. Quando da conclusão da incorporação do BIC pelo CorpBanca, o Itaú Unibanco Holding e o Corp Group firmarão um acordo de acionistas contendo disposições sobre eleição de membros da administração, matérias sujeitas à aprovação conjunta do Itaú Unibanco Holding e do Corp Group, bem como sobre a transferência de ações entre o Itaú Unibanco Holding e o CorpBanca e também para terceiros.
Sociedades Envolvidas	Itaú Unibanco Holding S.A.; Banco Itaú Chile, Inversiones Corp Group Interhold Limitada, Inversiones Gasa Limitada, e CorpBanca.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do Emissor.

Quadro Societário Antes e Depois da Operação	A participação estimada do Itaú Unibanco Holding S.A. no Itaú CorpBanca será de 33,58% do total de ações. Esse percentual estimado resultará da relação de troca aplicada às ações do BIC e do CorpBanca quando do fechamento da operação, a qual está sujeita à aprovação prévia pela assembleia de acionistas do CorpBanca e as autoridades reguladoras competentes.

Itaú BBA

Evento	Cisão Parcial do Banco Itaú BBA S.A (Itaú BBA).
Principais condições do negócio	Em 31 de janeiro de 2014, foi aprovada, em Assembleias Gerais do Itaú BBA e do Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco), a cisão parcial do Itaú BBA com versão da parcela do patrimônio líquido para o Itaú Unibanco. Com a cisão parcial, as atividades de tesouraria institucional e do segmento corporate banking (grandes empresas) do Itaú BBA, incluindo suas carteiras de títulos e valores mobiliários e de crédito e todos os outros ativos e passivos relacionados com essas atividades, foram transferidos para o Itaú Unibanco. O Itaú BBA manterá suas atividades de banco de investimento e gestão de caixa. A expectativa é que essa reorganização societária interna não resulte em nenhuma alteração relevante no curso regular dos nossos negócios, incluindo nossa governança interna, nossas marcas e nossos modelos de gestão das unidades de negócio afetadas. A principal motivação para a reorganização societária foi a otimização da estrutura de capital do Itaú Unibanco, devido às novas regras de Basileia III, e a intenção de concentrar todas as atividades de intermediação financeira do Grupo Itaú Unibanco no Itaú Unibanco. Essa operação foi aprovada pelo Banco Central em 2 de maio de 2014 e pelo Banco Central das Bahamas em 12 de maio de 2014.
Sociedades Envolvidas	Banco Itaú BBA S.A e Itaú Unibanco S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do Emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Não houve alteração no quadro societário do Emissor.

2013

Credicard

Evento	Aquisição de Ações e de Quotas da Credicard e da Citifinancial.
Principais condições do negócio	Em 14 de maio de 2013, Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), Banco Citibank S.A. e sua afiliada Corinth HoldCo LLC assinaram contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das ações de emissão do Banco Citicard S.A. ("Credicard") e 100% das quotas da Citifinancial Promotora de Negócios e Cobrança Ltda. ("Citifinancial") pelo valor aproximado de R$ 2.8 milhões. Credicard e Citifinancial são responsáveis pela oferta e distribuição de produtos e serviços financeiros, entre os quais, primordialmente, empréstimos pessoais e cartões de crédito, sendo detentoras de uma base de 4,8 milhões de cartões de crédito e uma carteira de empréstimo pessoal de R$ 7,3 bilhões (valor bruto em dezembro 2012). O fechamento dessa operação ocorreu em 20 de dezembro de 2013.
Sociedades Envolvidas	Itaú Unibanco S.A.; Corinth HoldCo LLC e Banco Citibank S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do Emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	O Itaú Unibanco Holding, por meio de suas controladas, passará a deter 100% das ações do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Negócios e Cobrança Ltda.

2012

Redecard

Evento	Oferta Pública de Aquisição de Ações da Redecard.
Principais condições do negócio	Em 07 de fevereiro de 2012, o Itaú Unibanco Holding anunciou sua intenção de adquirir, diretamente ou por meio de suas controladas, as ações dos acionistas não controladores da Redecard S.A (“Redecard”), por meio de oferta pública para aquisição de ações (“OPA”), visando o cancelamento de registro de companhia de capital aberto da Redecard perante a CVM. A OPA foi destinada à aquisição das ações ordinárias de emissão da Redecard correspondentes a aproximadamente 50% do seu capital social total. Em 12 de abril de 2012, o Itaú Unibanco Holding confirmou que o preço a ser pago em dinheiro seria de R$ 35,00 por ação ("Preço OPA"). A OPA foi concluída com sucesso em 24 de setembro de 2012. Como resultado do leilão, o Itaú Unibanco Holding adquiriu, através de sua controlada Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda. (“Banestado”), 298.989.137 ações ordinárias da Redecard, representativas de 44,4% do seu capital social, passando a deter 94,4% do capital social total da Redecard. Em 18 de outubro de 2012, o registro da Redecard como companhia de capital aberto foi cancelado. Em dezembro de 2012, o emissor passou a deter, por meio de suas controladas, a totalidade das ações da Redecard. As ações foram adquiridas pelo Preço OPA, totalizando um valor de R$ 11.752 milhões (incluindo o leilão). A diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas minoritários foi reconhecida diretamente do Patrimônio Líquido Consolidado na rubrica Reservas de Lucros no valor de R$ 11.151 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2012, que líquido de impostos corresponde a R$ 7.360 milhões. Para maiores informações, veja a nota explicativa 2-c das Demonstrações Financeiras.
Sociedades Envolvidas	Redecard S.A, Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda. e Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do Emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Em dezembro de 2012, o Itaú Unibanco Holding, por meio de suas controladas, passou a deter 100% das ações da Redecard.

Serasa

Evento	Alienação de ações de emissão da Serasa S.A.
Principais condições do negócio	Em 22 de outubro de 2012, Itaú Unibanco Holding S.A., por meio da BIU Participações S.A., celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Experian Brasil Ltda., no qual se obrigou a vender a totalidade de sua participação societária, correspondente a 601.403 ações ordinárias, na Serasa S.A., uma sociedade de informações de crédito. O resultado antes de impostos decorrentes dessa alienação foi de R$ 1.542 milhões no quarto trimestre de 2012. O fechamento dessa operação ocorreu em 23 de novembro de 2012.
Sociedades Envolvidas	BIU Participações S.A., Itaú Unibanco S.A., Experian Brasil Ltda. e outras instituições financeiras que detinham e também alienaram suas participações societárias na Serasa S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do Emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	O Emissor deixou de deter qualquer participação no capital social da Serasa S.A.

BMG

Evento	Associação com o Banco BMG S.A., visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados no território brasileiro.
Principais condições do negócio	O Itaú Unibanco S.A. celebrou, em 09 de julho de 2012, Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), um banco brasileiro privado, visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados no Brasil ("Associação BMG"). A Associação BMG está estruturada como uma nova instituição financeira, Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Associação"), controlada pelo Itaú Unibanco S.A., com participação direta de 70% (setenta por cento) no capital social total e votante. O BMG detém os 30% (trinta por cento) remanescentes. O patrimônio líquido inicial da Associação é de R$ 1 (um) bilhão. Ao Itaú Unibanco S.A. é assegurada a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e da maioria dos diretores, incluindo o Diretor Presidente. O BMG tem o direito de indicar os diretores das áreas comercial, operações e cobrança da Associação, sujeitos à aprovação do Itaú Unibanco S.A. O BMG compartilha os seus canais de distribuição operados por meio de correspondentes bancários com a Associação, que tem o direito de financiar 70% (setenta por cento) dos créditos consignados originados pelos referidos canais de distribuição. Os 30% (trinta por cento) remanescentes são contratados diretamente pelo BMG. As operações de crédito consignado feitas por meio de agências e outros canais

	exclusivos do Itaú Unibanco S.A. para os seus clientes continuam ocorrendo de forma independente em relação à Associação. O Itaú Unibanco S.A., em adição, proverá parte dos recursos financeiros para a operação de crédito consignado do BMG, no valor mensal de até R$ 300 milhões, pelo prazo de 5 anos. O Itaú Unibanco S.A. e suas afiliadas têm ainda o direito de ofertar seus produtos e serviços aos clientes da Associação. Esta operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e os contratos definitivos regulando a Associação BMG foram assinados em 13 de dezembro de 2012, incluindo um acordo de investimento que estabelece os direitos e obrigações de cada uma das partes em relação à Associação, e um contrato de concessão de recursos via cessão de direitos creditórios, que estabelece a obrigação do Itaú Unibanco S.A. de conceder *funding* ao BMG. O fechamento da operação ocorreu em 07 de janeiro de 2013. Em abril de 2013, o Banco Central homologou a operação. Adicionalmente, o Itaú Unibanco S.A. celebrou, em 29 de abril de 2014, um acordo de unificação de negócios com o BMG ("Acordo"), que estabelece a unificação dos negócios de crédito consignado do BMG e da Associação, que passarão a ser concentrados na Associação. Em contrapartida dessa unificação, a participação societária do BMG no capital social total e votante da Associação será elevada. A possibilidade dessa unificação já estava prevista nos contratos definitivos que regulam a Associação BMG, os quais foram assinados em 13 de dezembro de 2012. O aumento de capital da Associação está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes. Após esse aumento de capital, o Itaú Unibanco S.A. passará a deter uma participação de 60% (sessenta por cento) no capital social total e votante da Associação e o BMG passará a deter os 40% (quarenta por cento) remanescentes. A partir do fechamento da operação de aumento de capital e durante o prazo da Associação BMG, a Associação será o veículo exclusivo do BMG para a oferta, no território brasileiro, de créditos consignados, observadas algumas exceções pelo prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data do aumento de capital aqui referido.
Sociedades Envolvidas	Banco BMG S.A. e Itaú Unibanco S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	O Itaú Unibanco S.A passará a deter 60% do capital total e votante da Associação.

BPI

Evento	Alienação de ações de emissão do Banco BPI, S.A.
Principais condições do negócio	Em 20 de abril de 2012, o Itaú Unibanco Holding S.A., por meio de sua controlada IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, Lda., celebrou contrato visando à transferência da totalidade de sua participação de 18,87% no capital social do Banco BPI, S.A. à Caixabank, S.A. ("La Caixa"), sociedade integrante do Grupo La Caixa. A operação foi aprovada pelo Banco Central de Portugal em 30 de abril de 2012 e o seu fechamento ocorreu em 03 de maio de 2012, oportunidade em que a La Caixa pagou ao Itaú Unibanco Holding aproximadamente € 93 milhões pela aquisição. A transação teve um efeito positivo de aproximadamente R$ 106 milhões no patrimônio líquido consolidado e um efeito negativo, não recorrente, de aproximadamente R$ 205 milhões no lucro líquido contábil. Esses efeitos foram registrados no 2º trimestre de 2012. .
Sociedades Envolvidas	IPI - Itaúsa Portugal Investimentos - SGPS, Lda.; Banco BPI, S.A. e CaixaBank, S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Após a alienação de 18,87% das ações de emissão do Banco BPI S.A., o Emissor deixou de deter, direta ou indiretamente, qualquer participação no capital social do BPI.

2011

Evento	Aquisição de 49% das ações de emissão da BSF Holding S.A., controladora do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour").
Principais condições do negócio	Em 14 de abril de 2011 o Itaú Unibanco, uma controlada do Itaú Unibanco Holding, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour"), pelo valor de R$ 725 milhões. O Banco Carrefour é a entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. operados com a bandeira "Carrefour" no Brasil. Esta transação foi aprovada pelo Banco Central em abril de 2012 e seu fechamento ocorreu no dia 31 de maio de 2012.
Sociedades Envolvidas	Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Banco CSF S.A., Carrefour Promotora de Vendas e Participações Ltda., BSF Holding S.A. e Itaú Unibanco S.A.

Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do Emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Após a aquisição de 49% das ações de emissão da BSF Holding S.A., o Itaú Unibanco S.A passou a deter, indiretamente, 49% do capital total e votante do Banco Carrefour.

6.6. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos:

Não houve.

6.7. Outras informações relevantes

Em 19 de agosto de 2013, o Itaú Unibanco Holding S.A., por meio de sua controlada, Itaú Unibanco S.A., renovou, por mais 10 anos, o acordo de cooperação comercial que mantém com a Fiat Group Automobiles S.p.A. e a Fiat Automóveis S.A. Esse acordo prevê (i) a exclusividade para a oferta de financiamento em campanhas promocionais da montadora Fiat para venda de automóveis zero quilômetro; e (ii) o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

Em 28 de junho de 2013, o Itaú Unibanco Holding S.A., por meio de sua subsidiária, Banco Itaú Uruguay S.A., celebrou um contrato com o Citibank N.A., Sucursal Uruguay visando à aquisição de suas operações de banco de varejo no Uruguai, envolvendo uma carteira de mais de 15.000 clientes de contas correntes, contas poupança e depósitos. A operação foi concluída em 13 de dezembro de 2013, após a obtenção de todas as aprovações regulatórias aplicáveis.

Em 25 de junho de 2013, o Itaú Unibanco Holding S.A., por meio de sua controlada indireta, o Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado") celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com controladores do Banco BMG S.A. ("Banco BMG") por meio do qual se comprometeu a adquirir, por meio de uma das controladas do Itaú BMG Consignado, 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora S.A. ("BMG Seguradora"), pelo valor aproximado de R$ 85 milhões. A BMG Seguradora celebrou acordos de exclusividade com o Banco BMG e com o Itaú BMG Consignado para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos antes do fechamento da operação, que ocorreu em7 de janeiro de 2014. A aquisição das ações da BMG Seguradora S.A. está sujeita à homologação pela SUSEP.

Em 17 de junho de 2013, o Itaú Unibanco Holding S.A. celebrou um memorando de entendimentos ("Memorando") com a Cencosud S.A. ("Cencosud"), rede de varejo chilena, por meio do qual foi estabelecida uma associação estratégica por 15 anos. O objetivo da associação era o de oferecer produtos e serviços financeiros ao consumidor ligados ao negócio de varejo da Cencosud no Chile e na Argentina, em particular serviços e produtos relacionados à emissão e operação de cartões de crédito. As atividades da associação seriam desempenhadas por sociedade com esse propósito específico no Chile e na Argentina, cujos capitais sociais seriam detidos 51% pelo Itaú Unibanco Holding S.A., por meio de suas subsidiárias locais, e 49% pela

Cencosud. Em 23 de dezembro de 2013, o Itaú Unibanco Holding S.A. anunciou que, apesar de ter atuado em estrito cumprimento ao previsto no Memorando e envidado seus maiores esforços na negociação dos contratos definitivos com a Cencosud, a referida negociação não logrou êxito, razão pela qual não foi concretizada a associação pretendida.

Em 24 de maio de 2013, no âmbito do processo de privatização do IRB - *Brasil Resseguros S.A. ("IRB")*, a Itaú Seguros S.A. e a Itaú Vida e Previdência S.A. ("Seguradoras Itaú") assinaram o acordo de acionistas do IRB, que terá duração de 20 anos. Referido acordo de acionistas prevê direitos de voto e a nova governança do IRB, que agora tem companhias privadas participando de seu grupo de controle. As Seguradoras Itaú efetuaram um aumento de capital de aproximadamente R$2,3 milhões durante o processo de privatização do IRB, e passaram a deter uma participação de 15% no capital social votante e total do IRB.

ITEM 7 - ATIVIDADES DO EMISSOR

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Somos uma holding cuja principal atividade é deter participação societária no capital de instituições financeiras, que, por sua vez, possuem o objetivo de desenvolver atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, incluindo transações cambiais. Adicionalmente, também possuímos participação em sociedades que exercem atividades relacionadas ao mercado de seguros e ao mercado de capitais.

Destaques de 2013

Negócios

Banco Comercial – Varejo – Para melhorar a satisfação do cliente, introduzimos inovações em prestação de serviços e opções de produtos, tais como a extensão do horário de funcionamento de agências localizadas em shoppings. Além disso, simplificamos os extratos bancários e as faturas de cartão de crédito para um melhor entendimento e maior transparência para os clientes.

Nova bandeira “Hiper” – Em outubro de 2013, lançamos a “Hiper”, nossa nova bandeira de cartão de crédito, disponível para todos os consumidores brasileiros, com aceitação em mais de um milhão de estabelecimentos credenciados pela Rede em todo o território nacional. Os produtos com a marca “Hiper” serão inicialmente disponibilizados pelo Banco Itaucard S.A., ou Itaucard, para nossos correntistas e não correntistas no Brasil, e poderão ser usados somente com funções de crédito. A marca Hiper não substituirá a marca “Hipercard”, sendo uma nova opção para os nossos clientes, com benefícios diferentes dos oferecidos pela “Hipercard”, tais como:

• conversão de 120% do valor da anuidade em bônus de celular (atualmente disponível para três das quatro maiores operadoras brasileiras).

• cartões com o conceito Itaucard 2.0 (consistente com o modelo internacional padrão para taxa de juros, segundo o qual taxas de juros mais baixas com o recurso de crédito rotativo começam a contar a partir da data da compra, em vez da data de vencimento da fatura, e com um limite máximo de 5,99% por mês).

Redecard agora é REDE – Em 2013, anunciamos que a Redecard S.A. mudaria seu nome para Rede. A mudança de marca faz parte da estratégia da empresa de continuar a expandir seu negócio na arena digital, que também incluiu o lançamento da e-Rede (plataforma de gateway para comércio eletrônico) e da m-Rede (plataforma POS para celular) em 2013.

O novo nome, “Rede”, sintetiza os principais atributos da companhia: tecnologia, agilidade e modernidade, além de criar uma personalidade jovem e conectada. Com o objetivo de ser a principal parceira de vendedores de bens e serviços, incluindo pequenas empresas e empreendedores, que buscam ampliar o potencial de seus negócios, a Rede oferece para seus clientes uma série de produtos para captura de transações que acompanham tendências inovadoras de mercado, como a maior necessidade de mobilidade nos pagamentos.

Uso de Rede Social – Em menos de três anos, nossa página no Facebook atingiu mais de 6,5 milhões de seguidores e tivemos mais de 168.000 seguidores no Twitter, mais de 78,2 milhões de visualizações pelo nosso canal no YouTube, 210.000 seguidores no Google Plus e 7.900 seguidores no Instagram, em dezembro de 2013.

Tecnologia

Temos o compromisso de oferecer a tecnologia mais avançada para a comodidade e segurança de nossos clientes e investimos continuamente no desenvolvimento e no aprimoramento de nossos sistemas.

Em linha com a nossa estratégia de buscar eficiência em nossos negócios, anunciamos, em 2013, diversas inovações para os nossos clientes, tais como o envio de recibos de pagamentos e a compra de

seguro de viagem por telefone celular, bem como a programação de depósitos em fundos de investimento pela internet.

Nosso novo data center, ainda em construção no Estado de São Paulo, terá recursos de ponta especialmente projetados para nos proporcionar maior flexibilidade e segurança para atender nossos clientes. O andamento das obras está dentro do planejado e a expectativa é que sejam concluídas no primeiro trimestre de 2014, para quando também está previsto o início da configuração e da migração dos nossos sistemas tecnológicos. Em janeiro de 2013, nosso projeto executivo recebeu a certificação “Nível III” pelo Uptime Institute, uma empresa de consultoria que avalia a capacidade e a disponibilidade esperada de um centro de dados e classifica o projeto com base em quatro níveis. A previsão é que esse novo data center seja um dos maiores no Brasil, com capacidade para suportar a expansão das operações do banco nas próximas décadas, mantendo nosso compromisso de garantir disponibilidade de serviços financeiros e de buscar a melhoria contínua da qualidade, agilidade e satisfação dos nossos clientes.

Seguindo nossa estratégia de aumentar a eficiência nos nossos negócios, novos recursos estão sendo disponibilizados em nossos canais digitais, tais como Internet Banking e Mobile Banking. Além disso, fizemos investimentos para aprimorar e criar novas ferramentas que atendam à expansão desses canais, proporcionando qualidade nas operações em um ambiente ágil, moderno e seguro. Esses novos recursos e aprimoramentos incluem:

• Envio de recibos pelo telefone – uma funcionalidade lançada em março de 2013 que permite ao cliente enviar recibos de pagamentos e transferências feitos por smartphones e tablets.

• Seguro de viagem pelo celular – lançamos esse novo recurso, único no mercado, para garantir maior conforto, flexibilidade e conveniência aos clientes. O seguro pode ser contratado 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive diretamente do aeroporto, antes do início da viagem do cliente. O produto pode ser comprado para cobertura de viagens nacionais e internacionais e cobre assistência médica e odontológica, com reembolso de despesas em caso de atraso de voo, indenização por perda, extravio ou destruição de bagagem. Para viagens internacionais, o cliente pode optar por usar a rede credenciada ou solicitar reembolso de despesas hospitalares ou médicas.

• Investimento programado em fundos de investimento – nosso sistema de Internet Banking agora permite ao cliente programar seus investimentos mensais.

• Biometria – os clientes cadastrados podem fazer saque e consultar o saldo e extrato da conta corrente usando somente a biometria, melhorando a segurança das transações. Consulte a seção Itaú Unibanco Holding – item Nosso perfil, Canais de comercialização e distribuição, Caixas eletrônicos para mais detalhes.

• “Conta Certa” Itaú – lançada em agosto de 2013, essa nova opção de conta para empresas permite ao cliente personalizar seu pacote de serviços, incluindo número de recibos, tipos de transferências em dinheiro e quantidade depósitos e cheques cobertos. Nosso cliente pode simular mudanças e contratar serviços a qualquer hora e de acordo com suas necessidades, sempre pela internet.

• Tokpag – lançado em novembro de 2013, é um aplicativo inovador que permite aos correntistas transferir dinheiro usando apenas o número de telefone celular do favorecido, com a mesma facilidade e velocidade com que envia uma mensagem de texto.

Todos os projetos de TI são construídos conjuntamente com a área de negócios, jurídico e marketing, levando em consideração os aspectos de sustentabilidade. Cabe ressaltar que todos os projetos tem análise de valuation para ser aprovado e priorizado.

Temos processos de contingência de local de trabalho e de recuperação de desastres para nossos principais negócios. Nossa unidade de backup também está localizada no Estado de São Paulo. Ambos os centros de dados primários e secundários têm sistemas de alimentação dedicados e geradores desenvolvidos para iniciar automaticamente sempre que houver um blecaute.

Investimentos

Em 27 de janeiro de 2012, anunciamos a construção de um novo centro tecnológico, com investimento total de aproximadamente R$ 984,0 milhões para a primeira fase do projeto (construção). Em setembro de 2012, anunciamos um investimento de R$ 10,4 bilhões em tecnologia, inovação e serviços. Em novembro de 2013, anunciamos um investimento adicional de R$ 687,0 milhões, totalizando um investimento de R$ 11,1 bilhões em tecnologia, inovações e serviços a ser feito de 2012 a 2015, do qual:

• R$ 2,7 bilhões deverão ser usados para sistemas de processamento de dados;

• R$ 0,8 bilhão deverá ser usado para aquisição de software;

• R$ 4,6 bilhões deverão ser usados para desenvolvimento de sistemas; e

• R$ 3,0 bilhões deverão ser usados para o nosso Data Center no Estado de São Paulo.

Nosso novo data center em construção no Estado de São Paulo, incluirá recursos de ponta projetados para nos proporcionar mais flexibilidade e segurança. As obras começaram em fevereiro de 2012 e estão progredindo conforme planejado, com 95% da construção já concluída, e a expectativa é que sua conclusão ocorra no primeiro trimestre de 2014, quando há expectativa que a configuração e a migração de nossos sistemas de tecnologia ocorrerão no quarto trimestre de 2014 e deverão ser concluídos até julho de 2016. Esse novo data center deverá ser um dos maiores no Brasil, com capacidade para suportar a expansão de nossas operações nas próximas décadas, e ao mesmo tempo manterá nosso compromisso de garantir a disponibilidade de serviços financeiros por meio da melhoria contínua na qualidade, eficiência e satisfação do cliente.

Nosso novo centro de tecnologia está sendo financiado com recursos internos. Do total de R$ 11,1 bilhões em investimentos no período de 2012 a 2015, 49% foram utilizados de 2012 até 31 de dezembro de 2013.

Prêmios e reconhecimentos

Em 2013, recebemos uma série de prêmios e reconhecimentos que contribuíram para fortalecer nossa reputação. Dentre as nossas principais conquistas destacamos:

IR Magazine Awards Brazil 2013 – Concedido pela IR Magazine, em parceria com o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), esse prêmio reflete o resultado de uma pesquisa sobre as empresas brasileiras com as melhores práticas de "relações com investidores", conduzida pela Fundação Getulio Vargas, ou FGV, com aproximadamente 400 administradores de carteira e analistas de investimento. Fomos reconhecidos em quatro categorias em 2013: Melhor Relatório Anual, Melhor Teleconferência, Melhor Encontro com a Comunidade de Analistas e Melhores Relações com Investidores no Setor Financeiro.

World's Best Bank Award 2013/Global Finance 2013 – Os vencedores desse prêmio são escolhidos em uma pesquisa com analistas, executivos e consultores de instituições financeiras, e nós fomos reconhecidos nas seguintes categorias:

• Best Emerging Markets Banks in Latin America para o Banco Itaú Paraguay;

• World's Best Subcustodian Banks para os serviços de custódia no Brasil, Paraguai e Uruguai;

• Best Investment Bank e Best Debt Bank para o Itaú BBA, destaque em Regional Winners – Latin America and Country Winners – Brasil.

As 100 empresas que têm a melhor reputação no Brasil – Na pesquisa divulgada pelo Exame.com e pela revista "Exame", na qual aponta as companhias que têm a melhor imagem no mercado brasileiro, o Itaú Unibanco ocupa o primeiro lugar do setor financeiro.

As Melhores da Dinheiro 2013 – Promovido pela revista "Isto É Dinheiro", essa premiação anual reconhece as melhores empresas brasileiras do ano utilizando critérios de gestão, tais como sustentabilidade financeira, recursos humanos, inovação e qualidade, responsabilidade socioambiental e governança

corporativa. Vencemos pela sétima vez o ranking no setor de bancos.

Época NEGÓCIOS 360º – Organizado pela Revista Época, o guia é promovido em parceria com a Fundação Dom Cabral, que faz uma avaliação completa das maiores empresas do país, com base em performance financeira, governança corporativa, práticas de recursos humanos, inovação, visão de futuro e responsabilidade socioambiental. Conquistamos o 1º lugar no setor de bancos, pela segunda vez, desde a criação desse prêmio em 2012.

Latin American Executive Team 2013 – Realizado pela revista "Institutional Investor", o ranking é obtido por meio de pesquisa realizada com mais de 800 gestores de fundos de investimentos e de pensões (analistas buy side), corretoras e bancos de investimento (analistas sell side) com atuação na América Latina. Vencemos seis das oito categorias: "Melhor Relações com Investidores" pelos Sell e Buy Sides; "Melhor CEO" pelos Sell e Buy Sides; "Melhor CFO" de bancos pelo Buy Side e Melhor Profissional de Relações com Investidores pelo Buy Side.

Best Cash Management Bank in Brazil – Fomos reconhecidos pelo sexto ano consecutivo pela revista "Euromoney", uma das publicações mais importantes sobre o mercado financeiro.

Latin Finance´s Banks of the Year Awards 2013 – Considerada a principal fonte de inteligência de valor agregado dos mercados financeiros para América Latina e Caribe, fomos eleitos pela revista Latin Finance como o Melhor Banco na América Latina e o Melhor Banco no Brasil. O Itaú BBA também foi reconhecido pela Latin Finance como o Melhor Banco de Investimento no Brasil.

Melhores e Maiores da Exame – O Itaú Unibanco foi classificado como o banco número um entre os 50 maiores bancos brasileiros em ativos. Com 40 anos de tradição, essa pesquisa é uma das mais respeitadas no Brasil.

Valor 1000 – O Itaú Unibanco obteve o 1º lugar em duas categorias da pesquisa Valor 1000: Patrimônio Líquido e Lucro Líquido. Em seu 13º ano, o Livro do Ano Valor 1000 classifica milhares das maiores empresas no Brasil por lucro líquido, com base no balanço patrimonial segundo o IFRS do exercício anterior.

Empresa mais admirada no Brasil (revista Carta Capital) – Fomos nomeados a empresa mais admirada no segmento de banco de varejo. No ranking geral (que inclui todos os setores econômicos), o banco alcançou o quinto lugar. Roberto Setubal, nosso CEO, ficou em terceiro lugar entre os líderes empresariais mais admirados.
Most valuable brand in Brazil (Interbrand) – Com um valor de mercado de R$ 19,3 bilhões, fomos considerados a marca mais valiosa do mundo pela Interbrand, em 2013. Essa foi a décimo vez que ocupamos o 1º lugar.
Global Custodian – Fomos reconhecidos por essa conceituada publicação do segmento de securities services. Fomos selecionados como Melhor "Custodiante" na pesquisa "Agent Banks in Emerging Markets" nos seguintes mercados:

- Regiões das Américas e Caribe para clientes internacionais;
- Chile para clientes internacionais; e
- Brasil para clientes locais e internacionais.

International Law Office – Conquistamos o prêmio de "Melhor Equipe Jurídica" da América Latina, conferido por esse website, na categoria "Regulatório para Serviços Financeiros". Considerado um dos mais importantes reconhecimentos do segmento legal, o ILO Latin American Counsel Awards 2013 contou com mais de quatro mil indicações de profissionais de escritórios e consultorias jurídicas de toda a América Latina. O prêmio é promovido pela International Law Office, em parceria com a "Association of Corporate Counsel".

The World's Biggest Public Companies 2013 – Em uma lista das duas mil maiores empresas do mundo, publicada pela Revista Forbes, ficamos em 42º lugar no ranking, sendo a "primeira" instituição financeira do Brasil na classificação de instituições financeiras. Para a lista, foram considerados receita, lucro, ativos e valor de mercado do ano de 2012.

Reactions Latin America Awards – Publicada pela revista britânica “Reactions”, a premiação reconheceu as principais seguradoras da América Latina. A Itaú Seguros foi eleita a melhor seguradora do Brasil.

1000 Melhores Fundos de Investimento 2013 – realizado pelo Guia “Exame” Investimentos Pessoais, fomos eleitos o Melhor Gestor do Ano, por meio de pesquisa feita pelo Centro de Estudos em Finanças da FGV (GVCef-FGV). A premiação que destacou os melhores gestores para o varejo, alta renda, empresas e investidores institucionais. Dentre os 1.000 fundos abertos analisados, fomos eleitos também nas categorias de Melhor Gestor para os produtos a seguir:

- Varejo seletivo (fundos em que os investidores aplicam entre R$ 50.000 e R$ 250.000);
- Fundos DI e de curto prazo;
- Fundos de ações indexados; e
- Fundos de investimento multimercados.

Bank of the Year (The Banker) – Fomos reconhecidos como o Banco do Ano de 2013 no Brasil e no Paraguai, pela revista “The Banker”, uma das publicações do mercado financeiro mais conceituadas do mundo.

Prêmio Aberje – Fomos eleitos pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, ou Aberje, como a empresa do ano em comunicação corporativa. Também recebemos o prêmio em “Comunicação e Relacionamento com o Público Interno” com o case “Educação financeira no Itaú Unibanco: Um desafio que começa com os colaboradores”.

As Melhores Empresas para Começar a Carreira – Fomos eleitos a primeira empresa da lista As Melhores Empresas para Começar a Carreira em 2013, publicada pela revista Você S/A, uma publicação brasileira, no setor de serviços financeiros.

Awards for Excellence – O Itaú Unibanco foi reconhecido pela Revista Euromoney como o melhor banco no Uruguai, em 2013.

Sustentabilidade

Guia Exame de Sustentabilidade – Somos a primeira instituição financeira a ser reconhecida pelo Guia Exame, publicado pela Revista Exame, como a empresa mais sustentável do ano. Além disso, fomos reconhecidos como empresa modelo na categoria de “Instituições Financeiras”. Esse reconhecimento constitui o prêmio de sustentabilidade mais importante no Brasil.

O Itaú Unibanco também é a primeira empresa da América Latina presente no ranking “The World’s Top 20 Green Banks em 2012”, organizada anualmente pela Revista Bloomberg Markets, que analisa os esforços de sustentabilidade dos bancos, inclusive dos investimentos em energia limpa e redução de resíduos.

Dow Jones Sustainability World Index 2013/2014 – Pela 14ª vez consecutiva fomos selecionados para compor o índice. Somos o único banco latino-americano a participar do índice desde sua criação, em 1999.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F Bovespa 2013/2014 – Fomos selecionados para compor esse índice em 2014, pelo nono ano consecutivo. As empresas que compõem o índice são referências em investimento socialmente responsável e atuam como negócios de referência no Brasil.

Adicionalmente, fomos eleitos como uma das empresas brasileiras com as melhores práticas ambientais pelo Prêmio Época Empresa Verde da revista Época, uma publicação brasileira. Também fomos reconhecidos como uma das empresas líderes pelo Prêmio Época de Mudanças Climáticas.

Também fomos reconhecidos em seis categorias no Prêmio Amigo do Esporte 2013 pelo Ministro dos Esportes do Brasil, e consideradas uma das empresas que mais investem no setor de esportes, tanto em projetos esportivos quanto paradesportivos, por meio da lei brasileira de incentive ao esporte.

Marca

Nossa marca representa, cada vez mais, a transformação nas vidas das pessoas, da sociedade e do país que queremos promover. Isso se reflete em nossos produtos, serviços e atitudes. Nossas iniciativas de educação financeira incentiva pessoas a manterem um relacionamento mais equilibrado com o dinheiro, escolherem o melhor tipo de crédito e planejarem com eficiência seus investimentos.

Estamos sempre tentando ampliar o diálogo com nossos stakeholders. Em 2013, nossa marca foi apontada como a mais valiosa no Brasil pelo décimo ano consecutivo, com um valor estimado de R$ 19,3 bilhões, de acordo com a empresa de consultoria Interbrand, cuja análise é baseada na capacidade da nossa marca de gerar resultados financeiros, influenciar o processo de seleção de cliente e garantir uma demanda de longo prazo.

Em 2013 lançamos a plataforma (#issomudaomundo), com o objetivo estabelecer um elo entre nosso propósito de transformar o mundo das pessoas para melhor, nossas causas e os diversos projetos que recebem nosso investimento em educação, cultura, esporte e mobilidade urbana.

Em pesquisa realizada pelo instituto de pesquisa Millward Brown em 2013, alcançamos, já no primeiro ano dessa plataforma, resultados importantes para a marca: aumento de 58% na percepção de “Banco que ajuda a melhorar a vida das pessoas” e de 44% em “Banco que atua como agente transformador na vida das pessoas”. Além disso, segundo estudo do instituto de pesquisa Officina Sophia, obtivemos aumento de 62% de não clientes que nos consideram como uma opção e de 146% no prestígio junto ao mesmo público.

Nossa página no Facebook atingiu mais de 6,5 milhões de fãs e somos o banco com o maior número de fãs em todo o mundo, de acordo com a plataforma de monitoramento Socialbakers. Além dessa página de relacionamento social, no Twitter possuímos mais de 168.200 seguidores e mais de 78,2 milhões de visualizações de conteúdos próprios em nosso canal no YouTube. Temos uma estrutura para monitorar os nossos perfis de mídia social, fornecendo informações sobre os nossos serviços, lançamento de produtos, anúncios e interação com o público em geral e nossos clientes.

De acordo com as plataformas de monitoramente SCUP e Socialmetrix, tivemos mais de 833 mil menções nas redes sociais (como o Facebook, Instagram, Google Plus e Twitter), 45% dos quais consistiram de comentários feitos sobre o segmento financeiro e 54% dos quais eram referências mais positivas do que a média do segmento nas redes sociais. Parte desse resultado é fruto do nosso foco no bem estar social, bem como de nossos esforços na melhoria do atendimento ao cliente. Fechamos 2013 prestando serviços 24 horas por dia, 7 dias por semana a nossos clientes com tempo médio de 6 minutos após o primeiro contato com o cliente – queda de aproximadamente 95% quando comparado a 2012.

Na campanha #issomudaomundo, fizemos uma série de filmes exclusivos para internet, para explicar as causas do banco. Foi o primeiro passo de nossa marca como uma produtora de conteúdo, que compartilha um ponto de vista e busca criar conexões a partir de suas crenças. A série de filmes somou mais de 19.8 milhões de views no canal da marca no YouTube e 106.600 compartilhamentos nas mídias sociais. Um dos filmes alcançou o posto de 20º vídeo mais compartilhado de todo o mundo em 2013. Em pesquisa realizada pela Nielsen, em parceria com o Facebook, ficou comprovado que a série de vídeos provocou um aumento de 17.4% na associação das causas apoiadas pelo banco no período de um mês com um aumento de 16% na intenção de não clientes tornarem-se clientes.

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) Produtos e serviços comercializados

Nosso negócio

Visão geral

Oferecemos um amplo leque de serviços bancários a uma base diversificada de clientes Pessoa Física e Pessoa Jurídica. Tais serviços são prestados de maneira integrada pelos seguintes segmentos operacionais:

• Banco Comercial – Varejo: contempla cartões de crédito, gestão de ativos, produtos de seguro, previdência e capitalização, e uma variedade de produtos e serviços de crédito para pessoa física e para micro e pequenas empresas;
• Banco de Atacado: atividades de banco de grandes empresas e de investimentos, incluindo serviços bancários para médias empresas (representados por empresas com receita anual superior a R$ 30 milhões);
• Crédito ao Consumidor – Varejo: produtos e serviços financeiros a não correntistas; e
• Atividades com o Mercado e Corporação: inclui os resultados provenientes excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada e ao saldo líquido dos créditos e débitos tributários.

Os serviços oferecidos pelo segmento de Banco Comercial – Varejo, a uma base diversificada de pessoas físicas e empresas, incluem produtos de seguro, previdência e capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos, e produtos de crédito e são personalizados e desenvolvidos para atender às demandas dos nossos clientes. As nossas estratégias de marketing são adaptadas ao perfil de cada cliente e implementadas por meio dos canais de distribuição mais adequados. Nossa meta é aumentar o número de produtos usados por nossos clientes, diversificando assim as fontes de receita. O segmento de negócios é uma importante fonte de captação para nossas operações e gera significativas receitas financeiras e de prestação de serviços.

O segmento de banco comercial – varejo abrange as seguintes unidades especializadas:

• Banco de Varejo (pessoa física);
• Personnalité (serviços bancários para pessoas físicas com alta renda);
• Banco para o setor público;
• Banco para micro e pequenas empresas;
• Produtos de seguro, previdência e capitalização;
• Serviços de gestão de patrimônio (private bank, gestão de ativos e mercado de capitais); e
• Crédito imobiliário.

O banco de atacado é responsável por nossas atividades de banco de grandes empresas e de investimentos.

Nosso modelo de administração do banco de atacado tem por base a formação de estreitos relacionamentos com os clientes, por meio do conhecimento profundo de suas necessidades e da oferta de soluções personalizadas. As atividades referentes às grandes empresas incluem a prestação de serviços bancários e de banco de investimento, que abrangem a oferta de recursos de financiamento a esse segmento por meio de instrumentos de renda fixa e renda variável. Em outubro, anunciamos algumas mudanças na nossa estrutura administrativa, pela qual os serviços bancários para médias empresas tornaram-se parte do segmento do banco de atacado.

Pelo segmento de crédito ao consumidor – varejo, desenvolvemos uma estratégia de expansão da oferta de produtos e serviços financeiros para além de nossos clientes correntistas. Desta forma, este segmento supervisiona o financiamento de veículos fora de nossa rede de agências, a oferta de cartões de crédito a pessoas físicas não correntistas e o empréstimo para consumidores de baixa renda.

O segmento de Atividades com o Mercado e Corporação gerencia o resultado financeiro associado ao nosso excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada e ao saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, da gestão de gaps de juros de taxas de moedas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragem nos mercados externo e doméstico, e da marcação ao mercado (mark-to-market)

de ativos financeiros.

Além disso, contamos com um amplo leque de operações no exterior e construímos nossa presença internacional com base em unidades estrategicamente localizadas nas Américas, na Europa e na Ásia. Desta forma, são geradas sinergias significativas em financiamento ao comércio exterior, colocação de Eurobonds, e na oferta de transações financeiras mais sofisticadas e operações de private banking. Essas operações estão presentes nos segmentos de Banco Comercial – varejo e banco de atacado.

Banco Comercial – Varejo

Visão geral dos produtos e serviços a correntistas

Temos uma carteira de produtos ampla e diversificada para atender as necessidades de nossos clientes. Os principais produtos e serviços disponíveis aos nossos correntistas são:

• Crédito: empréstimo pessoal, cheque especial, crédito consignado, financiamento de veículos, cartões de crédito, crédito imobiliário e crédito rural, financiamento de capital de giro, desconto de duplicatas e financiamento à exportação;

• Investimentos: planos de previdência, fundos mútuos, depósitos a prazo, contas de depósito à vista, contas de poupança e planos de capitalização; e

• Serviços: seguros (vida, residência, cartões de crédito/débito, veículos, proteção a empréstimos, entre outros), câmbio, corretagem e outros.

Oferecemos uma ampla gama de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de pessoas físicas e jurídicas, tanto correntistas quanto não correntistas. Possuímos mais de 40 milhões de clientes e 32.891 postos de atendimento distribuídos pelo Brasil e exterior, por meio de 4.142 agências, 885 postos de atendimento bancário (PABs) e 27.900 caixas eletrônicos, em 31 de dezembro de 2013. Adicionalmente, proporcionamos aos nossos clientes, pela nossa plataforma “Itaú Unibanco 30 horas”, um meio de acesso para fazer consultas, pagamentos, investimentos e outras transações bancárias, sem a necessidade de recorrer ao gerente. Nossa carteira de produtos inclui empréstimos e diversas opções de investimentos, seguros, câmbio e corretagem, entre outros.

Nosso segmento de banco comercial está dividido de acordo com o perfil do cliente. Essa estratégia nos aproxima de nossos clientes, compreendendo suas necessidades e oferecendo os produtos mais adequados para atender suas exigências.

Proporcionamos serviços exclusivos aos nossos clientes de banco de varejo Itaú Uniclass (uma breve descrição segue na seção de Banco de varejo). Oferecemos atendimento especializado aos nossos clientes de alta renda por meio do Itaú Personnalité e, com mais de 20 anos de experiência em gestão de patrimônios, disponibilizamos aos nossos clientes o Itaú Private Bank, que oferece serviços de gestão de recursos de terceiros e é o maior private bank da América Latina. Para atender as necessidades corporativas de nossos clientes Pessoa Jurídica, o Itaú Empresas atende os segmentos de micro, pequenas e médias empresas, por meio de uma estrutura dedicada, com produtos e serviços específicos.

Em 2013, avançamos na agenda de crescente automatização de processos e serviços, gerando produtividade e ganhos de escala. A biometria é um exemplo ilustrativo de um serviço que resultou em conveniência crescente para nossos clientes, que podem operar um caixa eletrônico sem a necessidade de cartão físico, com maior segurança.

Banco de varejo

Nosso principal negócio é o banco de varejo e é por meio das operações desse segmento que oferecemos uma estrutura de serviço exclusiva para clientes em todo o Brasil. Nossa estrutura de atendimento

busca oferecer as melhores soluções para cada perfil de cliente. Classificamos nossos clientes de varejo como pessoas físicas com renda mensal de até R$ 10.000,00.

Nossos serviços Itaú Uniclass estão disponíveis em todas as agências para clientes que ganham mais de R$ 4.000 ou R$ 5.000 por mês, dependendo da região , uma inovação no setor bancário brasileiro. Oferecemos serviços personalizados para nossos clientes Itaú Uniclass como consultoria de investimentos, caixas exclusivos, atendimento telefônico especial e limites de crédito mais altos, além de uma equipe com gerentes de relacionamento exclusivos.
Nossa rede de banco de varejo se concentra na construção de relacionamentos duradouros e transparentes com nossos clientes.

Personnalité

Em 1996, começamos a fornecer serviços personalizados a pessoas físicas de alta renda, com a criação do Itaú Personnalité, que atende, atualmente, pessoas físicas com rendimento acima de R$ 10.000 por mês ou que tenham investimentos acima de R$ 100.000.

O foco do Itaú Personnalité é fornecer (i) serviços de assessoria financeira por gerentes que entendem as necessidades especificas de nossos clientes de alta renda; (ii) uma ampla oferta de produtos e serviços exclusivos e (iii) benefícios especiais com base no tipo e tempo de relacionamento com o cliente, inclusive a concessão de descontos para diversos produtos e serviços. O Itaú Personnalité atende seus clientes por meio de uma rede dedicada, formada por 275 agências nas principais cidades brasileiras. Os clientes do Itaú Personnalité também têm acesso à rede de agências e caixas eletrônicos do Itaú Unibanco em todo o país, bem como aos serviços bancários por internet, telefone e *mobile*.

Em 2013, lançamos o novo canal digital para clientes Personnalité, com o novo website para este segmento, que oferece canais de contato adicionais, como videochats e serviços online ao cliente.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	**Posição de Mercado**	**Outras Informações e Principais Concorrentes**
Banco de Varejo[1]	Em dezembro de 2013, ocupávamos a terceira posição no setor de banco de varejo em termos de participação de mercado.	O Itaú Unibanco Holding possui uma posição de liderança em muitos setores do mercado financeiro brasileiro. Atingimos participação de mercado de 13,5% em termos do saldo total de empréstimos em circulação em reais em dezembro de 2013, o que nos posiciona como o terceiro maior banco nesse segmento no Brasil. Nossos principais concorrentes são a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A. e o Banco Santander Brasil S.A.

1. Inclui Itaú Personnalité.
Fonte: Banco Central e Itaú Unibanco Holding.

Micro e pequenas empresas

Para atender as necessidades de nossos clientes corporativos, oferecemos soluções personalizadas e aconselhamento detalhado sobre todos os produtos e serviços para:

• Microempresas: base de clientes composta por mais de 980 mil clientes com receita anual de até R$ 0,5 milhão, atendidos por 1.647 agências bancárias com 2.405 gerentes em 31 de dezembro de 2013; e

• Pequenas empresas: base de clientes composta por 408.537 empresas com receita anual de R$ 0,5 milhão até R$ 6 milhões, atendidos por 379 escritórios de negócios com aproximadamente 2.651 gerentes em 31 de dezembro de 2013.

Todos os nossos gerentes são certificados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e, ao longo do ano, recebem treinamento para terem condições de oferecer as melhores soluções para cada perfil de cliente. Nossos clientes contam com nossa capacidade de oferecer produtos, prazos e taxas ajustados às suas necessidades.

Nossa estratégia é aproveitar as oportunidades do mercado, suprindo as necessidades dessas empresas, particularmente em relação à gestão de fluxos de caixa, linhas de crédito, necessidades de investimentos e serviços.
Como em 2012, melhorar nossa carteira de crédito e reduzir o volume de empréstimos inadimplentes permaneceram como nossa metas em 2013. Processos, políticas e ferramentas de crédito foram aprimoradas e intensificamos nosso setor de cobrança.

Com foco no atendimento às necessidades dos clientes, desenvolvemos o produto “conta certa” – um plano de conta com pacotes de serviços customizáveis – e ampliamos nossas ofertas em canais eletrônicos, possibilitando que o próprio cliente financie e adquira uma ampla gama de serviços sem a necessidade de deslocamento até nossas agências.

A melhoria e a simplificação de nossos processos operacionais e comerciais também fazem parte de nossa agenda. Trabalhamos para simplificar processos que consumiam muito tempo, como abrir uma conta, e organizamos nossas unidades operacionais e comerciais para trabalhar de forma padronizada, semelhante às franquias.

Setor público

Nosso segmento com atividades voltadas ao setor público opera em todas as áreas e inclui os níveis federal, estadual e municipal do governo (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário).

Para atender a esses clientes, utilizamos plataformas separadas daquelas das agências de Banco de Varejo, com equipes de gerentes especialmente treinados para oferecer soluções personalizadas para a arrecadação de impostos, serviços de câmbio, administração de ativos públicos, pagamentos a fornecedores, folha de pagamento de servidores civis e militares, e aposentadoria. Com base nessas plataformas, temos uma quantidade significativa de negócios com clientes do setor público, sobretudo nos estados brasileiros onde, antes, adquirimos instituições financeiras estatais.

Em dezembro de 2013, contávamos com 2.602 clientes do setor público e 15 escritórios no Brasil.

Gestão de patrimônio (Wealth Management & Services)

Private Bank

O Itaú Private Bank é o líder no segmento de gestão de patrimônio na América Latina. Nossa equipe exclusiva com mais de 635 profissionais fornece serviços financeiros para mais de 10.000 famílias de alta renda de diversos países na América Latina. Ao final de 2013, nossos clientes contavam com nossos escritórios no Chile, Uruguai, Paraguai, Estados Unidos, Suíça, Cayman e Bahamas, além de sete escritórios no Brasil.

Nossos clientes têm acesso a uma carteira completa de produtos e serviços, incluindo de gestão de investimentos a planejamento patrimonial, assim como soluções bancárias e de crédito. Além dos produtos e serviços customizados internamente, oferecemos acesso a uma arquitetura aberta de produtos fornecidos por outros prestadores de serviços. Em 31 de dezembro de 2013, nossa equipe, dedicada a compreender o cliente e atender a suas necessidades, contava com mais de 120 private bankers com o apoio de um time de consultores de investimentos e especialistas de produtos.

Nossa estratégia de mercado é consolidar a posição de liderança no mercado brasileiro e aumentar nossa participação mercados importantes da América Latina como Chile, Peru, Colômbia, México e Uruguai.

Em linha com nossa missão de sermos a empresa líder em satisfação do cliente e performance sustentável, decidimos concentrar nossas prioridades estratégicas nas seguintes iniciativas:

• Concluir a revisão de nossa segmentação no Brasil, com o objetivo principal de proporcionar maior apoio aos nossos clientes em um novo cenário macroeconômico;

• Dar continuidade aos investimentos em nossas plataformas internacionais nos Estados Unidos e na Suíça;

• Consolidar nossa plataforma europeia na Suíça e internalizar nossas operações de TI no país; e

• Aumentar a eficiência operacional de nossa plataforma com investimentos contínuos em TI e internet.

Como a satisfação do cliente é uma prioridade para nós, nos concentramos em iniciativas que fortaleçam o relacionamento com os nossos clientes. Em 2013, conduzimos pelo décimo primeiro ano consecutivo uma pesquisa abrangente de satisfação de clientes e realizamos o “Client Advisory Board” pelo terceiro ano consecutivo. Promovemos cerca de 200 eventos em 2013, incluindo workshops de investimentos, almoços com executivos e especialistas, além de convites para eventos culturais e esportivos.

Gestão de recursos de terceiros

A Itaú Asset Management é especializada na gestão de recursos de terceiros em fundos de investimento, como fundos de renda fixa, multimercado, ações e fundos indexados, bem como ativos mantidos em contas administradas e fundos mútuos, no Brasil e no exterior. Nosso segmento de gestão de recursos de terceiros oferece produtos para todos os segmentos de banco de varejo e de atacado, estruturação e a gestão de fundos de investimento de acordo com perfis específicos para cada segmento de negócio.

Seguimos diferentes estratégias de investimento para os diversos fundos que administramos, a fim de assegurar a performance e a adequação do perfil de cada cliente. Para manter essa abordagem, contamos com uma equipe exclusiva que conduz análises abrangentes de gestão de riscos e que apoiam nossos gerentes de carteira. Além disso, desenvolvemos uma metodologia própria, com integração dos fatores de governança ambiental, social e corporativa em nossas avaliações de empresa. Isso nos auxilia a precificar com mais exatidão os riscos e oportunidades que podem afetar seu valor de mercado.

Fomos escolhidos como Melhor Gestor de Fundos de 2013 pela revista Exame. A análise foi conduzida pela Fundação Getulio Vargas – Centro de Estudos em Finanças, que avaliou mais de 1.000 fundos abertos. Nosso reconhecimento pelo mercado, por meio desse prêmio, especialmente no atual ambiente exigente de mercado, reflete o nosso foco na gestão de qualidade e o nosso comprometimento com a performance coerente alinhada aos perfis de risco de nossos clientes.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	**Posição de Mercado**	**Outras Informações e Principais Concorrentes**
Gestão de Recursos de Terceiros	2º lugar: 14,6% de participação de mercado em termos de ativos sob administração.	De acordo com a ANBIMA, o setor de gestão de recursos de terceiros no Brasil possuía um total de ativos de R$ 2.464 bilhões em dezembro de 2013, com a concorrência concentrada em grandes Bancos de Varejo bem estabelecidos. Nossos principais concorrentes são o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ANBIMA (dezembro de 2013).

Soluções para mercado de capitais

A área de Soluções para Mercado de Capitais possui quatro principais unidades de negócios: custódia local, custódia internacional, administração fiduciária e soluções para corporações. Para sermos eficientes, estes negócios tem a tecnologia como um alicerce.

Nossos principais clientes são fundos de pensão, companhias de seguro, gestores de ativos, investidores institucionais internacionais e emissores de ações e dívidas, representando cerca de 2.092 clientes em 21 países, em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, alcançamos R$ 900.101 milhões de ativos sob custódia.

As unidades de negócios da área de Soluções para Mercado de Capitais oferecem os seguintes serviços:

• Custódia Local e Administração Fiduciária: fornece soluções como custódia de ativos, contabilização de fundos, administração, supervisão e contratação de serviços para fundos de investimentos locais e outras carteiras;

• Custódia Internacional: fornece serviços de custódia e representação legal para investidores não residentes no Brasil, custódia de programas de ADR, serviço de depósito para BDR e cálculos de valor de ativos líquidos para fundos offshore;

• Soluções para Corporações: atua como agente de transferência e presta serviços de escrituração para empresas brasileiras que emitem ações, debêntures e cédulas de crédito bancário. Também atuamos como agente de garantias de empresas em transações de project finance, contas garantidas e contratos de empréstimos e financiamentos.

Nosso foco é sermos um prestador de serviços completos para clientes institucionais, oferecendo soluções integradas e um canal exclusivo com profissionais especializados.

Como resultado, a área de Soluções para Mercado de Capitais recebeu importantes prêmios com o voto de clientes dessa indústria: Melhor Custodiante no Brasil para clientes locais (5º ano consecutivo), clientes internacionais (4º ano consecutivo); o reconhecimento como o Melhor Custodiante da região das Américas e Caribe (2º ano consecutivo), de acordo com a Revista Global Custodian. Ainda em 2013, fomos reconhecidos pela Revista Global Finance como o Melhor Custodiante no Brasil para clientes internacionais. Em 2013, nosso modelo de gestão de governança e negócios foi reconhecido com a mais alta distinção com o “Troféu Governador do Estado” pelo Instituto Paulista de Excelência da Gestão.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência na área:

Concorrência		
Produto/Serviço	**Posição de Mercado**	**Outras Informações e Principais Concorrentes**
Custódia Local e Administração Fiduciária	2º (ANBIMA)	Em 31 de dezembro de 2013, o Itaú contou com R$ 732.369 milhões de ativos sob custódia, o que representa um aumento de 0,98% em comparação a 31 de dezembro de 2012. Nossos principais concorrentes são o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A. e o Banco Santander Brasil S.A.
Custódia Internacional	2º (ANBIMA)	Em 31 de dezembro de 2013, o Itaú contou com R$ 167.732 milhões de ativos sob custódia, o que representa uma redução de 21,78 % em comparação a 31 de dezembro de 2012. Nossos principais concorrentes são: Banco Citibank S.A., *JP Morgan´s Securities Services* e Banco Bradesco S.A.
Soluções para Corporações	Ações: 1º (BM&F Bovespa) Debêntures: 2º (ANBIMA)	Em 31 de dezembro de 2013 atuamos como agente de transferência e de registro para 231 empresas listadas na BM&FBovespa, o que representa 63,64% das empresas listadas nessa bolsa de valores. Além disso, em 31 de dezembro de 2013, atuamos como agente de transferência em 387 ofertas de debêntures no mercado brasileiro, o que representa 46,97% do mercado de debêntures no Brasil. Nossos principais concorrentes no mercado de ações são: Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. Nosso principal concorrente no segmento de debêntures é o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding, ANBIMA e BM&FBovespa (dezembro de 2013).

Responsabilidade social corporativa

Lançado em 2004, o Fundo Itaú Excelência Social (FIES) é um fundo de investimento socialmente responsável. Esse fundo investe em ações de empresas com reconhecidas práticas de responsabilidade social corporativa, com o objetivo de obter retornos de longo prazo superiores àqueles oferecidos pelos principais índices do mercado financeiro brasileiro. Além de analisar os riscos e retornos das empresas, os gestores do fundo também levam em consideração três critérios fundamentais em relação às companhias: atividades sociais corporativas, aspectos de proteção ambiental e boas práticas de governança corporativa. A cada ano, o gestor do fundo FIES doa 50% da sua taxa de administração acumulada para projetos sociais nas seguintes categorias: educação ambiental, ensino técnico e educação infantil.

Crédito imobiliário

Os compromissos de nossa área de crédito imobiliário são:

• Estar alinhado à nossa estratégia de investir em empresas com riscos mais baixos;

• Contribuir para o desenvolvimento social e financeiro de nossos clientes;

• Criar lealdade – os relacionamentos estabelecidos nesse setor são geralmente de longo prazo.

Somos líderes no segmento de financiamento imobiliário para pessoas físicas entre os bancos privados brasileiros no período de 2008 a 2013, alcançando aproximadamente 40% da participação de mercado em termos de valor financiado em 31 de dezembro de 2013,. Além disso, somos um dos maiores bancos no mercado de financiamento imobiliário à pessoas jurídicas com participação de aproximadamente 22% do valor concedido de crédito no ano de 2013.

Oferecemos produtos por meio de nossa rede de agências, incorporadoras, imobiliárias, incluindo

nossa parceria com a Coelho da Fonseca Empreendimentos Imobiliários Ltda. e da nossa joint venture com a LPS Brasil Consultoria de Imóveis S.A.(Lopes), chamada de Credipronto. Esses dois acordos de longo prazo fornecem para nós, com exclusividade, a originação de financiamento imobiliário em diversas regiões do Brasil.

Desde 2007, as transações de financiamento de crédito imobiliário no mercado brasileiro têm sido realizadas principalmente através da alienação fiduciária, sistema pelo qual o comprador torna-se o proprietário do bem após todos os pagamentos terem sido realizados, tornando mais fácil para o banco (financiador) recuperar o bem no caso de inadimplência do tomador do financiamento. Em outras palavras, este sistema resultou em menores riscos jurídicos e de crédito em comparação com outros tipos de garantias.

Outra característica positiva do mercado brasileiro é o Sistema de Amortização Constante (SAC), segundo o qual parcelas decrescentes fornecem uma amortização mais rápida do contrato, reduzindo nosso indicador LTV (relação entre o valor do empréstimo e o valor do imóvel) a uma taxa mais rápida comparada com outros sistemas de amortização.

Em 31 de dezembro de 2013, todos os nossos empréstimos a pessoas físicas foi feitopor meio de alienação fiduciária. Em 2013, toda a nossa originação de crédito foi baseada no Sistema de Amortização Constante (SAC) e o nosso índice LTV da carteira atingiu 40% em comparação a 41% em 2012.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	**Posição de Mercado**	**Outras Informações e Principais Concorrentes**
Financiamento e Crédito Imobiliário	Estamos em 1º lugar em termos de empréstimos a pessoas físicas entre os bancos privados brasileiros – 40,6% em participação de mercado; 2º lugar em termos de empréstimos a pessoas físicas, considerando todos os bancos brasileiros – 13,5%.	O principal participante no mercado brasileiro de financiamento imobiliário é a Caixa Econômica Federal (CEF), um banco estatal. A CEF dedica-se ao financiamento de imóveis e, com uma estratégia agressiva de preços, tem a liderança nesse mercado. Outros concorrentes incluem o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding.

Empréstimos consignados

O empréstimo consignado consiste em um empréstimo com parcelas fixas descontadas diretamente da folha de pagamento do devedor para a conta do banco sem ser registrada na conta do devedor.

Nossa estratégia para esse segmento é expandir nossas atividades em negócios com taxas de spread e de perdas historicamente mais baixas, alcançando uma posição de liderança no segmento de oferta, distribuição e venda de empréstimos consignados no Brasil.

Para expandir esse negócio e complementar nossa estratégia, em 9 de julho de 2012 celebramos um acordo de associação com o Banco BMG S.A. para oferecer, distribuir e comercializar empréstimos consignados originados por essa instituição financeira. O Itaú BMG Consignado, a entidade resultante dessa associação, iniciou suas operações em dezembro de 2012 e está presente em todo o território brasileiro. O propósito dessa associação é a diversificação de nossa carteira de empréstimos, complementando nossa estratégia de empréstimos consignados e melhorando o perfil de risco de nossa carteira de empréstimos para pessoas físicas. O Itaú BMG Consignado também possibilita a expansão de nosso negócio no setor de empréstimos consignados, em linha com nossos valores e princípios de transparência, seguindo as melhores práticas e políticas de gestão.

Nossa estratégia de buscar um maior crescimento no setor de beneficiários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), combinada com determinadas políticas de crédito que adotamos, possibilita a evolução de nossa carteira por meio da redução dos níveis de inadimplência.

A evolução desse negócio resultou em maior participação dos empréstimos consignados na carteira de empréstimos para pessoas físicas, de 8,4% em 31 de dezembro de 2012 para 12,4% em 31 de dezembro de 2013.

Com base em dados do Banco Central e informações financeiras disponíveis ao público, nossos principais concorrentes nesse negócio são Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Caixa Econômica Federal.

Seguros, previdência e capitalização

Em 2013, nosso segmento de seguros, previdência e capitalização apresentou crescimento de 15,5% em termos de lucro líquido recorrente em relação a 2012, resultado de nossa simplificação de processos, redução de custos operacionais, aumento da eficiência, e uma carteira de produtos alinhada com as necessidades dos clientes.

Seguro

Para esse segmento oferecemos uma ampla gama de produtos de seguro de vida e de acidentes, automóveis e de propriedade, garantia estendida, seguro de viagem e soluções corporativas para pessoas jurídicas. Com foco na simplificação da carteira e na distribuição de nossos produtos, nossas apólices são vendidas, em nossas agências, em associação com varejistas e grandes companhias de seguros, via telemarketing, internet, caixas eletrônicos, terminais de autosserviço e aplicativos móveis, entre outros canais.

Operamos em segmentos selecionados voltados para a busca da lucratividade e explorando a ampliação dos canais para a oferta de produtos de seguros, previdência e capitalização. A lucratividade de nossa operação e o potencial de geração de renda sem implicação de risco de crédito torna o negócio de seguros estratégico para nós, pois aumenta a diversificação de receitas e torna nossa carteira de produtos oferecidos aos nossos clientes mais completa.

Além do tradicional gerente de relacionamentos da agência,ampliamos os nossos canais de distribuição aos nossos clientes correntistas para, os canais digitais, terminais bancários e caixas eletrônicos, maximizando o retorno do fluxo de clientes nas agências. O seguro prestamista para empréstimos pessoais vendidos na internet em 2013 registrou crescimento de 37% em apólices vendidas em comparação com o ano anterior. O seguro viagem também ultrapassou as expectativas na expansão de canais de oferta, sendo atualmente disponibilizado em nosso canal mobile, além de outros canais tradicionais.

Em 2013, começamos a desenvolver um novo canal na internet para oferecer nossos produtos a clientes não correntistas e que não possuem cartão de crédito.

Nossa estratégia para aumentar o grau de penetração no mercado de seguros brasileiro varia de acordo com os mercados nos quais competimos. Em janeiro de 2014 anunciamos a intenção de vender nossa operação de seguros relacionados a grandes riscos, que lida com apólices de seguros de grande porte para perdas corporativas, por meio de um processo de licitação. Para os mercados de pessoas físicas e pequenas e médias empresas, o foco é a base de clientes do banco e de cartão de crédito. Também trabalhamos para aprimorar a penetração no mercado de seguros de ramos elementares para pequenas e médias empresas.

Seguindo nossas metas de crescimento em determinados mercados e visando melhorar o atendimento ao cliente, em 2009 celebramos uma parceria com o Grupo Porto Seguro, líder do setor de seguro residencial e de automóveis no Brasil, na qual detemos 30% do capital da Porto Seguro S.A.. A parceria inclui um acordo operacional com o Grupo Porto Seguro para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos de seguros residenciais e de automóveis para os clientes da nossa rede no Brasil e no Uruguai.

Em 25 de junho de 2013, utilizando o Banco Itaú BMG Consignado, sociedade indiretamente controlada por nós, celebramos um contrato de compra e venda de ações com controladores do Banco BMG, por meio do qual nos comprometemos a adquirir 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora. Todas as aprovações normativas foram obtidas. A BMG Seguradora celebrará acordos de exclusividade com o Banco BMG e com o Banco Itaú BMG Consignado para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por essas instituições financeiras.

Em maio de 2013, como parte do processo de abertura do mercado brasileiro de resseguros para companhias privadas e e com a privatização do IRB – Brasil Resseguros S.A., ou IRB, nossas subsidiárias Itaú Seguros S.A. e Itaú Vida e Previdência S.A. celebraram acordo de acionistas com o governo brasileiro, instituições financeiras brasileiras e com um fundo de ações privado, estabelecendo direitos de voto e uma

nova estrutura de governança corporativa para o IRB, que inclui empresas do setor privado em seu grupo de controle. O acordo de acionistas, válido por 20 anos, entrou em vigor em 1º de outubro de 2013 e estabelece a propriedade de 15% das ações da IRB por nossas subsidiárias. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	**Posição de Mercado**	**Outras Informações e Principais Concorrentes**
Seguro	Considerando nossa participação de 30% na Porto Seguro, possuímos 13,8% de participação no mercado brasileiro, em termos de prêmios de seguro, excluindo VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), de janeiro a novembro de 2013.	O mercado brasileiro de seguros é altamente competitivo. Nossos principais concorrentes nesse setor, excluindo fornecedores de seguro saúde, estão associados a grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S. A. Embora exista uma grande concentração em bancos brasileiros, esse mercado ainda se encontra diversificado, especialmente com participantes de nichos específicos. Em 31 de dezembro de 2013, o setor apresentava aproximadamente 123 companhias de seguros de vários portes, incluindo 32 conglomerados e 60 companhias independentes. Nossa aliança com a Porto Seguro resultou em ganhos de escala e eficiência.

Fonte: SUSEP.

Planos de previdência privada

Oferecemos planos de previdência privada para nossos clientes como opção para planejamento financeiro e sucessório e para fins de imposto de renda (esses produtos têm imposto diferido). Proporcionamos aos nossos clientes uma solução para assegurar a manutenção de sua qualidade de vida, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de um investimento de longo prazo. Os produtos de previdência privada dividem-se em dois grandes grupos:

• PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres): o principal objetivo deste plano é a formação de poupança, mas pode ser contratado com uma cobertura adicional de risco. Este plano é, geralmente, indicado para clientes que apresentam declaração completa de Imposto de Renda (ao invés da versão simplificada), pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual;

• VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres): trata-se de um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL. No caso do VGBL, a base de cálculo são os rendimentos auferidos do cliente.

Para planos corporativos de previdência, oferecemos um serviço de consultoria especializada e desenvolvemos soluções personalizadas para cada organização, por meio dos quais estabelecemos parcerias de longo prazo com nossos clientes desse segmento, mantendo estreitas relações com suas unidades de Recursos Humanos e adotando uma estratégia de comunicação voltada para a educação financeira de seus colaboradores.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	**Posição de Mercado**	**Outras Informações e Principais Concorrentes**
Previdência	Em novembro de 2013, nosso saldo de provisões representava 24,4% da participação de mercado em planos de previdência.	Nossos principais concorrentes no setor de produtos de previdência privada são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S. A, que, como nós, utilizam sua rede de agências para ganhar acesso ao mercado de varejo.

Fonte: SUSEP (Saldo de provisões – Planos de Previdência para Pessoas Físicas e Jurídicas).

Capitalização

Os produtos de capitalização são produtos de depósito pelo qual o cliente deposita uma quantia fixa, uma única vez, ou realiza pagamentos mensais que serão devolvidos ao término de um prazo previamente acordado,corrigidos pela TR. Ao adquirir esse produto, o cliente participa automaticamente de sorteios periódicos, concorrendo a prêmios em dinheiro. Durante o prazo desse contrato, o cliente pode retirar o saldo depositado, com subtração das taxas referentes à cada retirada.

Para atender as necessidades de nossos clientes, lançamos um novo título de capitalização (PIC), com mais opções de valores de pagamento mensal, de acordo com o perfil do cliente. Esse produto nos possibilita personalizar nossa abordagem de acordo com cada segmento e fortalecer nosso relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Nossos produtos de capitalização são distribuídos por meio de nossa rede de agências, canais eletrônicos e caixas eletrônicos.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência na área:

Concorrência		
Produto/Serviço	**Posição de Mercado**	**Outras Informações e Principais Concorrentes**
Capitalização	No período de janeiro a novembro de 2013, contamos com 11,5% de participação de mercado em termos de receita de vendas dos produtos de capitalização.	Nossos principais concorrentes no setor de produtos de capitalização são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S. A, que, como nós, utilizam sua rede de agências para ganhar acesso ao mercado de varejo. Nossa lucratividade (calculada por lucro líquido em relação à receita de vendas) é a maior entre nossos principais concorrentes.

Fonte: SUSEP.

Banco de Atacado

O Banco de Atacado é o segmento responsável pelas operações bancárias do segmento de médias e grandes empresas e do banco de investimento, realizadas por meio do Itaú BBA. Esse segmento oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil. Seu modelo de gestão é voltado para o desenvolvimento de um relacionamento estreito com cada cliente, obtendo conhecimento profundo de suas necessidades e fornecendo soluções personalizadas.

Nossas atividades nesse segmento variam entre transações típicas de um banco comercial, transações em mercado de capitais e consultoria em fusões e aquisições. Essas atividades são completamente integradas, o que permite ao Itaú BBA atingir um desempenho adequado às necessidades de nossos clientes.

Uma das características mais importantes do Itaú BBA é a série de iniciativas aplicadas, propostas e contínuas que visam à melhoria da eficiência de nossas operações. Essas ações devem continuar a crescer nos próximos anos e são projetadas para aumentar receitas, aprimorar processos e reduzir custos.

Nosso foco é voltado para práticas de avaliação e mitigação de riscos ambientais que visam assegurar a sustentabilidade dos fluxos de caixa de nossos clientes e gerenciar nosso risco de crédito. Essas práticas também são disseminadas para outros participantes do mercado por meio de programas e parcerias com clientes e organizações internacionais como o “Programa de Assistência para a América Latina”, fórum para divulgação e análise do risco ambiental na América Latina, liderado pelo Itaú BBA com apoio da International Finance Corporation, do Banco de Desenvolvimento Interamericano e da Organização das Nações Unidas.

Em 2013, o atendimento a clientes médias empresas, que abrangem empresas com receita anual de R$ 30 milhões a R$ 300 milhões, migrou para o Banco de Atacado. O objetivo dessa estrutura é oferecer serviços mais especializados, com mais agilidade e variedade de produtos, a fim de promover um

relacionamento mais estreito com nossos clientes e aumentar nossa penetração no segmento corporativo de médias empresas.

Banco de investimento

Nosso segmento de banco de investimento auxilia empresas a levantar fundos por meio de instrumentos de renda fixa e ações em mercados de capital públicos e privados. Proporcionamos consultoria a empresas, fundos de ações e investidores na estruturação de produtos de renda variável e em fusões e aquisições. Desde a fase de pesquisa até a execução, acreditamos oferecer uma ampla carteira de serviços de banco de investimento em relação às empresas brasileiras e latino-americanas.

No segmento de banco de investimento, o departamento de renda fixa atua como bookrunner ou gestor na emissão de debêntures, notas promissórias e operações de securitização.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	**Posição de Mercado**	**Outras Informações e Principais Concorrentes**
Banco de Investimento	Em 2013, o Itaú BBA ficou em 1º lugar em termos de mercado de capitais – ações (1) e de mercado de capitais – dívidas (2) e em 2º lugar em fusões e aquisições (3).	No segmento de banco de investimentos, os principais concorrentes do Itaú BBA incluem o Banco Santander, Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., Banco Morgan Stanley S.A., Banco JP Morgan S.A., Bradesco BBI e o Banco BTG Pactual S.A.

Fonte: (1) *ranking* ANBIMA por quantidade de negociações, (2) *ranking* ANBIMA por distribuição, (3) *ranking Thomson* por quantidade de negociações.

Corretagem (Itaú Corretora)

A Itaú Corretora presta serviços de corretagem na BM&FBOVESPA desde 1965. Esses serviços são ainda oferecidos para clientes internacionais por meio de nossas operações em Nova York, Hong Kong e Dubai. A Itaú Corretora foi classificada em sexto lugar, entre todas as corretoras na BM&FBOVESPA, em termos de volume negociado de ações, e em segundo lugar em número de contratos de commodities e derivativos no período entre janeiro e dezembro de 2013.

Além disso, nossa equipe de pesquisa ficou em primeiro lugar para a América Latina no ranking de pesquisa da Institutional Investor, conduzida entre investidores institucionais.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	**Posição de Mercado**	**Outras Informações e Principais Concorrentes**
Corretagem (Itaú Corretora) – *Cash Equities*	Classificada em sexto lugar no segmento de *Cash Equities* por volume de negociação.	Principais concorrentes: Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., UBS Brasil Corretora, Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., XP Investimentos, e Merrill Lynch S.A.Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Corretagem (Itaú Corretora) – Futuros e Derivativos	Classificada em segundo lugar no segmento de Futuros e Derivativos por número de contratos negociados.	Principais concorrentes: UBS Brasil Corretora, BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ICAP do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., e Tullett Prebon Brasil S.A. Corretora de Valores e Câmbio.
Pesquisa	Nomeado *Top Research House* para a América Latina.	Classificada como a melhor equipe de pesquisa na América Latina, na pesquisa da *Institutional Investor*, à frente de empresas globais como a BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., Bank of America Merrill Lynch S.A.Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, e JP Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Fonte: *Research rankings*: Revista *Institutional Investor*;
Trading rankings: CBLCnet.

Grandes empresas

Oferecemos produtos e serviços para empresas com receita acima de R$ 300 milhões. Em 31 de dezembro de 2013, possuíamos mais de 3.000 clientes nesse segmento.

A estratégia operacional do banco de atacado do Itaú BBA é oferecer serviços eficazes e diferenciados que atendam às exigências de nossos clientes. Criamos e disponibilizamos produtos e serviços para cada necessidade de negócio, segmentados com base no perfil do cliente.

Financiamento de operações comerciais

Nossos negócios referentes ao financiamento de operações comerciais consistem na gestão de produtos financeiros para exportação e importação, empréstimos internacionais, garantias, remessa de fundos e câmbio. Nosso financiamento à exportação para grandes empresas geralmente não é garantido, mas algumas transações exigem garantias mais complexas, em especial aquelas originalmente estruturadas para serem sindicalizadas.

Médias empresas

Em 2013, o negócio de médias empresas do Itaú Unibanco, que inclui empresas com faturamento anual entre R$ 30 milhões e R$ 300 milhões, tornou-se parte da estrutura de gestão do Banco de Atacado.

No ano passado, nosso segmento de médias empresas aumentou sua participação em clientes com boa classificação de crédito (clientes com baixa probabilidade de inadimplência), com saída de risco em clientes com classificação de crédito ruim e aumento das operações com garantia. Além disso, houve aumento de receitas não crédito por conta do foco na oferta de serviços, seguros e captação.

Estamos trabalhando para criar e implementar um novo modelo comercial em busca da consolidação como referência no mercado em todas as dimensões, tais como crédito, produto, pessoas, dentre outros, a fim estabelecer um crescimento diferenciado e sustentável para o nosso Banco de Atacado.

Oferecemos um leque completo de produtos e serviços financeiros para empresas de porte médio: conta corrente, opções de investimento, seguros, planos de previdência privada e produtos de crédito. Os produtos de crédito incluem empréstimos de capital para investimento, empréstimos de capital de giro, financiamento de estoques, financiamento de operações comerciais, serviços de câmbio, leasing de equipamentos, cartas de crédito e garantias. Também realizamos operações financeiras em nome dessas empresas como operações interbancárias, operações no mercado aberto e operações de futuros, swaps, hedging e arbitragem; disponibilizamos, ainda, para esses clientes uma ampla variedade de serviços de gestão de caixa, inclusive serviços de cobrança, pagamento eletrônico e internet office banking.

Crédito ao consumidor – Varejo

Nosso segmento de negócios de crédito ao consumidor é composto por produtos e serviços financeiros oferecidos para clientes correntistas e não correntistas. Esta unidade supervisiona o financiamento de veículos, cartões de crédito e outros produtos complementares, como os planos de seguros, fora de nossa rede de agências, principalmente por meio de parcerias com grandes varejistas, operadoras, montadoras e companhias aéreas estabelecidas no Brasil.

Cartões de crédito e acordos comerciais

Por meio de operações próprias e de parcerias com grandes varejistas, operadoras de telefonia, montadoras e companhias aéreas estabelecidas no Brasil, oferecemos uma ampla gama de cartões de crédito e de débito para mais de 58,2 milhões de clientes correntistas e não correntistas (em número de contas em 31 de dezembro de 2013).

Nossas principais metas no segmento de cartões de crédito são: promover o crescimento do nosso portfólio, melhorar sua rentabilidade, gerenciar a qualidade de nossos ativos e buscar a satisfação total de nossos clientes. Para tanto, a nossa divisão de cartões de crédito se dedica ao desenvolvimento de novos produtos, à avaliação de nossas parcerias, ao controle da qualidade de crédito de nossa carteira e a uma gestão de custos mais eficiente.

Em maio de 2013, anunciamos a aquisição do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Negócios e Cobrança Ltda. por aproximadamente R$ 2,8 bilhões, incluindo a marca "Credicard". A Credicard distribui produtos e serviços financeiros, especialmente cartões de crédito e empréstimos pessoais, e apresentava, em 31 de dezembro de 2012, uma carteira com 4,8 milhões de contas de cartão de crédito. Todas as aprovações de órgãos reguladores referentes a essa operação foram obtidas.

Ainda em maio de 2013, alteramos nosso programa de recompensas, denominado "Sempre Presente" e criamos uma nova plataforma para resgate de milhas de companhias aéreas, a "Ponto Viagem", website www.pontoviagem.net, e de prêmios em sites de parceiros varejistas.

Em outubro de 2013, lançamos a "Hiper," nossa nova bandeira de cartão, disponibilizada a todos os consumidores brasileiros e aceita em mais de um milhão de estabelecimentos credenciados pela Rede em todo o Brasil. A bandeira "Hiper" será inicialmente emitida pelo Banco Itaucard S.A., ou Itaucard, para os nossos clientes correntistas e não correntistas no Brasil, e estará, em um primeiro momento, disponível na função crédito. A bandeira "Hiper" não substituirá a "Hipercard", sendo outra opção para os nossos clientes, com benefícios diferentes daqueles oferecidos pela "Hipercard":

• Conversão de 120% do valor da anuidade em bônus para celulares (disponível atualmente para três das quatro maiores operadoras brasileiras de telefonia); e

• Cartões com o conceito Itaucard 2.0 (consistente com o modelo padrão internacional de cobrança de juros, segundo o qual taxas mais baixas de juros para crédito rotativo de até 5.99% a.m. começam a contar a partir da data da compra, ao invés da data de vencimento da fatura.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	**Posição de Mercado**	**Outras Informações e Principais Concorrentes**
Cartões de Crédito	Acreditamos estar na liderança em termos de volume de compras e número de cartões no Brasil em 2013.	O mercado brasileiro de cartões de crédito é altamente competitivo, registrando crescimento anual composto superior a 18,0% nos últimos três exercícios, em 31 de dezembro de 2013, segundo as projeções da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. Nossos principais concorrentes nessa área são: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

Fonte: Itaú Unibanco, com base em dados da *CardMonitor*.

No ano de 2012, anunciamos nossa intenção de adquirir as ações em aberto da REDE, então Redecard, por meio de Oferta Pública de Ações (OPA), com o objetivo de cancelar o registro da Redecard como empresa aberta na CVM. A oferta pública de ações tinha como meta a aquisição de ações ordinárias da Redecard correspondentes a aproximadamente 50% de seu capital social. Em 12 de abril de 2012, confirmamos que o preço a ser pago à vista seria de R$ 35,00 por ação ("Preço da Oferta Pública de Ações"). A OPA foi concluída com sucesso em 24 de setembro de 2012 e como resultado do leilão adquirimos, por meio de controlada, 298.989.137 ações ordinárias da Redecard, representativas de 44,4% de seu capital social, passando a deter 94,4% do capital acionário da Redecard. Em 18 de outubro de 2012, o registro da Redecard como companhia aberta foi cancelado. Em 31 de dezembro de 2012, detínhamos, por meio de nossas controladas, 100% das ações da Redecard, como resultado de aquisições subsequentes. As ações foram adquiridas ao Preço da Oferta Pública de Ações, pelo valor total de R$ 11.752 milhões.

Em outubro de 2013, nossa área de adquirência lançou um novo conceito de marca e alterou seu nome, de Redecard para REDE, para estar alinhada à nossa estratégia de negócio, a qual possui um escopo mais amplo para pagamentos digitais. O nome REDE sintetiza os principais atributos da companhia, remetendo à tecnologia, agilidade e modernidade, além de criar uma personalidade jovem e conectada.Embora continuemos focados em lojistas de grande porte, nossa estratégia também visa o cliente final, ofertando

principalmente serviços baseados em novas tecnologias por meio de mídias digitais e mobile. A REDE está entre as duas maiores empresas adquirentes multimarcas de transações com cartões de crédito, débito e de benefícios no Brasil. As atividades da REDE incluem aquisição, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações com cartões de crédito e débito; antecipação de recebíveis para estabelecimentos comerciais (resultantes de vendas feitas com cartões de créditos); aluguel de terminais para pontos de venda, ou PDV; consulta de cheques por meio desses terminais; e captura e transmissão de transações realizadas com *vouchers* e programas de fidelização. Nossa meta é ser o principal parceiro de vendedores de bens e serviços que buscam ampliar o potencial de seus negócios. Para esses parceiros, a REDE oferece uma série de produtos que acompanham as últimas tendências do mercado, entre os quais destacamos o e-Rede, plataforma única com soluções eficientes, ágeis e completas para pagamentos *online* utilizando um robusto sistema de segurança antifraude, e o "Mobile REDE", que captura transações de cartões por meio de dispositivo acoplado ao *smartphone* ou *tablet*, permitindo pagamentos através da inserção dos dados da compra, leitura do cartão e assinatura do cliente. Em 2013, continuamos a focar nossos investimentos em TI, infraestrutura e modernização dos PDV e, por meio do e-REDE, intensificamos e melhoramos a qualidade de nossa plataforma para pagamentos eletrônicos, oferecendo não somente serviços de compra, mas também um portal antifraudes E, por meio do mobile REDE, reforçamos nosso posicionamento em trazer novas soluções de pagamento para profissionais liberais e microempreendedores.

Em maio de 2010, a Hipercard, também subsidiária do Itaú Unibanco, celebrou um acordo com a Rede, que passou a capturar suas transações a partir do segundo trimestre de 2010. Com isso, a Hipercard passou a ter acesso à infraestrutura e capilaridade da Rede, melhorando a eficiência e velocidade dos serviços prestados para todos os estabelecimentos credenciados.

Em 2013, a REDE e a Hipercard capturaram R$ 323 bilhões em transações realizadas com cartões de crédito e débito, um aumento de 16,2% em comparação a 2012. O volume de transações capturadas e processadas atingiu 3,7 bilhões, um aumento de 11,2% em relação a 2012. Em dezembro de 2013, possuíamos 1,56 milhão de terminais eletrônicos instalados em todo o Brasil, que representou um aumento de 8,9% em relação a 2012. Desconsiderando os PDV instalados da Hipercard, que migraram para a REDE em 2013, tivemos um aumento de 23,6% no número de terminais de PDV em relação a 2012. O número de clientes credenciados da REDE cresceu 18,7% em 2013. Em 31 de dezembro de 2013, a REDE estava presente em quase todos os municípios brasileiros que possuem energia elétrica e rede de telecomunicações. De forma geral, consideramos cada PDV como um cliente.

O quadro a seguir apresenta o volume financeiro de transações – em bilhões de reais – e o montante de transações com cartões de crédito e de débito que processamos em 2013, 2012 e 2011:

	Volume Financeiro			Transações		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
	(em bilhões de R$)			(em bilhões)		
Cartões de Crédito	209	183	173	1,8	1,7	1,6
Cartões de Débito	114	94	79	1,8	1,6	1,4
Total	**323**	**278**	**252**	**3,7**	**3,3**	**3,0**

Financiamento de veículos

Em 2013, concedemos R$ 18,9 bilhões em financiamento de veículos leves e pesados, uma redução de 14,2% em comparação ao mesmo período de 2012.

Cada proposta de financiamento de veículo é analisada com base em nossos sistemas de avaliação de crédito. As propostas com pontuações altas são sujeitas à validação eletrônica, procedimento previsto em nossa política de crédito.. Em 2013, continuamos a focar no aumento da eficiência de nosso processo de análise de propostas para concessão de crédito. Em dezembro de 2013, 92,0% de todas as nossas propostas foram analisadas e decididas em aproximadamente cinco minutos, uma melhora significativa quando comparada aos 16 minutos gastos em junho de 2013. Esta eficiência foi obtida devido à revisão e alteração dos

nossos processos

Desde 2012 temos reduzido nossa exposição ao risco nesse setor ao focar em clientes com melhores perfis de risco, permitindo melhorar a qualidade de crédito no segmento de financiamento de veículos.

Em agosto de 2013, renovamos o acordo de cooperação comercial com a Fiat,, líder no mercado brasileiro de veículos, até 2023. Essa parceria prevê a exclusividade na oferta de financiamento em campanhas promocionais da Fiat para venda de automóveis Zero km e o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	**Posição de Mercado**	**Outras Informações e Principais Concorrentes**
Veículos	Somos líderes em financiamento de veículos Zero km, desde agosto de 2013.	Desde agosto de 2013, retomamos a posição de liderança em termos de valores concedidos para a aquisição de veículos Zero km, um dos nossos mercado- foco. Nossos principais concorrentes são: Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A., Banco GMAC S.A., Banco Volkswagen S.A. e Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (Financeira Renault).

Fonte: Itaú Unibanco, com base em dados da Cetip e Fenabrave.

Consórcios

Consórcio é um sistema de autofinanciamento criado no Brasil com o objetivo de poupar recursos para a compra de veículos e outros ativos, como imóveis. , Os participantes são agrupados de acordo com o bem específico que desejam adquirir (por exemplo, veículo de uma determinada montadora e determinado modelo), com pagamentos feitos em parcelas. Os pagamentos feitos pelos participantes, em um determinado consórcio, criam o fundo de reserva, que é utilizado por um ou mais membros do consórcio por vez, para adquirir os bens escolhidos Os membros continuarão a fazer os pagamentos conforme programado e em geral, podem receber o bem:

- durante o prazo do contrato do consócio (antes que todas as parcelas sejam pagas). caso o participante pague um valor maior que a parcela devida e programada regularmente e maior do que outro valor oferecido por outros membros do consórcio nesse período; ou
- durante o prazo do contrato do consórcio (antes que todas as parcelas sejam pagas), caso o participante seja selecionado por sorteio, organizado pelo banco, para receber o bem, ao mesmo tempo em que continua a pagar as parcelas restantes, conforme programado.

De acordo com a legislação brasileira, a administração de consórcio não gera risco de inadimplência nem alocação de capital de crédito para a instituição, por ser considerada uma prestação de serviços.

Como os consórcios não cobram taxas de juros, nossa receita é gerada, principalmente, das taxas de administração cobradas dos clientes.

Em razão dessas características, esse negócio é estratégico para nós, pois contribui para diversificar as receitas e oferecer uma carteira de produtos mais completa aos nossos clientes. Em outubro de 2013, lançamos uma nova linha de produtos de consórcio para aquisição de veículos pesados, que contribuiu para um crescimento de 28,1% em participantes ativos entre todos os consórcios que administramos de novembro de 2012 a novembro de 2013. No mesmo período, o número de participantes de consórcios no mercado brasileiro, excluindo o segmento de motocicletas, aumentou 14,8%.

Microcrédito

Nossa unidade de microcrédito oferece para empreendedores de baixa renda, que não possuem

acesso ao sistema financeiro tradicional, a oportunidade de expandir seus negócios. Os agentes de microcrédito do Itaú visitam clientes, oferecendo crédito, juntamente com um microsseguro gratuito de proteção ao crédito, e transmitindo conceitos de educação financeira relacionados ao uso consciente do dinheiro.

Um dos principais benefícios dessa iniciativa é que os microempreendedores passam a desenvolver um relacionamento com o mercado tradicional.

Nossas atividades de microcrédito são divididas em dois pisos:

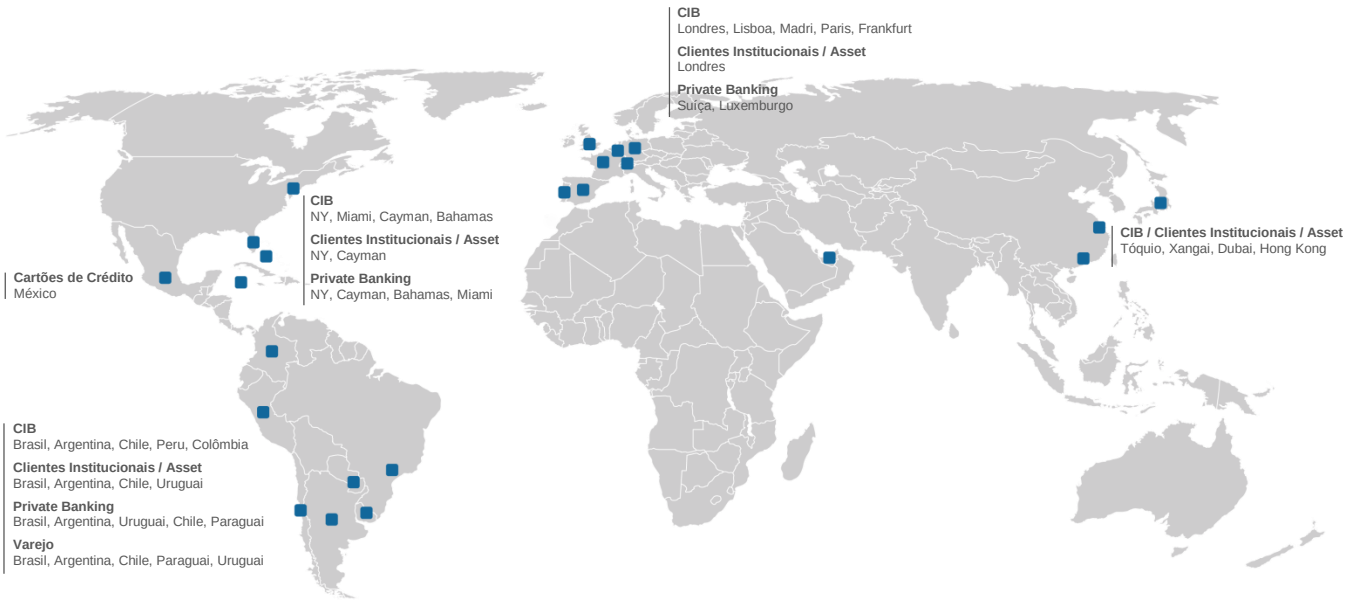
• Microcrédito de primeiro piso: inclui nossa equipe de agentes de campo, que concede crédito para capital de giro, reforma ou compra de maquinários, a empreendedores formais e informais donos de pequenos negócios. Qualquer concessão de crédito exige a presença de um agente de microcrédito treinado ao empreendimento dos empreendedores;

• Microcrédito de segundo piso: créditos para microempreendedores por intermédio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) registradas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Nosso compromisso é promover as melhores práticas em microfinanças e trocar experiências com organizações parceiras.

Nosso investimento em microcrédito consolida nossa estratégia de atuar como agentes transformadores da sociedade e reforça a nossa visão de sustentabilidade, aumentando nossa capacidade de transmitir conhecimentos relacionados à educação financeira. O objetivo final é criar um circulo virtuoso no qual o banco estimula o desenvolvimento econômico e social da população brasileira de baixa renda.

Nossas operações internacionais

Itaú Unibanco Holding – Atuação global



Em 31 de dezembro de 2013, estamos presentes em 19 países, além do Brasil, sete dos quais no continente latino-americano. Na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, oferecemos operações de varejo e de atacado, com foco principal em atividades de banco comercial. No México, operamos no segmento de cartões de crédito e estamos na fase inicial de abertura de uma corretora e de um banco de investimentos. Contamos ainda com um escritório de representação no Peru e estamos gradualmente intensificando nossa presença na Colômbia por meio de nossas operações de banco de investimento e grandes empresas.

Além disso, possuímos operações na Europa (França, Alemanha, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido, Espanha e Suíça), nos Estados Unidos (Miami e Nova Iorque), no Caribe (Ilhas Cayman e Bahamas), no Oriente Médio (Dubai) e na Ásia (Hong Kong, Xangai e Tóquio). Essas operações prestam serviços a clientes institucionais, de banco de investimento, segmento corporativo e de private banking.

América Latina

Nossas operações na América Latina concentram-se, principalmente, na área de banco comercial no Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), incluindo também a Colômbia, com operações bancárias do segmento de banco de investimento e grandes empresas; e o Peru, com operações do segmento de grandes empresas, por meio de um escritório de representação. No México, operamos no segmento de cartões de crédito e estamos na fase inicial de abertura de uma corretora e de um banco de investimentos.

A América Latina é prioridade em nossos planos de expansão internacional devido a sua proximidade geográfica e cultural com o Brasil. Nosso objetivo é sermos reconhecidos como o "banco da América Latina" e nos tornarmos referência na região, para todos os serviços financeiros fornecidos a pessoas físicas ou jurídicas. Nossa meta é crescer de forma sustentável, mantendo um forte relacionamento com o mercado local de varejo e de atacado.

A fim de prestar serviços aos nossos mais de 1,8 milhão de clientes, em 31 de dezembro de 2013 contávamos com uma rede de 246 agências e postos de atendimento bancário (PABs) na América Latina (ex-Brasil). No Paraguai, contávamos com 37 correspondentes não bancários, que são postos de atendimento com estrutura simplificada e localizados estrategicamente em supermercados para fornecer serviços a nossos clientes nesse país. Possuímos ainda 38 postos de atendimento por intermédio da OCA S.A., nossa operadora de cartões de crédito no Uruguai.

* Em 31 de dezembro de 2013

Banco Itaú Argentina

Iniciamos nossas operações na Argentina, em 1979, com foco em empresas de grande porte com negócios no Brasil. Em 1994, demos início às nossas operações de varejo em Buenos Aires. Em 1998, aumentamos nossa presença no país com a aquisição do Buen Ayre Bank, renomeado posteriormente para Banco Itaú Argentina. O PIB da Argentina cresceu 3,1% em 2013.

Oferecemos, por intermédio do Banco Itaú Argentina, produtos e serviços nos segmentos de grandes empresas (corporate), de pequenas e médias empresas e de varejo. O nosso foco de atuação para grandes empresas é o de companhias de grande porte e clientes institucionais, com a oferta de serviços de empréstimos, financiamento estruturado, investimentos e gestão de caixa. Nosso segmento de pequenas e médias empresas oferece crédito para capital de giro e investimentos para o crescimento da capacidade produtiva corporativa. No varejo concentramos nosso foco de atuação em clientes de média e alta renda e oferecemos serviços de contas corrente e de poupança, crédito pessoal e cartões de crédito.

Banco Itaú Chile

Nossa unidade no Chile concentra-se principalmente no segmento de varejo e de alta renda, mas também operamos com empresas de médio e grande porte. Em 2013, inauguramos sete novas agências, totalizando 98 agências em nossa rede de atendimento naquele país, em 31 de dezembro de 2013. O PIB do Chile cresceu 4,0% em 2013.

Iniciamos nossas atividades no Chile em 2007, depois que o Bank of America Corporation transferiu as operações do BankBoston Chile e do BankBoston Uruguay para nós. Em 2011, adquirimos a carteira de clientes de alta renda do HSBC e, em 2012, concluímos a aquisição de 50% da Munita, Cruzat & Claro, empresa líder na gestão de fortunas de terceiros no Chile.

Atualmente, somos um dos líderes nesse segmento e contamos com a segunda carteira de empréstimos que mais cresce no Chile, de acordo com a Superintendencia de Bancos e Instituciones Financieras (SBIF), o órgão regulador chileno, em novembro de 2013. Além disso, em 31 de dezembro de 2013, nossa carteira de câmbio e nosso programa de financiamento estudantil apresentaram crescimento.

Alinhados com nosso foco de atuação e comprometimento com o mercado chileno, lançamos o “It Now IPSA”, o primeiro ETF (Exchange Traded Fund) que replica a rentabilidade das 40 ações com maior presença no mercado daquele país. Nossas ETFs são negociadas sob a marca “It Now”. Nos próximos anos, esperamos crescer entre 20% e 30% no setor de ETF no mundo inteiro e acreditamos que o Chile fará parte dessa expansão.

Banco Itaú Uruguai

Nossas operações no Uruguai incluem o Banco Itaú Uruguai, a OCA (o maior emissor de cartões de crédito naquele país) e a empresa de gestão de fundos de pensão Unión Capital AFAP S.A., cenário que nos posiciona como uma das principais instituições financeiras no mercado uruguaio. Nossa estratégia no Uruguai é atender uma ampla gama de clientes por meio de soluções bancárias personalizadas. O PIB do Uruguai cresceu 3,8% em 2013.

Nosso negócio de banco de varejo é focado em clientes pessoas físicas e pequenas empresas, com mais de 297.000 clientes, em 31 de dezembro de 2013. Os produtos e serviços de varejo priorizam os segmentos de média e alta renda e também incluem contas correntes e de poupança, folha de pagamento, áreas de autosserviços e caixas eletrônicos em todas as agências, além de serviços bancários via telefone e internet. A divisão de banco de atacado é voltada para empresas multinacionais, instituições financeiras, empresas de médio e grande porte e ao setor público, fornecendo serviços de empréstimos, gerenciamento de caixa, tesouraria, negociação e investimentos. Além disso, a unidade de private banking oferece uma carteira completa de produtos para o mercado financeiro local e internacional.

Somos o segundo maior banco privado no Uruguai, em termos de participação de mercado, desde julho de 2012, sendo reconhecidos como o melhor banco naquele país pela revista Euromoney. Com o objetivo de manter o ritmo de crescimento e a penetração no mercado local, em junho de 2013 celebramos um acordo

para compra das operações de varejo do Citibank no Uruguai, assumindo uma carteira com mais de 15.000 correntistas. Os ativos adquiridos nessa época envolvem principalmente operações com cartões de crédito das bandeiras Visa, Mastercard e Diners, representando uma carteira de US$45,6 milhões em empréstimos com cartões de crédito e US$12,6 milhões em empréstimos pessoais. Essa operação foi concluída em dezembro de 2013, após aprovação das autoridades competentes locais.

Banco Itaú Paraguai

Em 1978, iniciamos nossas operações no Paraguai, nos segmentos de varejo e de atacado, por intermédio do Banco Itaú Paraguai S.A., anteriormente conhecido como Interbanco. Em 1995, o Interbanco foi adquirido pelo Unibanco, e a marca “Itaú” está presente no país desde 2010. O PIB do Paraguai cresceu 13,0% em 2013.

O Banco Itaú Paraguai oferece produtos e serviços para pequenas e médias empresas, agronegócios, grandes empresas, clientes institucionais e clientes do segmento consumer banking. Suas principais fontes de receita são os produtos de consumer banking, com destaque para os cartões de crédito. O segmento de varejo também está voltado para clientes de folha de pagamento; no segmento de corporate banking, o Banco Itaú Paraguai tem presença tradicional no segmento de agronegócios, que vem experimentando ótimo desempenho.

Nossa estratégia para os segmentos de varejo e de médias empresas, nos últimos anos, tem resultado no crescimento significativo de nossa participação de mercado. De acordo com o Banco Central do Paraguai, em novembro de 2013, Somos líderes no segmento de cartões de crédito e também entre os bancos no Paraguai com base em resultados, retorno sobre patrimônio líquido médio e depósitos. Em 2011, 2012 e 2013, fomos considerados a marca mais respeitada no Paraguai, de acordo com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – seção Paraguai, e fomos reconhecidos como o melhor banco no Paraguai pela revista Global Finance.

Colômbia

Na Colômbia, iniciamos nossas operações nos segmentos de atacado e de banco de investimento, no final de 2012. Nosso mercado alvo naquele país consiste em investidores institucionais e empresas brasileiras de grande porte com operações na Colômbia, e também empresas colombianas que operam no Brasil. A carteira de produtos inclui operações de crédito, financiamento de operações comerciais no exterior, câmbio e derivativos, e atividades de banco de investimentos, tais como assessoria para fusões e aquisições e acesso ao mercado de capitais. Estimamos que o PIB da Colômbia cresceu 4,1% em 2013.

Nossa presença na Colômbia está crescendo e pretendemos ser um dos três principais bancos de investimento e de atacado naquele país nos próximos cinco anos.

Peru

Possuímos um escritório de representação no Peru e estamos considerando expandir nossas atividades nos segmentos de grandes empresas e banco de investimento, seguindo a mesma estratégia executada na Colômbia, e visando aproveitar o forte crescimento experimentado pelo Peru atualmente. O PIB do Peru cresceu 5,0% em 2013.

México

No México, operamos no segmento de cartões de crédito e iniciamos a fase de abertura de uma corretora e de um banco de investimentos. O PIB do México cresceu 1,1% em 2013.

Outras operações internacionais

Para apoiar nossos clientes em serviços e operações financeiras internacionais, nossas unidades internacionais fornecem aos nossos clientes diversos produtos financeiros, como financiamento de operações comerciais, empréstimos de agências multilaterais de crédito, empréstimos no exterior, serviços internacionais de gestão de caixa, câmbio, cartas de crédito, garantias exigidas em processos internacionais de licitação,

derivativos para fins de proteção (hedging) ou negociação própria, transações estruturadas e ofertas nos mercados de capitais estrangeiros. Esses serviços são oferecidos, principalmente, por meio de nossas agências localizadas em Nassau, Nova Iorque e Ilhas Cayman, bem como por meio de nossas unidades na América Latina acima mencionadas.

Gerenciamos carteiras próprias e captamos recursos mediante a emissão de títulos e valores mobiliários no mercado internacional. A captação de recursos, mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, certificados de depósito, papéis comerciais e notas comerciais, pode ser feita por nossas agências localizadas nas Ilhas Cayman, Bahamas e em Nova Iorque, bem como pelo Itaú Bank Ltd., subsidiária bancária constituída nas Ilhas Cayman.

Nossas carteiras próprias são mantidas principalmente pelo Itaú Bank e por nossa agência das Ilhas Cayman, cujas unidades também aumentam nossa capacidade de administrar nossa liquidez internacional.

Por meio das nossas operações internacionais, estabelecemos e monitoramos linhas de crédito comerciais de bancos estrangeiros e mantemos relacionamentos com bancos correspondentes com centros monetários e bancos regionais em todo o mundo, além de supervisionamos nossas outras atividades de captação de fundos no exterior.

Itau BBA International

Nossas atividades bancárias realizadas sob a estrutura corporativa do Itaú BBA International são concentradas principalmente em duas linhas de negócios:

• Corporate & Investment banking – com sede no Reino Unido, mas com plataformas de negócios em várias cidades na Europa, atendemos as necessidades financeiras de empresas com presença e operações internacionais, com foco em transações relacionadas a relações de investimentos e financiamentos entre empresas na América Latina e na Europa. Os serviços oferecidos incluem a originação de financiamento estruturado, hedging, financiamento de operações comerciais e serviços de consultoria tanto para empresas europeias investindo na América Latina quanto para empresas latino-americanas investindo no exterior.

• Private banking – sob a estrutura corporativa do Itaú BBA International, administramos atividades de banco privado em Miami, na Suíça e em Luxemburgo (onde atualmente nossas atividades estão sendo reduzidas), oferecendo produtos e serviços financeiros especializados para clientes latino-americanos com alto poder aquisitivo.

Em 1º de fevereiro de 2013, o Banco Itau BBA International S.A., com sede em Portugal, foi incorporado ao Itau BBA International Limited, com sede no Reino Unido, por meio de fusão. Em 17 de maio de 2013, a entidade foi registrada como public liability company (plc) com a razão social Itau BBA International plc. O objetivo desse processo de reestruturação é o de permitir que o Itau BBA International melhore seu desempenho, amplie suas fontes de captação, expanda sua base de clientes, fortaleça sua posição como plataforma internacional para o grupo, alcance maior diversificação de riscos e melhore os seus indicadores de rentabilidade.

Além disso, o Itaú BBA atua como distribuidor nos mercados internacionais de capital, com equipes de negociação e vendas de ações e produtos de renda fixa em importantes centros financeiros como São Paulo, Nova York, Londres, Hong Kong e Tóquio. Em 31 de dezembro de 2013, possuímos a melhor equipe de análise e pesquisa da América Latina de acordo com a revista Institutional Investor e ampla cobertura para mais de 205 empresas, com ações negociadas no Brasil, México, Chile, Colômbia, Peru, Panamá e Argentina. Nossas equipes de ações e renda fixa atuam na oferta e na negociação de títulos e valores mobiliários brasileiros e latino-americanos para investidores institucionais.

Pontos fortes competitivos

Acreditamos que os seguintes pontos fortes nos proporcionam vantagens competitivas significativas e nos distinguem da concorrência.

Principal marca de banco do Brasil

As nossas marcas são bastante fortes e altamente reconhecidas no Brasil. Estão associadas com qualidade e confiabilidade e, com a nossa ampla carteira de produtos, ajudam-nos a manter uma rotatividade baixa de clientes, particularmente entre clientes no segmento de alta renda. Em 2013, nossa marca foi eleita a "marca mais valiosa" no Brasil pela 10ª vez consecutiva pela empresa de consultoria Interbrand.

Extensa rede de agências em regiões geográficas com grande atividade econômica

A nossa rede de agências no Brasil, embora tenha alcance nacional, está estrategicamente concentrada no sudeste do país, a região brasileira mais desenvolvida. A nossa rede de agências em outros países do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) também está localizada em regiões de alto nível de atividade econômica. Ter nossa rede de agências localizada em regiões econômicas "chave" nos proporciona uma forte presença e uma vantagem competitiva para oferecer nossos serviços a uma ampla variedade de clientes, lucrando com oportunidades seletivas de mercado. A nossa rede exclusiva de caixas eletrônicos – um dos nossos fortes pontos competitivos – permite que ofereçamos uma ampla gama de produtos e serviços para nossos clientes.

Além disso, repensamos o atendimento de agências localizadas em shopping centers. Essas agências possuem uma nova identidade visual e nova proposta de serviços, oferecendo um novo conceito de atendimento ao cliente e layout diferenciado, inspirado no design de uma loja de varejo. As agências localizadas em shopping centers possuem horário de atendimento ampliado, uma conveniência adicional aos nossos clientes. Para mais informações, consulte 7.3 - Marketing e Canais de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2013, contávamos com uma ampla rede de atendimento, com 4,1 mil agências, 885 postos de atendimento bancário, ou PABs, e 27,9 mil caixas eletrônicos, no Brasil e no exterior.

Linha diversificada de produtos e serviços

Somos um banco de múltiplos serviços com uma linha diversificada de produtos e serviços criados para atender às necessidades dos nossos diversos tipos de clientes: grandes, micro e pequenas empresas, varejo, pessoas físicas de alta renda, clientes de private bank, não correntistas e usuários de cartão de crédito. Acreditamos que esse modelo de negócio cria oportunidades para melhorar nossa relação com os clientes e, dessa forma, aumenta a nossa participação no mercado. Esperamos manter nossa presença dominante conquistando um sólido e crescente número de operações em diversos segmentos de negócios.

Tecnologia e canais de distribuição eletrônicos como incentivos para vendas

Nosso uso intenso de tecnologia e canais de distribuição eletrônicos contribui significativamente para o aumento de vendas de produtos e serviços e é uma das nossas vantagens competitivas mais importantes. Em 2013, investimos aproximadamente R$ 5,8 bilhões em tecnologia da informação, dos quais, aproximadamente, R$ 2,0 bilhões na compra de hardware e software e, aproximadamente, R$ 3,8 bilhões no custeio de infraestrutura, operação e manutenção de tecnologia de informação. Contamos com tecnologia sofisticada que suporta determinados acessos remotos ao banco (por exemplo, call centers, Internet Banking, etc.) e oferece aos clientes a capacidade de verificar seus extratos e realizar transações. As nossas equipes de vendas podem acessar a avaliação de crédito do cliente diretamente pelo celular e as propostas de crédito podem ser enviadas pela internet por qualquer corretor cadastrado em nossos sistemas.

Modelo de precificação baseado em risco como ferramenta para gerenciar risco ao mesmo tempo em que explora oportunidades

Nosso modelo de precificação baseado em risco aplicado a nossos produtos é uma importante vantagem competitiva, pois fornece uma dimensão mais precisa da equação risco versus retorno, em diversos cenários. É uma ferramenta fundamental para explorar oportunidades comerciais e, simultaneamente, administrar riscos. Dependendo do produto, cada contrato é precificado separadamente, utilizando os modelos de retorno sobre capital ajustado ao risco, proporcionando uma melhor avaliação do mercado correspondente.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Atividades

Nossas informações por segmento são baseadas em relatórios usados pela alta administração para avaliar o desempenho financeiro dos nossos negócios e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos. As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), mas incluem os seguintes ajustes pro forma: (i) o reconhecimento do impacto relacionado com a alocação de capital por meio de um modelo proprietário; (ii) o uso de financiamento e custo de capital, de acordo com preços de mercado, usando alguns critérios gerenciais; (iii) a exclusão de eventos não recorrentes dos nossos resultados, e (iv) a reclassificação dos efeitos fiscais de transações de hedge realizadas para nossos investimentos no exterior. A tabela a seguir apresenta nossas receitas por segmento, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

(Em milhões de R$)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2013	**2012**	**2011**
Banco comercial	**44.567**	**51.551**	**48.236**
Margem Financeira [1]	23.719	32.770	31.584
Receita de Prestação de Serviços	12.585	12.289	10.915
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.263	6.030	5.229
Outras Receitas	-	462	508
Banco de Atacado	**15.116**	**7.491**	**6.897**
Margem Financeira [1]	11.117	5.334	4.896
Receita de Prestação de Serviços	3.688	2.261	2.123
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	311	38	-
Outras Receitas	-	142	122
Crédito ao consumidor	**14.892**	**14.211**	**14.102**
Margem Financeira [1]	9.230	8.310	8.356
Receita de Prestação de Serviços	5.662	5.890	5.719
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	-	7	13
Outras Receitas	-	18	40
Atividade com Mercado e Corporação [2]	**3.901**	**5.808**	**5.109**
Margem Financeira [1]	3.571	5.555	4.801
Receita de Prestação de Serviços	213	249	309
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	117	4	1
Outras Receitas	-	-	-
Total [3]	**78.476**	**78.978**	**74.257**
Margem Financeira [1]	47.637	52.013	49.601
Receita de Prestação de Serviços	22.148	20.622	19.048
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.691	6.065	5.215
Outras Receitas	-	278	393

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos, receita de dividendos , ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior.

(2) Atividade com Mercado e Corporação inclui os resultados relacionados às operações de negociação em nossa carteira proprietária, negociação relacionada à moeda de administração, taxa de juros e outros fatores de risco de mercado, gestão de descasamento ("gap") e oportunidades de arbitragem nos mercados internos e externos. Inclui também os resultados associados à receita financeira de juros associados ao capital excedente.

(3) O total não representa a soma das partes porque operações entre as empresas foram eliminadas apenas no consolidado.

Atuamos principalmente no Brasil e não detalhamos nossas receitas por mercado geográfico dentro do país. As nossas receitas são provenientes da receita de intermediação financeira antes de créditos de liquidação duvidosa, receita de prestação de serviços e prêmios de seguros e resultado de operações de previdência e capitalização; tais receitas são apresentadas separando-se entre as auferidas no Brasil e no exterior. As informações na tabela abaixo apresentam as receitas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 após as eliminações quando da consolidação.

(Em milhões de R$)

	2013	2012	2011
Receita de operações de crédito e arrendamento mercantil	**45.119**	**50.496**	**47.224**
Brasil	40.761	46.787	44.007
Outros países	4.358	3.709	3.217
Receita de prestação de serviços	**24.066**	**20.313**	**19.048**
Brasil	22.742	19.287	18.144
Outros países	1.324	1.026	904
Prêmios de Seguros e resultado de operações de previdência e capitalização	**3.528**	**2.990**	**2.714**
Brasil	3.493	2.962	2.684
Outros países	35	28	31

A tabela a seguir apresenta as receitas do exterior por área de negócios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011:

(Em milhões de R$)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2013	2012	2011
	(em milhões de R$)		
Banco comercial	**4.222**	**3.796**	**3.079**
Argentina	606	425	244
Chile	883	629	444
Uruguai	406	227	166
Outras empresas no exterior (1)	2.328	2.516	2.225
Itaú BBA (2)	**1.331**	**841**	**968**
Itaú Unibanco – Crédito ao Consumo	**163**	**126**	**105**
Argentina	34	22	22
Chile	30	24	17
Uruguai	99	81	66

(1) Itaú Unibanco S.A. - Agências Grand Cayman, New York e Tokyo, ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A - Agência Grand Cayman, IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS Lda. (49%), Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, Lda., Itaú Europa, SGPS, Lda., Itaúsa Portugal - SGPS S.A.,Itau BBA International (Cayman) Ltd., Banco Itaú Europa Luxembourg S.A., Banco Itaú Europa International, Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd., Itaú International Securities Inc. (nova denominação social de Itaú Europa Securities Inc), Itaú Bahamas Directors Ltd., Itaú Bahamas Nominees Ltd., Banco Itau Suisse S.A. e Itaú BBA International PLC; apenas em 31/12/2012, Banco Itau BBA International S.A e BIE Cayman Ltd, Itau Bank Ltd., ITB Holding Ltd., Jasper International Investment LLC, Itaú Bank & Trust Cayman Ltd., Uni-Investments Inter. Corp., Rosefield Finance Ltd. (50%), UBT Finance S.A., Itaú Cayman Directors Ltd. e Itaú Cayman Nominees Ltd.; apenas em 31/12/2013, BIE Cayman Ltd, Afinco Americas Madeira, SGPS Soc. Unipessoal Ltda, Topaz Holding Ltd., Itaú USA Inc., Itaú International Investment LLC, Albarus S.A., Banco Del Paraná S.A., Garnet Corporation, Itau Global Asset Management, Itaú Asia Securities Ltd., IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS Lda. (51%), Itaú BBA USA Securities Inc., Itaú Middle East Limited, Unipart B2B Investments, S.L., Itau BBA UK Securities Limited, Itaú Japan Asset Management Ltd., Itaú (Beijing) Investment Consultancy Limited, Itaú UK Asset Management Limited, Itaú Asia Limited e Itaú USA Asset Management Inc.; apenas em 31/12/2012, Zux Cayman Company Ltd.; apenas em 31/12/2013, Itaú Singapore Securities Pte. Ltd.

(2) Considera o Resultado da Intermediação Financeira antes do Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa, incluindo Receitas de Prestação de Serviços.

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Apresentamos a seguir um resumo dos resultados de nossos segmentos operacionais, onde o total pode não representar a soma das partes porque operações entre os segmentos foram eliminadas apenas no consolidado.

(Em milhões de R$)

2013	ITAÚ UNIBANCO				
	BANCO COMERCIAL	BANCO DE ATACADO	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	ATIVIDADE COM MERCADO + CORPORAÇÃO (1)	ITAÚ UNIBANCO
Produto Bancário	**44.567**	**15.116**	**14.892**	**3.901**	**78.476**
Margem Financeira Gerencial (2)	23.719	11.117	9.230	3.571	47.637
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias	12.585	3.688	5.662	213	22.148
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das	8.263	311	-	117	8.691
Outras Receitas	-	-	-	-	-
Perdas com Créditos e Sinistros Líquidas de Recuperação	**(7.613)**	**(3.055)**	**(4.860)**	**(82)**	**(15.610)**
Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.155)	(3.347)	(5.996)	(82)	(18.580)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.561	348	1.136	-	5.045
Despesas com Sinistros	(2.019)	(56)	-	-	(2.075)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	**36.954**	**12.061**	**10.032**	**3.819**	**62.866**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(26.043)**	**(6.159)**	**(7.496)**	**(572)**	**(40.270)**
Despesas não Decorrentes de Juros	(23.522)	(5.296)	(6.428)	(741)	(35.987)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(2.521)	(863)	(1.068)	169	(4.283)
Resultado de Participação sobre o Lúcro Líquido em Associadas	-	-	-	-	-
Outros Resultados	-	-	-	-	-
Resultado antes da Tributação e Participações	**10.911**	**5.902**	**2.536**	**3.247**	**22.596**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(3.908)**	**(1.886)**	**(642)**	**(187)**	**(6.623)**
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	**-**	**-**	**(124)**	**(13)**	**(137)**
Lucro Líquido Recorrente	**7.003**	**4.016**	**1.770**	**3.047**	**15.836**

(1) Atividade com Mercado e Corporação inclui os resultados relacionados às operações de negociação em nossa carteira proprietária, negociação relacionada à moeda de administração, taxa de juros e outros fatores de risco de mercado, gestão de descasamento ("gap") e oportunidades de arbitragem nos mercados internos e externos. Inclui também os resultados associados à receita financeira de juros associados ao capital excedente.

(2) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos, resultado de operações de câmvio e variação cambial de transações no exterior.

(Em milhões de R$)

2012	ITAÚ UNIBANCO				
	BANCO COMERCIAL	BANCO DE ATACADO	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	ATIVIDADE COM MERCADO + CORPORAÇÃO (1)	ITAÚ UNIBANCO
Produto Bancário	**51.551**	**7.491**	**14.211**	**5.808**	**78.978**
Margem Financeira Gerencial (2)	32.770	5.334	8.310	5.555	52.013
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias	12.289	2.261	5.890	249	20.622
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e das Despesas de Comercialização	6.030	38	(7)	4	6.065
Outras Receitas	462	(142)	18	-	278
Perdas com Créditos e Sinistros Líquidas de Recuperação	**(15.292)**	**(795)**	**(5.179)**	**251**	**(21.015)**
Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.577)	(871)	(6.111)	(85)	(23.644)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.320	76	932	336	4.664
Despesas com Sinistros	(2.035)	-	-	-	(2.035)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	**36.259**	**6.696**	**9.032**	**6.059**	**57.963**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(27.030)**	**(3.301)**	**(7.476)**	**(281)**	**(38.041)**
Despesas não Decorrentes de Juros	(24.539)	(2.891)	(6.551)	(449)	(34.383)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(2.704)	(410)	(968)	(148)	(4.230)
Resultado de Participação sobre o Lúcro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	108	5	58	316	487
Outros Resultados	105	(5)	(15)	-	85
Resultado antes da Tributação e Participações	**9.229**	**3.395**	**1.556**	**5.778**	**19.922**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(2.981)**	**(1.066)**	**(311)**	**(968)**	**(5.326)**
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	**-**	**-**	**-**	**(589)**	**(553)**
Lucro Líquido Recorrente	**6.248**	**2.329**	**1.245**	**4.221**	**14.043**

(1) Atividade com Mercado e Corporação inclui os resultados relacionados às operações de negociação em nossa carteira proprietária, negociação relacionada à moeda de administração, taxa de juros e outros fatores de risco de mercado, gestão de descasamento ("gap") e oportunidades de arbitragem nos mercados internos e externos. Inclui também os resultados associados à receita financeira de juros associados ao capital excedente.

(2) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos, resultado de operações de câmvio e variação cambial de transações no exterior.

(Em milhões de R$)

2011	ITAÚ UNIBANCO				
	BANCO COMERCIAL	BANCO DE ATACADO	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	Atividade com Mercado + Corporação (1)	ITAÚ UNIBANCO
Produto Bancário	**48.236**	**6.897**	**14.102**	**5.109**	**74.257**
Margem Financeira Gerencial (2)	31.584	4.896	8.356	4.801	49.601
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias	10.915	2.123	5.719	309	19.048
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e das Despesas de Comercialização	5.229	-	(13)	(1)	5.215
Outras Receitas	508	(122)	40	-	393
Perdas com Créditos e Sinistros Líquidas de Recuperação	**(11.011)**	**(134)**	**(4.270)**	**(521)**	**(15.936)**
Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.845)	(266)	(5.270)	(531)	(19.912)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.346	132	1.000	10	5.488
Despesas com Sinistros	(1.512)	-	-	-	(1.512)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	**37.225**	**6.763**	**9.832**	**4.588**	**58.321**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(25.829)**	**(2.911)**	**(7.911)**	**(390)**	**(37.025)**
Despesas não Decorrentes de Juros	(23.315)	(2.605)	(6.948)	(935)	(33.787)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(2.596)	(341)	(953)	51	(3.839)
Resultado de Participação sobre o Lúcro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(43)	6	-	447	410
Outros Resultados	125	29	(10)	47	191
Resultado antes da Tributação e Participações	**11.396**	**3.852**	**1.921**	**4.198**	**21.296**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.833)	(1.287)	(477)	(244)	(5.841)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(885)	(814)
Lucro Líquido Recorrente	**7.563**	**2.565**	**1.444**	**3.069**	**14.641**

(1) Atividade com Mercado e Corporação inclui os resultados relacionados às operações de negociação em nossa carteira proprietária, negociação relacionada à moeda de administração, taxa de juros e outros fatores de risco de mercado, gestão de descasamento ("gap") e oportunidades de arbitragem nos mercados internos e externos. Inclui também os resultados associados à receita financeira de juros associados ao capital excedente.

(2) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos, resultado de operações de câmvio e variação cambial de transações no exterior.

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a) Características do processo de produção

b) Características do processo de distribuição

c) Características dos mercados de atuação, em especial:

I - Participação em cada um dos mercados

II - Condições de competição nos mercados

d) Eventual sazonalidade

e) Principais insumos e matérias primas, informando:

I - Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

II - Eventual dependência de poucos fornecedores

III - Eventual volatilidade em seus preços

Canais de comercialização e distribuição

Fornecemos serviços e produtos financeiros integrados para nossos clientes, por meio de diversos canais de comercialização e distribuição. Além da nossa carteira de produtos bancários tradicional, oferecemos produtos como seguro, investimentos, câmbio e corretagem.

No segmento de banco comercial – varejo - os nossos clientes Itaú Uniclass dispõem de serviços

exclusivos, como atendimento gerencial personalizado e por telefone, consultoria de investimentos, caixas exclusivos, e maiores limites de crédito. Fornecemos serviços de assessoria para investimentos e crédito imobiliário para nossos clientes de alta renda através do Itaú Personnalité. Nossa carteira de produtos corporativos é desenhada para empresas de grande porte e administrada pelo nosso banco de atacado.

Nossa rede de distribuição está dividida em canais físicos, que incluem caixas eletrônicos e PABs (postos de atendimento bancário localizados em clientes corporativos), e canais digitais, tais como, Internet Banking, e centrais de atendimento.

As transações bancárias realizadas pela internet e telefone celular cresceram significativamente nos últimos anos.

Agências

Nossa rede de agências funciona como uma rede de distribuição para todos os produtos e serviços que oferecemos aos nossos clientes.

Em 2013, inauguramos agências especialmente reformuladas para o atendimento em shoppings. Localizadas em diferentes cidades em São Paulo e no Rio de Janeiro, o espaço apresenta um novo conceito de serviço ao cliente, com um padrão visual diferenciado e inspirado no desenho de uma loja de varejo. Com foco no relacionamento com o cliente e para fortalecer o contato com o nosso público, essas agências ficam abertas das 12h00 às 20h00, com serviços exclusivos para os nossos clientes a partir das 17h00. A primeira agência com esse conceito foi aberta em 2012, no Shopping Villa Lobos, na cidade de São Paulo.

De forma semelhante, implantamos também mudanças nos horários de atendimento de certas agências localizadas em centros comerciais, que abrem às 8h00 ou 9h00 e fecham às 18h00 ou 20h00. Essa iniciativa foi projetada para adaptar nossos serviços à rotina dos nossos clientes e o nosso objetivo é estender esse modelo para outros shoppings e centros comerciais no Brasil nos próximos anos.

Caixas eletrônicos

Os caixas eletrônicos constituem uma alternativa de baixo custo para os serviços executados por funcionários e proporcionam a oferta de pontos de atendimento a custos significativamente inferiores aos das agências. Nossos clientes podem realizar praticamente todas as transações relacionadas com contas bancárias por meio dos caixas eletrônicos.

Também temos contratos com outros operadores de rede, como as marcas Cirrus e Maestro, que permitem que os nossos clientes façam uso de serviços limitados através de suas redes.

Desde 2012, disponibilizamos serviços diferenciados para nossos clientes. Além dos serviços disponíveis aos nossos clientes em geral, determinados clientes cadastrados podem fazer saque e consultar o saldo e extrato da conta corrente por meio da biometria. Esse sistema permite que esses clientes cadastrados realizem operações bancárias pela identificação da impressão digital, sem a necessidade de digitar senha, trazendo mais segurança e comodidade. Para utilizar a biometria, basta realizar o cadastro em qualquer agência Itaú Unibanco.

Postos de atendimento bancário

O leque de serviços oferecidos nos PABs pode ser o mesmo de uma agência de serviços completos ou mais limitado, de acordo com o tamanho do cliente corporativo e suas necessidades. Os PABs constituem uma alternativa de baixo custo à abertura de agências com serviços completos. Além disso, acreditamos que eles nos proporcionam uma oportunidade de conquistar novos clientes de varejo, enquanto atendemos os clientes corporativos e seu pessoal.

Internet Banking e Mobile Banking

O “Itaú 30 Horas” é um serviço de conveniência que permite ao usuário realizar transações bancárias em caixas eletrônicos, telefones, celulares, pela internet e nas agências.

O canal Internet Banking tornou-se, nos últimos anos, uma importante ferramenta devido ao contínuo crescimento na demanda de transações online. Nosso Internet Banking funciona desde 1998, oferecendo produtos para nossos clientes – pessoa física e jurídica –, tais como crédito, investimentos, seguro, entre outros. Em 2013, nossas transações por meio desse canal representaram 45,7% do total de transações de clientes.

Uma das nossas inovações tecnológicas recentes mais importantes foram os aplicativos para o Mobile Banking, que permitem que os clientes acessem suas contas e façam transações bancárias por smartphones ou tablets. Em 2013, registramos 724,3 milhões de transações por Mobile Banking.

O gráfico a seguir mostra nossa rede de agências, PABs e caixas eletrônicos, detalhada por tipo de serviços oferecidos e distribuição geográfica:

No Brasil e exterior em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011:

	Agências			PABs			Caixas Eletrônicos		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Itaú Unibanco	3.627	3.615	3.606	860	873	878	26.756	26.909	27.810
Itaú Personnalité	277	240	214	3	3	3	557	500	454
Itaú BBA	9	9	9	—	—	—	—	—	—
Total no Brasil	**3.913**	**3.864**	**3.829**	**863**	**876**	**881**	**27.313**	**27.409**	**28.264**
Argentina	73	75	81	18	20	22	189	194	201
Chile	98	91	88	—	—	—	72	70	62
Uruguai	25	59	43	1	1	1	43	41	38
Paraguai	28	27	27	3	9	8	283	246	204
Outros	5	5	5	—	—	—	—	—	—
Total	**4.142**	**4.121**	**4.073**	**885**	**906**	**912**	**27.900**	**27.960**	**28.769**

Por localização geográfica de nossa rede de distribuição no Brasil em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011:

Região	Agências			PABs			Caixas Eletrônicos		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Sul	648	637	639	119	120	119	3.815	3.790	3.942
Sudeste	2.557	2.534	2.531	611	607	614	18.975	19.132	19.994
Centro Oeste	295	294	294	45	63	66	1.707	1.741	1.686
Nordeste	316	304	287	50	49	50	2.173	2.113	2.053
Norte	97	95	78	38	37	32	643	633	589
Total no Brazil	**3.913**	**3.864**	**3.829**	**863**	**876**	**881**	**27.313**	**27.409**	**28.264**

(*)79,0% das nossas agências estão localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais no Sudeste do Brasil, Paraná no Sul do Brasil, e Goiás no Centro-Oeste do Brasil.

Concorrência

Geral

Os últimos anos caracterizaram-se pelo aumento da concorrência e da consolidação no setor de serviços financeiros no Brasil.

Atividades Bancárias de Varejo

Em 31 de dezembro de 2013, havia 132 bancos múltiplos, 22 bancos comerciais e um grande número de instituições de poupança e empréstimo, corretagem, arrendamento e outras instituições financeiras no Brasil.

Nós, juntamente com o Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), Banco Santander (Brasil) S.A. (“Banco Santander”) e HSBC Bank Brasil S.A. (“HSBC”), somos os líderes no setor privado de atividades bancárias de serviços múltiplos. Em 31 de dezembro de 2013, esse conjunto de bancos respondia por 39,3% do total de ativos do setor bancário brasileiro. Enfrentamos também a concorrência de bancos do setor público, que recentemente se acirrou. Em 31 de dezembro de 2013, o Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”), a Caixa

Econômica Federal (“CEF”) e o BNDES, ocupavam o primeiro, o terceiro e o quinto lugar no setor bancário, respondendo, respectivamente, por 45,4% do total de ativos do sistema bancário.

A tabela a seguir apresenta o total de ativos dos 14 principais bancos no Brasil, classificados de acordo com sua participação no total de ativos do setor bancário brasileiro:

	Em 31 de dezembro de 2013(*)	
	Em bilhões de R$	**% Total de Ativos**
Banco do Brasil(**)	1.218,5	19,5%
Itaú Unibanco Holding	1.027,3	16,4%
CEF	858,5	13,7%
Bradesco	776,7	12,4%
BNDES	763,0	12,2%
Banco Santander	495,4	7,9%
HSBC	159,9	2,6%
Safra	130,1	2,1%
BTG Pactual	115,9	1,9%
Banco Votorantim	107,0	1,7%
Citibank	54,3	0,9%
Banrisul	53,1	0,8%
Banco do Nordeste do Brasil	33,8	0,5%
Credit Suisse	32,4	0,5%
Outros	435,6	7,0%
Total	**6.261,6**	**100,0%**

(*) Com base nos serviços bancários, exceto seguros e fundos de pensão.

(**) Inclui a consolidação de 50,0% do Banco Votorantim S.A. com base na participação detida pelo Banco do Brasil de 50,0% no Banco Votorantim S.A..

Fonte: Banco Central, 50 Maiores Bancos e Sistema Financeiro Consolidado (Dezembro de 2013).

Para maiores informações sobre concorrência de cada negócio, consulte o item 7.2 (a).

Sazonalidade

Em geral, nossos negócios de banco de varejo e cartão de crédito apresentam certa sazonalidade, com níveis mais altos de transações de cartão de crédito e varejo durante a época de Natal e a posterior redução desses níveis no início do ano. Também temos certa sazonalidade nas nossas taxas de serviços bancários relacionados aos serviços de cobrança do início do ano, que é quando os impostos e outras contribuições fiscais são geralmente pagos.

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Não existem clientes responsáveis por mais de 10% das receitas do emissor.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A tabela abaixo mostra a concentração de operações de crédito, arrendamento mercantil financeiro, outros créditos e títulos e valores mobiliários de empresas e instituições financeiras:

(Em milhares de R$)

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro, Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários de Empresas e Instituições Financeiras (*)	Em 31 de dezembro					
	2013		2012		2011	
	Risco	% do total	Risco	% do total	Risco	% do total
Maior Devedor	5.755.367	1,0	5.219.312	1,1	4.516.385	1,0
10 Maiores Devedores	40.752.931	7,4	37.367.735	7,7	30.722.398	7,0
20 Maiores Devedores	65.461.236	11,8	60.238.587	12,4	49.679.952	11,3
50 Maiores Devedores	106.901.726	19,3	95.629.286	19,6	80.560.182	18,4
100 Maiores Devedores	143.092.105	25,9	124.043.442	25,5	104.000.316	23,7

(*) Os valores incluem Avais e Fianças.

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Para exercer suas atividades, o Emissor depende de autorização prévia do Banco Central.

Constituído em 9 de setembro de 1943 sob a denominação de Banco da Metrópole de São Paulo S.A., registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 20.683 em 22 de maio de 1944, o emissor obteve autorização para atuar como instituição financeira em 24 de julho de 1944. Contudo, sua história remonta à trajetória de atuação do Itaú e do Unibanco. No dia 27 de setembro de 1924 começou a operar a seção bancária da Casa Moreira Salles, mais tarde transformada no Banco Moreira Salles. A instituição, que se tornaria protagonista de um contínuo processo de fusões e aquisições, em 1975 adotou a denominação Unibanco. No grupo Itaú, as origens datam de 1944, quando os membros da família Egydio de Souza Aranha fundaram o Banco Federal de Crédito S.A., em São Paulo, atual Itaú Unibanco S.A.

Em relação ao mercado de capitais, as ações do Emissor foram admitidas à negociação na BM&FBovespa em março de 2003 em substituição às ações da instituição que hoje é o Itaú Unibanco S.A., as quais foram admitidas à negociação na BM&FBovespa (então Bolsa Oficial de Valores de São Paulo) em 20 de outubro de 1944.

Ambiente regulatório

Estamos sujeitos à regulamentação e à supervisão de várias entidades, de acordo com os países e segmentos de negócios nos quais atuamos, cujas atividades de supervisão são determinantes para a estrutura dos nossos negócios e impactam diretamente as nossas estratégias de crescimento. Destacamos a seguir as principais entidades que regulamentam e supervisionam nossas atividades no Brasil:

• CMN – principal autoridade responsável por estabelecer políticas monetária e financeira; também é responsável pela supervisão geral das políticas monetária, de crédito, orçamentária, fiscal e da dívida pública brasileira, pela regulamentação das condições para constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, bem como pela supervisão da liquidez e solvência dessas instituições;

• Banco Central – responsável por implantar as políticas estabelecidas pelo CMN e supervisionar as instituições financeiras. O Banco Central determina os requisitos de capital mínimo, limites de ativo permanente, limites de crédito e as exigências de depósitos compulsórios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo CMN;

• CVM – responsável por normatizar, sancionar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários e de seus participantes;

• CNSP – responsável por estabelecer as orientações e as diretrizes para companhias de seguros e capitalização e entidades abertas de previdência complementar;

• SUSEP – responsável por regular e supervisionar o mercado de seguros, previdência complementar aberta e capitalização e seus participantes; e;

• ANS – responsável por regulamentar e supervisionar o mercado de seguro saúde e seus participantes.

Fora do Brasil, possuímos operações sujeitas à supervisão de autoridades regulatórias locais na América do Sul, especialmente Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai e Paraguai; na Europa, especialmente Reino Unido, Suíça e Portugal; na América Central e Caribe, especialmente nas Bahamas e Ilhas Cayman e, finalmente, nos Estados Unidos.

Principais exigências e restrições regulatórias no Brasil

As instituições financeiras estão sujeitas a várias exigências e restrições regulatórias no Brasil, dentre as quais podemos citar as seguintes:

• Proibição de operar sem a autorização prévia do Banco Central;

• Proibição de adquirir imóveis não destinados ao uso próprio da instituição financeira, salvo os recebidos em liquidação de empréstimo de difícil ou duvidosa solução, sendo que, nesse caso, tal imóvel deverá ser vendido no prazo de um ano, prorrogável pelo Banco Central;

• Proibição de adquirir participações em empresas sem a autorização prévia do Banco Central, exceto as participações societárias típicas de carteiras de investimento mantidas por bancos de investimento ou bancos múltiplos com carteira de investimento;

• Proibição de conceder empréstimos que representem mais de 25% do patrimônio de referência da instituição financeira para uma única pessoa ou grupo;

• Restrições para tomar ou conceder empréstimos, bem como para conceder adiantamentos e garantias, para determinadas pessoas físicas e jurídicas relacionadas. Consulte a seção Nossa gestão de risco – Ambiente regulatório, item Empréstimos e adiantamentos a pessoas ligadas para mais informações sobre pessoas físicas e jurídicas;

• Obrigação de depositar uma parcela dos depósitos que recebem de clientes no Banco Central (depósito compulsório); e

• Obrigação de manter reservas de capital suficientes para absorver perdas inesperadas, de acordo com as regras propostas pelo Comitê da Basileia e implementadas pelo Banco Central.

Estrutura de Basileia III

Em 16 de dezembro de 2010, o Comitê da Basileia emitiu a nova estrutura de Basileia III, que foi revisada em 1º de junho de 2011. Essa estrutura aumentou os requisitos mínimos de capital e criou “colchões” de capital de conservação e de capital anticíclico, alterou as mensurações de capital baseadas em risco e introduziu novo limite de alavancagem e novas normas de liquidez. Essas novas regras deverão ser gradualmente introduzidas e a expectativa é que cada país adote tais recomendações em leis ou regulamentações a serem aplicáveis às instituições financeiras locais.

A estrutura de Basileia III exige que os bancos mantenham níveis mínimos de capital correspondentes aos seguintes percentuais dos seus ativos ponderados pelo risco: (i) coeficiente mínimo de capital principal de 4,5%, composto por ações ordinárias; (ii) coeficiente mínimo de capital Nível 1 de 6,0%; e (iii) coeficiente mínimo de capital total de 8,0%. Além dos requisitos mínimos de capital, Basileia III exige um “capital de conservação” de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco e cada regulador nacional poderá instituir, em seu critério, o “colchão” de capital anticíclico, caso tal regulador entenda haver um maior risco sistêmico como resultado da excessiva expansão do crédito em sua jurisdição. O Comitê da Basileia determinou a

implementação dos três requisitos mínimos de capital a partir de 1º de janeiro de 2013, com um prazo maior para as instituições financeiras atenderem à exigência dos "colchões" de capital de conservação, de capital anticíclico e outros requisitos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

A Basileia III introduz, ainda, um novo índice de alavancagem, que começou a ser monitorado em 1º de janeiro de 2011 e teve sua estrutura revisada em janeiro de 2014. Entre 1º de janeiro de 2013 e 1º de janeiro de 2017, deverão ser realizados testes semestrais para um novo índice de alavancagem mínimo, de 3,0% do novo capital de Nível 1. Ao final desse período, a expectativa é que esse índice seja revisto em 2017 e um novo padrão mínimo seja introduzido a partir de 1º de janeiro de 2018. Os bancos serão obrigados a divulgar seu índice de alavancagem e respectivos componentes a partir de 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, a Basileia III busca aperfeiçoar a cobertura de riscos por meio da revisão do tratamento do risco de crédito de contraparte, ou CCR. Os bancos afetados deverão determinar o capital exigido para fazer frente ao CCR, utilizando dados de estresse, entre outros fatores, e ficarão sujeitos aos encargos de capital por meio do risco potencial de perda na marcação por mercado combinado com a deterioração da capacidade de pagamento da contraparte. Em 31 de março de 2014, foi publicada revisão das regras referentes ao tratamento do CCR decorrente de operações de derivativos.

A Basileia III também implementou índices de liquidez de curto prazo, ou LCR, e de longo prazo, ou NSFR. O LCR exige que os bancos afetados mantenham ativos de alta liquidez suficientes para cobrir as saídas de caixa líquidas que poderiam ocorrer em caso de um cenário de potencial perda de liquidez por um período de 30 dias. Já o NSFR exige que os bancos mantenham sempre um valor mínimo de fontes de captações estáveis ("stable sources of funding"), calculado com base nos perfis de liquidez dos ativos do banco, bem como na potencial necessidade de liquidez de natureza contingencial resultante de compromissos não registrados no balanço patrimonial, durante o período de um ano. Os novos índices de liquidez começaram a ser monitorados em 2011. Em 7 de janeiro de 2013, o Comitê da Basileia emitiu uma versão revisada dos requisitos de LCR. A versão revisada, entre outras alterações, ampliou a definição de ativos de alta liquidez e estabelece um novo cronograma para a implementação do LCR. De acordo com este novo calendário, o LCR, inclusive quaisquer revisões, será introduzido como um requisito mínimo em 1º de janeiro de 2015. O LCR inicial será 60%, em 1º de janeiro de 2015, e com aumento de10 pontos percentuais em cada exercício, até atingir 100% em 1º de janeiro de 2019. Em janeiro de 2014, o Comitê da Basileia emitiu diretrizes para assistir os reguladores locais a avaliarem o perfil de liquidez dos ativos mantidos pelos bancos. A expectativa é que o NSFR, inclusive quaisquer revisões, seja introduzido como um padrão mínimo em 2018.

Além disso, em 13 de janeiro de 2011, o Comitê da Basileia expandiu as regras de capital definidas em Basileia III, também designadas de forma geral como "Anexo de 13 de janeiro", aplicáveis aos instrumentos não usuais de capital de Nível 1 e de Nível 2 emitidos por bancos ativos internacionalmente. Para ser incluído no capital de Nível 1, ou no capital de Nível 2, o anexo de 13 de janeiro exige que os bancos ativos internacionalmente emitam instrumentos conversíveis que possam, de acordo com o critério da autoridade competente, ser baixados ou convertidos em ações ordinárias caso ocorra um "evento de gatilho", o qual é determinado pela a decisão de uma autoridade competente, segundo a qual, como condição para manter a situação do banco como uma instituição financeira viável, é necessário (i) baixar um instrumento conversível; ou (ii) injetar recursos públicos ou qualquer outro tipo de suporte equivalente nesse banco, qual ocorrer primeiro. Essas exigências são adicionais aos critérios detalhados nas regras de capital de Basileia III anteriormente descritas e serão válidas para todos os instrumentos emitidos após 1º de janeiro de 2013, dependendo da implementação da estrutura por parte de cada país. Os instrumentos qualificados como capital, emitidos antes dessa data, que não cumpram com as novas exigências de Basileia III serão gradualmente excluídos do capital dos bancos, em um prazo de 10 anos, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Em 4 de novembro de 2011, o Comitê da Basileia publicou um documento final referente à metodologia de avaliação para determinar instituições financeiras consideradas sistemicamente importantes, ou G-SIFIs, o valor das exigências de patrimônio de referência adicional que as G-SIFIs devem atender e os acordos segundo os quais essas exigências adicionais serão gradualmente implementadas. A metodologia de avaliação para determinação das G-SIFIs baseia-se em indicadores que refletem os seguintes aspectos das G-SIFIs: (i) o porte, (ii) a interconexão, (iii) a inexistência imediata de substitutos ou de infraestrutura para prestar os serviços que ela presta; (iv) atividade interjurisdicional ou global; e (v) complexidade; cada um deles receberá peso igual de 20% na avaliação. As exigências para absorção de perdas adicionais pelas G-SIFIs, propostas pelo Comitê

da Basileia, variam de 1,0% a 2,5% dos ativos ponderados pelo risco e deverão ser atendidas apenas com Capital Principal, conforme definido na estrutura de Basileia III. As exigências de absorção de perdas adicionais pelas G-SIFIs serão implementadas paralelamente aos “colchões” de capital de conservação e de capital anticíclico, entre 1º de janeiro de 2016 e o final de 2018, entrando em vigor em 1º de janeiro de 2019. Em 15 de fevereiro de 2014, não fomos classificados como uma G-SIFI pelo Comitê da Basileia.

Em 11 de outubro de 2012, o Comitê da Basileia publicou diretrizes para a regulamentação de bancos locais sistemicamente importantes, ou D-SIBs, que envolvem um conjunto de princípios os quais as autoridades regulatórias nacionais podem adotar quando da determinação da metodologia de avaliação, e os requisitos de absorção de perda superior para os D-SIBs. A estrutura de D-SIB complementa a estrutura de G-SIFI, concentrando-se no impacto que a adversidade ou falha de bancos sistematicamente importantes teriam sobre a economia interna de cada país. O Banco Central ainda não emitiu nenhuma proposta de regulamentação, orientações oficiais sobre a metodologia de avaliação ou requisito de absorção de perda superior para os D-SIBs no Brasil.

Nenhuma revisão oficial dos acordos de implementação da estrutura de Basileia III foi feita pelo Comitê da Basileia (exceto referente ao LCR), cuja implementação, por país individualmente, era para ter sido iniciada em 1º de janeiro de 2013.

Implementação de Basileia III no Brasil

Certas alterações legislativas necessárias para viabilizar a implementação da estrutura de Basileia III no Brasil são abordadas na Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013.

Essa regulamentação adaptou as letras financeiras à estrutura de Basileia III e concedeu ao Banco Central o poder de limitar o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pelas instituições financeiras, se as mesmas não cumprirem os requisitos de capital definidos pelo CMN. As letras financeiras foram criadas para proporcionar às instituições uma fonte mais estável de recursos, em comparação com outros tipos de depósitos recebidos ou de instrumentos de dívida emitidos por bancos.

As letras financeiras devem ser emitidas com prazo mínimo de 24 meses e são sujeitas a certas restrições de recompra, ou resgate, antes de sua data de vencimento. Com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.838, as instituições financeiras brasileiras deverão provavelmente emitir instrumentos de dívida subordinada ou instrumentos híbridos em conformidade com Basileia III no contexto da estrutura regulatória das letras financeiras. As principais características das letras financeiras alteradas pela Lei nº 12.838 são:

• Possibilidade de emissão de letras financeiras conversíveis em ações, sujeitas ao direito de preferência dos acionistas, exceto no caso de ofertas públicas e outras exceções estabelecidas na regulamentação. A conversão não poderá ser solicitada pelo investidor ou pela instituição financeira emissora;

• Suspensão do pagamento de juros em caso de não conformidade com as regras sobre requisitos de capital e no caso das letras financeiras fazerem parte do patrimônio de referência da instituição financeira. Além disso, de acordo com as regras de Basileia III, e com o objetivo de preservar o funcionamento regular do sistema financeiro, o Banco Central poderá determinar a conversão de letras financeiras em ações ou a extinção da dívida (baixa). Essas decisões não constituirão inadimplência e não anteciparão o vencimento de outras dívidas da instituição financeira; e

• As letras financeiras podem incluir, como eventos de vencimento antecipado, o não pagamento da remuneração ou a dissolução da instituição financeira.

Em março de 2013, o CMN e o Banco Central emitiram resoluções e diversas cartas circulares, que foram alteradas ou substituídas desde então e que detalham a implementação da estrutura de Basileia III no Brasil.

Essas regulamentações abordam, entre outras coisas, os cálculos de exigência de capital (exigências de Capital Principal, Capital de Nível 1 e capital total), critérios para que os instrumentos sejam qualificados como Capital de Nível 1 ou de Nível 2, metodologia de cálculo para o patrimônio de referência, introdução dos

"colchões" de capital e períodos de transição para aplicação das novas regras.

De acordo com essas regulamentações, o coeficiente mínimo de capital total dos bancos brasileiros é calculado como a soma dos três componentes indicados a seguir:

• Patrimônio de referência;

• Capital de conservação (para aumentar a capacidade de absorção de perdas das instituições financeiras); e

• Capital anticíclico (para cobrir o risco de excessiva expansão do crédito).

O Patrimônio de referência dos bancos brasileiros continua a ser composto por dois níveis – Capital de Nível 1 e Nível 2 –, e a qualificação dos instrumentos financeiros como Capital de Nível 1 ou Capital de Nível 2 é baseada na capacidade desses instrumentos absorverem perdas. O Capital de Nível 1 é subdividido em duas parcelas, o Capital Principal (Common Equity Tier 1, capital social e reservas de lucros) e o Capital Complementar (Additional Tier 1, instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central). Os instrumentos híbridos de capital e as dívidas subordinadas já aprovadas pelo Banco Central como Capital Complementar ou de Nível 2, podem continuar qualificados como Capital Complementar ou de Nível 2, conforme o caso, desde que tais instrumentos atendam às exigências do CMN e uma nova autorização do Banco Central seja obtida. Todos os instrumentos que não atendam a essas exigências serão retirados dos instrumentos de capital qualificáveis, com a dedução de 10% de seus valores contábeis, por ano, do valor qualificado como Capital Adicional ou de Nível 2. A primeira dedução ocorreu em 1º de outubro de 2013, e as deduções subsequentes ocorrerão anualmente, entre 1º de janeiro de 2014 e 1º de janeiro de 2022.

Para ser incluído no Capital Complementar ou no Nível 2, um instrumento emitido por um banco brasileiro será obrigado, entre outras coisas, a ter uma cláusula que estabeleça que tais instrumentos sejam automaticamente baixados ou convertidos em ações se ocorrer um "evento de gatilho". Um "evento de gatilho" é aquele que ocorrer primeiro entre: (i) o Capital Principal ser inferior a 5,125% do RWA (ativos ponderados pelo risco) para instrumentos de Nível 1 e 4,5% para instrumentos de Nível 2, calculados segundo as exigências da regulamentação do CMN; (ii) a assinatura de um contrato firme e irrevogável por escrito, de injeção de capital na instituição financeira por parte do governo, conforme determinado pela legislação aplicável; (iii) a declaração, pelo Banco Central, do início de um regime de administração especial temporária ("RAET") ou intervenção na instituição financeira; ou (iv) a decisão, pelo Banco Central, segundo critérios estabelecidos pelo CMN, de que a baixa ou a conversão do instrumento é necessária para manter o banco como uma instituição financeira viável e mitigar os riscos relevantes para o sistema financeiro brasileiro (o "evento de gatilho regulamentar discricionário"). Essas exigências são aplicáveis a todos os instrumentos emitidos após 1º de outubro de 2013. A regulamentação do CMN estabelece procedimentos e critérios específicos para conversão das ações e baixa da dívida pendente, relacionada aos instrumentos de captação de recursos elegíveis para qualificação como patrimônio de referência.

A regulamentação do CMN também estabelece os "colchões" de capital de conservação e de capital anticíclico para instituições financeiras brasileiras, e determina as porcentagens mínimas e as sanções e limitações aplicáveis em caso de não cumprimento desses requisitos adicionais. As sanções e limitações incluem: (i) impossibilidade total ou parcial de pagar uma remuneração variável aos diretores e membros do conselho de administração; (ii) impossibilidade total ou parcial de distribuir dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas; e (iii) impossibilidade de recomprar as próprias ações da instituição financeira e de efetuar reduções no capital social da instituição financeira. Além disso, os requisitos de capital serão aumentados em 2019, até o máximo de 13% dos ativos ponderados pelo risco, dos quais 2,5% serão exigidos apenas como medida anticíclica, cuja introdução gradual dessas modificações terá início em 1º de outubro de 2013. A composição dos ativos ponderados pelo risco das instituições financeiras e as diferentes categorias de risco estão também detalhadas pelas regulamentações competentes. Para mais detalhes sobre o cálculo dos ativos ponderados pelo risco e requisitos de capital, consulte Nossa gestão de risco, item Gestão de risco, Suficiência de capital.

Apresentamos a seguir o cronograma de implementação gradual pelo Banco Central das exigências de adequação de capital e alavancagem, segundo a Basileia III. Os números apresentados a seguir referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco da instituição financeira.

	A partir de 1º de Outubro (%)	A partir de 1º de Janeiro (%)					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Capital de Nível 1	5,5	5,5	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0
Patrimônio de Referência	11,0	11,0	11,0	9,875	9,25	8,625	8,0
Capital de conservação	-	-	-	0,625	1,25	1,875	2,5
				Até	Até	Até	Até
Capital anticíclico	**-**	**-**	**-**	**0,625**	**1,25**	**1,875**	**2,5**

A regulamentação do CMN também define as entidades que compõem o conglomerado prudencial de uma instituição financeira brasileira, e estabelece o requisito de que uma instituição financeira deve elaborar e arquivar, mensalmente no Banco Central, as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, conforme definido em tal documento. Essas demonstrações contábeis também devem ser auditadas por empresa de auditoria independente a cada seis meses. Em 1º de janeiro de 2014, as exigências de capital serão aplicadas ao conglomerado prudencial.

Também como parte da implementação da estrutura de Basileia III no Brasil, o CMN exige que as instituições financeiras brasileiras implantem uma estrutura de gestão de capital compatível com a natureza das transações dessa instituição financeira, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, bem como com a dimensão da exposição a riscos da instituição financeira. A gestão de capital é definida como um processo que inclui: (i) monitoramento e controle do capital da instituição financeira; (ii) avaliação das necessidades de capital em vista dos riscos aos quais a instituição financeira está sujeita; e (iii) estabelecimento de metas e planejamento de capital para atender às necessidades de capital em virtude de mudanças nas condições de mercado. As instituições financeiras devem publicar, pelo menos uma vez por ano, um relatório descrevendo a sua estrutura de gestão de capital e são obrigadas a observar certas exigências mínimas e ajustes prudenciais ao efetuarem marcação ao mercado de instrumentos financeiros complexos ou ilíquidos, e ao precificarem instrumentos financeiros em condições de estresse. Os sistemas e controles de precificação devem estar em conformidade com critérios estritos de confiabilidade e de avaliação prudencial (com base no método de precificação adotado), e deverão ser aplicados ajustes prudenciais quando necessário, durante a avaliação do processo de precificação de uma instituição financeira. O Banco Central regulamenta a divulgação e a comunicação de questões relacionadas ao gerenciamento de riscos, o cálculo de ativos ponderados pelo risco e a adequada observância de exigências de patrimônio de referência, que reflitam o chamado “Pilar 3” do patrimônio de referência recomendado por Basileia III, com o objetivo de aprimorar a governança e a divulgação de informações.

Em 10 de dezembro de 2013, o Comitê da Basileia publicou seu relatório sobre as normas que implementam Basileia III no Brasil, cuja conclusão é de que a estrutura geral das regras de capital do Brasil estão “aderentes” aos princípios de Basileia III.

Implementação de Basileia III no Brasil – futuras normas previstas

É esperado que um índice máximo de alavancagem de 3,0% seja aplicado aos bancos brasileiros, a partir de janeiro de 2018, com certas exigências de divulgação aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2015. Também é esperado que um LCR para tratar do risco de liquidez de curto prazo e um NSFR para tratar do risco de liquidez de longo prazo sejam aplicados aos bancos brasileiros a partir de 1º de janeiro de 2015 e 2018, respectivamente, com certas exigências de cálculo e monitoramento aplicáveis partir de 15 de janeiro de 2012. Contudo, as atuais regras do CMN e do Banco Central não tratam das exigências de índices de alavancagem e de liquidez, e o Banco Central ainda não anunciou oficialmente sua posição sobre a regulamentação da liquidez, inclusive se a implementação do LCR no Brasil seguirá os acordos modificados de implementação estabelecidos pelo Comitê da Basileia em janeiro de 2013.

É previsto também que o Banco Central e o CMN emitam, num futuro próximo, regulamentações sobre a metodologia de avaliação e as exigências adicionais de absorção de perda para os D-SIBs no Brasil.

Benefícios de créditos presumidos por instituições financeiras

Nos termos da regulamentação do CMN, o Capital Principal é reduzido por créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, entre outros itens, os quais não têm fins contábeis, e dependem de lucros futuros a serem realizados, que podem, futuramente, reduzir a tributação incidente sobre os lucros. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma das diferenças temporárias mais significativas.

A fim de reduzir o impacto negativo dessas reduções no Capital Principal, as instituições financeiras podem substituir as diferenças temporárias referentes às provisões para créditos de liquidação duvidosa por crédito presumido, conversível em dinheiro pelo Tesouro Nacional. As diferenças temporárias relacionadas às provisões para créditos de liquidação duvidosa são também, automaticamente, substituídas por crédito presumido quando a instituição financeira está em processo de liquidação ou falência (se a liquidação ou falência for determinada após 1º de janeiro de 2014). Se o processo de liquidação ou falência forem determinados antes de 1º de janeiro de 2014, a instituição financeira não está qualificada a usar tal crédito presumido para mitigar os efeitos negativos sobre o Capital Principal. O crédito presumido, por outro lado, não reduz o patrimônio de referência.

Operações e exposição em moeda estrangeira

Operações de compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser conduzidas por instituições autorizadas pelo Banco Central. Não existem limites para as posições – compradas ou vendidas – de câmbio para bancos autorizados a operar no mercado de câmbio, enquanto as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central têm sua posição vendida de câmbio limitada a zero. Atualmente, a alíquota do recolhimento compulsório sobre a posição vendida de câmbio de instituições financeiras é 0%.

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras brasileiras podem captar recursos no exterior, por meio de empréstimos diretos ou emissão de títulos de dívida. Os recursos captados dessa forma podem ser livremente aplicados no Brasil, inclusive para o repasse a empresas e instituições financeiras brasileiras. Os bancos brasileiros autorizados a operar no mercado de câmbio com patrimônio de referência superior a R$ 5 bilhões também podem utilizar tais recursos para conceder empréstimos, no exterior, para empresas brasileiras, suas subsidiárias offshore e empresas estrangeiras controladas por brasileiros ou para adquirir no mercado primário os títulos emitidos ou garantidos por tais empresas. Os empréstimos transnacionais, cujo processo envolve uma das partes no Brasil e a outra, no exterior, exigem registro prévio no Banco Central, o qual pode estipular limites sobre o prazo, a taxa de juros e as condições gerais dessas operações de empréstimos em moeda estrangeira (incluindo a emissão de notas por instituições financeiras). Atualmente, não há limites impostos sobre tais operações, porém o ingresso de recursos para empréstimos cujo prazo de pagamento médio mínimo não ultrapassa 360 dias está sujeito ao IOF/Câmbio, à alíquota de 6,0%. Entretanto, se o prazo médio mínimo do empréstimo ultrapassar 360 dias, o IOF/Câmbio ficará reduzido a zero.

As instituições financeiras também podem conceder empréstimos em moeda estrangeira, ou a ela indexados, para as atividades relacionadas ao comércio exterior de seus clientes, como a concessão de adiantamento sobre contrato de câmbio, adiantamento sobre cambiais entregues, ou pré-pagamento de exportação e financiamento à importação, todas acordadas com os regulamentos brasileiros referentes aos mercados cambiais e aos fluxos de capital internacional. O Banco Central e o governo brasileiro frequentemente alteram as regras e os regulamentos aplicáveis aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, de acordo com o cenário econômico e a política monetária brasileira atuais. Por exemplo, em 2012 e 2013, o Banco Central reduziu as limitações anteriormente estabelecidas sobre os financiamentos à exportação mediante, entre outras alterações, a exclusão do prazo máximo de financiamento à exportação.

Em 16 de dezembro de 2013, o Banco Central emitiu uma série de normas para substituir o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (“RMCCI”), em vigor a partir de 3 de fevereiro

de 2014. Essas regras foram emitidas no âmbito do programa Otimiza BC, por meio do qual o banco busca otimizar e simplificar sua regulamentação, e refletem o conjunto de regras que envolvem o mercado de câmbio, o capital brasileiro no exterior e o capital estrangeiro no Brasil anteriormente contempladas pelo RMCCI.

Entre outros assuntos, essas regras consolidam as alterações nos códigos para operações de câmbio realizadas pelo Banco Central, por meio de uma série de normas publicadas em 2013. O objetivo da nova série de regras para operações de câmbio é cobrir as situações que, pelas regras atuais, não podem ser incluídas em nenhuma categoria.

A legislação impõe, ainda, que a exposição total em ouro e outros ativos e passivos indexados ou vinculados à variação da taxa de câmbio de instituições financeiras (inclusive as sucursais offshore), e suas controladas diretas e indiretas, de forma consolidada, não pode ultrapassar 30,0% do seu patrimônio de referência.

Limites operacionais

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras não podem deter, de forma consolidada, um ativo permanente, o qual inclui investimentos em subsidiárias não consolidadas, imóveis, equipamentos e ativos intangíveis, em valor superior a 50,0% do patrimônio de referência ajustado.

Além disso, a regulamentação também nos impede de conceder empréstimos ou adiantamentos, garantias, contratar operações de derivativos, subscrever ou deter em nossa carteira de investimentos os títulos e valores mobiliários de qualquer cliente ou grupo de clientes afiliados que, em conjunto, gerem exposição para esse cliente ou grupo de clientes afiliados que ultrapasse 25,0% do nosso patrimônio de referência.

Empréstimos e adiantamentos para pessoas ligadas

A regulamentação brasileira estabelece que não é permitido às instituições financeiras conceder empréstimo, adiantamento ou garantia para determinadas pessoas físicas e jurídicas a ela relacionadas, incluindo:

a) diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal, de conselhos consultivos e demais membros pertencentes a órgãos estatutários, assim como os seus respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e parentes na linha colateral até o segundo grau, sejam consanguíneos ou afins;

b) pessoas físicas ou jurídicas, que detenham, direta ou indiretamente, o controle ou possuam mais de 10% do capital social da instituição financeira;

c) pessoas jurídicas nas quais a instituição financeira detenham, direta ou indiretamente, o controle ou possuam mais de 10% do capital social ; e

d) pessoas jurídicas nas quais as pessoas físicas das alíneas “a” e a “b”, detenham, direta ou indiretamente, o controle ou possuam mais de 10% do capital social.

Remuneração de membros da diretoria e do conselho de administração de instituições financeiras

O CMN regulamenta as políticas de remuneração aplicáveis aos membros da diretoria e do conselho de administração de instituições financeiras, especialmente no que diz respeito às regras sobre o pagamento de remuneração variável.

Segundo a Resolução sobre Remuneração, quando houver pagamento de remuneração variável aos administradores, do total da remuneração variável, 50%, no mínimo, deve ser paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e 40%, no mínimo, deve ser diferida para pagamento futuro em um período de pelo menos três anos. Com relação às parcelas diferidas e não pagas, se a instituição apresentar redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo durante o período de diferimento, tais parcelas diferidas e não pagas devem ser revertidas proporcionalmente à redução no resultado, de forma a minimizar o

prejuízo da instituição financeira e de seus acionistas (*claw back*).

Nossa política de remuneração está alinhada à regulamentação vigente e consolida nossos princípios e práticas, com o objetivo de buscar o maior alinhamento entre nossos interesses com o dos nossos acionistas e dos nossos administradores.

Regulamentação concorrencial

A lei antitruste brasileira estabelece que as operações que resultam em concentração econômica devem ser submetidas à aprovação prévia do CADE, o órgão brasileiro que regulamenta a concorrência no país por meio dos seguintes critérios: (i) o grupo econômico de uma das partes de uma operação registrar, no exercício fiscal anterior ao da operação, faturamento bruto mínimo de R$ 750 milhões, e (ii) ao menos um dos demais grupos econômicos envolvidos na operação registrar, no mesmo período, o faturamento bruto mínimo de R$ 75 milhões. A consumação de uma operação antes da aprovação pelo CADE sujeita as partes à pena de multa, cuja variação corresponde entre R$ 60 mil e R$ 60 milhões, à nulidade do respectivo acordo e aos processos administrativos em potencial.

Conglomerados financeiros devem submeter operações relacionadas com diversos setores à aprovação do CADE, incluindo os mercados de seguros, cartões de crédito, fundos de investimento imobiliários e fundos de investimento em participações. Adicionalmente, a Circular nº 3.590/12 do Banco Central estabelece a obrigatoriedade da submissão de atos de concentração que envolvam duas ou mais instituições financeiras, à aprovação do Banco Central nos seguintes casos: (i) aquisição de controle societário, (ii) fusão, (iii) aquisição ou (iv) transferência do negócio para outra instituição financeira.

Com relação ao conflito de competência para análise a aprovação de atos de concentração envolvendo instituições financeiras, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) (agosto de 2010) atribuiu ao Banco Central a competência exclusiva para tal análise e aprovação, questão cuja referida decisão se encontra no Supremo Tribunal Federal (STF) para deliberação final e definitiva. Embora a decisão final do STF, no caso em questão, não vincule automaticamente todas as instituições financeiras, a indefinição sobre a obrigatoriedade, ou não, da revisão e aprovação pelo CADE ou Banco Central em atos de concentração que envolvam instituições financeiras resultou na submissão, pelas instituições financeiras, de todos os atos de concentração no setor bancário para aprovação não somente do Banco Central, mas também do CADE.

Tratamento de dívidas vencidas

As instituições financeiras brasileiras devem classificar suas operações de crédito (inclusive as operações de arrendamento mercantil e outras caracterizadas como adiantamentos de crédito) em diferentes níveis e fazer provisões de acordo com o nível atribuído a cada transação. Essa classificação é baseada na situação financeira do cliente, nos termos e nas condições da transação e no eventual tempo de atraso no pagamento da mesma. Para atendimento às exigências do Banco Central, as operações são classificadas nos níveis AA, A, B, C, D, E, F, G ou H, sendo AA a classificação mais alta. As classificações de crédito devem ser revisadas mensalmente e, sem prejuízo das provisões adicionais àquelas exigidas pelo Banco Central, consideradas necessárias pela administração das instituições financeiras, cada nível tem um percentual específico de provisão que é aplicado a ele, e que usamos para calcular nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme especificado mais detalhadamente na tabela a seguir:

Classificação[1]	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Provisão %	0	0,5	1	3	10	30	50	70	100
Atraso (em dias)	-	-	15 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 120	121 a 150	151 a 180	Acima de 180

1. Nossa classificação também considera o perfil de crédito do cliente, o qual pode impactar negativamente a classificação das dívidas vencidas.

Insolvência Bancária

A insolvência de instituições financeiras é tratada de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis pelo Banco Central, responsável por iniciar e acompanhar todos os procedimentos administrativos aplicáveis. São três as modalidades de regimes especiais que podem ser impostos às instituições financeiras (privadas ou públicas não federais) ou às instituições a elas equiparadas: (i) regime de administração especial temporária (RAET), (ii) intervenção e (iii) liquidação extrajudicial. Essas instituições também podem ser submetidas ao regime falimentar, conforme adiante destacado.

No curso dos regimes especiais descritos a seguir, o conselho diretor, o interventor e o liquidante poderão, quando autorizados pelo Banco Central, (i) alienar bens e direitos da instituição financeira a terceiros e (ii) realizar processos de reorganização societária na instituição financeira ou em suas subsidiárias, dentre outras medidas possíveis, de efeito similar.

RAET

O RAET é um regime especial menos severo que permite às instituições financeiras continuarem a operar, sendo seu principal efeito a perda do mandato dos administradores e sua substituição por um conselho diretor nomeado pelo Banco Central, com amplos poderes de gestão. Tem duração limitada e objetiva, principalmente, a adoção de medidas que visam à retomada das atividades normais da instituição financeira. Caso essa retomada não seja possível, tal regime pode vir a ser transformado em liquidação extrajudicial.

Intervenção

No âmbito desse regime, o Banco Central nomeia um interventor para assumir a gestão direta da instituição financeira, suspendendo as suas atividades normais e destituindo os administradores da mesma. De modo geral, a intervenção objetiva evitar a continuação de determinadas irregularidades cometidas e o agravamento da situação financeira da instituição, que pode colocar em risco os ativos e prejudicar os credores da instituição financeira. A intervenção também tem duração limitada no tempo e poderá ser seguida da retomada das atividades normais da instituição financeira, ou da decretação da sua liquidação extrajudicial ou da sua falência.

A intervenção suspende as ações relacionadas às obrigações de pagamento da instituição financeira, impede a liquidação ou vencimento antecipado de suas obrigações e congela os depósitos preexistentes.

Liquidação extrajudicial

A liquidação extrajudicial, de forma geral, corresponde à extinção da empresa em casos de insolvência irrecuperável ou de graves infrações às normas que regulam as atividades da instituição financeira. A liquidação extrajudicial promove a liquidação dos ativos existentes para pagamento dos credores, com devolução de eventual saldo aos acionistas. Os acionistas controladores também podem ser responsabilizados pelas obrigações remanescentes.

A liquidação extrajudicial (i) suspende as ações ou execuções relacionadas com a instituição financeira, (ii) antecipa o vencimento das obrigações da instituição financeira; e (iii) interrompe a prescrição das obrigações da instituição financeira. Além disso, deixam de incorrer juros contra a massa liquidanda até que todas as obrigações perante terceiros tenham sido pagas.

Seguro de depósitos

Em caso de intervenção, liquidação extrajudicial ou liquidação de uma instituição financeira em um processo de falência, o Fundo Garantidor de Crédito, ou FGC – um sistema de seguro de depósitos, garante o valor máximo de R$ 250.000 em certos depósitos e instrumentos de crédito mantidos por uma pessoa física, jurídica ou outra entidade legal, em uma instituição financeira (ou instituições financeiras pertencentes ao mesmo grupo econômico). Os recursos do FGC provêm, principalmente, de contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras que recebem depósitos de clientes, atualmente à taxa mensal de 0,0125% do montante total dos saldos em aberto das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia ordinária – e certas contribuições especiais. Os depósitos e recursos captados no exterior não são garantidos pelo FGC.

A regulamentação aplicável autoriza, ainda, as instituições financeiras a captar recursos por meio de depósitos a prazo - objeto de garantia especial do FGC – até um determinado montante, desde que tais

depósitos atendam aos requisitos legais, dentre os quais:

(i) Tenham um prazo mínimo de 12 meses e máximo de 24 meses, podendo variar por meio da constituição de certos direitos reais de garantia em favor do FGC;

(ii) Não sejam resgatáveis antes de seus prazos, sujeito a exceções limitadas; e

(iii) Estejam limitados a um montante variável segundo os critérios atrelados aos direitos reais de garantia em favor do FGC, ao valor do patrimônio de referência de Nível 1 da instituição financeira e às regras de depósitos a prazo, limitado a R$ 5 bilhões até 31 de dezembro de 2014 e a R$ 3 bilhões, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Pagamento dos credores em liquidação

Em caso de liquidação extrajudicial de uma instituição financeira ou liquidação de uma instituição financeira em um processo de falência, os salários dos funcionários e suas respectivas ações trabalhistas até certo valor, créditos com garantia real e cobranças de impostos, têm prioridade entre todas as reivindicações contra a entidade falida. O pagamento de créditos quirografários, inclusive os depósitos ordinários de clientes de varejo não garantidos pelo FGC, está sujeito ao pagamento prioritário dos créditos com preferência. Além disso, quando do pagamento dos depósitos garantidos pelo FGC, o mesmo se torna um credor quirografário da massa falida e tem a mesma prioridade dos demais credores quirografários.

Regulamentação de seguros

As companhias de seguro domiciliadas no Brasil, mediante aprovação do governo, podem oferecer, diretamente aos clientes ou por meio de corretores habilitados, todos os tipos de seguros (com exceção do seguro de acidentes de trabalho).

As companhias de seguro são obrigadas a constituir reservas técnicas que podem ser investidas em determinados tipos de títulos mobiliários. Consequentemente, as companhias de seguro estão entre os principais investidores no mercado financeiro brasileiro, estando sujeitas às normas do CMN aplicáveis ao investimento de reservas técnicas.

Em caso de quebra, a companhia de seguro estará sujeita a um procedimento específico de liquidação administrado pela SUSEP ou pela ANS. As companhias de seguro somente estarão sujeitas à falência se, decretada a liquidação extrajudicial (i) seus ativos não sejam suficientes para garantir o pagamento de pelo menos a metade dos credores quirografários, ou (ii) houver fundados indícios da ocorrência de crime falimentar.

Atualmente não existem restrições a investimentos estrangeiros em companhias de seguro no Brasil.

A legislação brasileira determina que as companhias de seguro contratem resseguro na medida em que as responsabilidades assumidas excedam seus limites técnicos de acordo com as normas do órgão regulador (CNSP e SUSEP), e a celebração de contratos de resseguro é feita por negociação direta entre as seguradoras e as resseguradoras, ou por uma corretora de resseguro autorizada a operar no Brasil.

As companhias de seguro, ao ceder riscos em resseguro, devem contratar 40,0% de sua cessão de resseguro com resseguradoras locais (empresas domiciliadas no Brasil). Além disso, a cessão de risco entre seguradoras e resseguradoras sediadas no exterior pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro está atualmente limitada a 20,0% do prêmio correspondente a cada cobertura contratada.

As principais companhias do nosso grupo são: Itaú Seguros S.A. (seguros de vida e de dano), Itaú Vida e Previdência S.A. (seguros de vida e planos privados de previdência complementar aberta), Cia. Itaú de Capitalização (produtos de capitalização) e Itauseg Saúde S.A. (seguro saúde).

Regulamentação sobre prevenção à lavagem de dinheiro

A lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro estabelece a estrutura básica para a prevenção e

punição de práticas de lavagem de dinheiro como crime, cujas diretrizes proíbem a ocultação ou a dissimulação da origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores financeiros decorrentes, direta ou indiretamente, de crimes; e os agentes dessas práticas ilegais ficam sujeitos à pena de prisão de até dez anos e multa pecuniária.

A lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro também criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, ou COAF, a unidade brasileira de inteligência financeira que opera sob a égide do Ministério da Fazenda. O COAF possui um papel central no sistema brasileiro de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e sua responsabilidade legal é coordenar os mecanismos de cooperação internacional e trocas de informações.

Em conformidade com a lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro e regulamentações relacionadas promulgadas pelo Banco Central, incluindo as regras aplicáveis aos procedimentos que devem ser adotados pelas instituições financeiras na prevenção e no combate desses crimes – e em resposta às recomendações do Grupo de Ação Financeira Contra Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo – GAFI (Financial Action Task Force - FATF) –, as instituições financeiras brasileiras devem estabelecer controles internos e procedimentos com os objetivos:

• Identificar e conhecer os seus clientes, determinando se eles são Pessoas Expostas Politicamente (PEPs), identificando os usufrutuários finais (UBO) das operações, se houver. Esses registros devem ser mantidos atualizados;

• Verificar a compatibilidade entre a movimentação de recursos do cliente e a capacidade econômica e financeira desse cliente;

• Verificar a origem dos recursos;

• Preparar uma análise prévia dos novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção à lavagem de dinheiro;

• Manter registros de todas as transações realizadas ou serviços financeiros prestados em nome de um determinado cliente ou para ele;

• Notificar o COAF, no prazo de um dia útil, sobre qualquer transação considerada suspeita pela instituição financeira, inclusive quaisquer transações em dinheiro equivalentes ou superiores a R$ 100.000, sem informar a pessoa envolvida ou qualquer terceiro;

• Prestar atenção especial a (i) transações não usuais ou transações propostas, ou aparentemente sem base econômica ou legal; (ii) transações que envolvam PEPs, (iii) indicadores de fraude na identificação do cliente ou da transação; (iv) clientes e transações para os quais o usufrutuário final não pode ser identificado; (v) transações originadas ou destinadas aos países que não cumprem integralmente com as recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI); e (vi) situações em que não é possível manter os registros de identificação do cliente devidamente atualizados;

• Estabelecer critérios para contratação de pessoal e oferecer treinamento para combate à lavagem de dinheiro para os colaboradores;

• Estabelecer os procedimentos de combate à lavagem de dinheiro que devem ser respeitados por todas as agências e subsidiárias de instituições financeiras brasileiras localizadas no exterior;

• Determinar que quaisquer instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio brasileiro com instituições financeiras localizadas no exterior devem verificar se a instituição financeira estrangeira está localizada fisicamente na jurisdição em que foi constituída e autorizada a operar, e se está sujeita a uma supervisão eficiente;

• Monitorar as transações e as situações que poderiam ser consideradas suspeitas para fins de combate à lavagem de dinheiro;

• Notificar o COAF sobre a ocorrência de transações suspeitas, conforme exigido pela regulamentação aplicável, e, pelo menos, anualmente, tenha ou não sido verificadas transações suspeitas, para certificar a não ocorrência de transações que devam ser notificadas ao COAF (declaração de inocorrência);

• Exigir que os clientes informem à instituição financeira, com pelo menos um dia útil de antecedência, sobre a intenção de sacar valores iguais ou superiores a R$ 100.000, e

• Garantir que as políticas, procedimentos e controles internos sejam proporcionais ao tamanho e volume das transações.

O descumprimento de qualquer uma das obrigações anteriores sujeita a instituição financeira e seus diretores a penalidades que variam de (i) advertência formal, (ii) multas (de 1,0% a 200,0% do valor da transação, 200,0% do lucro gerado por ela, ou multa de até R$ 20.000.000); (iii) seus diretores executivos serão considerados inelegíveis para qualquer cargo gerencial em instituições financeiras, até (iv) revogação da licença de funcionamento da instituição financeira.

Em agosto de 2013, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) promulgou o Normativo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, cujo objetivo é melhorar a contribuição do sistema financeiro brasileiro para a prevenção da lavagem de dinheiro e padronizar as práticas adotadas por todos os bancos, incentivando-os a reforçar os procedimentos de prevenção.

Pessoas Expostas Politicamente (PEPs)

Pessoas Expostas Politicamente, ou PEPs, são funcionários públicos que ocupam – ou ocuparam – cargos públicos importantes, bem como seus representantes, familiares e outras pessoas próximas, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em outros países, jurisdições e territórios estrangeiros. Inclui também suas entidades legais. As instituições financeiras precisam elaborar e implementar procedimentos internos para identificar PEPs e obter aprovação especial de um membro da equipe de nível mais alto, como diretores, processo necessário para aprovar e estabelecer relacionamentos com essas pessoas. As instituições também precisam adotar medidas contínuas e severas para vigilância das transações com PEPs e notificar o COAF sobre todas as transações suspeitas.

Portabilidade de operações de crédito

Em 20 de dezembro de 2013, o CMN promulgou uma nova resolução, que entrará em vigor em 5 de maio de 2014, por meio da qual dispõe sobre a portabilidade de operações de crédito, definida como a transferência de uma operação de crédito do credor original para outra instituição, por solicitação do devedor, mantendo o mesmo saldo em aberto e as mesmas condições de pagamento. A nova regra uniformiza os procedimentos e prazos para a troca de informações e o uso obrigatório de um sistema eletrônico, autorizado pelo Banco Central, para a transferência de recursos entre as instituições financeiras, proibindo o uso de qualquer procedimento alternativo para produzir os mesmos efeitos da portabilidade.

Regras relativas à cobrança de tarifas bancárias e de cartões

As tarifas bancárias e as operações com cartões de crédito são amplamente reguladas pelo CMN e pelo Banco Central. De acordo com a legislação brasileira, temos que classificar os serviços que prestamos para pessoas físicas em categorias predefinidas e estamos sujeitos às limitações na cobrança de tarifas por esses serviços.

As instituições financeiras brasileiras, em geral, não estão autorizadas a cobrar tarifas bancárias pela prestação de serviços a pessoas físicas, classificados como essenciais, em relação às contas correntes, tais como o fornecimento de cartões de débito, talões de cheques, saques, extratos, transferências, entre outros.

A legislação brasileira também autoriza as instituições financeiras a cobrar tarifas por “serviços prioritários”, um conjunto de serviços definidos por norma do Banco Central, cujas diretrizes estabelecem que as instituições financeiras são obrigadas oferecer para esses clientes “um pacote padronizado de serviços prioritários”. Os clientes podem também optar por este ou outros pacotes oferecidos pela instituição financeira, ou pela utilização e pelo pagamento de serviços individuais, em oposição à escolha de um pacote.

As regras atuais autorizam, ainda, as instituições financeiras a cobrar tarifas por serviços específicos chamados de “serviços diferenciados”, desde que o correntista ou usuário seja informado sobre as suas condições de uso e pagamento desses serviços, ou que as tarifas e formas de cobrança estejam definidas em contrato.

O CMN também estabelece regras aplicáveis aos cartões de crédito, definindo os fatos geradores que permitem a cobrança de tarifas por instituições financeiras, bem como as informações a serem divulgadas nas faturas de cartões de crédito e no respectivo contrato, e a criação de dois tipos de cartões de crédito: (i) cartões de crédito básicos, com serviços mais simples, classificados como “serviços prioritários”; e (ii) “cartões de crédito especiais”, com programas de benefícios e recompensa e serviços adicionais ao consumidor, classificados como “serviços adicionais”. No mínimo 15% do saldo total em aberto da fatura precisam ser pagos mensalmente pelos portadores de cartões de crédito.

A cobrança de nova tarifa bancária ou a majoração do preço de tarifa vigente somente poderá ocorrer após divulgação ao público, com no mínimo 30 dias de antecedência, enquanto as tarifas relativas aos serviços prioritários e ao “pacote padrão” somente poderão ter seu valor acrescido após 180 dias da data do último aumento (a redução do preço, por outro lado, poderá ser feita a qualquer momento). Com relação aos cartões de crédito, é necessária a divulgação ao público, com pelo menos 45 dias de antecedência, para qualquer aumento ou criação de taxas, e elas só podem ser aumentadas 365 dias após o último aumento. O prazo de 365 dias fica sujeito também às mudanças nas regras aplicáveis aos programas de benefícios ou recompensas.

Regulamentação de Arrendamento Mercantil

Embora as operações de arrendamento mercantil não sejam classificadas como operações de crédito pela legislação brasileira, o Banco Central regulamenta e supervisiona essas operações. Às partes envolvidas em uma operação de arrendamento mercantil são o “arrendador” (o banco) e o “arrendatário” (nosso cliente). O bem, de propriedade do arrendador, é entregue para o uso do arrendatário até o final da vigência do contrato, momento no qual o arrendatário pode optar por adquirir o bem ou devolvê-lo ao arrendador, ou ainda renovar o contrato por um novo período.

A legislação brasileira estabelece uma metodologia específica para a contabilização de lucros ou perdas nas operações de arrendamento mercantil e para todas as informações que devem constar do respectivo contrato. O Valor Residual Garantido (VGR), pago pelo arrendatário, deve corresponder ao mínimo valor de retorno necessário para que a operação seja viável para o arrendador, seja ou não exercida a opção de compra. As leis e os regulamentos aplicáveis às instituições financeiras, tais como as referentes aos requisitos de informação, adequação de capital e alavancagem, limites de composição de ativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa, também são geralmente aplicáveis às empresas de arrendamento mercantil.

Bancos correspondentes

Podemos contratar outras empresas para prestar determinados serviços aos nossos clientes, inclusive atendimento. Essas empresas são, em geral, denominadas correspondentes, e o nosso relacionamento com elas é regulamentado pelo Banco Central. Entre outras exigências, o Banco Central determina que, até 24 de fevereiro de 2014, os funcionários de todos os bancos correspondentes deverão entrar com um pedido de certificação técnica que os autorize atender clientes em operações de crédito e de arrendamento mercantil, cuja certificação deve ser obtida até 2 de março de 2015.

Sigilo bancário

As instituições financeiras brasileiras devem guardar sigilo em relação às operações bancárias e aos serviços prestados aos seus clientes. As únicas circunstâncias nas quais informações sobre clientes, serviços e

transações de instituições financeiras brasileiras ou empresas de cartão de crédito podem ser divulgadas a terceiros são:

• A divulgação de informações com o consentimento expresso dos interessados;
• A troca de informações entre instituições financeiras para fins cadastrais;
• A divulgação de informações às empresas de proteção ao crédito, com base no cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes;
• A divulgação de informações às autoridades competentes relacionadas à prática real ou suspeita de atos criminosos ou improbidade administrativa, inclusive a divulgação de informações relacionadas às operações que envolvam recursos relacionados a atividades ilegais;
• A revelação de informações mediante mandado judicial.

Exceto os casos estabelecidos na legislação brasileira, bem como eventual solicitação por ordem judicial, a quebra de sigilo bancário constitui crime.

Regulamentação do mercado brasileiro de valores mobiliários

O mercado brasileiro de valores mobiliários é regulamentado pelos seguintes órgãos:
• CVM – responsável por emitir normas específicas sobre o mercado de valores mobiliários e por supervisionar os mercados de bolsa e de balcão organizado;
• CMN – responsável pelas diretrizes gerais a serem observadas na organização e no funcionamento do mercado de valores mobiliários e pela regulamentação das operações de investimento no Brasil; e
• Banco Central – responsável por autorizar o funcionamento das corretoras.
Segundo a Lei das Sociedades por Ações, uma empresa é considerada de capital aberto ou fechado, dependendo da admissão ou não dos valores mobiliários de sua emissão à negociação no mercado. Todas as empresas de capital aberto, como o Itaú Unibanco Holding, são registradas na CVM e estão sujeitas às exigências de divulgação de informações e apresentação de relatórios.

Exigências de divulgação

A ICVM 358/02 dispõe sobre as exigências de divulgação e de uso de informações sobre atos e fatos relevantes de companhias abertas. Considera-se relevante qualquer decisão que possa influir de modo ponderável na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários. A norma traz uma lista exemplificativa de fatos potencialmente relevantes.

Em 2009, a CVM alterou as exigências de divulgação e aprimorou a qualidade das informações que devem ser apresentadas pelos emissores de valores mobiliários, por meio do Formulário de Referência. Esse formulário baseia-se no modelo do sistema denominado pela International Organization of Securities Commission (“IOSCO”), como “shelf registration system”, que reúne todas as informações do emissor em um único documento.

Regulamentação de gestão ativos (asset management)

A regulamentação brasileira de gestão de ativos exige que os gestores de ativos tenham um registro prévio na CVM para prestarem serviços de gestão de carteiras e administração de fundos de investimento.

O Grupo Itaú Unibanco oferece diversos serviços relacionados aos mercados de capital e, especificamente, executa atividades relacionadas ao registro de fundos de investimento e gestão de carteiras de acordo com a regulamentação da CVM.

Na prestação desses serviços, nossas entidades envolvidas no negócio de gestão de ativos podem ser responsáveis, civil e administrativamente, por prejuízos resultantes de atos danosos ou de negligência na

condução de nossas atividades.

A CVM tem poderes regulatórios para supervisionar essas atividades, incluindo a aplicação de multas e outras sanções aos gestores de ativos registrados.

Regulamentação de internet e comércio eletrônico

Apesar de o Brasil não possuir ainda uma legislação ou regulamentação para as transações por internet, certos aspectos do comércio eletrônico são regulamentados como a validade dos documentos eletrônicos no Brasil e as transações do comércio eletrônico sob a ótica da defesa do consumidor. A regulamentação atual destina-se a (i) identificar com clareza o fornecedor e o produto comercializado pela internet; (ii) disponibilizar um canal de atendimento para os clientes em meio eletrônico; e (iii) garantir o direito de cancelamento e devolução dos pedidos feitos pela internet. Com relação aos produtos financeiros, a regulamentação existente trata apenas da obrigação do fornecedor do produto de informar para a instituição financeira ou a administradora do cartão de crédito que a transação não deve ser cobrada do consumidor, ou que o valor cobrado deve ser estornado. Além disso, as violações de computadores realizadas por hackers passaram a ser consideradas crime no Brasil, em 2012.

Em vista do aumento do uso de canais eletrônicos no setor bancário brasileiro, o CMN promulgou diversas resoluções ao longo dos últimos anos de forma a prever ou estabelecer:

• A permissão para a abertura, por residentes brasileiros, de contas de depósito bancário por meios eletrônicos – internet, caixas eletrônicos, telefone e outros canais de comunicação –, na qual as transferências de valores dessas contas devem ser feitas apenas entre contas do mesmo correntista ou na hipótese de liquidação de produtos de investimento e fundos de uma conta dos mesmos correntistas que possuam produtos ou fundos de investimentos;

• Os requisitos referentes à verificação da identidade do cliente;

• Todas as instituições financeiras que oferecem produtos e serviços por meios eletrônicos devem garantir a segurança, o sigilo e a confiança de todas as transações eletrônicas e divulgar, em termos claros e precisos, os riscos e as responsabilidades envolvendo o produto ou serviço adquirido por meio desses canais;

• A abertura de contas de depósito e de poupança, movimentáveis, exclusivamente, por meios eletrônicos.

Por fim, o Congresso Nacional está analisando, atualmente, projetos de lei sobre a regulamentação do uso da internet e do comércio eletrônico.

Regulamentação sobre agentes de pagamento e arranjos de pagamento

Uma nova lei brasileira, promulgada em outubro de 2013, estabeleceu a estrutura legal para “arranjos de pagamento” (ou seja, o conjunto de regras que regem um esquema de pagamento, como, por exemplo, uma operação de cartão de crédito ou débito) e para “instituições de pagamento” (ou seja, qualquer agente que emita um instrumento de pagamento ou credencia um estabelecimento para aceitação de pagamento) que passaram a fazer parte do Sistema de Pagamentos Brasileiro e estão sujeitos à autorização, regulação e supervisão pelo Banco Central. Apesar de regulamentados pelo Banco Central, as instituições de pagamento não são consideradas instituições financeiras e estão proibidas de exercer atividades que sejam exclusivas de instituições financeiras.

Em 6 de novembro de 2013, o CMN e o Banco Central publicaram um conjunto de regras referentes aos arranjos de pagamento e às instituições de pagamento, que entraram em vigor em 5 de maio de 2014. Essa regulamentação determina (i) o cumprimento das regras de proteção ao consumidor, de combate à lavagem de dinheiro e a prevenção de perdas que devem ser seguidas por todas as entidades supervisionadas pelo Banco Central quando atuarem na prestação de serviços de pagamento; (ii) os procedimentos para a constituição, organização, autorização e funcionamento das instituições de pagamento, bem como para a transferência de controle, sujeitos à aprovação prévia do Banco Central; (iii) os procedimentos para autorização dos arranjos de pagamento; (iv) as exigências de capital; (v) a definição de arranjos de pagamento excluídos

do Sistema de Pagamentos Brasileiro; (vi) as contas de pagamento que são segregadas em pré-pagas e pós-pagas; e (vii) uma exigência de liquidez para as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica (gestores de contas pré-pagas), que requer que um percentual do saldo das contas pré-pagas (20% em 2014, 40% em 2016, 60% em 2017, 80% em 2018 e 100% em 2019) seja alocado em uma conta específica no Banco Central ou investido em títulos públicos, entre outras questões.

Informações sobre desempenho de crédito

A legislação brasileira estabelece regras para a organização e a consulta de bancos de dados que compilam as informações do histórico de crédito de pessoas físicas e jurídicas. Em 20 de dezembro de 2012, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.172, por meio da qual regulamenta o fornecimento de informações do histórico de crédito por instituições financeiras para esses bancos de dados e o compartilhamento dessas informações, sujeitando o fornecimento e o compartilhamento dessas informações à solicitação ou autorização expressa do cliente.

Código de Defesa do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor brasileiro, ou CDC, estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, aplicáveis às relações dos clientes com fornecedores de produtos ou prestadores de serviços. Os tribunais superiores entendem que o CDC também se aplica às instituições financeiras.

Os direitos básicos dos consumidores que usam serviços de instituições financeiras são:

• Inversão do ônus da prova em juízo;

• As instituições financeiras devem garantir informações adequadas e claras aos diferentes produtos e serviços oferecidos, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que os produtos apresentem;

• As instituições financeiras são proibidas de fazer publicidade ou divulgar informações abusivas ou enganosas em relação aos seus contratos e serviços, bem como promover métodos comerciais impositivos ou desleais;

• As instituições financeiras são responsáveis por qualquer dano causado aos seus clientes, em decorrência de imprecisões na publicidade ou nas informações fornecidas;

• A cobrança de juros relacionados com crédito pessoal e transações de crédito direcionadas aos consumidores precisa ser proporcionalmente reduzida em caso de pagamento antecipado de dívidas;

• A cobrança de dívida não pode expor o cliente a constrangimento ou ser feita em forma de ameaça; e

• Os valores cobrados indevidamente poderão, em circunstâncias limitadas, ser devolvidos em valor equivalente ao dobro do valor pago a maior. Essa regra não se aplica aos casos de erro justificável, como falha de sistema ou erro operacional.

Regulamentação de auditores independentes

Segundo a norma do CMN que disciplina os serviços de auditoria externa prestados às instituições financeiras, as demonstrações contábeis e as informações contábeis das instituições financeiras, devem ser auditadas por auditores independentes que (i) sejam devidamente registrados na CVM, (ii) sócios e membros da equipe, com função de gerência, envolvida nos trabalhos de auditoria sejam aprovados em exame de certificação realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), e (iii) atendam às exigências que assegurem a independência do auditor.

Pelo menos, a cada cinco exercícios sociais completos, é obrigatória asubstituição do sócio de auditoria responsável e dos membros da equipe de auditoria com função de gerência. O retorno desses profissionais pode ser efetuado após decorridos três anos,contados a partir da data de sua substituição.

A norma do CMN também proíbe a contratação e a manutenção de auditores independentes por instituições financeiras no caso de (i) ocorrência de quaisquer hipóteses de impedimento ou incompatibilidade

para prestação de serviços de auditoria, previstas em normas e regulamentos da CVM, do CFC ou do Ibracon; (ii) existência de participação acionária ou operação financeira ativa ou passiva, na instituição financeira auditada, da empresa de auditoria ou de membros da equipe de auditoria, com função de gerência, envolvida no trabalho de auditoria da instituição financeira; e (iii) o pagamento de honorários com representatividade igual ou superior a 25% do faturamento anual total do auditor independente. Além disso, a instituição financeira auditada está proibida de contratar os sócios e os membros da equipe de auditoria, com função de gerência,envolvidos no trabalho de auditoria da instituição financeira nos últimos 12 meses.

O auditor independente deve elaborar, além do relatório de auditoria, os seguintes relatórios:

• Avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistema de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de risco, evidenciando as deficiências identificadas; e

• Descrição de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter reflexos relevantes nas demonstrações contábeis ou nas operações da instituição financeira auditada.

Tais relatórios, bem como os papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestação de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria deverão ficar à disposição do Banco Central, pelo prazo mínimo de cinco anos.

De acordo com a legislação brasileira, as nossas demonstrações contábeis devem ser elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Também elaboramos as nossas demonstrações contábeis de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS). Consulte Contexto, item Contexto desse relatório, Sobre nossas informações contábeis, para mais detalhes. As instituições financeiras devem ter suas demonstrações contábeis auditadas a cada seis meses. As informações contábeis trimestrais arquivadas na CVM devem ser revisadas pelos auditores independentes das instituições financeiras. A CVM requer que as empresas de capital aberto, inclusive as instituições financeiras, divulguem informações referentes à prestação, pelos auditores independentes, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa, quando a remuneração total desses serviços represente mais de 5% dos honorários pagos à empresa de auditoria externa. Essas informações devem incluir o tipo de serviço, o valor pago e o seu percentual em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, honorários e serviços dos principais auditores.

Tributação

Resumimos a seguir os principais tributos incidentes sobre as operações realizadas pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco. Esta descrição não representa uma análise abrangente de todas as considerações tributárias aplicáveis ao Grupo Itaú Unibanco. Para uma análise mais detalhada, recomendamos aos investidores em potencial que consultem os seus próprios assessores tributários.

Os principais impostos aos quais estamos sujeitos, com suas respectivas alíquotas, estão apresentados a seguir:

Imposto	Alíquota	Base de Cálculo do Tributo
IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)	15,0% mais adicional de 10,0%	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido)	15,0% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 9,0% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)	4,0% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 7,6% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
PIS (Programa de Integração Social)	0,65% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 1,65% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	2,0% a 5,0%	Preço do serviço prestado

IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) IOF/Crédito IOF/Câmbio IOF/Títulos e Valores Mobiliários IOF/Seguros	Depende do tipo de operação, conforme descrito a seguir: 0,0041% ao dia, até o limite anual de 1,5%, mais 0,38% (alíquota máxima: 1,5% ao dia mais 0,38%) zero a 6,38% (alíquota máxima: 25%) zero a 1,5% (alíquota máxima: 1,5% ao dia) zero a 7,38%\ (alíquota máxima: 25%)	Valor nominal da operação

Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

De acordo com a legislação aplicável, nosso regime de apuração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, ou “IRPJ”, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, ou “CSLL”, é o Lucro Real. De acordo com esse regime, nosso lucro tributável sobre o qual irá incidir o IRPJ e a CSLL, precisa ser ajustado por meio de adições, deduções e exclusões como, por exemplo, despesas indedutíveis, custos operacionais e equivalência patrimonial, respectivamente.

O IRPJ incide a uma alíquota básica de 15,0%, e uma adicional de 10,0% é aplicável quando o montante total do lucro do período fiscal excede R$ 20.000 ao mês ou R$ 240.000 ao ano. Em outras palavras, caso nosso lucro que exceder referido limite será tributada à uma alíquota efetiva de 25,0%.

A CSLL incide sobre o nosso lucro tributável a uma alíquota de 15,0%, específica para instituições financeiras, seguradoras e empresas similares. Certas instituições financeiras brasileiras, incluindo nossa empresa, questionam a constitucionalidade desta alíquota majorada de CSLL, já que a alíquota padrão é de 9,0%. Os valores em discussão são contabilizados na provisão para passivos fiscais em nosso balanço.

Como as demais pessoas jurídicas brasileiras, nossas empresas podem compensar os montantes históricos nominais de prejuízos fiscais, apurados em exercícios anteriores, com os resultados produzidos em exercícios futuros, a qualquer momento (isto é, sem limitações quanto às restrições temporais), desde que essa compensação não ultrapasse o limite de 30% do lucro tributável do ano da compensação. Para fins de tributação do IRPJ e da CSLL, as empresas devem considerar suas receitas auferidas no exterior e também as receitas referentes às operações brasileiras. Dessa forma, os lucros, ganhos de capital e outras receitas auferidas no exterior, pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco no Brasil, suas agências, filiais, coligadas ou subsidiárias, também serão computados para a apuração do lucro líquido dessas empresas. No entanto, a legislação brasileira nos permite deduzir do IRPJ e da CSLL devidos no Brasil os valores pagos de imposto de renda no exterior, desde que respeitados certos limites.

Contribuição para o Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Além do IRPJ e da CSLL, as pessoas jurídicas brasileiras estão sujeitas às seguintes contribuições sobre suas receitas: Contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”).

De acordo com a legislação vigente, as instituições financeiras estão sujeitas ao regime de apuração cumulativo destas contribuições. Por meio desse regime cumulativo, as instituições estão obrigadas ao recolhimento do PIS à alíquota de 0,65% e da COFINS à alíquota de 4,0%. O regime cumulativo apresenta alíquotas inferiores àquelas incidentes no regime não cumulativo, explicado a seguir, mas, em contrapartida, impede a utilização de créditos fiscais.

Algumas deduções adicionais são permitidas por lei às instituições financeiras, de forma que a base de cálculo é similar à margem de lucro. Algumas das nossas subsidiárias questionam que o PIS e a COFINS devem incidir somente sobre as receitas provenientes da venda de produtos e serviços, e não sobre as receitas das atividades financeiras e outras atividades. Os valores em discussão são contabilizados na provisão para passivos fiscais em nosso balanço. A maioria das empresas não financeiras, por outro lado, está autorizada a recolher o PIS e a COFINS de acordo com o regime não cumulativo, no qual a contribuição ao PIS incide a uma alíquota de 1,65%, e à COFINS, a uma alíquota de 7,6%. A base de cálculo é a receita bruta auferida pela entidade; entretanto, o contribuinte pode compensar créditos, calculados por meio da aplicação

das mesmas alíquotas sobre o valor pago na compra de insumos usados no processo produtivo da entidade. Atualmente, segundo o regime não cumulativo, as receitas financeiras das empresas não financeiras (com exceção das receitas decorrentes do recebimento de juros sobre o capital próprio) não estão sujeitas ao PIS e à COFINS.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS), Nota 37 – Informações Suplementares e Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos, IV) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais para mais informações sobre a Medida Provisória nº 627/13.

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") incide, em geral, sobre o preço dos serviços prestados (por exemplo, serviços bancários) e é cobrado pelo município no qual nossa agência ou escritório prestador de serviço está localizado. As alíquotas do imposto variam de 2,0%, até o máximo de 5,0%, dependendo do município em que o serviço é prestado e sua respectiva natureza.

Imposto sobre Operações Financeiras

O Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e o Imposto Sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários ("IOF") apresenta alíquotas específicas e de acordo com a operação em questão, podendo tê-las alteradas por meio de decreto do Poder Executivo (o qual pode entrar em vigor a partir da data de sua publicação), não sendo necessária uma lei ordinária promulgada pelo Congresso Nacional.

A tabela a seguir resume as principais alíquotas do IOF incidentes sobre nossas operações. Mesmo assim, notamos que o IOF é um imposto muito abrangente. Dessa forma, para uma análise mais detalhada, recomendamos que consulte os seus assessores tributários.

Tipo de Operação	Alíquotas Aplicáveis (As alíquotas podem ser mudadas por decreto promulgado pelo governo brasileiro; inclusive a alíquota máxima descrita a seguir; o decreto poderá entrar em vigor na data
Operações de Câmbio	IOF/Câmbio: zero a 6,38% (dependendo da operação) Alíquota máxima: 25%
Operações de Seguros	IOF/Seguros: zero a 7,38% Alíquota máxima: 25%
Empréstimos e Operações de Crédito	IOF/Crédito: 0,0041% (pessoas físicas e jurídicas) ao dia, até atingir o limite de 1,5%, em 365 dias, mais 0,38%
Títulos	IOF/Títulos e Valores Mobiliários: zero a 1,5% como regra geral (pode ser maior) Alíquota máxima: 1,5% ao dia
Títulos – Derivativos	IOF/Títulos e Valores Mobiliários – Derivativos: zero a 1,0%

Créditos presumidos apurados por instituições financeiras

Conforme discutido na seção Regulamentação de Basileia III, item Benefícios de créditos presumidos por instituições financeiras, as instituições podem se beneficiar de créditos presumidos calculados com base nas despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

Nossas operações (gestão de prédios administrativos e rede de agências), o banco segue toda a regulamentação estadual e federal sobre as questões ambientais. O banco Itaú atua conforme sua Política de Sustentabilidade, que prevê os seguintes direcionamentos para aspectos ambientais:

- Apoiar mecanismos de mercado e políticas internas que promovam o respeito ao meio ambiente, à qualidade de vida e à manutenção da biodiversidade;
- Desenvolver e aperfeiçoar mecanismos e políticas internas para gestão dos impactos indiretos das operações financeiras;
- Mitigar os impactos ambientais diretos de suas operações.

TI Verde

Criado em 2008, nosso Comitê de TI Verde tem o objetivo de identificar, mapear e mensurar oportunidades que levem em conta as esferas econômica, social e ambiental das áreas de TI. Com a aquisição de aparelhos mais eficientes, descarte adequado e sustentável do lixo eletrônico e aumento do uso de salas de telepresença e videoconferência, conseguimos diminuir sistematicamente o consumo de energia e a emissão de gases causadores do efeito estufa. Nossa frente de atuação também se preocupa com o descarte adequado de nosso lixo eletrônico, evitando a contaminação do solo e possibilitando a reciclagem dos materiais. Apenas em 2013, foram coletadas e descartadas de forma adequada 6,7 mil toneladas de lixo eletrônico (computadores, impressoras, monitores e outros equipamentos) vindas da administração central, dos *data centers*, das agências e do almoxarifado.

Ecoeficiência

Mantemos o foco constante na gestão e na utilização racional dos recursos naturais, estratégia que nos permite diminuir o impacto ambiental de nossas operações e aumentar nossa eficiência operacional. Por meio da utilização de equipamentos tecnológicos em nossa rede de agências e prédios administrativos, somos levados a consumir água e energia elétrica em proporções elevadas, e por isso, reduzir e otimizar esse consumo tem sido um de nossos principais objetivos. Todas as iniciativas que desenvolvemos em relação à ecoeficiência têm base em quatro pilares: (i) custos de implantação, (ii) disponibilidade no mercado, (iii) performance técnica do sistema e (iv) ganhos de ecoeficiência.

Água

Exceto pelo consumo advindo dos poços artesianos dos nossos centros de dados, apresentamos uma queda no volume de água usado em nossas operações. O consumo total continuou apresentando uma tendência para diminuição, com redução de 11,68%, em relação ao ano anterior. Mesmo com a inclusão do consumo da Rede, em 2013, o volume de água foi menor do que em 2012.

Energia

O consumo de energia do Itaú Unibanco apresentou um ligeiro aumento em 2013 (1,35%), principalmente por causa do crescimento da demanda de nossos centros de dados em nossas unidades da América Latina. Por outro lado, nossos prédios administrativos, agências e operações do IBBA reduziram esse consumo. Destacamos que em 2013 foi considerado o consumo da Rede; no entanto, mesmo com esta inclusão, o consumo de energia em nossos prédio administrativos foi 6% menor do que o ano anterior. No caso específico do IBBA, melhoramos o nosso controle de informações, o qual nos permitirá obter dados cada vez mais confiáveis sobre essa operação
Em 2013, evoluímos na elaboração do inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), que segue o protocolo GHG, utilizado mundialmente por diversas organizações para calcular a quantidade de carbono gerada em nossos processos. Adotamos medidas para reduzir, direta ou indiretamente, as emissões de GEE associadas a nossa atividade.

Geração de resíduos e efluentes

A preocupação com a ecoeficiência tem alcançado resultados mais rápidos em nossas novas instalações, como o Centro Tecnológico do Tatuapé (CAT 2) e o novo *data center* em Mogi Mirim. Ambos os prédios, receberão certificação LEED, concedida a edificações que seguem boas práticas de construção e possuem alto desempenho ambiental e energético. Nas instalações mais antigas, construídas sem as técnicas disponíveis atualmente, a modernização para atingir a ecoeficiência demanda mais planejamento, avaliação de riscos para a operação das áreas e impacto dos custos necessários.

Nos últimos anos, os principais prédios administrativos passaram por reformas para reduzir o consumo de recursos e diminuir o impacto ambiental de nossas operações. Em todas as obras que realizamos, para construção de novos prédios ou reforma dos antigos, controlamos a geração e a disposição adequada de resíduos.

No prédio que já utilizamos no Centro Tecnológico do Tatuapé (CAT), mantivemos a certificação ISO 14001, norma desenvolvida com objetivo de criar equilíbrio financeiro e redução do impacto ambiental por meio de um Sistema de Gestão Ambiental.

Esse ano, o foco da Administração Central foi aperfeiçoar o processo de captura dos dados, expandindo os controles dos resíduos gerados pelos prédios administrativos. Em comparação com 2012, reduzimos a geração de resíduos que foram enviados para aterro em aproximadamente 9%. A cobertura dos dados dos prédios da Administração Central abrange aproximadamente 89% da população. Os prédios mais representativos possuem sistema de coleta seletiva. A geração dos outros 11% foi estimada com base no número de pessoas e na vocação de cada prédio (back office, call center, negócios, private e sistemas). Em 2013, o Itaú Unibanco manteve a gestão sobre o descarte de lixo eletrônico para toda a Administração Central, Rede de Agências e Estoque.
No mesmo ano, com a entrada em vigor dos Princípios de Sustentabilidade em Seguros (PSI), a Garantec buscou aderir a esses princípios, principalmente no que diz respeito aos resíduos gerados por equipamentos ou peças substitutas. Novos prestadores logísticos também passaram a coletar um maior volume de salvados após a indenização por perda total, evitando seu descarte incorreto

Mitigação de impactos ambientais

Confira a seguir algumas iniciativas do Itaú Unibanco com foco em mitigar impactos socioambientais:

- Área Empresas: Contador de Sustentabilidade: Para cada contrato de câmbio assinado online, por meio do Itaú 30 horas, calculamos a economia do número de folhas de papel, juntamente com os gases de efeito estufa que deixaram de ser emitidos com a produção dessas folhas. A iniciativa faz com que nossos clientes tenham conhecimento do total de folhas de papel não utilizadas e seu equivalente em CO2. Entre maio de 2005 e novembro de 2013, economizamos cerca de 11,7 milhões de folhas de papel e evitamos a emissão de mais de 46,6 toneladas de CO2 na atmosfera
- Em consonância com a metodologia própria de análise do risco socioambiental do Itaú Unibanco, com base na Política Setorial de Risco Socioambiental, desenvolvemos mecanismos e ferramentas para a realização da análise de risco socioambiental de pequenas e médias empresas. A categorização setorial é realizada a partir da análise dos riscos socioambientais associados aos seus setores de atividade econômica. São avaliados critérios de sustentabilidade como: uso de energia, uso da água, lançamento de efluentes líquidos e descarte de resíduos sólidos, emissões atmosféricas e riscos para a saúde e segurança do trabalho.
- Como banco credenciado no BNDES, também, oferecemos repasses do Programa ABC (Linha Agro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) para financiar projetos que reduzam as emissões de gases de efeito estufa da agricultura, da pecuária e do desmatamento por meio da ampliação de florestas cultivadas e da recuperação de áreas degradadas. Até dezembro de 2013, havia 143 financiamentos ativos por meio do programa.
- Proposta de Abertura de Conta: Nova PAC (proposta de abertura de conta): o novo formulário reduziu em mais de 70% o número de folhas impressas por conta nova.
- Itaú Microcrédito: esse departamento não imprime formulários de avaliação de crédito durante as visitas de crédito, sendo todos os arquivos eletrônicos. Em 2013, houve economia de aproximadamente 170,000 folhas de papel graças à digitalização de documentos. Em 2013, nossos agentes de crédito usaram tablets para coletar informações de nossos clientes, engajando-os com materiais interativos, em substituição aos métodos tradicionais de marketing.
- Itaú BBA: Empréstimo ponte, fiança e financiamento de longo prazo são concedidos apenas aos projetos que estabelecem critérios consistentes para garantir o cumprimento da legislação brasileira nos aspectos de saúde e segurança ocupacional e socioambiental – como a gestão de efluentes, resíduos e emissões, a conservação do patrimônio arqueológico, o atendimento a normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e a consulta a populações afetadas. Esses critérios são acompanhados durante todo o prazo do contrato no caso de financiamento de longo prazo.
- Para o financiamento de projetos de longo prazo na modalidade Project Finance – com valor igual ou superior a US$ 10 milhões – considera-se adicionalmente o atendimento aos Princípios do Equador.
- Itaú Asset Management: contamos com uma metodologia própria para identificar riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governança corporativa e definir o valor de mercado das empresas investidas. Os fundos de renda variável com gestão ativa integram essa metodologia nos processos de avaliação de seus investimentos. Um resultado desfavorável não implica, necessariamente, a exclusão de setores ou de empresas, mas nos permitem identificar lacunas que são encaminhadas conforme definidas pela governança de sustentabilidade

- O Fundo Itaú Ecomudança – os fundos (DI ou renda fixa) da família Ecomudança revertem 30% de sua taxa de administração a projetos de organizações sem fins lucrativos (ONGs), que têm como objetivo reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). De 2009 a 2013, o Programa reverteu aproximadamente R$ 3 milhões, beneficiando 18 entidades de 13 estados brasileiros que atuam nas áreas de eficiência energética, energias renováveis, manejo de resíduos, recuperação de florestas nativas ou redução de desmatamento.
- Financiamento imobiliário: propomos a aplicação de três questionários que abordam aspectos socioambientais da empresa, do empreendimento e do terreno. São solicitadas informações como histórico do terreno e vizinhança (se no local existiu indústria, posto de gasolina, lixão, ferro velho ou já foram descartados efluentes líquidos) e se há corpos hídricos ou vegetação no local. Os resultados são mensurados, e, se identificado algum risco financeiro, ambiental ou de imagem para o banco, a operação é submetida à análise das áreas responsáveis.
- Seguros: Para implantação dos critérios PSI, atuaremos na identificação e aplicação dos critérios ASG em nossa carteira de produtos – Empresarial, Riscos Diversos (RD), Riscos de Engenharia, Vida em Grupo (VG) e Acidentes Pessoais Coletivos (APC) – sempre considerando as especificidades de cada modalidade.
- Crédito ao consumidor: Contamos com o Cartão de Crédito Itaucard Ipiranga Carbono Zero, em que parte do faturamento proveniente do abastecimento de veículos nos Postos Ipiranga é reinvestida em reflorestamento – neutralizando o dobro das emissões de gás carbônico que seriam emitidas com aquele combustível.
- Compras: Em nosso relacionamento com os fornecedores, buscamos contratar aqueles que sejam alinhados com a geração de valor para o banco e a sociedade, assim como garantir o emprego das melhores práticas socioambientais em toda a cadeia produtiva. Por meio de uma estrutura integrada para seleção de fornecedores, escolhemos empresas que tenham foco na mitigação de seus impactos ambientais e sociais, que cumpram a legislação vigente em relação às questões trabalhistas e ambientais e que respeitem os direitos humanos.
- Solicitação Eletrônica de Extratos: Em 2013, aproximadamente 54% das solicitações de extratos de contas, por nossos clientes, foram feitas por meio eletrônico, um crescimento de 6% comparado ao ano anterior.
- Projeto para Redução de Consumo de Papel: Desenvolvemos projetos para redução do uso de papel em muitos de nossos processos internos. A meta dessa iniciativa é melhorar os procedimentos operacionais, buscando o uso mais eficiente do papel, cujo resultado foi a economia de mais de 1,8 milhões de folhas de papel em 2013.

Investimentos ambientais

Em 2013, investimos R$ 82.897.679,2 em proteção ambiental, dos quais R$ 30.011.023,86 foram destinados à disposição de resíduos e à mitigação de emissões e R$ 52.886.655,36 foram gastos com prevenção e gestão ambiental. No mesmo ano, firmamos um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – Fusp e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb, com o objetivo de estabelecer medidas de compensação ambientais, gerenciar área contaminada e recompor vegetação de uma área de preservação permanente (APP), relacionada ao Centro Administrativo Raposo. Comprometemo-nos a pagar R$ 1 milhão, que será revertido para projeto ambiental de iniciativa da Fusp. Para gerenciar a área contaminada e recompor a vegetação, investimos, até o momento, R$ 856.188,38.

Investimentos em disposição de resíduos, tratamento de emissões, prevenção e gestão ambiental (em mil reais)	**2011**	**2012**	**2013**
Disposição de resíduos e tratamento de emissões			
Tratamento e disposição de resíduos	344,30	1.555,94	1.639,86[1]
Tratamento de emissões	6.032,09	10.737,18	28.369,57
Despesas com compra e uso de certificados de emissões[2]	-	20,79	1,58[3]
Subtotal	6.376,39	12.313,90	30.011,02
Prevenção e gestão ambiental			
Serviços externos de gestão ambiental	208,60	-	16,91

Certificação externa de sistema de gestão	25,15	7,26	8,50[4]
Pessoal para atividades gerais e gestão ambiental	20,00	20,00	20,00
Despesas extras para instalar tecnologias mais limpas[5]	756,75	286.338,67	52.608,88[6]
Outros custos de gestão ambiental	-	1.097,63	232,35[7]
Subtotal	1.010,49	287.463,56	52.886,65
Total	7.386,89	299.777,46	82.897,67

1 O valor apresentado inclui investimentos em gestão de resíduos.
2 Despesas com compra e uso de certificados de emissão: redução gerada pela não realização do evento de premiação do Programa de Finanças Sustentáveis em 2013.
3 Custo total para a obtenção do selo *Carbon Free*, referente ao projeto Ciclo Apimec Itaú Unibanco 2013 (São Paulo).
4 Recertificação ISO 14001 do Centro Administrativo Tatuapé.
5 Despesas extras para instalar tecnologias mais limpas.
6 Gastos referem-se à certificação LEED das novas construções (*data center* e Prédio CAT 2) e a projetos de eficiência energética e de consumo de água.
7 Campanha de Comunicação ISO 14001 e laudos operacionais relativos à certificação.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As marcas mais relevantes do emissor ou de suas controladas e que são usadas na condução de suas atividades são “ITAÚ”, “ITAÚ PERSONNALITÉ”; “UNICLASS”; “ITAÚ BBA”; “ITAUCARD”; “HIPERCARD”; “UNIBANCO”, “ITAÚ UNIBANCO” e “GARANTEC”. Referidas marcas estão depositadas ou registradas perante o INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes no Brasil, e perante os órgãos registrais equivalentes no exterior, nos ramos de atividade em que o emissor e suas controladas atuam, conforme indicado no item 9.1 (b).

Ainda, em 28.10.2008, o INPI reconheceu o alto renome da marca “ITAÚ”, pois referida marca é amplamente conhecida pelo público em geral, em especial por sua tradição, boa imagem, qualidade e confiança que os produtos e/ou serviços por ela assinalados inspiram nos consumidores. Com esta decisão do INPI, a marca “ITAÚ” passou a ter proteção especial em todos os ramos de atividade.

Acreditamos que as marcas do emissor e de suas controladas têm papel importante na condução de nossas atividades e implementamos uma política de proteção de nossas marcas envolvendo, inclusive, o depósito de novas marcas e a prorrogação das marcas em vigor. Além das marcas e patentes relevantes registradas no Brasil e no exterior, cujos detalhes estão listados no item 9.1 (b), o emissor e suas controladas são titulares de diversos pedidos de registro e registro de marcas. Consideramos que a possibilidade de eventual perda das marcas referidas acima é muito remota.

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar : a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor; b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor; c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não existem receitas relevantes na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil.

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Não existem receitas relevantes do emissor provenientes de outros países que não o Brasil.

7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Todas as relações de longo prazo que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional já foram comentadas nos demais itens deste formulário.

Lançamos o Relatório Anual Consolidado 2013, iniciativa inédita no Brasil. Visando dar ainda mais transparência e facilitar a prestação de contas aos diferentes stakeholders, o Itaú Unibanco reuniu este ano o Relatório Anual (contendo indicadores de sustentabilidade no padrão do Global Reporting Initiative), o Formulário 20-F e o Relatório de Dívida em um só documento. Pela terceira vez consecutiva, o relatório é disponibilizado em meio eletrônico, hospedado em um site exclusivo para o conteúdo. O relatório tem como objetivo aumentar cada vez mais a consistência, coerência e uniformidade das informações divulgadas em seu Relatório Anual Consolidado, que é submetido à Certificação SOX, garantindo mecanismos de controle e segurança confiáveis para sua elaboração. O site www.itau.com.br/relatorio-anual criado especialmente para hospedá-lo, é uma importante ferramenta dentro dessa governança, uma vez que permite uma maior mobilidade e propagação entre nossos stakeholders.

O Relato Integrado é uma nova abordagem de comunicação que conecta as informações mais relevantes da organização, correlacionando os resultados, as atividades operacionais, as estratégias de negócio e os diferentes tipos de capitais (humano, financeiro, intelectual, manufaturado, natural e social e de relacionamento). O objetivo é apresentar aos diversos públicos de interesses informações e estratégias que permitam uma análise mais precisa no curto, médio e longo prazo. Além disso, o Relato Integrado é e será uma ferramenta para avaliar a capacidade de geração de valor das organizações, identificar os principais pontos estratégicos e antecipar riscos e oportunidades nos negócios.

Como integrante do Comitê Internacional para Relatos Integrados (IIRC), participamos da construção do modelo por meio dos grupos de trabalho e assim melhoramos cada vez mais o processo de comunicação e informação ao mercado. No Brasil, o Itaú Unibanco participa da Comissão Brasileira de Acompanhamento do IIRC, que reúne empresas de capital aberto de diversos setores e conta com a colaboração de áreas ligadas à finanças, relações com investidores, sustentabilidade e comunicação a fim de possibilitar que todos participem ativamente da elaboração do modelo deste documento. O relato é parte integrante do Relatório Anual Consolidado 2013 e está disponível no site www.itau.com.br/relatorio-anual.

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações que influenciaram de maneira relevante o desempenho do emissor já foram comentadas nos demais subitens.

ITEM 8 – GRUPO ECONÔMICO

8.1 – Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos

Controladores Diretos
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.
Controladores Indiretos
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho
Alfredo Egydio Nugent Setubal
Alfredo Egydio Setubal
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela
Beatriz de Mattos Setubal da Fonseca
Bruno Rizzo Setubal
Camila Setubal Lenz Cesar
Carolina Marinho Lutz Setubal
Cia. E.Jonhston de Participações
Companhia ESA
Fernando Roberto Moreira Salles
Fernando Setubal Souza e Silva
Gabriel de Mattos Setubal
Guilherme Setubal Souza e Silva
João Moreira Salles
José Luiz Egydio Setubal
Julia Guidon Setubal
Luiza Rizzo Setubal Kairalla
Marcelo Ribeiro do Valle Setubal
Maria Alice Setubal
Maria de Lourdes Egydio Villela
Mariana Lucas Setubal
Marina Nugent Setubal
O.E. Setubal S.A.
Olavo Egydio Setubal Júnior
Olavo Egydio Mutarelli Setubal
Patrícia Ribeiro do Valle Setubal
Paula Lucas Setubal
Paulo Egydio Setubal
Paulo Setubal Neto
Pedro Moreira Salles
Ricardo Egydio Setubal
Ricardo Villela Marino
Roberto Egydio Setubal
Rodolfo Villela Marino
Rudric ITH S.A.
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira
Walther Moreira Salles Júnior

b) controladas e coligadas

c) participações do emissor em sociedades do grupo

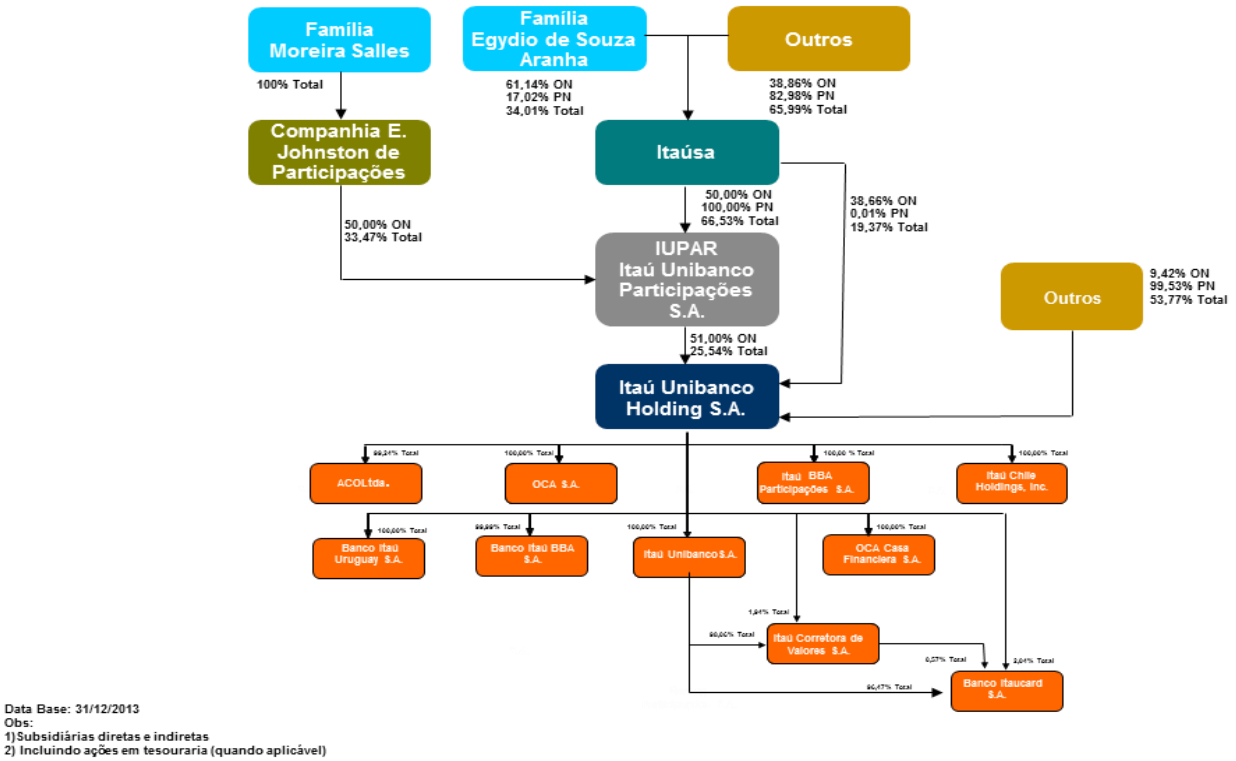
d) participações de sociedades do grupo no emissor

e) sociedades sob controle comum

A tabela abaixo refere-se às alineas "b" e "e" acima:

Denominação social	Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)	Controlada ou Coligada
No país			Controlada
Itaú Unibanco S.A.	100,00	100,00	Controlada
Banco Itaú BBA S.A.	99,99	99,99	Controlada
Banco Itaucard S.A.	1,51	2,04	Controlada
Itaú BBA Participações S.A.	100,00	100,00	Controlada
Itaú Corretora de Valores S.A.	-	1,94	Controlada
Itaú Seguros S.A.	-	0,00	Controlada
Itaú Soluções Previdenciárias Ltda.	0,00	0,00	Controlada
Itaubank Asset Management Ltda.	0,00	0,00	Controlada
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	0,00	0,00	Controlada
Kinea Private Equity Investimentos S.A.	0,00	0,00	Controlada
Unibanco Negócios Imobiliarios Ltda.	0,00	0,00	Controlada
No exterior			
Itaú Chile Holdings, Inc.	100,00	100,00	Controlada
Banco Itaú Uruguay S.A.	100,00	100,00	Controlada
Oca S.A.	100,00	100,00	Controlada
Oca Casa Financiera S.A.	100,00	100,00	Controlada
Aco Ltda.	99,24	99,24	Controlada
Topaz Holding Ltd.	0,00	0,00	Controlada

8.2 Caso o emissor deseje, inserir organograma do grupo econômico em que se insere o emissor, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1



Data Base: 31/12/2013
Obs:
1)Subsidiárias diretas e indiretas
2) Incluindo ações em tesouraria (quando aplicável)

8.3. Descrever as operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, ocorridas no grupo

Os itens 6.5 e 6.7 deste Formulário de Referência contêm as informações pertinentes aos eventos societários do emissor.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

ITEM 9 – ATIVOS RELEVANTES

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:

a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

Somos proprietários de nossos principais escritórios localizados na cidade de São Paulo (Brasil), bem como em vários outros prédios administrativos. Os principais escritórios e atividades realizadas em cada um deles são:

• Centro Empresarial Itaú Unibanco, localizado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, São Paulo – sede, departamento comercial, atividades de suporte e principais áreas administrativas, com área total de 139.547 m²;

• Centro Administrativo Tatuapé, localizado na Rua Santa Virgínia/Rua Santa Catarina, 299, São Paulo – centro administrativo, com área total de 39.787 m²;

• Centro Tecnológico, localizado na Avenida do Estado, 5.533, São Paulo – centro de processamento de dados, com área total de 70.255 m²;

• Nossos escritórios alugados, localizados na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º ao 12º andar, São Paulo, com área total de 15.301 m²; na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 7815, Torre I – 3º ao 13º andar, Torre II – 5 º andar, São Paulo, com área total de 16.799 m²; e na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3,311, 1º ao 3º andar, 13º. e 14º andares, com área total de 3.357 m² – atividades do banco de atacado e de investimento;

• Centro Administrativo Raposo, localizado na Rua João Moreira Sales, 130, Jardim Monte Alegre, São Paulo – centro administrativo e centro de processamento de dados, com área total de 34.436 m²;

• Centro Administrativo Pinheiros, localizado na Avenida Eusébio Matoso, 891, Pinheiros, São Paulo – centro administrativo, com área total de 21.163 m²;

• Centro Administrativo Patriarca, localizado na Praça do Patriarca, 30 / Rua Direita, 250, São Paulo – centro administrativo, com área total de 14.698 m²;

• Centro Administrativo Brigadeiro, localizado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1807, 1813, 1827, 1853, São Paulo – centro administrativo, com área total de 21.350 m²;

• Centro Administrativo ITM, localizado na Avenida Engenheiro Roberto Zuccollo, 555, São Paulo – centro administrativo, com área total de 39.979 m².

Alugamos também parte dos nossos escritórios administrativos, e a maioria das nossas agências, por preços competitivos, de terceiros e mediante contratos de aluguel renováveis, com prazos de vencimento desde o primeiro semestre de 2013 (que estão sendo renovados com condições semelhantes) até o quarto trimestre de 2032. Em 31 de dezembro de 2013, também éramos proprietários de 13% dos nossos escritórios da administração central e agências (inclusive postos de atendimento bancário, caixas eletrônicos e estacionamentos) e alugamos os outros 87%.

Adicionalmente, em 27 de janeiro de 2012, anunciamos a construção de um novo data center no Estado de São Paulo.

9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Centro Empresarial Itau Unibanco	Brasil	SP	São Paulo	Próprio
Data Center	Brasil	SP	Mogi Mirim	Próprio
Centro Administrativo Tatuapé	Brasil	SP	São Paulo	Próprio
Centro Tecnológico	Brasil	SP	São Paulo	Próprio
Banco de Atacado e Investimento	Brasil	SP	São Paulo	Alugado
Centro Administrativo Raposo	Brasil	SP	São Paulo	Próprio
Centro Administrativo Pinheiros	Brasil	SP	São Paulo	Próprio
Centro Administrativo Patriarca	Brasil	SP	São Paulo	Próprio

9.1 b - Bens do ativo não circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração			Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	ITAÚ	Brasil	05/10/2004	a	05/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	05/10/2004	a	05/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	11/03/2008	a	11/03/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	11/03/2008	a	11/03/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	03/07/2007	a	03/07/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	22/05/2007	a	22/05/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	10/02/2009	a	10/02/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	22/01/2008	a	22/01/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	18/05/2004	a	18/05/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	25/07/1975	a	25/07/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	21/09/1993	a	21/09/2013	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	10/02/2009	a	10/02/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	06/10/1987	a	06/10/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Brasil	24/04/1984	a	24/04/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Brasil	03/07/2007	a	03/07/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Brasil	03/07/2007	a	03/07/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Brasil	28/04/2009	a	28/04/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	PERSONNALITÉ	Brasil	21/09/1999	a	21/09/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	PERSONNALITÉ	Brasil	19/04/2005	a	19/04/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNICLASS	Brasil	05/10/1999	a	05/10/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNICLASS	Brasil	10/05/2011	a	10/05/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNICLASS	Brasil	10/05/2011	a	10/05/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Brasil	01/04/2008	a	01/04/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Brasil	31/07/2012	a	31/07/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Brasil	21/01/2011	a	25/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAUCARD	Brasil	07/08/2012	a	07/08/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAUCARD	Brasil	22/07/2008	a	22/07/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAUCARD	Brasil	24/10/1989	a	24/10/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	HIPERCARD	Brasil	01/09/1992	a	01/09/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	HIPERCARD	Brasil	15/01/2013	a	15/01/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	HIPERCARD	Brasil	15/01/2013	a	15/01/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	HIPERCARD	Brasil	15/01/2013	a	15/01/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	29/06/1999	a	29/06/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	05/10/1999	a	05/10/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	25/01/1980	a	25/01/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	25/01/1980	a	25/01/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	13/10/1981	a	13/10/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	24/10/1995	a	24/10/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	13/02/2007	a	13/02/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	10/06/1980	a	10/06/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	10/06/1980	a	10/06/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	10/06/1980	a	10/06/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	10/06/1980	a	10/06/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	09/11/1993	a	09/11/2013	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	09/11/1993	a	09/11/2013	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	10/10/1977	a	10/10/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Brasil	25/01/1980	a	25/01/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

Marca	UNIBANCO	Brasil	25/01/1980	a	25/01/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	GARANTEC	Brasil	11/03/2014	a	11/03/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	GARANTEC	Brasil	11/03/2014	a	11/03/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	GARANTEC	Brasil	11/03/2014	a	11/03/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	GARANTEC	Brasil	11/03/2014	a	11/03/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Alemanha	26/05/1982	a	30/11/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Alemanha	23/04/2007	a	07/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Alemanha	23/04/2007	a	07/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Alemanha	15/11/2004	a	04/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Alemanha	09/01/2008	a	29/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Alemanha	09/01/2008	a	29/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAU	Arabia Saudita	09/05/2012	a	20/10/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAU	Arabia Saudita	07/01/2013	a	20/10/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAU	Arabia Saudita	11/08/2012	a	20/10/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAU BBA	Arabia Saudita	03/04/2013	a	20/10/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAU BBA	Arabia Saudita	03/04/2013	a	20/10/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAU BBA	Arabia Saudita	09/05/2012	a	20/10/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Argentina	29/03/2007	a	29/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Argentina	29/03/2007	a	29/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Argentina	29/03/2007	a	29/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Argentina	29/03/2007	a	29/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Argentina	07/04/2009	a	07/04/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Argentina	16/03/2007	a	16/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Argentina	16/03/2007	a	16/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Argentina	12/06/2007	a	12/06/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Argentina	30/11/2007	a	30/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Argentina	30/11/2007	a	30/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Argentina	22/10/2008	a	22/10/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Aruba	13/02/2007	a	11/01/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Aruba	13/02/2007	a	11/01/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Aruba	13/02/2007	a	11/01/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Aruba	20/01/2005	a	09/08/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Aruba	19/11/2007	a	24/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Aruba	19/11/2007	a	24/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Austrália	15/08/2011	a	15/08/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Austrália	15/08/2011	a	15/08/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Austrália	15/08/2011	a	15/08/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Austrália	15/08/2011	a	15/08/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Austria	13/06/2013	a	13/06/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Austria	13/06/2013	a	13/06/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Austria	13/06/2013	a	13/06/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Austria	13/06/2013	a	13/06/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Austria	13/06/2013	a	13/06/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Austria	13/06/2013	a	13/06/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Barbados	22/12/1999	a	22/12/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Barbados	27/04/2011	a	27/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Barbados	27/04/2011	a	27/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Barbados	21/02/2006	a	21/02/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Barbados	27/07/2012	a	27/07/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Barbados	27/07/2012	a	27/07/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

Marca	ITAÚ	Bareine	12/12/2002	a	12/12/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Bareine	05/07/2007	a	05/07/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Bareine	05/07/2007	a	05/07/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Bareine	04/06/2005	a	04/06/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Bareine	28/08/2007	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Benelux (Bélgica, Holanda, Luxemburgo)	01/04/2005	a	01/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Benelux (Bélgica, Holanda, Luxemburgo)	08/11/2007	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Benelux (Bélgica, Holanda, Luxemburgo)	08/11/2007	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Benelux (Bélgica, Holanda, Luxemburgo)	08/10/2001	a	08/10/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Benelux (Bélgica, Holanda, Luxemburgo)	07/02/2007	a	03/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Benelux (Bélgica, Holanda, Luxemburgo)	07/02/2007	a	03/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Benelux (Bélgica, Holanda, Luxemburgo)	07/02/2007	a	03/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Bolívia	24/10/1986	a	24/10/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Bolívia	19/11/2007	a	19/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Bolívia	20/11/2007	a	20/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Bolívia	27/09/2005	a	27/09/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Bolívia	08/05/2008	a	08/05/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Bolívia	06/05/2008	a	06/05/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Bolívia	15/01/1998	a	15/01/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Canadá	17/06/1983	a	17/06/2028	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Canadá	04/11/2011	a	04/11/2026	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Canadá	04/11/2011	a	04/11/2026	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Canadá	04/11/2011	a	04/11/2026	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Canadá	04/11/2011	a	04/11/2026	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Canadá	03/11/2011	a	03/11/2026	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Catar	11/04/2013	a	07/03/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Catar	11/04/2013	a	07/03/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Catar	11/04/2013	a	07/03/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Catar	11/04/2013	a	07/03/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Catar	11/04/2013	a	07/03/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Catar	11/04/2013	a	07/03/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Chile	02/02/1994	a	20/04/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Chile	31/01/2007	a	31/01/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Chile	24/04/2007	a	24/04/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Chile	06/11/2006	a	06/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Chile	06/11/2006	a	06/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Chile	31/01/2007	a	31/01/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Chile	24/04/2007	a	24/04/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Chile	24/04/2007	a	24/04/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Chile	31/01/2007	a	31/01/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Chile	24/04/2007	a	24/04/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Chile	31/01/2007	a	31/01/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Chile	24/04/2007	a	24/04/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Chile	25/03/2008	a	25/03/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

Marca	ITAÚ BBA	Chile	25/03/2008	a	25/03/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Chile	21/09/2007	a	21/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Chile	21/09/2007	a	21/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Chile	21/09/2007	a	21/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Chile	21/09/2007	a	21/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Chile	10/07/2007	a	10/07/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Chile	27/07/2007	a	27/07/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Chile	23/06/1981	a	16/05/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	China	14/01/2010	a	14/01/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	China	14/01/2010	a	14/01/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	China	14/01/2010	a	14/01/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	China	28/07/2011	a	28/07/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	China	14/05/2012	a	13/05/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	China	14/05/2012	a	13/05/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	China	14/05/2012	a	13/05/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	China	14/05/2012	a	13/05/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	China	07/04/2013	a	06/04/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	China	07/04/2013	a	06/04/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	China	07/09/2007	a	07/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	China	07/06/2009	a	07/06/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	China	07/03/2012	a	06/03/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	China	07/03/2012	a	06/03/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	China	14/05/2012	a	13/05/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	China	14/05/2012	a	13/05/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	China	14/05/2012	a	13/05/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	China	14/05/2012	a	13/05/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ UNIBANCO	China	07/04/2013	a	06/04/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Cingapura	19/01/1982	a	19/01/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Cingapura	15/11/2006	a	15/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Cingapura	15/11/2006	a	15/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Cingapura	19/10/2004	a	19/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Cingapura	27/08/2007	a	27/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Colômbia	27/09/1993	a	27/09/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Colômbia	29/09/2011	a	29/09/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Colômbia	29/09/2011	a	29/09/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Colômbia	29/09/2011	a	29/09/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Colômbia	29/09/2011	a	29/09/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Colômbia	29/09/2011	a	29/09/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Colômbia	13/12/1996	a	13/12/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Coréia do Sul	29/03/2012	a	29/03/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Coréia do Sul	29/03/2012	a	29/03/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Coréia do Sul	29/03/2012	a	29/03/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Coréia do Sul	05/10/2011	a	05/10/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Coréia do Sul	05/10/2011	a	05/10/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Coréia do Sul	05/10/2011	a	05/10/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Costa Rica	03/08/1988	a	03/08/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Costa Rica	26/06/2008	a	26/06/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Costa Rica	18/01/2008	a	18/01/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Costa Rica	23/03/2007	a	23/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Costa Rica	02/02/2009	a	02/02/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

Marca	ITAÚ BBA	Costa Rica	08/12/2009	a	08/12/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Cuba	24/07/2005	a	24/07/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Cuba	25/08/2008	a	22/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Cuba	25/08/2008	a	22/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Cuba	02/02/2005	a	02/02/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Cuba	25/09/2008	a	14/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Cuba	25/09/2008	a	14/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Dinamarca	14/12/2011	a	14/12/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Dinamarca	14/12/2011	a	14/12/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Dinamarca	14/12/2011	a	14/12/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Dinamarca	14/12/2011	a	14/12/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Dinamarca	14/12/2011	a	14/12/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Dinamarca	14/12/2011	a	14/12/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	El Salvador	31/03/2005	a	31/03/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	El Salvador	29/11/2007	a	29/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	El Salvador	30/01/2008	a	30/01/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	El Salvador	05/12/2005	a	05/12/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	El Salvador	05/06/2008	a	05/06/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	El Salvador	24/06/2008	a	24/06/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Emirados Árabes Unidos	13/01/2011	a	13/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Emirados Árabes Unidos	13/05/2013	a	13/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Emirados Árabes Unidos	13/05/2013	a	13/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Emirados Árabes Unidos	08/01/2012	a	13/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Emirados Árabes Unidos	08/01/2012	a	13/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Emirados Árabes Unidos	13/05/2013	a	13/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Equador	20/01/1996	a	20/01/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Equador	18/09/2007	a	18/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Equador	18/09/2007	a	18/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Equador	28/09/2005	a	28/09/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Equador	02/01/2008	a	02/01/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Equador	02/01/2008	a	02/01/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Espanha	17/03/2008	a	17/07/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Espanha	17/03/2008	a	17/07/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Espanha	16/04/2012	a	03/01/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Espanha	07/07/2006	a	03/12/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Espanha	18/02/2008	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Espanha	19/02/2008	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Estados Unidos da América	15/06/1982	a	15/06/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Estados Unidos da América	21/01/2003	a	21/01/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Estados Unidos da América	22/06/2010	a	22/06/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Estados Unidos da América	29/06/2010	a	29/06/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Estados Unidos da América	12/01/2010	a	12/01/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Estados Unidos da América	11/10/2011	a	11/10/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Estados Unidos da América	11/10/2011	a	11/10/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Estados Unidos da América	15/11/2011	a	15/11/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Estados Unidos da América	15/11/2011	a	15/11/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Estados Unidos da América	15/11/2011	a	15/11/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Finlândia	31/05/2007	a	31/05/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Finlândia	31/05/2007	a	31/05/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Finlândia	31/05/2007	a	31/05/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

Marca	ITAÚ BBA	Finlândia	29/07/2005	a	29/07/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Finlândia	14/03/2008	a	14/03/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Finlândia	14/03/2008	a	14/03/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	França	05/08/1991	a	05/08/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	França	09/03/2007	a	09/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	França	06/03/2007	a	06/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	França	04/10/2004	a	04/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	França	27/08/2007	a	27/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	França	27/08/2007	a	27/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	França	22/07/1982	a	22/07/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Guatemala	05/06/1987	a	04/06/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Guatemala	19/09/2007	a	18/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Guatemala	19/09/2007	a	18/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Guatemala	20/09/2005	a	20/09/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Guatemala	10/06/2010	a	09/06/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Guatemala	25/04/2010	a	25/04/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Guiana	04/05/2002	a	04/05/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Guiana	17/08/2007	a	07/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Guiana	17/08/2007	a	07/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Guiana	02/10/2004	a	02/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Guiana	18/01/2008	a	29/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Haiti	27/12/1985	a	27/12/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Haiti	10/10/2007	a	10/10/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Haiti	10/10/2007	a	10/10/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Haiti	08/06/2005	a	08/06/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Haiti	07/03/2008	a	07/03/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Haiti	07/03/2008	a	07/03/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Honduras	14/03/1988	a	14/03/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Honduras	31/07/2008	a	31/07/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Honduras	31/07/2008	a	31/07/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Honduras	25/11/2005	a	25/11/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Honduras	16/05/2008	a	16/05/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Honduras	16/05/2008	a	16/05/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Hong Kong	20/06/1984	a	10/11/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Hong Kong	01/11/2006	a	01/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Hong Kong	01/11/2006	a	01/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Hong Kong	10/06/2004	a	10/06/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Hong Kong	27/08/2007	a	27/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Hong Kong	05/01/2011	a	05/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Hong Kong	05/01/2011	a	05/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Ilhas Cayman	27/01/2011	a	12/09/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Ilhas Cayman	27/01/2011	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Ilhas Cayman	27/01/2011	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Ilhas Cayman	27/01/2011	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Ilhas Cayman	24/01/2012	a	31/10/2013	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Ilhas Cayman	24/01/2012	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Ilhas Cayman	24/01/2012	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Ilhas Cayman	04/10/1995	a	28/10/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Irlanda	01/11/2006	a	01/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Irlanda	01/11/2006	a	01/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

Marca	ITAÚ	Irlanda	19/01/2011	a	19/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Irlanda	19/01/2011	a	19/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Irlanda	01/10/2004	a	01/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Irlanda	28/08/2007	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Irlanda	19/01/2011	a	19/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Irlanda	19/01/2011	a	19/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Israel	05/03/2013	a	23/06/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Israel	05/03/2013	a	23/06/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Israel	05/03/2013	a	23/06/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Israel	05/05/2013	a	04/10/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Israel	05/05/2013	a	04/10/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Israel	05/05/2013	a	04/10/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Itália	12/01/2010	a	13/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Itália	12/01/2010	a	13/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Itália	12/01/2010	a	13/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Itália	17/03/2008	a	14/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Itália	03/06/2010	a	21/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Itália	03/06/2010	a	11/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Jamaica	24/01/2007	a	14/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Jamaica	14/01/2008	a	30/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Jamaica	03/04/2013	a	23/08/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Jamaica	12/01/2006	a	03/02/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Jamaica	06/10/2008	a	25/10/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Jamaica	06/10/2008	a	25/10/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Japão	30/10/2009	a	30/10/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Japão	30/10/2009	a	30/10/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Japão	30/10/2009	a	30/10/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Japão	20/07/2012	a	20/07/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Japão	21/04/2006	a	21/04/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Japão	14/08/2009	a	14/08/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Japão	14/08/2009	a	14/08/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ UNIBANCO	Japão	20/07/2012	a	20/07/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Japão	20/07/2012	a	20/07/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Kuwait	12/01/2011	a	11/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Kuwait	12/01/2011	a	11/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Macau	03/02/1992	a	03/02/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Macau	05/10/2007	a	05/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Macau	05/10/2007	a	05/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Macau	08/06/2005	a	08/06/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Macau	25/02/2008	a	25/02/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Macau	25/02/2008	a	25/02/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	HIPERCARD	México	09/10/2008	a	22/08/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	HIPERCARD	México	05/03/2012	a	19/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	HIPERCARD	México	05/03/2012	a	19/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	México	01/06/1987	a	14/03/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	México	16/07/2007	a	11/05/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	México	16/07/2007	a	11/05/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAUCARD	México	27/06/2012	a	26/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	México	12/05/2006	a	15/12/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	México	25/11/2009	a	05/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

Marca	ITAÚ BBA	México	25/11/2009	a	05/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	México	28/07/2008	a	26/06/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	México	22/10/2008	a	25/08/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ UNIBANCO	México	10/04/2013	a	19/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Nicarágua	16/05/1986	a	16/05/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Nicarágua	21/11/2007	a	20/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Nicarágua	08/01/2008	a	08/01/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Nicarágua	15/02/2006	a	15/02/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Nicarágua	14/04/2009	a	14/04/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Nicarágua	05/03/2009	a	05/03/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Noruega	02/04/2007	a	02/04/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Noruega	02/04/2007	a	02/04/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Noruega	02/04/2007	a	02/04/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Noruega	15/12/2005	a	15/12/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Noruega	14/04/2008	a	14/04/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Noruega	14/04/2008	a	14/04/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Nova Zelândia	23/02/2012	a	13/08/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Nova Zelândia	23/02/2012	a	23/08/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Nova Zelândia	28/04/2012	a	23/08/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Nova Zelândia	28/04/2012	a	23/08/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Panamá	16/07/1986	a	16/07/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Panamá	11/04/2008	a	22/05/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Panamá	11/04/2008	a	22/05/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Panamá	14/02/2006	a	31/03/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Panamá	30/07/2008	a	19/10/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Panamá	30/07/2008	a	19/10/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Panamá	11/01/1999	a	20/01/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Panamá	07/01/1998	a	22/08/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Panamá	12/01/1999	a	20/01/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Paraguai	16/04/1998	a	16/04/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Paraguai	21/10/2008	a	21/10/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Paraguai	21/10/2008	a	21/10/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Paraguai	03/11/2010	a	03/11/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Paraguai	23/12/2008	a	23/12/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Paraguai	12/11/2008	a	12/11/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Paraguai	13/12/2011	a	13/12/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Paraguai	15/12/2011	a	15/12/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Paraguai	15/12/2011	a	15/12/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Paraguai	26/11/1996	a	26/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Paraguai	25/11/1996	a	25/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Paraguai	26/11/1996	a	26/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNICLASS	Paraguai	21/09/2011	a	21/09/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ UNIBANCO	Paraguai	14/082013	a	14/08/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ UNIBANCO	Paraguai	14/082013	a	14/08/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Peru	28/08/2002	a	23/12/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Peru	28/11/2007	a	28/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Peru	28/11/2007	a	28/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Peru	24/10/2011	a	24/10/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Peru	05/07/2006	a	05/07/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Peru	16/01/2007	a	16/01/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

Marca	ITAÚ BBA	Peru	25/07/2006	a	25/07/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Portugal	10/10/1988	a	10/10/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Portugal	18/06/2007	a	18/06/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Portugal	21/11/2007	a	21/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Portugal	30/11/2005	a	30/11/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Portugal	30/11/2007	a	30/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Portugal	04/12/2007	a	04/12//2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Reino Unido	07/12/1990	a	12/09/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Reino Unido	17/08/2007	a	07/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Reino Unido	17/08/2007	a	07/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Reino Unido	22/07/2011	a	11/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Reino Unido	08/07/2011	a	04/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Reino Unido	05/08/2011	a	05/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Reino Unido	08/12/2006	a	02/10/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Reino Unido	18/01/2008	a	29/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Reino Unido	24/06/2011	a	11/01/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Reino Unido	29/07/2011	a	22/03/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Reino Unido	08/02/1991	a	28/10/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	República Dominicana	30/01/1986	a	30/01/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	República Dominicana	30/05/2007	a	30/05/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	República Dominicana	30/05/2007	a	30/05/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	República Dominicana	15/03/2007	a	15/03/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	República Dominicana	29/11/2007	a	29/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	República Dominicana	29/11/2007	a	29/11/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Suécia	25/11/2011	a	25/11/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Suécia	25/11/2011	a	25/11/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Suécia	25/11/2011	a	25/11/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Suécia	25/11/2011	a	25/11/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Suécia	25/11/2011	a	25/11/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Suécia	25/11/2011	a	25/11/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Suíça	20/04/2007	a	06/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Suíça	20/04/2007	a	06/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Suíça	20/04/2007	a	06/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Suíça	08/03/2005	a	29/11/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Suíça	20/12/2007	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Suíça	20/12/2007	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Tailândia	22/04/2010	a	22/04/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Tailândia	22/04/2010	a	22/04/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Tailândia	22/04/2010	a	22/04/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Tailândia	22/04/2010	a	22/04/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Tailândia	22/04/2010	a	22/04/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Tailândia	22/04/2010	a	22/04/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Taiwan	01/02/2012	a	31/01/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Taiwan	01/02/2012	a	31/01/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Taiwan	01/02/2012	a	31/01/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Taiwan	01/02/2012	a	31/01/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Taiwan	01/02/2012	a	31/01/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Taiwan	01/02/2012	a	31/01/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Trinidad e Tobago	28/05/2002	a	29/09/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Trinidad e Tobago	13/09/2007	a	03/04/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

Marca	ITAÚ BBA	Trinidad e Tobago	24/08/2006	a	09/08/2014	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Trinidad e Tobago	18/03/2009	a	06/09/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Turquia	03/11/2006	a	03/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Turquia	03/11/2006	a	03/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Turquia	03/11/2006	a	03/11/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Turquia	12/12/2005	a	12/12/2015	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Turquia	28/08/2007	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Turquia	28/08/2007	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	União Europeia	21/06/2005	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	União Europeia	25/04/2007	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	União Europeia	21/06/2005	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	União Europeia	12/04/2005	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	União Europeia	29/06/2005	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	União Europeia	24/10/2011	a	18/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	União Europeia	15/12/2011	a	18/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	União Europeia	15/12/2011	a	18/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	União Europeia	23/02/2007	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	União Europeia	07/08/2008	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	União Europeia	07/08/2008	a	28/08/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	União Europeia	18/04/2011	a	18/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	União Europeia	18/04/2011	a	18/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	União Europeia	18/04/2011	a	18/04/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	União Europeia	15/03/2005	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	União Europeia	12/04/2005	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	União Europeia	12/04/2005	a	31/10/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Uruguai	04/05/1992	a	04/05/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Uruguai	30/07/2007	a	30/07/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Uruguai	30/07/2007	a	30/07/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Uruguai	25/04/2007	a	25/04/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Uruguai	06/08/2008	a	06/08/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Uruguai	06/08/2008	a	06/08/2018	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Uruguai	02/07/2009	a	02/07/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Uruguai	03/05/2010	a	03/05/2020	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ PERSONNALITÉ	Uruguai	01/07/2009	a	01/07/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	UNIBANCO	Uruguai	05/06/1997	a	05/06/2017	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Venezuela	27/07/1984	a	27/07/2009	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Venezuela	10/11/2008	a	10/11/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ	Venezuela	10/11/2008	a	10/11/2023	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Venezuela	16/02/2006	a	16/02/2016	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Venezuela	17/06/2009	a	17/06/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚ BBA	Venezuela	17/06/2009	a	17/06/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Alemanha	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Argentina	25/02/2009	a	25/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Áustria	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Bélgica	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Chile	19/02/2013	a	03/06/2029	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Dinamarca	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Espanha	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Finlândia	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	França	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Grécia	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Holanda	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Irlanda	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Itália	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Luxemburgo	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Peru	12/12/2007	a	23/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Portugal	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Reino Unido	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Suécia	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Patente	Método - Geração Teclado Virtual	Suíça	29/11/2006	a	20/02/2024	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

9.1 - Bens do ativo não-circulante / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Aco Ltda.	08.993.703/0001-70	-	Controlada	Uruguai		Montevideo	Representações de bancos estrangeiros	99,24
				Valor mercado				
31/12/2013	8,130821	0,000000	-	**Valor contábil**	31/12/2013	3.327.059,42		
31/12/2012	16,392488	0,000000	-					
31/12/2011	14,950045	0,000000	-					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Banco Itaú BBA S.A.	17.298.092/0001-30	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Banco Múltiplo com carteira de investimento	99,99
				Valor mercado				
31/12/2013	-5,498683	0,000000	1.081.999.530,72	**Valor contábil**	31/12/2013	5.892.715.353,07		
31/12/2012	-7,0870952	0,000000	527.117.196,08					
31/12/2011	8,017313	0,000000	2.750.781.673,70					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Banco Itaú Uruguay S.A.	11.929.613/0001-24	-	Controlada	Uruguai		Montevideo	Bancos Múltiplos com carteira comercial	100,00
				Valor mercado				
31/12/2013	92,156578	0,000000	-	**Valor contábil**	31/12/2013	750.604.197,01		
31/12/2012	44,716023	0,000000	-					
31/12/2011	19,443729	0,000000	-					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Banco Itaucard S.A.	17.192.451/0001-70	-	Controlada	Brasil	SP	Poá	Banco Múltiplo com carteira comercial	2,04
				Valor mercado				
31/12/2013	-34,684701	0,000000	2.926.995.011,29	**Valor contábil**	31/12/2013	1.608.872.967,65		
31/12/2012	103,391279	0,000000	315.983.524,35					
31/12/2011	-58,341392	0,000000	3.143.953.702,88					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Itaú BBA Participações S.A.	58.851.775/0001-50	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding de Instituições Financeiras	100,00
				Valor mercado				
31/12/2013	11,154922	0,000000	2.136.050,00	**Valor contábil**	31/12/2013	51.249.826,11		
31/12/2012	-4,189579	0,000000	5.275.727,69					
31/12/2011	-97,251379	0,000000	722.172.973,32					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Itaú Chile Holdings, Inc.	08.988.144/0001-00	-	Controlada	Estados Unidos			Representações de Bancos Estrangeiros	100,00
				Valor mercado				
31/12/2013	26,840910	0,000000	-	**Valor contábil**	31/12/2013	3.783.211.544,25		
31/12/2012	37,119792	0,000000	-					
31/12/2011	28,985981	0,000000	-					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								

Razão Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Itaú Corretora de Valores S.A.	61.194.353/0001-64	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	1,94
				Valor mercado				
31/12/2013	23.385689	0.000000	86,873,589.85	Valor contábil	31/12/2013	1,084,957,808.56		
31/12/2012	26.850784	0.000000	78,327,500.00					
31/12/2011	46.852804	0.000000	71,771,930.00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Itaú Seguros S.A.	61.557.039/0001-07	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Operações de seguro dos ramos pessoas e danos, tais como definidos em lei.	0,00
				Valor mercado				
31/12/2013	70870.494763	0.000000	-	Valor contábil	31/12/2013	19,651.73		
31/12/2012	-34.693396	0.000000	-					
31/12/2011	-0.023579	0.000000	31.82					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Itaú Soluções Previdenciárias Ltda.	40.277.543/0001-75	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	0,00
				Valor mercado				
31/12/2013	6.192276	0.000000	-	Valor contábil	31/12/2013	1,736.18		
31/12/2012	0.000000	0.000000	-					
	0.000000		-					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Itaú Unibanco S.A.	60.701.190/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Banco Múltiplo com carteira comercial	100,00
				Valor mercado				
31/12/2013	-5.114749	0.000000	4,195,176,468.92	Valor contábil	31/12/2013	42,754,171,404.31		
31/12/2012	0.121434	0.000000	1,037,849,995.99					
31/12/2011	-1.476103	0.000000	7,313,602,591.75					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Itaubank Asset Management Ltda.	01.177.477/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Administração e Gestão de Fundos e Carteira de Títulos e Valores Mobiliários	0,00
				Valor mercado				
31/12/2013	0.000000	0.000000	-	Valor contábil	31/12/2013	56.91		
31/12/2012								
31/12/2011								
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Itauseg Participações S.A.	07.256.507/0001-50	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding de Instituições Financeiras	0,00
				Valor mercado				
31/12/2013	0.000000	0.000000	-	Valor contábil	31/12/2013	-		
31/12/2012	0.000000	0.000000						
31/12/2011	0.000000	0.000000	22,460,135.28					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
ITB Holding Brasil Participações Ltda	04.274.016/0001-43	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding de Instituições não Financeiras	0,00
				Valor mercado				
31/12/2013	55.498155	0.000000	-	Valor contábil	31/12/2013	21.07		
31/12/2012	0.000000	0.000000	-					
31/12/2011			-					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Kinea Private Equity Investimentos S.A.	04.661.817/0001-61	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Gestão de Fundos de Investimentos e Serviços de Assessoria em Investimentos no Mercado Financeiro e de Capitais	0,00
				Valor mercado				
31/12/2013	0.000000	0.000000	-	Valor contábil	31/12/2013	0.78		
31/12/2012								
31/12/2011								
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Oca Casa Financiera S.A.	08.988.153/0001-09	-	Controlada	Uruguai		Montevideo	Representações de Bancos Estrangeiros	100,00
				Valor mercado				
31/12/2013	16.842190	0.000000	-	Valor contábil	31/12/2013	51,842,481.77		
31/12/2012	18.814280	0.000000	24,634,723.68					
31/12/2011	16.088186	0.000000	-					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Oca S.A.	08.988.128/0001-17	-	Controlada	Uruguai		Montevideo	Representações de Bancos Estrangeiros	100,00
				Valor mercado				
31/12/2013	42.324743	0.000000	21,249,000.00	Valor contábil	31/12/2013	181,687,270.04		
31/12/2012	29.621772	0.000000	-					
31/12/2011	30.993339	0.000000	22,563,000.00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Topaz Holding Ltd	não possui	-	Controlada	Uruguai		Montevideo	não possui	0,00
				Valor mercado				
31/12/2013	18.533287	0.000000	-	Valor contábil	31/12/2013	205.11		
31/12/2012	0.000000	0.000000	-					
31/12/2011	0.000000	0.000000	-					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								
Unibanco Negócios Imobiliarios Ltda.	66.180.076/0001-54	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Gestão e administração da propriedade imobiliária	0,00
				Valor mercado				
31/12/2013	0.000000	0.000000	-	Valor contábil	31/12/2013	1.22		
31/12/2012	0.000000	0.000000	-					
31/12/2011	0.000000	0.000000	-					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
São estratégicas para o desempenho dos negócios do Emissor								

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As controladas Banco Itaucard S.A. e Itaú Corretora S.A. refletem a participação diferenciada das ações preferenciais na distribuição de lucros e dividendos.

Em complemento ao item 9.1 b, seguem informações sobre marcas e patentes.

(I) e (II) Duração e Território Atingido

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca é adquirida pelo seu registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em território nacional. O registro de marca vigora pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de sua concessão pelo INPI, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

As datas de concessão e de vigência dos registros e de depósito dos pedidos de registro das marcas relevantes referidas no item 7.5 c, no Brasil, bem como outras informações sobre referidas marcas estão citadas na tabela inserida no item 9.1 b.

Os prazos de vigência e requisitos para prorrogação de marcas no exterior dependem da legislação de cada país ou região em que a marca se encontra registrada. O local e as datas de concessão e de vigência dos registros das marcas relevantes referidas no item 7.5 c, bem como outras informações sobre referidas marcas estão citadas na tabela inserida no item 9.1 b.

Patentes

No Brasil, o prazo de vigência das patentes de invenção é de 20 (vinte) anos a contar da data do depósito do pedido de patente.

Os prazos de vigência e requisitos para prorrogação de patentes no exterior dependem da legislação de cada país ou região em que a patente se encontra registrada.

O emissor ou suas controladas são titulares de patentes e pedidos de patente no Brasil e no exterior, para método de geração de um teclado virtual para digitação da senha de segurança ou da identificação positiva de um usuário. Os pedidos relativos a esta patente ainda estão pendentes de análise no Brasil, Uruguai e Venezuela. Além disso, o emissor ou suas controladas são titulares de um pedido de patente para método de identificação de senha de acesso a uma instituição, ainda pendente de análise no Brasil.

O local, as datas de concessão e de vigência dos registros das patentes já concedidas e outras informações relevantes estão citadas na tabela inserida no item 9.1 b.

(III) Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Marcas

Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos são os previstos em lei. No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca podem ser indeferidos pelo INPI, nas hipóteses previstas na Lei nº 9.279/96, inclusive em decorrência de oposição apresentada ao INPI por terceiro que tenha direito de precedência sobre a marca ou seja titular de pedido de registro ou registro de marca colidente anterior.

O registro de marca extingue-se: (i) pela expiração do seu prazo de vigência sem que haja a devida prorrogação; (ii) pela renúncia do titular da marca, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; e (iii) pela caducidade, que poderá ser total ou parcial.

Qualquer pessoa com legítimo interesse pode apresentar requerimento de caducidade ao INPI, se, decorridos cinco anos da data da concessão do registro da marca pelo INPI, ocorrer uma das seguintes hipóteses: (i) se o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil; (ii) se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de cinco anos consecutivos; ou (iii) se a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do respectivo certificado de registro.

O registro de uma marca poderá ser declarado nulo pelo INPI, por meio de processo administrativo de nulidade instaurado pelo próprio INPI ou a pedido de terceiro com legítimo interesse, caso tal registro tenha

sido concedido em desacordo com as disposições constantes da lei. A nulidade do registro poderá ser total ou parcial. A condição para a nulidade parcial é o fato de a parte subsistente da marca ou da descrição dos produtos ou serviços, ou seja, aquela que não for declarada nula, ser considerada registrável.

Além da via administrativa mencionada acima, o INPI ou terceiro interessado também poderá propor perante o Poder Judiciário ação de nulidade de registro de marca no prazo de cinco anos, a contar da data da concessão de seu registro pelo INPI.

Patentes

Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos são os previstos em lei. No âmbito administrativo, os pedidos de patente podem ser indeferidos pelo INPI, nas hipóteses previstas na Lei nº 9.279/96.

A patente extingue-se: (i) pela expiração do seu prazo de vigência; (ii) pela renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; (iii) pela falta de pagamento da retribuição anual; e (iv) pela caducidade.

Uma patente poderá ser declarada nula pelo INPI, por meio de processo administrativo de nulidade instaurado pelo próprio INPI ou por terceiro com legítimo interesse, caso tal registro tenha sido concedido em desacordo com as disposições constantes da lei.

Além da via administrativa mencionada acima, o INPI ou terceiro interessado também poderá propor perante o Poder Judiciário ação de nulidade da patente, durante todo o prazo de vigência da mesma.

(IV) Possíveis conseqüências da perda de tais direitos pelo emissor

Marcas

Na hipótese de o emissor e/ou suas controladas perderem os direitos sobre todas as marcas listadas acima, cuja probabilidade entendemos ser muito remota, estes não mais poderiam impedir que terceiros usem marcas iguais ou semelhantes, especialmente no mesmo segmento de mercado e deverão desenvolver suas atividades com outras marcas. Ainda existiria a possibilidade de o Emissor e/ou suas controladas sofrerem demandas judiciais em caso de violação de direitos de terceiros.

Patentes

Dependendo do motivo da eventual perda dos direitos sobre as patentes listadas acima, o objeto da patente cairá em domínio público e poderá ser livremente explorado por terceiros, ou o emissor e suas controladas terão que cessar o uso do objeto da patente.

De qualquer forma, caso isso venha a ocorrer, entendemos que não haverá efeitos relevantes para as atividades do emissor e de suas controladas, visto que não há dependência de tais patentes para o exercício de suas atividades.

ITEM 10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

2013

O ano de 2013 foi marcado pela recuperação da economia americana. O FED (banco central norte-americano) anunciou, em dezembro, uma redução do ritmo de compras de ativos, o que representa o início da normalização da política monetária nos EUA. Ao longo do ano, as taxas de juros americanas de longo prazo se elevaram o que levou ao fortalecimento do dólar e à queda dos preços dos ativos financeiros nos países emergentes.

Após seis trimestres de recessão, a zona do euro voltou a crescer de forma incipiente. A China continua apresentando taxas declinantes de crescimento, mas o risco de uma desaceleração mais brusca foi afastado.

No cenário doméstico, o crescimento do PIB em 2013 foi de 2,3%, valor acima do alcançado em 2012, mas abaixo do esperado no início do ano. Apesar da atividade moderada, o desemprego manteve-se perto dos mínimos históricos, devido à menor procura por trabalho.

Ao longo do ano de 2013, o BACEN elevou a taxa básica de juros em 275 pontos base. O IPCA ficou praticamente estável e terminou o ano de 2013 em 5,9%.

O real perdeu valor frente ao dólar, e a taxa de câmbio terminou o ano em R$ 2,36/US$. O BACEN implementou um programa de vendas de swaps para evitar uma depreciação mais intensa.

As concessões de crédito, baseadas em dados do BACEN, em termos reais para pessoa física apresentaram alta de 9,0% no acumulado de 2013 contra o mesmo período de 2012. Já as concessões para pessoa jurídica apresentaram crescimento de 1,6% nessa comparação. O estoque de crédito como proporção do PIB aumentou de 53,9% em dezembro de 2012 para 56,5% em dezembro de 2013. Com relação à inadimplência, tanto pessoa física quanto pessoa jurídica apresentaram tendência de queda ao longo do ano. A taxa de inadimplência acima de 90 dias dos empréstimos à pessoa física diminuiu de 5,6% em dezembro de 2012 para 4,4% em dezembro de 2013 e a taxa à pessoa jurídica passou de 2,2% para 1,8%.

Com a elevação da taxa Selic, as taxas de juros bancários interromperam o processo de queda que ocorreu entre 2012 e o início de 2013 e voltaram a se elevar. Já os spreads permaneceram estáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o lucro líquido consolidado foi de R$ 15.696 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio médio de 20,7%. Em 31 de dezembro de 2013, o ativo consolidado totalizou R$ 1.105.721 milhões e o patrimônio líquido consolidado foi de R$ 81.024 milhões, em comparação a R$ 1.014.425 milhões e R$ 74.220 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o índice de Basileia consolidado operacional foi de 16,6%.

O saldo de operações de crédito, incluindo avais e fianças, foi de R$ 483.397 milhões em 31 de dezembro de 2013 com um aumento de 13,3% em comparação a 31 de dezembro de 2012. O saldo de operações de crédito, incluindo avais e fianças, cresceu principalmente em portfólios de menores riscos e spreads em 2013 quando comparado a 2012. Em 31 de dezembro de 2013, os créditos para pessoas físicas aumentaram 12,1%, enquanto os créditos para pessoas jurídicas registraram aumento de 11,7%, em comparação a 31 de dezembro de 2012. Com relação aos créditos a pessoas físicas, os destaques foram os empréstimos consignados e crédito imobiliário, que cresceram 66,6% e 34,1% quando comparados aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, respectivamente, principalmente devido a associação com o Banco BMG para a originação de empréstimos consignados e ao ambiente brasileiro favorável ao crédito imobiliário, já que priorizamos carteiras com risco menor. Com relação aos créditos para pessoas jurídicas, a carteira de grandes empresas cresceu 20,4% em 2013, em comparação a 31 de dezembro de 2012, e esse crescimento foi parcialmente compensado por uma redução de 3,9% na carteira de micro, pequenas e médias empresas. Em 2013, a carteira de crédito de operações no Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina cresceu 33,4% em comparação a 31 de dezembro de 2012. Esse aumento reflete o crescimento das nossas operações fora do Brasil e a desvalorização do Real em relação às moedas daqueles países e ao dólar norte-americano no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa (despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquidas de recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo) reduziu-se em 29,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Essa redução ocorreu, principalmente, pela redução observada no índice de inadimplência, decorrente de nosso foco em portfólios de produtos e clientes de menores riscos. O índice de inadimplência (operações de crédito vencidas há mais de 90 dias) foi de 3,7% em

31 de dezembro de 2013, representando uma redução de 1,1 ponto percentual quando comparado a 31 de dezembro de 2012, menor nível histórico desde a fusão entre o Itaú e Unibanco em novembro de 2008. Desconsiderando-se a carteira da Credicard, o indicador teria atingido 3,6% em 31 de dezembro de 2013.

Eventos Societários em 2013

Acordo entre Itaú Unibanco e Fiat – Renovamos em 19 de agosto de 2013, por mais 10 anos, o acordo de cooperação comercial que mantemos com a Fiat montadora, líder de vendas de veículos no mercado brasileiro. Esse acordo prevê a exclusividade na oferta de financiamento em campanhas promocionais da montadora para venda de automóveis Zero Km e o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

Citibank no Uruguai – Por intermédio da nossa subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A., firmamos, em 28 de junho de 2013, um contrato com o Citibank N.A. (sucursal Uruguai) para a aquisição das suas operações de varejo naquele país, nos colocando em posição de assumir uma carteira com mais de 15.000 clientes de contas correntes, poupanças e depósitos a prazo. A operação foi concretizada em 13 de dezembro de 2013, depois da obtenção de todas as aprovações dos órgãos reguladores.

BMG Seguradora S.A. – Firmamos em 25 de junho de 2013, por intermédio do Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado") um contrato com os controladores do Banco BMG S.A. ("Banco BMG") para aquisição de 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora S.A. ("BMG Seguradora"), tendo sido pago pela aquisição de referidas ações um valor aproximado de R$88 milhões. A BMG Seguradora celebrou um acordo de exclusividade para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados pelo Itaú BMG Consignado e pelo Banco BMG, como uma pré-condição para o fechamento da operação. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pelo Banco Central e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e o fechamento da operação ocorreu em 27 de janeiro de 2014. A aquisição das ações da BMG Seguradora está sujeita à análise, em andamento na SUSEP.

Cencosud – Assinamos em 17 de junho de 2013, um Memorando de Entendimento ("MDE") com a rede de varejo chilena Cencosud S.A., buscando uma aliança estratégica por 15 anos. O objetivo dessa associação seria a oferta de produtos e serviços ao consumidor, principalmente aqueles relacionados aos cartões de crédito no Chile e na Argentina. As atividades da associação seriam realizadas por sociedades de propósito específico naqueles países, 51% das quais seriam detidas indiretamente por nós, e 49% pela Cencosud. Em 23 de dezembro de 2013, anunciamos que, apesar de termos atuado em estrita conformidade com os termos do MDE e envidado nossos melhores esforços para negociar contratos definitivos com a Cencosud, não obtivemos sucesso nas referidas negociações, e como resultado, a associação não será realizada.

IRB - Brasil Resseguros S.A. – No processo de desestatização do IRB, nossas subsidiárias Itaú Seguros S.A. e Itaú Vida e Previdência S.A. (as "Companhias de Seguros Itaú") assinaram, em 24 de maio de 2013, o Acordo de Acionistas do IRB, com duração de 20 anos. O acordo dispõe sobre direitos de voto e a nova governança do IRB, que passa a contar com empresas privadas em seu bloco de controle. As Companhias de Seguros Itaú contribuíram com aproximadamente R$2.3 milhões, em um aumento de capital para o processo de desestatização do IRB, por meio do qual foi conferido às Companhias de Seguros Itaú uma participação de 15% do capital social total e votante do IRB.

Credicard – Celebramos em 14 de maio de 2013, um acordo com o Banco Citibank S.A. para compra da Credicard e da Citifinancial, incluindo a marca "Credicard", pelo valor aproximado de R$2,9 bilhões. Responsáveis pela oferta e pela distribuição de produtos e serviços financeiros, principalmente, empréstimos pessoais e cartões de crédito, a Credicard e a Citifinancial contam com uma base de 4,8 milhões de cartões, cuja carteira de crédito soma R$7.3 bilhões (valor bruto em dezembro de 2012). A operação foi concluída em 20 de dezembro de 2013, depois da obtenção de todas as aprovações dos órgãos reguladores.

Banco Itaú BMG Consignado S.A. – Em abril de 2013, o Banco Central homologou a associação entre o Itaú Unibanco e o Banco BMG, estruturada por meio do Itaú BMG Consignado, visando à oferta, a distribuição e a comercialização de créditos consignados no Brasil.

Autorização no Reino Unido – Em fevereiro de 2013, o Itaú BBA International Ltd. iniciou suas operações em Londres por meio da absorção do Banco Itaú BBA International S.A., banco com sede em Portugal, e do Itaú BBA International plc, com a posterior troca de denominação em 17 de maio de 2013. O processo contou com a aprovação dos reguladores locais e do Banco Central em dezembro de 2012.

2012

O ano de 2012 foi marcado pelo baixo crescimento global, com elevada volatilidade decorrente de temores de crise no cenário internacional. Não houve ruptura na Zona do Euro. O Banco Central Europeu (BCE) anunciou que está pronto para usar o novo plano de compra de títulos. Os países europeus começaram a implementar os ajustes necessários, mas ainda há um longo caminho a se trilhar. Os principais desafios são a consolidação fiscal e o avanço na união monetária. Nos EUA, o Congresso aprovou nova legislação e evitou o chamado “abismo fiscal”, mas há pendências a serem resolvidas em 2013, como a decisão à respeito do “teto da dívida”. Não houve parada brusca do crescimento na China. A perspectiva para 2013 é um pouco melhor, com crescimento mais estável e riscos menores.

No cenário doméstico, o crescimento ficou menor que a expectativa. O crescimento do Produto Interno Bruto encerrou 2012 em 0,9%. Em particular, houve queda da produção industrial e do investimento, que declinou ao longo da maior parte do ano, inibido pela incerteza elevada quanto à evolução do cenário doméstico e externo. Devido aos estímulos monetários e fiscais em vigor e à estabilização do quadro externo, o Brasil deve apresentar crescimento mais elevado em 2013, em torno de 3,0%.

A inflação ao consumidor (IPCA) encerrou o ano de 2012 em 5,8%. Apesar do crescimento baixo da economia, o mercado de trabalho segue aquecido. O desemprego próximo aos mínimos históricos tem mantido a inflação de serviços em patamares elevados (8,7% em dezembro). A inflação dos produtos industrializados acelerou com o câmbio mais depreciado. Além disso, choques de oferta como a quebra de safra nos Estados Unidos pressionaram a inflação de alimentos ao longo do ano. Projetamos que o IPCA siga em alta devido às condições do mercado de trabalho, à inércia inflacionária e à manutenção das expectativas em níveis elevados, terminando 2013 em 5,7%.

O Banco Central interrompeu, em outubro, o ciclo de queda de juros iniciado em agosto de 2011. A taxa Selic atingiu 7,25% no mês e encerrou 2012 neste patamar. O real perdeu valor frente ao dólar, depreciando-se, e a taxa de câmbio terminou o ano em R$ 2,05/US$.

As concessões de crédito, baseadas em dados do Banco Central, em termos reais (deflacionado pelo IPCA) para pessoa física em 2012 apresentaram alta de apenas 2,1% em relação a 2011. De forma análoga, crescimento para pessoa jurídica foi de 1,6%. O estoque de crédito como proporção do PIB aumentou de 49,0% em dezembro de 2011 para 53,5% em dezembro de 2012. A taxa de inadimplência (atraso acima de 90 dias) de pessoas jurídicas permaneceu relativamente estável em patamar alto durante todo o ano, ao passo que a de pessoas físicas se elevou durante o primeiro semestre e ficou estável no decorrer do segundo semestre.

Seguindo a redução da Selic, os juros e spreads bancários apresentaram trajetória de queda durante todo o ano de 2012 atingindo, à exceção dos spreads à pessoa física, os menores valores da série histórica.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o lucro líquido consolidado foi de R$13.594 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio médio de 18,4%. Em 31 de dezembro de 2012, o ativo consolidado totalizou R$1.014.425 milhões e o patrimônio líquido consolidado foi de R$74.220 milhões, em comparação a R$851.332 milhões e R$71.347 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, o índice de Basileia consolidado econômico-financeiro foi de 16,7%.

O saldo de operações de crédito, incluindo avais e fianças, foi de R$426.595 milhões em 31 de dezembro de 2012 com um aumento de 7,5% em comparação a 31 de dezembro de 2011. O saldo de operações de crédito, incluindo avais e fianças, cresceu em um ritmo mais lento em 2012 quando comparado a 2011. Em 31 de dezembro de 2012, os créditos para pessoas físicas aumentaram 1,1%, enquanto os créditos para pessoas jurídicas registraram aumento de 8,5%, em comparação a 31 de dezembro de 2011. Com relação aos créditos a pessoas físicas, os destaques foram o crédito imobiliário e os empréstimos consignados, que cresceram 34,2% e 34,1% quando comparados aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, respectivamente, principalmente devido ao ambiente brasileiro favorável ao crédito imobiliário e aos empréstimos consignados adquiridos do Banco BMG S.A., já que priorizamos carteiras com risco menor. Com relação aos créditos para pessoas jurídicas, a carteira de grandes empresas cresceu 15,2% em 2012, em comparação a 31 de dezembro de 2011, e esse crescimento foi parcialmente compensado por uma redução de 1,6% na carteira de micro, pequenas e médias empresas. Em 2012, a carteira de crédito de operações no Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina cresceu 41,7% em comparação a 31 de dezembro de 2011. Este aumento reflete o crescimento das nossas operações fora do Brasil e a desvalorização do Real em relação às moedas daqueles países e ao dólar norte-americano no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa (despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquidas de recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo) aumentou 34,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Esse crescimento ocorreu, principalmente, devido ao aumento no índice de inadimplência, principalmente ao financiamento de veículos e empréstimos pessoais, que seguem as tendências gerais observadas no mercado financeiro brasileiro. Além disto, este aumento reflete o modelo de perdas adotado em nosso gerenciamento de risco de crédito, que prevê o reconhecimento de provisão para

perdas em cenários nos quais se espera um aumento nos índices de inadimplência. O índice de inadimplência (operações de crédito vencidas há mais de 90 dias) foi de 4,8% em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 10 pontos base quando comparado a 31 de dezembro de 2011. No quarto trimestre de 2012, cedemos para empresas coligadas uma carteira de financiamento de veículos no valor R$480 milhões, com operações vencidas há mais de 360 dias. Excluindo-se o impacto dessa cessão, o índice de operações vencidas há 90 dias em 31 de dezembro de 2012 teria sido de 4,9%.

Redecard S.A. – no ano de 2012, adquirimos 49,98% do capital social da Redecard S.A. por meio de oferta pública de aquisição de ações, atingindo 100% das ações, e cancelamos seu registro como companhia de capital aberto. A Redecard é um dos principais participantes no mercado de adquirência no Brasil, responsável por credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações com cartões de crédito e débito. Essa operação, realizada de acordo com as boas práticas de governança corporativa, permitirá que possamos oferecer produtos e serviços integrados aos nossos clientes e expandir nossos negócios nos municípios brasileiros onde hoje não possuímos estrutura física (agências e/ou PABs). O total investido na aquisição das ações em circulação da Redecard foi de R$ 11,75 bilhões.

Banco Itaú BMG Consignado S.A. – em julho de 2012, celebramos um contrato de associação com o Banco BMG S.A. com o objetivo de expandir nossa atuação em crédito consignado. Somos os controladores do Banco Itaú BMG Consignado S.A., resultante desse acordo, com participação de 70% no capital social total e votante. Temos o direito de indicar a maioria dos membros do Conselho de Administração e a maioria dos Diretores, incluindo o Diretor Presidente. O BMG tem o direito de indicar até três diretores, dentre eles o Diretor Vice-Presidente Comercial para responder pelas áreas Comercial, de Operações e de Cobrança, sujeitos à aprovação do Itaú Unibanco. Em dezembro de 2012, a associação entre Itaú Unibanco S.A. e Banco BMG S.A. começou a ser implementada por meio do Banco Itaú BMG Consignado S.A..

As operações de crédito consignado feitas por meio de agências e outros canais exclusivos do Itaú Unibanco S.A. para os seus clientes continuam operando de forma independente em relação à associação. O Itaú Unibanco S.A., em adição, proverá parte dos recursos financeiros para a operação de crédito consignado do BMG, no valor mensal de até R$ 300 milhões, pelo prazo de cinco anos. O Itaú Unibanco S.A. e suas afiliadas tem ainda o direito de ofertar seus produtos e serviços aos clientes da associação.

Esta operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e os contratos definitivos que a regem foram assinados (i) em 13 de dezembro de 2012, incluindo um acordo de investimento que estabelece os direitos e obrigações de cada uma das partes em relação à associação, e um contrato de concessão de recursos via cessão de direitos creditórios, que estabelece a obrigação do Itaú Unibanco S.A. de conceder funding ao Banco BMG S.A., e (ii) em 07 de janeiro de 2013, tais como o Acordo de Acionistas do Banco Itaú BMG Consignado S.A. Como a operação não requer aprovação prévia do Banco Central, está vigente desde 13 de dezembro de 2012. Não obstante, a participação qualificada do BMG no Banco Itaú BMG Consignado S.A. está pendente de homologação pelo Banco Central.

Serasa S.A. – alienamos em outubro de 2012, à Experian, a participação remanescente de 16,14% na Serasa, empresa líder em serviços e produtos de análise e informações para crédito e apoio a negócios para todos os segmentos do mercado. O resultado antes dos impostos decorrente dessa alienação foi de, aproximadamente, R$ 1,5 bilhão no quarto trimestre de 2012.

Banco CSF S.A. – adquirimos ações que representam 49% do capital social do Banco Carrefour, responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição operados com a bandeira "Carrefour" no Brasil, operação autorizada pelo Banco Central do Brasil em 23 de abril de 2012.

Financeira Americanas Itaú S.A. – encerramos a parceria com as Lojas Americanas S.A. (LASA) para oferta, distribuição e comercialização, com exclusividade de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários aos clientes da LASA e de suas afiliadas em agosto de 2012. A conclusão desta operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 27 de dezembro de 2012.

Banco BPI – efetuamos a venda da totalidade da nossa participação ao Grupo La Caixa, maior acionista do BPI. A venda foi autorizada pelo Banco de Portugal em abril de 2012. A associação entre o Itaú Unibanco e o BPI foi especialmente relevante para o Conglomerado Itaú Unibanco construir, a partir de Portugal, a base necessária para o lançamento da operação europeia dedicada ao segmento Itaú BBA (banco de atacado e de investimentos), com foco no apoio à atividade internacional de empresas europeias e latino-americanas, que hoje está consolidada e conta com representantes em Londres, Lisboa, Madrid, Frankfurt e Paris.

Orbitall – realizamos a venda dessa processadora de cartões para o Grupo Stefanini, concluída em maio de 2012. A unificação dos processos decorrentes da associação entre Itaú e Unibanco viabilizou a realização da operação, uma vez que ganhamos escala suficiente para processar somente nossos próprios cartões com competitividade de custos e eficiência. A prestação desse tipo de serviço para outras instituições financeiras não está relacionado à atividade principal do conglomerado Itaú Unibanco e foi o motivador da venda.

2011

O ano de 2011 foi marcado por elevada volatilidade no cenário internacional, particularmente a partir de agosto. A perspectiva de crescimento das economias desenvolvidas deteriorou-se, influenciada ainda pela necessidade de grandes ajustes fiscais nos próximos trimestres, em especial pela economia europeia. A contenção no crédito privado nos mercados internacionais, reflexo da crise também deve ser um fator de moderação no crescimento. O Banco Central Europeu proveu liquidez de três anos para um grande número de instituições financeiras em dezembro, contribuindo para algum alívio, pelo menos no curto prazo, nas condições financeiras da região. Nos Estados Unidos, o crescimento acima do esperado no segundo semestre de 2011 foi a surpresa positiva. A China deve apresentar desaceleração moderada ao longo dos próximos trimestres, mas a posição externa do país continua sólida, a dívida das famílias é baixa, e o consumo mantém potencial de crescimento.

No cenário doméstico, consolidou-se a tendência de desaceleração da atividade econômica. Esse arrefecimento é consequência do aperto fiscal e monetário realizado entre o final de 2010 e meados de 2011, mas também reflete a recente deterioração do cenário econômico global. As expectativas dos consumidores e empresários permaneceram em níveis inferiores àqueles verificados no passado recente. O Produto Interno Bruto (PIB) do 4T11 registrou um pequeno crescimento em torno de 0,2%, apresentando uma leve recuperação em relação à estabilidade observada no trimestre anterior. Com isso o crescimento anual do PIB em 2011 foi de 2,7%.

A inflação medida pelo IPCA encerrou o ano de 2011 em 6,5%. O arrefecimento da atividade econômica, a menor pressão dos preços das commodities e a diminuição dos reajustes de itens administrados contribuem para a perspectiva de redução da inflação ao longo de 2012.

Nesse contexto, com a elevação das incertezas sobre o cenário externo e o possível impacto sobre a atividade doméstica, o Banco Central do Brasil iniciou um processo de redução da taxa Selic em agosto de 2011. A taxa básica de juros encerrou 2011 em 11,0% ao ano, ante os 12,5% antes do ciclo de redução. Além do afrouxamento da política monetária, o governo tem utilizado outros instrumentos para estimular a economia, incluindo a redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para os segmentos de eletrodomésticos e a diminuição das alíquotas de requerimentos de capital e IOF para determinadas operações de crédito.

O mercado de crédito mostrou redução no crescimento ao longo de 2011. No ano de 2011, as novas concessões de crédito para pessoas físicas elevaram-se, em termos reais, 4,4% em relação ao mesmo período de 2010 (após crescimento de 15,4% em 2010 frente a 2009). No segmento de pessoas jurídicas, as concessões em 2011 cresceram 1,4% ante 2010, ano em que a expansão foi de 2,5% em relação a 2009. O total de crédito como percentual do PIB atingiu 49,1% em dezembro de 2011 ante 45,2% em dezembro de 2010. A inadimplência acima de 90 dias subiu para 5,5% em dezembro, ante 4,5% no fechamento de 2010, influenciada pela elevação das taxas de juros dos empréstimos e pelo menor crescimento econômico.

O lucro liquido do exercício foi de R$14.621 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio liquido médio de 22,3%. Em 31 de dezembro de 2011, o ativo consolidado totalizou R$851.332 milhões e o patrimônio liquido total foi de R$71.347 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, o índice de Basileia consolidado econômico-financeiro foi de 16,4%.

O saldo das transações de créditos, inclusive avais e fianças, era de R$397.012 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 19,1% se comparado a 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o crédito a pessoas físicas aumentou 17,9%, enquanto que o crédito a pessoas jurídicas aumentou 17,9%, se comparado a 31 de dezembro de 2010. Com respeito a empréstimos a pessoas físicas, os destaques foram o crédito imobiliário, empréstimo por cartão de crédito e crédito pessoal, com aumentos de 66,7%, 18,0% e 47,0%, respectivamente. Com respeito a crédito para micro, pequenas e médias empresas, a carteira aumentou 13,0% de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011, enquanto que a carteira de empréstimos a pessoas jurídicas aumentou 21,3% durante o mesmo período. O saldo de avais e fianças alcançou R$51.530 milhões em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 34,3% se comparado a 31 de dezembro de 2010.

O resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentou 45,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A despesa de provisão para créditos de liquidações duvidosas aumentou 41,0%, de R$14.121 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R$19.912 milhões em 2011, um aumento de R$5.791 milhões. Esse crescimento deveu-se ao crescimento de nossa carteira de crédito e reflete o modelo de perdas esperadas adotada na gestão de risco de crédito da instituição, com base no conceito amplo de BIS II, que considera a perda potencial em termos de crédito rotativo. Esse modelo substitui o anterior, que continha, além da perda esperada, o conceito de provisão anticíclica, tratada como uma proteção de capital de acordo com os preceitos de BIS III (marco regulatório internacional para os bancos). A adoção desse modelo resultou em uma reversão de provisão no montante de R$ 1.573 milhões, bruto de impostos, no quarto trimestre de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o índice de inadimplência de 90 dias como percentual do total de nossa carteira de crédito aumentou 4,9%, se comparado com 4,1% em 31 de dezembro de 2010. Créditos em renegociação, inclusive pagamentos

prorrogados, alterados e diferidos, cresceram 4,2% do total de nossa carteira em 31 de dezembro de 2011, se comparado com 3,1% em 31 de dezembro de 2010.

No segundo semestre de 2011, o processo de integração entre o Itaú e o Unibanco foi plenamente concluído. Hoje, 100% das plataformas de tecnologia estão integradas e funcionando em um ambiente único.

Nossos resultados de operados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, refletiu um impacto significativo de variações cambiais. A taxa de câmbio entre dólar dos Estados Unidos e real variou de forma significativa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o real sofreu depreciação de 12,6% em relação ao dólar dos Estados Unidos, enquanto que em 2010 houve uma valorização do real de 4,3%.

Em 2011, houve uma mudança na base de consolidação da Financeira Itaú CBD S.A., que passou de integral para parcial, sendo que da Porto Seguro S.A. mudou de consolidação para reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Consulte a Nota 2(b) de nossas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social está representado por 5.028.029.710 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.518.215.040 ações ordinárias e 2.509.814.670 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R$ 60.000.000 (R$ 45.000.000 em 31/12/2012), sendo R$ 41.601.744 (R$ 31.159.313 em 31/12/2012) de acionistas domiciliados no país e R$ 18.398.256 (R$ 13.840.687 em 31/12/2012) de acionistas domiciliados no exterior.

Julgamos adequado o atual nível de índice da Basileia de 16,6% com base no Consolidado Operacional de 31 de dezembro de 2013.

I - Hipóteses de resgate;

Não há hipótese de resgate de ações do emissor além das legalmente previstas.

II - Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos; d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez; g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Nosso Conselho de Administração determina nossa política com respeito à gestão de risco de liquidez e estabelece amplos limites quantitativos para uma gestão alinhada com nosso apetite de risco. A Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez (CSTIL), composta por membros da alta administração, é responsável pela gestão estratégica de risco de liquidez, alinhada com a estrutura de gestão de risco aprovada pelo conselho e o nosso apetite de risco. Para estabelecer nossas diretrizes, a CSTIL considera as implicações de liquidez de cada segmento de mercado e produto. A unidade de tesouraria institucional do Itaú Unibanco Holding é responsável pelo gerenciamento diário do perfil de liquidez do grupo, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo conselho e pela CSTIL, incluindo a responsabilidade de supervisão em relação a todas as unidades de negócio por meio das quais operamos no exterior.

Mantemos pools de liquidez separados nas nossas operações no Brasil e em cada uma das nossas subsidiárias na América Latina e na Europa. Nossas operações no Brasil incluem instituições financeiras brasileiras e as entidades utilizadas pelas operações brasileiras para captação de recursos e prestação de serviços aos clientes no exterior. Todas as subsidiárias na América Latina (por exemplo, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai) e na Europa possuem as suas próprias tesourarias, com a devida autonomia para administrar a liquidez de acordo com as necessidades e os regulamentos locais, respeitando, simultaneamente, os limites de liquidez estabelecidos pela alta administração da Itaú Unibanco Holding. Em geral, raramente há transferências de liquidez entre as subsidiárias, ou entre a matriz e as subsidiárias, exceto em circunstâncias específicas (como, por exemplo, aumentos de capital direcionados). O Reino Unido e a

Colômbia são os únicos países em que operamos onde os órgãos reguladores estabeleceram níveis e regulamentos para liquidez locais.

A regulamentação do CMN também estabelece a conservação de capital e as reservas anticíclicas para instituições financeiras brasileiras, e determina as respectivas porcentagens mínimas, as sanções e as limitações aplicáveis em caso de não cumprimento desses requisitos adicionais.

Definimos a nossa reserva de liquidez operacional do grupo consolidado como o valor total dos ativos que podem ser rapidamente convertidos em dinheiro, com base em práticas de mercado e normativos legais. A reserva geralmente inclui: disponibilidade, posição bancada de aplicações no mercado aberto e títulos públicos sem ônus disponibilidades, posições bancadas de aplicações em operações compromissadas e títulos públicos sem ônus.

A tabela a seguir apresenta a nossa reserva de liquidez operacional em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, bem como a média anual.

	Em 31 de dezembro		
	2013	**2012**	**Saldo médio**
	(Em milhões de R$)		
Disponibilidades	16.576	13.967	14.920
Posição bancada de operações compromissadas	23.979	22.896	27.299
Títulos públicos sem ônus	50.573	83.980	65.216
Reserva operacional	**91.128**	**120.843**	**107.434**

A administração controla nossas reservas de liquidez, mediante a projeção dos recursos que estarão disponíveis para aplicação por nossa tesouraria. A técnica que empregamos envolve a projeção estatística de cenários para nossos ativos e passivos, considerando os perfis de liquidez de nossas contrapartes.

Os limites mínimos de liquidez de curto prazo são definidos de acordo com as orientações estabelecidas pela CSTIL. Esses limites buscam assegurar que o Grupo Itaú Unibanco tenha liquidez disponível suficiente para cobrir casos de imprevistos no mercado. Esses limites são revisados periodicamente, com base nas projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de mercado (cenários de estresse).

A administração da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir com as exigências operacionais, proteger nosso capital e aproveitar as oportunidades de mercado. Nossa estratégia é manter a liquidez adequada para cumprir nossas obrigações atuais e futuras e aproveitar as possíveis oportunidades de negócios.

Estamos expostos aos efeitos das turbulências e da volatilidade nos mercados financeiros globais e na economia dos países nos quais temos negócios, e especialmente no Brasil. Entretanto, devido às nossas fontes estáveis de captação de recursos, que incluem uma ampla base de depósitos e um grande número de bancos correspondentes com os quais temos relações duradouras, bem como linhas disponíveis que nos possibilitam ter acesso a mais recursos quando necessário, não tivemos historicamente problemas de liquidez, mesmo em períodos de perturbações nos mercados financeiros internacionais.

	Exercício Findo em 31 de dezembro					
	2013		2012		2011	
	Saldo médio	% do Total	Saldo médio	% do Total	Saldo médio	% do Total
	(Em milhões de R$, exceto percentuais)					
Passivos remunerados	**776.984**	**79,19%**	**670.969**	**79,10%**	**579.525**	**78,60%**
Depósitos remunerados	213.088	21,72%	206.429	24,40%	189.461	25,70%
Depósitos de poupança	93.448	9,52%	73.916	8,70%	61.482	8,30%
Depósitos interfinanceiros	7.795	0,79%	7.487	0,90%	2.374	0,30%
Depósitos a prazo	111.845	11,40%	125.026	14,80%	125.606	17,10%
Captações no mercado aberto	292.301	29,79%	226.135	26,70%	197.732	26,80%
Recursos de aceites e emissão de títulos	51.703	5,27%	53.468	6,30%	35.622	4,80%
Obrigações por empréstimos e repasses	68.222	6,95%	56.047	6,60%	53.165	7,20%
Outras obrigações – Securitização de ordens de pagamento no exterior e dívida subordinada	54.050	5,51%	45.965	5,40%	36.589	5,00%
Provisões técnicas de seguro, previdência e capitalização	97.620	9,95%	82.926	9,80%	66.955	9,10%
Passivos não remunerados	**204.140**	**20,81%**	**176.822**	**20,90%**	**157.045**	**21,30%**
Depósitos não remunerados	37.601	3,83%	30.386	3,60%	26.306	3,60%
Outros passivos não remunerados	166.539	16,97%	146.436	17,30%	130.738	17,70%
Total do passivo	**981.124**	**100,00%**	**847.792**	**100,00%**	**736.569**	**100,00%**

Parte da nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto, quando da ocorrência de determinados eventos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2013, nenhum desses eventos, incluindo eventos de inadimplência ou descumprimento de cláusula financeira, havia ocorrido, e não temos motivos para acreditar que seja provável que qualquer deles virá a ocorrer em 2014.

Segundo a legislação brasileira, os dividendos em espécie somente podem ser pagos se a subsidiária que distribui tais dividendos tiver contabilizado lucro nas demonstrações contábeis. Além disso, as subsidiárias consideradas instituições financeiras estão proibidas de realizar empréstimos ao Itaú Unibanco Holding, mas podem realizar depósitos no Itaú Unibanco Holding, os quais representam certificados de depósitos interbancários (CDIs). Essas restrições não tiveram - e não se espera que tenham - um impacto relevante em nossa capacidade de atender nossas obrigações de caixa.

A tabela a seguir apresenta o detalhamento de nossas fontes de recursos do consolidado em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

	2013		2012		2011	
	Em milhões de R$	% do total de recursos	Em milhões de R$	% do total de recursos	Em milhões de R$	% do total de recursos
Depósitos	**274.383**	**36,6**	**243.200**	**34,7**	**242.636**	**41,9**
Depósitos à vista	42.892	5,7	34.916	5,0	28.932	5,0
Depósitos de poupança	106.166	14,1	83.452	11,9	67.170	11,6
Depósitos a prazo	117.131	15,6	117.232	16,7	144.469	24,9
Depósitos interfinanceiros	8.194	1,1	7.600	1,1	2.065	0,4
Captações no mercado aberto	**292.179**	**38,9**	**288.818**	**41,2**	**188.819**	**32,6**
Dívida no Mercado Interbancário	**111.119**	**14,8**	**96.665**	**13,8**	**90.187**	**15,6**
Letras hipotecárias	181	0,0	227	0,0	244	0,0
Letras de crédito imobiliário	8.919	1,2	13.296	1,9	15.750	2,7
Letras de crédito do agronegócio	7.273	1,0	5.322	0,8	3.284	0,6
Letras financeiras	13.823	1,8	18.695	2,7	14.308	2,5
Financiamento à importação e à exportação	33.638	4,5	23.077	3,3	21.142	3,6
Repasses no país	43.015	5,7	36.048	5,1	35.459	6,1
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	4.233	0,6	-	-	-	-
Outros	37	0,0	-	-	-	-
Dívida no Mercado Institucional	**72.624**	**9,7**	**72.748**	**10,4**	**57.685**	**10,0**
Obrigações por emissão de debêntures	-	-	1.569	0,2	1.039	0,2
Dívidas subordinadas	56.564	7,5	55.180	7,9	39.715	6,9
Obrigações por TVM no exterior	16.060	2,1	15.999	2,3	16.931	2,9
Total	**750.305**	**100,0**	**701.431**	**100,0**	**579.327**	**100,0**

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
I - Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O emissor tem como uma das principais fontes de financiamentos as captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses. Abaixo apresentamos tabela com abertura das captações de recursos por prazo de vencimento.

R$ milhões

	31/12/2013					
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%
Depósitos	163.085	33.345	12.108	65.845	274.383	36,8
Captações no Mercado Aberto	145.242	13.663	15.191	118.084	292.179	39,1
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.916	10.422	9.354	23.564	46.256	6,2
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.388	18.545	15.644	38.076	76.653	10,3
Dívidas Subordinadas (*)	146	4.091	1.900	50.426	56.564	7,6
Total	**315.779**	**80.066**	**54.197**	**295.995**	**746.036**	
% por prazo de vencimento	42,3	10,7	7,3	39,7		
Total - 31/12/2012	**285.726**	**76.162**	**58.019**	**281.522**	**701.430**	
% por prazo de vencimento	40,7	10,9	8,3	40,1		

(*) Inclui R$ 924.605 (R$ 807.189 em 31/12/2012) de Ações Preferenciais Resgatáveis classificadas no Balanço Patrimonial na rubrica de Participações Minoritárias.

O quadro abaixo destaca as captações efetuadas até 31 de dezembro de 2013 mediante emissão de títulos de dívida subordinada.

R$ milhões

Nome do Papel / Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo Contábil
CDB Subordinado - BRL					
	1.865	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6%	3.610
	33			IGPM + 7,22%	77
	1.000	2008	2014	112% do CDI	1.695
	400	2008	2015	119,8% do CDI	721
	50	2010	2015	113% do CDI	75
	466	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	971
	2.719	2010	2016	110% a 114% do CDI	4.069
	123			IPCA + 7,21%	198
	367	2010	2017	IPCA + 7,33%	594
				Total	**12.009**
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	365	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	379
	1.874			112% a 112,5% do CDI	1.940
	30			IPCA + 7%	44
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	261
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.356
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	451
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	184
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.740
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	504
	42	2011	2018	IGPM + 7%	53
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	37
	461	2012	2018	IPCA + 4,4% a 6,58%	554
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.859
	6.373			108% a 113% do CDI	6.644
	112			9,95% a 11,95%	130
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2
	12	2012	2019	11,96%	15
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	118
	1			110% do CDI	1
	20	2012	2020	IPCA + 6% a 6,17%	25
	1			111% do CDI	1
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	7
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	2.655
	20			IGPM + 4,63%	22
				Total	**24.983**
Euronotes Subordinado - USD					
	1.000	2010	2020	6,2%	2.366
	1.000	2010	2021	5,75%	2.404
	750	2011	2021	5,75% a 6,2%	1.762
	550	2012	2021	6,2%	1.302
	2.625	2012	2022	5,5% a 5,65%	6.206
	1.870	2012	2023	5,13%	4.411
				Total	**18.450**
Bônus Subordinado - CLP	41.528	2008	2033	3,5% a 4,5%	197
				Total	**197**
Ações Preferenciais - USD	393	2002	2015	3,04%	925
Total					**56.564**

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

III - Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas que compõem o endividamento do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Vale dizer que, em relação às dívidas com garantia real, os credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia, uma vez que não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, assim como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada são apresentadas a seguir:

R$ milhões

	31/12/2013					
	0-30	**31-180**	**181-365**	**Acima de 365**	**Total**	**%**
CDB	-	3.496	1.885	6.628	12.009	21,2
Letras Financeiras	71	400	5	24.506	24.983	44,2
Euronotes	75	182	-	18.254	18.512	32,8
Bônus	-	9	9	179	197	0,3
Eurobonds	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de transação incorrido (Nota 4b)	-	-	-	(62)	(62)	(0,1)
Total Outras Obrigações	**146**	**4.087**	**1.900**	**49.506**	**55.639**	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	4	-	921	925	1,6
Total Geral [(*)]	**146**	**4.091**	**1.900**	**50.426**	**56.564**	
% por prazo de vencimento	0,3	7,2	3,4	89,1		

	31/12/2012					
	0-30	**31-180**	**181-365**	**Acima de 365**	**Total**	**%**
CDB	673	2.002	121	10.995	13.791	25,0
Letras Financeiras	59	283	5	23.960	24.307	44,1
Euronotes	64	161	-	15.923	16.148	29,2
Bônus	-	4	6	177	187	0,3
Eurobonds	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de transação incorrido (Nota 4b)	-	-	-	(61)	(61)	(0,1)
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	**797**	**2.449**	**132**	**50.994**	**54.372**	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	4	-	803	807	1,5
TOTAL GERAL (*)	**797**	**2.453**	**132**	**51.797**	**55.179**	
% por prazo de vencimento	1,4	4,5	0,2	93,9		

	31/12/2011					
	0-30	**31-180**	**181-365**	**Acima de 365**	**Total**	**%**
CDB	-	8.125	2.498	12.600	23.224	58,5
Letras Financeiras	-	-	-	10.254	10.254	25,8
Euronotes	60	26	-	5.136	5.222	13,1
Bonos	-	3	3	293	299	0,8
Eurobondes	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de transação incorrido	-	-	-	(24)	(24)	(0,1)
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	**60**	**8.154**	**2.502**	**28.259**	**38.974**	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	3	-	737	741	1,9
TOTAL GERAL	**60**	**8.157**	**2.502**	**28.997**	**39.715**	
% por prazo de vencimento	0,1	20,5	6,3	73,0		

O quadro que destaca as captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada está demonstrado no item 10.1.(f.II) deste formulário.

IV - Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Parte de nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto quando da ocorrência de determinados fatos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Até 31 de dezembro de 2013, não havia ocorrido nenhum evento de inadimplência nem descumprimento de cláusula financeira.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco Holding S.A. instituiu, em março de 2010, um programa para emissão e distribuição de notas, com determinados intermediários financeiros ("Programa"). O Programa prevê que poderão ser emitidas pelo emissor, por si próprio ou por meio de sua agência das Ilhas Cayman, notas, subordinadas ou seniores ("Notas"), até o valor limite de US$10.000.000.000,00 (dez bilhões de dólares norte-americanos). Em 20 de fevereiro de 2013, ampliamos o valor limite para US$ 100.000.000.000,00 (cem bilhões de dólares norte-americanos).

Até a presente data foram concluídas as seguintes emissões sob o Programa ("Emissões"):

(i) Primeira Emissão: US$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 15 de abril de 2010, com vencimento em 15 de abril de 2020, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo;

(ii) Segunda Emissão: US$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 23 de setembro de 2010, com vencimento em 22 de janeiro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo;

(iii) Terceira Emissão: R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em Notas Seniores emitidas em 23 de novembro de 2010, com vencimento em 23 de novembro de 2015, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo;

(iv) Reabertura da Segunda Emissão: US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 31 de janeiro de 2011, com vencimento em 22 de janeiro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo. As Notas Subordinadas aqui descritas foram emitidas e distribuídas por meio da reabertura da Segunda Emissão de Notas Subordinadas e constituem a segunda série da segunda emissão de Notas Subordinadas sob o Programa. As Notas Subordinadas emitidas na primeira série e as Notas Subordinadas emitidas na segunda série da segunda emissão compartilham o mesmo código ISIN e CUSIP e são fungíveis entre si;

(v) Quarta Emissão: US$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 21 de junho de 2011, com vencimento em 21 de dezembro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo;

(vi) Reabertura da Quarta Emissão: US$ 550.000.000,000 (quinhentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 24 de janeiro de 2012, com vencimento em 21 de dezembro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo. As Notas Subordinadas aqui descritas foram emitidas e distribuídas por meio da reabertura da Quarta emissão de Notas Subordinadas e constituem a segunda série da Quarta Emissão de Notas Subordinadas sob o Programa. As Notas Subordinadas emitidas na primeira série e as Notas Subordinadas emitidas na segunda série da Quarta Emissão compartilham o mesmo código ISIN e CUSIP e são fungíveis entre si;

(vii) Quinta Emissão: US$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 19 de março de 2012, com vencimento em 19 de março de 2022, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo;

(viii) Sexta Emissão: US$ 1.375.000.000,00 (um bilhão, trezentos e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 6 de agosto de 2012, com vencimento em 6 de agosto de 2022, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo; e

(ix) Sétima Emissão: US$ 1.870.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e setenta milhões de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 13 de novembro de 2012, com vencimento em 13 de maio de 2023, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

O Programa e as Emissões impõem determinadas condições e limitações à Emissora, conforme discriminadas a seguir:

a. Alienação de Ativos e Alienação de Controle Societário

Regra geral, é permitido ao emissor a alienação de todos, ou parte substancial de seus ativos, inclusive por meio de reorganizações societárias (tais como processos de fusão e cisão) sem consentimento dos titulares das notas, desde que, em decorrência de qualquer das operações acima:

(i) a entidade que receba tais ativos ou que suceda o emissor, se comprometa a cumprir todas as obrigações de pagamento de principal e juros de qualquer nota emitida com base no Programa, bem como se comprometa a assumir todas as demais obrigações impostas ao emissor;

(ii) não ocorra, por meio da realização de tais operações, algum evento de inadimplência; e

(iii) a partir de qualquer anúncio público a respeito da operação e antes de sua conclusão: os administradores do emissor entreguem ao agente fiduciário (*trustee*) uma declaração de que a operação de alienação dos ativos em questão está em conformidade com as obrigações e restrições impostas ao emissor; uma opinião legal seja entregue pelos consultores jurídicos do emissor a respeito da assunção das obrigações oriundas do Programa por parte da nova entidade que assumir os ativos ou suceder o emissor.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Não Aplicável.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras consolidada

R$ milhões

Ativo	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	2013 X 2012	2012 X 2011
Circulante e realizável a longo prazo	**1.088.131**	**1.001.212**	**839.422**	**8,7%**	**19,3%**
Disponibilidades	16.576	13.967	10.633	18,7%	31,4%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	159.653	182.034	116.082	-12,3%	56,8%
Títulos e valores mobiliarios e instrumentos financeiros derivativos	297.334	276.174	187.880	7,7%	47,0%
Relações interfinanceiras e interdependências	78.100	64.610	98.923	20,9%	(34,7%)
Operações com características de concessão de crédito e outros créditos	412.235	366.285	345.483	12,5%	6,0%
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(26.371)	(27.745)	(25.772)	-5,0%	7,7%
Outros ativos	150.604	125.887	106.193	19,6%	18,5%
Permanente	**17.591**	**13.213**	**11.909**	**33,1%**	**10,9%**
Investimentos	3.439	2.956	2.717	16,3%	8,8%
Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento	6.511	5.566	5.287	17,0%	5,3%
Ágio	1.921	101	96	1802,0%	5,7%
Intangível	5.720	4.589	3.810	24,6%	20,4%
Total Geral do ativo	**1.105.721**	**1.014.425**	**851.332**	**9,0%**	**19,2%**

Passivo	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	2013 X 2012	2012 X 2011
Circulante e exigivel a longo prazo	**1.021.668**	**938.165**	**777.407**	**8,9%**	**20,7%**
Depósitos	274.383	243.200	242.636	12,8%	0,2%
Depósitos à vista	42.891	34.916	28.933	22,8%	20,7%
Depósitos de poupança	106.166	83.451	67.170	27,2%	24,2%
Depósitos interfinanceiros	8.194	7.600	2.066	7,8%	267,9%
Depósitos a prazo	117.131	117.232	144.469	-0,1%	(18,9%)
Captações no mercado aberto	292.179	288.818	188.819	1,2%	53,0%
Recursos de aceites e emissão de títulos	46.256	55.108	51.557	-16,1%	6,9%
Relações interfinanceiras e interdependencias	5.117	4.979	4.048	2,8%	23,0%
Obrigações por empréstimos e repasses	76.653	59.125	56.602	29,6%	4,5%
Instrumentos financeiros derivativos	11.420	11.128	6.807	2,6%	63,5%
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	102.060	93.210	73.754	9,5%	26,4%
Outras obrigações	213.598	182.598	153.183	17,0%	19,2%
Carteira de câmbio	46.308	31.104	26.182	48,9%	18,8%
Dívidas subordinadas	55.639	54.372	38.974	2,3%	39,5%
Diversas	111.651	97.121	88.027	15,0%	10,3%
Resultados de exercicios futuros	**1.125**	**1.137**	**836**	**-1,0%**	**36,0%**
Participacao minoritária nas subsidiárias	**1.903**	**903**	**1.741**	**110,8%**	**(48,1%)**
Patrimônio liquido	**81.024**	**74.220**	**71.347**	**9,2%**	**4,0%**
Total Geral do passivo	**1.105.721**	**1.014.425**	**851.332**	**9,0%**	**19,2%**

Apresentamos a seguir as principais variações em contas do balanço patrimonial nas datas de 31 de dezembro dos anos 2013, 2012 e 2011.

O saldo total de ativos somou R$ 1.105.721 milhões ao final de 2013, com elevação de 9,0% em relação ao ano anterior, e em 31 de dezembro de 2012 o total de ativos consolidados do Itaú Unibanco era de R$ 1.014.425 milhões, um aumento de 19,2% ao compararmos com o saldo de R$ 851.332 milhões de 31 de dezembro de 2011.

O saldo da carteira de crédito, sem avais e fianças, atingiu R$ 412.235 milhões em 31 de dezembro de 2013, com crescimento de 12,5% na comparação com 31 de dezembro de 2012. No Brasil, o saldo da carteira de crédito pessoa física somou R$ 168.199 milhões, crescimento de 12,0% quando comparado ao saldo de igual período de 2012. No segmento de grandes empresas, o saldo da carteira foi de R$ 126.180 milhões, aumento de 21,6% na comparação com 31 de dezembro de 2012, e no segmento de micro, pequenas e médias empresas chegou a R$ 81.601 milhões, com redução de 4,2% na comparação com 31 de dezembro de 2012. As operações de empréstimo e financiamento ao varejo aumentaram 6,1% no período, totalizando R$ 249.801 milhões. Em 2013 a carteira de crédito imobiliário, no Brasil, atingiu R$ 34.151 milhões, com crescimento de 32,2% em comparação ao ano anterior. O saldo de financiamento imobiliário para mutuários foi de R$ 24.209 milhões, enquanto no segmento voltado aos empresários, o total contratado alcançou R$ 9.941 milhões.

O saldo da carteira de crédito, sem avais e fianças, atingiu R$ 366.285 milhões em 31 de dezembro de 2012, com crescimento de 6,0% na comparação com 31 de dezembro de 2011. No Brasil, o saldo da carteira de crédito pessoa física somou R$ 150.229 milhões, crescimento de 1,1% quando comparado ao saldo de igual período de 2011. No segmento de grandes empresas, o saldo da carteira foi de R$ 103.728 milhões, com aumento de 14,6% comparado com 31 de dezembro de 2011, e no segmento de micro, pequenas e médias empresas alcançou R$ 85.185 milhões, com redução de 2,3% em comparação com 31 de dezembro de 2011. As operações de empréstimo e financiamento ao varejo reduziram-se 0,1% no período, totalizando R$ 235.414 milhões. Em 2012 a carteira de crédito imobiliário, no Brasil, atingiu R$ 25.837 milhões, com crescimento de 32,2% em comparação ao ano anterior. O saldo de financiamento imobiliário para mutuários foi de R$ 18.047 milhões, enquanto no segmento voltado aos empresários, o total contratado alcançou R$ 7.790 milhões.

Nossa principal fonte de recursos são as captações no mercado aberto no valor de R$ 292.179 milhões e os depósitos no valor de R$ 274.383 em 31 de dezembro de 2013. As captações de depósitos incluem depósitos à vista, de poupança, a prazo e interfinanceiros. Em 31 de dezembro de 2013, os depósitos totais alcançaram R$ 274.383 milhões, representando 36,6% do total de recursos. Em 31 de dezembro de 2012 os depósitos totais alcançaram a aproximadamente R$ 243.200 milhões, representando 34,7% do total de recursos. Já 31 de dezembro de 2011 os depósitos totais chegaram a aproximadamente R$ 242.636 milhões, representando 41,9% do total de recursos. Nossos depósitos a prazo representavam em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, respectivamente, 42,7%, 48,2% e 59,5% do total dos depósitos.

O saldo de depósitos em 31 de dezembro de 2013 apresentou aumento de 12,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado pelo crescimento de 27,2% das captações por depósitos de poupança e pelo aumento de 22,8% das captações por depósitos à vista.

O saldo de depósitos em 31 de dezembro de 2012 apresentou aumento de 0,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente pelo aumento de 24,2% das captações por depósitos de poupança e pelo crescimento de 20,7% das captações por depósitos à vista, compensado por uma redução de 18,9% das captações por depósitos a prazo.

O patrimônio líquido consolidado totalizou R$ 81.024 milhões em 31 de dezembro de 2013, atingiu R$ 74.220 milhões ao final de 2012 e R$ 71.347 milhões na mesma data de 2011, com crescimentos de 9,2% de 31 de dezembro de 2013 em relação a 2012 e 4,0% de 31 de dezembro de 2012 em relação ao mesmo período de 2011. A variação entre os períodos de 2013, 2012 e 2011 é devida basicamente aos resultados dos períodos. Em 2012, a contabilização da operação de aquisição das ações de minoritários da Redecard como transação de capital contribuiu para o aumento do patrimônio líquido.

Em R$ milhões

	Exercício 2013	Exercício 2012	Exercício 2011	Exercício 2010	2013 X 2012	2012 X 2011
Resultado da intermediaçâo financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa	**45.119**	**50.496**	**47.224**	**44.647**	**-10,6%**	**6,9%**
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	**(13.595)**	**(19.362)**	**(14.424)**	**(9.911)**	**-29,8%**	**34,2%**
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.655)	(24.025)	(19.912)	(14.121)	-22,4%	20,7%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.060	4.663	5.488	4.209	8,5%	-15,0%
Resultado bruto da intermediação financeira	**31.525**	**31.134**	**32.800**	**34.736**	**1,3%**	**-5,1%**
Outras receitas/despesas operacionais	**(11.769)**	**(14.845)**	**(14.545)**	**(14.481)**	**-20,7%**	**2,1%**
Receitas de prestação de serviços	16.811	14.488	13.912	12.341	16,0%	4,1%
Rendas de tarifas bancárias	7.255	5.825	5.135	4.760	24,5%	13,4%
Resultado de operações com seguros, previdencia e capitalização	3.528	2.990	2.714	2.100	18,0%	10,2%
Despesas de pessoal	(15.329)	(14.027)	(13.356)	(12.452)	9,3%	5,0%
Outras despesas administrativas	(15.087)	(14.192)	(14.100)	(13.598)	6,3%	0,7%
Despesas tributárias	(4.328)	(4.485)	(4.092)	(4.168)	-3,5%	9,6%
Resultado de participaçoes em coligadas/controladas	834	335	39	423	149,0%	749,1%
Outras receitas operacionais	957	278	378	529	244,2%	-26,4%
Outras despesas operacionas	(6.409)	(6.058)	(5.177)	(4.415)	5,8%	17,0%
Resultado operacional	**19.756**	**16.289**	**18.255**	**20.255**	**21,3%**	**-10,8%**
Resultado nao operacional	**37**	**1.242**	**191**	**81**	**-97,0%**	**550,7%**
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	**19.793**	**17.531**	**18.445**	**20.336**	**12,9%**	**-5,0%**
Imposto de renda e contribuição social	**(3.702)**	**(3.224)**	**(2.855)**	**(5.886)**	**14,8%**	**12,9%**
Participações estatutarias no lucro	**(259)**	**(159)**	**(192)**	**(261)**	**62,8%**	**-17,1%**
Administradores - estatutarias	**(259)**	**(159)**	**(192)**	**(261)**	62,8%	-17,1%
Participação minoritária nas subsidiarias	**(136)**	**(554)**	**(778)**	**(866)**		**-28,8%**
Lucro liquido	**15.696**	**13.594**	**14.621**	**13.323**	**15,5%**	**-7,0%**

Item 10.1 - Complemento:

Não se aplica.

Comentários sobre as principais variações nas demonstrações de resultados dos anos de 2013, 2012 e 2011 estão demonstrados no item 10.2.(a) deste formulário.

10.2 - Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações, em especial:
I - Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
II - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultados das Operações do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2013 comparado com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2012

Destaques

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o lucro líquido consolidado foi de R$ 15.696 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio médio de 20,7%. Em 31 de dezembro de 2013, o ativo consolidado totalizou R$ 1.105.721 milhões e o patrimônio líquido consolidado foi de R$ 81.024 milhões, em comparação a R$ 1.014.425 milhões e R$ 74.220 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o índice de basileia consolidado operacional foi de 16,6%.

O saldo de operações de crédito, incluindo avais e fianças, foi de R$ 483.397 milhões em 31 de dezembro de 2013 com um aumento de 13,3% em comparação a 31 de dezembro de 2012. O saldo de operações de crédito, incluindo avais e fianças, cresceu principalmente em portfolios de menores riscos e spreads em 2013 quando comparado a 2012. Em 31 de dezembro de 2013, os créditos para pessoas físicas aumentaram 12,1%, enquanto os créditos para pessoas jurídicas registraram aumento de 11,7%, em comparação a 31 de dezembro de 2012. Com relação aos créditos a pessoas físicas, os destaques foram os empréstimos consignados e crédito imobiliário, que cresceram 66,6% e 34,1% quando comparados aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, respectivamente, principalmente devido a associação com o Banco BMG para a originação de empréstimos consignados e ao ambiente brasileiro favorável ao crédito imobiliário, já que

priorizamos carteiras com risco menor. Com relação aos créditos para pessoas jurídicas, a carteira de grandes empresas cresceu 20,4% em 2013, em comparação a 31 de dezembro de 2012, e esse crescimento foi parcialmente compensado por uma redução de 3,9% na carteira de micro, pequenas e médias empresas. Em 2013, a carteira de crédito de operações no Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina cresceu 33,4% em comparação a 31 de dezembro de 2012. Esse aumento reflete o crescimento das nossas operações fora do Brasil e a desvalorização do Real em relação às moedas daqueles países e ao dólar norte-americano no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa (despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquidas de recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo) reduziu-se em 29,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Essa redução ocorreu, principalmente, em decorrência da redução observada no índice de inadimplência, decorrente de nosso foco em portfólios de produtos e clientes de menores riscos. O índice de inadimplência (operações de crédito vencidas há mais de 90 dias) foi de 3,7% em 31 de dezembro de 2013, representando uma redução de 1,1 ponto percentual quando comparado a 31 de dezembro de 2012, menor nível histórico desde as fusão entre o Itaú e Unibanco em novembro de 2008. Desconsiderando-se a carteira da Credicard, o indicador teria atingido 3,6% em 31 de dezembro de 2013.

O índice de cobertura de 90 dias (definido como a provisão total para créditos de liquidação duvidosa como uma porcentagem das operações de crédito da nossa carteira que estão vencidas há 90 dias ou mais) foi de 174% em 31 de dezembro de 2013, em comparação ao índice de cobertura de 90 dias de 158% em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa mínima requerida pela Resolução No. 2.682 do CMN foi aumentada em R$ 159 milhões, atingindo R$ 5.217 milhões. A carteira de créditos renegociados (inclusive pagamentos prorrogados, modificados ou diferidos) totalizou R$ 12.880 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando 3,1% da nossa carteira de crédito total, uma redução de 0,9 ponto percentual na comparação a 31 de dezembro de 2012.

Lucro Líquido

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2013		
	2013	**2012**	**Variação (%)**
	(Em milhões de R$)		
Receita da intermediação financeira	93.821	99.878	(6,1%)
Despesas da intermediação financeira	(48.702)	(49.382)	(1,4%)
Receita da intermediação financeira antes de créditos de liquidação duvidosa	**45.119**	**50.496**	**(10,6%)**
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(13.595)	(19.362)	(29,8%)
Resultado bruto da intermediação financeira	**31.525**	**31.134**	**1,3%**
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.769)	(14.845)	(20,7%)
Receita operacional	19.756	16.289	21,3%
Receita não operacional	37	1.242	(97,0%)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**19.793**	**17.531**	**12,9%**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.702)	(3.224)	14,8%
Participação nos lucros	(259)	(159)	62,8%
Participações minoritárias em subsidiárias	(136)	(554)	(75,4%)
Lucro líquido	**15.696**	**13.594**	**15,5%**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o lucro líquido foi influenciado por resultados não recorrentes. Consulte a Nota 22(k) às nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Receita da Intermediação Financeira

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa receita da intermediação financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2013	2012	Variação (%)
	(Em milhões de R$)		
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	58.839	60.164	(2,2%)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	25.337	25.803	(1,8%)
Seguros, previdência e capitalização	3.893	7.144	(45,5%)
Operações de câmbio	1.325	1.283	3,3%
Depósitos compulsórios	4.428	5.484	(19,3%)
Total da receita da intermediação financeira	**93.821**	**99.878**	**(6,1%)**

A receita da intermediação financeira diminuiu 6,1%, de R$ 99.878 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 93.821 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R$ 6.057 milhões Esta redução ocorreu principalmente devido à diminuição na receita de seguros, previdência e capitalização, de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, de depósitos compulsórios e de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Receita das Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos, incluindo avais e fianças

A receita das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos diminuiu 2,2%, de R$ 60.164 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 58.839 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, uma diminuição de R$ 1.325 milhões. Essa diminuição ocorreu principalmente em virtude da mudança no mix de nossa carteira de crédito, com foco em produtos e clientes com menores riscos, resultando, consequentemente em menores spreads e menores níveis de inadimplência.

A tabela a seguir apresenta o volume das operações de crédito com empréstimos (inclusive avais e fianças) classificadas por tipo de credor (pessoas físicas e jurídicas), detalhadas por tipo de produto, no caso de pessoas físicas, e de porte, no caso de pessoas jurídicas.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2013	2012	Variação (%)
	(Em milhões de R$)		
Crédito a pessoas físicas	**168.968**	**150.697**	**12,1%**
Cartão de crédito	54.234	40.614	33,5%
Empréstimos pessoais	27.373	26.999	1,4%
Crédito Consignado	22.578	13.551	66,6%
Veículos	40.319	51.220	(21,3%)
Crédito imobiliário[(1)]	24.209	18.047	34,1%
Crédito rural[(1)]	254	266	(4,6%)
Crédito a pessoas jurídicas[(1)]	**275.340**	**246.605**	**11,7%**
Grandes empresas	190.140	157.912	20,4%
Micro, pequenas e médias empresas	85.200	88.693	(3,9%)
América Latina	**39.088**	**29.293**	**33,4%**
Total de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (inclusive avais e fianças)	**483.397**	**426.595**	**13,3%**

(1) As carteiras de crédito imobiliário e de crédito rural estão apresentadas em operações para pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, de acordo com o tipo de cliente. Em 31 de dezembro de 2013, o total da carteira de crédito imobiliário, no Brasil, foi de R$34.151 milhões e da carteira de crédito rural foi de R$7.268 milhões, em comparação a R$25.837 milhões e R$6.616 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012.

O saldo de operações de crédito, incluindo avais e fianças, foi de R$ 483.397 milhões em 31 de dezembro de 2013 com um aumento de 13,3% em comparação ao saldo de R$ 426.595 milhões em 31 de dezembro de 2012, em consonância com o crescimento do mercado para bancos privados. O saldo de operações de crédito, incluindo avais e fianças, cresceu principalmente em portfolios de menores riscos e spreads em 2013 quando comparado a 2012. O saldo da carteira de pessoas físicas totalizou R$168.968 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumento de 12,1% em comparação a 31 de dezembro de 2012. As carteiras de cartões de crédito e de empréstimos pessoais cresceram 33,5% e 1,4%, respectivamente, quando comparadas a 31 de dezembro de 2012. A carteira de crédito consignado apresentou aumento de 66,6% em relação a 31 de dezembro de 2012, principalmente devido aos empréstimos consignados adquiridos do Banco BMG S.A., já que priorizamos cada vez mais as carteiras de menor risco. O financiamento de veículos diminuiu 21,3% em 31 de dezembro de 2013, comparado a 31 de dezembro de 2012, consequência de nossas maiores exigências para a concessão de empréstimos durante este período, as quais resultaram em valor mais alto de entrada e menores prazos de financiamento. O crédito imobiliário a pessoas físicas registrou aumento de 34,1% em 31 de dezembro de 2013, resultante do ambiente especialmente favorável para esta linha de crédito no Brasil. O saldo da carteira de pessoas jurídicas totalizou R$ 275.340, crescimento de 11,7% em relação a 31 de dezembro de 2012, influenciado principalmente pelo aumento das

operações de crédito pra grandes empresas. O total dessas operações foi de R$ 190.140 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 20,4% em comparação a 31 de dezembro de 2012, devido principalmente ao financiamento à exportação/importação e aos empréstimos consignados adquiridos de outras instituições financeiras. Em 2013, a carteira de crédito de operações no Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina cresceu 33,4% em comparação a 31 de dezembro de 2012. Esse aumento reflete o crescimento das nossas operações fora do Brasil e a desvalorização do Real em relação às moedas daqueles países e ao dólar norte-americano no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Nossa carteira de créditos em renegociação, inclusive pagamentos prorrogados, modificados e diferidos, totalizaram R$ 12.880 milhões em 31 de dezembro de 2013, o que representa 3,1% do total da nossa carteira de crédito. Em 31 de dezembro de 2013, o índice da provisão de créditos de liquidação duvidosa em relação à carteira de crédito renegociada foi de 51,9%, um aumento de 160 pontos base em comparação a 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o índice de inadimplência em relação aos créditos renegociados foi de 30,0%, redução de 360 pontos base.

Receita de Operações com Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

A receita de operações com valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos diminuiu 1,8% ou R$ 465 milhões, de R$ 25.803 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 25.337 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Esta redução na receita de operações com valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos reflete os ganhos menores com estes instrumentos utilizados para proteção contra o impacto das oscilações da taxa de câmbio sobre nossos investimentos em subsidiárias no exterior e, também, a redução da SELIC média entre os períodos.

Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização

O resultado de operações de seguros, previdência e capitalização reduziu 45,5%, de R$7.144 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$3.893 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, redução de R$3.251 milhões, em função das menores receitas de previdência, influenciadas pelo movimento de alta nas taxas de juros futuras, que impactou todos os fundos de renda fixa do mercado de previdência.

Resultado de Operações de Câmbio

O resultado de operações de câmbio cresceu de R$ 1.283 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para R$1.325 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Este aumento no resultado de operações de câmbio resultou principalmente de maiores ganhos com arbitragem em operações de câmbio.

Resultado de Depósitos Compulsórios

O resultado de depósitos compulsórios diminuiu 19,3% ou R$ 1.056 milhões, de R$ 5.484 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 4.428 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, tínhamos depósitos compulsórios de R$ 77.010 milhões comparados a R$ 63.701 milhões em 31 de dezembro de 2012, dos quais R$ 71.877 milhões e R$ 57.253 milhões, respectivamente, remunerados a juros. Esta redução ocorreu, principalmente, em virtude da redução na média da taxa SELIC, de 8,6% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para 8,3% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Despesas da Intermediação Financeira

A tabela a seguir descreve os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira em 2013 e 2012.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2013	2012	Variação (%)
	(Em milhões de R$)		
Despesas de captações no mercado	41.599	40.426	2,9%
Despesas de Provisões técnicas de previdência e capitalização	3.436	6.513	(47,2%)
Despesas com empréstimos e repasses	3.666	2.443	50,1%
Total de despesas da intermediação financeira	**48.702**	**49.382**	**(1,4%)**

As despesas da intermediação financeira diminuíram 1,4%, de R$ 49.382 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 48.702 milhões no ano de 2013, uma redução de R$ 680 milhões, ocorrida principalmente devido à diminuição das despesas com aplicações no mercado aberto, conforme apresentado a seguir.

Despesas de Captações no Mercado

As despesas de captações no mercado registraram um aumento de 2,9%, de R$ 40.426 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 41.599 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, um crescimento R$ 1.173 milhões. Este aumento foi influenciado pelo aumento no saldo de depósitos e pelo impacto das oscilações na taxa de câmbio sobre o passivo expresso ou indexado a moedas estrangeiras. Esta diminuição foi parcialmente compensada por uma redução na taxa média SELIC, de 8,6% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para 8,3% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Despesas Financeiras com Provisões Técnicas de Previdência e Capitalização

As despesas financeiras com provisões técnicas de previdência e capitalização reduziram 47,2%, de R$6.513 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$3.436 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, redução de R$3.077 milhões, devido principalmente a redução das despesas de previdência.

Despesas com Obrigações por Empréstimos e Repasses

As despesas com obrigações por empréstimos e repasses cresceram 50,1%, ou R$ 1.223 milhões, de R$ 2.443 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 3.666 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, devido principalmente ao impacto das variações cambiais sobre obrigações por empréstimos e repasses expressos ou indexados a moedas estrangeiras.

Receita de Operações Financeiras antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa

A receita de operações financeiras antes dos créditos de liquidação duvidosa reduziu-se em 10,6%, de R$ 50.496 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 45.119 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R$ 5.377 milhões, principalmente como resultado dos fatores descritos nos tópicos de "— Receita de Operações Financeiras" e "— Despesas com Operações Financeiras."

Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa

O resultado de créditos de liquidação duvidosa foi 29,8% menor que em 2012, passando de R$19.362 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$13.595 milhões no mesmo período de 2013, uma queda de R$5.767 milhões. A tabela a seguir descreve os principais componentes do nosso resultado de créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2013	2012	Variação (%)
	(R$ milhões)		
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.655)	(24.025)	(22,4%)
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.060	4.663	8,5%
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(13.595)**	**(19.362)**	**(29,8%)**

Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A despesa de provisão para créditos de liquidações duvidosas apresentou redução de 22,4%, de R$24.025 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$18.655 milhões em 2013, uma queda de R$5.370 milhões. Esta redução ocorreu principalmente devido à adoção de políticas de maior seletividade na concessão de crédito que resultou em queda nos níveis de inadimplência. Nosso índice de inadimplência acima de 90 dias em 31 de dezembro de 2013 foi 3,7%, queda de 1,1 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R$26.371 milhões. Desse total, R$21.154 milhões referem-se ao nível mínimo exigido pela Resolução no. 2.682 do CMN e R$5.217 milhões referem-se à provisão complementar. No mesmo período, a relação entre o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e a nossa carteira de crédito atingiu 6,4%, queda de 1,2 ponto percentual em relação a 31 de dezembro de 2012.

Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo

A receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo somou R$5.060 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, 8,5% acima do mesmo período do ano anterior, quando essa receita foi de R$4.663 milhões. Os maiores esforços de cobrança foram a principal causa desse aumento.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou 1,3%, passando de R$31.134 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$31.525 milhões no mesmo período de 2013. O aumento de R$ 391 milhões ocorreu devido à melhora no resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de outras receitas (despesas) operacionais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2013	2012	Variação (%)
	(R$ milhões)		
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	24.066	20.313	18,5%
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	3.528	2.990	18,0%
Despesas de pessoal	(15.329)	(14.027)	9,3%
Outras despesas administrativas	(15.087)	(14.192)	6,3%
Despesas tributárias	(4.328)	(4.485)	(3,5%)
Resultado de participações em coligadas e outros investimentos	834	335	149,0%
Outras receitas operacionais	957	278	244,2%
Outras despesas operacionais	(6.409)	(6.058)	5,8%
Total de outras receitas (despesas) operacionais	**(11.769)**	**(14.845)**	**(20,7%)**

Receita de Prestação de Serviços e Renda de Tarifas Bancárias

As receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias aumentaram 18,5%, de R$20.313 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$24.066 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, um crescimento de R$3.753 milhões.

As receitas de prestação de serviços aumentaram 16,0%, de R$14.488 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$16.811 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R$2.323 milhões. Este aumento deveu-se principalmente ao aumento de R$ 1.445 milhões, ou 23,5%,das receitas de cartões de crédito em comparação a 31 de dezembro de 2012. Também apresentamos um aumento de 15,9%, ou R$491 milhões, das receitas de administração de recursos em comparação a 31 de dezembro de 2012, devido principalmente ao aumento de 7,7% das receitas de administração de consórcios, de R$ 218 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 410 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As rendas de tarifas bancárias cresceram 24,5%, de R$5.825 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$7.255 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, influenciadas principalmente pelo aumento de R$819 milhões, ou 35,0%, das receitas de pacotes de serviços de conta corrente, em função do maior volume de operações e à venda de novos pacotes de serviços e pelo crescimento de R$ 427 milhões das receitas com anuidades de cartões de créditos.

Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização

O resultado de operações de seguros, previdência e capitalização aumentou 18,0% de R$2.990 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$3.528 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R$538 milhões, influenciado principalmente pelas menores despesas de variações das provisões técnicas no período.

Despesas de Pessoal

Nossas despesas de pessoal aumentaram 9,3%, de R$14.027 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$15.329 milhões em 2013, um aumento de R$1.302 milhões. O aumento das despesas de pessoal ocorreu, principalmente, devido ao impacto dos acordos sindicais assinados em outubro de 2012 e 2013, que corrigiram as verbas de remuneração, benefícios sociais e encargos em 7,5% e 8,0%, respectivamente, com impactos provisionados a partir de setembro de cada ano.

Outras despesas administrativas

As despesas administrativas aumentaram 6,3% de R$14.192 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$15.087 milhões no mesmo período de 2013, um aumento de R$895 milhões. Esse crescimento em outras despesas administrativas foi devido principalmente a maiores despesas com Propaganda, Promoções e Publicações e a despesas relacionadas a maior atividade operacional, especialmente as relacionadas a processamento de dados e telecomunicação. Além disso, nossas despesas com depreciação e amortização cresceram 13,7% em relação ao ano anterior, principalmente devido a maiores despesas com amortização de softwares.

Despesas tributárias

Nossas despesas tributárias diminuíram 3,5%, de R$ 4.485 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 4.328 milhões em 2013, uma redução de R$ 157 milhões. A redução ocorreu principalmente devido ao efeito sobre os as despesas tributárias do resultado do hedge em nossos investimentos em subsidiárias no exterior, com o uso de passivos expressos em moeda estrangeira ou instrumentos derivativos que são dedutíveis para fins de tributação no Brasil.

Resultado de participações em coligadas e outros investimentos

Nosso resultado de participações em coligadas e outros investimentos aumentou 149,0%, de R$ 335 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$834 milhões em 2013, crescimento de R$ 499 milhões, principalmente em função do maior resultado com a participação da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e do efeito da avaliação do investimento no Instituto de Resseguros do Brasil - IRB por equivalência patrimonial a partir do 4º trimestre/13, considerando avaliação de influência significativa após conclusão do processo de desestatização. Para informações adicionais, ver Nota Explicativa 16 (a) nas demonstrações contábeis consolidadas anuais.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais aumentaram 244,2%, de R$ 278 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 957 milhões em 2013, uma evolução de R$ 678 milhões.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram 5,8%, de R$ 6.058 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 6.409 milhões em 2013, um aumento de R$ 351 milhões, principalmente devido a um aumento na provisão para contingências fiscais e previdenciárias.

Resultado Operacional

Nosso resultado operacional aumentou 21,3%, de R$ 16.289 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 19.756 milhões em 2013, um crescimento de R$ 3.467 milhões.

Resultado Não Operacional

Nosso resultado não operacional apresentou redução de 97% em relação ao ano anterior, passando de R$ 1.242 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R$ 37 milhões em 2013, uma queda de R$ 1.205 milhões. Em 2012, tivemos o resultado da venda de nossa participação na Serasa S.A. no valor de R$1.542 milhões.

Resultado antes da Tributação sobre Lucro e Participação no Lucro

Nosso resultado antes da tributação sobre o lucro e participação no lucro cresceu 12,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, passando de R$17.531 milhões para R$ 19.793 milhões em 2013, uma evolução de R$ 2.262 milhões.

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2013	**2012**	**Variação (%)**
	(R$ milhões)		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	19.793	17.531	12,9%
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(7.917)	(7.012)	12,9%
Acréscimos (decréscimos) aos encargos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de:	4.215	3.788	11,3%
(Adições) Exclusões			
Variação cambial de investimentos no exterior	1.375	617	122,9%
Juros sobre o capital próprio	1.619	1.789	(9,5%)
Dividendos, juros sobre títulos da dívida externa e incentivos fiscais	170	188	(9,6%)
Constituição (reversão) de períodos anteriores	-	738	(100,0%)
Outros	1.050	456	130,3%
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	**(3.702)**	**(3.224)**	**14,8%**

O imposto de renda e a contribuição social aumentaram 14,8%, somando R$ 3.702 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, comparada a uma despesa de R$3.224 milhões em 2012. O aumento nas despesas com imposto de renda e contribuição social aconteceu em linha com o aumento no nosso resultado antes do imposto de renda e contribuição social.

O total do nosso imposto de renda é composto de imposto de renda corrente e imposto diferido. Algumas receitas e despesas são reconhecidos em nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributável, e, por outro lado, certos valores são receitas tributáveis ou despesas dedutíveis na determinação da nossa tributação sobre o lucro, mas não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como “diferenças permanentes”. De acordo com a legislação tributária brasileira, os ganhos e as perdas cambiais sobre nossos investimentos em controladas

no exterior não são tributáveis se representam um ganho, ou não são dedutíveis, se representam perda, elas constituem uma diferença permanente. A partir de uma perspectiva econômica, protegemos nossos investimentos em controladas no exterior usando passivos ou instrumentos derivativos expressos em moedas estrangeiras. Os ganhos ou perdas sobre instrumentos derivativos e os ganhos e perdas cambiais sobre passivos expressos em moedas estrangeiras são tributáveis ou dedutíveis de acordo com a legislação tributária brasileira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a depreciação do real frente às moedas estrangeiras com as quais nossas controladas operam geraram perdas que não são dedutíveis segundo a legislação tributária do Brasil. A depreciação do real gerou ganhos tributáveis com instrumentos derivativos utilizados como hedge econômico e ganhos cambiais tributáveis sobre passivos utilizados como hedge econômico.

Participação nos Lucros

A participação nos lucros dos membros da nossa administração cresceu 62,8%, de R$159 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R$259 milhões em 2013, um aumento de R$100 milhões.

Participação minoritária nas subsidiárias

Os resultados da participação minoritária nas subsidiárias diminuíram de uma despesa de R$554 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para uma despesa R$136 milhões em 2013, o que representou uma redução de 75,4% ou R$418 milhões, principalmente como efeito da aquisição de nossa participação na Redecard S.A. Para informações adicionais, consulte a Nota Explicativa 16(e) nas demonstrações contábeis consolidadas anuais.

Resultados das Operações do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2012 comparado com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2011

Destaques

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o lucro líquido consolidado foi de R$13.594 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio médio de 18,4%. Em 31 de dezembro de 2012, o ativo consolidado totalizou R$1.014.425 milhões e o patrimônio líquido consolidado foi de R$74.220 milhões, em comparação a R$851.332 milhões e R$71.347 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, o índice de solvência em base totalmente consolidada foi de 16,7%.

O saldo de operações de crédito, incluindo avais e fianças, foi de R$426.595 milhões em 31 de dezembro de 2012 com um aumento de 7,5% em comparação a 31 de dezembro de 2011. O saldo de operações de crédito, incluindo avais e fianças, cresceu em um ritmo mais lento em 2012 quando comparado a 2011. Em 31 de dezembro de 2012, os créditos para pessoas físicas aumentaram 1,1%, enquanto os créditos para pessoas jurídicas registraram aumento de 8,5%, em comparação a 31 de dezembro de 2011. Com relação aos créditos a pessoas físicas, os destaques foram o crédito imobiliário e os empréstimos consignados, que cresceram 34,2% e 34,1% quando comparados aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, respectivamente, principalmente devido ao ambiente brasileiro favorável ao crédito imobiliário e aos empréstimos consignados adquiridos do Banco BMG S.A., já que priorizamos carteiras com risco menor. Com relação aos créditos para pessoas jurídicas, a carteira de grandes empresas cresceu 15,2% em 2012, em comparação a 31 de dezembro de 2011, e esse crescimento foi parcialmente compensado por uma redução de 1,6% na carteira de micro, pequenas e médias empresas. Em 2012, a carteira de crédito de operações no Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina cresceu 41,7% em comparação a 31 de dezembro de 2011. Este aumento reflete o crescimento das nossas operações fora do Brasil e a desvalorização do Real em relação às moedas daqueles países e ao dólar norte-americano no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa (despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquidas de recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo) aumentou 34,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Esse crescimento ocorreu, principalmente, devido ao aumento no índice de inadimplência, principalmente ao financiamento de veículos e empréstimos pessoais, que seguem as tendências gerais observadas no mercado financeiro brasileiro. Além disto, este aumento reflete o modelo de perdas adotado em nosso gerenciamento de risco de crédito, que prevê o reconhecimento de provisão para perdas em cenários nos quais se espera um aumento nos índices de inadimplência. O índice de inadimplência (operações de crédito vencidas há mais de 90 dias) foi de 4,8% em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 10 pontos base quando comparado a 31 de dezembro de 2011. No quarto trimestre de 2012, cedemos para empresas coligadas uma carteira de financiamento de veículos no valor R$480 milhões, com operações vencidas há mais de 360 dias. Excluindo-se o impacto dessa cessão, o índice de operações vencidas há 90 dias em 31 de dezembro de 2012 teria sido de 4,9%. A partir de 2013, pretendemos continuar a ceder ativos com essas características.

O índice de cobertura de 90 dias (definido como a provisão total para créditos de liquidação duvidosa como uma porcentagem das operações de crédito da nossa carteira que estão vencidas há 90 dias ou mais) foi de 158% em 31 de dezembro de 2012, em comparação ao índice de cobertura de 90 dias de 153% em 31 de dezembro de 2011. Quando o índice de inadimplência diminui, espera-se um aumento na taxa de cobertura. As provisões para créditos de liquidação duvidosa são revertidas somente quando houver uma indicação sólida da recuperação de empréstimos vencidos. Em 31 de dezembro de 2012 provisionamos R$ 5.058 milhões em complemento ao nível mínimo de provisão para créditos de liquidação duvidosa exigido pela Resolução No. 2.682 do CMN. A carteira de crédito renegociado (inclusive pagamentos prorrogados, modificados ou diferidos) totalizou R$ 14.519 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando 4,0% da nossa carteira de crédito total, um aumento de 0,6 ponto percentual em comparação a 31 de dezembro de 2011,

principalmente devido ao aumento no valor de empréstimos garantidos renegociados (principalmente financiamento de veículos).

Lucro Líquido

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2013		
	2012	**2011**	**Variação (%)**
	(Em milhões de R$)		
Receita da intermediação financeira	99.878	101.366	(1,5%)
Despesas da intermediação financeira	(49.382)	(54.143)	(8,8%)
Receita da intermediação financeira antes de créditos de liquidação duvidosa	**50.496**	**47.224**	**6,9%**
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(19.362)	(14.424)	34,2%
Resultado bruto da intermediação financeira	**31.134**	**32.800**	**(5,1%)**
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.845)	(14.545)	2,1%
Receita operacional	16.289	18.255	(10,8%)
Receita não operacional	1.242	191	n.m.
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**17.531**	**18.445**	**(5,0%)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.224)	(2.855)	12,9%
Participação nos lucros	(159)	(192)	(17,2%)
Participações minoritárias em subsidiárias	(554)	(777)	(28,7%)
Lucro líquido	**13.594**	**14.621**	**(7,0%)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o lucro líquido foi influenciado pela realização de ativos de R$836 milhões, devido principalmente a venda de nossa participação na Serasa, pelos créditos tributários registrados em relação ao aumento da alíquota de contribuição social (ganho depois de impostos de R$351 milhões), provisões para contingências resultando de aprimoramento de critérios para reconhecimento de provisões (despesas líquidas de imposto de R$873 milhões), pelo ajuste na participação no Banco BPI para refletir o seu valor de mercado com base no preço da ação até a venda, em 20 de abril de 2012 (despesa líquida de impostos de R$305 milhões), pelo aprimoramento na metodologia de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa (despesa depois de impostos de R$229 milhões), reformulação do programa de recompensa de cartões de crédito (despesa depois de impostos de R$185 milhões) e outros itens não operacionais (despesa depois de impostos de R$43 milhões). Consulte a Nota 22(k) às nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Receita da Intermediação Financeira

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa receita da intermediação financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2012	**2011**	**Variação (%)**
	(Em milhões de R$)		
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	60.164	59.103	1,8%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	25.803	26.061	(1,0%)
Seguros, previdência e capitalização	7.144	5.930	20,5%
Operações de câmbio	1.283	914	40,4%
Depósitos compulsórios	5.484	9.359	(41,4%)
Total da receita da intermediação financeira	**99.878**	**101.366**	**(1,5%)**

A receita da intermediação financeira diminuiu 1,5%, de R$101.366 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$99.878 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, uma redução de R$1.488 milhões. Esta redução ocorreu principalmente devido à diminuição na receita de depósitos compulsórios, compensada parcialmente por aumentos na receita de seguros, previdência e capitalização e de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos.

Receita das Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos, incluindo avais e fianças

A receita das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos aumentou 1,8%, de R$59.103 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$60.164 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$1.061 milhões. Este aumento ocorreu principalmente em virtude do crescimento no volume de operações de crédito e arrendamento mercantil, em especial de empréstimos para grandes empresas, crédito imobiliário, crédito à pessoa física e cartões de crédito, bem como um aumento significativo no volume de operações de crédito e arrendamento

mercantil expressas ou indexadas a moedas estrangeiras. Este aumento foi compensado pelo maior crescimento das carteiras de crédito de operações de risco e spreads mais baixos em relação àquelas com maior risco e spreads.

A tabela a seguir apresenta o volume das operações de crédito com empréstimos (inclusive avais e fianças) classificadas por tipo de credor (pessoas físicas e jurídicas), detalhadas por tipo de produto, no caso de pessoas físicas, e de porte, no caso de pessoas jurídicas.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2012	2011	Variação (%)
	(Em milhões de R$)		
Crédito a pessoas físicas	**150.697**	**149.125**	**1,1%**
Cartão de crédito	40.614	38.961	4,2%
Empréstimos pessoais	26.999	26.227	2,9%
Crédito Consignado	13.551	10.107	34,1%
Veículos	51.220	60.093	(14,8%)
Crédito imobiliário(1)	18.047	13.450	34,2%
Crédito rural(1)	266	287	(7,3%)
Crédito a pessoas jurídicas(1)	**246.605**	**227.209**	**8,5%**
Grandes empresas	157.912	137.119	15,2%
Micro, pequenas e médias empresas	88.693	90.090	(1,6%)
América Latina	**29.293**	**20.678**	**41,7%**
Total de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (inclusive avais e fianças)	**426.595**	**397.012**	**7,5%**

(1) As carteiras de crédito imobiliário e de crédito rural estão apresentadas em operações para pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, de acordo com o tipo de cliente. Em 31 de dezembro de 2012, o total da carteira de crédito imobiliário, no Brasil, foi de R$25.837 milhões e da carteira de crédito rural foi de R$6.616 milhões, em comparação a R$19.550 milhões e R$5.939 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011.

O saldo de operações de crédito, incluindo avais e fianças, foi de R$ 426.595 milhões em 31 de dezembro de 2012 com um aumento de 7,5% em comparação ao saldo de R$ 397.012 milhões em 31 de dezembro de 2011, em consonância com o crescimento do mercado para bancos privados. O saldo da carteira de pessoas físicas totalizou R$150.697 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumento de 1,1% em comparação a 31 de dezembro de 2011. A carteira de cartões de crédito cresceu 4,2% e a carteira de empréstimos pessoais aumentou 2,9% quando comparados a 31 de dezembro de 2011. A carteira de crédito consignado apresentou aumento de 34,1% em relação a 31 de dezembro de 2011, principalmente devido aos empréstimos consignados adquiridos do Banco BMG S.A. O financiamento de veículos diminuiu 14,8% em 31 de dezembro de 2012, comparado a 31 de dezembro de 2011, consequência de nossas maiores exigências para a concessão de empréstimos durante este período, as quais resultaram em valor mais alto de entrada e menores prazos de financiamento. O crédito imobiliário a pessoas físicas registrou aumento de 34,2% em 31 de dezembro de 2012, resultante do ambiente no Brasil, especialmente favorável para esta linha de crédito. O saldo da carteira de pessoas jurídicas totalizou R$ 246.605, crescimento de 8,5% em relação a 31 de dezembro de 2011, influenciado principalmente pelo aumento das operações de crédito pra grandes empresas. O total dessas operações foi de R$157.912 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 15,2% em comparação a 31 de dezembro de 2011. Em 2012, a carteira de crédito de operações no Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina cresceu 41,7% em comparação a 31 de dezembro de 2011. Esse aumento reflete o crescimento das nossas operações fora do Brasil e a desvalorização do Real em relação às moedas daqueles países e ao dólar norte-americano no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Nossa carteira de créditos em renegociação, inclusive pagamentos prorrogados, modificados e diferidos, totalizaram R$14.519 milhões em 31 de dezembro de 2012, o que representa 4,0% do total da nossa carteira de crédito. Em 31 de dezembro de 2012, o índice da provisão de créditos de liquidação duvidosa em relação à carteira de crédito renegociada foi de 50,3%, um aumento de 5,3 pontos percentuais em comparação a 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, o índice de inadimplência em relação aos créditos renegociados foi de 33,6%, redução de 360 pontos base em comparação a 31 de dezembro de 2011.

Receita de Operações com Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

A receita de operações com valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos diminuiu 1,0% ou R$258 milhões, de R$26.061 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$25.803 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Esta redução na receita de operações com valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos reflete os ganhos menores com estes instrumentos utilizados para proteção contra o impacto das oscilações da taxa de câmbio sobre nossos investimentos em subsidiárias no exterior e redução da SELIC.

Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização

O resultado de operações de seguros, previdência e capitalização aumentou 20,5%, de R$5.930 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$7.144 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R$1.214 milhões, devido principalmente ao crescimento nas receitas de previdência, relacionado ao aumento no volume de 28,1% ou R$17.881 milhões, de R$63.605 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$81.486 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Resultado de Operações de Câmbio

O resultado de operações de câmbio cresceu de R$914 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$1.283 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Este aumento no resultado de operações de câmbio resultou principalmente de maiores ganhos com arbitragem em operações de câmbio.

Resultado de Depósitos Compulsórios

O resultado de depósitos compulsórios diminuiu 41,4% ou R$3.875 milhões, de R$9.359 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$5.484 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2012, tínhamos depósitos compulsórios de R$63,701 milhões comparados a R$98.053 milhões em 31 de dezembro de 2011, dos quais R$57.253 milhões e R$90.869 milhões, respectivamente, auferiram juros. Esta redução ocorreu, principalmente, em virtude de uma alteração nos critérios sobre retorno de depósitos compulsórios estabelecida pelas Circulares No. 3.569 e 3.576 que permitiram que parte dos recursos fosse utilizada para o financiamento de veículos em vez de depósitos compulsórios. Além disso, a redução na média da taxa SELIC, de 11,6% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para 8,5% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contribuiu para esta redução no resultado de depósitos compulsórios.

Despesas da Intermediação Financeira

A tabela a seguir descreve os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira em 2012 e 2011.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação (%)
	(Em milhões de R$)		
Despesas de captações no mercado	40.426	46.285	(12,7%)
Despesas de Provisões técnicas de previdência e capitalização	6.513	5.239	24,3%
Despesas com empréstimos e repasses	2.443	2.618	(6,7%)
Total de despesas da intermediação financeira	**49.382**	**54.143**	**(8,8%)**

As despesas da intermediação financeira diminuíram 8,8%, de R$54.143 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$49.382 milhões no ano de 2012, uma redução de R$4.760 milhões, ocorrida principalmente devido à diminuição das despesas com aplicações no mercado aberto, conforme apresentado a seguir.

Despesas de Captações no Mercado

As despesas de captações no mercado registraram redução de 12,7%, de R$46.285 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$40.426 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um decréscimo de R$5.859 milhões. Esta diminuição ocorreu principalmente devido à queda na média da taxa SELIC, de 11,8% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para 8,6% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Esta redução foi parcialmente compensada por um ligeiro aumento no saldo de depósitos e pelo impacto das oscilações na taxa de câmbio sobre o passivo expresso ou indexado a moedas estrangeiras.

Despesas Financeiras com Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização

As despesas financeiras com provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização aumentaram 24,3%, de R$5.239 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$6.513 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um crescimento de R$1.274 milhões, ocorrido principalmente devido ao aumento de 28,1% no volume de planos de previdência administrados por nós, de R$63.296 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$81.198 milhões em 31 de dezembro de 2012, em virtude do ambiente econômico brasileiro favorável aos planos de previdência privada.

Despesas com Obrigações por Empréstimos e Repasses

As despesas com obrigações por empréstimos e repasses diminuíram 6,7%, ou R$175 milhões, de R$2.618 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$2.443 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido principalmente ao impacto das variações cambiais sobre obrigações por empréstimos e repasses expressos ou indexados a moedas estrangeiras.

Receita de Operações Financeiras antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa

A receita de operações financeiras antes dos créditos de liquidação duvidosa aumentou 6,9%, de R$47.224 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$50.496 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$3.272 milhões, principalmente como resultado dos fatores descritos nos tópicos de "— Receita de Operações Financeiras" e "— Despesas com Operações Financeiras."

Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa

O resultado de créditos de liquidação duvidosa aumentou 34.2%, de R$14.424 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$19.362 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$4.938 milhões. A tabela abaixo descreve os principais componentes de nosso resultado de créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2012	2011	Variação (%)
	(Em milhões de R$)		
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.025)	(19.912)	20,7%
Receita de recuperação de créditos baixados como perdas	4.663	5.488	(15,0%)
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	**(19.362)**	**(14.424)**	**34,2%**

Despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaram 20,7%, de R$19.912 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$24.025 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$4.113 milhões, devido ao crescimento nos níveis de inadimplência em nossas carteiras de financiamento de veículos e de crédito pessoal. Adicionalmente, esse aumento reflete o modelo de perda esperada adotado por nossa gerência de risco de crédito que antecipa o aprovisionamento de perdas em cenários de crescimento esperado em níveis de operações de crédito de curso anormal, além dos níveis mínimos da provisão para créditos de liquidação duvidosa exigidos pela Resolução no. 2.682. Nosso índice de inadimplência (operações de crédito vencidas há mais de 90 dias) foi de 4,8% em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 10 pontos base em relação a 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, este aumento também é devido ao aumento de 7,5% no saldo total de nossas operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, incluindo avais e fianças, durante o período.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R$27.745 milhões. Desse total, R$22.687 milhões referem-se ao nível mínimo exigido pela Resolução CMN no. 2.682 e R$5.058 milhões relacionam-se a provisões complementares ao mínimo regulamentar.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação a nossa carteira de crédito foi de 7,6% em comparação a 7,5% em 31 de dezembro de 2011.

Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Perdas

A receita de recuperação de créditos baixados como perdas diminuiu 15,0%, de R$5.488 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$4.663 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, uma redução de R$825 milhões. Esta redução deveu-se basicamente a uma alteração, realizada no primeiro trimestre de 2012, nos critérios de contabilização de descontos concedidos na renegociação de créditos já baixados para prejuízo, que anteriormente reduziam a receita de operações financeiras (afetando as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos) e que são atualmente refletidas na receita de recuperação de créditos baixados como perdas. Essa alteração no critério teria reduzido a receita de recuperação de créditos baixados para prejuízo em R$609 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 caso tivesse sido implantada em 2011 e a receita de recuperação de créditos baixados como perdas teria sido reduzida em 4,4% em 2012.

Receita Bruta de Operações Financeiras

A receita bruta de operações financeiras diminuiu 5,1%, de R$32.800 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$31.134 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, uma redução de R$1.666 milhões.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de outras receitas (despesas) operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2012	2011	Variação (%)
	(Em milhões de R$)		
Receita de prestação de serviços e renda de tarifas bancárias	20.313	19.048	6,6%
Resultado de operações de seguros, previdência e capitalização	2.990	2.714	10,2%
Despesas de pessoal	(14.027)	(13.356)	5,0%
Outras despesas administrativas	(14.192)	(14.100)	0,7%
Despesas tributárias	(4.485)	(4.092)	9,6%
Resultado de participações em coligadas e outros investimentos	335	40	737,5%
Outras receitas operacionais	278	393	(29,3%)
Outras despesas operacionais	(6.058)	(5.192)	16,7%
Total de outras receitas (despesas) operacionais	**(14.845)**	**(14.545)**	**2,1%**

Receita de Prestação de Serviços e Renda de Tarifas Bancárias

As receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias aumentaram 6,6%, de R$19.048 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$20.313 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um crescimento de R$1.265 milhões.

As receitas de prestação de serviços aumentaram 4,1%, de R$13.912 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$14.488 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$576 milhões. Este aumento deveu-se principalmente ao aumento de receitas de taxas de administração de ativos sob gestão de R$476 milhões, ou 18,2%, de R$2.608 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$3.084 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido principalmente ao aumento de 25,0% no volume de ativos sob gestão, que evoluíram de R$449.693 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$561.958 milhões em 31 de dezembro de 2012. Também apresentamos um aumento de 8,4%, ou R$120 milhões, em outras receitas de prestação de serviços devido basicamente às maiores receitas da unidade de banco de investimentos, principalmente àquelas relacionadas a atividades de consultoria econômica e financeira. Adicionalmente, a receita de serviços de recebimentos aumentou 8,0%, de R$1.333 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$1.440 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$107 milhões, relativo ao crescimento em nossa atividade operacional. O maior volume de nossas operações com clientes foi parcialmente compensado pelas recentes reduções em algumas de nossas receitas de prestação de serviços.

As rendas de tarifas bancárias aumentaram 13,4%, de R$5.135 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$5.825 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$690 milhões, devido principalmente ao aumento na receita de cartões de crédito de R$429 milhões, ou 30,9%, de R$1.386 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$1.814 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Esse crescimento também foi resultado de um aumento de 53,7%, ou R$817 milhões, na receita de serviços de conta corrente, devido principalmente ao maior volume de operações e à venda de novos pacotes de serviços. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela suspensão na cobrança de encargos sobre alterações contratuais e à redução nas operações de financiamento de veículos e de arrendamento mercantil.

Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização

O resultado de operações de seguros, previdência e capitalização aumentou 10,2% de R$2.714 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$2.990 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$276 milhões. O aumento em nosso resultado de operações de seguros, previdência e capitalização foi afetado principalmente pelo crescimento nos prêmios e contribuições, juntamente com aumentos no volume de vendas de produtos securitários.

Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal aumentaram 5.0%, de R$13.356 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$14.027 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$671 milhões. Este aumento foi resultado basicamente do crescimento nas despesas com desligamentos e reclamações trabalhistas relativas ao processo de reorganização do Itaú Unibanco em 2012. Este aumento também se deveu aos acordos coletivos de trabalho celebrados em setembro de 2011, que aumentou o volume de remuneração e benefícios em 9,0% para todos os funcionários em setembro de 2012, que, por sua vez, aumentou a remuneração dos colaboradores em 7,5% e os benefícios em 8,5%. O número de funcionários foi reduzido em 7,8%, de 104.542 funcionários em 31 de dezembro de 2011, para um total de 96.977 funcionários em 31 de dezembro de 2012, devido principalmente a iniciativas de reorganização em nossa unidade de negócio de crédito ao consumidor destinada a integrar os sistemas e processos em uma plataforma única, a fim de capturar sinergias nas nossas operações de consumo e relativas à revisão estratégica de determinadas empresas (como parte dessa revisão, certas posições dentro de nosso negócio de crédito ao consumidor foram transferidas para nossos parceiros no varejo) e, em um grau menor, devido à venda da Orbitall, que reduziu o número de funcionários em 1.231.

Outras Despesas Administrativas

As outras despesas administrativas aumentaram 0,7%, de R$14.100 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$14.192 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$92 milhões. Este aumento deveu-se principalmente aos efeitos da inflação sobre a maior parte dos contratos e custos, como de serviços públicos, e outros necessários para o crescimento orgânico de nossas operações. Também registramos aumento nas despesas com a maior atividade operacional, especialmente relativa a processamento de dados e comunicação, serviços de terceiros, inclusive serviços de marketing e consultoria, e serviços relacionados ao sistema financeiro.

Despesas Tributárias

As despesas tributárias aumentaram 9,6%, de R$4.092 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$4.485 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$393 milhões. Este aumento nas despesas tributárias deveu-se principalmente à maior atividade operacional.

Resultado de Equivalência Patrimonial em Subsidiárias e Outros Investimentos

O resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias e outros investimentos foi um ganho de R$335 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 comparado ao ganho de R$40 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente ao ajuste em nossa participação no Banco BPI para refletir seu valor de mercado com base no preço da ação antes da venda ao Grupo La Caixa em 20 de abril de 2012.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais diminuíram 29,3% de R$393 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$278 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, uma redução de R$115 milhões, basicamente relacionada à reversão de provisões operacionais no valor de R$92 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram 16,7%, de R$5.192 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$6.058 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um aumento de R$866 milhões, devido principalmente a alterações, em 2012, nos critérios de modelos de aprovisionamento que aumentaram as provisões para contingências com processos judiciais principalmente relativas a planos econômicos, fiscais e previdenciárias e processos cíveis.

Resultado Operacional

O resultado operacional diminuiu 10,8%, de R$18.255 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$16.289 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, uma redução de R$1.966 milhões.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional aumentou de R$191 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$1.242 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, basicamente pelo resultado da venda de nossa participação na Serasa S.A. no valor de R$1.542 milhões, parcialmente compensado pelas despesas incorridas com a venda de nossa participação no Banco BPI ao Grupo La Caixa e pela venda da Orbitall.

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações no Lucro

O resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no lucro diminuiu 5,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, de R$18.445 milhões para R$17.531 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, uma redução de R$914 milhões.

Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2012	2011	Variação (%)
	(Em milhões de R$)		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	17.531	18.445	(5,0%)
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(7.012)	(7.378)	(5,0%)
Acréscimos (decréscimos) aos encargos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de:	3.788	4.523	(16,2%)
Variação cambial de investimentos no exterior	617	1.097	(43,8%)
Juros sobre o capital próprio	1.789	1.662	7,6%
Dividendos, juros sobre títulos da dívida externa e incentivos fiscais	188	280	(32,7%)
Constituição (reversão) de períodos anteriores	738	392	88,3%
Outros	456	1.092	(58,2%)
Total das despesas de imposto de renda e contribuição social	**(3.224)**	**(2.855)**	**12,9%**

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram 12,9%, de um montante de R$2.855 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$3.224 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. O principal fator que contribuiu para esse aumento foi a variação cambial discutida anteriormente. Em 2012, o real desvalorizou-se 8,9% em relação ao dólar norte-americano.

O total de nossa tributação sobre o lucro compreende imposto de renda corrente e diferido. Algumas receitas e despesas são reconhecidos em nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributária e assim como outras receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis na determinação de nossa base tributária, mas que não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como “diferenças permanentes”. De acordo com a legislação tributária brasileira, os ganhos e perdas de variação na taxa de câmbio dos investimentos em subsidiárias no exterior não são tributáveis – se forem ganhos – e não são dedutíveis – se forem perdas, constituindo uma diferença permanente. A partir de uma perspectiva econômica, nós fazemos hedge desses investimentos em subsidiárias no exterior por meio da utilização de passivos expressos em moeda estrangeira ou de instrumentos derivativos. Os ganhos e perdas nos instrumentos derivativos e nas taxas de câmbio de passivos expressos em moeda estrangeira são tributáveis ou dedutíveis, segundo a legislação tributária brasileira. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a desvalorização do real em relação a moedas estrangeiras com as quais nossas subsidiárias operam gerou ganhos que foram reconhecidos para fins tributários. A desvalorização do real gerou perdas tributáveis em instrumentos derivativos usados como hedge econômico e ganhos cambiais em passivos usados como hedge econômico.

Participações no Lucro

As participações no lucro de membros de nossa administração diminuíram 17,2%, de R$192 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$159 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, uma redução de R$33 milhões.

Participações Minoritárias nas Subsidiárias

Os resultados de participações minoritárias nas subsidiárias diminuíram, de uma despesa de R$777 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para uma despesa de R$554 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, uma redução de R$223 milhões, devido principalmente à compra de ações dos acionistas minoritários da Redecard S.A. ("Redecard"). Para mais informações, consulte a Nota 16(e) às demonstrações contábeis consolidadas.

10.2 - Os diretores devem comentar sobre:

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Não houve variações significativas no resultado atribuíveis a modificação de preços de nossos principais insumos e produtos, taxas de câmbio e inflação para os períodos considerados (2013, 2012 e 2011).

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

O gap estrutural, composto por operações comerciais e os respectivos instrumentos financeiros associados, tem se mantido, historicamente, estável e com pequenas oscilações por ser composto principalmente pelos ativos e passivos de nossas atividades de varejo e derivativos usados como hedge contra o risco de mercado dessas operações.

O Value at Risk (VaR) do consolidado manteve-se em patamares menores ao longo do ano de 2013 na comparação com o período anterior. Em 31 de dezembro de 2013, nossa média do VaR Global foi R$224,5 milhões em comparação com R$289,7 milhões em 31 de dezembro de 2012.No período, mantivemos nossa gestão conservadora e carteira diversificada, operando dentro de limites reduzidos em relação ao capital do banco.

Adicionalmente, adotamos uma política de gestão do risco cambial associado às posições patrimoniais, ativas e passivas, que tem como objetivo principal não permitir impactos no resultado consolidado decorrentes de flutuações nas paridades cambiais. A legislação tributária brasileira estabelece que os ganhos e as perdas de variação cambial sobre os investimentos permanentes no exterior não devem ser considerados na base de tributação. Por outro lado, os ganhos e as perdas decorrentes dos instrumentos financeiros utilizados como hedge dessa posição ativa são impactadas pelos efeitos tributários. Assim, para que o resultado não fique exposto à variação cambial, é necessário constituir uma posição passiva em volume superior ao saldo do ativo protegido, o denominado overhedge.

Nossa estratégia de hedge considera ainda todos os efeitos fiscais incidentes: quer os relativos a não tributação ou dedutibilidade da variação cambial em momentos de apreciação ou depreciação, respectivamente, do real ante as moedas estrangeiras, quer os decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos utilizados.

Nos períodos em que a variação da paridade entre o real e as moedas estrangeiras é expressiva, verifica-se significativo impacto nas receitas e despesas financeiras.

A Margem Financeira com o Mercado, advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições proprietárias, da atividade de gestão de gaps de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado (mark to market) de ativos financeiros, totalizou R$ 1.944 em 2013, R$ 3.810 milhões em 2012, R$3.820 milhões em 2011. A redução de R$ 1.866 milhões da margem financeira com o mercado de 2013 em relação a 2012 foi impactada pelo menor resultado com posições pré-fixadas. Já no ano de 2012, observamos uma redução de R$ 10 milhões em relação a 2011.

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475, realizamos análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, foram apresentadas com impacto no resultado, líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da nossa exposição em cenários excepcionais.

A mensuração de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores.

As análises de sensibilidade das Carteiras de Não Negociação e de Negociação aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

R$ milhões

Carteira de Negociação	Exposições	31/12/2013 (*)			31/12/2012 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários			Cenários		
		I	II	III	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(0)	(10)	(19)	(1)	(28)	(56)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	0	(3)	(6)	(0)	(3)	(6)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	4	(100)	(200)	(0)	(10)	(20)
Índices de Preços	Taxas de cupons de índices de preços	(1)	(19)	(36)	(1)	(13)	(25)
TR	Taxas de cupom de TR	0	(0)	(0)	0	(9)	(18)
Ações	Preços de ações	4	(90)	(180)	4	(112)	(225)
	Total sem correlação	**7**	**(221)**	**(442)**	**3**	**(175)**	**(350)**
	Total com correlação	**6**	**(213)**	**(426)**	**2**	**(123)**	**(245)**

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

R$ milhões

Carteiras de Negociação e Não	Exposições	31/12/2013 (*)			31/12/2012 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários			Cenários		
		I	II	III	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(2)	(52)	(105)	(4)	(95)	(190)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	0	(9)	(19)	(1)	(37)	(72)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	3	(80)	(159)	4	(105)	(211)
Índices de Preços	Taxas de cupons de índices de preços	(4)	(104)	(204)	(3)	(66)	(128)
TR	Taxas de cupom de TR	0	(6)	(13)	(5)	(126)	(246)
Ações	Preços de ações	3	(72)	(143)	7	(166)	(332)
	Total sem correlação	**0**	**(323)**	**(642)**	**(2)**	**(595)**	**(1.178)**
	Total com correlação	**0**	**(312)**	**(619)**	**(2)**	**(416)**	**(824)**

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros e índices associados, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações;

Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas taxas de juros e índices associados, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas taxas de juros e índices associados, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

O Balanço Patrimonial por Moedas evidencia os saldos patrimoniais vinculados à moeda nacional e às moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2013, a posição cambial líquida, incluindo investimentos no exterior, é passiva, totalizando US$7.231 milhões. Deve-se salientar que a política de gestão de gaps que adotamos é efetuada considerando os efeitos fiscais dessa posição. Como o resultado de variação cambial sobre o investimento no exterior não é tributado, constituímos um hedge (posição passiva em derivativos cambiais) de maior volume do que o ativo protegido, de forma que o resultado da exposição cambial total, líquido dos efeitos fiscais, é praticamente nulo e, dessa forma, condizente com a estratégia de baixa exposição ao risco adotada por nós.

R$ milhões
(exceto quando indicado diferente)

	31 de dezembro de 2013				
		Negócios no Brasil			
	Consolidado	Total	Moeda Local	Moeda Estrangeira	Negócios no Exterior
Disponibilidades	**16.576**	**8.960**	**6.861**	**2.099**	**8.736**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**159.653**	**139.314**	**139.314**	**0**	**20.995**
Títulos e Valores Mobiliários	**297.334**	**260.863**	**258.323**	**2.539**	**68.438**
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	**385.864**	**305.758**	**292.174**	**13.584**	**98.007**
Operações com características de Concessão de Crédito	412.235	330.448	316.865	13.584	99.688
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(26.371)	(24.690)	(24.690)	0	(1.681)
Outros Ativos	**228.704**	**197.572**	**181.084**	**16.488**	**57.406**
Carteira de Câmbio	46.049	23.903	9.764	14.139	48.094
Outros	182.656	173.669	171.320	2.349	9.312
Permanente	**17.591**	**45.601**	**16.666**	**28.935**	**905**
Total do Ativo	**1.105.721**	**958.067**	**894.422**	**63.645**	**254.486**
Derivativos - posição comprada				**74.949**	
Total do Ativo (a)				**138.594**	

	31 de dezembro de 2013				
		Negócios no Brasil			
	Consolidado	Total	Moeda Local	Moeda Estrangeira	Negócios no Exterior
Depósitos	**274.383**	**192.182**	**191.899**	**283**	**84.640**
Captações no Mercado Aberto	**292.179**	**276.588**	**276.588**	**-**	**15.591**
Recursos de Aceites e Emisão de Títulos	**46.256**	**61.748**	**31.210**	**30.538**	**14.218**
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**76.653**	**63.233**	**42.704**	**20.530**	**31.977**
Relações Interdepedências e Interfinanceiras	**5.117**	**4.910**	**2.744**	**2.167**	**207**
Instrumentos Financeiros Derivativos	**11.420**	**8.797**	**8.797**	**-**	**3.537**
Outras obrigações	**213.598**	**165.613**	**150.870**	**14.743**	**74.262**
Carteira de Câmbio	46.308	24.211	9.857	14.355	48.045
Outras	167.290	141.401	141.013	388	26.218
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	**102.060**	**102.016**	**99.878**	**2.138**	**43**
Resultados de Exercícios Futuros	**1.125**	**975**	**543**	**432**	**150**
Participações Minoritárias nas Subordinadas	**1.903**	**979**	**979**	**-**	**925**
Patrimônio Líquido da Controladora	**81.024**	**81.024**	**81.024**	**-**	**28.935**
Capital Social e Reservas	65.329	65.329	65.329	-	26.875
Resultado do Período	15.696	15.696	15.696	-	2.060
Total do Passivo	**1.105.721**	**958.067**	**887.236**	**70.831**	**254.486**
Derivativos - posição vendida				**84.704**	
Total do Passivo Ajustado (b)				**155.535**	
Posição Cambial Líquida Itaú Unibanco (c = a - b)				**(16.942)**	
Posição Cambial Líquida Itaú Unibanco (c) em US$				**(7.231)**	

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A partir do primeiro trimestre de 2013, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos para que esteja mais alinhada ao acompanhamento da evolução dos resultados. Houve mudanças de nomenclatura, com o intuito de adequá-la à realidade da atual estrutura, sendo agora apresentados os seguintes segmentos: Banco Comercial - Varejo, Crédito ao Consumidor - Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. Os resultados das médias empresas, anteriormente alocadas no antigo segmento Banco Comercial, passam a ser reportados no Banco de Atacado (antigo segmento Itaú BBA).

Os atuais segmentos operacionais do Itaú Unibanco são descritos abaixo:

- ✓ Banco Comercial – Varejo: o resultado do segmento Banco Comercial - Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda, clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas).

- ✓ Crédito ao Consumidor – Varejo: o resultado deste segmento decorre de produtos e serviços financeiros ofertados aos clientes não correntistas. Este segmento abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito e a oferta de crédito para população de baixa renda.

- ✓ Banco de Atacado: o resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- ✓ Atividades com Mercado + Corporação: este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Eventos subsequentes

Venda da Operação de Seguros de Grandes Riscos

Em 04 de julho de 2014, celebramos um "Contrato de Compra e Venda de Ações" com a ACE Ina International Holdings, Ltd. ("ACE"), por meio do qual nos comprometemos, inclusive por meio de algumas de nossas subsidiárias, a alienar a totalidade de nossa participação na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. ("ISSC").

A Itaú Seguros S.A., que atualmente desenvolve nossas operações de seguros de grandes riscos, será cindida e essas atividades serão transferidas para a ISSC, que passará a deter a totalidade das operações de seguros de grandes riscos do Conglomerado Itaú Unibanco, cujos clientes são médias e grandes empresas com apólices de valores segurados elevados. As ações necessárias para concretizar o processo de cisão já estão em andamento.

O valor de aquisição da ISSC será de R$ 1,515 bilhão e será pago em espécie pela ACE, sendo que a transferência das ações e a liquidação financeira dessa operação ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato e a obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

Fusão do Banco Itaú Chile com o CorpBanca

Em 29 de janeiro de 2014, celebramos um acordo com o CorpBanca e seus acionistas controladores, estabelecendo os termos e as condições da fusão das operações do Banco Itaú Chile e do CorpBanca no Chile e na Colômbia. O acordo representa um importante passo em nosso processo de internacionalização e em nossa estratégia de se tornar o banco líder na América Latina. Como resultado da fusão, temos a expectativa de ser o quarto maior banco no Chile e o quinto maior banco na Colômbia em termos de empréstimos em aberto.

A operação contempla um aporte de capital a ser realizado por nós no valor de US$652 milhões e a celebração de um acordo de acionistas entre nós e os acionistas controladores do CorpBanca, por meio do qual nós e os acionistas controladores do CorpBanca teremos a prerrogativa de indicar membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca, a nova entidade resultante dessa fusão, de acordo com nossas respectivas participações acionárias (33,58% e 32.92% do capital acionário do Itaú CorpBanca, respectivamente). Juntos, nós e os acionistas controladores do CorpBanca, teremos o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca, maioria essa que será indicada por nós. Adicionalmente, exceto por certos assuntos estratégicos sujeitos à nossa aprovação em conjunto com os acionistas controladores do CorpBanca, os acionistas controladores do CorpBanca sempre votarão de acordo com as nossas decisões.

O Itaú CorpBanca, controlado pelo Itaú Unibanco, fornecerá a seus clientes um extenso leque de produtos e serviços financeiros inovadores através de uma ampla rede de atendimento no Chile (217 agências) e na Colômbia (172 agências), mantendo a qualidade de serviço que distingue as operações dos dois bancos.

A consumação da operação está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes, incluindo a aprovação na assembleia geral do CorpBanca e a aprovação das autoridades reguladoras do Brasil, do Chile e da Colômbia, assim como de autoridades reguladoras de outras jurisdições onde o CorpBanca tem negócios. Estimamos que essa operação não terá efeitos contábeis significativos sobre nossos resultados.

Reorganização Societária

Em 31 de janeiro de 2014, reorganizamos nossa estrutura societária para transferir as atividades de tesouraria institucional e do segmento corporate banking (grandes empresas) do Itaú BBA, incluindo suas carteiras de títulos e valores

mobiliários e de crédito e todos os outros ativos e passivos relacionados com essas atividades, para o Itaú Unibanco. O Itaú BBA manterá suas atividades de banco de investimento e gestão de caixa. A expectativa é que essa reorganização societária interna não resulte em nenhuma alteração relevante no curso regular dos nossos negócios, incluindo nossa governança interna, nossas marcas e nossos modelos de gestão das unidades de negócio afetadas.

A principal motivação para a reorganização societária foi a otimização da estrutura de capital do Itaú Unibanco, devido às novas regras de Basileia III, e a intenção de concentrar todas as atividades de intermediação financeira do Grupo Itaú Unibanco no Itaú Unibanco.

Essa operação foi aprovada pelo Banco Central em 2 de maio de 2014 e pelo Banco Central das Bahamas em 12 de maio de 2014.

c) eventos ou operações não usuais

Nos anos de 2013, 2012 e 2011 observamos a ocorrência dos seguintes eventos não recorrentes líquidos de efeitos fiscais no lucro líquido consolidado do Itaú Unibanco:

R$ milhões

	2013	2012	2011
Lucro Líquido Recorrente	**15.836**	**14.043**	**14.641**
Eventos não Recorrentes	**(140)**	**(449)**	**(20)**
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais -Lei nº 12.865/13 e Lei 11.941/09	**508**	**-**	**509**
IRB	**131**	**-**	**-**
Porto Seguro	**272**	**-**	**-**
Provisão para Contingências	**(754)**	**(830)**	**(285)**
Fiscais e Previdenciárias	(276)	(253)	-
Ações Cíveis	(330)	(145)	-
Planos Econômicos	(148)	(328)	(285)
Ações Trabalhistas	-	(105)	-
Realização de Ativos e Redução ao Valor Recuperável	**(239)**	**530**	**(245)**
Majoração da Alíquota da CS	**-**	**351**	**-**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**-**	**(229)**	**-**
Programa de Recompensa - Cartões de Crédito	**-**	**(185)**	**-**
Outros	**(58)**	**(86)**	**-**
Lucro Líquido	**15.696**	**13.594**	**14.621**

10.4. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

2013

Não houve mudança significativas.

2012

A estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras passaram a observar as disposições da Resolução nº 4.144/12, do Banco Central do Brasil, naquilo que não confrontar as normas emitidas anteriormente.

2011

Os eventos subseqüentes, a partir de 2011, passaram a ser reconhecidos de acordo com a Resolução nº 3.973/11 do Banco Central do Brasil.

As Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, a partir de 2011, passaram a ser reconhecidas de acordo com a Resolução nº 4.007/11 do Banco Central do Brasil.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Apresentamos a seguir os efeitos significativos promovidas nas práticas contábeis:

Em 2013 não houve mudanças significativas das práticas contábeis.

A partir de janeiro de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de acordo com a Resolução nº 3.533/08, alterou o registro contábil e divulgação de operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que exista a retenção de risco, ou seja, para estas operações onde somos o cedente, o ativo não será mais baixado do balanço e o resultado não poderá ser reconhecido no ato. Já para as operações onde somos o cessionário, os valores pagos na aquisição devem ser registrados como direitos à receber da instituição cedente e o resultado deve ser reconhecido pelo prazo remanescente dos contratos adquiridos

A partir de julho de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de acordo com a Carta Circular No. 3.516/11 do Banco Central do Brasil, deixou de constituir provisão excedente (no passivo) ao dividendo mínimo obrigatório.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva e ênfase nos pareceres do auditor para os anos de 2011, 2012 e 2013.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Geral

Nossas principais políticas contábeis estão descritas na Nota 4 de nossas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil referentes às datas base e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011. A elaboração de demonstrações financeiras envolve certas premissas derivadas das experiência histórica e de vários outros fatores que consideramos razoáveis e relevantes. Embora analisemos essas estimativas e premissas no curso normal dos negócios, a apresentação de nossa situação financeira e resultados operacionais muitas vezes exige que nossa administração faça julgamentos sobre assuntos que são incertos por natureza. A discussão a seguir descreve as áreas que requerem mais julgamento ou envolvem um grau mais elevado de complexidade na aplicação das políticas contábeis que afetam, no momento, nossa situação financeira e resultado operacional.

Uso de Estimativas e Premissas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subseqüentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.
As estimativas e premissas são utilizadas, por exemplo, para cálculo das provisões para crédito de liquidação duvidosa, para a seleção da vida útil de certos ativos, para a determinação de se um ativo específico ou um grupo de ativos sofreu redução no seu valor recuperável, para determinação da expectativa de realização dos créditos tributários, para a determinação do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, para a classificação e cálculo de passivos contingentes e para a determinação do valor das provisões técnicas de seguros, previdência privada e capitalização.
Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa nossa estimativa de perdas prováveis em nossa carteira de crédito e arrendamento mercantil ao final de cada período apresentado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada levando em consideração a classificação dos créditos de liquidação duvidosa em um dos nove

diferentes níveis de risco (de AA a H). A classificação dos níveis de risco é um julgamento que considera a situação política e econômica, as tendências na qualidade do crédito, a experiência passada e os riscos globais e específicos da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central e do CMN. As regras do CMN especificam um provisão mínima para créditos de liquidação duvidosa e outros tipos de crédito em cada categoria da classificação que vai de zero por cento (no caso de um crédito que não esteja em atraso) a 100% (em caso de qualquer crédito que esteja com mais de 180 dias de atraso). Além de reconhecer as provisões para créditos de liquidação duvidosa de acordo com as exigências mínimas do CMN, também reconhecemos uma provisão que identificamos como “genérica”, que representa a nossa estimativa da provisão em uma determinada data com base em nossa experiência de perda, de acordo com informações históricas, que, desde 31 de dezembro de 2010, é mensurado com a utilização de modelos empregados na gestão do risco de crédito, fundamentados no Acordo da Basiléia II. No início de 2010, incluímos na "provisão complementar" provisões anticíclicas. A partir de 31 de dezembro de 2010, aprimoramos os critérios de apuração da provisão para créditos, segundo o Acordo da Basiléia II, onde os efeitos anticíclicos passaram a ser tratados na Base do Capital.

As metodologias para calcular a provisão genérica dependem de vários critérios, inclusive aqueles utilizados para segmentar a nossa carteira de empréstimo, o período utilizado para mensurar nossas perdas históricas, o método específico utilizado para medir essas perdas históricas, o impacto de nossos critérios de concessão de crédito sobre as perdas ao longo do tempo e outros fatores. Além disso, as metodologias utilizadas para medir a provisão complementar também dependem de julgamentos significativos, inclusive do relacionamento entre o nível de perdas de créditos observadas e os fatores econômicos de qualquer data específica.

Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas específicas do Banco Central, registramos alguns de nossos instrumentos financeiros pelo valor de mercado. Os instrumentos financeiros registrados pelo valor de mercado em nosso balanço patrimonial incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como: para negociação, disponíveis para venda e outros ativos para negociação, inclusive derivativos. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são registrados no balanço patrimonial pelos seus custos amortizados, e os seus correspondentes valores de mercado são divulgados nas notas explicativas às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

O valor de mercado é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado, na data da mensuração. Estimamos o valor de mercado utilizando preços cotados no mercado, quando disponíveis. Quando preços cotados no mercado não estão disponíveis, utilizamos diversas fontes, que incluem cotações de corretoras, modelos de precificação e preços cotados no mercado de instrumentos com características similares ou fluxos de caixa descontados. O valor de mercado de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Da mesma forma, o julgamento precisa ser aplicado na estimativa de preço, quando não existirem parâmetros externos. Outros fatores que podem afetar as estimativas incluem premissas incorretas do modelo e correlações inesperadas. Apesar de acreditarmos que nossos métodos de avaliação são apropriados e compatíveis com os dos outros participantes do mercado, o uso de diferentes metodologias e premissas para determinar o valor de mercado de certos instrumentos poderia resultar em uma estimativa diferente do valor de mercado na data de fechamento, a qual poderia afetar o valor da receita ou perda registrada para um ativo ou passivo específico. Também são necessários julgamentos para determinar se um declínio no valor de mercado abaixo dos custos amortizados é permanente nos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, exigindo, portanto, que a base do custo seja baixada e o reconhecimento dos respectivos efeitos seja feito no resultado operacional. Os fatores utilizados pela nossa administração para determinar se um declínio é permanente incluem principalmente o período de perda observado, o nível de perda e a expectativa, na data da análise, a respeito do potencial de realização do título ou valor mobiliário.

Passivo Contingente

Atualmente, somos parte em processos civis, trabalhistas e previdenciários resultantes do curso normal dos nossos negócios. Em geral, reconhecemos provisões para essas contingências com base no seguinte: (i) no caso de processos avaliados individualmente, na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e na probabilidade de que recursos financeiros sejam necessários para liquidar a reivindicação, quando os valores de liquidação podem ser estimados com certeza suficiente, e (ii) no caso de processos avaliados coletivamente, pelo uso de referências estatísticas por grupo de ações judiciais, tipo de órgão jurídico (juizado especial cível ou tribunais normais) e pelo autor da ação. Classificamos como "provável", "possível" ou "remoto" o risco de que tais contingências provenientes dessas ações se converterão em perdas reais para nós. As provisões são reconhecidas como passivo contingente quando classificamos a perda referente a essas ações como provável. Apesar de não reconhecermos provisões para contingências cujo risco consideramos possível ou remoto, divulgamos contingências cujo risco consideramos possível. Mensuramos os valores de contingência utilizando modelos e critérios que, apesar da incerteza dos termos e valores dessas contingências, acreditamos que os seus valores estejam estimados de forma precisa. Apesar de acreditarmos que essas contingências estão adequadamente refletidas em nossas demonstrações financeiras, os seus desfechos podem resultar em obrigações de pagamentos de valores superiores os valores totais das nossas provisões para contingências, devido às dificuldades inerentes para estimar os valores exatos envolvidos nas ações judiciais movidas contra nós.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer conforto razoável a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

A Administração avaliou a efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia para 31 de dezembro de 2013 de acordo com os critérios definidos pelo COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework (1992). A avaliação da Administração incluiu documentação, avaliação e teste do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que, para 31 de dezembro de 2013, os Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas são efetivos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No relatório do auditor independente, não observamos deficiências e recomendações sobre os controles internos que apresentem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

No entanto, cabe destacar a maneira como o Itaú Unibanco executa o monitoramento dos apontamentos e planos de ação. As deficiências e recomendações das auditorias (interna e externa) são monitoradas mensalmente pelas Áreas Executivas, por meio de comitês multidisciplinares e com a presença de representantes da Auditoria Interna e de Controles Internos.

Adicionalmente, os resultados deste monitoramento são reportados de forma periódica ao Comitê Executivo da Instituição, bem como ao Comitê de Auditoria.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

I - arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há.

II - carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

De acordo com a Resolução 3.809, de 28/10/2009, o montante das operações de vendas ou transferências de ativos financeiros onde a entidade reteve substancialmente os riscos e benefícios é de R$ 298 milhões composto exclusivamente por operações de Crédito Imobiliário R$ 282 milhões e Crédito Rural R$ 16 milhões, cedidos com coobrigação.

III - contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há.

IV - contratos de construção não terminada

Não há.

V - contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A organização constituiu provisão sobre os valores cedidos no montante de R$ 15 milhões.

b) natureza e o propósito da operação

Crédito Imobiliário:
Cedido à CIBRASEC para emissão de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) no montante de R$ 149 milhões.
Cedido à BRAZILIAN Securities para emissão de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) no montante de R$ 133 milhões.

Crédito Rural:
Cedido à Secretaria do Tesouro Nacional para securitização de dívidas no montante de R$ 16 milhões.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Natureza foi informada no item " b". O compromisso da organização é honrar o pagamento no caso de inadimplência do devedor.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a)investimentos, incluindo:
I - Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos
II - Fontes de financiamento dos investimentos
III - Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

O Itaú Unibanco prevê para 2014 a abertura de aproximadamente 62 novas agências e 103 novos Postos de Atendimento Bancário (PAB). Ao final de 2013 contávamos com 5.027 pontos de atendimento, entre Agências e PABs, um crescimento de 59 agências no Brasil e no exterior no período de um ano.

Ao final de 2012 contávamos com 4.983 pontos de atendimento, entre Agências e Postos de Atendimento Bancário. No período de um ano, houve crescimento de 34 agências (Brasil e exterior). O processo de remodelação na rede de atendimento de varejo, baseado no novo modelo de relacionamento com os clientes, que reformula conceitos de atendimento e layouts, atingiu cerca de 1.700 unidades reformadas no final de 2012, tendo sido 200 remodeladas durante 2012.

A fonte de financiamento para esses investimentos é o Capital de Giro Próprio, representado pelo Patrimônio Líquido da Controladora e pelas Participações Minoritárias nas Subsidiárias.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Em 27 de janeiro de 2012, anunciamos a construção de um novo centro tecnológico, com investimento total de aproximadamente R$984.0 milhões para a primeira fase do projeto (construção). Em setembro de 2012, anunciamos um investimento de R$10.4 bilhões em tecnologia, inovação e serviços. Em novembro de 2012, anunciamos um investimento adicional de R$687.0 milhões, totalizando um investimento de R$11.1 em tecnologia, inovações e serviços a ser feito de 2012 a 2015, do qual:

- ✓ R$2,7 bilhões deverão ser usados para sistemas de processamento de dados;
- ✓ R$0,8 bilhão deverá ser usado para aquisição de software;
- ✓ R$4,6 bilhões deverão ser usados para desenvolvimento de sistemas; e
- ✓ R$3,0 bilhões deverão ser usados para o nosso Data Center em Mogi Mirim.

Nosso novo *data center* em construção na cidade de Mogi Mirim, São Paulo, incluirá recursos de ponta projetados para nos proporcionar mais flexibilidade e segurança. As obras começaram em fevereiro de 2012 e estão progredindo conforme planejado, com 94% da construção já concluída, e a expectativa é que sua conclusão ocorra no primeiro trimestre de 2014, quando a configuração e a migração de nossos sistemas de tecnologia deverão ser concluídos até julho de 2016. Esse novo *data center* deverá ser um dos maiores no Brasil, com capacidade para suportar a expansão de nossas operações nas próximas décadas e, ao mesmo tempo, manter o nosso compromisso de garantir disponibilidade de serviços financeiros por meio da melhoria contínua na qualidade, eficiência e a satisfação do cliente.

Nosso novo centro de tecnologia está sendo financiado com recursos internos. Do total de R$11,1 bilhões em investimentos planejados para o período de 2012 a 2015, 49% foram utilizados de 2012 até 31 de dezembro de 2013.

Nós estamos sempre considerando opções de expansão de nossas operações no mercado financeiro. Caso oportunidades surjam, mesmo a preços atraentes, elas serão rigorosamente avaliadas considerando os riscos envolvidos e as perspectivas do país envolvido.

c) novos produtos e serviços, indicando:
I - Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
II - Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
III - Projetos em desenvolvimento já divulgados
IV - Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Apresentamos abaixo as diferenças entre nossas demonstrações contábeis em BRGAAP1 e no padrão contábil internacional – IFRS. Destacamos que a principal diferença no resultado e no patrimônio líquido refere-se às provisões para crédito de liquidação duvidosa que em IFRS utilizam o conceito de perda incorrida e em BRGAAP de perda esperada.

As demonstrações contábeis consolidadas completas em IFRS, referentes ao período de 2013, estão disponíveis em nossa página na internet: **www.itau-unibanco.com.br/ri**.

Comparativo BRGAAP[1] e IFRS

R$ Milhões

Balanço Patrimonial	BRGAAP	Ajustes e Reclassificações [2]	IFRS	BRGAAP	Ajustes e Reclassificações [2]	IFRS
	31/dez/2013			31/dez/2012		
Ativos Totais	**1.105.721**	**(78.424)**	**1.027.297**	**1.014.425**	**(57.271)**	**957.154**
Disponibilidades, Compulsórios, Aplic. Dep. Interfinanceiros e no Mercado Aberto, Ativos Financeiros e Derivativos [3]	550.837	(25.797)	525.040	536.497	(20.862)	515.635
Operações de Crédito	412.235	(533)	411.702	366.285	699	366.984
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa [4]	(26.371)	4.136	(22.235)	(27.745)	2.032	(25.713)
Outros Ativos Financeiros [5]	94.183	(46.591)	47.592	75.852	(31.360)	44.492
Ativos Fiscais [6]	44.750	(10.008)	34.742	40.215	(7.803)	32.412
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, Ágio, Imobilizado, Ativos Intangíveis, Bens Destinados a Venda e Outros Ativos	30.087	369	30.456	23.321	23	23.344
Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo	**1.022.794**	**(79.689)**	**943.105**	**939.302**	**(58.146)**	**881.156**
Depósitos	274.383	-	274.383	243.200	-	243.200
Captações no Mercado Aberto [3]	292.179	(25.497)	266.682	288.818	(21.413)	267.405
Passivos Fin. Mantidos para Negociação, Derivativos, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais	194.238	969	195.207	179.772	1.040	180.812
Outros Passivos Financeiros [5]	107.329	(46.055)	61.274	81.213	(30.958)	50.255
Reservas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização	102.055	-	102.055	93.210	-	93.210
Provisões e Outros Passivos	40.263	(553)	39.710	39.307	(142)	39.165
Obrigações Fiscais [6]	12.347	(8.553)	3.794	13.782	(6.673)	7.109
Total do Patrimônio Líquido	**82.927**	**1.265**	**84.192**	**75.123**	**875**	**75.998**
Participação dos Acionistas não Controladores	1.903	(934)	969	903	(807)	96
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores [7]	81.024	2.199	83.223	74.220	1.682	75.902

[1] O BRGAAP representa as práticas contábeis vigentes no Brasil para as instituições financeiras, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil;
[2] Decorrentes de reclassificações de ativos e passivos e demais efeitos da adoção das normas do IFRS;
[3] Decorrente da eliminação de operações entre a controladora e os fundos exclusivos (principalmente fundos PGBL e VGBL), que são consolidados com base nas normas do IFRS;
[4] Aplicação do critério de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa conforme modelo definido no IFRS;
[5] Diferença na contabilização, principalmente da carteira de câmbio, que passou a ser tratada como efeito líquido entre Ativos e Passivos;
[6] Diferença na contabilização, principalmente dos impostos diferidos, que passaram a ser tratados como efeito líquido entre Ativos e Passivos em cada uma das empresas consolidadas;
[7] Conciliação do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores demonstrada na próxima tabela.

Seguem abaixo os quadros com a conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido, com a descrição conceitual dos principais ajustes.

R$ Milhões

Ajustes	Patrimônio Líquido	Resultado				
	31/dez/2013	4ºT/13	3ºT/13	4ºT/12	2013	2012
BRGAAP - valores atribuíveis aos acionistas controladores	**81.024**	**4.646**	**3.995**	**3.492**	**15.696**	**13.594**
(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.894	456	248	22	946	43
(b) Reconhecimento do crédito tributário	-	-	-	(525)	-	(977)
(c) Ajuste a mercado de ações e cotas	84	-	-	-	-	(5)
(d) Aquisição de Participação na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	806	(7)	(7)	(6)	(26)	(31)
(e) Variação Cambial de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior	-	(30)	91	(73)	(6)	(72)
(f) Taxa efetiva de juros	(328)	19	34	69	167	229
(g) Outros ajustes	206	17	45	(27)	131	(45)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(1.463)	(191)	(120)	(33)	(484)	(102)
IFRS - valores atribuíveis aos acionistas controladores	**83.223**	**4.910**	**4.286**	**2.919**	**16.424**	**12.634**
IFRS - participação dos acionistas não controladores	969	38	33	12	98	557
IFRS - valores atribuíveis aos acionistas controladores e não controladores	**84.192**	**4.948**	**4.319**	**2.931**	**16.522**	**13.191**

Diferenças entre as Demonstrações Contábeis em IFRS e BRGAAP

(a) No IFRS (IAS 39), as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida). No BRGAAP, é utilizado o conceito de Perda Esperada[8].

(b) Foi reconhecida, nas Demonstrações Contábeis Consolidadas em BRGAAP, a parcela do crédito tributário referente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido à alíquota de 15% (IAS 12), integralmente ativado no balanço de abertura em IFRS de 01/01/2010. Não há diferença entre o BRGAAP e o IFRS a partir do 1ºT/13.

(c) No IFRS (IAS 39 e 32), as ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período.

(d) No IFRS, foi reconhecido o efeito da contabilização a valor justo da aquisição de participação na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

(e) No IFRS (IAS 21), a variação cambial de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior, em que a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera) difere do Real, passou a ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período.

(f) No IFRS (IAS 39) os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, que consiste em apropriar as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação. No BRGAAP, o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.

(g) A composição dos Outros Ajustes se dá, principalmente, pela diferença na elegibilidade de operações de Hedge de Fluxo de Caixa para fins de IFRS e pela reversão das Amortizações dos Ágios do BRGAAP.

[8] Maiores detalhes nas Demonstrações Contábeis Completas do ano de 2013.

Para fins de comparabilidade, apresentamos no quadro abaixo o Lucro Líquido e o Lucro Líquido Recorrente para o IFRS e BRGAAP.

R$ milhões

Resultado Recorrente	4º T/13			2013		
	BRGAAP	IFRS	Variação	BRGAAP	IFRS	Variação
Resultado - atribuível aos acionistas controladores	**4.646**	**4.910**	**264**	**15.696**	**16.424**	**728**
Exclusão dos eventos não recorrentes	**34**	**34**	**-**	**140**	**140**	**-**
Realização de Ativos e Redução ao Valor Recuperável	239	239	-	239	239	-
Anistia Fiscal - Lei nº 12.865/13	(508)	(508)	-	(508)	(508)	-
Provisões	648	648	-	754	754	-
Fiscais e Previdenciárias	276	276	-	276	276	-
Ações Cíveis	372	372	-	478	478	-
IRB - Alteração no Critério de Reconhecimento de Investimento	(131)	(131)	-	(131)	(131)	-
Cofins - Porto Seguro	(272)	(272)	-	(272)	(272)	-
Outros	58	58	-	58	58	-
Resultado Recorrente - atribuível aos acionistas controladores	**4.680**	**4.944**	**264**	**15.836**	**16.564**	**728**

ITEM 11 - PROJEÇÕES

11.1. As projeções devem identificar:

a) objeto da projeção

Não há.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não há.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não há.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não há.

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não há.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não há.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não há.

ITEM 12 - ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a) atribuições de cada órgão e comitê

a.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração, com atuação colegiada, é órgão obrigatório, uma vez que somos uma companhia aberta. Compete ao órgão:

- fixar a orientação geral dos negócios;
- eleger e destituir diretores e fixar-lhes as atribuições;
- indicar diretores para compor as Diretorias das sociedades controladas que especificar;
- fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- convocar a Assembleia Geral, com antecedência mínima de 15 dias da data de sua realização, contados a partir da publicação da primeira convocação;
- manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações contábeis de cada exercício a serem submetidas à Assembleia Geral;
- deliberar sobre orçamentos de resultados e de investimentos e respectivos planos de ação;
- designar e destituir os auditores independentes, sem prejuízo do disposto no artigo 7º do estatuto social;
- deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;
- deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- deliberar sobre a aquisição das próprias ações, em caráter não permanente;
- deliberar sobre aquisição e lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, observado o limite estabelecido no artigo 2º, II, da Instrução CVM nº 390, de 8.7.2003, e modificações posteriores;
- deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração;
- eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração;
- aprovar as regras operacionais que os Comitês de Auditoria e de Remuneração vierem a estabelecer para os seus próprios funcionamentos e tomar ciência das atividades dos Comitês através de seus relatórios;
- aprovar investimentos e desinvestimentos diretos ou indiretos em participações societárias de valor superior a 15% do valor patrimonial do Itaú Unibanco Holding apurado no último balanço patrimonial auditado; e
- deliberar, no limite do capital autorizado, sobre aumento de capital e emissão de títulos de crédito e demais instrumentos conversíveis em ações.

O Conselho de Administração é composto por no mínimo 10 e, no máximo, 14 membros. Na primeira reunião após a Assembleia Geral que o eleger, o Conselho escolherá, entre seus pares, o seu Presidente e de 1 a 3 Vice-Presidentes. Não poderá ser eleito conselheiro quem já tiver completado 70 anos na data da eleição.

a.2 Diretoria

As funções operacionais e executivas competem à Diretoria, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria é o órgão responsável pela administração e pela representação do Itaú Unibanco Holding, podendo ter de 5 a 30 membros, compreendendo os cargos de Diretor Presidente, Diretor Geral, Diretor Vice-Presidente, Diretor Executivo e Diretor, em conformidade com o que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos.

Os Diretores exercerão seus mandatos pelo prazo de 1 ano, podendo ser reeleitos, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, sendo que não poderá ser eleito (i) para ocupar o cargo de Diretor Presidente, quem já tiver completado 62 anos de idade na data da eleição; e (ii) para ocupar os demais cargos na Diretoria, quem já tiver completado 60 anos de idade na data da eleição.

Dois diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, o Diretor Geral, o Diretor Vice-Presidente ou o Diretor Executivo, terão poderes para (i) nos representar, assumindo obrigações ou exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade para o Itaú Unibanco Holding, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros e (ii) transigir e renunciar direitos, podendo ainda onerar e alienar bens do ativo permanente e decidir sobre a instalação, extinção e remanejamento de dependências; e (iv) constituir procuradores.

Excepcionalmente, o Itaú Unibanco Holding pode ser representado por apenas um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem na assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula ad judicia; (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento em que participamos. O Conselho de Administração também poderá prever ou instituir exceções adicionais às anteriormente previstas.

a.3 Comitês relacionados ao Conselho de Administração

a.3.1 Comitê de Estratégia

O Comitê de Estratégia é responsável por promover discussões sobre assuntos estratégicos críticos para nós. Entre suas competências, está o apoio às decisões do Conselho de Administração, propondo diretrizes orçamentárias e emitindo pareceres e recomendações sobre diretrizes estratégicas e oportunidades de investimentos.

a.3.2 Comitê de Nomeação e Governança Corporativa

O Comitê de Nomeação e Governança Corporativa é responsável por promover e supervisionar discussões relacionadas à nossa governança. Entre suas competências, estão: a análise e a emissão de pareceres sobre situações de potencial conflito de interesses entre os membros do Conselho de Administração e as empresas do Conglomerado; o apoio metodológico e procedimental à avaliação do conselho, dos seus membros, dos comitês e do Diretor Presidente, e a discussão sobre a sucessão dos membros do Conselho de Administração e do Diretor Presidente, bem como a recomendação dos mesmos.

a.3.3 Comitê de Pessoas

O Comitê de Pessoas é responsável por definir as principais diretrizes referentes a pessoas. Entre suas competências está a definição das diretrizes relacionadas com atração e retenção de talentos, recrutamento e capacitação, e com os nossos programas de incentivo de longo prazo.

a.3.4 Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração é responsável por promover discussões sobre assuntos relacionados à remuneração de nossa administração. Entre suas competências, estão: o desenvolvimento de uma política de remuneração para os nossos administradores, propor ao Conselho de Administração diferentes formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; a

discussão, a análise e a supervisão da implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes, discutir os princípios gerais para a remuneração dos nossos colaboradores e recomendar seu aprimoramento ao Conselho de Administração.

a.3.5 Comitê de Gestão de Risco e de Capital

O Comitê de Gestão de Riscos e de Capital é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de atribuições relacionadas à nossa gestão de riscos e de capital, enviando relatórios e recomendações sobre esses temas para a aprovação do conselho. Entre suas competências estão: a definição do nosso apetite de risco, do retorno mínimo esperado sobre o nosso capital e a supervisão das atividades de gestão e controle de riscos, assegurar a sua adequação aos níveis de risco assumidos e à complexidade das operações, além do atendimento às exigências regulatórias. O Comitê de Gestão de Riscos e de Capital também é responsável por promover o aperfeiçoamento da nossa cultura de risco.

a.3.6 Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário responsável pela supervisão da qualidade e da integridade das nossas demonstrações financeiras, do cumprimento das exigências legais e regulatórias, do desempenho, independência e qualidade dos serviços prestados pelos nossos auditores independentes e auditores internos, e da efetividade dos controles internos e sistemas de gestão de risco. Instituído em abril de 2004 pela assembleia geral, é único para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e para as sociedades supervisionadas pela SUSEP que fazem parte do Conglomerado.

Os membros do Comitê de Auditoria são eleitos anualmente pelo Conselho de Administração entre os membros desse próprio Conselho ou profissionais de reconhecida competência e notável saber, observado que um dos membros desse Comitê, no mínimo, será designado Especialista Financeiro e deverá possuir comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria. Todos os membros do Comitê de Auditoria são independentes, nos termos da regulamentação do CMN, sendo que o Conselho de Administração encerrará o mandato de qualquer integrante do Comitê de Auditoria se a sua independência for afetada por qualquer circunstância de conflito ou potencialmente conflituosa. As avaliações do Comitê de Auditoria se baseiam em informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, das áreas responsáveis pela gestão de risco e controles internos, e por meio das análises dos membros do Comitê decorrentes de observação direta.

a.3.7 Comitê de Partes Relacionadas

O Comitê de Partes Relacionadas é responsável por analisar as transações entre partes relacionadas, nas circunstâncias especificadas em nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, visando assegurar a igualdade e a transparência nessas operações. Ele é composto, em sua totalidade, por membros independentes.

a.4. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão independente, eleito anualmente pela assembleia geral, cujas atribuições são fiscalizar as atividades da nossa administração, examinar as nossas demonstrações financeiras do exercício social e emitir uma opinião sobre essas demonstrações, dentre outras competências estabelecidas pela legislação brasileira. É composto por três a cinco membros e pelo mesmo número de suplentes. O Conselho Fiscal deve atuar de forma independente da administração, dos nossos auditores externos e do comitê de auditoria.

Embora sua existência permanente não seja legalmente obrigatória, temos um Conselho Fiscal instalado e operando de forma ininterrupta desde 2000.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

- Conselho Fiscal: 29/04/2015 (o Conselho Fiscal vem sendo instalado anualmente, de forma ininterrupta, desde 24/04/2000);
- Comitê de Auditoria: 28/04/2004;
- Comitê de Estratégia: 24/06/2009;
- Comitê de Gestão de Riscos e de Capital: 24/06/2009;

- Comitê de Nomeação e Governança Corporativa: 24/06/2009;
- Comitê de Pessoas: 24/06/2009;
- Comitê de Remuneração: 17/02/2011; e
- Comitê de Partes Relacionadas: 28/03/2013.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

O desempenho do Conselho de Administração é avaliado anualmente e visa assegurar que seus membros estejam alinhados com os valores da organização e que eles representem os interesses dos nossos acionistas.

Conforme mencionado no item a.3.2, anterior, o Comitê de Nomeação e Governança é responsável pelos processos de avaliação da performance do Conselho, devendo (i) recomendar processos de avaliação do Conselho, Conselheiros, Presidente do Conselho, Comitês e Diretor Presidente; e (ii) dar apoio metodológico e procedimental à avaliação do Conselho, Conselheiros, Presidente do Conselho, Comitês e Diretor Presidente.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar a atuação desta, estruturar nossos serviços e estabelecer as normas internas e operacionais.

Aos Diretores Gerais, Diretores Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores competem as atividades que lhes sejam atribuídas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo a composição de nossa Diretoria, bem como as atribuições individuais de cada diretor.

Presidente

Roberto Egydio Setubal é nosso diretor presidente e responsável por supervisionar a atuação da Diretoria.

Diretores Gerais

Candido Botelho Bracher é o responsável pela área de tesouraria corporativa, bem como pelas áreas de atacado, de banco de investimentos, de gestão de fortunas e de serviços para mercados de capitais (*wealth management* e *private banking*). Perante o Banco Central é o responsável pela área de crédito rural (Resolução CMN 3.556/08), assuntos relativos ao SPB (Circular BACEN 3.281/05), carteira de investimento (Resolução CMN 2.212/95), operações compromissadas (Resolução CMN 3.339/06), operações de empréstimo e troca de títulos (Resolução CMN 3.197/04), operações de swap (Resolução CMN 3.505/07) e registro de operações de cessão de crédito (Resolução CMN 3.998/11). Além disso, é responsável pelas Operações realizadas com Valores Mobiliários em Mercados Regulamentados (Instrução CVM 505/11).

Márcio de Andrade Schettini é o responsável pelas áreas de tecnologia e de operações.

Marco Ambrogio Crespi Bonomi é o responsável pela área de varejo, conduzindo os negócios de agências, cartões, Redecard, imobiliário, seguros, previdência, capitalização, veículos e crédito. Perante o Banco Central é o responsável pelo cadastro de clientes do SFN (Circular BACEN 3.347/07), carteira comercial, de arrendamento mercantil, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento (Resolução CMN 2.212/95), contas de depósitos (Resolução CMN 2.078/94), operações relacionadas ao mercado de câmbio (Resolução CMN 3.568/08) e registro de garantias sobre veículos e imóveis (Resolução CMN 4.088/12). Até que o Banco Central aprove sua eleição, Candido Botelho Bracher manterá essas responsabilidades..

Vice-Presidentes

Claudia Politanski é responsável pelas áreas jurídica, de ouvidoria, de pessoas, de comunicação corporativa e de relações institucionais e governamentais.

Eduardo Mazzilli de Vassimon é responsável pela área de controle e gestão de riscos, pelo segmento de finanças de controladoria.

Diretores Executivos

Alexsandro Broedel Lopes atua na área de finanças. Perante o Banco Central, é responsável pelo fornecimento das informações relativas às operações de crédito ao Sistema de Informações de Créditos (Circular BACEN 3.567/11), pela atualização dos dados do UNICAD (Circular BACEN 3.165/02) e pela área contábil (Resolução CMN 3.198/04).

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo é responsável perante o Banco Central pelo Sistema RDR (Circular BACEN 3.729/14).

Paulo Sérgio Miron é responsável pela divisão de auditoria interna.

Diretores

Adriano Cabral Volpini é responsável pela prevenção e combate à lavagem de dinheiro (Lei 9.613/98 e regulamentação).

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues e José Virgilio Vita Neto são responsáveis por atividades na área jurídica.

Cláudio José Coutinho Arromatte é responsável pelo controle do risco operacional (Resolução CMN 3.380/06), pelos procedimentos e controles internos relativos à negociação de valores mobiliários (Instrução CVM 505/11), pelo fornecimento de informações previstas em normas legais e regulamentares (Circular BACEN 3.504/10) e pela Política de Responsabilidade Sócioambiental (Resolução CMN 4.327/14).

Eduardo Hiroyuki Miyaki e Emerson Macedo Bortoloto são responsáveis pelas atividades de auditoria interna.

Marcelo Kopel é responsável pela controladoria internacional e nosso Diretor de Relações com Investidores, tendo como atribuições precípuas as comunicações com o mercado e o aumento da transparência das informações financeiras e estratégicas.

Matias Granata é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez (Resolução CMN 4.090/12) e de mercado (Resolução CMN 3.464/07).

Rodrigo Luís Rosa Couto é responsável, perante o Banco Central, pela apuração do montante RWA, PR e Capital Principal (Resolução CMN 4.193/13), pelo gerenciamento de risco de capital (Resolução CMN 3.988/11) e pela apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares (Circular BACEN 3.398/08).

Wagner Bettini Sanches é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito (Resolução CMN 3.721/09).

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Anualmente é realizada avaliação do Conselho, do seu Presidente e dos Comitês, bem como auto-avaliação e avaliação cruzada dos conselheiros.

A composição do Conselho de Administração é avaliada anualmente para assegurar a complementaridade das competências dos seus membros. Ademais, compete ao Presidente do Conselho garantir que a performance do Conselho, dos conselheiros e dos Comitês seja avaliada com o intuito de melhorar o desempenho de forma contínua

Conforme mencionado no item c e na seção 13 deste documento, o Comitê de Nomeação e Governança é responsável pelos processos de avaliação da performance do Conselho, devendo (i) recomendar processos de avaliação do Conselho, Conselheiros, Presidente do Conselho, Comitês e Diretor Presidente; e (ii) dar apoio metodológico e procedimental à avaliação do Conselho, Conselheiros, Presidente do Conselho, Comitês e Diretor Presidente.

Vale destacar ainda que nossos diretores passam por uma rigorosa e abrangente avaliação, na qual são considerados os seguintes indicadores de desempenho: financeiro, processos, satisfação de clientes, gestão de pessoas e metas cruzadas com outras áreas.

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a) prazos de convocação

De acordo com o artigo 124, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, o prazo para convocação da assembleia geral de companhias abertas é de 15 dias de antecedência em primeira convocação e de 08 dias de antecedência em segunda convocação.

b) competências

Compete à Assembleia Geral:

- alterar o estatuto social;
- nomear, eleger ou destituir os membros do Conselho de Administração;
- nomear os membros do conselho fiscal;
- deliberar sobre as demonstrações contábeis e a distribuição e aplicação dos lucros;
- deliberar sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;
- fixar a remuneração global e anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- alterar o capital social, ressalvada a competência atribuída ao Conselho de Administração de alteração do capital social até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária;
- deliberar sobre fusão, incorporação, cisão ou de quaisquer outras formas de reorganização societária;
- deliberar sobre a retenção de lucros ou a constituição de reservas; e
- deliberar sobre planos de outorga de opções de compra de ações de emissão ou de suas controladas.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos a serem analisados nas assembleias encontram-se à disposição dos Acionistas no site de relações com investidores da Companhia (relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br). Os Acionistas também podem solicitar cópia de referidos documentos pelo e-mail relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com os parágrafos 1º, 2º e 4º do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas não poderão votar em assembleias que deliberem sobre laudo de avaliação de bens que concorreram para formação de capital, aprovação de suas contas como administradores ou qualquer outra deliberação que possa beneficiá-los, sob pena de (i) a deliberação ser anulada; (ii) responder por danos causados; e (iii) serem obrigados a transferir ao Itaú Unibanco Holding as vantagens auferidas.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Promovemos a disponibilização de procuradores, nos moldes do Anexo 23 da Instrução CVM nº 481/09, com o objetivo oferecer um mecanismo adicional para facilitar a participação do acionista na assembleia. Nas assembléias realizadas nos três últimos exercícios, o pedido de procuração foi totalmente custeado por nós.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas podem ser representados nas assembleias gerais por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os seguintes documentos comprovando a validade de sua procuração (para documentos produzidos no exterior, será necessária a apresentação da respectiva tradução consularizada e juramentada):

a) Pessoas Jurídicas – cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório.

b) Pessoas Físicas – a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório.

De modo a facilitar os trabalhos, sugerimos que os acionistas representados por procuradores enviem, com antecedência mínima de 48 horas das respectivas assembleias gerais, a referida procuração por correio ou portador para:

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100,
Torre Conceição, Piso Metrô - Parque Jabaquara
São Paulo (SP) - CEP 04344-902
ou ainda, para o e-mail drinvest@itau-unibanco.com.br.

Mantemos ainda uma plataforma eletrônica, por meio da qual pode ser outorgada procuração eletrônica para as assembleias gerais.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não temos fóruns destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias, mas disponibilizamos um canal no website de relações com investidores (www.itau-unibanco.com.br/ri) para que os acionistas façam recomendações ao conselho de administração para a assembleia geral e possam fazer perguntas sobre a assembleia.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não possuímos um sistema de transmissão ao vivo e/ou de áudio das assembleias gerais.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Promovemos reuniões públicas para que investidores, analistas e acionistas possam interagir com a alta administração e discutir estratégias para a tomada de decisão de investimentos. Assim, nessas reuniões, os acionistas têm a oportunidade de se manifestar, fazer críticas e sugestões à administração, inclusive sobre temas que eles gostariam de ver em discussão nas assembleias gerais.

Os acionistas também podem entrar em contato conosco para formular propostas à administração por meio do website de relações com investidores (www.itau-unibanco.com.br/ri).

12.3. Em forma de tabela, informar as datas e jornais de publicação:

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	25/02/2014
		Valor Econômico - SP	25/02/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	02/04/2014
			03/04/2014
			04/04/2014
		Valor Econômico – SP	02/04/2014
			03/04/2014
			04/04/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	26/02/2013
		Valor Econômico - SP	26/02/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	04/04/2013
			05/04/2013
			06/04/2013
		Valor Econômico – SP	04/04/2013
			05/04/2013
			08/04/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado –SP	30/08/2013
		Valor Econômico - SP	30/08/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	29/02/2012
		Valor Econômico - SP	29/02/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	05/04/2012
			06/04/2012
			10/04/2012
		Valor Econômico - SP	05/04/2012
			09/04/2012
			10/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	29/06/2012
		Valor Econômico - SP	29/06/2012

12.4. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a) frequência das reuniões

O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, 8 (oito) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem. Em 2013, o Conselho de Administração se reuniu 14 vezes.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas prevê que os conselheiros indicados na forma ali prevista sempre votarão conjuntamente sobre determinadas questões.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração, os membros do referido órgão não poderão participar de deliberações relativas a assuntos com relação aos quais seus interesses sejam conflitantes com os nossos interesses. Cabe a cada membro informar ao Conselho de Administração seu conflito de interesse tão logo o assunto seja incluído na ordem do dia ou proposto pelo presidente do Conselho e, de qualquer forma, antes do início de qualquer discussão sobre cada tema. Na primeira reunião que seguir o ato de sua eleição, o conselheiro eleito deverá informar aos demais membros do Conselho de Administração: (a) as principais atividades que desenvolva externas ao Itaú Unibanco Holding; (b) a participação em conselhos de outras empresas; e (c) o relacionamento comercial com empresas do Conglomerado, inclusive se prestam serviços a essas empresas. Essas informações devem ser prestadas anualmente e sempre que houver um novo evento que enseje a atualização desse tipo de informação. Os conselheiros somente poderão participar de, no máximo, 4 (quatro) conselhos de administração de empresas que não pertençam a um mesmo conglomerado econômico. Para fins deste limite, não será considerado o exercício desta função em entidades filantrópicas, clubes ou associações. Referido limite poderá ser ultrapassado mediante aprovação do Comitê de Nomeação e Governança. Se o membro do Conselho ou empresa por ele controlada ou gerida vier a fazer uma operação com empresas do Conglomerado Itaú Unibanco, as seguintes regras devem ser observadas: (a) a operação deve ser feita em condições de mercado; (b) se não se tratar de operação cotidiana ou de uma prestação de serviços, deve haver laudos emitidos por empresas de primeira linha comprovando que a operação foi feita em condições de mercado; e (c) a operação deve ser informada e conduzida pelo Comitê de Partes Relacionadas, pela Superintendência de Ética e Ombudsman ou pelos canais habitualmente competentes na hierarquia do Conglomerado Itaú Unibanco, observadas as regras e condições previstas na Política para Transações com Partes Relacionadas.

12.5. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Não há.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Eduardo Hiroyuki Miyaki	42	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
159.822.728-92	Engenheiro	Diretor		Não
Não há				
Marcelo Kopel	50	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
059.369.658-13	Administrador de Empresas	Diretor		Não
Presidente do Comitê de Divulgação e Negociação				
Diretor de Relações com Investidores				
Wagner Bettini Sanches	44	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
114.032.758-58	Engenheiro	Diretor		Não
Não há				
Eduardo Mazzilli de Vassimon	56	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
033.540.748-09	Administrador	Diretor Vice-Presidente		Não
Não há				
Claudia Politanski	44	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
132.874.158-32	Advogada	Diretora Vice-Presidente		Não
Membro do Comitê de Divulgação e Negociação				
Alexsandro Broedel Lopes	40	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
031.212.717-09	Contador	Diretor Executivo		Não
Membro do Comitê de Divulgação e Negociação				
Rodrigo Luís Rosa Couto	39	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
882.947.650-15	Administrador	Diretor		Não
Não há				
Matias Granata	40	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
228.724.568-56	Economista	Diretor		Não
Não há				
Adriano Cabral Volpini	42	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
162.572.558-21	Administrador	Diretor		Não
Não há				

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Cláudio José Coutinho Arromatte	49	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
991.173.127-87	Engenheiro	Diretor		Não
Não há				
Paulo Sergio Miron	48	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
076.444.278-30	Administrador	Diretor Executivo		Não
Não há				
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo	43	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
153.451.838-05	Advogada	Diretora Executiva		Não
Membro do Comitê de Divulgação e Negociação				
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues	38	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
166.644.028-07	Advogado	Diretor		Não
Membro do Comitê de Divulgação e Negociação				
José Virgilio Vita Neto	36	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
223.403.628-30	Advogado	Diretor		Não
Não há.				
Márcio de Andrade Schettini	50	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
662.031.207-15	Engenheiro	Diretor Geral		Não
Não há				
Marco Ambrogio Crespi Bonomi	58	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
700.536.698-00	Economista	Diretor Geral		Não
Não há				
Emerson Macedo Bortoloto	37	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2015	Anual
186.130.758-60	Tecnólogo em Processamento	Diretor		Não
Não há				
Fábio Colletti Barbosa	60	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual
771.733.258-20	Administrador	Membro do Conselho de Administração (conselheiro independente)		Sim

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Membro do Comitê de Pessoas Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Estratégia				
Demosthenes Madureira de Pinho Neto	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual
847.078.877-91	Empresário	Membro do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)		Sim
Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital				
Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa				
Nildemar Secches	66	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual
589.461.528-34	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração (conselheiro independente)		Sim
Membro do Comitê de Estratégia				
Membro do Comitê de Pessoas				
Presidente do Comitê de Partes Relacionadas				
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual
066.530.838-88	Engenheiro	Vice-Presidente do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)		Sim
Membro do Comitê de Divulgação e Negociação				
Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa				
Membro do Comitê de Remuneração				
Gustavo Jorge Laboissière Loyola	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual
101.942.071-53	Economista	Membro do Conselho de Administração (conselheiro independente)		Sim
Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital				
Membro do Comitê de Partes Relacionadas				
Henri Penchas	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
061.738.378-20	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)		Sim
Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Remuneração				
Pedro Luiz Bodin de Moraes	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual
548.346.867-87	Economista	Membro do Conselho de Administração (conselheiro independente)		Sim
Membro do Comitê de Remuneração Presidente do Comitê de Gestão de Risco e de Capital Membro do Comitê de Partes Relacionadas				
Pedro Moreira Salles	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual
551.222.567-72	Banqueiro	Presidente do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)		Sim
Presidente do Comitê de Estratégia Presidente do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Presidente do Comitê de Pessoas Presidente do Comitê de Remuneração				
Ricardo Villela Marino	41	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual
252.398.288-90	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração (conselheiro executivo)		Sim
Membro do Comitê de Estratégia				
Alfredo Egydio Setubal	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual
014.414.218-07	Administrador	Membro do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)		Sim

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Membro do Comitê de Pessoas Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Divulgação e Negociação				
Candido Botelho Bracher	56	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual
039.690.188-38	Administrador	Membro do Conselho de Administração (conselheiro executivo) e Diretor Geral		Sim
Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital Membro do Comitê de Estratégia				
Roberto Egydio Setubal	60	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2015	Anual
007.738.228-52	Engenheiro	Vice-Presidente do Conselho de Administração (conselheiro executivo) e Diretor Presidente		Sim
Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital Membro do Comitê de Pessoas Membro do Comitê de Estratégia				
Carlos Roberto de Albuquerque Sá	65	Conselho Fiscal	29/04/2015	Anual
212.107.217-91	Economista	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		Não
Não há				
Luiz Alberto de Castro Falleiros	58	Conselho Fiscal	29/04/2015	Anual
024.351.768-80	Economista	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas		Não
Não há				
Alberto Sozin Furugem	72	Conselho Fiscal	29/04/2015	Anual
046.876.477-15	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		Sim
Não há				
Iran Siqueira Lima	72	Conselho Fiscal	29/04/2015	Anual
035.001.957-68	Economista	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador		Sim
Não há				

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
João Costa	64	Conselho Fiscal	29/04/2015	Anual
476.511.728-68	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim
Não há				
José Caruso Cruz Henriques	67	Conselho Fiscal	29/04/2015	Anual
372.202.688-15	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim
Não há				

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Alkimar Ribeiro Moura	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	24/04/2014	Anual
031.077.288-53			72	02/06/2014	
Não há		Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Comitê de Auditoria desde junho de 2010. Atividade principal da empresa: Holding. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – São Paulo: Professor de Economia desde agosto de 1969. Atividade principal da empresa: Instituição de Ensino. BM&F Bovespa S.A. - Supervisão de Mercados: membro independente do Conselho de Supervisão de outubro de 2007 a setembro de 2010. Atividade principal da empresa: Bolsa de Mercadorias e Futuros. Banco Nossa Caixa S.A.: membro do Conselho de Administração de maio de 2006 a fevereiro de 2007. Atividade principal da empresa: Banco Múltiplo. Cia. Brasil de Seguros: membro do Conselho de Administração de maio de 2001 a fevereiro de 2003. Atividade principal da empresa: Sociedade seguradora. Banco Bandeirantes S.A.: membro do Conselho de Administração de maio de 1999 a dezembro de 2000. Atividade principal da empresa: Banco Múltiplo. Banco do Brasil S.A.: Presidente do Banco de Investimentos e Vice-Presidente de Finanças e Mercado de Capitais de abril de 2001 a janeiro de 2003 . Atividade principal da empresa: Banco Múltiplo, com carteira comercial. Banco Central do Brasil: Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional de fevereiro de 1996 a setembro de 1997; Diretor de Política Monetária de fevereiro de 1994 a fevereiro de 1996 e Diretor de Dívida Pública e Operações do Mercado Aberto, de janeiro de 1987 a janeiro de 1988. Atividade principal da empresa: Autarquia federal. Formação Acadêmica: Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Economia pela Universidade da Califórnia, em Berkeley, e Doutor em Economia aplicada pela Universidade de Stanford. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.			
Antonio Francisco de Lima Neto	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2015	Anual
231.877.943-00			49		

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Não há		Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Comitê de Auditoria desde abril de 2015. Atividade principal da empresa: Holding. Banco Fibra: Presidente de agosto de 2009 a outubro de 2013. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial. Banco do Brasil: Presidente de dezembro de 2006 a abril de 2009; Vice-Presidente de Varejo e Distribuição de julho 2005 a dezembro de 2006; Vice-Presidente de Negócios Internacional e Atacado de novembro de 2004 a julho de 2005; Diretor Comercial de setembro de 2001 a novembro de 2004; Superintendente Executivo da Diretoria Comercial de julho de 2000 a setembro 2001; Superintendente Estadual do Tocantins de maio de 1999 a maio de 2000; Superintendente Regional de Belo Horizonte de janeiro de 1997 a maio de 1999. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial. Brasilprev Seguros e Previdência S.A.: Membro do Conselho de Administração de 2007 a 2009; FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos: Membro do Conselho de Administração de 2006 a 2009; BB Securities: Membro do Conselho de Administração de 2004 a 2005; Brasilsaúde Companhia de Seguros: Membro do Conselho de Administração de 2003 a 2005; Companhia de Seguros Aliança do Brasil: Membro do Conselho de Administração de 2001 a 2009; BB Previdência: Membro do Conselho de Administração de 2000 a 2007. Formação Acadêmica: Mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (janeiro/2014); Curso para Conselheiros pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2014); Pós–Graduação Lato Sensu em Marketing pela PUC Rio de Janeiro (2001); MBA Formação para Executivo pela Fundação Dom Cabral (1997); Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (1996). Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.			
Diego Fresco Gutierrez	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	30/04/2015	Anual
214.970.328-90			45		

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Não há		Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Comitê de Auditoria (Especialista Financeiro) desde abril de 2014. Atividade principal da empresa: Holding. Consultor independente em assuntos complexos de reporte financeiro principalmente em empresas com ações com registro no Brasil e nos Estados Unidos desde Junho 2013. PricewaterhouseCoopers – São Paulo/SP: Sócio Capital Markets Accounting Advisory Services de 2000 até Junho de 2013. Atividade principal da empresa: Consultoria e auditoria contábil e tributária. PricewaterhouseCoopers – Montevidéu/Uruguai: Senior Manager Assurance de 1998 a 2000. Atividade principal da empresa: Consultoria e auditoria contábil e tributária. PricewaterhouseCoopers – National Technical Office, Stamford, Estados Unidos: Senior Manager, tour no escritório técnico da PwC Estados Unidos de 1997 a 1998. Atividade principal da empresa: Consultoria e auditoria contábil e tributária. PricewaterhouseCoopers – Montevidéu/Uruguai: Trainee a Senior Manager de 1990 a 1997. Atividade principal da empresa: Consultoria e auditoria contábil e tributária. Formação Acadêmica: Formado em Ciências Contábeis (Contador Público) pela Universidad de la Republica Oriental del Uruguay, Uruguay, 1994; Certified Public Accountant - "CPA" nos Estados Unidos pelo Estado de Virginia desde 2002 e formado no Curso para Conselheiros de Administração em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.			
Geraldo Travaglia Filho	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Administrador	30/04/2015	Anual
573.620.338-34			64		

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Não há		Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor Executivo de novembro de 2008 a abril de 2009, secretário do Conselho de Administração de dezembro de 2010 a julho de 2012 e membro do Comitê de Auditoria desde março de 2013, sendo Presidente do Comitê desde junho de 2014. Atividade principal da empresa: Holding. Itaú Unibanco S.A.: Diretor Executivo de novembro de 2008 a abril de 2009. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial. Banco Itaú BBA S.A.: Diretor Executivo de novembro de 2008 a janeiro de 2010. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento. Redecard S.A.: Diretor Executivo de Finanças de maio de 2009 a abril de 2010. Atividade principal da empresa: Prestadora de serviços de meio de pagamento. Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Vice-Presidente de setembro de 2004 a abril de 2009; Diretor Executivo de 1996 a 2004; Diretor de Planejamento, Contabilidade e Controle, de 1990 a 1994. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial. Formação Acadêmica: Graduação em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo em 1979, com especialização em Gestão Bancária pela Wharton School da Universidade da Pennsylvannia em 1992. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.			

Luiz Alberto Fiore	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2015	Anual
521.132.568-00			63		

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Não há		Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Comitê de Auditoria desde março de 2012. Atividade principal da empresa: Holding. Deloitte Touche Tohmatsu: Sócio das áreas de Auditoria Externa e de Corporate Finance de 1973 a 2010. Atividade principal da empresa: Auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária. Deloitte do Brasil: membro do Comitê Executivo e Conselho de Administração de 1987 a 2008. Atividade principal da empresa: Auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária. Deloitte Corporate Finance: membro da Diretoria Internacional – representante para a América Latina de 1998 a 2005. Atividade principal da empresa: Auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária. PriceWaterhouseCoopers: Auditor Independente de 1971 a 1973. Atividade principal da empresa: Consultoria e auditoria contábil e tributária. Universidade São Judas: Consultor desde 2010. Atividade principal da empresa: Instituição de Ensino. Formação Acadêmica: Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Católica (ESAN-PUC), em 1974, e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie, em 1976. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.			

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2015	Anual
036.221.618-50			55		

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Não há		Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Comitê de Auditoria desde junho de 2014. Atividade principal da empresa: Holding. Companhia Brasileira de Distribuição S.A.: membro do Conselho de Administração desde abril de 2013 e Presidente do Comitê de Governança Corporativa desde abril de 2014. Atividade principal da empresa: Comércio varejista. CPFL Energia S.A.: membro do Conselho de Administração desde abril de 2013. Atividade principal da empresa: Geração de Energias Renováveis. Totvs S.A.: membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria desde abril de 2013. Atividade principal da empresa: Comunicação e Informática. IFRS Foundation: membro do Conselho Curador desde janeiro de 2014. Atividade principal: Fundação sem fins lucrativos. Comissão de Valores Mobiliários: Presidente de julho de 2007 e julho de 2012 e Diretora de julho de 2006 e julho de 2007. Atividade principal da empresa: Administração pública em geral. Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA: Trabalhou entre 1994 e 2006 onde atuou inicialmente na área de Projetos Especiais e foi, entre 2000 e 2006, Superintendente Executiva de Relações com Empresas. IBCG - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Vice-Presidente de 2004 a 2006 e Membro do Conselho de Administração desde 2001. Atividade principal da empresa: Associações de defesa de direitos sociais. IOSCO – Organização Internacional das Comissões de Valores como Presidente do Comitê Executivo de 2010 a 2012 e Latin-American Roundtable on Corporate Governance (OECD / WB Group) como Membro desde 2000. Formação Acadêmica: Economista formada em 1990 pela FEA-USP. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.			

Sergio Darcy da Silva Alves	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2015	Anual
050.933.687-68			70		

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Não há		Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Comitê de Auditoria desde abril de 2014. Atividade principal da empresa: Holding. Banco Santander S.A.: membro do Comitê de Auditoria de outubro a 2006 a março a 2013. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial. BM&F Bovespa S.A.: membro dos Comitês de Normas, na qualidade de Coordenador e de Auditoria desde janeiro a 2007. Atividade principal da empresa: Bolsa de Mercadorias e Futuros. Banco Central do Brasil: Diretor Responsável pelos Assuntos de Normas e Organização do Sistema Financeiro de setembro a 1997 a abril a 2006; Chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro de abril a 1991 a agosto a 1997; Chefe Adjunto do Departamento de Normas do Sistema Financeiro de março a 1985 a março a 1991; Coordenador no Departamento do Mercado de Capitais até 1985. Formação Acadêmica: Economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965 a 1968) e Curso Superior de Ciências Contábeis – Associação de Ensino Unificado de Brasília – AEUDF (1975 a 1978). Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.			
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
066.530.838-88			45	30/04/2015	
Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Divulgação e Negociação Vice-Presidente do Conselho de Administração					
Israel Vainboim	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
090.997.197-87			70	30/04/2015	
Não há					
Pedro Luiz Bodin de Moraes	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2015	Anual
548.346.867-87			58	30/04/2015	

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Presidente do Comitê de Gestão de Risco e de Capital Membro do Conselho de Administração Membro do Comitê de Partes Relacionadas					
Pedro Moreira Salles	Comitê de Remuneração	Presidente do Comitê	Banqueiro	30/04/2015	Anual
551.222.567-72			55	30/04/2015	
Presidente do Comitê de Estratégia Presidente do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Presidente do Conselho de Administração Presidente do Comitê de Pessoas					
Alexsandro Broedel Lopes	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	30/04/2015	Anual
031.212.717-09	Comitê de Divulgação e Negociação		40	30/04/2015	
Diretor Executivo					
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
066.530.838-88	Comitê de Nomeação e Governança Corporativa		45	30/04/2015	
Membro do Comitê de Remuneração Membro do Comitê de Divulgação e Negociação Vice-Presidente do Conselho de Administração					
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
066.530.838-88	Comitê de Divulgação e Negociação		45	30/04/2015	

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Membro do Comitê de Remuneração Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Vice-Presidente do Conselho de Administração					
Alfredo Egydio Setubal	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2015	Anual
014.414.218-07	Comitê de Nomeação e Governança Corporativa		56	30/04/2015	
Membro do Comitê de Divulgação e Negociação Membro do Comitê de Pessoas Membro do Comitê de Gestão de Riscos e de Capital Membro do Conselho de Administração					
Alfredo Egydio Setubal	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2015	Anual
014.414.218-07	Comitê de Divulgação e Negociação		56	30/04/2015	
Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Pessoas Membro do Comitê de Gestão de Riscos e de Capital Membro do Conselho de Administração					
Alfredo Egydio Setubal	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2015	Anual
014.414.218-07	Comitê de Pessoas		56	30/04/2015	
Membro do Comitê e Gestão de Risco e de Capital Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Divulgação e Negociação Membro do Conselho de Administração					
Alfredo Egydio Setubal	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2015	Anual
014.414.218-07	Membro do Comitê e Gestão de Risco e de Capital		56	30/04/2015	

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Membro do Comitê de Pessoas Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Divulgação e Negociação Membro do Conselho de Administração					
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	30/04/2015	Anual
166.644.028-07	Comitê de Divulgação e Negociação		38	30/04/2015	
Diretor					
Candido Botelho Bracher	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2015	Anual
039.690.188-38	Comitê de Gestão de Risco e de Capital		56	30/04/2015	
Membro do Comitê de Estratégia Membro do Conselho de Administração					
Diretor Geral					
Candido Botelho Bracher	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2015	Anual
039.690.188-38	Comitê de Estratégia		56	30/04/2015	
Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital					
Membro do Conselho de Administração					
Diretor Geral					
Carlos Henrique Donegá Aidar	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2015	Anual
076.630.558-96	Comitê de Divulgação e Negociação		49	30/04/2015	
Não há					
Claudia Politanski	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogada	30/04/2015	Anual
132.874.158-32	Comitê de Divulgação e Negociação		44	30/04/2015	
Diretora Vice-Presidente					
Demosthenes Madureira de Pinho Neto	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	30/04/2015	Anual

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
847.078.877-91	Comitê de Gestão de Risco e de Capital		55	30/04/2015	
Membro do Conselho de Administração					
Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa					
Demosthenes Madureira de Pinho Neto	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	30/04/2015	Anual
847.078.877-91	Comitê de Nomeação e Governança Corporativa		55	30/04/2015	
Membro do Conselho de Administração					
Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital					
Fábio Colletti Barbosa	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2015	Anual
771.733.258-20	Comitê de Pessoas		60	30/04/2015	
Membro do Comite de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Estratégia Membro do Conselho de Administração					
Fábio Colletti Barbosa	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2015	Anual
771.733.258-20	Comitê de Nomeação e Governança Corporativa		60	30/04/2015	
Membro do Comitê de Pessoas Membro do Comitê de Estratégia Membro do Conselho de Administração					
Fábio Colletti Barbosa	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2015	Anual
771.733.258-20	Comitê de Estratégia		60	30/04/2015	
Membro do Comitê de Pessoas Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Conselho de Administração					
Fernando Marsella Chacon Ruiz	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Matemático	30/04/2015	Anual
030.086.348-93	Comitê de Divulgação e Negociação		49	30/04/2015	
Não há					

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Gustavo Jorge Laboissière Loyola	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2015	Anual
101.942.071-53	Comitê de Gestão de Risco e de Capital		62	30/04/2015	
Membro do Conselho de Administração					
Membro do Comitê de Partes Relacionadas					
Gustavo Jorge Laboissière Loyola	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2015	Anual
101.942.071-53	Comitê de Partes Relacionadas		62	30/04/2015	
Membro do Conselho de Administração					
Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital					
Henri Penchas	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
061.738.378-20	Comitê de Remuneração		69	30/04/2015	
Membro do Comitê de Estratégia					
Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa					
Membro do Conselho de Administração					
Henri Penchas	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
061.738.378-20	Comitê de Estratégia		69	30/04/2015	
Membro do Comitê de Remuneração					
Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Conselho de Administração					
Henri Penchas	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
061.738.378-20	Comitê de Nomeação e Governança Corporativa		69	30/04/2015	

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Membro do Comitê de Remuneração Membro do Comitê de Estratégia Membro do Conselho de Administração					
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogada	30/04/2015	Anual
153.451.838-05	Comitê de Divulgação e Negociação		43	30/04/2015	
Diretora Executiva					
Marcelo Kopel	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Administrador	30/04/2015	Anual
059.369.658-13	Comitê de Divulgação e Negociação		50	30/04/2015	
Diretor Diretor de Relações com Investidores					
Nildemar Secches	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
589.461.528-34	Comitê de Estratégia		66	30/04/2015	
Membro do Conselho de Administração Presidente do Comitê de Partes Relacionadas Membro do Comitê de Pessoas					
Nildemar Secches	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Engenheiro	30/04/2015	Anual
589.461.528-34	Comitê de Partes Relacionadas		66	30/04/2015	
Membro do Conselho de Administração Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Pessoas					

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Nildemar Secches	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
589.461.528-34	Comitê de Pessoas		66	30/04/2015	
Membro do Conselho de Administração Presidente do Comitê de Partes Relacionadas Membro do Comitê de Estratégia					
Pedro Luiz Bodin de Moraes	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Economista	30/04/2015	Anual
548.346.867-87	Comitê de Gestão de Risco e de Capital		58	30/04/2015	
Membro do Comitê de Remuneração Membro do Conselho de Administração Membro do Comitê de Partes Relacionadas					
Pedro Luiz Bodin de Moraes	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2015	Anual
548.346.867-87	Comitê de Partes Relacionadas		58	30/04/2015	
Membro do Comitê de Remuneração Presidente do Comitê de Gestão de Risco e de Capital Membro do Conselho de Administração					
Pedro Moreira Salles	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Banqueiro	30/04/2015	Anual
551.222.567-72	Comitê de Estratégia		55	30/04/2015	

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Presidente do Comitê de Remuneração Presidente do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Presidente do Conselho de Administração Presidente do Comitê de Pessoas					
Pedro Moreira Salles	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Banqueiro	30/04/2015	Anual
551.222.567-72	Comitê de Nomeação e Governança Corporativa		55	30/04/2015	
Presidente do Comitê de Remuneração Presidente do Conselho de Administração Presidente do Comitê de Estratégia Presidente do Comitê de Pessoas					
Pedro Moreira Salles	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Banqueiro	30/04/2015	Anual
551.222.567-72	Comitê de Pessoas		55	30/04/2015	
Presidente do Comitê de Remuneração Presidente do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Presidente do Conselho de Administração Presidente do Comitê de Estratégia					
Ricardo Villela Marino	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
252.398.288-90	Comitê de Estratégia		41	30/04/2015	
Membro do Conselho de Administração					

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Roberto Egydio Setubal	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
007.738.228-52	Comitê de Estratégia		60	30/04/2015	
Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital Membro do Comitê de Pessoas Vice-Presidente do Conselho de Administração Diretor Presidente					
Roberto Egydio Setubal	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
007.738.228-52	Comitê de Gestão de Risco e de Capital		60	30/04/2015	
Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Pessoas Vice-Presidente do Conselho de Administração Diretor Presidente					
Roberto Egydio Setubal	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2015	Anual
007.738.228-52	Comitê de Pessoas		60	30/04/2015	
Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital Vice-Presidente do Conselho de Administração Diretor Presidente					

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Eduardo Hiroyuki Miyaki - 159.822.728-92

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor desde agosto de 2011.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor de agosto de 2010 a agosto de 2011, responsável pelas atividades de auditoria interna desde maio de 2010. Atuou como Gestor e Diretor de Compliance do programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro do Itaú Unibanco (1996 a 2003). Foi o gestor responsável pelo Departamento de Auditoria Interna das áreas de Gestão de Ativos e Tesouraria (2003 a 2004). Foi também gestor das áreas de Auditoria Interna, Mercado de Capitais, Seguros e Títulos e Valores Mobiliários (2005 a 2010).
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Formação Acadêmica: graduado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo em 1994, concluiu em 1996 especialização em Saneamento pela Universidade Federal de Gundai, no Japão, em julho de 1998 concluiu especialização em Administração de Empresas pelo CEAG na Fundação Getúlio Vargas. Em maio de 2003 obteve o título de MBA em Finanças e Negócios Internacionais pela Leonard Stern School of Business da New York University.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Marcelo Kopel - 059.369.658-13

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor desde junho de 2014 e Diretor de Relações com Investidores desde de fevereiro de 2015 e Membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde janeiro de 2014, sendo Presidente desde fevereiro de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding.

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil: Diretor desde junho de 2014 e Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Arrendamento Mercantil.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor desde julho de 2014.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Investimentos Bemge S.A.: Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente desde abril de 2014.
Atividade principal da empresa: Apoio as empresas em que participe inclusive mediante realização de estudos e disponibilização de recursos.

Redecard S.A.: Diretor Executivo de maio de 2010 a julho de 2014.
Atividade principal da empresa: Prestadora de serviços de meio de pagamento.

Banco Credicard S.A.: Diretor de novembro de 2004 a fevereiro de 2010 e Membro do Conselho de Administração de fevereiro de 2010 a abril de 2010.
Atividade principal da empresa: Bancos múltiplos, sem carteira comercial.

Banco Citibank S.A.: Diretor de Finanças de 2006 a 2010.
Atividade principal da empresa: Banco comercial, com carteira de investimento.

Banco ING no Brasil: Diretor de Finanças de 1992 a 1998 e na América Latina de 1998 a 2002.
Atividade principal da empresa: Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira.

Bank of America: Diretor de Finanças acumulando o cargo de Diretor de Operações de 2002 a 2003.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Formação Acadêmica: Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Wagner Bettini Sanches - 114.032.758-58

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor desde junho de 2014.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor desde outubro de 2011. Ingressou na Sociedade como Analista da Assessoria do Mercado de Empresas, permanecendo nessa função no período de 1996 a 1999; de 1999 a 2000 atuou como Coordenador da Assessoria do Mercado de Empresas; de 2000 a 2001 foi Gerente da Assessoria do Mercado Empresas. No período de 2003 a 2007, atuou como Superintendente de Crédito Pessoa Jurídica – Mercado de Empresas. De 2007 a 2008 exerceu a função de Superintendente Comercial de Crédito Imobiliário Pessoa Jurídica, sendo responsável pelo relacionamento comercial com as incorporadoras em todo o país. A partir de 2009 foi Superintendente de Crédito e Cobrança de Crédito Imobiliário Pessoa Física e Jurídica, sendo responsável pelas gerências de mesa de crédito pessoa física, análise de crédito pessoa jurídica, planejamento, monitoramento de projetos, gestão de cobranças e cobrança operacional e contencioso.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BMG Consignado S.A.: Diretor desde novembro de 2012.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Formação Acadêmica: Graduado em Engenharia de Produção pela Escola politécnica da Universidade de São Paulo, em 1996; pós-graduado pela Universidade de Michigan, Ross School Business, MBA – graduado com high distinction, com ênfase em finanças e estratégia, em 2003.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor Vice-Presidente desde abril de 2015; Diretor Executivo de março de 2013 a abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: assumiu a Gerência Geral de Câmbio de 1980 a 1990 e tornou-se Diretor Vice-Presidente em março de 2013.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A.: Membro do Conselho de Administração desde novembro de 2004 e foi Diretor Vice-Presidente de novembro de 2004 a dezembro de 2008, responsável pelas áreas internacional, instituições financeiras, produtos, mesa clientes e tesouraria.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Banco Itaú BMG Consignado S.A.: Membro do Conselho de Administração desde maio de 2013.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Investimentos Bemge S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde fevereiro de 2013.
Atividade principal da empresa: Holdings de instituições não-financeiras.

Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Arrendamento mercantil.

Banco BBA-Creditanstalt S.A.: Diretor Adjunto de Câmbio de 1990 a 1991 e Diretor da Área Internacional de 1992 a 2003.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Formação Acadêmica: Economista pela Faculdade de Economia da USP, em 1980; Administrador de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em 1980; Pós-Graduação pela EAESP/FGV, em 1982. École dês Hautes Études Commerciales – França, em 1982.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Claudia Politanski - 132.874.158-32

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretora Vice-Presidente desde abril 2015, tendo sido Diretora Executiva de novembro de 2008 a março de 2015; Membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretora Vice-Presidente desde julho de 2013; Diretora Executiva de fevereiro de 2010 a março de 2013.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Diretora Executiva de agosto de 2007 a julho de 2014; Diretora de fevereiro de 2006 a agosto de 2007; Diretora Adjunta de julho de 2003 a fevereiro de 2006.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Formação Acadêmica: Formada em Direito em 1992 pela Universidade de São Paulo e possui LLM pela University of Virginia.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Alexsandro Broedel Lopes - 031.212.717-09

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor Executivo desde abril de 2015, tendo sido Diretor de agosto de 2012 a março de 2015; Membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde outubro de 2013, exercendo ainda administração de outras sociedades controladas do conglomerado Itaú Unibanco.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Executivo desde março de 2015; Diretor de maio de 2012 a março de 2015.
Atividades principais das empresas: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Investimentos Bemge S.A.: Diretor desde junho de 2012.
Atividade principal da empresa: Apoio as empresas em que participe inclusive mediante realização de estudos e disponibilização de recursos.

Itauseg Participações S.A.: Diretor desde junho de 2012.
Atividade principal da empresa: Holding de instituições não-financeiras.

Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil: Diretor desde agosto de 2012.
Atividade principal da empresa: Arrendamento Mercantil.

Universidade de São Paulo: Professor titular de Contabilidade e Finanças desde 2002, lecionando disciplinas nos cursos de graduação, mestrado e doutorado nas áreas de finanças e contabilidade.
Atividade principal: Instituição de Ensino.

IFRS Foundation: Membro do Standards Advisory Council e do Education Advisory Group.
Atividade principal: Fundação sem fins lucrativos
Comissão de Valores Mobiliários: Diretor de 2010 a 2012.
Atividade principal da empresa: Administração pública em geral.

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados: Consultor de 2008 a 2009.
Atividade principal da empresa: Advocacia.

Formação Acadêmica: PhD in Accounting and Finance – Manchester Business School (2008); Doutor em Controladoria e Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP) (2001); Bacharel em Ciências Contábeis (1997) pela Universidade de São Paulo (USP); e Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 2012.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Rodrigo Luís Rosa Couto - 882.947.650-15

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor desde janeiro de 2012; Superintendente de Riscos Corporativos de fevereiro de 2008 a dezembro de 2011.
Atividade principal da empresa: Holding.

Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil: Diretor desde janeiro de 2014.
Atividade principal da empresa: Arrendamento Mercantil.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor desde dezembro de 2011.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

McKinsey & Company: Associado de setembro de 2005 a fevereiro de 2008.

Banco Central do Brasil: Inspetor de 1998 a 2003.

Financial Stability Institute do BIS: realizou estágio onde participou do desenvolvimento e foi membro do corpo docente de um curso de formação para supervisores bancários de autoridades reguladoras de todo o mundo de abril a junho de 2003.

Formação Acadêmica: Bacharel em Administração com ênfase em finanças pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993-1997) e Master of Business Administration, finance Major pela The Wharton School, University of Pennsylvania (2003-2005).

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Matias Granata - 228.724.568-56

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor desde julho de 2014.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor desde julho de 2014; Superintendente de Risco de Mercado de outubro de 2010 a abril de 2014; Superintendente de Risco Operacional de março de 2009 a outubro de 2010; Trade Sênior Tesouraria – Mesa Proprietária São Paulo de agosto de 2007 a março de 2009; Trade Sênior Tesouraria – Mesa Proprietária Londres de agosto de 2004 a agosto de 2007; Trader Tesouraria – Mesa Proprietária São Paulo de abril de 2003 a agosto de 2004; Economista Sênior Pesquisa Econômica de maio de 2002 a abril de 2003.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Formação Acadêmica: MA - Política Econômica Internacional na University of Warwick/UK, British Chevening Scholarship (2000-2001); Mestrado em Economia na Universidad Torcuato Di Tella (UTDT), Argentina (1998-2000) e Licenciatura em Economia na Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina (1992-1997).

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Adriano Cabral Volpini - 162.572.558-21

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor desde fevereiro de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor de Segurança Corporativa desde julho de 2012, anteriormente exerceu os cargos de Superintendente de Prevenção a Atos Ilícitos de agosto de 2005 a março de 2012; Gerente de Prevenção a Atos Ilícitos de janeiro de 2004 a julho de 2005; Gerente de Inspetoria de junho de 2003 a dezembro de 2003; Inspetor de janeiro de 1998 a março de 2003; Auditor de maio de 1996 a dezembro de 1997; Área Operacional de Agências de março de 1991 a abril de 1996. Ocupa ainda cargo de administrador em diversas empresas do Conglomerado Itaú Unibanco.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil: Diretor Executivo de junho de 2012 a janeiro de 2014 e Diretor desde janeiro de 2014.
Atividade principal da empresa: Arrendamento mercantil.

Formação Acadêmica: Bacharelado em Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP de 1991 a 1995; Pós Graduado em Administração Contábil e Financeira pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP de 1998 a 2000; Mestrado (MBA) em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC de 2000 a 2002.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Cláudio José Coutinho Arromatte - 991.173.127-87

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor desde fevereiro de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding.

Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil: Diretor desde abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Arrendamento mercantil.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor desde fevereiro de 2010.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Diretor de dezembro de 2004 a novembro de 2008 e de maio de 2013 a julho de 2014.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Casas Sendas Comércio e Indústria: Diretor da Divisão de Logística e Negócios dos Postos de Combustíveis.

Rio de Janeiro Refrescos Ltda. (empresa do Sistema Coca-Cola): atuou como responsável pela produção, comercialização e distribuição, no período de 1998 a 2001. Foi Gerente de Logística e Distribuição. De 1993 a 1998, atuou na Companhia Cervejaria Brahma - (Atual AMBEV) como Gerente de Controladoria, sendo responsável pela Gerência Administrativa Financeira e Logística na Unidade fabril de água mineral Fratelli Vita.

Em 1997, participou da Joint-Venture com a Gessy Lever para a produção, comercialização e distribuição de chás (Lipton Ice Tea). Responsável pela produção, comercialização e distribuição de isotônicos (Marathon).

Iniciou a carreira profissional em 1986, na empresa White Martins Gases Industriais S.A, no Rio de Janeiro, na área de Gerência de Informática, ocupando o cargo de Coordenador de Sistemas de Distribuição, onde permaneceu até 1993.

Formação Acadêmica: Graduado em Engenharia Elétrica e Mestrado em Controle e Otimização de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Paulo Sergio Miron - 076.444.278-30
Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor Executivo desde abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding.

PricewaterhouseCoopers – São Paulo/SP: Sócio de 1996 a 2015, tendo sido o sócio responsável pelos trabalhos de auditoria em grandes Conglomerados Financeiros Brasileiros, entre eles: Unibanco – União de Bancos Brasileiros (1997 a 2000), Banco do Brasil (2001 a 2005) e Itaú Unibanco S.A. (2009 a 2013).
Atividade principal da empresa: Consultoria e auditoria contábil e tributária.

PricewaterhouseCoopers – Brasília/DF: Sócio 2001 a 2008, sendo que no período de 2004 a 2008 foi também o sócio responsável pela área de serviços a governo da PwC Brasil e no período de 1997 a 2008 foi o sócio responsável pela área de "banking" da PwC Brasil.
Atividade principal da empresa: Consultoria e auditoria contábil e tributária.

Foi o coordenador da área de treinamento em instituições financeiras da PwC Brasil por mais de 10 anos e atuou como professor universitário por alguns anos em matérias relacionadas ao mercado financeiro.

É membro do Instituto Brasileiro de Contadores e palestrante em diversos seminários relacionados a instrumentos financeiros e auditoria.

Formação Acadêmica: Formado em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu – São Paulo e em Economia pela Universidade Mackenzie – São Paulo

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo - 153.451.838-05

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretora Executiva desde abril de 2015; Membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde janeiro de 2012.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretora Executiva desde março de 2015; Diretora de fevereiro de 2010 a março de 2015.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Diretoria Adjunta de outubro 2008 a abril de 2009. Ingressou no Unibanco em 1997, atuando na Assessoria Jurídica do Unibanco em operações envolvendo produtos bancários, cartão de crédito, financiamento imobiliário e de veículos, e de projetos relativos a fusões e aquisições, reestruturações societárias e mercado de capitais, entre outras.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Formação Acadêmica: Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Especializada em Direito Corporativo com ênfase em Finanças Corporativas e Mercado de Capitais pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e Fundamentals of Business Law - NYU - New York University.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues - 166.644.028-07

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor desde abril de 2015; Membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde outubro de 2014.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor desde outubro de 2014; Superintendente Jurídico de julho de 2008 a agosto de 2014 e Gerente Jurídico de março de 2006 a julho de 2008, atuando na Coordenação e Supervisão do Jurídico de M&A (Fusões e Aquisições), do Jurídico Societário, do Paralegal de Assuntos Corporativos, do Jurídico Antitruste e do Jurídico Internacional (responsável pela gestão matricial das equipes jurídicas das unidades externas do Conglomerado Itaú Unibanco e pelo acompanhamento e avaliação das principais questões jurídicas relativas a essas unidades).
Atividades principais das empresas: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Tozzini Freire Advogados: Atuando nas áreas de direito societário e contratual de agosto 1998 a fevereiro de 2005.
Atividade principal da empresa: Serviços advocatícios.

Formação Acadêmica: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1999. Especialização em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2001 e Mestrado ("Master at Laws" – LL.M.) pela Columbia University School of Law New York – NY em 2004.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

José Virgilio Vita Neto - 223.403.628-30

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor desde abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding

Itaú Unibanco S.A.: Diretor desde outubro de 2011.
Atividade principal da empresa: Banco Múltiplo com carteira comercial

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.: Ingressou em janeiro de 2001, atuando como advogado até junho de 2003, sendo responsável pelas áreas de consultoria jurídico do banco de atacado, especialmente operações estruturadas e crédito imobiliário. De junho de 2003 a junho de 2008, atuou como Gerente Jurídico, sendo responsável pela consultoria jurídica do banco de atacado, incluindo especialmente as áreas de operações estruturadas, crédito imobiliário, câmbio, derivativos e financiamentos de projetos; consultoria jurídica de varejo e processos administrativos e investigatórios, incluindo órgão de defesa do consumidor. De junho de 2008 a outubro de 2009, atuou como Superintendente Jurídico, responsável pelas áreas de consultoria jurídica de varejo, processos administrativos acima e investigatórios, contencioso de grandes causas e ações civis públicas. Na estrutura Itaú Unibanco, atuou como Superintendente Jurídico no período de dezembro de 2009 a março de 2011, sendo responsável pela Consultoria Jurídica de Varejo, contencioso de grandes causas e ações civis públicas, gestão de recursos nos Tribunais Superiores, processos administrativos e investigatórios, processos administrativos tributários e criminal.
Atividade principal da empresa: Banco Múltiplo com carteira comercial

Formação Acadêmica: Graduado em Direito pela Universidade de são Paulo em 2000; Mestre em Direito Civil – Contratos pela Universidad de Salamanca – Espanha, em 2006; e Doutor em Direito Civil – Contratos, pela Universidade de São Paulo em 2007.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Márcio de Andrade Schettini - 662.031.207-15

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor Geral desde abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Geral desde abril de 2015; Diretor Vice-Presidente de novembro de 2008 a abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Diretor Vice-Presidente Executivo de abril de 2004 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Formação Acadêmica: Graduado em Engenharia e mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde também se especializou em modelos matemáticos. Cursou também o Programa de Administração para Proprietários e Presidentes na Harvard University.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Marco Ambrogio Crespi Bonomi - 700.536.698-00

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor Geral desde abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Geral desde abril de 2015; Diretor Vice-Presidente de abril de 2007 a abril de 2015; Diretor Executivo de abril de 2004 a abril de 2007; Diretor Gerente Sênior de outubro de 2000 a abril de 2004; Diretor Gerente de agosto de 1998 a outubro de 2000.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Diretor Executivo de novembro de 2008 a junho de 2014.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

ACREFI – Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamentos e Investimento: Vice-Presidente desde abril 2004.

Formação Acadêmica: Graduado em Economia pela FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado-SP (1978), Cursos de Aperfeiçoamento Executivo Financeiro pela FGV (1982) e Mercado de Capitais na New York University (1984).

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Emerson Macedo Bortoloto - 186.130.758-60

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor desde novembro de 2011.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: ingressou no Itaú Unibanco S.A. em julho de 2003, ocupando cargos na área de Auditoria Interna. Desde novembro de 2008, é responsável pela avaliação de processos relacionados com riscos de mercado, crédito e operacional, além de auditoria de projetos e auditoria contínua. Também foi responsável por auditorias nos processos de tecnologia da informação e de análise e concessão de crédito no varejo.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Ernest & Young Auditores Independentes: de Maio/2001 a Junho/2003.
Atividade principal da empresa: Consultoria.

Banco Bandeirantes: entre 1992 a 2001, com a responsabilidade de conduzir auditorias de TI e de processos operacionais.

Formação Acadêmica: graduado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Faculdades Integradas TIBIRIÇA, concluído em dezembro de 2000. Pós-graduado em Auditoria e Consultoria em Segurança da Informação pela FASP – Faculdades Associadas de São Paulo, concluída em dezembro de 2001. Obteve no ano de 2004 a certificação CISA, emitida pelo ISACA. Obteve MBA em Auditoria Interna pela FIPECAFI em dezembro de 2008.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Fábio Colletti Barbosa - 771.733.258-20

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Conselho de Administração desde abril de 2015; membro dos Comitês de Pessoas, Nomeação e Governança Corporativa e Estratégia desde abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding.

Abril Comunicações S.A.: Presidente de setembro de 2011 a março de 2014.
Atividade principal da empresa: Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas.

Banco Santander (Brasil) S.A.: Presidente do Conselho de Administração de janeiro de 2011 a setembro de 2011.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Santander S.A.: Presidente do Conselho de Administração de agosto de 2008 a dezembro de 2010.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Real S.A.: Diretor Presidente de 1998 a 2008.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Fundação OSESP: Presidente do Conselho de Administração.
Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa: Membro do Conselho Deliberativo.
UN Foundation (Fundação das Nações Unidas – USA): Membro do Conselho.
Instituto Empreender Endeavor: Membro do Conselho.
Almar Participações S.A.: Membro do Conselho.
Vox Capital – Investimentos: Membro do Conselho.

Formação Acadêmica: Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, e Mestre em Administração de Empresas pelo Institute for Management and Development, de Lausanne.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Demosthenes Madureira de Pinho Neto - 847.078.877-91

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Conselho de Administração desde maio de 2012 (conselheiro não executivo); membro dos Comitês de Nomeação e Governança Corporativa e de Gestão de Risco e Capital desde julho de 2012.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Executivo de novembro de 2008 a janeiro de 2012.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A.: Diretor Vice-Presidente de novembro de 2008 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Vice-Presidente de dezembro de 2004 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Unibanco Asset Management: Diretor Executivo de agosto de 2002 a julho de 2005.
Atividade principal da empresa: Administração da carteira e custódia de títulos.

ANBID: Vice-Presidente de 2000 a 2003.
Atividade principal da empresa: Entidade de classe.

Dresdner Asset Management: Diretor Presidente de novembro de 1999 a 2002.
Atividade principal da empresa: Private banking.

Banco Central do Brasil: Diretor de Assuntos Internacionais de 1997 a março de 1999.
Atividade principal da empresa: Autarquia federal.

Ministério da Fazenda: Coordenador-Geral de Política Monetária e Financeira em 1993.
Atividade principal da empresa: Administração pública em geral.

Professor de Economia e Finanças na FGV-SP, PUC-RJ e INSPER / IBEMEC SP entre 1991 e 2004.

Formação Acadêmica: Bacharel e Mestre em Economia pela PUC-RJ e Ph.D em Economia pela Universidade da Califórnia em Berkeley.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Nildemar Secches - 589.461.528-34

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Conselho de Administração desde maio de 2012 (conselheiro independente); membro do Comitê de Estratégia desde julho de 2012 e membro dos Comitês de Partes Relacionadas e de Pessoas desde abril de 2013.
Atividade principal da empresa: Holding.

WEG S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração de 1998 a 2011; Membro do Conselho de Administração desde 2011.
Atividade principal da empresa: Holding.

Iochpe-Maxion: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde 2004.
Atividade principal da empresa: Holding.

Ultrapar S.A.: membro do Conselho de Administração desde abril de 2002.
Atividade principal da empresa: Distribuição de combustíveis, químicos e armazenagem para granéis líquidos.

Suzano Papel e Celulose: membro do Conselho de Administração desde maio de 2008.
Atividade principal da empresa: Indústria e Comércio de Papel e Celulose.

Brasil Foods - BRF S.A.: Presidente do Conselho de Administração de abril de 2007 a abril de 2013.
Atividade principal da empresa: Indústria de Alimentos.

Perdigão S.A.: Diretor Presidente de janeiro de 1995 a outubro de 2008.
Atividade principal da empresa: Indústria de Alimentos.

Grupo Iochpe-Maxion: Diretor Geral Corporativo de 1990 a 1994.
Atividade principal da empresa: Holding Industrial.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: Diretor de 1987 a 1990.
Atividade principal da empresa: Banco de Desenvolvimento.

Associação dos Produtores e Exportadores de Frangos: Presidente de 2001 a 2003.
Atividade principal da empresa: Associação.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico pela USP de São Carlos, Pós Graduado em Finanças pela PUC do Rio de Janeiro. Doutorado em Economia pela Unicamp de Campinas.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho - 066.530.838-88

Itaú Unibanco Holding S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde março de 2003 (conselheiro não executivo); membro dos Comitês de Divulgação e Negociação desde novembro de 2008, de Nomeação e Governança Corporativa desde agosto de 2009, de Remuneração desde fevereiro de 2011, de Nomeação e Remuneração de maio 2006 a junho de 2009 e de Políticas Contábeis de julho de 2008 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração de agosto de 2002 a março de 2003.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.: membro do Conselho de Administração desde agosto de 1995, sendo Vice-Presidente desde maio de 2011; Diretor Presidente desde setembro de 2009; Presidente do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação desde abril de 2005; Presidente do Comitê de Políticas de Investimento e Membro do Comitê de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Holding.

Duratex S.A.: membro do Conselho de Administração desde 1996; sendo Vice-Presidente desde 2008; membro dos Comitês de Pessoas, Governança e Nomeação desde novembro de 2009.
Atividade principal da empresa: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Elekeiroz S.A.: membro do Conselho de Administração de abril de 2004 a abril de 2010, tendo sido Presidente de abril a novembro de 2009; Vice-Presidente de abril de 2004 a abril de 2009 e de novembro de 2009 a abril de 2010.
Atividade principal da empresa: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itautec S.A.: membro do Conselho de Administração desde abril de 1997; sendo Vice-Presidente desde janeiro de 2010; Presidente de abril de 2009 a janeiro de 2010; Vice-Presidente de abril de 1997 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia, em 1992, e Pós-Graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Gustavo Jorge Laboissière Loyola - 101.942.071-53

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Conselho de Administração desde julho de 2006 (conselheiro independente); Presidente do Comitê de Auditoria de setembro de 2008 a abril de 2014; membro do Comitê de Auditoria de maio de 2007 a novembro de 2008; membro dos Comitês de Gestão de Risco e de Capital desde julho de 2008 e de Partes Relacionadas desde abril de 2013; membro do Conselho Fiscal de março de 2003 a abril de 2006.
Atividade principal da empresa: Holding.

Tendências Consultoria Integrada S/S Ltda.: Sócio desde novembro de 2002.
Atividade principal da empresa: Consultoria.

Tendências Conhecimento Assessoria Econômica Ltda.: Sócio desde julho de 2003.
Atividade principal da empresa: Consultoria.

Gustavo Loyola Consultoria S/C: Sócio-Diretor desde fevereiro de 1998.
Atividade principal da empresa: Consultoria Econômica.

Banco Central do Brasil: Presidente de novembro de 1992 a março de 1993 e de junho de 1995 a agosto de 1997; Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro de março de 1990 a novembro de 1992.
Atividade principal da empresa: Autarquia federal.

Formação Acadêmica: Economista formado pela Universidade de Brasília, em 1979. Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, em 1983.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Henri Penchas - 061.738.378-20

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Conselho de Administração desde março de 2003 e do Conselho Consultivo Internacional de março de 2003 a abril de 2009; Vice-Presidente Sênior de março de 2003 a maio de 2008; membro dos Comitês de Remuneração desde fevereiro de 2011, de Estratégia e de Nomeação e Governança Corporativa desde agosto de 2009; membro do Comitê de Divulgação e Negociação de maio de 2005 a abril de 2009 e de Gestão de Riscos e Capital e de Políticas Contábeis de junho de 2008 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: membro do Conselho de Administração de abril de 1997 a março de 2003; Vice-Presidente Sênior de abril de 1997 a abril de 2008; Vice-Presidente Executivo de maio de 1993 a abril de 1997; Diretor Executivo de 1988 a 1993.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A.: membro do Conselho de Administração desde setembro de 1998; Vice-Presidente de julho de 2003 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.: Diretor Vice-Presidente desde abril de 2009; Diretor Executivo de dezembro de 1984 a abril de 2008; Diretor de Relações com Investidores desde 1995; membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação de abril de 1995 a abril de 2008 e desde abril de 2009; membro dos Comitês de Políticas de Investimento e de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Holding.

Duratex S.A.: membro Efetivo do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde abril de 2013; Diretor Presidente de agosto de 2009 a abril de 2013 e Diretor Geral de abril a agosto de 2009; membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde dezembro de 2009.
Atividade principal da empresa: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Elekeiroz S.A.: membro Efetivo do Conselho de Administração desde abril de 2013.
Atividade principal da empresa: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itautec S.A. – Grupo Itautec: membro Efetivo do Conselho de Administração e membro do Comitê de Divulgação desde abril de 2013, Diretor Presidente de abril 2013 a abril de 2014.
Atividade principal da empresa: Participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico formado, em 1968, pela Universidade Mackenzie e pós-graduado em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Pedro Luiz Bodin de Moraes - 548.346.867-87

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Conselho de Administração desde fevereiro de 2009 (conselheiro independente); Presidente do Comitê de Gestão de Risco e de Capital desde agosto de 2009; membro do Comitê de Remuneração desde fevereiro de 2011 e membro do Comitê de Partes Relacionadas desde abril de 2013.
Atividade principal da empresa: Holding.

Unibanco – União de Banco Brasileiros S.A.: membro do Conselho de Administração de julho de 2003 a dezembro de 2008.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Central do Brasil: Diretor de Política Monetária de 1991 a 1992.
Atividade principal da empresa: Autarquia federal.
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): Diretor de 1990 a 1991.
Atividade principal da empresa: Banco de desenvolvimento.

Banco Icatu S.A.: Diretor e Sócio de 1993 a 2002.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Icatu Holding S.A.: Diretor de 2002 a 2003 e Sócio desde 2003.
Atividade principal da empresa: Holding.

Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Econômicas e mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É Doutor (PhD) em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Pedro Moreira Salles - 551.222.567-72

Itaú Unibanco Holding S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde agosto de 2009 (conselheiro não executivo); Presidente dos Comitês de Estratégia, de Nomeação e Governança Corporativa e de Pessoas desde agosto de 2009 e de Remuneração desde fevereiro de 2011; Vice-Presidente Executivo de novembro de 2008 a agosto de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Banco Itaú BBA S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração de fevereiro de 2010 a abril de 2012.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente de setembro de 2004 a novembro de 2008.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Unibanco Holdings S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração de março de 2008 a novembro de 2008 e Diretor Presidente de março 2007 a novembro de 2008.
Atividade principal da empresa: Holding.

Unibanco Seguros S.A.: Presidente do Conselho de Administração de dezembro de 1995 a fevereiro de 2009.
Atividade principal da empresa: Seguro.

E. Johnston Representação e Participações S.A.: Presidente do Conselho de Administração de 2001 a fevereiro de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Companhia E. Johnston de Participações: Presidente do Conselho de Administração desde 2008.
Atividade principal da empresa: Holding.

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.: membro do Conselho de Administração desde novembro de 2008, tendo sido Presidente do Conselho de Administração de novembro de 2008 a abril de 2012.
Atividade principal da empresa: Holding.

Porto Seguro S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração de novembro de 2009 a março de 2012.
Atividade principal da empresa: Holding.

Totvs S.A.: Membro do Conselho de Administração desde março de 2010.
Atividade principal da empresa: Comunicação e Informática.

Formação Acadêmica: Possui diploma de bacharel, magna cum laude, em economia e história pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e cursou os programas de relações internacionais na Yale University e de Owner/President management na Harvard University.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Ricardo Villela Marino - 252.398.288-90

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Conselho de Administração desde junho de 2008 (conselheiro executivo); membro dos Comitês de Pessoas de agosto de 2009 a abril de 2015, de Gestão de Risco e Capital de junho de 2008 a abril de 2009 e de Estratégia desde junho de 2010.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Vice-Presidente desde agosto de 2010; Diretor Executivo de setembro de 2006 a agosto de 2010; Diretor Gerente Sênior de agosto de 2005 a setembro de 2006; Diretor Gerente de dezembro de 2004 a agosto de 2005.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2011 e membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Holding.

Duratex S.A.: membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Elekeiroz S.A.: membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itautec S.A.: membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Formação Acadêmica: Bacharel em Engenharia Mecânica, em 1996, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Mestre em Administração de Empresas, pela Universidade de Administração de Empresas – MIT Sloan – Cambridge, EUA; em 2000.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Alfredo Egydio Setubal - 014.414.218-07

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro do Conselho de Administração desde junho de 2007 (conselheiro não executivo); Diretor Vice-Presidente de março de 2003 a março de 2015 e Diretor de Relações com Investidores de março de 2003 a fevereiro de 2015; membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde novembro de 2008, sendo Presidente de novembro de 2008 a fevereiro de 2015; membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa desde agosto de 2009 e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009; membro do Comitê de Pessoas e membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital desde abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding.

Investimentos Bemge S.A.: Presidente do Conselho de Administração de abril de 2008 a abril de 2013.
Atividade principal da empresa: Apoio as empresas em que participe inclusive mediante realização de estudos e disponibilização de recursos.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Vice-Presidente de abril de 1996 a março de 2015; Diretor de Relações com Investidores de 1995 a 2003; Diretor Executivo de maio de 1993 a junho de 1996; Diretor Gerente de 1988 a 1993.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde setembro de 2008; membro dos Comitês de Ética, de Divulgação e Negociação desde agosto de 2008 e do Comitê de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Holding.

Associação Nacional dos Bancos de Investimentos – ANBID: Vice-Presidente de 1994 a agosto de 2003 e Presidente de agosto de 2003 a agosto de 2008; Associação da Distribuidora de Valores – ADEVAL: membro do Conselho Consultivo desde 1993; Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA: membro do Conselho Diretor desde 1999; Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI: membro do Conselho de Administração de 1999 a 2009 e Presidente do Comitê Superior de Orientação, Nominação e Ética desde 2009; Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM: Diretor Financeiro desde 1992.

Formação Acadêmica: Graduado em 1980 e Pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas com curso de especialização no INSEAD (França).

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Candido Botelho Bracher - 039.690.188-38

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor Geral desde abril de 2015; Diretor Vice-Presidente de agosto de 2005 a abril de 2015; membro do Conselho de Administração desde fevereiro de 2009 (conselheiro executivo); membro do Comitê de Pessoas de agosto de 2009 a abril de 2015; membro do Comitê de Gestão de Risco e Capital desde junho de 2008; membro do Comitê de Estratégia desde abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding.

Banco Itaú BBA S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde março de 2013; Diretor Presidente desde agosto de 2005; Diretor Vice-Presidente de fevereiro de 2003 a agosto de 2005.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Banco Itaú BBA Creditanstalt S.A.: Diretor (1988 a 2003).
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

BM&F Bovespa S.A.: membro do Conselho de Administração de abril de 2009 a junho de 2014.
Atividade principal da empresa: Bolsa de mercadorias e futuros.

Companhia Brasileira de Distribuição: membro Suplente do Conselho de Administração de setembro de 1999 a junho de 2005; membro do Conselho de Administração de junho de 2005 a março de 2013.
Atividade principal da empresa: Comércio varejista.

Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas em 1980.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Roberto Egydio Setubal - 007.738.228-52

Itaú Unibanco Holding S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração (conselheiro executivo) desde março de 2003 e Diretor Presidente desde novembro de 1995; Presidente do Conselho Consultivo Internacional de março de 2003 a abril de 2009; membro dos Comitês de Estratégia e de Pessoas desde agosto de 2009, de Gestão de Risco e Capital desde junho de 2008, de Nomeação e Remuneração de maio de 2006 a abril de 2009 e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Presidente de abril de 1994 a março de 2015; Diretor Geral de julho de 1990 a abril de 1994; membro do Conselho de Administração de maio de 1991 a março de 2003.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde novembro de 2004.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.
Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Diretor Presidente de novembro de 2008 a abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial..

Itauseg Participações S.A.: Presidente do Conselho de Administração de julho de 2005 a abril 2013; Diretor Presidente de março de 2005 a julho de 2008.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Diretor Vice-Presidente desde maio de 1994; Presidente do Comitê de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Holding.

Presidente da Federação Nacional de Bancos - FENABAN e da Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN de abril de 1997 a março de 2001; Presidente do Conselho Consultivo da Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN desde outubro/2008; membro do Conselho do International Monetary Conference desde 1994; Membro do International Advisory Committee do Federal Reserve Bank of New York, desde 2002; Membro da Trilateral Commission e do Conselho Internacional da NYSE desde abril de 2000; membro da China Development Forum desde 2010; Co-Chair do WEF 2015 (World Economic Forum) desde 2015.

Formação Acadêmica: Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1977, e Master of Science Engineering pela Stanford University, em 1979.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá - 212.107.217-91

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro suplente do Conselho de Fiscal desde abril de 2015.
Atividade principal da empresa: Holding.

Castrol do Brasil Ltda.: Diretor Financeiro de março de 1991 a dezembro de 1994.
Atividade principal da empresa: Fabricação de produtos petroquímicos básicos.

Schlumberger Serviços de Petróleo Ltda.: Controller de março de 1986 a dezembro de 1988.
Atividade principal da empresa: Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural.

Det Norske Veritas: Gerente Financeiro de março de 1979 a dezembro de 1981.
Atividade principal da empresa: Serviços de Engenharia.

KPMG Auditores Independentes: Diretor de março de 2003 a dezembro de 2010.
Atividade principal da empresa: Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária.

Marfrig S.A.: Conselheiro Fiscal Suplente de março de 2011 a outubro de 2012.
Atividade principal da empresa: Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.

Net Serviços de Comunicação S.A.: Diretor de Riscos de março de 1999 a dezembro de 2002.
Atividade principal da empresa: operadoras de televisão por assinatura.

Sobremetal: Diretor Administrativo e Financeiro de março de 1995 e dezembro de 1998.
Atividade principal da empresa: Siderurgia.

Formação Acadêmica: Graduado em Economia pela Candido Mendes, em 1973. Graduado em Ciências Contábeis pela Moraes Júnior, em 1981, Pós Graduação em Finanças na PUC/RJ, em 1995.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Luiz Alberto de Castro Falleiros - 024.351.768-80

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro Efetivo do Conselho Fiscal desde abril de 2012.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: membro Efetivo do Conselho Fiscal de abril de 2010 a abril de 2012.
Atividade principal da empresa: Holding.

Universidade Tiradentes: membro do Conselho de Administração desde abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Instituição de ensino.

Telenorte Celular Participações S.A.: Conselheiro de Administração Suplente de abril de 2002 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Telefonia

Banco Indusval: Conselheiro Fiscal Efetivo de abril a 2010 a abril a 2012.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Melpaper S.A.: Conselheiro Fiscal de abril de 2006 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Papel e Celulose.

AES Tiete: Conselheiro Fiscal Suplente desde abril de 2010.
Atividade principal da empresa: Geração de Energia Elétrica

Tupy S.A: Conselheiro Fiscal Suplente desde abril de 2010

Atividade principal da empresa: Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção.

Klabin de Papel e Celulose S.A.: Conselheiro Fiscal de abril de 2000 a abril de 2001.
Atividade principal da empresa: Papel e Celulose.

Rohr S.A.: Conselheiro Fiscal de abril de 2008 a abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Setor de Construção.

Financeira Alfa S.A. – CFI: Conselheiro Fiscal de abril de 2005 a abril de 2008 e membro do Conselho de Administração de abril de 2008 a abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Crédito e financiamento à pessoa física.

Banco Alfa de Investimento S.A.: Gerente Geral de Operações de julho de 1998 a dezembro de 2000 e Conselheiro Fiscal de abril de 2005 a abril de 2008.
Atividade principal da empresa: Banco de investimento.

SABESP: Superintendente de Relações com Mercado de janeiro de 1997 a junho de 1998.
Atividade principal da empresa: Abastecimento de Água.

Banco ABC-Roma S.A.: Diretor Adjunto de Investimento de janeiro de 1992 a dezembro de 1996 e Diretor Adjunto de Underwriting de janeiro de 1991 a janeiro de 1992.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Cerâmica Chiarelli: membro do Conselho de Administração de abril de 2004 a abril de 2006.
Atividade principal da empresa: Material de Construção.

Alpargatas S.A.: Conselheiro Fiscal Suplente de abril de 2006 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Têxtil e Vestuário.

Associação Santa Catarina: membro do Conselho de Administração desde abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Saúde, Educação e Assistência Social.

Formação Acadêmica: Economista formado pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, em 1978; e MBA em Controladoria e Finanças pela FACAMP em 2006.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Alberto Sozin Furugem - 046.876.477-15

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro Efetivo do Conselho Fiscal desde março de 2003.
Atividade principal da empresa: Holding.

Banco Central do Brasil: Economista-Chefe do Departamento Econômico (1981 a 1983); Diretor (1985); Delegado em São Paulo (1991 a 1992) e Escriturário (1963 a 1966).
Atividade principal da empresa: Autarquia federal.

Ministério da Fazenda: Assessor do Ministro (Gestão Mário Henrique Simonsen) (Março de 1974 a março de 1975).
Atividade principal da empresa: Administração pública em geral.

Governo do Estado do Rio de Janeiro: Diretor do Banco de Desenvolvimento (1975 a 1979).
Atividade principal da empresa: Administração pública em geral.

Formação Acadêmica: Graduado em Economia e Pós-Graduado pela Fundação Getúlio Vargas (Janeiro de 1967 a dezembro de 1968).

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

Iran Siqueira Lima - 035.001.957-68

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro Efetivo do Conselho Fiscal desde março de 2003.
Atividade principal da empresa: Holding.

Banco Central do Brasil: Funcionário de carreira (1967 a 1993), onde ocupou diversos cargos, como: Chefe Adjunto de Departamento de Fiscalização do Mercado de Capitais (1976 a 1979), Chefe do Departamento do Mercado de Capitais (1979 a 1984), Diretor da Área de Mercado de Capitais (1984), Diretor da Área de Fiscalização (1985) e Delegado Regional em São Paulo/SP (1991 a 1993).
Atividade principal da empresa: Autarquia federal.

Banco da Cidade S.A.: Foi Diretor da Área de Mercado de Capitais (1986), durante o período em que esteve licenciado do Banco Central do Brasil. Nesse mesmo período (1986 a 1988), fundou um escritório de consultoria, na área de mercado de capitais, no qual exerceu a função de Sócio-Gerente, de 1987 a junho de 1988.
Atividade principal da empresa: Instituição financeira.

Governo Federal exerceu a função de Secretário de Orçamento e Controle de Empresas Estatais - SEST (julho de 1988 a março de 1990). Exerceu o cargo de Diretor Econômico-Financeiro da Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S.A. (maio de 1991 a dezembro de 1992) e atuou como Membro dos Conselhos de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Telecomunicações de São Paulo (Telesp) e da Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S.A. Desde 1972, leciona disciplinas ligadas à área de contabilidade e finanças nas seguintes Universidades: AEUDF, UNB, USP, e nos cursos MBA da FIPECAFI.

Formação Acadêmica: Economista formado pela UERJ (1969) e formado em contabilidade pela AEUDF (1973), pós-graduado em engenharia econômica e administração industrial pela Universidade Candido Mendes (1971), Mestre e Doutor em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (1976 e 1998, respectivamente).

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

João Costa - 476.511.728-68

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro Suplente do Conselho Fiscal desde julho de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Gerente de abril de 1997 a abril de 2008.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: membro Suplente do Conselho Fiscal desde abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

FEBRABAN Federação Brasileira dos Bancos; FENABAN Federação Nacional dos Bancos; IBCB Instituto Brasileiro de Ciência Bancária e Sindicato dos Bancos no Estado de São Paulo: membro efetivo do Conselho Fiscal de abril a 1997 a agosto a 2008.

Formação Acadêmica: Economista formado pela Faculdade de Economia São Luiz – São Paulo, com extensão em Administração de Empresas pela FEA/USP, e Management Program for Executives – University of Pittsburgh.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

José Caruso Cruz Henriques - 372.202.688-15

Itaú Unibanco Holding S.A.: membro Suplente do Conselho Fiscal desde agosto de 2011.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Gerente de dezembro de 1988 a agosto de 2003.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

BFB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil: Diretor de junho de 1997 a julho de 2003.
Atividade principal da empresa: Sociedade de Arrendamento Mercantil.

Banco Itauleasing S.A.: membro do Conselho de Administração de dezembro de 1994 a setembro de 2003.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaucard S.A.: Diretor de março de 2000 a abril de 2003.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.: Diretor Gerente de abril de 1994 a julho de 2003.
Atividade principal da empresa: Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Banco Itaú Cartões S.A.: Diretor Gerente de julho a outubro de 2000.
Atividade principal da empresa: Banco de investimento.

Itautec Componentes da Amazônia S.A. – Itaucam: Diretor de abril de 1993 a abril de 2003.
Atividade principal da empresa: Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.

Corhen Serviços Ltda.: Presidente Administrador desde 2003.
Atividade: Serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

Formação Acadêmica: Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (SP), em 1971; Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (SP), em 1979.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

a) Administradores do emissor

b) (I) Administradores do emissor e (II) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;

c) (I) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (II) controladores diretos ou indiretos do emissor;

d) (I) Administradores do emissor e (II) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

a) Administradores do emissor: Alfredo Egydio Setubal (membro do Conselho de Administração - "CA") é irmão de Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente).

b) (I) Administradores do emissor e (II) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Alfredo Egydio Setubal (membro do CA) e seu irmão Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente), também são administradores das seguintes sociedades controladas:

Administrador	Controlada	Cargo	Órgão
Alfredo Egydio Setubal	Banco Itaú (Suisse) S.A.	Diretor	Conselho de Administração
	Banco Itaú BBA S.A.	Vice-Presidente	Conselho de Administração
	Banco Itaú International	Presidente	Conselho de Administração
	Itaú BBA International plc	Diretor	Conselho de Administração
	Kinea Private Equity Investimentos S.A.	Conselheiro	Conselho de Administração

Administrador	Controlada	Cargo	Órgão
Roberto Egydio Setubal	Banco Itaú BBA S.A.	Presidente	Conselho de Administração
	Banco Itaú BMG Consignado S.A.	Presidente	Conselho de Administração

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

• Pedro Moreira Salles (Presidente do CA) em conjunto com seus irmãos Fernando Roberto Moreira Salles, João Moreira Salles e Walther Moreira Salles Júnior, participam do grupo controlador do emissor;

• Os irmãos Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente) e Alfredo Egydio Setubal (membro do CA), em conjunto com seus irmãos José Luiz Egydio Setubal, Maria Alice Setubal, Olavo Egydio Setubal Júnior, Paulo Setubal Neto e Ricardo Egydio Setubal, participam do grupo controlador do emissor;

• Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (Vice-Presidente do CA), em conjunto com sua irmã Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela, participam do grupo controlador do emissor;

• Ricardo Villela Marino (membro do CA), em conjunto com sua mãe Maria de Lourdes Egydio Villela e com seu irmão Rodolfo Villela Marino, participam do grupo controlador do emissor.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

• Pedro Moreira Salles (Presidente do CA) em conjunto com seus irmãos Fernando Roberto Moreira Salles, João Moreira Salles e Walther Moreira Salles Júnior, participam da administração das sociedades controladoras IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. e Cia. E. Johnston de Participações;

• Os irmãos Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente) e Alfredo Egydio Setubal (membro do CA) em conjunto com seu irmão Ricardo Egydio Setubal, participam da administração da sociedade controladora IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.;

• Os irmãos Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente) e Alfredo Egydio Setubal (membro do CA) em conjunto com seus irmãos Paulo Setubal Neto e Ricardo Egydio Setubal, participam da administração da sociedade controladora Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.;

• Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente), em conjunto com seu irmão Ricardo Egydio Setubal, participam da administração da sociedade controladora Companhia Esa;

• Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (Vice-Presidente do CA) participa da administração das sociedades controladoras Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Companhia Esa e IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.;

• Ricardo Villela Marino (membro do CA) em conjunto com seu irmão Rodolfo Villela Marino, participam da administração das sociedades controladoras IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. e Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.; e

• Ricardo Villela Marino (membro do CA) participa da administração da sociedade controladora Companhia Esa.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controloladores e outros:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor;

b) Controlador direto ou indireto do emissor;

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor:

À exceção dos administradores Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Demonsthenes Madureira de Pinho Neto, Gustavo Jorge Laboissière Loyola, Nildemar Secches, Pedro Luiz Bodin de Moraes e Pedro Moreira Salles, todos os outros exercem cargos de administração em sociedades controladas. Além disso, o administrador Cândido Botelho Bracher é parte em acordo de acionistas relativo às ações do Banco Itaú BBA S.A.

b) Controlador direto ou indireto do emissor:

Os administradores Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Pedro Moreira Salles, Ricardo Villela Marino e Roberto Egydio Setubal integram o grupo de controle do Itaú Unibanco. O administrador Henri Penchas é administrador da Itaúsa, que faz parte do grupo de controle do Emissor, bem como de outras companhias controladas pela Itaúsa. O administrador Demosthenes Madureira de Pinho Neto participa da administração da sociedade controladora IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas

Não há.

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

De acordo com sua política, o emissor mantém vigente seguro de responsabilidade civil de administradores (D&O), que tem por objetivo garantir aos seus administradores, assim como aos administradores de suas subsidiárias, nos termos da apólice, o pagamento ou o reembolso de despesas na hipótese do patrimônio pessoal de tais administradores ser atingido por imputação de responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária em decorrência de processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluindo, mas não limitando, àqueles de natureza cível, trabalhista, tributária, consumerista ou previdenciária, ou devido à desconsideração da personalidade jurídica, relacionadas às atividades do emissor ou de suas subsidiárias, assim como em decorrência de qualquer reividicação escrita ou processo judicial cível, administrativo, regulatório ou arbitral relacionado ao descumprimento de leis ou normativos federais, estaduais e/ou municipais, ou normas estrangeiras ou ainda regulatórias ou de valores mobiliários. A atual apólice prevê limite máximo de indenização de US$150.000.000,00 (cento e cinqüenta milhões de dólares norte-americanos), sujeito a sublimites e franquias específicas para cada cobertura contratada. O valor do prêmio do seguro de responsabilidade civil para os administradores, pago em vinte de dezembro de 2013 e com vigência até novembro de 2014 , foi de R$ 5.383.175,56 (cinco milhões, trezentos e oitenta e três mil, cento e setenta e cinco reais e cinqüenta e seis centavos) incluído o IOF e o custo da apólice.

12.12 – Outras Informações Relevantes

a) Em 29.4.2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada as 15h10, a elevação do limite de cargos na Diretoria, a criação do cargo de Diretor Geral e a realização das necessárias adaptações nas disciplinas relativas à Diretoria e representação da Sociedade. Essas alterações encontram-se pendentes de homologação do Banco Central. Em decorrência disso, (i) os diretores eleitos Diretores Gerais serão empossados em seus novos cargos após a referida homologação e (ii) as responsabilidades atribuídas ao Diretor Geral Marco Ambrogio Crespi Bonomi permanecem com o Diretor Vice-Presidente Cândido Botelho Bracher até sua investidura. A data da posse dos eleitos encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central.

b) Em 15 de agosto de 2011, o Emissor aderiu voluntariamente ao Código Abrasca de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas (“Código Abrasca”) e pratica as regras e os princípios estabelecidos nesse Código, com exceção das regras estabelecidas nos itens abaixo do Código Abrasca (conforme item 1.4 de referido Código Abrasca):

a) em relação ao item 2.3.1, que dispõe que o Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo 5 e no máximo 11 membros, o Emissor esclarece que, em seu caso, um Conselho de Administração composto por 12 Conselheiros é plenamente justificável devido à variedade, à complexidade e ao tamanho de suas atividades financeiras desempenhadas no Brasil e no Exterior; e

b) em relação ao item 2.3.5, que dispõe ser recomendável que os conselheiros não participem de mais de 5 conselhos de administração, o Emissor esclarece que o Regimento Interno do Conselho de Administração do Emissor dispõe que os conselheiros somente poderão participar de, no máximo, 4 (quatro) conselhos de administração de empresas que não pertençam a um mesmo conglomerado econômico. Porém, referido limite poderá ser ultrapassado mediante aprovação do Comitê de Nomeação e Governança.

c) com relação às assembleias realizadas nos 3 (três) últimos exercícios informamos:

Exercício	Tipo de Assembleia	Data/Horário	Quórum
2014	Extraordinária	23.04.2014 – 15h00	mais de 90% das ações ON e mais de 5% das PN
	Extraordinária	23.04.2014 – 15h05	mais de 90% das ações ON e mais de 5% das PN
	Ordinária	23.04.2014 – 15h10	mais de 90% das ações ON e mais de 20% das PN
	Extraordinária	23.04.2014 – 15h15	mais de 90% das ações ON e mais de 5% das PN
2013	Extraordinária	19.04.2013 – 15h00	mais de 90% das ações ON e mais de 3% das PN
	Ordinária	19.04.2013 – 15h20	mais de 90% das ações ON e mais de 18% das PN
	Extraordinária	19.04.2013 – 15h40	mais de 90% das ações ON e mais de 3% das PN
2012	Extraordinária	20.04.2012 – 15h00	mais de 2/3 do capital social votante
	Ordinária	20.04.2012 – 15h20	mais de 2/3 do capital social votante
	Extraordinária	20.04.2012 – 15h40	mais de 2/3 do capital social votante

Informações Adicionais dos Itens 12.9 e 12.10

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores:

a) Administradores do emissor
b) (I) Administradores do emissor e (II) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
c) (I) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (II) controladores diretos ou indiretos do emissor;
d) (I) Administradores do emissor e (II) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

	Nome	CPF	Cargos na Administração					Participação no Grupo de Controle
			Emissora	Controladoras				
				Direta	Indiretas			
			Itaú Unibanco Holding S.A.	Iupar - Itaú Unibanco Participações S.A.	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	Cia. E. Johnston de Participações	Companhia Esa	
			CNPJ 60.872.504/0001-23	CNPJ 04.676.564/0001-08	CNPJ 61.532.644/0001-15	CNPJ 04.679.283/0001-09	CNPJ 52.117.397/0001-08	
	Bloco VILLELA							
1)	Maria de Lourdes Egydio Villela	007.446.978-91	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Filhos:							
	Ricardo Villela Marino	252.398.288-90	Conselheiro	Diretor	Conselheiro Suplente	-o-	Diretor Executivo "B"	sim
	Rodolfo Villela Marino	271.943.018-81	-o-	Conselheiro Suplente	Conselheiro	-o-	-o-	sim
Irmãos:								
2)	Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	066.530.838-88	Vice-Presidente do CA	Conselheiro	Vice-Presidente do CA Diretor Presidente	-o-	Diretor Vice-Presidente	sim
3)	Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela	066.530.828-06	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Bloco SETUBAL							
Irmãos:								
1)	Alfredo Egydio Setubal	014.414.218-07	Conselheiro e Dir. Vice-Presidente	Diretor Presidente	Vice-Presidente do CA	-o-	-o-	sim
	Filhos:							
	Alfredo Egydio Nugent Setubal	407.919.708-09	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Marina Nugent Setubal	384.422.518-80	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
2)	José Luiz Egydio Setubal	011.785.508-18	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Filhos:							
	Beatriz de Mattos Setubal da Fonseca	316.394.318-70	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Gabriel de Mattos Setubal	348.338.808-73	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Olavo Egydio Mutarelli Setubal	394.635.348-73	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
3)	Maria Alice Setubal	570.405.408-00	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Filhos:							
	Fernando Setubal Souza e Silva	311.798.878-59	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Guilherme Setubal Souza e Silva	269.253.728-92	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Tide Setubal Souza e Silva Nogueira	296.682.978-81	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
4)	Olavo Egydio Setubal Júnior	006.447.048-29	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Filhos:							
	Bruno Rizzo Setubal	299.133.368-56	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Camila Setubal Lenz Cesar	350.572.098-41	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Luiza Rizzo Setubal	323.461.948-40	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
5)	Paulo Setubal Neto	638.097.888-72	-o-	-o-	Conselheiro	-o-	-o-	sim
	Filhos:							
	Carolina Marinho Lutz Setubal	077.540.228-18	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Júlia Guidon Setubal	336.694.358-08	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Paulo Egydio Setubal	336.694.318-10	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
6)	Ricardo Egydio Setubal	033.033.518-99	-o-	Vice-Presidente Suplente do CA	Conselheiro Suplente	-o-	Diretor Executivo "A"	sim
	Filhos:		-o-					
	Marcelo Ribeiro do Valle Setubal	230.936.378-21	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Patricia Ribeiro do Valle Setubal	230.936.328-62	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
7)	Roberto Egydio Setubal	007.738.228-52	Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente	Vice-Presidente do CA	Diretor Vice-Presidente	-o-	Diretor Presidente	sim
	Filhas:							
	Mariana Lucas Setubal	227.809.998-10	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Paula Lucas Setubal	295.243.528-69	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
8)	O.E. Setubal S.A.	61.074.456/0001-90	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Bloco MOREIRA SALLES							
Irmãos:								
1)	Fernando Roberto Moreira Salles	002.938.068-53	-o-	Presidente do CA	-o-	Diretor	-o-	sim
2)	João Moreira Salles	667.197.397-00	-o-	Conselheiro Suplente	-o-	Diretor	-o-	sim
3)	Pedro Moreira Salles	551.222.567-72	Presidente do CA	Conselheiro	-o-	Diretor	-o-	sim
4)	Walther Moreira Salles Júnior	406.935.467-00	-o-	Presidente Suplente do CA	-o-	Diretor	-o-	sim

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controloladores e outros:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor;
b) Controlador direto ou indireto do emissor;
c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

	Nome	CPF	Controladas			Controladoras				Participação no Grupo de Controle
						Direta		Indireta		
			Itaú Unibanco S.A.	Banco Itaú BBA S.A.	Banco Itaucard S.A.	Iupar - Itaú Unibanco Participações S.A.	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	Cia. E. Johnston de Participações	Companhia Esa	
			CNPJ 60.701.190/0001-04	CNPJ 17.298.092/0001-30	CNPJ 17.192.451/0001-70	CNPJ 04.676.564/0001-08	CNPJ 61.532.644/0001-15	CNPJ 04.679.283/0001-09	CNPJ 52.117.397/0001-08	
	Bloco VILLELA									
1)	Maria de Lourdes Egydio Villela	007.446.978-91	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Filhos:									
	Ricardo Villela Marino	252.398.288-90	Diretor Vice-Presidente	-o-	-o-	Diretor	Conselheiro Suplente	-o-	Diretor Executivo "B"	sim
	Rodolfo Villela Marino	271.943.018-81	-o-	-o-	-o-	Conselheiro Suplente	Conselheiro	-o-	-o-	sim
Irmãos:										
2)	Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	066.530.838-88	-o-	-o-	-o-	Conselheiro	Vice-Presidente do CA Diretor Presidente	-o-	Diretor Vice-Presidente	sim
3)	Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela	066.530.828-06	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Bloco SETUBAL									
Irmãos:										
1)	Alfredo Egydio Setubal	014.414.218-07	Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do CA	Diretor	Diretor Presidente	Vice-Presidente do CA	-o-	-o-	sim
	Filhos:									
	Alfredo Egydio Nugent Setubal	407.919.708-09	-o-	-o-	-o-					
	Marina Nugent Setubal	384.422.518-80	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
2)	José Luiz Egydio Setubal	011.785.508-18	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Filhos:									
	Beatriz de Mattos Setubal da Fonseca	316.394.318-70	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Gabriel de Mattos Setubal	348.338.808-73	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Olavo Egydio Mutarelli Setubal	394.635.348-73	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
3)	Maria Alice Setubal	570.405.408-00	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Filhos:									
	Fernando Setubal Souza e Silva	311.798.878-59	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Guilherme Setubal Souza e Silva	269.253.728-92	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Tide Setubal Souza e Silva Nogueira	296.682.978-81	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
4)	Olavo Egydio Setubal Júnior	006.447.048-29	-o-	-o-		-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Filhos:									
	Bruno Rizzo Setubal	299.133.368-56	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Camila Setubal Lenz Cesar	350.572.098-41	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Luiza Rizzo Setubal	323.461.948-40	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
5)	Paulo Setubal Neto	638.097.888-72	-o-	-o-	-o-	-o-	Conselheiro	-o-	-o-	sim
	Filhos:									
	Carolina Marinho Lutz Setubal	077.540.228-18	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Júlia Guidon Setubal	336.694.358-08	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Paulo Egydio Setubal	336.694.318-10	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
6)	Ricardo Egydio Setubal	033.033.518-99	-o-	-o-	-o-	VPres. Suplente do CA	Conselheiro Suplente	-o-	Diretor Executivo "A"	sim
	Filhos:			-o-						
	Marcelo Ribeiro do Valle Setubal	230.936.378-21	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Patricia Ribeiro do Valle Setubal	230.936.328-62	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
7)	Roberto Egydio Setubal	007.738.228-52	Diretor Presidente	Presidente do CA	-o-	Vice-Presidente do CA	Diretor Vice-Presidente	-o-	Diretor Presidente	sim
	Filhas:									
	Mariana Lucas Setubal	227.809.998-10	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Paula Lucas Setubal	295.243.528-69	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
8)	O.E. Setubal S.A.	61.074.456/0001-90	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	-o-	sim
	Bloco MOREIRA SALLES									
Irmãos:										
1)	Fernando Roberto Moreira Salles	002.938.068-53	-o-	-o-	-o-	Presidente do CA	-o-	Diretor	-o-	sim
2)	João Moreira Salles	667.197.397-00	-o-	-o-	-o-	Conselheiro Suplente	-o-	Diretor	-o-	sim
3)	Pedro Moreira Salles	551.222.567-72	-o-	-o-	-o-	Conselheiro	-o-	Diretor	-o-	sim
4)	Walther Moreira Salles Júnior	406.935.467-00	-o-	-o-	-o-	Presidente Suplente do CA	-o-	Diretor	-o-	sim

Obs: O administrador Cândido Botelho Bracher é parte em acordo de acionistas relativo às ações do Banco Itaú BBA S.A.

ITEM 13 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

Nossa política de remuneração tem como objetivos atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores na condução de seus negócios, possibilitando que alcancemos resultados sustentáveis.

Acreditamos que nossa política fortalece e cria as melhores condições para nosso desenvolvimento, de nossos administradores e de nossos colaboradores, estando sempre alinhada aos interesses dos nossos acionistas.

Na definição da política de remuneração são levados em consideração as práticas de mercado, a nossa estratégia e a gestão adequada dos riscos ao longo do tempo, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes.

Alinhada ao disposto na Resolução nº 3.921/2010 do Conselho Monetário Nacional ("Resolução sobre Remuneração"), a remuneração variável é compatível com as políticas de gestão de risco do Conglomerado Itaú Unibanco, sendo que no mínimo 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável é paga em ações ou instrumentos baseados em ações e é diferida para pagamento em, no mínimo, 3 (três) anos, sendo que a parcela diferida está sujeita à reversão proporcional à redução do resultado da instituição ou da área de negócios no período do diferimento.

Para atender à Resolução sobre Remuneração, obtivemos, em 6.9.2011, autorização da CVM para que possamos, de forma privada, transferir ações de emissão própria, mantidas em tesouraria para os nossos administradores e administradores de nossas controladas, neste último caso, diretamente e/ou por meio de controladas, condicionada a proposta à aprovação pela Assembleia Geral.

Assim, foi autorizada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20.04.2012, a utilização de ações preferenciais (ITUB4) para remuneração dos nossos administradores e das empresas controladas por nós.

A estrutura de governança de definição de remuneração prevê processos claros e transparentes. Assim, a fim de atingir os objetivos mencionados acima e visando a alinhar as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional e internacional, bem como assegurar o balanceamento de práticas de gestão de risco da instituição, possuimos um Comitê de Remuneração estatutário subordinado ao Conselho de Administração, cujas principais funções são: **(a)** elaborar a política de remuneração, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; **(b)** discutir, analisar e supervisionar a implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes para o Itaú Unibanco e para o Itaú BBA, discutindo os princípios gerais da política de remuneração dos funcionários e recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; **(c)** propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral; e **(d)** elaborar, com periodicidade anual, o "Relatório do Comitê de Remuneração".

Além do Comitê de Remuneração, há o Comitê de Nomeação e Governança Corporativa, que também se reporta ao Conselho de Administração e tem como principal função acompanhar a governança do Itaú Unibanco Holding, especialmente no que tange aos assuntos relacionados ao Conselho de Administração e à Diretoria. Nesse sentido, o Comitê de Nomeação e Governança é responsável pelos processos de avaliação da performance do Conselho de Administração e do Diretor Presidente, devendo **(i)** recomendar processos de avaliação do Conselho, Conselheiros, Presidente do Conselho, Comitês e Diretor Presidente; e **(ii)** dar apoio metodológico e procedimental à avaliação do Conselho, Conselheiros, Presidente do Conselho, Comitês e Diretor Presidente. Especialmente no que diz respeito à remuneração dos membros do Conselho de Administração, cabe a tal Comitê propor a divisão, entre os Conselheiros, dos valores aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Com relação à política de benefícios, destacam-se os benefícios voltados à saúde (plano médico) e à previdência complementar.

Além disso, oferecemos Plano para Outorga de Opções de Ações ("Plano") aos nossos administradores e colaboradores, o que permite o alinhamento dos interesses dos nossos administradores aos dos nossos acionistas, na medida em que se compartilham dos mesmos riscos e ganhos proporcionados pela valorização de suas ações. Tendo em vista a estrutura das informações requeridas no âmbito deste item, serão incluídas ao longo deste item disposições sobre o Plano. Para maiores detalhes com relação ao Plano, vide item 13.4.

b) composição da remuneração, indicando:
i - descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração anual dos membros do Conselho de Administração é composta por **(i)** remuneração fixa mensal; **(ii)** remuneração fixa anual, a qual é paga na forma de remuneração em ações; e **(iii)** plano de benefícios.

Os valores máximos de remuneração são determinados pela Assembleia Geral Ordinária e pelos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

Caso o membro do Conselho de Administração faça parte também da nossa Diretoria ou da Diretoria de nossas controladas, sua remuneração segue a política da Diretoria.

Além disso, em casos excepcionais e plenamente justificados, os membros do Conselho de Administração poderão receber remuneração variável mediante deliberação do Comitê de Remuneração. Nessas situações, a remuneração variável estará sujeita às diretrizes da Resolução sobre Remuneração.

Diretoria

A remuneração anual dos membros da Diretoria é composta por **(i)** remuneração fixa mensal; **(ii)** remuneração variável anual (a qual é paga no mínimo 50% em ações); e **(iii)** plano de benefícios.

Os valores máximos de remuneração são determinados pela Assembleia Geral Ordinária e pelos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

Especialmente com relação aos membros da Diretoria que compõem as áreas de controles internos e riscos, as métricas são adequadas para atrair profissionais qualificados e experientes e são determinadas independentemente do desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse. Portanto, ainda que não sofram com o resultado da área de negócios, estão sujeitos ao impacto decorrente do nosso resultado.

Além da remuneração, os membros da Diretoria são elegíveis ao Plano descrito ao longo do item 13.4, que alinha os interesses dos nossos administradores aos dos nossos acionistas, na medida em que se compartilha dos mesmos riscos e ganhos proporcionados pela valorização de suas ações.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é definida por Assembleia Geral Ordinária. Tal remuneração não pode ser inferior, conforme artigo 162, § 3º da Lei 6.4.04/1976, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração atribuída a cada diretor (i.e., não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros e resultados atribuídos aos diretores). Dentro dos limites estabelecidos pela legislação, os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus à política de benefícios.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta por **(i)** remuneração fixa mensal; e **(ii)** plano de benefícios.

Para os membros do Comitê de Auditoria que também integram o Conselho de Administração, é adotada a política de remuneração prevista para os membros do Conselho de Administração.

Comitês

Os membros dos demais comitês estatutários ou não estatutários são remunerados por suas funções em órgãos ou áreas executivas nas quais atuam, sendo que não recebem remuneração específica pelo fato de participarem de referidos comitês.

ii - qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para o Conselho de Administração, a remuneração fixa mensal, remuneração fixa anual e os benefícios, corresponderam, em relação à remuneração total recebida, respectivamente, a 56% (cinquenta e seis por cento), 39% (trinta e nove por cento) e 5% (cinco por cento).

Para a Diretoria, a remuneração fixa mensal, a remuneração variável e os benefícios, corresponderam, em relação ao total recebido pelos diretores, respectivamente, a 10% (dez por cento), a 89% (oitenta e nove por cento) e a 1% (dois por cento).

Com relação ao Conselho Fiscal, a remuneração fixa mensal de seus membros corresponde a 100% (cem por cento) da remuneração recebida.

Para o Comitê de Auditoria, a remuneração fixa mensal e os benefícios, corresponderam, em relação à remuneração total recebida, respectivamente, a 97% (noventa e sete por cento) e a 3% (três por cento).

É importante observar que (i) as proporções acima não consideram os eventuais encargos suportados por nós em decorrência dos valores pagos; e (ii) a composição total dos valores é variável de acordo com a diferença de comportamento de cada componente: de um lado, a estabilidade da remuneração fixa e dos benefícios, e de outro, a instabilidade da remuneração variável. A remuneração variável sofre influência da performance individual, do resultado da área de negócios e do nosso resultado.

iii - metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração fixa

A remuneração fixa mensal é estabelecida de acordo com o cargo exercido e têm como fundamento a equidade interna, uma vez que todos os administradores que exercem o mesmo cargo recebem o mesmo valor de remuneração fixa mensal, possibilitando, além da equidade interna, a mobilidade dos administradores nos nossos diversos negócios.

A remuneração fixa anual é paga em ações preferenciais (ITUB4) e leva em consideração o histórico, currículo, condições de mercado e outros fatores que podem ser objeto de acordo com o administrador.

Remuneração variável anual

Leva em consideração a aplicação de três fatores sobre o valor base de remuneração variável anual (honorários e participação nos resultados): (a) a performance do administrador; (b) o resultado da área de negócios; e/ou (c) o nosso resultado.

A partir do ano-base de 2012, tendo em vista a Resolução sobre Remuneração, a remuneração variável passou a ser paga no mínimo 50% (cinquenta por cento) em ações ou instrumentos baseados em ações, de forma diferida no tempo.

Plano de benefícios

É compatível às práticas de mercado, sendo que os principais benefícios são os planos de saúde e os de previdência complementar.

iv - razões que justificam a composição da remuneração

Para os membros da Diretoria, privilegiamos a remuneração variável que, por sua vez, é paga no mínimo 50% (cinquenta por cento) em ações ou instrumentos baseados em ações, de forma diferida em, no mínimo, 3 (três) anos. Esse modelo de remuneração tem como objetivo alinhar a gestão do risco no curto, médio e longo prazo, além de beneficiar os diretores na mesma proporção em que o Itaú Unibanco Holding e seus acionistas são beneficiados.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração variável anual (honorários e participação nos lucros) representa uma parcela significativa dos valores percebidos pelos diretores e é bastante impactada por indicadores de desempenho. O primeiro indicador de desempenho é o nosso resultado. Em seguida, o indicador de desempenho a ser considerado é o da área de negócios. Por fim, é avaliado o desempenho individual, considerando indicadores financeiros, de processos, de satisfação de clientes, de gestão de pessoas e de metas cruzadas com outras áreas.

A remuneração fixa e o plano de benefícios representam a menor parcela do valor total recebido pelos administradores e não são impactados por indicadores de desempenho.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Conforme mencionado acima, uma parcela significativa do valor total pago aos administradores é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho. Assim, quanto maiores os indicadores, maior será a remuneração e vice-versa.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:

Conforme mencionado no item “c” acima, privilegiamos a remuneração variável, a qual corresponde à parcela significativa do valor total recebido pelos diretores. Tal prática tem como objetivo alinhar a gestão do risco no curto, médio e longo prazo, além de beneficiar os diretores na mesma proporção em que nós e nossos acionistas somos beneficiados pelo desempenho dos diretores.

Considerando que a remuneração variável é impactada pelo nosso resultado, inclusive pelos riscos assumidos por este ao longo do tempo, acreditamos que a política de remuneração faz com que os interesses dos nossos administradores fiquem alinhados aos nossos interesses.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração de diversos membros da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 13.15), sendo que os montantes indicados no subitem 13.2 já contemplam o valor total dessa remuneração.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há, e nem está previsto na nossa política de remuneração, qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o exercício social de 2014 - Valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	16,00	6,00	31,00
Remuneração fixa anual	19.668.500	16.541.500	926.100	37.136.100
Salário ou pró-labore	7.830.000	13.050.000	756.000	21.636.000
Benefícios diretos e indiretos	240.000	555.250	N/A	795.250
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (honorários e/ou INSS)	11.598.500	2.936.250	170.100	14.704.850
Remuneração Variável	13.083.000	94.398.500	N/A	107.481.500
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	Veja abaixo	Veja abaixo	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis (honorários e INSS)	13.083.000	94.398.500	N/A	107.481.500
Pós-emprego	248.500	1.060.000	N/A	1.308.500
Cessação do cargo	NA	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações	Veja abaixo	Veja abaixo	N/A	Veja abaixo
Total da Remuneração	33.000.000	112.000.000	926.100	145.926.100

Para 2014, foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária o montante global da remuneração de R$ 145 milhões para os órgãos da administração. Para o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral aprovou a remuneração mensal individual de R$ 15 mil aos membros efetivos e R$ 6 mil aos membros suplentes. Os valores para remuneração aprovados poderão ser pagos em moeda corrente nacional, em ações do emissor ou em outra forma que a administração considerar conveniente, sendo estimado que os valores serão pagos nas proporções descritas na tabela acima.

Além dos valores estabelecidos pela Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão participação nos lucros do emissor, que, nos termos do § 1º, do artigo 152, da Lei nº 6.404/76, estará limitada à remuneração anual dos administradores ou a 10% (dez por cento) do lucro da companhia, prevalecendo o que for menor. E ainda, outorga de opções de ações, nos termos do Plano para Outorga de Opções de Ações do emissor. Os valores relativos à participação nos lucros e à outorga de opções de ações não estão incluídos na tabela acima, a qual reflete somente a estimativa de divisão dos valores que compõe o montante do valor global da remuneração a serem aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Nota:
Em razão da estrutura sistêmica do Empresas.Net, os valores dispostos no campo "Outros (honorários e/ou INSS)" referem-se a: honorários e INSS para o Conselho de Administração e INSS para a Diretoria e para o Conselho Fiscal.

Remuneração total do exercício social de 2013 - Valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	15,08	6,00	29,08
Remuneração fixa anual	12.271.702	14.887.079	852.600	28.011.382
Salário ou pró-labore	6.600.000	11.820.000	696.000	19.116.000
Benefícios diretos e indiretos	202.523	407.579	N/A	610.103
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (honorários especiais e/ou INSS)	5.469.179	2.659.500	156.600	8.285.279
Remuneração Variável	10.314.115	109.452.841	N/A	119.766.956
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	10.059.907	55.699.929	N/A	65.759.836
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis (honorários especiais e INSS)	254.207	53.752.913	N/A	54.007.120
Pós-emprego	181.123	700.378	N/A	881.502
Cessação do cargo	-	-	N/A	-
Baseada em ações	2.160.019	31.854.622	N/A	34.014.640
Total da Remuneração	24.926.959	156.894.920	852.600	182.674.479

Em 2013, Assembleia Geral Ordinária aprovou o montante global da remuneração de R$ 140,5 milhões para os órgãos da administração, sendo de até R$ 15,5 milhões para os membros do Conselho de Administração e de até R$ 125 milhões para os membros da Diretoria. Para o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral aprovou a remuneração mensal individual de R$ 15 mil aos membros efetivos e R$ 6 mil aos membros suplentes. Os valores para remuneração aprovados podem ser pagos em moeda corrente nacional, em ações do emissor ou em outra forma que a administração considerar conveniente. Desses valores foram gastos os montantes descritos na tabela acima.

Além dos valores estabelecidos pela Assembleia Geral Ordinária, os administradores receberam, em 2013 (i) participação nos lucros do emissor e (ii) outorga de opções de ações, sem caráter remuneratório. Na tabela acima consta, além dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras relativos à remuneração fixa, remuneração variável paga em moeda corrente nacional e em ações (a ser pago de forma diferida nos exercícios seguintes, independentemente de sua despesa ainda não ter sido reconhecida), benefícios e outorga de opções.

Nota:

1. A partir de 2012, e tendo em vista as disposições contidas na Resolução sobre Remuneração, no mínimo 50% da remuneração variável dos executivos foram pagas em ações, de forma diferida. Tal valor está incluído no item “Remuneração Variável", da tabela acima, não sendo replicado no item “Baseada em ações". Para fins demonstrativos, será considerado o ano a que tal remuneração se refere, independentemente do ano em que ela for efetivamente paga e reconhecida nas demonstrações financeiras.

2. Em razão da estrutura sistêmica do Empresas.Net, os valores dispostos no campo "Outros (honorários especiais e/ou INSS)" referem-se a: honorários especiais e INSS para o Conselho de Administração e INSS para a Diretoria e para o Conselho Fiscal.

3. Há quatro membros que compõem o Conselho de Administração do emissor que desempenham também funções executivas e, por tal razão, sua remuneração é definida em conformidade com o disposto na política de remuneração aplicável à Diretoria. Dessa forma, os valores referentes à remuneração de referidos membros estão integralmente incluídos apenas na tabela relativa à remuneração da Diretoria do emissor. Também para 2013, essa nota é aplicável para os itens 13.3, 13.6, 13.7, 13.8, 13.10, 13.13 e 13.15.

4. A remuneração de diversos membros da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 13.15), sendo que os montantes indicados no subitem 13.2 já contemplam a remuneração total suportada pelo emissor e por suas subsidiárias controladas ou por seus controladores.

5. O valor médio da remuneração por membro em 2013 foi de: R$ 3.116 mil para o Conselho da Administração e R$ 10.404 mil para Diretoria.

6. O valor mencionado no item “Baseada em ações" corresponde ao valor das opções de compra de ações outorgadas aos administradores, sem caráter remuneratório.

Remuneração total do exercício social de 2012 - Valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,33	16,58	6,00	29,91
Remuneração fixa anual	12.422.016	15.591.434	749.700	28.763.150
Salário ou pró-labore	6.960.000	12.229.219	612.000	19.801.219
Benefícios diretos e indiretos	137.561	610.641	N/A	748.201
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (honorários especiais e/ou INSS)	5.324.455	2.751.574	137.700	8.213.730
Remuneração Variável	8.859.912	98.159.408	N/A	107.019.320
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	8.859.912	50.164.183	N/A	59.024.095
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis (honorários especiais e INSS)	-	47.995.225	N/A	47.995.225
Pós-emprego	327.503	1.031.168	N/A	1.358.670
Cessação do cargo	-	-	N/A	-
Baseada em ações	1.079.217	35.318.841	N/A	36.398.058
Total da Remuneração	22.688.648	150.100.851	749.700	173.539.199

Em 2012, a Assembleia Geral Ordinária aprovou que o montante global da remuneração de RS 138 milhões para os órgãos da administração, sendo de até R$ 13 milhões para os membros do Conselho de Administração e de até R$ 125 milhões para os membros da Diretoria. Para o Conselho Fiscal, foi aprovada a remuneração mensal individual de R$ 12 mil aos membros efetivos e R$ 5 mil aos membros suplentes. Desses valores, foram gastos os montantes descritos na tabela acima.

Além da remuneração estabelecida pela assembleia geral, os administradores receberam, em 2012 (i) participação nos lucros do emissor; e (ii) outorga de opções de ações, sem caráter remuneratório. Os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras relativos a tais despesas estão descritas na tabela acima.

Nota:

1. Há cinco membros que compõem o Conselho de Administração do emissor que desempenham também funções executivas e, por tal razão, sua remuneração é definida em conformidade com o disposto na política de remuneração aplicável à Diretoria. Dessa forma, os valores referentes à remuneração de referidos membros estão integralmente incluídos apenas na tabela relativa à remuneração da Diretoria do emissor. Para 2012, essa nota é aplicável para os itens 13.3, 13.6, 13.7, 13.8, 13.10, 13.13 e 13.15.

2. A remuneração de diversos membros da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 13.15), sendo que os montantes indicados no subitem 13.2 já contemplam a remuneração total suportada pelo emissor e por suas subsidiárias controladas ou por seus controladores.

3. O valor médio da remuneração por membro em 2012 foi de: R$ 3.095 mil para o Conselho da Administração e R$ 9.053 mil para Diretoria.

4. O valor mencionado no item “Baseada em ações” corresponde ao valor das opções de compra de ações outorgadas aos administradores, sem caráter remuneratório.

Remuneração total do exercício social de 2011 - Valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	14,92	5,17	28,08
Remuneração fixa anual	3.655.679	11.461.684	688.450	15.805.813
Salário ou pró-labore	2.914.500	9.001.522	562.000	12.478.022
Benefícios diretos e indiretos	85.417	434.820	N/A	520.237
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (INSS)	655.763	2.025.342	126.450	2.807.555
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável	N/A	66.653.323	N/A	66.653.323
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	37.860.383	N/A	37.860.383
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis (honorários especiais e INSS)	N/A	28.792.940	N/A	28.792.940
Pós-emprego	124.965	812.174	N/A	937.139
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações	834.048	32.310.605	N/A	33.144.654
Total da Remuneração	4.614.692	111.237.787	688.450	116.540.929

Em 2011, a Assembleia Geral Ordinária aprovou que o montante global da remuneração de R$ 126 milhões para os órgãos da administração, sendo de até R$ 11 milhões para os membros do Conselho de Administração e R$ 115 milhões para os membros da Diretoria. Para o Conselho Fiscal foi aprovada a remuneração mensal individual de R$ 12 mil aos membros efetivos e R$ 5 mil aos membros suplentes. Desses valores, foram gastos os montantes descritos na tabela acima.

Além da remuneração estabelecida pela Assembleia Geral, os administradores receberam, em 2011 (i) participação nos lucros do emissor; e (ii) outorga de opções de ações, sem caráter remuneratório. Os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras relativos a tais despesas estão descritos na tabela acima.

Nota:

1. Há cinco membros que compõem o Conselho de Administração do emissor que desempenham também funções executivas e, por tal razão, sua remuneração é definida em conformidade com o disposto na política de remuneração aplicável a diretores. Dessa forma, os valores referentes à remuneração de referidos membros estão integralmente incluídos apenas na tabela relativa à remuneração da Diretoria do emissor. Para 2011, essa nota é aplicável para os itens 13.3, 13.6, 13.7, 13.8, 13.10, 13.13 e 13.15.

2. A remuneração de diversos membros da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 13.15), sendo que os montantes indicados no subitem 13.2 já contemplam a remuneração total suportada pelo emissor e por suas subsidiárias controladas ou por seus controladores.

3. O valor médio da remuneração por membro em 2011 foi: R$ 577 mil para o Conselho de Administração e R$ 7.457 mil para Diretoria.

4. O valor mencionado no item “Baseada em ações” corresponde ao valor das opções de compra de ações outorgadas aos administradores, sem caráter remuneratório.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 (três) últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício de 2013 R$, exceto onde indicado

a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
b número de membros (pessoas)	8,00	15,08	6,00	29,08
c Em relação ao bônus:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
d em relação à participação no resultado:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	7.318.229	57.738.774	N/A	65.057.003
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	13.595.094	129.375.873	N/A	142.970.967
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	10.314.115	96.370.626	N/A	106.684.740
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	10.314.115	109.452.841	N/A	119.766.956

Nota:

1. Os valores mínimos e máximos da remuneração variável descritos na tabela acima foram indicados tendo em vista o orçamento e a expectativa da administração. Contudo, tais valores estavam sujeitos à variação em virtude do resultado do

emissor, do resultado da área em que o administrador atua e da sua performance, sendo, inclusive, possível que não fosse paga “remuneração variável”, caso tal resultado fosse zero ou negativo.

2. A remuneração variável do ano-base de 2013, considera: (i) 50% que foram efetivamente pagos; e (ii) 50% a ser paga no futuro em ações. Para mais detalhes com relação ao modelo de remuneração dos administradores, veja os esclarecimentos dos itens 13.1 e 13.2.

Com relação ao item “d”, “em relação à participação no resultado” referente a 2014, veja os esclarecimentos no item 13.2.

Exercício de 2012 R$, exceto onde indicado

a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
b número de membros (pessoas)	7,33	16,58	6,00	29,91
c Em relação ao bônus:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
d em relação à participação no resultado:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	6.184.900	67.983.694	N/A	74.168.594
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	10.824.900	154.777.290	N/A	165.602.190
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	8.859.912	114.770.204	N/A	123.630.116
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	8.859.912	98.159.408	N/A	107.019.320

Nota:

1. Os valores mínimos e máximos da remuneração variável descritos na tabela acima foram indicados tendo em vista o orçamento e a expectativa da administração. Contudo, tais valores estavam sujeitos à variação em virtude do resultado do emissor, do resultado da área em que o administrador atua e da sua performance, sendo, inclusive, possível que não fosse paga “remuneração variável”, caso tal resultado fosse zero ou negativo.

2. A remuneração variável do ano-base de 2012, considera: (i) 50% que foram efetivamente pagos; e (ii) 50% a ser paga no futuro em ações. Para mais detalhes com relação ao modelo de remuneração dos administradores, veja os esclarecimentos dos itens 13.1 e 13.2.

Exercício de 2011 R$, exceto onde indicado

a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
b número de membros (pessoas)	8,00	14,92	5,17	28,08
c Em relação ao bônus:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
d em relação à participação no resultado:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	41.190.701	N/A	41.190.701
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	94.236.539	N/A	94.236.539
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	67.713.620	N/A	67.713.620
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	66.653.323	N/A	66.653.323

Nota:

1. Os valores mínimos e máximos da remuneração variável descritos na tabela acima foram indicados tendo em vista o orçamento e a expectativa da administração. Contudo, tais valores estavam sujeitos à variação em virtude do resultado do emissor, sendo, inclusive, possível que não fosse paga “remuneração variável”, caso tal resultado fosse zero ou negativo.

2. A remuneração variável, ano-base 2011, no valor de R$ 66.653.323, é composta por R$ 37.860.383 de participação nos lucros, R$ 23.504.440 de “honorários especiais” e R$ 5.288.499 de INSS incidente sobre os honorários especiais.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) Termos e condições gerais

Esclarecemos que, ainda que tenhamos uma política de remuneração de administradores em que a parcela da remuneração variável é paga em ações, as informações do presente item referem-se ao modelo de incentivo de longo prazo. Para maiores detalhes com relação à política de remuneração de administradores, vide item 13.1.

Sendo assim, o presente item tem como objetivo descrever de forma exaustiva o programa de incentivo de longo prazo baseado em um Plano para Outorga de Opções de Ações ("Plano").

Fomos uma das primeiras companhias brasileiras a outorgar opções de compra de ações a administradores, prática que vem sendo adotada desde 1995. O Plano atual abrange nós e as empresas por nós controladas e é frequentemente revisitado, a fim de melhor adequá-lo às inovações legais e à nossa realidade.

De acordo com o disposto no Plano, podemos outorgar opções de ações aos administradores ou funcionários das empresas do Conglomerado Itaú Unibanco ("Beneficiários"). As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são determinados por um comitê subordinado ao Conselho de Administração denominado Comitê de Pessoas.

É importante notar que os conglomerados Itaú e Unibanco possuíam, anteriormente à associação ocorrida em 3 de novembro de 2008, seus respectivos programas de outorga de opções de ações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2009, foi aprovada a assunção, por nós, dos direitos e obrigações existentes no âmbito do Plano Unibanco, sendo que desde então, mantemos o monitoramento das opções outorgadas no âmbito do Plano Unibanco. Com relação às opções outorgadas no âmbito do Plano Unibanco, prevalecem as disposições ali previstas.

Além disso, diante do fechamento de capital da Redecard S.A. ("Redecard") e considerando a impossibilidade de entregar ações da Redecard listadas na BM&FBOVESPA para cumprimento das obrigações do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Redecard ("Plano Redecard") aos beneficiários de referido plano, e ainda visando que todos os administradores sejam elegíveis aos programas de incentivo de longo prazo nas mesmas condições, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2013 foi aprovada a assunção, por nós, dos direitos e obrigações existentes no âmbito do Plano da Redecard, sendo que desde então, mantemos o monitoramento das opções outorgadas no âmbito de referido Plano. Com relação às opções outorgadas no âmbito do Plano da Redecard, prevalecem as disposições ali previstas.

Considerando que já não podem mais ser feitas outorgas nos Planos do Unibanco e da Redecard, todas as informações relativas ao item 13.4 se referem apenas ao disposto no Plano atual.

O Plano encontra-se disponível tanto no site da CVM quanto no website de relações com investidores (www.itau-unibanco.com.br/ri).

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo primordial alinhar os interesses dos Beneficiários aos dos nosso acionistas, na medida em que se compartilham dos mesmos riscos e ganhos proporcionados pela valorização de suas ações.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Os Beneficiários recebem outorga de opções de compra de ações para se sentirem estimulados a contribuir para que tenhamos um bom desempenho acionário, já que eles participam ativamente dos frutos resultantes dessa valorização. Com isso, a instituição alcança o objetivo disposto no item "b" desse item, vinculando seus administradores e funcionários chave às estratégias de longo prazo da organização. Os Beneficiários, por sua vez, participam da valorização das ações representativas do nosso capital.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano está em conformidade com os nossos princípios, tendo em vista que (i) os Beneficiários recebem opções de compra de ações, vinculando-os aos nossos projetos e resultados a longo prazo; (ii) trata-se de um instrumento de incentivo ao desenvolvimento e comprometimento individual; e (iii) permite a retenção dos Beneficiários pois o benefício advindo do exercício das opções concretiza-se no longo prazo.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano está alinhado aos nossos interesses e dos Beneficiários, uma vez que, ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas, os Beneficiários sejam estimulados para atuar com a perspectiva de "donos" do negócio, alinhando-os, portanto, com os interesses dos nossos acionistas. Além disso, o Plano incentiva a permanência de

administradores e funcionários de alto nível, uma vez que a saída do Beneficiário gera a extinção automática das opções (ver subitem “n” do item 13.4).

f) Número máximo de ações abrangidas

A soma das ações a serem utilizadas para fins de remuneração, nos termos da Resolução sobre Remuneração e das opções a serem outorgadas está sujeita aos limites estabelecidos pelo Plano (ver subitem “g” do item 13.4).

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Caberá ao Comitê de Pessoas estabelecer a quantidade total de opções a serem outorgadas com relação a cada exercício, podendo segmentar o lote total em séries, estabelecendo características específicas para cada série.

Contudo, a soma das ações a serem utilizadas para remuneração, nos termos da Resolução sobre Remuneração, e das opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das nossas ações que os acionistas majoritários e minoritários possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício. Sendo que, na hipótese de, em um determinado exercício, a quantidade de ações entregues e de opções outorgadas ter ficado abaixo do limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações, a diferença poderá ser acrescida para fins de remuneração ou para fins de outorga de opções em qualquer um dos 7 (sete) exercícios subsequentes.

h) Condições de aquisição de ações

As ações são adquiridas em decorrência do exercício de uma opção em função do Plano, desde que decorrido o prazo de carência (ver subitem “j” abaixo), mediante o pagamento do preço de exercício (ver subitem “i” abaixo). Ademais, as opções poderão ser extintas em determinadas situações, tais como o término do vínculo (estatutário ou contratual) entre o Beneficiário e as empresas do Conglomerado Itaú Unibanco antes do prazo de carência (ver subitem “n” abaixo).

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os preços de aquisição e de exercício serão fixados pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção e poderão ser determinados com base em um dos seguintes parâmetros:

Opções simples: a fixação do preço de exercício das opções considerará a média dos preços das nossas ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado, ainda, ajuste de até 20% (vinte por cento), para mais ou para menos, a critério do Comitê de Pessoas. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na BM&FBOVESPA.

Opções de sócios: o preço de exercício corresponde à obrigação de investir em nossas ações e manter a propriedade de tais ações inalterada e sem qualquer tipo de ônus desde a data da outorga da opção até o seu exercício. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2014, foi aprovada uma alteração ao Plano, a fim de instituir uma exceção à regra que impede a oneração, pelos Beneficiários das opções de sócios, das ações objeto de seu investimento, apenas para as situações de prestação de garantia no âmbito de empréstimos para a aquisição dessas ações junto a bancos terceiros previamente aprovados pelo Comitê de Pessoas.

As ações adquiridas pelos Beneficiários para cumprimento da obrigação de investir poderão ser adquiridas na tesouraria ou, ainda, poderá ser adotado outro mecanismo que propicie efeitos equivalentes à aquisição de ações e da contrapartida em opções, conforme decisão do Comitê de Pessoas. Caso haja aquisição, ela também poderá ocorrer na forma de ADSs.

Para aquisição das ações, o Comitê de Pessoas deverá fixar o preço de aquisição, o qual deverá ser equivalente à média da cotação das nossas ações na BM&FBOVESPA nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

As opções somente poderão ser exercidas após o período de carência e fora dos períodos de restrição estabelecidos pelo Comitê de Pessoas. O período de carência de cada série será fixado pelo Comitê no momento da emissão, e sua duração poderá variar entre os prazos de 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da data da outorga.

k) Forma de liquidação

Há 2 (duas) formas de liquidação do preço de exercício das opções:

No caso de opções simples: ao exercer a opção, o Beneficiário deve pagar o preço de exercício ao Itaú Unibanco Holding, em dinheiro, obedecidas as regras e condições estabelecidas pelo Comitê de Pessoas.

No caso de opções de sócios: deve ser confirmado o cumprimento da obrigação de investir destacada no subitem “e” desse item.

l) Restrições à transferência das ações

A disponibilidade das ações que os Beneficiários tiverem subscrito mediante o exercício da opção poderá estar sujeita a restrições adicionais, conforme venha a ser deliberado pelo Comitê de Pessoas. Assim, o percentual das ações que deve permanecer indisponível, bem como o prazo de referida indisponibilidade, serão definidos pelo referido comitê, tendo em vista a categoria aplicável a cada Beneficiário.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Comitê de Pessoas poderá suspender o exercício das opções em circunstâncias justificáveis, como ordenamento dos trabalhos de subscrição, grandes oscilações de mercado ou restrições legais e regulamentares. Ademais, o Plano somente poderá ser alterado ou extinto mediante proposta do Comitê de Pessoas ao Conselho de Administração, com posterior aprovação em Assembleia Geral.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Como regra geral os Beneficiários do Conglomerado Itaú Unibanco que renunciarem ou forem destituídos do cargo terão suas opções extintas de forma automática. Contudo, não ocorrerá a extinção automática mencionada caso, por exemplo, o desligamento ocorra simultaneamente à eleição do funcionário para o cargo de administrador do Conglomerado Itaú Unibanco ou caso o Administrador passe a ocupar outro cargo estatutário no Conglomerado Itaú Unibanco.

Ademais, em caso de falecimento, extingue-se a carência e os sucessores poderão exercer as opções durante o prazo de vigência que restava para o Beneficiário titular.

Adicionalmente às hipóteses mencionadas, o Comitê de Pessoas poderá, em situações excepcionais e observados os critérios estabelecidos em regimento interno correspondente, determinar a não extinção das opções.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Empresas		Conselho de Administração (*)			Diretoria			Conselho Fiscal		
		Ações			Ações			Ações		
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Emissor	Itaú Unibanco Holding S.A.	3.128.674	5.583.340	8.712.014	9.742.470	6.476.353	16.218.823	49.150	929.720	978.870
Controladoras	Companhia E.Johnston de Participações	400	800	1.200	-	-	-	-	-	-
	Companhia ESA	293.809.813	-	293.809.813	140.162.508	-	140.162.508	-	-	-
	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	293.809.813	163.874.554	457.684.367	140.162.508	42.305.922	182.468.430	-	-	-
	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	2	-	2	1	-	1	-	-	-

(*) exceto os já considerados na Diretoria
Nota: As ações são detidas diretamente.
Data-base: 31.12.2013

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Esclarecemos que, ainda que o emissor possua uma política de remuneração de administradores em que parcela da remuneração variável é paga em ações, as informações do presente item dizem respeito ao modelo de incentivo de longo prazo. Para maiores detalhes com relação à política de remuneração de administradores, vide esclarecimentos nos itens 13.1. e 13.2.

Exercício de 2011

a	órgão	Conselho de Administração		
b	número de membros (médio)	7		
	ano da outorga de opções	2007	2008	2009
c	em relação a cada outorga de opções de compra de ações:			
	i data de outorga	21/03/07	14/05/08	10/08/09
	ii quantidade de opções outorgadas	227.703	75.901	874.167
	iii prazo para que as opções se tornem exercíveis	1/3 por ano após 3 anos	1/3 por ano após 3 anos	01/04/12
	iv prazo máximo para exercício das opções	12 meses	12 meses	31/12/14
	v prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	Não há
	vi preço médio ponderado de exercício:			
	· Das opções em aberto no início do exercício social	R$ 34,60	R$ 42,99	R$ 30,45
	· Das opções perdidas durante o exercício social	35,34	-	-
	· Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
	· Das opções expiradas durante o exercício social	35,34	-	-
d	valor justo das opções na data de outorga	12,27	18,06	11,35
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,005%	0,002%	0,019%

Continuação

a	órgão	Diretoria estatutária																
b	número de membros (médio)	18																
	ano da outorga de opções	2004	2005	2006		2007		2008		2009		2010				2011		
c	em relação a cada outorga de opções de compra de ações:																	
	i data de outorga	16/02/04	21/02/05	21/02/06	04/07/06	14/02/07	03/09/07	11/02/08	03/03/08	03/03/09	06/03/09	17/04/10	17/08/10	30/08/10	30/09/10	19/04/11	28/02/11	19/08/11
	ii quantidade de opções outorgadas	186.312	1.080.375	2.637.250	105.417	2.392.500	7.561	2.997.085	36.541	4.595.580	188.226	1.891.944	74.471	235.784	705.396	2.821.538	524.333	474.177
	iii prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/01/09	01/01/10	01/01/11	1/3 por ano após 3 anos	01/01/12	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/13	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/14	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/15	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/16	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos
	iv prazo máximo para exercício das opções	31/12/11	31/12/12	31/12/13	12 meses	31/12/14	-	31/12/15	-	31/12/16	-	31/12/17	30/09/15	30/09/15	31/10/15	31/12/18	31/03/16	30/09/16
	v prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	50%: 17/08/15 e 50%: 17/08/18	50%: 17/08/15 e 50%: 17/08/18	50%: 30/09/15 e 50%: 30/09/18	2 anos para 50%	50%: 28/02/16 e 50%: 28/02/19	50%: 19/08/16 e 50%: 19/08/19
	vi preço médio ponderado de exercício:																	
	· Das opções em aberto no início do exercício social	R$ 12,79	R$ 18,00	R$ 26,78	R$ 27,42	R$ 34,10	(1)	R$ 39,32	(1)	R$ 25,71	(1)	R$ 41,77	(1)	(1)	(1)	40,80 (2)	(1)	(1)
	· Das opções perdidas durante o exercício social				-	-		R$ 40,46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	· Das opções exercidas durante o exercício social	R$ 12,83	R$ 18,35	R$ 27,39	R$ 28,45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	· Das opções expiradas durante o exercício social	R$ 13,46	-	-	R$ 28,49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d	valor justo das opções na data de outorga	R$ 4,20	R$ 6,20	R$ 10,27	R$ 12,86	R$ 8,70	R$ 31,68	R$ 5,69	R$ 32,83	R$ 4,25	R$ 17,31	R$ 12,22	R$ 33,67	R$ 32,48	R$ 35,73	R$ 11,02	R$ 32,84	R$ 23,69
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,004%	0,024%	0,060%		0,053%		0,066%		0,105%		0,064%				0,084%		

Nota:

1. (1) Outorgas de opções de ações, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4, "i".
2. (2) Preço médio ponderado de exercício na data da outorga, uma vez que as opções foram outorgadas após o início do exercício social.

Exercício de 2012

a	órgão	Conselho de Administração													
b	número de membros (médio)	8													
	ano da outorga de opções	2007	2008				2009		2010			2011			2012
c	em relação a cada outorga de opções de compra de ações:														
	i data de outorga	21/03/07	14/05/08	29/02/08	03/03/08	03/09/08	06/03/09	10/08/09	17/04/10	30/08/10	30/09/10	28/02/11	19/04/11	19/08/11	27/04/12
	ii quantidade de opções outorgadas	151.802	75.901	33.474	39.905	46.709	70.315	874.167	117.617	7.004	19.904	20.604	137.620	8.890	160.017
	iii prazo para que as opções se tornem exercíveis	50%: 21/03/11 e 50%:	1/3 por ano após 3 anos	03/09/12	03/03/13	03/09/13	06/03/12	01/04/12	01/01/15	50% após 3 anos e 50%	50% após 3 anos e 50%	50% após 3 anos e 50%	01/01/16	50% após 3 anos e 50%	01/01/17
	iv prazo máximo para exercício das opções	12 meses	12 meses	-	-	-	-	31/12/14	31/12/17	30/09/15	31/10/15	31/03/16	31/12/18	30/09/16	31/12/19
	v prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	sem restrição	sem restrição	sem restrição	sem restrição	Não há	2 anos para 50%	50%: 17/08/15 e	50%: 30/09/15 e	50%: 28/02/16 e 50%:	2 anos para 50%	50%: 19/08/16 e 50%:	2 anos para 50%
	vi preço médio ponderado de exercício:														
	· Das opções em aberto no início do exercício social	R$ 37,03	R$ 46,02	(1)	(1)	(1)	(1)	R$ 32,01	R$ 43,90	(1)	(1)	(1)	R$ 42,88	(1)	R$ 32,07 (2)
	· Das opções perdidas durante o exercício social	R$ 37,27	R$ 46,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
	· Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	· Das opções expiradas durante o exercício social	R$ 37,27	R$ 46,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d	valor justo das opções na data de outorga	R$ 12,78	R$ 18,06	R$ 30,99	R$ 31,90	R$ 24,76	R$ 17,31	R$ 11,35	R$ 12,22	R$ 32,48	R$ 35,73	R$ 32,84	R$ 11,02	R$ 23,69	R$ 7,82
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,003%		0,004%			0,021%		0,003%			0,004%			0,004%

Continuação

a	órgão	Diretoria estatutária																
b	número de membros (médio)	18																
	ano da outorga de opções	2006	2007		2008		2009		2010				2011				2012	
c	em relação a cada outorga de opções de compra de ações:																	
	i data de outorga	21/02/06	04/07/06	14/02/07	03/09/07	11/02/08	03/03/08	03/03/09	06/03/09	17/04/10	17/08/10	30/08/10	30/09/10	28/02/11	19/04/11	19/08/11	24/02/12	27/04/12
	ii quantidade de opções outorgadas	2.475.457	52.707	2.359.500	7.561	2.379.161	18.270	4.569.510	188.226	1.877.525	120.212	190.043	705.396	567.190	2.816.924	432.195	488.570	3.026.850
	iii prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/01/11	04/07/11	01/01/12	03/09/12	01/01/13	03/03/13	01/01/14	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/15	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/16	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/17
	iv prazo máximo para exercício das opções	31/12/13	12 meses	31/12/14	-	31/12/15	00/01/00	31/12/16	00/01/00	31/12/17	30/09/15	30/09/15	31/10/15	31/03/16	31/12/18	30/09/16	31/03/17	31/12/19
	v prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	50%: 17/08/15 e 50%: 17/08/18	50%: 17/08/15 e 50%: 17/08/18	50%: 30/09/15 e 50%: 30/09/18	50%: 28/02/16 e 50%: 28/02/19	2 anos para 50%	50%: 19/08/16 e 50%: 19/08/19	50%: 24/02/17 e 50%: 24/02/20	2 anos para 50%
	vi preço médio ponderado de exercício:																	
	· Das opções em aberto no início do exercício social	R$ 28,15	R$ 29,35	R$ 41,32	(1)	R$ 41,32	(1)	R$ 27,02	(1)	R$ 43,90	(1)	(1)	(1)	(1)	R$ 42,88	(1)	(1)	R$ 32,07 (2)
	· Das opções perdidas durante o exercício social	-	29,89	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	· Das opções exercidas durante o exercício social	R$ 28,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	· Das opções expiradas durante o exercício social	-	R$ 29,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d	valor justo das opções na data de outorga	R$ 10,27	R$ 13,22	R$ 8,70	R$ 31,68	R$ 5,69	R$ 31,90	R$ 4,25	R$ 17,31	R$ 12,22	R$ 33,67	R$ 32,48	R$ 35,73	R$ 32,84	R$ 11,02	R$ 23,69	R$ 31,99	R$ 7,82
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,055%		0,052%		0,052%		0,104%			0,063%				0,083%		0,066%	

Nota:

1. (1) Outorgas de opções de ações, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4, "i".
2. (2) Preço médio ponderado de exercício na data da outorga, uma vez que as opções foram outorgadas após o início do exercício social.

Exercício de 2013

a	órgão	Conselho de Administração												
b	número de membros (médio)	6												
	ano da outorga de opções	2008			2009			2010			2011			2012
c	em relação a cada outorga de opções de compra de ações:													
	i data de outorga	29/02/08	03/03/08	03/09/08	03/03/09	06/03/09	10/08/09	17/04/10	30/08/10	30/09/10	28/02/11	19/04/11	19/08/11	27/04/12
	ii quantidade de opções outorgadas	36.821	43.895	51.380	574.629	38.673	549.476	210.261	7.705	21.894	22.664	239.102	9.779	223.556
	iii prazo para que as opções se tornem exercíveis	03/09/12	03/03/13	03/09/13	01/01/14	06/03/14	01/04/12	01/01/15	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/16	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/17
	iv prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	31/12/16	-	31/12/14	31/12/17	30/09/15	31/10/15	31/03/16	31/12/18	30/09/16	31/12/19
	v prazo de restrição à transferência das ações	sem restrição	sem restrição	sem restrição	2 anos para 50%	sem restrição	Não há	2 anos para 50%	50%: 17/08/15 e 50%: 17/08/18	50%: 30/09/15 e 50%: 30/09/18	50%: 28/02/16 e 50%: 28/02/19	2 anos para 50%	50%: 19/08/16 e 50%: 19/08/19	2 anos para 50%
	vi preço médio ponderado de exercício:													
	· Das opções em aberto no início do exercício social	(1)	(1)	(1)	R$ 26,49	(1)	R$ 31,37	R$ 43,02	(1)	(1)	(1)	R$ 42,03	(1)	R$ 31,43 (2)
	· Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
	· Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	R$ 31,57	-	-	-	-	-	-	-
	· Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d	valor justo das opções na data de outorga	R$ 28,17	R$ 29,00	R$ 22,51	R$ 3,86	R$ 15,17	R$ 10,32	R$ 11,11	R$ 29,53	R$ 32,48	R$ 29,86	R$ 11,02	R$ 21,53	R$ 7,11
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,003%			0,023%			0,005%			0,005%			0,004%

Continuação

a	órgão	Diretoria estatutária														
b	número de membros (médio)	13														
	ano da outorga de opções	2006	2007	2008		2009		2010				2011		2012		2013
c	em relação a cada outorga de opções de compra de ações:															
	i data de outorga	21/02/06	14/02/07	11/02/08	03/03/08	03/03/09	06/03/09	17/04/10	17/08/10	30/08/10	30/09/10	28/02/11	19/04/11	19/08/11	24/02/12	27/04/12	27/02/2013
	ii quantidade de opções outorgadas	1.546.325	2.455.998	2.457.209	20.097	4.200.031	103.524	1.886.752	81.918	254.205	767.489	615.499	2.856.191	468.149	529.678	3.162.425	829.729
	iii prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/01/11	01/01/12	01/01/13	03/03/13	01/01/14	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/15	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/16	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/17	50% após 3 anos e 50% após 5 anos
	iv prazo máximo para exercício das opções	31/12/13	31/12/14	31/12/15	00/01/00	31/12/16	-	31/12/17	30/09/15	30/09/15	31/10/15	31/03/16	31/12/18	30/09/16	31/03/17	31/12/19	31/03/18
	v prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	50%: 17/08/15 e 50%:	50%: 17/08/15 e 50%: 17/08/18	50%: 30/09/15 e 50%: 30/09/18	50%: 28/02/16 e 50%: 28/02/19	2 anos para 50%	50%: 19/08/16 e 50%: 19/08/19	50%: 24/02/17 e 50%: 24/02/20	2 anos para 50%	50%: 27/02/18 e 50%: 27/02/20
	vi preço médio ponderado de exercício:																
	· Das opções em aberto no início do exercício social	R$ 27,59	R$ 35,13	R$ 40,50	(1)	R$ 26,49	(1)	R$ 43,02	(1)	(1)	(1)	(1)	R$ 42,03	(1)	(1)	R$ 31,43 (2)	(1)
	· Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	· Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	· Das opções expiradas durante o exercício social	R$ 28,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d	valor justo das opções na data de outorga	R$ 9,34	R$ 7,91	R$ 5,17	R$ 29,00	R$ 3,86	R$ 15,17	R$ 11,11	R$ 30,60	R$ 29,53	R$ 32,48	R$ 29,86	R$ 10,02	R$ 21,53	R$ 29,09	R$ 7,11	R$ 28,06
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,031%	0,049%	0,049%		0,086%		0,059%				0,078%		0,011%		0,017%	

Nota:

1. (1) Outorgas de opções de ações, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4, “i”.
2. (2) Preço médio ponderado de exercício na data da outorga, uma vez que as opções foram outorgadas após o início do exercício social.

Com relação à Remuneração baseada em ações prevista para 2014, veja os esclarecimentos no item 13.2.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a órgão	Conselho de Administração								
b número de membros	6								
ano da outorga de opções	2009		2010			2011			2012
c em relação às opções ainda não exercíveis									
i quantidade	574.629	38.673	210.261	3.852	10.947	239.102	22.664	9.779	223.556
ii data em que se tornarão exercíveis	01/01/14	06/03/14	01/01/15	17/08/15	30/09/15	01/01/16	50%: 28/02/14 e 50%: 28/02/16	50%: 19/08/14 e 50%: 19/08/16	01/01/17
iii prazo máximo para exercício das opções	-	-	31/12/17	30/09/15	31/10/15	31/12/18	31/03/16	30/09/16	31/12/19
iv prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	50%: 17/08/15 e 50%: 17/08/18	50%: 30/09/15 e 50%: 30/09/18	2 anos para 50%	50%: 28/02/16 e 50%: 28/02/19	50%: 19/08/16 e 50%: 19/08/19	2 anos para 50%
v preço médio ponderado de exercício	R$ 27,78	(1)	R$ 45,13	(1)	(1)	R$ 44,08	(1)	(1)	R$ 32,97
vi valor justo das opções no último dia do exercício social	R$ 3,86	R$ 15,17	R$ 11,11	R$ 29,65	R$ 31,46	R$ 10,02	R$ 29,86	R$ 21,53	R$ 7,11
d em relação às opções exercíveis									
i quantidade		538.476							
ii prazo máximo para exercício das opções		31/12/14							
iii prazo de restrição à transferência das ações		sem restrição							
iv preço médio ponderado de exercício		R$ 32,91							
v valor justo das opções no último dia do exercício social		R$ 10,32							
vi valor justo do total das opções no último dia do exercício social		R$ 5.557.072							

Continuação

a órgão	Diretoria estatutária												
b número de membros	14												
ano da outorga de opções	2006	2007	2008	2009		2010			2011			2012	2013
c em relação às opções ainda não exercíveis													
i quantidade				4.200.031	103.524	1.886.752	158.309	362.153	580.601	2.856.191	438.345	477.769	3.162.425	829.729
ii data em que se tornarão exercíveis				01/01/14	06/03/14	01/01/15	17/08/2015	30/09/2015	50%: 28/02/14 e 50%: 28/02/16	01/01/16	50%: 19/08/14 e 50%: 19/08/16	50%: 24/02/15 e 50%: 24/02/17	01/01/17	50%: 27/02/16 e 50%: 27/02/18
iii prazo máximo para exercício das opções				31/12/16	-	31/12/17	30/09/15	31/10/15	31/03/16	31/12/18	30/09/16	31/03/16	31/12/19	31/03/18
iv prazo de restrição à transferência das ações				2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	50%: 17/08/15 e 50%: 17/08/18	50%: 30/09/15 e 50%: 30/09/18	50%: 28/02/16 e 50%: 28/02/19	2 anos para 50%	50%: 19/08/16 e 50%: 19/08/19	50%: 24/02/17 e 50%: 24/02/20	2 anos para 50%	50%: 27/02/18 e 50%: 27/02/21
v preço médio ponderado de exercício				R$ 27,78	(1)	R$ 45,13	(1)	(1)	(1)	R$ 44,08	(1)	(1)	R$ 32,97	(1)
vi valor justo das opções no último dia do exercício social				R$ 3,86	R$ 15,17	R$ 11,11	R$ 29,65	R$ 31,46	R$ 29,86	R$ 10,02	R$ 21,53	R$ 29,09	R$ 7,11	R$ 28,06
d em relação às opções exercíveis														
i quantidade	1.546.325	2.455.998	2.457.209											
ii prazo máximo para exercício das opções	04/04/14	31/12/14	31/12/15											
iii prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%											
iv preço médio ponderado de exercício	R$ 28,94	R$ 36,85	R$ 42,49											
v valor justo das opções no último dia do exercício social	R$ 9,34	R$ 7,91	R$ 5,17											
vi valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R$ 14.442.676	R$ 19.426.944	R$ 12.703.771											

Nota:

1. (1) Outorgas de opções, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4, "i".
2. Os valores estão ajustados pelos eventos ocorridos no período (grupamento, bonificação, conversão de ações Unibanco para Itaú Unibanco etc.).
3. Conforme previsto no subitem 13.4, os membros do Conselho de Administração do Emissor passaram a ser elegíveis ao plano para outorga de opções de ações do Emissor apenas a partir de 2009. Assim, as outorgas de opções de ações relativas ao Conselho de Administração, apresentadas na tabela acima e referentes a anos anteriores, são opções de ações originárias do Plano Unibanco (o qual já previa essa possibilidade) ou de conselheiros que, no passado, fizeram parte da Diretoria.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício de 2011

a	órgão	Diretoria estatutária			
b	número de membros	6			
	ano da outorga de opções	**2004**	**2005**	**2006**	**2008**
c	em relação às opções exercidas informar:				
	i número de ações	186.312	1.080.375	143.460	18.271
	ii preço médio ponderado de exercício	R$ 12,83	R$ 18,34	R$ 27,39 (1)	
	iii diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 4.884.722	R$ 16.917.323	R$ 1.677.426	R$ 680.047
d	em relação às ações entregues informar:				
	i número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
	ii preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
	iii diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

Nota:

1. Outorgas de opções de ações, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4, "i".

Exercício de 2012

a	órgão	Diretoria estatutária		
b	número de membros	4		
	ano da outorga de opções	**2006**	**2007**	**2009**
c	em relação às opções exercidas informar:			
	i número de ações	775.000	7.561	94.113
	ii preço médio ponderado de exercício	R$ 28,20	(1)	(1)
	iii diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 8.020.000	R$ 242.330	R$ 3.378.657
d	em relação às ações entregues informar:			
	i número de ações	N/A	N/A	N/A
	ii preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
	iii diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

Nota:
1. Outorgas de opções de ações, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4, "i".

Exercício de 2013

a	órgão	Conselho de Administração			Diretoria estatutária	
b	número de membros	2			8	
	ano da outorga de opções	**2008**	**2009**	**2010**	**2008**	**2010**
c	em relação às opções exercidas informar:					
	i número de ações	132.096	11.000	14.800	20.097	539.150
	ii preço médio ponderado de exercício	(1)	R$ 31,57	(1)	(1)	(1)
	iii diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 3.738.474	R$ 12.600	R$ 455.898	R$ 640.181	R$ 16.547.379
d	em relação às ações entregues informar:					
	i número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	ii preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	iii diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Nota:
1. Outorgas de opções de ações, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4, "i".

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

O emissor utiliza o modelo Binomial para as opções simples e *Black & Scholes* para as opções de sócios:

- Modelo Binomial de precificação: pressupõe que existem duas trajetórias possíveis no comportamento dos preços dos ativos – uma ascendente e outra descendente. Assim, é construída uma árvore com as trajetórias de preço para que se determine o valor da ação em uma data futura, com base na volatilidade definida e no intervalo de tempo entre os passos da árvore do momento da precificação até o vencimento. O processo de precificação deste modelo é realizado pelo método *Backward Induction* (indução para trás), partindo dos nós no vencimento até o ponto de partida.

- Modelo *Black & Scholes* de precificação: pressupõe que o preço do ativo-objeto segue um comportamento contínuo de Movimento Browniano Geométrico com taxa de juros e volatilidade constante até o vencimento da operação. Ou seja, a distribuição probabilística de preços do ativo-objeto em uma data futura é log-normal e, por consequência, a distribuição probabilística dos retornos calculados de forma contínua é composta entre duas datas.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O modelo de precificação Binomial utilizado no plano de opções simples leva em consideração na precificação as premissas de preço do ativo-objeto, preço de exercício, volatilidade, taxa de retorno de dividendos, taxa livre de risco, prazo de carência e prazo de vida da opção.

O modelo de precificação *Black & Scholes* utilizado no plano de opções de sócios considera as premissas de preço do ativo-objeto, taxa de retorno de dividendos, prazo de carência e prazo de vida da opção.

Segue a descrição das premissas utilizadas:

- Preço do Ativo-objeto: o preço das ações do Itaú Unibanco Holding (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BMF&BOVESPA, na data base do cálculo;

- Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M ou IPCA, conforme a série;

- Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4, divulgada pela Bovespa, ajustados pela variação do IGP-M;

- Taxa de Dividendos: é a média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de Dividendos Pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4;

- Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom de IGP-M ou IPCA, conforme a série, na data de vencimento do plano da opção;

- Prazo de vida da opção: o prazo de vida da opção é estabelecido na ocasião de sua emissão; e

- Prazo de carência da opção: o prazo de carência da opção é estabelecido na ocasião de sua emissão.

As premissas econômicas utilizadas são:

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
Opções de Sócios (*)								
18ª	27/02/2013	27/02/2016	-	34,66	28,87	2,91%	-	-
18ª	27/02/2013	27/02/2018	-	34,66	27,25	2,91%	-	-

*O valor justo das opções dos sócios é mensurada com referência no valor justo das ações do Itaú Unibanco Holding na data das outorgas.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O plano de opções de ações do emissor prevê um período de carência para cada série outorgada de 1 (um) a 7 (sete) anos, do momento de emissão da opção até o final do período de carência, não podendo ocorrer nesse intervalo o exercício das opções. O período de carência é definido quando da emissão das séries de opções. A partir do final do período de carência, a opção pode ser exercida a qualquer momento até o final do contrato. A precificação das opções realizada através da árvore Binomial leva em conta o período de carência do exercício das mesmas.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4, ajustados pelo IGP-M ou IPCA, conforme a série.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A série histórica é ajustada por desdobramentos, bonificações e grupamentos.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

		Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		
a	órgão					
b	número de membros	1	1	5	3	2
c	nome do plano	ITAUBANCO CD (1)	Futuro Inteligente	ITAUBANCO CD (1)	Futuro Inteligente	Flexprev PGBL
d	quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	1	2	1	-
e	condições para se aposentar antecipadamente	50 anos de idade	50 anos de idade	50 anos de idade	50 anos de idade	50 anos de idade
f	valor atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 1.326.943	R$ 1.295.306	R$ 16.017.676	R$ 1.636.072	R$ 79.185
g	valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 51.605	R$ 129.519	R$ 362.394	R$ 267.984	R$ 69.500
h	possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não	Não	Não	Não	Não

Nota:

1. O número de membros de cada órgão (letra "b") corresponde ao número de administradores participantes ativos dos planos de previdência.

2. Plano de previdência complementar do tipo Contribuição Definida foi implantado em 2010 para absorver os participantes do Plano de Aposentadoria Complementar (PAC), de Benefício Definido, através da adesão de cada participante. No processo de cisão do plano, o saldo de conta de cada participante foi individualizado.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à diretoria estatutária e ao Conselho Fiscal:

Diante da discussão judicial a respeito da legalidade do presente item, o oferecimento das informações representaria um cerceamento ao direito dos executivos. Nesse sentido, o emissor aguardará decisão do Superior Tribunal de Justiça no âmbito da liminar proposta pelo Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças do Rio de Janeiro (IBEF RJ) para realizar a divulgação em questão.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Com exceção dos benefícios previstos na política de remuneração, como, por exemplo, a possibilidade da manutenção do plano de saúde, o emissor não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão, reconhecida no resultado do emissor, referente a membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2011

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes relacionadas	66%	49%	0%

Exercício de 2012

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes relacionadas	80%	45%	0%

Exercício de 2013

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes relacionadas	81%	49%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Exercício de 2011 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor R$

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	102.556.262	-	102.556.262
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício de 2012 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor R$

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	137.949.478	-	137.949.478
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício de 2013 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor R$

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	138.682.032	-	138.682.032
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O emissor possui participação relevante em outras companhias abertas. As informações sobre eventuais planos de remuneração baseadas em ações, instituídas por referidas empresas, podem ser encontradas em seus respectivos formulários de referência.

Ademais, conforme divulgado em nossas Demonstrações Contábeis publicadas em 04.02.2014, os honorários atribuídos no exercício de 2013 ao pessoal chave da administração foram compostos conforme segue:

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Em milhões de R$

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Remuneração	**278**	**244**	**271**
Conselho de Administração	13	8	5
Administradores	265	236	266
Participação no Lucro	**259**	**160**	**192**
Conselho de Administração	8	2	1
Administradores	251	158	191
Contribuição aos Planos de Aposentadoria	**3**	**8**	**5**
Administradores	3	8	5
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	**166**	**163**	**150**
Total	**706**	**575**	**618**

Nota:

1. O “Plano de Pagamento em Ações – Administradores” corresponde ao valor das opções de compra de ações outorgadas aos executivos no âmbito do Plano para Outorga de Opções de Ações do emissor.

2. Importante ressaltar que, de acordo com a Resolução CMN nº 3.750, que adota o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 30 de outubro de 2008, são consideradas integrantes do pessoal-chave da administração “as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro) dessa entidade”. O valor divulgado em nossas Demonstrações Financeiras refere-se à remuneração dos diretores e conselheiros do emissor, de suas subsidiárias e afiliadas.

3. O efeito contábil da remuneração variável paga em ações, do período de 01/01 a 31/12/2013, está registrado em Remuneração e Participações no Lucro, obedecendo os limites estatutários previstos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

ITEM 14 – RECURSOS HUMANOS

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Colaboradores

O número de colaboradores em nosso conglomerado passou de 96.977 em 31 de dezembro de 2012 para 95.696 em 31 de dezembro de 2013. Essa redução é explicada pela integração de nossos sistemas e processos em uma única plataforma, que permitiu que capturássemos sinergias entre as estruturas operacionais e otimizássemos certas estratégias de negócios.

Apresentamos nas tabelas abaixo o total do número de colaboradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, segmentados por região (Brasil e exterior) e por unidade operacional:

	31 de dezembro			Variação (%)	
	2013	2012	2011	2013/2012	2012/2011
Colaboradores (Consolidado)	**95.696**	**96.977**	**104.542**	**-1,3%**	**-7,2%**
No Brasil	88.783	90.323	98.258	-1,7%	-8,1%
No Exterior	6.913	6.654	6.284	3,9%	5,9%
Argentina	1.696	1.650	1.566	2,8%	5,4%
Chile	2.542	2.451	2.334	3,7%	5,0%
Uruguai	1.180	1.127	1.099	4,7%	2,5%
Paraguai	731	701	650	4,3%	7,8%
Europa	256	261	213	-1,9%	22,5%
Outros	508	464	422	9,5%	10,0%

Colaboradores (por unidade operacional)	**31 de dezembro**			**Variação (%)**	
	2013	**2012**	**2011**	**2013/2012**	**2012/2011**
Banco Comercial - Varejo	90.427	91.304	95.740	-1,0%	-4,6%
Banco de Atacado	2.532	2.848	2.824	-11,1%	0,8%
Crédito ao Consumidor - Varejo	2.718	2.781	5.941	-2,3%	-53,2%
Operações com o Mercado e Corporação	19	44	43	-56,8%	2,3%
Total	**95.696**	**96.977**	**104.548**	**-1,3%**	**-7,2%**

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Total de terceirizados (por atividade desempenhada)

Categoria	31 de dezembro			Variação (%)	
	2013	2012	2011	2013/2012	2012/2011
Segurança	13.531	13.863	14.024	-2,4%	-1,1%
Limpeza	4.109	3.831	3.869	7,3%	-1,0%
Manutenção	1.776	1.765	1.759	0,6%	0,3%
Informática	3.109	3.670	3.120	-15,3%	17,6%
Expedição	1.849	1.846	1.849	0,2%	-0,2%
Mão de Obra Temporária	2.698	2.958	1.400	-8,8%	111,3%
Jurídico	43	394	399	-89,1%	-1,3%
Outros	1.828	4.403	5.289	-58,5%	-16,8%
Total Itaú Unibanco	**28.943**	**32.730**	**31.709**	**-11,6%**	**3,2%**

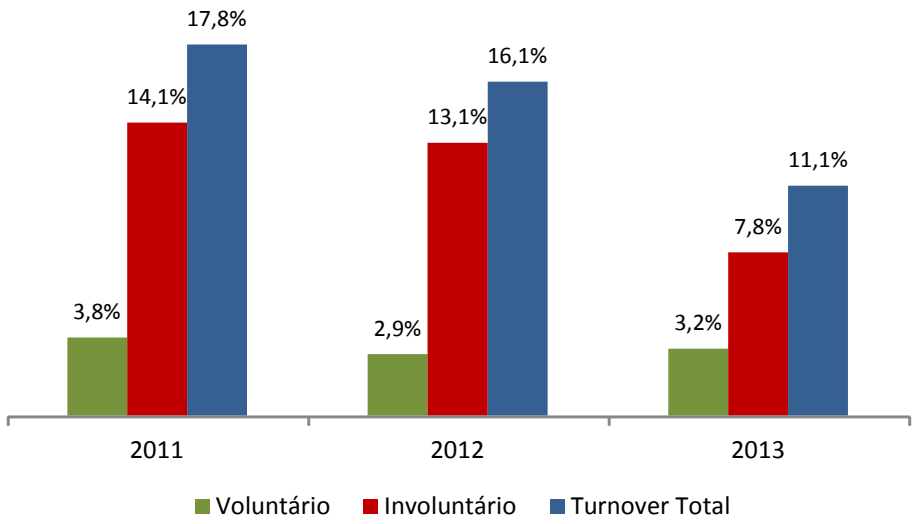
Total de terceirizados (por localização geográfica no Brasil)

Categoria	31 de dezembro			Variação (%)	
	2013	2012	2011	2013/2012	2012/2011
Sul	3.561	2.909	3.171	22,4%	-8,3%
Sudeste	20.465	24.624	24.606	-16,9%	0,1%
Centro-Oeste	1.339	1.267	1.204	5,7%	5,2%
Nordeste	2.897	3.584	2.354	-19,2%	52,3%
Norte	681	346	374	96,8%	-7,5%
Total	**28.943**	**32.730**	**31.709**	**-11,6%**	**3,2%**

Nota: não contempla operações de *call center* ; em mão de obra temporária contempla serviços de recursos humanos e promotores d

c) Índice de Rotatividade

Para o cálculo do índice de rotatividade, foram consideradas as seguintes empresas:Itaú Unibanco S.A., Hipercard Banco Múltiplo S.A., Itaú Vida e Previdência S.A., Banco Itauleasing S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Megabonus Negócios de Varejo Ltda, Microinvest S/A Soc de Crédito a Microempreendedor, Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil. Banco Itaú BMG Consignado S.A., Itaú Soluções Previdenciárias Ltda, Provar Negócios de Varejo Ltda, Luizacred S.A. Sociedade de Cred. Finan. Investimentos, Financeira Itaú CBD C.F. Investimento, Finaustria Ass. Adm. Servs. Crédito Participações S.A., Fina Promoção e Serviços S.A., Banco FIAT S.A., Trishop Promoção e Serviços S.A., FIC Promotora de Vendas Ltda, Itaú Unibanco Financeira S.A. – Credt. FInanc. Invest., Itaú Seguros S.A., Kinea Private Equity Investimentos S.A., Itauseg Saúde S.A., Itaú Unibanco Servs. Proces. Inform. Comerciais Ltda, Kinea Investimentos Ltda, Banco Itaucard S.A, Icarros Ltda, Pro-Imovel Promotora Ltda, Banco Dibens S.A., Marcep Corretagem de Seguros S.A., Banco Credicard S.A., Credicard Promotora de Vendas Ltda, Itaú BMG Gestão de Vendas Ltda.



Taxa de Rotatividade = Total de desligados/((total de colaboradores inicial + total de colaboradores final)/2))
Desconsiderados estagiários, aprendizes, aposentado por invalidez, expatriados e diretores.

d) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Em 2013, nós e nossas controladas não fomos expostos a passivos ou contingências trabalhistas que impactaram nossos resultados significativamente. A carteira de processos trabalhistas das nossas controladas, em referido período, compreendeu processos ajuizados tanto por colaboradores/ex-colaboradores, quanto por prestadores de serviços terceirizados.

Sindicatos e ex-funcionários moveram reclamações trabalhistas contra nós, buscando obter compensação por supostas violações de contratos de trabalho ou direitos trabalhistas previstos em lei. Em 31 de dezembro de 2013, havia 57.192 reclamações trabalhistas movidas contra nós.

Os principais pedidos reclamados nos processos trabalhistas ajuizados por nossos colaboradores/ex-colaboradores incluem:

• Diferenças salariais decorrentes da aplicação das 30 horas de trabalho por semana, limite previsto no art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho do Brasil (CLT), que beneficia os colaboradores do banco, cuja função não necessita de especial confiança pelo empregador;

• Diferenças salariais decorrentes de horas extras não devidamente registradas no sistema interno;

• Reivindicações em relação ao método para estabelecer a compensação das horas extras trabalhadas; e

• Equiparação salarial.

As ações coletivas trabalhistas movidas contra nós referem-se principalmente à manutenção de planos de saúde, normas de segurança e greves. Somos também réus em reclamações trabalhistas movidas pelo Ministério Público do Trabalho referentes a enquadramento sindical, terceirização, doenças ocupacionais, saúde e segurança, determinação de dias de trabalho e cumprimento da cota mínima de pessoas com necessidades especiais. No exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2013, pagamos aproximadamente R$ 1.270.249 mil em acordos com ex-funcionários e sentenças proferidas pela justiça do trabalho.

Já em relação às reclamações trabalhistas ajuizadas por prestadores de serviços terceirizados, elas geralmente envolvem alegações de responsabilidade subsidiária das empresas pertencentes ao nosso conglomerado.

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

Para rotatividade, alteramos o histórico desta informação, visto que antes estava sendo considerados apenas colaboradores bancários, e nesta edição esta sendo contabilizados colaboradores bancários e não bancários.

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) política de salários e remuneração variável

Com relação à política de remuneração fixa e variável, o emissor e suas controladas adotam referenciais de mercado e estratégia de remuneração conforme a área de negócio na qual atua cada colaborador. Esse alinhamento é aferido periodicamente, por meio da contratação de pesquisas de remuneração conduzidas por consultorias especializadas, da participação em pesquisas conduzidas por outros bancos, bem como participação em fóruns especializados no assunto.

A remuneração fixa busca reconhecer a complexidade e maturidade do profissional em relação ao seu escopo/função. Os colaboradores têm sua remuneração fixa alterada de acordo com a política de promoção e mérito da organização, que leva em consideração o desempenho e a senioridade do colaborador no exercício da função.

A remuneração variável, por sua vez, reconhece o nível de entrega, o resultado atingido e sua sustentabilidade a curto, médio e longo prazo.

Adicionalmente, os colaboradores têm reajustes salariais e participação nos lucros e resultados definidos nos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, firmados com os sindicatos das categorias profissionais que representam os colaboradores.

b) política de benefícios

O emissor e suas controladas oferecem diversos benefícios firmados nos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho com cada sindicato das diversas categorias profissionais dos colaboradores, cujas condições são definidas em tais documentos (Vale Refeição, Cesta Alimentação, Auxílio Creche/Babá, Vale Transporte etc.). Além desses, são oferecidos benefícios adicionais e diferenciados, tais como: (i) assistência médica e odontológica; (ii) previdência privada complementar; (iii) seguro de vida em grupo; (iv) assistência psicossocial; e (v) tratamento diferenciado na utilização de produtos e serviços bancários.

Ademais, outros benefícios são oferecidos aos colaboradores do emissor e suas controladas por meio de entidades que fazem parte do Conglomerado Itaú Unibanco, tais como a Fundação Itaú Unibanco Clube e o Instituto Assistencial Pedro di Perna.

c) características dos planos de Participação nos Lucros ou Resultados baseada em ações dos empregados não administradores, identificando:

Conforme mencionado no item 13.1., o emissor obteve em 06.9.2011, autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus executivos e de suas controladas, neste último caso, diretamente e/ou por meio de suas controladas, condicionada a proposta à aprovação pela Assembleia Geral do emissor, a qual foi autorizada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20.04.2012.

Um dos componentes do cálculo da Participação nos Lucros ou Resultados dos funcionários ocupantes dos cargos de gerente e superintendente que mais se destacaram é o pagamento de um percentual adicional a sua remuneração variável por meio da outorga de ações preferenciais do emissor (ITUB4) de forma diferida.

Além de Participação nos Lucros ou Resultados, é importante ressaltar que o emissor possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Plano”), que, conforme jurisprudência existente no Brasil, não possui caráter remuneratório. Sem prejuízo e para fins meramente informativos, foram incluídas no subitem 13.4., bem como, ao longo desse item 14.3. “c”, as disposições sobre o Plano.

I - Grupos de beneficiários

Para a Participação nos Lucros ou Resultados, os beneficiários são os empregados que estejam nos cargos de gerente e superintendente do emissor e de suas controladas.

As opções outorgadas no âmbito do Plano descrito no subitem 13.4 podem ser atribuídas a funcionários categorizados do emissor e de suas controladas, conforme descrito no item 13.4 “a”.

II - Condições para exercício

Para o PD é preciso que os empregados que estejam nos cargos de gerente e superintendente do emissor e de suas controladas tenham se destacado e/ou diferenciado na avaliação de performance, conforme definido na política respeitando as diferenças de cada nível de cargo.

Para o Plano, é preciso que o empregado seja altamente qualificado ou com elevado potencial ou *performance* do emissor e/ou empresas controladas.

III - Preços de exercício

Para o PD no momento da outorga da remuneração, o preço da ação considerado leva em conta uma média de cotação da ação no mercado.

Para o Plano, veja sub-item “i” do item 13.4.

IV - Prazos de exercício

Para o PR, considera os prazos definidos no programa e aprovados por Acordo e/ou Convenção Coletiva do Trabalho.

Para o Plano, veja sub-item “j” do item 13.4.

V - Quantidade de ações comprometidas pelo plano

A soma das ações a serem utilizadas para fins do PD e do Plano, tanto para os empregados, quanto para os administradores do emissor e/ou das empresas controladas, veja sub-item “f” do item 13.4.

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

O relacionamento do Conglomerado Itaú Unibanco com as entidades sindicais representativas de seus colaboradores é mantido de maneira estruturada, direta e transparente, garantindo liberdade sindical, proteção ao direito de sindicalização e priorização de negociações coletivas nos assuntos de interesse comum.

O Emissor assegura que os colaboradores sindicalizados não sofrerão atos de discriminação por sua condição de associado ao sindicato ou pela participação em atividades sindicais realizadas fora do horário de trabalho ou nesse período, desde que autorizado previamente pelo empregador.

O Emissor faculta às entidades sindicais a realização de campanhas de sindicalização em todas as suas unidades, assim como respeita e reconhece as prerrogativas dos seus colaboradores eleitos para posições na direção do sindicato, tratando-os da mesma forma independentemente da corrente política ou da filiação a qualquer Central Sindical.

Todos os colaboradores do Emissor estão amparados por Convenções Coletivas que garantem direitos adicionais e complementares à legislação trabalhista vigente e são aplicadas pela empresa como patamar mínimo de direitos.

O respeito a esses princípios reforça o compromisso do Conglomerado Itaú Unibanco de buscar sempre o equilíbrio no relacionamento e na solução de conflitos que envolvam os interesses dos seus colaboradores e os sindicatos que os representam, sem perder de vista o resultados dos seus negócios e a agregação de valor aos seus acionistas.

ITEM 15. CONTROLE

15.1. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles:

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
BlackRock,INC						
	Estrangeira-SP	Não	Não	11/06/2014		
0	0,000000%	192.796.197	6,983355%	192.796.197	3,485844%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Ações em tesouraria						
		Não	Não	11/06/2014		
2.541	0,000092%	63.330.603	2,293930%	63.333.144	1,145090%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.						
61.532.644/0001-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	11/06/2014		
1.071.022.909	38,664580%	93.291	0,003379%	1.071.116.200	19,366270%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.						
04.676.564/0001-08	Brasileira-SP	Sim	Sim	11/06/2014		
1.412.718.681	51,000000%	0	0,000000%	1.412.718.681	25,542604%	
OUTROS						
286.292.413	10,335328%	2.504.576.046	90,719336%	2.790.868.459	50,460192%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 19/04/2013						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL					
2.770.036.544	100,000000%	2.760.796.137	100,000000%	5.530.832.681	100,000000%

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				61.532.644/0001-15	
Ações em tesouraria					
		Não	Não	31/05/2014	
1.658.400	0,070498	2.320.000	0,061740	3.978.400	0,065112
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho					
066.530.838-88	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
278.822.933	11,852581	153.189.146	4,076662	432.012.079	7,070419
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Alfredo Egydio Nugent Setubal					
407.919.708-09	Brasileiro-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	0	0,000000	1.576	0,000026
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
78.126.400	3,321102	21.890.077	0,582538	100.016.477	1,636895
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA

ACIONISTA

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

066.530.828-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
278.822.933	11,852581	142.814.249	3,800566	421.637.182	6,900621

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0,000000

Beatriz de Mattos Setubal da Fonseca

316.394.318-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/05/2014	
564.576	0,024000	0	0,000000	564.576	0,009240

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Bruno Rizzo Setubal

299.133.368-56	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	0	0,000000	1.576	0,000026

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Camila Setubal Lenz Cesar

350.572.098-41	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/05/2014	
1.576	0,000067	1.572	0,000042	3.148	0,000052

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				61.532.644/0001-15	

Carolina Marinho Lutz Setubal					
077.540.228-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	0	0,000000	1.576	0,000026
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

Companhia ESA					
52.117.397/0001-08	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
71.275.378	3,029870	12.098	0,000322	71.287.476	1,166709
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

Fernando Setubal Souza e Silva					
311.798.878-59	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	307.098	0,008172	308.674	0,005052
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

Fundação Itaú Social					
59.573.030/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	31/05/2014	
265.756.199	11,297123	5.371.147	0,142937	271.127.346	4,437339
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS					
34.053.942/0001-50	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2014	
352.863.556	15,000000	0	0,000000	352.863.556	5,775054
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel de Mattos Setubal					
348.338.808-73	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/05/2014	
564.576	0,024000	0	0,000000	564.576	0,009240
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Guilherme Setubal Souza e Silva					
269.253.728-92	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	78.833	0,002098	80.409	0,001316
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/05/2014	
76.401.195	3,247765	20.516.585	0,545986	96.917.780	1,586181
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				61.532.644/0001-15	

Julia Guidon Setubal

336.694.358-08	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	0	0,000000	1.576	0,000026

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0,000000

Luiza Rizzo Setubal Kairalla

323.461.948-40	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	6.404	0,000170	7.980	0,000131

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0,000000

Marcelo Ribeiro do Valle Setubal

230.936.378-21	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	37.697	0,001003	39.273	0,000643

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0,000000

Maria Alice Setubal

570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
48.382.614	2,056713	30.474.008	0,810973	78.856.622	1,290587

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA

ACIONISTA

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	61.532.644/0001-15	

Mariana Lucas Setubal

227.809.998-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	0	0,000000	1.576	0,000026

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Marina Nugent Setubal

384.422.518-80	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	0	0,000000	1.576	0,000026

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

O.E.Setubal S.A.

61.074.456/0001-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	19/10/2010	
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Olavo Egydio Mutarelli Setubal

394.635.348-73	Brasileira-SE	Sim	Sim	31/05/2014	
564.576	0,024000	0	0,000000	564.576	0,009240

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				**61.532.644/0001-15**	
Olavo Egydio Setubal Júnior					
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
78.791.106	3,349359	22.591.423	0,601202	101.382.529	1,659252
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
293.211.776	12,464240	3.110.097.978	82,765773	3.403.309.754	55,699425
Patricia Ribeiro do Valle Setubal					
230.936.328-62	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	37.697	0,001003	39.273	0,000643
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Paula Lucas Setubal					
295.243.528-69	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	0	0,000000	1.576	0,000026
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Paulo Egydio Setubal					
336.694.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	0	0,000000	1.576	0,000026
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			

CONTROLADORA / INVESTIDORA

ACIONISTA

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	**61.532.644/0001-15**	

Paulo Egydio Setubal

336.694.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
1.576	0,000067	0	0,000000	1.576	0,000026

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Paulo Setubal Neto

638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
89.015.540	3,783993	20.893.185	0,556008	109.908.725	1,798794

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0,000000

Ricardo Egydio Setubal

033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
78.091.776	3,319631	22.510.270	0,599042	100.602.046	1,646479

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0,000000

Ricardo Villela Marino

252.398.288-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
49.446.921	2,101956	29.960.308	0,797302	79.407.229	1,299599

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				61.532.644/0001-15	
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
78.485.199	3,336355	25.391.018	0,675705	103.876.217	1,700064
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/05/2014	
49.488.346	2,103717	30.020.480	0,798904	79.508.826	1,301262
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Rodrigo Ribeiro do Valle Setubal					
230.936.298-02		Não	Não	02/05/2014	
0	0,000000	37.697	0,001003	37.697	0,000617
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Rudric ITH S.A.					
67.569.061/0001-45		Sim	Sim	31/05/2014	
182.066.061	7,739510	118.643.826	3,157344	300.709.887	4,921494
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				61.532.644/0001-15	
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira					
296.682.978-81	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/05/2014	
1.576	0,000067	507.483	0,013505	509.059	0,008331
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
2.352.423.707	100,000000	3.757.710.279	100,000000	6.110.133.986	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.				**04.676.564/0001-08**	
Companhia E. Johnston de Participações					
04.679.283/0001-09	Brasileira-SP	Sim	Sim	27/02/2009	
355.227.092	50,000000	0	0,000000	355.227.092	33,467899
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.					
61.532.644/0001-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	27/02/2009	
355.227.092	50,000000	350.942.273	100,000000	706.169.365	66,532101
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
710.454.184	100,000000	350.942.273	100,000000	1.061.396.457	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia E. Johnston de Participações				04.679.283/0001-09	
Fernando Roberto Moreira Salles					
002.938.068-53	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
490	25,000000	980	25,000000	1.470	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
João Moreira Salles					
667.197.397-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
490	25,000000	980	25,000000	1.470	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Pedro Moreira Salles					
551.222.567-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
490	25,000000	980	25,000000	1.470	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
1.960	100,000000	3.920	100,000000	5.880	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia E. Johnston de Participações				04.679.283/0001-09	
Walther Moreira Salles Júnior					
406.935.467-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
490	25,000000	980	25,000000	1.470	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho					
066.530.838-88	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
278.822.933	20,386888	0	0,000000	278.822.933	20,386888
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Alfredo Egydio Nugent Setubal					
407.919.708-09	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
78.126.400	5,712421	0	0,000000	78.126.400	5,712421
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela					
066.530.828-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
278.822.933	20,386884	0	0,000000	278.822.933	20,386884
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	

Beatriz de Mattos Setubal da Fonseca

316.394.318-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/05/2014	
564.576	0,041280	0	0,000000	564.576	0,041280

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Bruno Rizzo Setubal

299.133.368-56	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Camila Setubal Lenz Cesar

350.572.098-41	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Carolina Marinho Lutz Setubal

077.540.228-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Fernando Setubal Souza e Silva					
311.798.878-59	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel de Mattos Setubal					
348.338.808-73	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/05/2014	
564.576	0,041280	0	0,000000	564.576	0,041280
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Guilherme Setubal Souza e Silva					
269.253.728-92	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/05/2014	
76.401.195	5,586278	0	0,000000	76.401.195	5,586278
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	

Julia Guidon Setubal

336.694.358-08	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

Luiza Rizzo Setubal Kairalla

323.461.948-40	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

Marcelo Ribeiro do Valle Setubal

230.936.378-21		Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

Maria Alice Setubal

570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
48.382.614	3,537624	0	0,000000	48.382.614	3,537624

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Mariana Lucas Setubal					
227.809.998-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Marina Nugent Setubal					
384.422.518-80	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
O.E.Setubal S.A.					
61.074.456/0001-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	19/10/2010	
6	0,000001	0	0,000000	6	0,000001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Olavo Egydio Mutarelli Setubal					
394.635.348-73		Sim	Sim	31/05/2014	
564.576	0,041280	0	0,000000	564.576	0,041280
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Olavo Egydio Setubal Júnior					
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
78.791.106	5,761022	0	0,000000	78.791.106	5,761022
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Patricia Ribeiro do Valle Setubal					
230.936.328-62	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Paula Lucas Setubal					
295.243.528-69	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Paulo Egydio Setubal					
336.694.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA	52.117.397/0001-08	

Paulo Egydio Setubal

336.694.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Paulo Setubal Neto

638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
89.015.540	6,508609	0	0,000000	89.015.540	6,508609

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Ricardo Egydio Setubal

033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
78.091.776	5,709889	0	0,000000	78.091.776	5,709889

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Ricardo Villela Marino

252.398.288-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
49.446.921	3,615444	0	0,000000	49.446.921	3,615444

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
78.485.199	5,738655	0	0,000000	78.485.199	5,738655
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
49.488.346	3,618473	0	0,000000	49.488.346	3,618473
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rudric ITH S.A.					
67.569.061/0001-45		Sim	Sim	30/04/2014	
182.066.061	13,312247	0	0,000000	182.066.061	13,312247
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira					
296.682.978-81	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
1.576	0,000115	0	0,000000	1.576	0,000115
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia ESA				**52.117.397/0001-08**	
TOTAL					
1.367.658.398	100,000000	0	0,000000	1.367.658.398	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.	61.074.456/0001-90	

Alfredo Egydio Setubal

014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

José Luiz Egydio Setubal

011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Maria Alice Setubal

570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

Olavo Egydio Setubal Júnior

006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Setubal Neto					
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285715	0	0,000000	100.000	14,285715
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ricardo Egydio Setubal					
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285715	0	0,000000	100.000	14,285715
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
700.000	100,000000	0	0,000000	700.000	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Rudric ITH S.A.				67.569.061/0001-45	
Maria de Lourdes Egydio Villela					
007.446.978-91	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
859.592.758	99,999942	0	0,000000	859.592.758	99,999942
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Ricardo Villela Marino					
252.398.288-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2012	
250	0,000029	0	0,000000	250	0,000029
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/12/2012	
250	0,000029	0	0,000000	250	0,000029
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
859.593.258	100,000000	0	0,000000	859.593.258	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.				61.532.644/0001-15	
OUTROS					
2.352.423.707	100,000000	3.757.710.279	100,000000	6.110.133.986	100,000000
TOTAL					
2.352.423.707	100,000000	3.757.710.279	100,000000	6.110.133.986	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90	

Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

Maria Alice Setubal					
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

Olavo Egydio Setubal Júnior					
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
O.E.Setubal S.A.				**61.074.456/0001-90**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Setubal Neto					
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285715	0	0,000000	100.000	14,285715
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Ricardo Egydio Setubal					
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285715	0	0,000000	100.000	14,285715
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	05/01/2012	
100.000	14,285714	0	0,000000	100.000	14,285714
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
700.000	100,000000	0	0,000000	700.000	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Rudric ITH S.A.				67.569.061/0001-45	
Maria de Lourdes Egydio Villela					
007.446.978-91		Sim	Sim	30/04/2014	
859.592.758	99,999942	0	0,000000	859.592.758	99,999942
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Ricardo Villela Marino					
252.398.288-90		Sim	Sim	31/12/2012	
250	0,000029	0	0,000000	250	0,000029
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81		Sim	Sim	31/12/2012	
250	0,000029	0	0,000000	250	0,000029
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
859.593.258	100,000000	0	0,000000	859.593.258	100,000000

15.3 – Distribuição de Capital

Data da última assembleia/Data da última alteração	23.04.2014
Quantidade de acionistas pessoa física	84.527
Quantidade de acionistas pessoa jurídica	11.845
Quantidade de investidores institucionais	888

Ações em Circulação
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Qtde. ordinárias (unidades)	261.482.468	9,440%
Qtde. preferenciais (unidades)	2.680.430.933	97,089%
Total	**2.941.913.401**	**53,191%**

15.4 Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2.

Não há.

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a) partes

Itaúsa (sociedade controlada pela família Egydio de Souza Aranha) e Cia. E. Johnston (sociedade detida pela família Moreira Salles) possuem um acordo de acionistas para reger as relações referentes à IUPAR, ao Itaú Unibanco Holding e a suas controladas.

b) data de celebração
c) prazo de vigência

O Acordo de Acionistas tem validade de 20 (vinte) anos a contar de 27 de janeiro de 2009 e pode ser automaticamente renovado por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, salvo manifestação por escrito em contrário de qualquer acionista, desde que manifestada com antecedência de 1 (um) ano contado do término de cada período de vigência.

d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle
e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

O Conselho de Administração da IUPAR é composto por 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) nomeados pela Itaúsa e 2 (dois) pela Cia. E. Johnston, e sua diretoria é composta por 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) nomeados pela Itaúsa e 2 (dois) pela Cia. E. Johnston. O Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding é composto por, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 14 (catorze) membros. Atualmente, o Conselho de Administração é composto por 12 (doze) membros, sendo que 6 (seis) deles são nomeados conjuntamente pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston e, 2 (dois) deles são nomeados pela Itaúsa, devido à sua participação direta em nosso capital.

f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

As ações detidas pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston na IUPAR não poderão ser transferidas até 3 de novembro de 2018. Após esse período, se uma das partes decidir transferir as ações que detém na IUPAR, a outra parte poderá optar por (i) exercer seu direito de preferência e adquirir as ações, (ii) exercer seu direito de venda conjunta exatamente nos mesmos termos e condições, ou (iii) renunciar a ambos os direitos de preferência e venda conjunta. A Itaúsa pode transferir de livre vontade as ações do Itaú Unibanco Holding que forem de sua propriedade direta. Se as partes decidirem transferir conjuntamente a totalidade das ações que

detêm na IUPAR, a Itaúsa poderá exercer seu direito de venda conjunta, a fim de incluir a totalidade ou parte das ações que detem diretamente no Itaú Unibanco Holding.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Os conselheiros indicados pela Itaúsa e pela IUPAR votam conjuntamente.

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

Não há.

15.7 Outras informações relevantes

A quantidade de acionistas pessoas física e jurídica e de investidores institucionais informada no item 15.3 deste Formulário refere-se à data-base de 15.04.2014.

A quantidade de ações em circulação informada no item 15.3 deste Formulário refere-se à data-base 11.06.2014.

ITEM 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM e Resolução nº 3.750, de 30/06/2009, do CMN. Essas operações são efetuadas com valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

Em 22 de outubro de 2012, nosso Conselho de Administração aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas. A definição de parte relacionada está contida nessa política e inclui acionistas controladores e sociedades controladas e sob controle comum com Itaú Unibanco Holding S.A., bem como conselheiros e diretores, certos familiares desses indivíduos e quaisquer sociedades controladas, direta ou indiretamente, por tais pessoas. Nossa Política de Transações com Partes Relacionadas determina que qualquer transação envolvendo partes relacionadas deve ser celebrada observando igualdade e transparência, em consonância com as demais práticas adotadas pela administração do Itaú Unibanco Holding S.A. (tais como as diretrizes do nosso Código de Ética), ser celebradas por escrito e estarem claramente divulgadas nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco, conforme os critérios de materialidade trazidos pelas normas contábeis.

Quaisquer operações que atinjam, em um único contrato ou em contratos sucessivos ou com o mesmo fim, no período de um ano, valor igual ou superior a R$ 1.000.000,00, definidas como de Montante Significativo (exceto aquelas celebradas entre sociedades detidas integralmente, de forma direta ou indireta, pelo Itaú Unibanco Holding S.A.), são analisada por nossa Superintendência de Ética e Ombudsman e reportadas trimestralmente ao Conselho de Administração. Quaisquer operações que atinjam, em um único contrato ou em contratos sucessivos ou com o mesmo fim, no período de um ano, valor igual ou superior a 0,1% do nosso patrimônio líquido, definidas como de Montante Relevante (exceto aquelas celebradas entre sociedades detidas integralmente, de forma direta ou indireta, pelo Itaú Unibanco Holding S.A.), devem ser pré-analisadas por um comitê *ad hoc* formado por dois membros independentes do nosso Conselho de Administração e um membro do nosso Comitê de Auditoria, e subseqüentemente submetidas à aprovação pelo nosso Conselho de Administração.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) e a ITAÚSA, controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itautec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, UBB Prev – Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube A, entidades mantidas pelo Itaú Unibanco e controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse;
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., BSF Holding S.A. e MCC Securities Inc..

16.2. Informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas nos 3 últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente:

a) Nome das partes relacionadas

- Itaúsa Investimentos Itaú S.A. – Controlador
- Itaú Unibanco S.A. – Controlada
- Agência Grand Cayman - Controlada
- Itaú Corretora de Valores S.A. - Controlada
- Duratex S.A. – Controlada não financeira da Itaúsa, principal controladora do Itaú Unibanco Holding
- Itaúsa Empreendimentos S.A. – Controlada não financeira da Itaúsa, principal controladora do Itaú Unibanco Holding
- ITH Zux Cayman Company Ltd. – Controlada não financeira da Itaúsa, principal controladora do Itaú Unibanco Holding
- Itaú Gestão de Ativos S.A. – Controlada não financeira da Itaúsa , principal controladora do Itaú Unibanco Holding
- Banco Investcred Unibanco S.A., Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, Luizacred S.A. Soc. Créd. Financiamento Investimento, FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento Investimento, FIC Promotora de Vendas Ltda. – Entidades sob controle conjunto
- Porto Seguro S.A. - Coligada
- Elekeiroz S.A. – Controlada não financeira da Itaúsa, principal controladora do Itaú Unibanco Holding
- Itautec S.A. – Controlada não financeira da Itaúsa, principal controladora do Itaú Unibanco Holding
- UBB Prev - Previdência Complementar – Entidade fechada de previdência privada que administra planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding
- Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva Seguridade Social – Entidade fechada de previdência privada que administra planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding
- Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar – Entidade fechada de previdência privada que administra planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding
- FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado – Entidade fechada de previdência privada que administra planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding
- Instituto Itaú Cultural – entidade mantida pelo Itaú Unibanco e controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse
- Fundação Itaú Social – entidade mantida pelo Itaú Unibanco e controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse
- Instituto Unibanco de Cinema – entidade mantida pelo Itaú Unibanco e controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse
- Associação Clube “A” – entidade mantida pelo Itaú Unibanco e controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse

b) Relação das partes com o emissor

Veja itens a) e e).

c) Data da transação

Veja item e).

d) Objeto do contrato

- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
- Títulos e Valores Mobiliários
- Depósitos Interfinanceiros
- Operações Compromissadas
- Doações para investimentos nos projetos sociais de acordo com a Lei 8.313/91 art. 26
- Aluguéis pela utilização da estrutura comum
- Processamento de Dados: Assistência Técnica Especializada e Manutenção de Equipamentos
- Convênio de Rateio de Custos Comuns em função da utilização da estrutura comum

e) Montante envolvido no negócio

Controladora

R$ milhões

Nome da Parte Relacionada	Relação das partes com o emissor	Data da Transação	Objeto do Contrato	Montante envolvido no negócio	Saldo Existente	Resultado	Duração (Vencimento)	Montante correspondente de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir	Garantias e seguros relacionadas	Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Natureza e razões para a operação
Itaú Unibanco S.A.	Controlada	30/03/2012	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31.073,42	31.073,42	2.531,56	13/12/2032	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Aplicação
Agência Grand Cayman	Controlada	15/04/2010	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.994,12	6.994,12	417,30	15/04/2020	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Aplicação
Agência Grand Cayman	Controlada	24/01/2012	Títulos e Valores Mobiliários	11.942,58	11.942,58	599,79	13/05/2023	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Aplicação
Itaú Unibanco S.A.	Controlada	25/03/2013	Depósitos	(106,54)	(106,54)	(6,54)	20/03/2014	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Depósitos
Itaú Corretora de Valores S.A.	Controlada	01/01/2013	Prestação de Serviços	(0,27)	(0,27)	(3,16)	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Prestação de Serviços

Consolidado

R$ milhões

Nome da Parte Relacionada	Relação das partes com o emissor	Data da Transação	Objeto do Contrato	Montante envolvido no negócio	Saldo Existente	Resultado	Duração (Vencimento)	Montante correspondente de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir	Garantias e seguros relacionadas	Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Natureza e razões para a operação
Duratex S.A.	Controlada não financeira da ITAÚSA	1/1/2013	Depósitos	(1,09)	(1,09)	-	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Captação
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Controlada não financeira da ITAÚSA	30/12/2013	Obrigações por Operações Compromissadas	(65,99)	(65,99)	-	2/1/2014	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Captação
Duratex S.A.	Controlada não financeira da ITAÚSA	29/8/2012	Obrigações por Operações Compromissadas	(180,10)	(180,10)	(10,35)	1/6/2021	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Captação
Elekeiroz S.A.	Controlada não financeira da ITAÚSA	27/11/2012	Obrigações por Operações Compromissadas	(36,25)	(36,25)	(1,75)	1/10/2024	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Captação
Itautec S.A.	Controlada não financeira da ITAÚSA	30/12/2013	Obrigações por Operações Compromissadas	(4,19)	(4,19)	(1,78)	2/1/2014	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Captação
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Entidade fechada de previdência privada	1/1/2013	Valores a Receber a Sociedades Ligadas	(5,58)	(5,58)	33,09	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Prestação de Serviços
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	Entidade fechada de previdência privada	1/1/2013	Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(75,75)	(75,75)	-	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Prestação de Serviços
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	Controladora	1/1/2013	Prestação de Serviços	0,10	0,10	-	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Prestação de Serviços
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	Entidade fechada de previdência privada	1/1/2013	Prestação de Serviços	0,26	0,26	5,31	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Prestação de Serviços
Fundação Bemgeprev	Entidade fechada de previdência privada	1/1/2013	Prestação de Serviços	0,02	0,02		31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Prestação de Serviços
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	Controladora	1/1/2013	Despesas com Aluguéis	-	-	(1,50)	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Aluguel pela utilização da estrutura comum
Fundação Itaubanco	Entidade fechada de previdência privada	1/1/2013	Despesas com Aluguéis	-	-	(36,79)	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Aluguel pela utilização da estrutura comum
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	Entidade fechada de previdência privada	1/1/2013	Despesas com Aluguéis	-	-	(9,59)	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Aluguel pela utilização da estrutura comum
Instituto Itaú Cultural	Entidade sem fins lucrativos	1/1/2013	Despesas com Doações	-	-	(72,00)	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Doações para investimentos em projetos sociais
Associação Clube "A"	Entidade sem fins lucrativos	1/1/2013	Despesas com Doações	-	-	(1,31)	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Doações para investimentos em projetos sociais
Itautec S.A.	Controlada não financeira da ITAÚSA	1/1/2013	Despesas de Processamento de Dados	-	-	(267,71)	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Assistência técnica especializada e manutenção de equipamentos
Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA S.A.	Controladas	1/1/2013	Convênio de Rateio de Custos Comuns	-	-	(5,00)	31/12/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Utilização da estrutura comum

f) Saldo existente

Veja item e).

g) Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir

Não há.

h) Garantias e seguros relacionados

Não há.

i) Duração

Veja item e)

j) Condições de rescisão ou extinção

Não há.

k) Quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar ainda:

I - Natureza e razões para a operação
II - Taxa de juros cobrada

Não há.

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações, mencionados no item 16.2 acima, ocorridas no último exercício social: a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações consolidadas apresentadas no item 16.2, data-base 31/12/2013, entre o Itaú Unibanco Holding S.A. e partes relacionadas foram efetuadas a valores, taxas e prazos usuais de mercado, em condições de comutatividade e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo para as partes, destacando-se:

- Depósitos à Vista – não há remuneração;
- Depósitos Interfinanceiros – as taxas e prazos pactuados são similares às operações realizadas no mercado;
- Títulos e Valores Mobiliários – as taxas e prazos pactuados são similares às praticadas no mercado;
- Operação Compromissada – as taxas praticadas são similares às operações realizadas com terceiros;
- Despesas de Processamento de Dados (Itautec) – referem-se a despesas com assistência técnica especializada e manutenção de equipamentos, sendo praticados os preços similares de mercado;
- Doações – realizadas de acordo com os respectivos estatutos das entidades e projetos sociais a serem executados;
- Despesas de Aluguéis – de acordo com as práticas usuais de mercado, sofrendo reajuste anual pela variação do IGPM/FGV;
- Valores a Pagar a Sociedades Ligadas – ajuste de preço relativo à aquisição de investimento cuja variação é refletida de acordo com a oscilação do valor de mercado do investimento adquirido;
- Receitas / Despesas de Prestação de Serviços – serviços de custódia, corretagem e administração de carteiras;
- Convênio de Rateio de Custos Comuns – utilização da estrutura comum do conglomerado.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
29/04/2015	85.148.000.000,00		3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
29/04/2015	85.148.000.000,00		3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
29/04/2015	85.148.000.000,00		3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
29/04/2015	0,00		3.993.000.000	3.993.000.000	7.986.000.000

17.2 – Aumentos do Capital Social

Vide informações no item 17.5 deste Formulário.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Bonificação						
19/04/2013	2.289.286.400	2.281.649.700	4.570.936.100	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710
Bonificação						
23/04/2014	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681
Bonificação						
29/04/2015	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949

17.4 – Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro: Não houve redução do capital social.

17.5 – Outras Informações Relevantes

I – Informações complementares relativas às alterações no capital social da Companhia, ocorridas nos três últimos exercícios sociais.

Item 17.2 – Aumentos do capital social

Data da Deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data Emissão	Valor total do aumento	Qtde. de Valores Mobiliários Emitidos	Preço de emissão	Forma de integralização	Critério	Subscrição particular ou pública	% em relação ao último capital
19/04/2013	Assembleia Geral		R$ 15.000.000.000,00	EO 228.928.640 EP 228.164.970	32,816035	Capitalização de Reserva e Bonificação em Ações	N/A	N/A	33,33
23/04/2014	Assembleia Geral		R$ 15.000.000.000,00	EO 251.821.504 EP 250.981.467	29,832759	Capitalização de Reserva e Bonificação em Ações	N/A	N/A	25,00
29/04/2015	Assembleia Geral		R$ 10.148.000.000,00	EO 277.003.654 EP 276.079.614	18,348051	Capitalização de Reserva e Bonificação em Ações	N/A	N/A	13,53

II – Bonificação em Ações

Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2015, nossos acionistas aprovaram aumento do capital social no valor de R$ 10.148.000.000,00, passando este de R$ 75.000.000.000,00 para R$ 85.148.000.000,00, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros do Emissor.

O aumento do capital social será realizado com a emissão de 553.083.268 novas ações, sendo 277.003.654 ordinárias e 276.079.614 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos detentores de ações, a título de bonificação, na proporção de uma nova ação para cada dez ações possuídas, da mesma espécie, sendo que as ações mantidas em tesouraria também serão bonificadas. Não haverá alteração na política de distribuição de dividendos como consequência da referida aprovação. A operação depende de homologação pelo Banco Central do Brasil.

III – Grupamento e Simultâneo Desdobramento de Ações

Em 25 de abril de 2011, nossos acionistas aprovaram o grupamento de nossas ações ordinárias e preferenciais na proporção de 100 ações para 1 ação do mesmo tipo para ajustar nossa base acionária, a fim de reduzir custos administrativos e aprimorar a eficiência dos sistemas de registro de ações escriturais. Os nossos acionistas aprovaram também o simultâneo desdobramento de cada ação em 100 ações, o que manterá o preço de mercado de nossas ações em um patamar adequado para garantir liquidez. A operação, que foi homologada pelo Banco Central, foi concluída em 21 de novembro de 2011.

IV – Bonificação em Ações

Em assembleia geral extraordinária realizada em 23 de abril de 2014, nossos acionistas aprovaram aumento do capital social no valor de R$ 15.000.000.000,00, passando este de R$ 60.000.000.000,00 para R$ 75.000.000.000,00, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros do Emissor.

O aumento do capital social será realizado com a emissão de 502.802.971 novas ações, sendo 251.821.504 ordinárias e 250.981.467 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos detentores de ações, a título de bonificação, na proporção de uma nova ação para cada dez ações possuídas, da mesma espécie, sendo que as ações mantidas em tesouraria também serão bonificadas. Não haverá alteração na política de distribuição de dividendos como consequência da referida aprovação. A operação foi homologada pelo Banco Central em 19 de maio de 2014.

ITEM 18 - VALORES MOBILIÁRIOS

18.1. Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag Along	80 %
Direito a dividendos	Os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal. As ações preferenciais conferem aos seus titulares, prioritariamente, o pagamento de dividendo mínimo anual de R$ 0,022 por ação, não cumulativo e ajustado em casos de desdobramento ou grupamento. Após o pagamento do dividendo prioritário devido às ações preferenciais, será pago às ações ordinárias dividendo de R$ 0,022 por ação, não cumulativo e ajustado em casos de desdobramento ou grupamento.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação do emissor, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações do emissor. Nos termos dos artigos 45 e 137 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas dissidentes de deliberações tomadas em assembleia geral poderão exercer seu direito de retirada, mediante reembolso do valor de suas ações, e nesses casos, o reembolso terá como base o valor patrimonial da ação.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há requisitos no estatuto social adicionais aos existentes em lei para que sejam alterados os direitos assegurados pelos valores mobiliários emitidos pelo emissor.
Outras características relevantes	Não há.

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag Along	80 %
Direito a dividendos	Os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal. As ações preferenciais conferem aos seus titulares, prioritariamente, o pagamento de dividendo mínimo anual de R$ 0,022 por ação, não cumulativo e ajustado em casos de desdobramento ou grupamento. Após o pagamento do dividendo prioritário devido às ações preferenciais, será pago às ações ordinárias dividendo de R$ 0,022 por ação, não cumulativo e ajustado em casos de desdobramento ou grupamento.
Direito a voto	Sem Direito (Exceção nos termos do artigo 111, §1º, da Lei das Sociedades por Ações)
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação do emissor, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações do emissor. Nos termos dos artigos 45 e 137 da Lei das Sociedades por Ações os acionistas dissidentes de deliberações tomadas em assembleia geral poderão exercer seu direito de retirada, mediante reembolso do valor de suas ações, e nesses casos, o reembolso terá como base o valor patrimonial da ação.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há requisitos no estatuto social adicionais aos existentes em lei para que sejam alterados os direitos assegurados pelos valores mobiliários emitidos pelo emissor.
Outras características relevantes	Não há.

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há.

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há.

18.4. Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

2013

Trimestre	Valor Mobiliário	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/13	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 17.804.402.662	R$ 33,66	R$ 29,92	R$ por unidade
30/06/13	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 21.684.079.154	R$ 33,44	R$ 27,31	R$ por unidade
30/09/13	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 21.771.379.155	R$ 32,78	R$ 25,84	R$ por unidade
31/12/13	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 18.285.950.232	R$ 34,71	R$ 30,54	R$ por unidade
31/03/13	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 504.856.255	R$ 33,31	R$ 28,27	R$ por unidade
30/06/13	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 389.670.905	R$ 33,02	R$ 27,85	R$ por unidade
30/09/13	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 212.253.152	R$ 31,45	R$ 26,60	R$ por unidade
31/12/13	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 189.536.879	R$ 32,84	R$ 28,35	R$ por unidade

2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/12	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 16.891.847.440	R$ 38,94	R$ 33,50	R$ por unidade
30/06/12	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 19.578.111.951	R$ 35,58	R$ 26,73	R$ por unidade
30/09/12	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 18.689.491.909	R$ 35,60	R$ 27,55	R$ por unidade
31/12/12	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 15.239.283.801	R$ 34,47	R$ 28,19	R$ por unidade
31/03/12	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 443.515.656	R$ 33,30	R$ 27,63	R$ por unidade
30/06/12	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 383.615.183	R$ 30,93	R$ 24,30	R$ por unidade
30/09/12	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 347.499.397	R$ 30,34	R$ 24,59	R$ por unidade
31/12/12	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 328.952.263	R$ 32,44	R$ 25,72	R$ por unidade

2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/11	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 15.431.725.536	R$ 40,65	R$ 34,17	R$ por unidade
30/06/11	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 14.403.746.267	R$ 39,47	R$ 34,00	R$ por unidade
30/09/11	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 20.802.937.277	R$ 36,89	R$ 25,15	R$ por unidade
31/12/11	Ações	Preferencial	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 16.565.346.971	R$ 34,97	R$ 27,51	R$ por unidade
31/03/11	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 631.355.713	R$ 32,14	R$ 27,76	R$ por unidade
30/06/11	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 522.977.811	R$ 32,63	R$ 28,90	R$ por unidade
30/09/11	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 413.841.261	R$ 31,04	R$ 21,51	R$ por unidade
31/12/11	Ações	Ordinária	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A.	R$ 301.182.834	R$ 29,41	R$ 24,20	R$ por unidade

18.5. Descrever outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações, indicando:

Os outros valores mobiliários emitidos pelo Itaú Unibanco Holding S.A. estão descritos no item 18.10.

18.6 – Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações do Itaú Unibanco foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA em 24 de março de 2003, em substituição aos valores mobiliários de emissão do ITAUBANCO, que eram negociados desde 20 de outubro de 1944.

Reforçando nossos compromissos históricos com a transparência, a governança corporativa e o fortalecimento do mercado de capitais, o Itaú Unibanco está entre as primeiras empresas que aderiram voluntariamente ao Índice de Governança Corporativa Diferenciada da BM&FBOVESPA – Nível I em 22 de junho de 2001.

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:

	ITUB (ADS - American Depositary Share)	**ITUB4** (CEDEAR - Certificados de Depósitos Argentinos)	**Medium-Term Note Programme - Notas Série N.º 1**
a. país	Estados Unidos da América	Argentina	Grão-Ducado de Luxemburgo
b. mercado	Bolsa de Valores de Nova Iorque	Bolsa de Comércio de Buenos Aires	Bolsa de Valores de Luxemburgo
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação	U.S. Securities and Exchange Commission	Comisión Nacional de Valores	Commission de Surveillance du Secteur Financier
d. data de admissão à negociação	31 de maio de 2001	28 de abril de 1998	A depender da emissão.
e. se houver, indicar o segmento de negociação	Nível II	-	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação	21 de fevereiro de 2002	28 de abril de 1998	A depender da emissão.
g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício	51% (1)	0%	N/A
h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações	37% (2)	0,001%(2)	N/A
i. se houver, banco depositário	The Bank of New York Mellon	Banco Itaú Buen Ayre	The Bank of New York Mellon
j. se houver, instituição custodiante	Itaú Unibanco Holding S.A.	Itaú Unibanco Holding S.A.	The Bank of New York Mellon

(1) Volume de negociações total de ADSs em relação ao volume total de ações preferenciais negociado no ano de 2013.

(2) Saldo ADSs ou CEDEARs em circulação em relação ao Capital Social em ações preferenciais em circulação em 31 de dezembro de 2013.

Nos Estados Unidos

Nossas ações preferenciais são negociadas na NYSE, com o símbolo ITUB, na forma de American Depositary Shares (ADSs), desde 21 de fevereiro de 2002, de acordo com as exigências da NYSE e da SEC. Estas exigências incluem a divulgação das demonstrações contábeis em IFRS, a partir de 2011, e o atendimento às exigências da legislação dos EUA, inclusive a lei Sarbanes-Oxley de 2002.

Cada ADS representa uma ação preferencial. As ADSs são evidenciadas por American Depository Receipts (ADRs) ,emitidas pelo The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário, nos termos do contrato de depósito datado de 31 de maio de 2001, e alterações posteriores.

O investidor pode deter as ADSs diretamente, registradas em seu nome, ou indiretamente, por meio de uma corretora ou outra instituição financeira. Os detentores das nossas ADSs não possuem os mesmos direitos que os nossos acionistas, sendo o depositário o proprietário das ações correspondentes no Brasil. O contrato de depósito determina os direitos e obrigações dos detentores de ADS e é regido pela legislação de Nova Iorque.

Na hipótese de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito anteriormente, têm direito de preferência apenas na subscrição de novas ações preferenciais emitidas. Na hipótese de um aumento de capital, que reduza a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito anteriormente, têm direito de preferência nas ações preferenciais, na proporção das suas participações e nas ações ordinárias somente até o limite necessário para evitar diluição de suas participações.

Na Argentina

Emitimos também Certificados de Depósitos Argentinos – CEDEAR, que representam ações de empresas estrangeiras negociadas na Argentina. Os nossos CEDEAR estão vinculados às nossas ações preferenciais, e são negociados na Bolsa de Comércio de Buenos Aires – BCBA, uma associação privada autorregulamentada, sem fins lucrativos.

A BCBA é responsável pelo registro dos negócios e a publicação das cotações e dos volumes das operações. A sua autoridade de fiscalização permite, entre outras medidas, a suspensão do pregão sempre que o considere necessário para controlar ou prevenir variações anormais nas cotações.

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve.

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Oferta Pública de aquisição de Ações da Redecard

Em 07 de fevereiro de 2012, o Itaú Unibanco Holding anunciou sua intenção de adquirir, diretamente ou por meio de suas controladas, as ações dos acionistas não controladores da Redecard S.A (“Redecard”), por meio de oferta pública para aquisição de ações (“OPA”), visando o cancelamento de registro de companhia de capital aberto da Redecard perante a CVM. A OPA foi destinada à aquisição das ações ordinárias de emissão da Redecard correspondentes a aproximadamente 50% do seu capital social total. Em 12 de abril de 2012, o Itaú Unibanco Holding confirmou que o preço a ser pago em dinheiro seria de R$ 35,00 por ação ("Preço OPA"). A OPA foi concluída com sucesso em 24 de setembro de 2012.

Como resultado do leilão, o Itaú Unibanco Holding adquiriu, através de sua controlada Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda. (“Banestado”), 298.989.137 ações ordinárias da Redecard,

representativas de 44,4% do seu capital social, passando a deter 94,4% do capital social total da Redecard. Em 18 de outubro de 2012, o registro da Redecard como companhia de capital aberto foi cancelado. Em dezembro de 2012, o emissor passou a deter, por meio de suas controladas, a totalidade das ações da Redecard. As ações foram adquiridas pelo Preço OPA, totalizando um valor de R$ 11.752 milhões (incluindo o leilão). A diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas minoritários foi reconhecida diretamente do Patrimônio Líquido Consolidado na rubrica Reservas de Lucros no valor de R$ 11.151 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2012, que líquido de impostos corresponde a R$ 7.360 milhões. Para mais informações, veja a nota explicativa 2-c das Demonstrações Financeiras.

18.10 – Outras informações julgadas relevantes

Texto referente ao item 18.5. Descrever outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações, indicando:

Programa de Notas do Itaú Unibanco Holding S.A. (*Medium-Term Note Programme*)

Em 29 de março de 2010 foi lançado o Programa de Notas de Médio Prazo (“Programa”) da Itaú Unibanco Holding S.A.,atuando pela sua sede no Brasil ou por meio de sua agência nas Ilhas Cayman (“Emissora”). Abaixo se encontram os descritivos da: (i) primeira emissão de Notas Subordinadas; (ii) segunda emissão de Notas Subordinadas; (iii) terceira emissão de Notas quirografárias; (iv) reabertura da segunda emissão de Notas Subordinadas; (v) quarta emissão de Notas Subordinadas; (vi) reabertura da quarta emissão de Notas Subordinadas; (vii) quinta emissão de Notas Subordinadas; (viii) sexta emissão de Notas Subordinadas; e (ix) sétima emissão de Notas Subordinadas, todas emitidas no âmbito do Programa.

a. **Identificação do Valor Mobiliário**: *Medium-Term Notes* (“Notas”)

b. **Quantidade**: 01 Nota Global no Valor Principal do item (c) abaixo que pode ser fracionada em denominação mínima de US 100.000,00 e múltiplos inteiros de US$ 1.000,00 em diante.

c. **Valor**: US$1.000.000.000,00

d. **Data de emissão**: 15 de abril de 2010.

e. **Restrições à Circulação**:

As Notas são ofertadas unicamente nos termos da Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América (“Regra 144A” e “*Securities Act*”) e da *Regulation S* do *Securities Act* (“*Regulation S*”), de modo que os adquirentes das Notas devem declarar determinadas condições, incluindo, mas não se limitando a, declarações de que são Investidores Qualificados (*Qualified Institutional Buyers*), nos termos da Regra 144A ou Non-US Persons, nos termos da *Regulation S*, e de que entendem que as Notas não foram registradas nos termos do *Securities Act.*

A negociação secundária das Notas, ou de qualquer direito atinente a elas, dependerá da entrega, pelo vendedor, de uma declaração ao agente de transferência (*transfer agent*) de cumprimento da legislação aplicável às Notas.

f. **Conversibilidade**: Não há.

g. **Possibilidade de Resgate**: Sim, conforme abaixo.

Hipóteses de Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil (caso exigida no momento do resgate), as Notas Subordinadas serão resgatadas, por opção da Emissora, sempre na sua totalidade e a qualquer tempo, desde que com prévia notificação aos titulares das Notas e observadas determinadas condições de natureza tributária.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: Condicionada à prévia autorização do Banco Central do Brasil (caso ela seja necessária no momento do resgate), a Emissora poderá resgatar as Notas Subordinadas, na sua totalidade, mediante prévia notificação aos titulares de Notas Subordinadas, ocorra um Evento Regulatório. Evento Regulatório é definido como a notificação escrita da autoridade brasileira, dispondo que as Notas Subordinadas não se enquadram como Nível II do Patrimônio de Referência.

As Notas Subordinadas não poderão ser resgatadas antecipadamente por opção dos titulares.

Em todas as hipóteses acima, as Notas Subordinadas serão canceladas.

Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

h. **Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável**:

Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado

O vencimento das Notas é em 15 de abril de 2020.

Se algum dos seguintes eventos ocorrer (cada um deles um “Evento de Default”) e tal ocorrência subsistir no tempo, o agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares das Notas, se assim for instruído por, no mínimo, titulares de 1/3 (um terço) – calculado pelo valor nominal das Notas – ou caso assim seja instruído por uma deliberação extraordinária dos titulares das Notas deverá comunicar a Emissora sobre o vencimento antecipado das Notas, cujo pagamento se tornará imediatamente exigível, observados os termos de cálculo do valor de pagamento antecipado (*early redemption amount*).

Caso (i) a Emissora seja dissolvida (exceto quando em conexão com uma fusão ou reorganização societária não envolvendo falência ou insolvência e desde que a sucessora legal da Emissora assuma as obrigações oriundas das Notas); (ii) suspenda o pagamento ou fique impossibilitada de honrar os pagamentos de suas

dívidas; (iii) proponha plano de recuperação judicial ou falência ou promova qualquer outra ação que implique em alteração na condição de pagamento de suas dívidas; ou (iv) caso sejam propostas medidas falimentares por terceiros contra a Emissora, e desde que tais ações não sejam suspensas no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua propositura.

No entanto, a Emissora apenas será obrigada a pagar os valores devidos se for declarada falida, tenha sido dissolvida ou suspenda ou fique impossibilitada de efetuar os pagamentos de todas, ou parte substancial de seus passivos, sendo certo que o pagamento das Notas Subordinadas deverá observar o núcleo de subordinação.

Juros:

As Notas Subordinadas tem taxa de juros pré-fixada (*fixed rate notes*) em 6,20% ao ano.

Os pagamentos de principal e de juros serão feitos pelo The Bank of New York Mellon, agência de Londres e Luxemburgo.

Os juros incidirão sobre o valor nominal de cada Nota, desde o dia da emissão das Notas e serão devidos semestralmente.

Garantias: Não há. Notas Subordinadas. Na hipótese de liquidação, os detentores das Notas receberão após todos os demais credores especiais, com garantias reais e demais credores quirografários serem atendidos.

Espécie: Subordinadas. Ver item "J" – Outras características relevantes.
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- ***à distribuição de dividendos***: Não há.
- ***à alienação de determinados ativos:*** Não há.
- ***à contratação de novas dívidas:*** Não há.
- ***à emissão de novos valores mobiliários:*** Não há.

o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: The Bank of New York Mellon atuará como agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, nos termos da escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, conforme aditado de tempos em tempos. O contrato prevê a indenização do agente fiduciário e limitações aos seus deveres e poderes. O agente fiduciário e suas afiliadas podem concluir operações com o emissor e com suas afiliadas, sem aferição de lucro.

---

i. **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**:

Algumas modificações podem ser feitas nos termos e condições das Notas Subordinadas, sem o consentimento dos seus titulares, tais como: (i) correções de pequena importância; (ii) que sejam meramente de forma ou de natureza técnica; (iii) que sejam feitas para corrigir erro manifesto; (iv) que sejam feitas para corrigir alguma ambigüidade ou inconsistência; (v) que sejam feitas em consonância com uma reorganização societária permitida; (vi) para efetuar qualquer outra modificação que não afete materialmente os direitos dos titulares de Notas Subordinadas. As modificações serão informadas aos titulares das Notas Subordinadas pelo agente fiduciário o mais rápido possível.

Adicionalmente, a Emissora poderá alterar os termos e condições aplicáveis às Notas Subordinadas, uma vez para cada série, unicamente para atender a qualquer requisito imposto pelo Banco Central do Brasil, de modo que as Notas Subordinadas possam ser consideradas como integrantes do Nível II do Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007 ("Resolução 3.444"), conforme alterada de tempos em tempos. A Emissora não poderá fazer qualquer alteração que implique na modificação, em qualquer grau, da taxa de juros das Notas Subordinadas, o valor em circulação de tais Notas, as datas de pagamento de juros e sua incidência exponencial, a data de vencimento originalmente pactuada, e a subordinação de tais Notas.

---

j. **Outras características relevantes**:

As Notas Subordinadas são obrigações diretas, sem garantia e subordinadas da Emissora e serão subordinadas em preferência de pagamento a todos os demais passivos da Emissora (exceto às obrigações para com os acionistas). As Notas Subordinadas deverão ranquear, a qualquer tempo, *pari passu* entre si, sem qualquer preferência e deverão, a qualquer tempo e salvo determinadas exceções eventualmente previstas na legislação, ter a mesma preferência de pagamento de todas as atuais e futuras obrigações subordinadas e sem garantia da Emissora, nos termos da Resolução 3.444.

As Notas Subordinadas são constituídas por meio de uma escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de agente fiduciário

(*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, conforme aditado de tempos em tempos. Cada emissão de Notas será complementada por meio da emissão dos Termos Finais (*Final Terms*), no modelo acordado entre Emissora e o *Trustee*.

As Notas Subordinadas são emitidas de forma exclusivamente escritural.

As Notas Subordinadas foram ofertadas por um sindicato de *Dealers* da operação, nos termos do Contrato de Intermediação (*Dealer Agreement*), datado de 29 de março de 2010, conforme aditado de tempos em tempos.

Os *Dealers* desta emissão são: Banco Itaú Europa S.A. – London Branch; Goldman Sachs & Co. e Morgan Stanley & Co. Incorporated. Os *Dealers* poderão ser alterados a qualquer tempo pela Emissora.

Foi obtida autorização da Bolsa de Valores de Luxemburgo para que as Notas emitidas no âmbito do Programa sejam admitidas à negociação no mercado Euro MTF, administrado por essa bolsa, por um período de 12 (doze) meses contados a partir de 29 de março de 2010. O primeiro dia de listagem das Notas foi em 15 de abril de 2010.

As Notas não foram objeto de registro nos termos do *Securities Act* , e foram ofertadas unicamente: (i) nos Estados Unidos da América para Investidores Qualificados, conforme definidos na Regra 144A; e (ii) em qualquer outro país para *Non-US Persons*, de acordo com a definição do *Regulation S* do *Securities Act*. Ver item “E – Restrições à Circulação”.

Não houve, e não haverá, qualquer esforço de distribuição pública das Notas, de modo que não foi registrada oferta pública de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários, nem em qualquer outro órgão similar em outro país. As Notas não serão emitidas, colocadas, distribuídas, ofertadas ou negociadas no mercado de capitais brasileiro.

As Notas e todos os documentos relativos ao Programa serão governados pelas leis inglesas e as cortes da Inglaterra são as competentes para dirimir controvérsias oriundas do Programa e das Notas emitidas em seu âmbito.

Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil e à observância dos limites operacionais e de capital previstos no item abaixo, a Emissora (ou alguma de suas subsidiárias) poderá, a qualquer tempo e a qualquer preço, recomprar Notas Subordinadas no mercado secundário ou de qualquer outro modo, desde que observadas as condições do núcleo de subordinação. As Notas Subordinadas adquiridas desta maneira, não darão direito à Emissora de participar das assembleias gerais de titulares de Notas Subordinadas e tampouco serão computadas para cálculo do quorum das assembleias.

Qualquer pagamento de principal e de juros das Notas Subordinadas poderá ser adiado, caso: (i) seja constatado pela Emissora que ela está, ou que o pagamento de tais valores possa ocasionar, um desenquadramento com as regras de adequação de capital e limites operacionais previstos na Resolução 3.444 ou Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional; ou (ii) os seus índices financeiros caiam abaixo do mínimo exigido pela regulação aplicável à Emissora.

2ª Emissão

a. **Identificação do Valor Mobiliário**: *Medium-Term Notes* (“Notas”)

b. **Quantidade**: 01 Nota Global no Valor Principal do item (c) abaixo que pode ser fracionada em denominação mínima de US 100.000,00 e múltiplos inteiros de US$ 1.000,00 em diante.

c. **Valor**: US$1.000.000.000,00

d. **Data de emissão**: 23 de setembro de 2010.

e. **Restrições à Circulação**:
As Notas são ofertadas unicamente nos termos da Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América (“Regra 144A” e “*Securities Act*”) e da *Regulation S* do *Securities Act* (“*Regulation S*”), de modo que os adquirentes das Notas devem declarar determinadas condições, incluindo, mas não se limitando a, declarações de que são Investidores Qualificados (*Qualified Institutional Buyers*), nos termos da Regra 144A ou Non-US Persons, nos termos da *Regulation S*, e de que entendem que as Notas não foram registradas nos termos do *Securities Act.*
A negociação secundária das Notas, ou de qualquer direito atinente a elas, dependerá da entrega, pelo vendedor, de uma declaração ao agente de transferência (*transfer agent*) de cumprimento da legislação aplicável às Notas.

f. **Conversibilidade**: Não há.

g. **Possibilidade de Resgate**: Sim, conforme abaixo.
Hipóteses de Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil (caso exigida no momento do resgate), as Notas Subordinadas serão resgatadas, por opção da Emissora, sempre na sua totalidade e a qualquer tempo, desde que com prévia notificação aos titulares das Notas e observadas determinadas condições de natureza tributária.
Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: Condicionada à prévia autorização do Banco Central do Brasil (caso ela seja necessária no momento do resgate), a Emissora poderá resgatar as Notas Subordinadas, na sua totalidade, mediante prévia notificação aos titulares de Notas Subordinadas, ocorra um Evento Regulatório. Evento Regulatório é definido como a notificação escrita da autoridade brasileira, dispondo que as Notas Subordinadas não se enquadram como Nível II do Patrimônio de Referência.
As Notas Subordinadas não poderão ser resgatadas antecipadamente por opção dos titulares.
Em todas as hipóteses acima, as Notas Subordinadas serão canceladas.
Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate:
Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.
Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

h. **Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável**:
Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
O vencimento das Notas é em 22 de janeiro de 2021.
Se algum dos seguintes eventos ocorrer (cada um deles um "Evento de Default") e tal ocorrência subsistir no tempo, o agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares das Notas, se assim for instruído por, no mínimo, titulares de 1/3 (um terço) – calculado pelo valor nominal das Notas – ou caso assim seja instruído por uma deliberação extraordinária dos titulares das Notas deverá comunicar a Emissora sobre o vencimento antecipado das Notas, cujo pagamento se tornará imediatamente exigível, observados os termos de cálculo do valor de pagamento antecipado (*early redemption amount*).

Caso (i) a Emissora seja dissolvida (exceto quando em conexão com uma fusão ou reorganização societária não envolvendo falência ou insolvência e desde que a sucessora legal da Emissora assuma as obrigações oriundas das Notas); (ii) suspenda o pagamento ou fique impossibilitada de honrar os pagamentos de suas dívidas; (iii) proponha plano de recuperação judicial ou falência ou promova qualquer outra ação que implique em alteração na condição de pagamento de suas dívidas; ou (iv) caso sejam propostas medidas falimentares por terceiros contra a Emissora, e desde que tais ações não sejam suspensas no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua propositura.
No entanto, a Emissora apenas será obrigada a pagar os valores devidos se for declarada falida, tenha sido dissolvida ou suspenda ou fique impossibilitada de efetuar os pagamentos de todas, ou parte substancial de seus passivos, sendo certo que o pagamento das Notas Subordinadas deverá observar o núcleo de subordinação.
Juros:
As Notas Subordinadas tem taxa de juros pré-fixada (*fixed rate notes*) em 5,75% ao ano.
Os pagamentos de principal e de juros serão feitos pelo The Bank of New York Mellon, agência de Londres e Luxemburgo.
Os juros incidirão sobre o valor nominal de cada Nota, desde o dia da emissão das Notas e serão devidos semestralmente em 22 de janeiro e 22 de julho, com início em 22 de janeiro de 2011.
Garantias: Não há. Notas Subordinadas. Na hipótese de liquidação, os detentores das Notas receberão após todos os demais credores especiais, com garantias reais e demais credores quirografários serem atendidos.
Espécie: Subordinadas. Ver item "J" – Outras características relevantes.
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- ***à distribuição de dividendos***: Não há.
- ***à alienação de determinados ativos:*** Não há.
- ***à contratação de novas dívidas:*** Não há.
- ***à emissão de novos valores mobiliários:*** Não há.

o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: The Bank of New York Mellon atuará como agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, nos termos da escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, conforme aditado de tempos em tempos. O contrato prevê a indenização do agente fiduciário e limitações aos seus deveres e poderes. O agente fiduciário e suas afiliadas podem concluir operações com o emissor e com suas afiliadas, sem aferição de lucro.

i. **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**:
Algumas modificações podem ser feitas nos termos e condições das Notas Subordinadas, sem o consentimento dos seus titulares, tais como: (i) correções de pequena importância; (ii) que sejam meramente de forma ou de natureza técnica; (iii) que sejam feitas para corrigir erro manifesto; (iv) que sejam feitas para corrigir alguma ambigüidade ou inconsistência; (v) que sejam feitas em consonância

com uma reorganização societária permitida; (vi) para efetuar qualquer outra modificação que não afete materialmente os direitos dos titulares de Notas Subordinadas. As modificações serão informadas aos titulares das Notas Subordinadas pelo agente fiduciário o mais rápido possível.
Adicionalmente, a Emissora poderá alterar os termos e condições aplicáveis às Notas Subordinadas, uma vez para cada série, unicamente para atender a qualquer requisito imposto pelo Banco Central do Brasil, de modo que as Notas Subordinadas possam ser consideradas como integrantes do Nível II do Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007 ("Resolução 3.444"), conforme alterada de tempos em tempos. A Emissora não poderá fazer qualquer alteração que implique na modificação, em qualquer grau, da taxa de juros das Notas Subordinadas, o valor em circulação de tais Notas, as datas de pagamento de juros e sua incidência exponencial, a data de vencimento originalmente pactuada, e a subordinação de tais Notas.

j. **Outras características relevantes**: As Notas Subordinadas são obrigações diretas, sem garantia e subordinadas da Emissora e serão subordinadas em preferência de pagamento a todos os demais passivos da Emissora (exceto às obrigações para com os acionistas). As Notas Subordinadas deverão ranquear, a qualquer tempo, *pari passu* entre si, sem qualquer preferência e deverão, a qualquer tempo e salvo determinadas exceções eventualmente previstas na legislação, ter a mesma preferência de pagamento de todas as atuais e futuras obrigações subordinadas e sem garantia da Emissora, nos termos da Resolução 3.444.

As Notas Subordinadas são constituídas por meio de uma escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, conforme aditado de tempos em tempos. Cada emissão de Notas será complementada por meio da emissão dos Termos Finais (*Final Terms*), no modelo acordado entre Emissora e o *Trustee*.

As Notas Subordinadas são emitidas de forma exclusivamente escritural.

As Notas Subordinadas foram ofertadas por um sindicato de *Dealers* da operação, nos termos do Contrato de Intermediação (*Dealer Agreement*), datado de 29 de março de 2010, conforme aditado de tempos em tempos.

Os *Dealers* desta emissão são: Banco Itaú Europa S.A. – London Branch; Deutsche Bank Securities, Inc., e JP Morgan Securities LLC. Foi obtida autorização da Bolsa de Valores de Luxemburgo para que as Notas emitidas no âmbito do Programa sejam admitidas à negociação no mercado Euro MTF, administrado por essa bolsa, por um período de 12 (doze) meses contados a partir de 29 de março de 2010. O primeiro dia de listagem das Notas foi em 23 de setembro de 2010.

As Notas não foram objeto de registro nos termos do *Securities Act*, e foram ofertadas unicamente: (i) nos Estados Unidos da América para Investidores Qualificados, conforme definidos na Regra 144A; e (ii) em qualquer outro país para *Non-US Persons*, de acordo com a definição do *Regulation S* do *Securities Act*. Ver item "E – Restrições à Circulação".

Não houve, e não haverá, qualquer esforço de distribuição pública das Notas, de modo que não foi registrada oferta pública de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários, nem em qualquer outro órgão similar em outro país. As Notas não serão emitidas, colocadas, distribuídas, ofertadas ou negociadas no mercado de capitais brasileiro.

As Notas e todos os documentos relativos ao Programa serão governados pelas leis inglesas e as cortes da Inglaterra são as competentes para dirimir controvérsias oriundas do Programa e das Notas emitidas em seu âmbito.

Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil e à observância dos limites operacionais e de capital previstos no item abaixo, a Emissora (ou alguma de suas subsidiárias) poderá, a qualquer tempo e a qualquer preço, recomprar Notas Subordinadas no mercado secundário ou de qualquer outro modo, desde que observadas as condições do núcleo de subordinação. As Notas Subordinadas adquiridas desta maneira, não darão direito à Emissora de participar das assembleias gerais de titulares de Notas Subordinadas e tampouco serão computadas para cálculo do quorum das assembleias.

Qualquer pagamento de principal e de juros das Notas Subordinadas poderá ser adiado, caso: (i) seja constatado pela Emissora que ela está, ou que o pagamento de tais valores possa ocasionar, um desenquadramento com as regras de adequação de capital e limites operacionais previstos na Resolução 3.444 ou Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional; ou (ii) os seus índices financeiros caiam abaixo do mínimo exigido pela regulação aplicável à Emissora.

3ª Emissão

a. **Identificação do Valor Mobiliário**: *Medium-Term Senior Notes* (“Notas”)

b. **Quantidade**: 01 Nota Global no Valor Principal do item (c) abaixo que pode ser fracionada em denominação mínima de US 100.000,00 e múltiplos inteiros de US$ 1.000,00 em diante.

c. **Valor**: BRL500.000.000,00

d. **Data de emissão**: 23 de novembro de 2010.

e. **Restrições à Circulação**:

As Notas são ofertadas unicamente nos termos da Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América (“Regra 144A” e “*Securities Act*”) e da *Regulation S* do *Securities Act* (“*Regulation S*”), de modo que os adquirentes das Notas devem declarar determinadas condições, incluindo, mas não se limitando a, declarações de que são Investidores Qualificados (*Qualified Institutional Buyers*), nos termos da Regra 144A ou Non-US Persons, nos termos da *Regulation S*, e de que entendem que as Notas não foram registradas nos termos do *Securities Act.*

A negociação secundária das Notas, ou de qualquer direito atinente a elas, dependerá da entrega, pelo vendedor, de uma declaração ao agente de transferência (*transfer agent*) de cumprimento da legislação aplicável às Notas.

f. **Conversibilidade**: Não há.

g. **Possibilidade de Resgate**: Sim, conforme abaixo.

Hipóteses de Resgate:

Resgate antecipado de Notas por motivos fiscais: As Notas serão resgatadas, por opção da Emissora, sempre na sua totalidade e a qualquer tempo, desde que com prévia notificação aos titulares das Notas e observadas determinadas condições de natureza tributária.

As Notas não poderão ser resgatadas antecipadamente por opção dos titulares.

Na hipótese acima, as Notas serão canceladas.

Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate:

Resgate antecipado de Notas por motivos fiscais: 100% do Valor denominado de US$1.000,00, calculado utilizando-se, para conversão dos valores denominados em reais para dólares norte-americanos a taxa de conversão BRL/US$, conforme calculada pelo Banco Central do Brasil e divulgada no sistema SISBACEN, transação PTAX800, opção 5 (“PTAX”).

h. **Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável**:

Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado

O vencimento das Notas é em 23 de novembro de 2015.

Se algum dos seguintes eventos ocorrer (cada um deles um “Evento de Default”) e tal ocorrência subsistir no tempo, o agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares das Notas, se assim for instruído por, no mínimo, titulares de 1/3 (um terço) – calculado pelo valor nominal das Notas – ou caso assim seja instruído por uma deliberação extraordinária dos titulares das Notas deverá comunicar a Emissora sobre o vencimento antecipado das Notas, cujo pagamento se tornará imediatamente exigível, observados os termos de cálculo do valor de pagamento antecipado (*early redemption amount*).

Caso a Emissora **(a)** suspenda o pagamento do valor principal e/ou juros em relação às Notas nas datas em que forem devidos, exceto, no caso de valores de principal, se tal não pagamento subsista por um período de 3 dias e, no caso de juros, por um período de 10 dias; **(b)** deixe de cumprir uma ou mais de suas outras obrigações materiais definidas para a respectiva série ou conforme previstas no *Trust Deed* e tal inadimplemento subsista por um período de 30 dias após recebimento de comunicação escrita de tal descumprimento pelo *Trustee*; **(c)** (i) vencimento antecipado de qualquer Endividamento da Emissora ou de qualquer subsidiária relevante e tal vencimento tenha durado no mínimo 2 dias úteis, ou (ii) qualquer não pagamento de valores oriundos de Endividamento da Emissora e tal não pagamento perdure por no mínimo 2 dias úteis; **(d)** (i) seja dissolvida (exceto quando em conexão com uma fusão ou reorganização societária não envolvendo falência ou insolvência e desde que a sucessora legal da Emissora assuma as obrigações oriundas das Notas); (ii) suspenda o pagamento ou fique impossibilitada de honrar os pagamentos de suas dívidas; (iii) proponha plano de recuperação judicial ou falência ou promova qualquer outra ação que implique em alteração na condição de pagamento de suas dívidas; ou (iv) caso sejam propostas medidas falimentares por terceiros contra a Emissora, e desde que tais ações não sejam suspensas no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua propositura.

Em qualquer dos casos (a), (b) e (c), acima, apenas ocorrerá o evento de inadimplemento caso o valor agregado do Endividamento em questão, a respeito dos quais tenha ocorrido qualquer dos eventos previstos nos itens acima, seja igual ou superior ao valor equivalente a 0,8% do patrimônio de referência da Emissora, de acordo com o trimestre fiscal mais recente.

Titulares de Notas representando dois terços do Valor Nominal total das Notas afetadas pelos eventos acima poderão, após a comunicação de vencimento antecipado, revogar tal vencimento antecipado.

Juros:

As Notas tem taxa de juros pré-fixada (*fixed rate notes*) em 10,50% ao ano.

Os pagamentos de principal e de juros serão feitos pelo The Bank of New York Mellon.

Os juros incidirão sobre o valor nominal de cada Nota, desde o dia da emissão das Notas e serão devidos semestralmente em 23 de maio e 23 de novembro, com início em 23 de maio de 2011.
Garantias: Não há.
Espécie: Quirografárias.
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- ***à distribuição de dividendos***: Não há.
- ***à alienação de determinados ativos:*** Não há.
- ***à contratação de novas dívidas:*** Não há.
- ***à emissão de novos valores mobiliários:*** Não há.

. ***o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:*** The Bank of New York Mellon atuará como agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas, nos termos da escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, conforme aditado de tempos em tempos. O contrato prevê a indenização do agente fiduciário e limitações aos seus deveres e poderes. O agente fiduciário e suas afiliadas podem concluir operações com o emissor e com suas afiliadas, sem aferição de lucro.

i. **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**:
Algumas modificações podem ser feitas nos termos e condições das Notas, sem o consentimento dos seus titulares, tais como: (i) correções de pequena importância; (ii) que sejam meramente de forma ou de natureza técnica; (iii) que sejam feitas para corrigir erro manifesto; (iv) que sejam feitas para corrigir alguma ambigüidade ou inconsistência; (v) para adicionar obrigações à Emissora, em benefício dos titulares de Notas, ou retirar alguma prerrogativa ou poder conferido à Emissora; (vi) para adicionar garantias às Notas; (vii) que sejam feitas em consonância com uma reorganização societária permitida; (viii) para efetuar qualquer outra modificação que não afete materialmente os direitos dos titulares de Notas. As modificações serão informadas aos titulares das Notas pelo agente fiduciário o mais rápido possível.

j. **Outras características relevantes**: As Notas deverão ranquear, a qualquer tempo, *pari passu* entre si, sem qualquer preferência e deverão, a qualquer tempo e salvo determinadas exceções eventualmente previstas na legislação, ter a mesma preferência de pagamento de todas as atuais e futuras obrigações quirografárias da Emissora.

As Notas são constituídas por meio de uma escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas, conforme aditado de tempos em tempos. Cada emissão de Notas será complementada por meio da emissão dos Termos Finais (*Final Terms*), no modelo acordado entre Emissora e o *Trustee*.
As Notas são emitidas de forma exclusivamente escritural.
As Notas foram ofertadas por um sindicato de *Dealers* da operação, nos termos do Contrato de Intermediação (*Dealer Agreement*), datado de 29 de março de 2010, conforme aditado de tempos em tempos.
Os *Dealers* desta emissão são: Banco Itaú Europa S.A. – London Branch; Deutsche Bank Securities, Inc., e Morgan Stanley & Co. Incorporated.
Foi obtida autorização da Bolsa de Valores de Luxemburgo para que as Notas emitidas no âmbito do Programa sejam admitidas à negociação no mercado Euro MTF, administrado por essa bolsa, por um período de 12 (doze) meses contados a partir de 29 de março de 2010. Será feito um pedido de listagem das Notas a lista oficial de negociação do mercado Euro MTF da Bolsa de Valores de Luxemburgo.
As Notas não foram objeto de registro nos termos do *Securities Act*, e foram ofertadas unicamente: (i) nos Estados Unidos da América para Investidores Qualificados, conforme definidos na Regra 144A; e (ii) em qualquer outro país para *Non-US Persons*, de acordo com a definição do *Regulation S* do *Securities Act*. Ver item “E – Restrições à Circulação”.
Não houve, e não haverá, qualquer esforço de distribuição pública das Notas, de modo que não foi registrada oferta pública de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários, nem em qualquer outro órgão similar em outro país. As Notas não serão emitidas, colocadas, distribuídas, ofertadas ou negociadas no mercado de capitais brasileiro.
As Notas e todos os documentos relativos ao Programa serão governados pelas leis inglesas e as cortes da Inglaterra são as competentes para dirimir controvérsias oriundas do Programa e das Notas emitidas em seu âmbito.

Reabertura da 2ª Emissão

a. **Identificação do Valor Mobiliário**: *Medium-Term Notes* (“Notas”)

b. **Quantidade**: 01 Nota Global no Valor Principal do item (c) abaixo que pode ser fracionada em denominação mínima de US 100.000,00 e múltiplos inteiros de US$ 1.000,00 em diante.

c. **Valor**: US$250.000.000,00, sendo o valor total da segunda emissão, em conjunto com o valor total da

primeira série, é de US$1.250.000.000,00. Ver item “J” – Outras características relevantes.

d. **Data de emissão**: 31 de janeiro de 2011.

e. **Restrições à Circulação**:

As Notas são ofertadas unicamente nos termos da Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América (“Regra 144A” e “*Securities Act*”) e da *Regulation S* do *Securities Act* (“*Regulation S*”), de modo que os adquirentes das Notas devem declarar determinadas condições, incluindo, mas não se limitando a, declarações de que são Investidores Qualificados (*Qualified Institutional Buyers*), nos termos da Regra 144A ou Non-US Persons, nos termos da *Regulation S*, e de que entendem que as Notas não foram registradas nos termos do *Securities Act.*

A negociação secundária das Notas, ou de qualquer direito atinente a elas, dependerá da entrega, pelo vendedor, de uma declaração ao agente de transferência (*transfer agent*) de cumprimento da legislação aplicável às Notas.

f. **Conversibilidade**: Não há.

g. **Possibilidade de Resgate**: Sim, conforme abaixo.

Hipóteses de Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil (caso exigida no momento do resgate), as Notas Subordinadas serão resgatadas, por opção da Emissora, sempre na sua totalidade e a qualquer tempo, desde que com prévia notificação aos titulares das Notas e observadas determinadas condições de natureza tributária.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: Condicionada à prévia autorização do Banco Central do Brasil (caso ela seja necessária no momento do resgate), a Emissora poderá resgatar as Notas Subordinadas, na sua totalidade, mediante prévia notificação aos titulares de Notas Subordinadas, ocorra um Evento Regulatório. Evento Regulatório é definido como a notificação escrita da autoridade brasileira, dispondo que as Notas Subordinadas não se enquadram como Nível II do Patrimônio de Referência.

As Notas Subordinadas não poderão ser resgatadas antecipadamente por opção dos titulares.

Em todas as hipóteses acima, as Notas Subordinadas serão canceladas.

Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

h. **Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável**:

Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado

O vencimento das Notas é em 22 de janeiro de 2021.

Se algum dos seguintes eventos ocorrer (cada um deles um “Evento de Default”) e tal ocorrência subsistir no tempo, o agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares das Notas, se assim for instruído por, no mínimo, titulares de 1/3 (um terço) – calculado pelo valor nominal das Notas – ou caso assim seja instruído por uma deliberação extraordinária dos titulares das Notas deverá comunicar a Emissora sobre o vencimento antecipado das Notas, cujo pagamento se tornará imediatamente exigível, observados os termos de cálculo do valor de pagamento antecipado (*early redemption amount*).

Caso (i) a Emissora seja dissolvida (exceto quando em conexão com uma fusão ou reorganização societária não envolvendo falência ou insolvência e desde que a sucessora legal da Emissora assuma as obrigações oriundas das Notas); (ii) suspenda o pagamento ou fique impossibilitada de honrar os pagamentos de suas dívidas; (iii) proponha plano de recuperação judicial ou falência ou promova qualquer outra ação que implique em alteração na condição de pagamento de suas dívidas; ou (iv) caso sejam propostas medidas falimentares por terceiros contra a Emissora, e desde que tais ações não sejam suspensas no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua propositura.

No entanto, a Emissora apenas será obrigada a pagar os valores devidos se for declarada falida, tenha sido dissolvida ou suspenda ou fique impossibilitada de efetuar os pagamentos de todas, ou parte substancial de seus passivos, sendo certo que o pagamento das Notas Subordinadas deverá observar o núcleo de subordinação.

Juros:

As Notas Subordinadas tem taxa de juros pré-fixada (*fixed rate notes*) em 5,75% ao ano.

Os pagamentos de principal e de juros serão feitos pelo The Bank of New York Mellon, agência de Londres e Luxemburgo.

Os juros incidirão sobre o valor nominal de cada Nota, desde o dia da emissão das Notas e serão devidos semestralmente em 22 de janeiro e 22 de julho, com início em 22 de janeiro de 2011.

Garantias: Não há. Notas Subordinadas. Na hipótese de liquidação, os detentores das Notas receberão após todos os demais credores especiais, com garantias reais e demais credores quirografários serem atendidos.

Espécie: Subordinadas. Ver item "J" – Outras características relevantes.

Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- ***à distribuição de dividendos***: Não há.
- ***à alienação de determinados ativos:*** Não há.
- ***à contratação de novas dívidas:*** Não há.
- ***à emissão de novos valores mobiliários:*** Não há.

III. ***o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:*** The Bank of New York Mellon atuará como agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, nos termos da escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, conforme aditado de tempos em tempos. O contrato prevê a indenização do agente fiduciário e limitações aos seus deveres e poderes. O agente fiduciário e suas afiliadas podem concluir operações com o emissor e com suas afiliadas, sem aferição de lucro.

i. **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**:
Algumas modificações podem ser feitas nos termos e condições das Notas Subordinadas, sem o consentimento dos seus titulares, tais como: (i) correções de pequena importância; (ii) que sejam meramente de forma ou de natureza técnica; (iii) que sejam feitas para corrigir erro manifesto; (iv) que sejam feitas para corrigir alguma ambigüidade ou inconsistência; (v) que sejam feitas em consonância com uma reorganização societária permitida; (vi) para efetuar qualquer outra modificação que não afete materialmente os direitos dos titulares de Notas Subordinadas. As modificações serão informadas aos titulares das Notas Subordinadas pelo agente fiduciário o mais rápido possível.
Adicionalmente, a Emissora poderá alterar os termos e condições aplicáveis às Notas Subordinadas, uma vez para cada série, unicamente para atender a qualquer requisito imposto pelo Banco Central do Brasil, de modo que as Notas Subordinadas possam ser consideradas como integrantes do Nível II do Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007 ("Resolução 3.444"), conforme alterada de tempos em tempos. A Emissora não poderá fazer qualquer alteração que implique na modificação, em qualquer grau, da taxa de juros das Notas Subordinadas, o valor em circulação de tais Notas, as datas de pagamento de juros e sua incidência exponencial, a data de vencimento originalmente pactuada, e a subordinação de tais Notas.

j. **Outras características relevantes**:
As Notas Subordinadas são obrigações diretas, sem garantia e subordinadas da Emissora e serão subordinadas em preferência de pagamento a todos os demais passivos da Emissora (exceto às obrigações para com os acionistas). As Notas Subordinadas deverão ranquear, a qualquer tempo, *pari passu* entre si, sem qualquer preferência e deverão, a qualquer tempo e salvo determinadas exceções eventualmente previstas na legislação, ter a mesma preferência de pagamento de todas as atuais e futuras obrigações subordinadas e sem garantia da Emissora, nos termos da Resolução 3.444.

As Notas Subordinadas são constituídas por meio de uma escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, conforme aditado de tempos em tempos. Cada emissão de Notas será complementada por meio da emissão dos Termos Finais (*Final Terms*), no modelo acordado entre Emissora e o *Trustee*.

As Notas Subordinadas aqui descritas foram emitidas e distribuídas por meio da reabertura da segunda emissão de notas e constituem a segunda série da segunda emissão de notas sob o *Trust Deed*. As notas emitidas na primeira série e as Notas emitidas na segunda série da segunda emissão compartilharão o mesmo código ISIN e CUSIP e serão fungíveis entre si a partir de 12 de março de 2011.

As Notas Subordinadas são emitidas de forma exclusivamente escritural.

As Notas Subordinadas foram ofertadas por um sindicato de *Dealers* da operação, nos termos do Contrato de Intermediação (*Dealer Agreement*), datado de 29 de março de 2010, conforme aditado de tempos em tempos.

Os *Dealers* desta emissão são: Banco Itaú Europa S.A. – London Branch; Deutsche Bank Securities, Inc., e JP Morgan Securities LLC. Foi obtida autorização da Bolsa de Valores de Luxemburgo para que as Notas emitidas no âmbito do Programa sejam admitidas à negociação no mercado Euro MTF,

administrado por essa bolsa, por um período de 12 (doze) meses contados a partir de 29 de março de 2010. O primeiro dia de listagem das Notas da segunda série da segunda emissão foi em 31 de janeiro de 2011. O primeiro dia de listagem das notas da primeira série da segunda emissão foi em 23 de setembro de 2010.

As Notas não foram objeto de registro nos termos do *Securities Act*, e foram ofertadas unicamente: (i) nos Estados Unidos da América para Investidores Qualificados, conforme definidos na Regra 144A; e (ii) em qualquer outro país para *Non-US Persons*, de acordo com a definição do *Regulation S* do *Securities Act*. Ver item “E – Restrições à Circulação”.

Não houve, e não haverá, qualquer esforço de distribuição pública das Notas, de modo que não foi registrada oferta pública de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários, nem em qualquer outro órgão similar em outro país. As Notas não serão emitidas, colocadas, distribuídas, ofertadas ou negociadas no mercado de capitais brasileiro.

As Notas e todos os documentos relativos ao Programa serão governados pelas leis inglesas e as cortes da Inglaterra são as competentes para dirimir controvérsias oriundas do Programa e das Notas emitidas em seu âmbito.

Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil e à observância dos limites operacionais e de capital previstos no item abaixo, a Emissora (ou alguma de suas subsidiárias) poderá, a qualquer tempo e a qualquer preço, recomprar Notas Subordinadas no mercado secundário ou de qualquer outro modo, desde que observadas as condições do núcleo de subordinação. As Notas Subordinadas adquiridas desta maneira, não darão direito à Emissora de participar das assembleias gerais de titulares de Notas Subordinadas e tampouco serão computadas para cálculo do quorum das assembleias.

Qualquer pagamento de principal e de juros das Notas Subordinadas poderá ser adiado, caso: (i) seja constatado pela Emissora que ela está, ou que o pagamento de tais valores possa ocasionar, um desenquadramento com as regras de adequação de capital e limites operacionais previstos na Resolução 3.444 ou Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional; ou (ii) os seus índices financeiros caiam abaixo do mínimo exigido pela regulação aplicável à Emissora.

4ª Emissão

a. **Identificação do Valor Mobiliário**: *Medium-Term Notes* (“Notas”)

b. **Quantidade**: 01 Nota Global no Valor Principal do item (c) abaixo que pode ser fracionada em denominação mínima de US$ 200.000,00 e múltiplos inteiros de US$ 1.000,00 em diante.

c. **Valor**: US$500.000.000,00

d. **Data de emissão**: 21 de junho de 2011.

e. **Restrições à Circulação**:

As Notas são ofertadas unicamente nos termos da Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América (“Regra 144A” e “*Securities Act*”) e da *Regulation S* do *Securities Act* (“*Regulation S*”), de modo que os adquirentes das Notas devem declarar determinadas condições, incluindo, mas não se limitando a, declarações de que são Investidores Qualificados (*Qualified Institutional Buyers*), nos termos da Regra 144A ou Non-US Persons, nos termos da *Regulation S*, e de que entendem que as Notas não foram registradas nos termos do *Securities Act.*

A negociação secundária das Notas, ou de qualquer direito atinente a elas, dependerá da entrega, pelo vendedor, de uma declaração ao agente de transferência (*transfer agent*) de cumprimento da legislação aplicável às Notas.

f. **Conversibilidade**: Não há.

g. **Possibilidade de Resgate**: Sim, conforme abaixo.

Hipóteses de Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil (caso exigida no momento do resgate), as Notas Subordinadas serão resgatadas, por opção da Emissora, sempre na sua totalidade e a qualquer tempo, desde que com prévia notificação aos titulares das Notas e observadas determinadas condições de natureza tributária.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: Condicionada à prévia autorização do Banco Central do Brasil (caso ela seja necessária no momento do resgate), a Emissora poderá resgatar as Notas Subordinadas, na sua totalidade, mediante prévia notificação aos titulares de Notas Subordinadas, ocorra um Evento Regulatório. Evento Regulatório é definido como a notificação escrita da autoridade brasileira, dispondo que as Notas Subordinadas não se enquadram como Nível II do Patrimônio de Referência.

As Notas Subordinadas não poderão ser resgatadas antecipadamente por opção dos titulares.

Em todas as hipóteses acima, as Notas Subordinadas serão canceladas.

Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

h. **Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável**:

Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado

O vencimento das Notas é em 21 de dezembro de 2021.

Se algum dos seguintes eventos ocorrer (cada um deles um “Evento de Default”) e tal ocorrência subsistir no tempo, o agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares das Notas, se assim for instruído por, no mínimo, titulares de 1/3 (um terço) – calculado pelo valor nominal das Notas – ou caso assim seja instruído por uma deliberação extraordinária dos titulares das Notas deverá comunicar a Emissora sobre o vencimento antecipado das Notas, cujo pagamento se tornará imediatamente exigível, observados os termos de cálculo do valor de pagamento antecipado (*early redemption amount*).

Caso (i) a Emissora seja dissolvida (exceto quando em conexão com uma fusão ou reorganização societária não envolvendo falência ou insolvência e desde que a sucessora legal da Emissora assuma as obrigações oriundas das Notas); (ii) suspenda o pagamento ou fique impossibilitada de honrar os pagamentos de suas dívidas; (iii) proponha plano de recuperação judicial ou falência ou promova qualquer outra ação que implique em alteração na condição de pagamento de suas dívidas; ou (iv) caso sejam propostas medidas falimentares por terceiros contra a Emissora, e desde que tais ações não sejam suspensas no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua propositura.

No entanto, a Emissora apenas será obrigada a pagar os valores devidos se for declarada falida, tenha sido dissolvida ou suspenda ou fique impossibilitada de efetuar os pagamentos de todas, ou parte substancial de seus passivos, sendo certo que o pagamento das Notas Subordinadas deverá observar o núcleo de subordinação.

Juros:

As Notas Subordinadas tem taxa de juros pré-fixada (*fixed rate notes*) em 6,20% ao ano.

Os pagamentos de principal e de juros serão feitos pelo The Bank of New York Mellon, agência de Londres e Luxemburgo.

Os juros incidirão sobre o valor nominal de cada Nota, desde o dia da emissão das Notas e serão devidos semestralmente em 21 de junho e 21 de dezembro, com início em 21 de dezembro de 2011.

Garantias: Não há. Notas Subordinadas. Na hipótese de liquidação, os detentores das Notas receberão após todos os demais credores especiais, com garantias reais e demais credores quirografários serem atendidos.
Espécie: Subordinadas. Ver item "J" – Outras características relevantes.
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- ***à distribuição de dividendos***: Não há.
- ***à alienação de determinados ativos:*** Não há.
- ***à contratação de novas dívidas:*** Não há.
- ***à emissão de novos valores mobiliários:*** Não há.

O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: The Bank of New York Mellon atuará como agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, nos termos da escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, conforme aditado de tempos em tempos. O contrato prevê a indenização do agente fiduciário e limitações aos seus deveres e poderes. O agente fiduciário e suas afiliadas podem concluir operações com o emissor e com suas afiliadas, sem aferição de lucro.

i. **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**:
Algumas modificações podem ser feitas nos termos e condições das Notas Subordinadas, sem o consentimento dos seus titulares, tais como: (i) correções de pequena importância; (ii) que sejam meramente de forma ou de natureza técnica; (iii) que sejam feitas para corrigir erro manifesto; (iv) que sejam feitas para corrigir alguma ambigüidade ou inconsistência; (v) que sejam feitas em consonância com uma reorganização societária permitida; (vi) para efetuar qualquer outra modificação que não afete materialmente os direitos dos titulares de Notas Subordinadas. As modificações serão informadas aos titulares das Notas Subordinadas pelo agente fiduciário o mais rápido possível.

Adicionalmente, a Emissora poderá alterar os termos e condições aplicáveis às Notas Subordinadas, uma vez para cada série, unicamente para atender a qualquer requisito imposto pelo Banco Central do Brasil, de modo que as Notas Subordinadas possam ser consideradas como integrantes do Nível II do Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007 ("Resolução 3.444"), conforme alterada de tempos em tempos. A Emissora não poderá fazer qualquer alteração que implique na modificação, em qualquer grau, da taxa de juros das Notas Subordinadas, o valor em circulação de tais Notas, as datas de pagamento de juros e sua incidência exponencial, a data de vencimento originalmente pactuada, e a subordinação de tais Notas.

j. **Outras características relevantes**: As Notas Subordinadas são obrigações diretas, sem garantia e subordinadas da Emissora e serão subordinadas em preferência de pagamento a todos os demais passivos da Emissora (exceto às obrigações para com os acionistas). As Notas Subordinadas deverão ranquear, a qualquer tempo, *pari passu* entre si, sem qualquer preferência e deverão, a qualquer tempo e salvo determinadas exceções eventualmente previstas na legislação, ter a mesma preferência de pagamento de todas as atuais e futuras obrigações subordinadas e sem garantia da Emissora, nos termos da Resolução 3.444.

As Notas Subordinadas são constituídas por meio de uma escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, conforme aditado de tempos em tempos. Cada emissão de Notas será complementada por meio da emissão dos Termos Finais (*Final Terms*), no modelo acordado entre Emissora e o *Trustee*.

As Notas Subordinadas são emitidas de forma exclusivamente escritural.

As Notas Subordinadas foram ofertadas por um sindicato de *Dealers* da operação, nos termos do Contrato de Intermediação (*Dealer Agreement*), datado de 29 de março de 2010, conforme aditado de tempos em tempos.

Os *Dealers* desta emissão são: Banco Itaú BBA International S.A. – London Branch e Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated. Foi obtida autorização da Bolsa de Valores de Luxemburgo para que as Notas emitidas no âmbito do Programa sejam admitidas à negociação no mercado Euro MTF, administrado por essa bolsa. O primeiro dia de listagem das Notas foi em 21 de junho de 2011.

As Notas não foram objeto de registro nos termos do *Securities Act*, e foram ofertadas unicamente: (i) nos Estados Unidos da América para Investidores Qualificados, conforme definidos na Regra 144A; e (ii) em qualquer outro país para *Non-US Persons*, de acordo com a definição do *Regulation S* do *Securities Act*. Ver item "E – Restrições à Circulação".

Não houve, e não haverá, qualquer esforço de distribuição pública das Notas, de modo que não foi

registrada oferta pública de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários, nem em qualquer outro órgão similar em outro país. As Notas não serão emitidas, colocadas, distribuídas, ofertadas ou negociadas no mercado de capitais brasileiro.

As Notas e todos os documentos relativos ao Programa serão governados pelas leis inglesas e as cortes da Inglaterra são as competentes para dirimir controvérsias oriundas do Programa e das Notas emitidas em seu âmbito.

Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil e à observância dos limites operacionais e de capital previstos no item abaixo, a Emissora (ou alguma de suas subsidiárias) poderá, a qualquer tempo e a qualquer preço, recomprar Notas Subordinadas no mercado secundário ou de qualquer outro modo, desde que observadas as condições do núcleo de subordinação. As Notas Subordinadas adquiridas desta maneira, não darão direito à Emissora de participar das assembleias gerais de titulares de Notas Subordinadas e tampouco serão computadas para cálculo do quorum das assembleias.

Qualquer pagamento de principal e de juros das Notas Subordinadas poderá ser adiado, caso: (i) seja constatado pela Emissora que ela está, ou que o pagamento de tais valores possa ocasionar, um desenquadramento com as regras de adequação de capital e limites operacionais previstos na Resolução 3.444 ou Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional; ou (ii) os seus índices financeiros caiam abaixo do mínimo exigido pela regulação aplicável à Emissora.

Reabertura da 4ª Emissão

a. **Identificação do Valor Mobiliário**: *Medium-Term Notes* (“Notas”)

b. **Quantidade**: 01 Nota Global no Valor Principal do item (c) abaixo que pode ser fracionada em denominação mínima de US$ 200.000,00 e múltiplos inteiros de US$ 1.000,00 em diante.

c. **Valor**: US$550.000.000,00, sendo o valor total da quarta emissão, em conjunto com o valor total da primeira série, de US$1.050.000.000,00. Ver item “J” – Outras características relevantes.

d. **Data de emissão**: 24 de janeiro de 2012.

e. **Restrições à Circulação**:

As Notas são ofertadas unicamente nos termos da Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América (“Regra 144A” e “*Securities Act*”) e da *Regulation S* do *Securities Act* (“*Regulation S*”), de modo que os adquirentes das Notas devem declarar determinadas condições, incluindo, mas não se limitando a, declarações de que são Investidores Qualificados (*Qualified Institutional Buyers*), nos termos da Regra 144A ou Non-US Persons, nos termos da *Regulation S*, e de que entendem que as Notas não foram registradas nos termos do *Securities Act.*

A negociação secundária das Notas, ou de qualquer direito atinente a elas, dependerá da entrega, pelo vendedor, de uma declaração ao agente de transferência (*transfer agent*) de cumprimento da legislação aplicável às Notas.

f. **Conversibilidade**: Não há.

g. **Possibilidade de Resgate**: Sim, conforme abaixo.

Hipóteses de Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil (caso exigida no momento do resgate), as Notas Subordinadas serão resgatadas, por opção da Emissora, sempre na sua totalidade e a qualquer tempo, desde que com prévia notificação aos titulares das Notas e observadas determinadas condições de natureza tributária.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: Condicionada à prévia autorização do Banco Central do Brasil (caso ela seja necessária no momento do resgate), a Emissora poderá resgatar as Notas Subordinadas, na sua totalidade, mediante prévia notificação aos titulares de Notas Subordinadas, ocorra um Evento Regulatório. Evento Regulatório é definido como a notificação escrita da autoridade brasileira, dispondo que as Notas Subordinadas não se enquadram como Nível II do Patrimônio de Referência.

As Notas Subordinadas não poderão ser resgatadas antecipadamente por opção dos titulares.

Em todas as hipóteses acima, as Notas Subordinadas serão canceladas.

Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

h. **Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável**:

. ***Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado***

O vencimento das Notas é em 21 de dezembro de 2021.

Se algum dos seguintes eventos ocorrer (cada um deles um “Evento de Default”) e tal ocorrência subsistir no tempo, o agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares das Notas, se assim for instruído por, no mínimo, titulares de 1/3 (um terço) – calculado pelo valor nominal das Notas – ou caso assim seja instruído por uma deliberação extraordinária dos titulares das Notas deverá comunicar a Emissora sobre o vencimento antecipado das Notas, cujo pagamento se tornará imediatamente exigível, observados os termos de cálculo do valor de pagamento antecipado (*early redemption amount*).

Caso (i) a Emissora seja dissolvida (exceto quando em conexão com uma fusão ou reorganização societária não envolvendo falência ou insolvência e desde que a sucessora legal da Emissora assuma as obrigações oriundas das Notas); (ii) suspenda o pagamento ou fique impossibilitada de honrar os pagamentos de suas dívidas; (iii) proponha plano de recuperação judicial ou falência ou promova qualquer outra ação que implique em alteração na condição de pagamento de suas dívidas; ou (iv) caso sejam propostas medidas falimentares por terceiros contra a Emissora, e desde que tais ações não sejam suspensas no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua propositura.

No entanto, a Emissora apenas será obrigada a pagar os valores devidos se for declarada falida, tenha sido dissolvida ou suspenda ou fique impossibilitada de efetuar os pagamentos de todas, ou parte substancial de seus passivos, sendo certo que o pagamento das Notas Subordinadas deverá observar o núcleo de subordinação.

Juros:

As Notas Subordinadas tem taxa de juros pré-fixada (*fixed rate notes*) em 6,20% ao ano.

Os pagamentos de principal e de juros serão feitos pelo The Bank of New York Mellon, agência de Londres e Luxemburgo.

Os juros incidirão sobre o valor nominal de cada Nota, desde o dia da emissão das Notas e serão devidos semestralmente em 21 de junho e 21 de dezembro, com início em 21 de junho de 2012.

. ***Garantias:*** Não há. Notas Subordinadas. Na hipótese de liquidação, os detentores das Notas receberão após todos os demais credores especiais, com garantias reais e demais credores quirografários serem atendidos.

I. ***Espécie:*** Subordinadas. Ver item "J" – Outras características relevantes.

II. ***Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:***

- ***à distribuição de dividendos***: Não há.
- ***à alienação de determinados ativos:*** Não há.
- ***à contratação de novas dívidas:*** Não há.
- ***à emissão de novos valores mobiliários:*** Não há.

O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: The Bank of New York Mellon atuará como agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, nos termos da escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, conforme aditado de tempos em tempos. O contrato prevê a indenização do agente fiduciário e limitações aos seus deveres e poderes. O agente fiduciário e suas afiliadas podem concluir operações com o emissor e com suas afiliadas, sem aferição de lucro.

i. **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**:
Algumas modificações podem ser feitas nos termos e condições das Notas Subordinadas, sem o consentimento dos seus titulares, tais como: (i) correções de pequena importância; (ii) que sejam meramente de forma ou de natureza técnica; (iii) que sejam feitas para corrigir erro manifesto; (iv) que sejam feitas para corrigir alguma ambigüidade ou inconsistência; (v) que sejam feitas em consonância com uma reorganização societária permitida; (vi) para efetuar qualquer outra modificação que não afete materialmente os direitos dos titulares de Notas Subordinadas. As modificações serão informadas aos titulares das Notas Subordinadas pelo agente fiduciário o mais rápido possível.
Adicionalmente, a Emissora poderá alterar os termos e condições aplicáveis às Notas Subordinadas, uma vez para cada série, unicamente para atender a qualquer requisito imposto pelo Banco Central do Brasil, de modo que as Notas Subordinadas possam ser consideradas como integrantes do Nível II do Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007 ("Resolução 3.444"), conforme alterada de tempos em tempos. A Emissora não poderá fazer qualquer alteração que implique na modificação, em qualquer grau, da taxa de juros das Notas Subordinadas, o valor em circulação de tais Notas, as datas de pagamento de juros e sua incidência exponencial, a data de vencimento originalmente pactuada, e a subordinação de tais Notas.

j. **Outras características relevantes**: As Notas Subordinadas são obrigações diretas, sem garantia e subordinadas da Emissora e serão subordinadas em preferência de pagamento a todos os demais passivos da Emissora (exceto às obrigações para com os acionistas). As Notas Subordinadas deverão ranquear, a qualquer tempo, *pari passu* entre si, sem qualquer preferência e deverão, a qualquer tempo e salvo determinadas exceções eventualmente previstas na legislação, ter a mesma preferência de pagamento de todas as atuais e futuras obrigações subordinadas e sem garantia da Emissora, nos termos da Resolução 3.444.

As Notas Subordinadas são constituídas por meio de uma escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, conforme aditado de tempos em tempos. Cada emissão de Notas será complementada por meio da emissão dos Termos Finais (*Final Terms*), no modelo acordado entre Emissora e o *Trustee*.

As Notas Subordinadas aqui descritas foram emitidas e distribuídas por meio da reabertura da quarta emissão de Notas Subordinadas e constituem a segunda série da quarta emissão de Notas Subordinadas sob o *Trust Deed*. As Notas Subordinadas emitidas na primeira série e as Notas emitidas na segunda série da quarta emissão compartilharão o mesmo código ISIN e CUSIP e serão fungíveis entre si a partir de 04 de março de 2012.

Do valor total da segunda série da quarta emissão de Notas Subordinadas, US$50.000.000,00 são oriundos do exercício, pelo Emissor, de uma opção de distribuição de lote suplementar (*extended sale option*) no mercado asiático, conforme previsão constante dos *Final Terms* das Notas.
As Notas Subordinadas são emitidas de forma exclusivamente escritural.

As Notas Subordinadas foram ofertadas por um sindicato de *Dealers* da operação, nos termos do Contrato de Intermediação (*Dealer Agreement*), datado de 29 de março de 2010, conforme aditado de tempos em tempos.

Os *Dealers* desta emissão são: Itaú BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC e Merrill Lynch,

Pierce, Fenner & Smith Incorporated. Foi obtida autorização da Bolsa de Valores de Luxemburgo para que as Notas emitidas no âmbito do Programa sejam admitidas à negociação no mercado Euro MTF, administrado por essa bolsa. O primeiro dia de listagem das Notas da segunda série da quarta emissão foi em 24 de janeiro de 2012. O primeiro dia de listagem das Notas Subordinadas da primeira série da quarta emissão foi em 21 de junho de 2011.

As Notas não foram objeto de registro nos termos do *Securities Act*, e foram ofertadas unicamente: (i) nos Estados Unidos da América para Investidores Qualificados, conforme definidos na Regra 144A; e (ii) em qualquer outro país para *Non-US Persons*, de acordo com a definição do *Regulation S* do *Securities Act*. Ver item “E – Restrições à Circulação”.

Não houve, e não haverá, qualquer esforço de distribuição pública das Notas, de modo que não foi registrada oferta pública de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários, nem em qualquer outro órgão similar em outro país. As Notas não serão emitidas, colocadas, distribuídas, ofertadas ou negociadas no mercado de capitais brasileiro.

As Notas e todos os documentos relativos ao Programa serão governados pelas leis inglesas e as cortes da Inglaterra são as competentes para dirimir controvérsias oriundas do Programa e das Notas emitidas em seu âmbito.

Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil e à observância dos limites operacionais e de capital previstos no item abaixo, a Emissora (ou alguma de suas subsidiárias) poderá, a qualquer tempo e a qualquer preço, recomprar Notas Subordinadas no mercado secundário ou de qualquer outro modo, desde que observadas as condições do núcleo de subordinação. As Notas Subordinadas adquiridas desta maneira, não darão direito à Emissora de participar das assembleias gerais de titulares de Notas Subordinadas e tampouco serão computadas para cálculo do quorum das assembleias.

Qualquer pagamento de principal e de juros das Notas Subordinadas poderá ser adiado, caso: (i) seja constatado pela Emissora que ela está, ou que o pagamento de tais valores possa ocasionar, um desenquadramento com as regras de adequação de capital e limites operacionais previstos na Resolução 3.444 ou Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional; ou (ii) os seus índices financeiros caiam abaixo do mínimo exigido pela regulação aplicável à Emissora.

5º Emissão

a. **Identificação do Valor Mobiliário**: *Medium-Term Notes (*"Notas")

b. **Quantidade**: 01 Nota Global no Valor Principal do item (c) abaixo que pode ser fracionada em denominação mínima de US$ 200.000,00 e múltiplos inteiros de US$ 1.000,00 em diante.

c. **Valor**: US$1.250.000.000,00

d. **Data de emissão**: 19 de março de 2012.

e. **Restrições à Circulação**:

As Notas são ofertadas unicamente nos termos da Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América ("Regra 144A" e "*Securities Act*") e da *Regulation S* do *Securities Act* ("*Regulation S*"), de modo que os adquirentes das Notas devem declarar determinadas condições, incluindo, mas não se limitando a, declarações de que são Investidores Qualificados (*Qualified Institutional Buyers*), nos termos da Regra 144A ou Non-US Persons, nos termos da *Regulation S*, e de que entendem que as Notas não foram registradas nos termos do *Securities Act.*

A negociação secundária das Notas, ou de qualquer direito atinente a elas, dependerá da entrega, pelo vendedor, de uma declaração ao agente de transferência (*transfer agent*) de cumprimento da legislação aplicável às Notas.

f. **Conversibilidade**: Não há.

g. **Possibilidade de Resgate**: Sim, conforme abaixo.

Hipóteses de Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil (caso exigida no momento do resgate), as Notas Subordinadas serão resgatadas, por opção da Emissora, sempre na sua totalidade e a qualquer tempo, desde que com prévia notificação aos titulares das Notas e observadas determinadas condições de natureza tributária.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: Condicionada à prévia autorização do Banco Central do Brasil (caso ela seja necessária no momento do resgate), a Emissora poderá resgatar as Notas Subordinadas, na sua totalidade, mediante prévia notificação aos titulares de Notas Subordinadas, ocorra um Evento Regulatório. Evento Regulatório é definido como a notificação escrita da autoridade brasileira, dispondo que as Notas Subordinadas não se enquadram como Nível II do Patrimônio de Referência.

As Notas Subordinadas não poderão ser resgatadas antecipadamente por opção dos titulares.

Em todas as hipóteses acima, as Notas Subordinadas serão canceladas.

Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

h. **Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável**:

. ***Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado***

O vencimento das Notas é em 19 de março de 2022.

Se algum dos seguintes eventos ocorrer (cada um deles um "Evento de Default") e tal ocorrência subsistir no tempo, o agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares das Notas, se assim for instruído por, no mínimo, titulares de 1/3 (um terço) – calculado pelo valor nominal das Notas – ou caso assim seja instruído por uma deliberação extraordinária dos titulares das Notas deverá comunicar a Emissora sobre o vencimento antecipado das Notas, cujo pagamento se tornará imediatamente exigível, observados os termos de cálculo do valor de pagamento antecipado (*early redemption amount*).

Caso (i) a Emissora seja dissolvida (exceto quando em conexão com uma fusão ou reorganização societária não envolvendo falência ou insolvência e desde que a sucessora legal da Emissora assuma as obrigações oriundas das Notas); (ii) suspenda o pagamento ou fique impossibilitada de honrar os pagamentos de suas dívidas; (iii) proponha plano de recuperação judicial ou falência ou promova qualquer outra ação que implique em alteração na condição de pagamento de suas dívidas; ou (iv) caso sejam propostas medidas falimentares por terceiros contra a Emissora, e desde que tais ações não sejam suspensas no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua propositura.

No entanto, a Emissora apenas será obrigada a pagar os valores devidos se for declarada falida, tenha sido dissolvida ou suspenda ou fique impossibilitada de efetuar os pagamentos de todas, ou parte substancial de seus passivos, sendo certo que o pagamento das Notas Subordinadas deverá observar o núcleo de subordinação.

Juros:

As Notas Subordinadas tem taxa de juros pré-fixada (*fixed rate notes*) em 5,65% ao ano.

Os pagamentos de principal e de juros serão feitos pelo The Bank of New York Mellon, agência de Londres e Luxemburgo.

Os juros incidirão sobre o valor nominal de cada Nota, desde o dia da emissão das Notas e serão devidos semestralmente em 19 de março e 19 de setembro, com início em 19 de setembro de 2012.

Garantias: Não há. Notas Subordinadas. Na hipótese de liquidação, os detentores das Notas receberão após todos os demais credores especiais, com garantias reais e demais credores quirografários serem atendidos.
Espécie: Subordinadas. Ver item "J" – Outras características relevantes.
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- ***à distribuição de dividendos***: Não há.
- ***à alienação de determinados ativos:*** Não há.
- ***à contratação de novas dívidas:*** Não há.
- ***à emissão de novos valores mobiliários:*** Não há.

O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: The Bank of New York Mellon atuará como agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, nos termos da escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, conforme aditado de tempos em tempos. O contrato prevê a indenização do agente fiduciário e limitações aos seus deveres e poderes. O agente fiduciário e suas afiliadas podem concluir operações com o emissor e com suas afiliadas, sem aferição de lucro.

i. **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**:
Algumas modificações podem ser feitas nos termos e condições das Notas Subordinadas, sem o consentimento dos seus titulares, tais como: (i) correções de pequena importância; (ii) que sejam meramente de forma ou de natureza técnica; (iii) que sejam feitas para corrigir erro manifesto; (iv) que sejam feitas para corrigir alguma ambigüidade ou inconsistência; (v) que sejam feitas em consonância com uma reorganização societária permitida; (vi) para efetuar qualquer outra modificação que não afete materialmente os direitos dos titulares de Notas Subordinadas. As modificações serão informadas aos titulares das Notas Subordinadas pelo agente fiduciário o mais rápido possível.

Adicionalmente, a Emissora poderá alterar os termos e condições aplicáveis às Notas Subordinadas, uma vez para cada série, unicamente para atender a qualquer requisito imposto pelo Banco Central do Brasil, de modo que as Notas Subordinadas possam ser consideradas como integrantes do Nível II do Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007 ("Resolução 3.444"), conforme alterada de tempos em tempos. A Emissora não poderá fazer qualquer alteração que implique na modificação, em qualquer grau, da taxa de juros das Notas Subordinadas, o valor em circulação de tais Notas, as datas de pagamento de juros e sua incidência exponencial, a data de vencimento originalmente pactuada, e a subordinação de tais Notas.

j. **Outras características relevantes**: As Notas Subordinadas são obrigações diretas, sem garantia e subordinadas da Emissora e serão subordinadas em preferência de pagamento a todos os demais passivos da Emissora (exceto às obrigações para com os acionistas). As Notas Subordinadas deverão ranquear, a qualquer tempo, *pari passu* entre si, sem qualquer preferência e deverão, a qualquer tempo e salvo determinadas exceções eventualmente previstas na legislação, ter a mesma preferência de pagamento de todas as atuais e futuras obrigações subordinadas e sem garantia da Emissora, nos termos da Resolução 3.444.

As Notas Subordinadas são constituídas por meio de uma escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, conforme aditado de tempos em tempos. Cada emissão de Notas será complementada por meio da emissão dos Termos Finais (*Final Terms*), no modelo acordado entre Emissora e o *Trustee*.

As Notas Subordinadas são emitidas de forma exclusivamente escritural.

As Notas Subordinadas foram ofertadas por um sindicato de *Dealers* da operação, nos termos do Contrato de Intermediação (*Dealer Agreement*), datado de 29 de março de 2010, conforme aditado de tempos em tempos.

Os *Dealers* desta emissão são: Itaú BBA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC e Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated. Foi obtida autorização da Bolsa de Valores de Luxemburgo para que as Notas emitidas no âmbito do Programa sejam admitidas à negociação no mercado Euro MTF, administrado por essa bolsa. O primeiro dia de listagem das Notas foi em 19 de março de 2012.

As Notas não foram objeto de registro nos termos do *Securities Act*, e foram ofertadas unicamente: (i) nos Estados Unidos da América para Investidores Qualificados, conforme definidos na Regra 144A; e (ii) em qualquer outro país para *Non-US Persons*, de acordo com a definição do *Regulation S* do *Securities Act*. Ver item "E – Restrições à Circulação".

Não houve, e não haverá, qualquer esforço de distribuição pública das Notas, de modo que não foi

registrada oferta pública de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários, nem em qualquer outro órgão similar em outro país. As Notas não serão emitidas, colocadas, distribuídas, ofertadas ou negociadas no mercado de capitais brasileiro.

As Notas e todos os documentos relativos ao Programa serão governados pelas leis inglesas e as cortes da Inglaterra são as competentes para dirimir controvérsias oriundas do Programa e das Notas emitidas em seu âmbito.

Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil e à observância dos limites operacionais e de capital previstos no item abaixo, a Emissora (ou alguma de suas subsidiárias) poderá, a qualquer tempo e a qualquer preço, recomprar Notas Subordinadas no mercado secundário ou de qualquer outro modo, desde que observadas as condições do núcleo de subordinação. As Notas Subordinadas adquiridas desta maneira, não darão direito à Emissora de participar das assembleias gerais de titulares de Notas Subordinadas e tampouco serão computadas para cálculo do quorum das assembleias.

Qualquer pagamento de principal e de juros das Notas Subordinadas poderá ser adiado, caso: (i) seja constatado pela Emissora que ela está, ou que o pagamento de tais valores possa ocasionar, um desenquadramento com as regras de adequação de capital e limites operacionais previstos na Resolução 3.444 ou Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional; ou (ii) os seus índices financeiros caiam abaixo do mínimo exigido pela regulação aplicável à Emissora.

6º Emissão

a. **Identificação do Valor Mobiliário**: *Medium-Term Notes (*"Notas")

b. **Quantidade**: 01 Nota Global no Valor Principal do item (c) abaixo que pode ser fracionada em denominação mínima de US$ 200.000,00 e múltiplos inteiros de US$ 1.000,00 em diante.

c. **Valor**: US$1.375.000.000,00

d. **Data de emissão**: 06 de agosto de 2012.

e. **Restrições à Circulação**:

As Notas são ofertadas unicamente nos termos da Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América ("Regra 144A" e "*Securities Act*") e da *Regulation S* do *Securities Act* ("*Regulation S*"), de modo que os adquirentes das Notas devem declarar determinadas condições, incluindo, mas não se limitando a, declarações de que são Investidores Qualificados (*Qualified Institutional Buyers*), nos termos da Regra 144A ou Non-US Persons, nos termos da *Regulation S*, e de que entendem que as Notas não foram registradas nos termos do *Securities Act.*

A negociação secundária das Notas, ou de qualquer direito atinente a elas, dependerá da entrega, pelo vendedor, de uma declaração ao agente de transferência (*transfer agent*) de cumprimento da legislação aplicável às Notas.

f. **Conversibilidade**: Não há.

g. **Possibilidade de Resgate**: Sim, conforme abaixo.

Hipóteses de Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil (caso exigida no momento do resgate), as Notas Subordinadas serão resgatadas, por opção da Emissora, sempre na sua totalidade e a qualquer tempo, desde que com prévia notificação aos titulares das Notas e observadas determinadas condições de natureza tributária.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: Condicionada à prévia autorização do Banco Central do Brasil (caso ela seja necessária no momento do resgate), a Emissora poderá resgatar as Notas Subordinadas, na sua totalidade, mediante prévia notificação aos titulares de Notas Subordinadas, caso ocorra um Evento Regulatório. Evento Regulatório é definido como a notificação escrita da autoridade brasileira, dispondo que as Notas Subordinadas não se enquadram como Nível II do Patrimônio de Referência.

As Notas Subordinadas não poderão ser resgatadas antecipadamente por opção dos titulares.

Em todas as hipóteses acima, as Notas Subordinadas serão canceladas.

Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate:

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.

h. **Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável**:

Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado

O vencimento das Notas é em 06 de agosto de 2022.

Se algum dos seguintes eventos ocorrer (cada um deles um "Evento de Default") e tal ocorrência subsistir no tempo, o agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares das Notas, se assim for instruído por, no mínimo, titulares de 1/3 (um terço) – calculado pelo valor nominal das Notas – ou caso assim seja instruído por uma deliberação extraordinária dos titulares das Notas deverá comunicar a Emissora sobre o vencimento antecipado das Notas, cujo pagamento se tornará imediatamente exigível, observados os termos de cálculo do valor de pagamento antecipado (*early redemption amount*).

Caso (i) a Emissora seja dissolvida (exceto quando em conexão com uma fusão ou reorganização societária não envolvendo falência ou insolvência e desde que a sucessora legal da Emissora assuma as obrigações oriundas das Notas); (ii) suspenda o pagamento ou fique impossibilitada de honrar os pagamentos de suas dívidas; (iii) proponha plano de recuperação judicial ou falência ou promova qualquer outra ação que implique em alteração na condição de pagamento de suas dívidas; ou (iv) caso sejam propostas medidas falimentares por terceiros contra a Emissora, e desde que tais ações não sejam suspensas no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua propositura.

No entanto, a Emissora apenas será obrigada a pagar os valores devidos se for declarada falida, tenha sido dissolvida ou suspenda ou fique impossibilitada de efetuar os pagamentos de todas, ou parte substancial de seus passivos, sendo certo que o pagamento das Notas Subordinadas deverá observar o núcleo de subordinação.

Juros:

As Notas Subordinadas tem taxa de juros pré-fixada (*fixed rate notes*) em 5,50% ao ano.

Os pagamentos de principal e de juros serão feitos pelo The Bank of New York Mellon, agência de Londres e Nova Iorque.

Os juros incidirão sobre o valor nominal de cada Nota, desde o dia da emissão das Notas e serão devidos semestralmente em 06 de fevereiro e 06 de agosto, com início em 06 de fevereiro de 2013.

Garantias: Não há. Notas Subordinadas. Na hipótese de liquidação, os detentores das Notas receberão após todos os demais credores especiais, com garantias reais e demais credores quirografários serem atendidos.
Espécie: Subordinadas. Ver item "J" – Outras características relevantes.
Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- ***à distribuição de dividendos***: Não há.
- ***à alienação de determinados ativos:*** Não há.
- ***à contratação de novas dívidas:*** Não há.
- ***à emissão de novos valores mobiliários:*** Não há.

O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: The Bank of New York Mellon atuará como agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, nos termos da escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, conforme aditado de tempos em tempos. O contrato prevê a indenização do agente fiduciário e limitações aos seus deveres e poderes. O agente fiduciário e suas afiliadas podem concluir operações com o emissor e com suas afiliadas, sem aferição de lucro.

i. **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**:
Algumas modificações podem ser feitas nos termos e condições das Notas Subordinadas, sem o consentimento dos seus titulares, tais como: (i) correções de pequena importância; (ii) que sejam meramente de forma ou de natureza técnica; (iii) que sejam feitas para corrigir erro manifesto; (iv) que sejam feitas para corrigir alguma ambigüidade ou inconsistência; (v) que sejam feitas em consonância com uma reorganização societária permitida; (vi) para efetuar qualquer outra modificação que não afete materialmente os direitos dos titulares de Notas Subordinadas. As modificações serão informadas aos titulares das Notas Subordinadas pelo agente fiduciário o mais rápido possível.

Adicionalmente, a Emissora poderá alterar os termos e condições aplicáveis às Notas Subordinadas, uma vez para cada série, unicamente para atender a qualquer requisito imposto pelo Banco Central do Brasil, de modo que as Notas Subordinadas possam ser consideradas como integrantes do Nível II do Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007 ("Resolução 3.444"), conforme alterada de tempos em tempos. A Emissora não poderá fazer qualquer alteração que implique na modificação, em qualquer grau, da taxa de juros das Notas Subordinadas, o valor em circulação de tais Notas, as datas de pagamento de juros e sua incidência exponencial, a data de vencimento originalmente pactuada, e a subordinação de tais Notas.

j. **Outras características relevantes**: As Notas Subordinadas são obrigações diretas, sem garantia e subordinadas da Emissora e serão subordinadas em preferência de pagamento a todos os demais passivos da Emissora (exceto às obrigações para com os acionistas). As Notas Subordinadas deverão ranquear, a qualquer tempo, *pari passu* entre si, sem qualquer preferência e deverão, a qualquer tempo e salvo determinadas exceções eventualmente previstas na legislação, ter a mesma preferência de pagamento de todas as atuais e futuras obrigações subordinadas e sem garantia da Emissora, nos termos da Resolução 3.444.

As Notas Subordinadas são constituídas por meio de uma escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, conforme aditado de tempos em tempos. Cada emissão de Notas será complementada por meio da emissão dos Termos Finais (*Final Terms*), no modelo acordado entre Emissora e o *Trustee*.

Do valor total da sexta emissão de Notas Subordinadas, US$125.000.000,00 são oriundos do exercício, pelo Emissor, de uma opção de distribuição de lote suplementar (*extended sale option*) no mercado asiático, conforme previsão constante dos *Final Terms* das Notas.

As Notas Subordinadas são emitidas de forma exclusivamente escritural.

As Notas Subordinadas foram ofertadas por um sindicato de *Dealers* da operação, nos termos do Contrato de Intermediação (*Dealer Agreement*), datado de 29 de março de 2010, conforme aditado de tempos em tempos.

Os *Dealers* desta emissão são: Itaú BBA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC e Standard Chartered Bank. Foi obtida autorização da Bolsa de Valores de Luxemburgo para que as Notas emitidas no âmbito do Programa sejam admitidas à negociação no mercado Euro MTF, administrado por essa bolsa. O primeiro dia de listagem das Notas foi em 06 de agosto de 2012.

As Notas não foram objeto de registro nos termos do *Securities Act*, e foram ofertadas unicamente: (i) nos Estados Unidos da América para Investidores Qualificados, conforme definidos na Regra 144A; e (ii) em

qualquer outro país para *Non-US Persons*, de acordo com a definição do *Regulation S* do *Securities Act*. Ver item “E – Restrições à Circulação”.

Não houve, e não haverá, qualquer esforço de distribuição pública das Notas, de modo que não foi registrada oferta pública de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários, nem em qualquer outro órgão similar em outro país. As Notas não serão emitidas, colocadas, distribuídas, ofertadas ou negociadas no mercado de capitais brasileiro.

As Notas e todos os documentos relativos ao Programa serão governados pelas leis inglesas e as cortes da Inglaterra são as competentes para dirimir controvérsias oriundas do Programa e das Notas emitidas em seu âmbito.

Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil e à observância dos limites operacionais e de capital previstos no item abaixo, a Emissora (ou alguma de suas subsidiárias) poderá, a qualquer tempo e a qualquer preço, recomprar Notas Subordinadas no mercado secundário ou de qualquer outro modo, desde que observadas as condições do núcleo de subordinação. As Notas Subordinadas adquiridas desta maneira, não darão direito à Emissora de participar das assembleias gerais de titulares de Notas Subordinadas e tampouco serão computadas para cálculo do quorum das assembleias.

Qualquer pagamento de principal e de juros das Notas Subordinadas poderá ser adiado, caso: (i) seja constatado pela Emissora que ela está, ou que o pagamento de tais valores possa ocasionar, um desenquadramento com as regras de adequação de capital e limites operacionais previstos na Resolução 3.444 ou Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional; ou (ii) os seus índices financeiros caiam abaixo do mínimo exigido pela regulação aplicável à Emissora.

7º Emissão

a. **Identificação do Valor Mobiliário**: *Medium-Term Notes (“*Notas”)

b. **Quantidade**: 01 Nota Global no Valor Principal do item (c) abaixo que pode ser fracionada em denominação mínima de US$ 200.000,00 e múltiplos inteiros de US$ 1.000,00 em diante.

c. **Valor**: US$1.870.000.000,00

d. **Data de emissão**: 13 de novembro de 2012.

e. **Restrições à Circulação**:
As Notas são ofertadas unicamente nos termos da Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América (“Regra 144A” e “*Securities Act*”) e da *Regulation S* do *Securities Act* (“*Regulation S*”), de modo que os adquirentes das Notas devem declarar determinadas condições, incluindo, mas não se limitando a, declarações de que são Investidores Qualificados (*Qualified Institutional Buyers*), nos termos da Regra 144A ou Non-US Persons, nos termos da *Regulation S*, e de que entendem que as Notas não foram registradas nos termos do *Securities Act.*
A negociação secundária das Notas, ou de qualquer direito atinente a elas, dependerá da entrega, pelo vendedor, de uma declaração ao agente de transferência (*transfer agent*) de cumprimento da legislação aplicável às Notas.

f. **Conversibilidade**: Não há.

g. **Possibilidade de Resgate**: Sim, conforme abaixo.
Hipóteses de Resgate:
Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil (caso exigida no momento do resgate), as Notas Subordinadas serão resgatadas, por opção da Emissora, sempre na sua totalidade e a qualquer tempo, desde que com prévia notificação aos titulares das Notas e observadas determinadas condições de natureza tributária.
Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: Condicionada à prévia autorização do Banco Central do Brasil (caso ela seja necessária no momento do resgate), a Emissora poderá resgatar as Notas Subordinadas, na sua totalidade, mediante prévia notificação aos titulares de Notas Subordinadas, caso ocorra um Evento Regulatório. Evento Regulatório é definido como a notificação escrita da autoridade brasileira, dispondo que as Notas Subordinadas não se enquadram como Nível II do Patrimônio de Referência.
As Notas Subordinadas não poderão ser resgatadas antecipadamente por opção dos titulares.
Em todas as hipóteses acima, as Notas Subordinadas serão canceladas.
Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate:
Resgate antecipado de Notas Subordinadas por motivos fiscais: 100% do Valor denominado de US$1.000,00.
Resgate antecipado de Notas Subordinadas por força de um Evento Regulatório: 100% do Valor

denominado de US$1.000,00.

h. **Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável**:

Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado

O vencimento das Notas é em 13 de maio de 2023.

Se algum dos seguintes eventos ocorrer (cada um deles um "Evento de Default") e tal ocorrência subsistir no tempo, o agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares das Notas, se assim for instruído por, no mínimo, titulares de 1/3 (um terço) – calculado pelo valor nominal das Notas – ou caso assim seja instruído por uma deliberação extraordinária dos titulares das Notas deverá comunicar a Emissora sobre o vencimento antecipado das Notas, cujo pagamento se tornará imediatamente exigível, observados os termos de cálculo do valor de pagamento antecipado (*early redemption amount*).

Caso (i) a Emissora seja dissolvida (exceto quando em conexão com uma fusão ou reorganização societária não envolvendo falência ou insolvência e desde que a sucessora legal da Emissora assuma as obrigações oriundas das Notas); (ii) suspenda o pagamento ou fique impossibilitada de honrar os pagamentos de suas dívidas; (iii) proponha plano de recuperação judicial ou falência ou promova qualquer outra ação que implique em alteração na condição de pagamento de suas dívidas; ou (iv) caso sejam propostas medidas falimentares por terceiros contra a Emissora, e desde que tais ações não sejam suspensas no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua propositura.

No entanto, a Emissora apenas será obrigada a pagar os valores devidos se for declarada falida, tenha sido dissolvida ou suspenda ou fique impossibilitada de efetuar os pagamentos de todas, ou parte substancial de seus passivos, sendo certo que o pagamento das Notas Subordinadas deverá observar o núcleo de subordinação.

Juros:

As Notas Subordinadas tem taxa de juros pré-fixada (*fixed rate notes*) em 5,125% ao ano.

Os pagamentos de principal e de juros serão feitos pelo The Bank of New York Mellon, agência de Londres e Nova Iorque, e The Bank of New York Mellon (Luxembourg) S.A.

Os juros incidirão sobre o valor nominal de cada Nota, desde o dia da emissão das Notas e serão devidos semestralmente em 13 de maio e 13 de novembro, com início em 13 de maio de 2013.

Garantias: Não há. Notas Subordinadas. Na hipótese de liquidação, os detentores das Notas receberão após todos os demais credores especiais, com garantias reais e demais credores quirografários serem atendidos.

Espécie: Subordinadas. Ver item "J" – Outras características relevantes.

Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- ***à distribuição de dividendos***: Não há.
- ***à alienação de determinados ativos:*** Não há.
- ***à contratação de novas dívidas:*** Não há.
- ***à emissão de novos valores mobiliários:*** Não há.

O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: The Bank of New York Mellon atuará como agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, nos termos da escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, conforme aditado de tempos em tempos. O contrato prevê a indenização do agente fiduciário e limitações aos seus deveres e poderes. O agente fiduciário e suas afiliadas podem concluir operações com o emissor e com suas afiliadas, sem aferição de lucro.

i. **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**:

Algumas modificações podem ser feitas nos termos e condições das Notas Subordinadas, sem o consentimento dos seus titulares, tais como: (i) correções de pequena importância; (ii) que sejam meramente de forma ou de natureza técnica; (iii) que sejam feitas para corrigir erro manifesto; (iv) que sejam feitas para corrigir alguma ambigüidade ou inconsistência; (v) que sejam feitas em consonância com uma reorganização societária permitida; (vi) para efetuar qualquer outra modificação que não afete materialmente os direitos dos titulares de Notas Subordinadas. As modificações serão informadas aos titulares das Notas Subordinadas pelo agente fiduciário o mais rápido possível.

Adicionalmente, a Emissora poderá alterar os termos e condições aplicáveis às Notas Subordinadas, uma vez para cada série, unicamente para atender a qualquer requisito imposto pelo Banco Central do Brasil, de modo que as Notas Subordinadas possam ser consideradas como integrantes do Nível II do Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007 ("Resolução 3.444"), conforme alterada de tempos em tempos. A Emissora não poderá fazer qualquer alteração que implique na modificação, em qualquer grau, da taxa de juros das Notas Subordinadas, o valor em circulação de tais Notas, as datas de pagamento de juros e sua incidência exponencial, a data de vencimento originalmente pactuada, e a subordinação de tais Notas.

j. **Outras características relevantes**: As Notas Subordinadas são obrigações diretas, sem garantia e subordinadas da Emissora e serão subordinadas em preferência de pagamento a todos os demais passivos da Emissora (exceto às obrigações para com os acionistas). As Notas Subordinadas deverão ranquear, a qualquer tempo, *pari passu* entre si, sem qualquer preferência e deverão, a qualquer tempo e salvo determinadas exceções eventualmente previstas na legislação, ter a mesma preferência de pagamento de todas as atuais e futuras obrigações subordinadas e sem garantia da Emissora, nos termos da Resolução 3.444.

As Notas Subordinadas são constituídas por meio de uma escritura (*Trust Deed*), datada de 29 de março de 2010, celebrada entre a Emissora e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de agente fiduciário (*Trustee*) dos titulares de Notas Subordinadas, conforme aditado de tempos em tempos. Cada emissão de Notas será complementada por meio da emissão dos Termos Finais (*Final Terms*), no modelo acordado entre Emissora e o *Trustee*.

Do valor total da sétima emissão de Notas Subordinadas, US$170.000.000,00 são oriundos do exercício, pelo Emissor, de uma opção de distribuição de lote suplementar (*extended sale option*) no mercado asiático, conforme previsão constante dos *Final Terms* das Notas.

As Notas Subordinadas são emitidas de forma exclusivamente escritural.

As Notas Subordinadas foram ofertadas por um sindicato de *Dealers* da operação, nos termos do Contrato de Intermediação (*Dealer Agreement*), datado de 29 de março de 2010, conforme aditado de tempos em tempos.

Os *Dealers* desta emissão são: Banco Itaú BBA International, S.A. – London Branch, BB Securities Ltd., J.P. Morgan Securities LLC e Santander Investment Securities Inc. Foi obtida autorização da Bolsa de Valores de Luxemburgo para que as Notas emitidas no âmbito do Programa sejam admitidas à negociação no mercado Euro MTF, administrado por essa bolsa. O primeiro dia de listagem das Notas foi em 13 de novembro de 2012.

As Notas não foram objeto de registro nos termos do *Securities Act*, e foram ofertadas unicamente: (i) nos Estados Unidos da América para Investidores Qualificados, conforme definidos na Regra 144A; e (ii) em qualquer outro país para *Non-US Persons*, de acordo com a definição do *Regulation S* do *Securities Act*. Ver item “E – Restrições à Circulação”.

Não houve, e não haverá, qualquer esforço de distribuição pública das Notas, de modo que não foi registrada oferta pública de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários, nem em qualquer outro órgão similar em outro país. As Notas não serão emitidas, colocadas, distribuídas, ofertadas ou negociadas no mercado de capitais brasileiro.

As Notas e todos os documentos relativos ao Programa serão governados pelas leis inglesas e as cortes da Inglaterra são as competentes para dirimir controvérsias oriundas do Programa e das Notas emitidas em seu âmbito.

Condicionada à autorização do Banco Central do Brasil e à observância dos limites operacionais e de capital previstos no item abaixo, a Emissora (ou alguma de suas subsidiárias) poderá, a qualquer tempo e a qualquer preço, recomprar Notas Subordinadas no mercado secundário ou de qualquer outro modo, desde que observadas as condições do núcleo de subordinação. As Notas Subordinadas adquiridas desta maneira, não darão direito à Emissora de participar das assembleias gerais de titulares de Notas Subordinadas e tampouco serão computadas para cálculo do quorum das assembleias.

Qualquer pagamento de principal e de juros das Notas Subordinadas poderá ser adiado, caso: (i) seja constatado pela Emissora que ela está, ou que o pagamento de tais valores possa ocasionar, um desenquadramento com as regras de adequação de capital e limites operacionais previstos na Resolução 3.444 ou Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional; ou (ii) os seus índices financeiros caiam abaixo do mínimo exigido pela regulação aplicável à Emissora.

ITEM 19 – PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
27/11/2014	16/12/2014 à 15/12/2015	0,00	Ordinária		10.000.000	3,823879	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
			Preferencial		50.000.000	1,858944	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
Reservas de Capital/Reserva de Ágio na Emissão de Ações e Reservas de Lucros/Reserva para Reforço do Capital de Giro										
13/12/2013	16/12/2013 à 15/12/2014	0,00	Ordinária		13.700.000	5,776171	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
			Preferencial		86.300.000	3,558339	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
Reserva de Capital ("Reserva de Ágio na Emissão de Ações") e da Reserva de Lucros ("Reserva para Reforço do Capital de Giro")										
22/10/2012	05/11/2012 à 04/11/2013	0,00	Ordinária		13.700.000	6,366662	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
			Preferencial		86.300.000	3,896135	23.500.000	28,18	R$ por Unidade	27,230591
Reservas de Capital/Reserva de Ágio na Emissão de Ações e Reservas de Lucros/Reserva para Reforço do Capital de Giro										

19.2. Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Devido a bonificação ocorrida no exercício social de 31/12/2013 disponibilizamos uma linha informando o evento. Em função da limitação do sistema Empresas.Net, apresentamos as informações deste item no item 19.4.

19.3. Em relação aos valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social, indicar, em forma de tabela, segregando por tipo, classe e espécie

Tipo (classe e espécie)	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição (em R$)	Data de aquisição	% em relação aos valores mobiliários em circulação da mesma classe e espécie
Ações ordinárias	2.541	R$ 8,77	janeiro/2009	0,0%
Ações preferenciais	75.753.711	R$ 25,62	De junho a setembro/2013	2,8%

19.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Em complemento ao item 19.2, segue abaixo a movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria:

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

31/12/2013

Ordinárias

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R$ reais)	Preço médio ponderado (R$ reais)
Saldo Inicial	2.310	R$ 20.257,27	R$ 8,77
Aquisição	-	R$ -	R$ -
Alienação	-	R$ -	R$ -
Bonificação	231	R$ -	R$ -
Saldo Final	**2.541**	**R$ 20.257,27**	**R$ 7,97**

Preferenciais

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R$ reais)	Preço médio ponderado (R$ reais)
Saldo Inicial	57.809.663	R$ 1.523.480.235,87	R$ 26,35
Aquisição	25.850.000	R$ 662.214.810,44	R$ 25,62
Alienação	(13.083.550)	-R$ 331.283.096,85	R$ -
Bonificação	5.177.598	R$ -	R$ -
Saldo Final	**75.753.711**	**R$ 1.854.411.949,46**	**R$ 24,48**

31/12/2012

Ordinárias

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R$ reais)	Preço médio ponderado (R$ reais)
Saldo Inicial	2.310	R$ 20.257,27	R$ 8,77
Aquisição	-	R$ -	R$ -
Alienação	-	R$ -	R$ -
Cancelamento	-	R$ -	R$ -
Saldo Final	**2.310**	**R$ 20.257,27**	**R$ 8,77**

Preferenciais

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R$ reais)	Preço médio ponderado (R$ reais)
Saldo Inicial	63.023.368	R$ 1.663.541.667,22	R$ 26,40
Aquisição	4.730.000	R$ 122.333.774,85	R$ 25,86
Alienação	(9.943.705)	-R$ 262.395.206,20	R$ -
Cancelamento	-	R$ -	R$ -
Saldo Final	**57.809.663**	**R$ 1.523.480.235,87**	**R$ 26,35**

31/12/2011

Ordinárias

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R$ reais)	Preço médio ponderado (R$ reais)
Saldo Inicial	2.422	R$ 21.241,22	R$ 8,77
Aquisição	-	R$ -	R$ -
Alienação	- 30	-R$ 260,46	R$ -
Cancelamento	- 83	-R$ 723,49	R$ -
Saldo Final	**2.310**	**R$ 20.257,27**	**R$ 8,77**

Preferenciais

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R$ reais)	Preço médio ponderado (R$ reais)
Saldo Inicial	29.222.617	R$ 628.555.583,25	R$ 21,51
Aquisição	45.067.990	R$ 1.302.639.320,17	R$ 28,90
Alienação	(11.267.190)	-R$ 267.651.958,65	R$ -
Cancelamento	- 48	-R$ 1.277,55	R$ -
Saldo Final	**63.023.368**	**R$ 1.663.541.667,22**	**R$ 26,40**

Em complemento ao item 19.3, o preço médio ponderado de aquisição das ações ordinárias e preferenciais foi definido com base na última aquisição de sua respectiva classe de ação.

Para ação ordinária, a última aquisição ocorreu em janeiro de 2009, cujo preço médio ponderado de aquisição foi de R$ 8,77.

Para ação preferencial, a última aquisição ocorreu no período de junho a setembro de 2013, cujo preço médio ponderado de aquisição foi de R$ 25,62.

ITEM 20 – POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.1. Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM nº 358/02 quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Além disso, embora nunca tenha sido obrigatório, desde 2002 adotamos política nesse sentido, o que resultou em regras ainda mais restritivas do que as exigidas pelo próprio regulador (CVM). Contamos também com uma equipe de *compliance* interno cujas atividades abrangem o monitoramento das transações efetuadas com valores mobiliários de nossa emissão pelos aderentes à nossa política.

Contamos ainda com um Comitê de Divulgação e Negociação (oriundo da unificação, em 2006, do Comitê de Divulgação e do Comitê de Negociação, ambos criados em 2002), cuja função primordial é a de administrar a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. (“Política de Negociação”) e a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“Política de Divulgação”).

Além da regulamentação da Política de Negociação e da estrutura interna, algumas áreas, por terem acesso a informações de clientes, possuem políticas ainda mais específicas e proibitivas de forma a evitar o uso indevido de informações privilegiadas para obtenção de vantagens.

a) data de aprovação

A atual Política de Negociação foi criada em 2002, sendo que seus termos são constantemente revistos para garantir que estejam alinhados às melhores práticas de governança corporativa. A última alteração ocorreu em 23 de julho 2012.

b) pessoas vinculadas

As pessoas vinculadas à Política de Negociação são: (i) os acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária; (ii) os membros de órgãos estatutários de empresas na qual sejamos o único controlador; (iii) os administradores que se afastarem da nossas administração ou da administração de empresas na qual sejamos o único controlador, durante o prazo de seis meses contados da data do afastamento; (iv) quem quer que, em virtude de cargo, função ou posição no próprio Itaú Unibanco Holding, em nosso controlador ou em nossas controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relevante; (v) o cônjuge ou companheiro e qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda das pessoas vinculadas indicadas nos itens "i", "ii" e "iii".; (vi) aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança conosco, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição. Ademais, equiparam-se às pessoas vinculadas: (a) os seus administradores de carteira e os fundos de investimento, sociedades ou outras instituições ou entidades de que as pessoas vinculadas sejam os únicos cotistas ou acionistas ou nas quais possam influenciar as decisões de negociação; (b) qualquer pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente pelas pessoas vinculadas; e (c) qualquer pessoa que tenha tido acesso a informação relativa a ato ou fato relevante por intermédio de qualquer das pessoas vinculadas.

Contamos ainda com equipes de *compliance* que, em conjunto com os diretores de cada área, identificam pessoas que devem estar sujeitas à Política de Negociação em função de sua área ou das informações a que tiveram acesso, e essas pessoas passam a ser registradas em um sistema específico, o qual tem identificadas, atualmente, cerca de 7.300 (sete mil e trezentas) pessoas (entre aderentes estatutários, seus familiares e colaboradores com acesso a informações).

c) principais características

A Política de Negociação é administrada por meio do Comitê de Divulgação e Negociação, cuja atuação abrange uma série de ações internas destinadas a melhorar o fluxo de informação e zelar pela conduta ética de seus administradores e colaboradores signatários das Políticas, de modo a: (i) assegurar a transparência, a qualidade, a igualdade e a segurança das informações prestadas aos acionistas, investidores, imprensa, autoridades governamentais e aos demais agentes do mercado de capitais; (ii) observar e aplicar os critérios estabelecidos em nossas políticas, a fim de que nossos administradores, acionistas, controladores e funcionários, bem como terceiros que tenham relação profissional ou de confiança conosco, observem padrões éticos e legais na negociação de nossos valores mobiliários, ou de valores a eles referenciados; (iii) avaliar as diretrizes e os procedimentos de nossa política de negociação e os que deverão ser observados na divulgação

de ato ou fato relevante e na manutenção do sigilo de tais informações, estabelecidas por nossa política de divulgação, bem como analisar previamente o conteúdo dos comunicados à imprensa; (iv) regular a adesão dos administradores e demais colaboradores do nosso Conglomerado às nossas políticas, e (v) apurar casos de violação de nossas políticas, levando eventuais infrações a conhecimento do Conselho de Administração e do Comitê de Ética, conforme aplicável.

d) previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos

As pessoas vinculadas, adicionalmente às restrições da Instrução CVM nº 358/02, não poderão:

1) Negociar com valores mobiliários de emissão de qualquer empresa do Conglomerado Itaú Unibanco, ou a eles referenciados, desde a data da ciência até o dia da divulgação do ato ou fato relevante.

2) Negociar com valores mobiliários mencionados no item 1 acima durante períodos excepcionais de negociação vedada, os quais podem ser estipulados pelo Diretor de Relações com Investidores, independentemente de justificação ou da existência de ato ou fato relevante ainda não divulgado.

3) Negociar, no período compreendido entre a decisão, tomada pelo órgão social competente, de aumentar o capital social, distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

3) Alienar valores mobiliários de qualquer empresa do Conglomerado Itaú Unibanco antes de decorridos 180 (cento e oitenta) dias da sua aquisição ou alienação (exceto se no âmbito de programa de outorga de opções de compra de ações, de programa de remuneração em ações, de programa de reinvestimento em dividendos, ao exercício do direito de preferência de subscrição relativo a ações anteriormente adquiridas e às negociações privadas entre as pessoas impedidas).

4) Negociar com valores mobiliários de emissão das companhias abertas do Conglomerado Itaú Unibanco por outros intermediários que não as corretoras de valores mobiliários do Conglomerado Itaú Unibanco.

5) Fazer aluguel das nossas ações ou de qualquer outro valor mobiliário, ou a ele referenciado.

O controle para que tais operações não infrinjam a Política de Negociação é feito pelas corretoras de valores mobiliários do Conglomerado Itaú Unibanco, conforme o caso, sendo também monitorado por equipes de *compliance*.

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em novembro de 2004, como resultado de uma ampla pesquisa nacional e internacional sobre as melhores práticas de governança corporativa, tornamo-nos, juntamente com a Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., as primeiras companhias brasileiras a adotarem de forma voluntária regras operacionais de negociação de ações para a tesouraria. Tais regras passaram a reger as negociações de ações de sua própria emissão realizadas pelo emissor nas bolsas de valores onde suas ações são negociadas.

Na visão da nossas administração, a adoção dessas regras trouxe inúmeros benefícios, entre os quais a redução de risco operacional, financeiro e estratégico, a criação de cultura interna dessas operações no mercado de capitais, a redução da possibilidade de concentração de mercado ou formação indevida de preços, o reforço da estratégia de recompra de papéis focada na preservação da liquidez e do valor para os acionistas. Tudo isso leva a uma maior transparência nesse tipo de operação.

Como boa prática de governança, divulgamos mensalmente a quantidade de ações movimentadas no programa de recompra. Atualmente, temos um programa de recompra de ações aberto em 13 de dezembro 2013, quando nosso Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 13.700.000 (treze milhões e setecentas mil) ações ordinárias e 86.300.000 (oitenta e seis milhões e trezentas mil) ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado. Em decorrência da abertura de mencionado programa de recompra de ações divulgamos Fato Relevante na mesma data, informando que cabe à Diretoria estabelecer a oportunidade de aquisição das ações dentro desses limites, de modo que essas aquisições sejam realizadas nas Bolsas de Valores no período de 16 de dezembro de 2013 a 15 de dezembro de 2014, a valor de mercado, utilizando-se recursos disponíveis da Reserva de Capital e da Reserva de Lucros, e intermediadas pela Itaú Corretora de Valores S.A.

ITEM 21 – POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Como mencionado no item 20.1, contamos com um Comitê de Divulgação e Negociação, que administra a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação") e a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Política de Negociação").

Referido Comitê tem como uma de suas atribuições assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva. Para isso, tem o dever de regular a adesão das pessoas vinculadas à Política de Divulgação, a qual conta com mecanismos hábeis de cobrança de informações, bem como previsão de sanções graves na hipótese de descumprimento (ver item 21.2. para mais informações sobre a política de divulgação).

De acordo com nossa Política de Divulgação, o documento de divulgação de ato ou fato relevante será elaborado pelo Comitê de Divulgação e Negociação, o qual poderá solicitar a participação das Diretorias envolvidas na operação ou negócio que deu origem ao ato ou fato relevante. O Comitê de Divulgação e Negociação poderá, ainda, observados os critérios de oportunidade e conveniência, (i) aprovar a divulgação de informações preliminares, ainda não auditadas, relativas aos nossos resultados trimestrais, semestrais ou anuais ou (ii) aprovar a antecipação da divulgação dos resultados trimestrais, semestrais ou anuais, devidamente auditados.

O órgão encarregado dos assuntos corporativos divulgará, sob supervisão do Diretor de Relações com Investidores, o ato ou fato relevante, prioritária e simultaneamente: a) à CVM, à SEC (U.S. Securities and Exchange Commission), à NYSE (New York Stock Exchange) à BM&FBOVESPA S.A. e, se for o caso, às demais bolsas de valores e às entidades do mercado de balcão organizado; e b) ao mercado em geral, por intermédio da publicação em jornais de grande circulação utilizados habitualmente por nós e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Entre as funções do Diretor de Relações com Investidores, Marcelo Kopel, estão: (i) divulgar e comunicar aos mercados e aos órgãos competentes qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios; (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação do ato ou fato relevante; (iii) divulgar o ato ou fato relevante simultaneamente em todos os mercados em que os nossos valores mobiliários de emissão sejam admitidos à negociação; (iv) prestar aos órgãos competentes, quando por estes exigido, esclarecimentos adicionais à divulgação de ato ou fato relevante; e (v) inquirir as pessoas que tenham acesso a atos ou fatos relevantes, na hipótese do sub-item anterior ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos nossos valores mobiliários ou a eles referenciados, com o objetivo de averiguar se elas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

As pessoas vinculadas deverão manter sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar pela manutenção desse sigilo.

As pessoas vinculadas, para os fins da Política de Divulgação, são: (i) nossos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária; (ii) as mesmas pessoas do nosso controlador, das nossas controladas, estas sob nossa efetiva gestão, e das nossas coligadas que tenham conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante; (iii) nossos funcionários, ou de nossa controladora, de nossas controladas, estas sob nossa efetiva gestão, e de nossas coligadas que, em razão do cargo, função ou posição que ocupam, tenham conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante; e (iv) qualquer outra pessoa que, por qualquer circunstância, possa ter conhecimento de informação relevante, tais como consultores, auditores independentes, analistas de empresas de *rating* e assessores.

Caso venha a pessoa vinculada a se desligar, ou deixar de participar do negócio ou do projeto a que se referirem as informações relevantes, continuará sujeita ao dever de sigilo até que tais informações sejam divulgadas aos órgãos competentes e ao mercado.

A pessoa vinculada que comunicar, inadvertidamente, ato ou fato relevante a qualquer pessoa não vinculada, antes de sua divulgação ao mercado, informará, de imediato, ao Diretor de Relações com Investidores a comunicação indevida, para que este tome as providências cabíveis.

Contamos com mecanismos e políticas no sentido de garantir o controle da informação, como, por exemplo, restrição à utilização (i) de correios eletrônicos externos (o que significa que toda informação passa necessariamente pelos correios internos de nossos funcionários, correios esses que são constantemente monitorados por equipe específica), (ii) ao uso de celulares em áreas sensíveis (como mercado de capitais) e (iii) ao emprego de *pen drives, compact discs* e outros veículos de armazenamento de informações.

Implementamos, também, ações de conscientização, as quais buscam tornar as políticas ainda mais eficazes (pode-se citar, como exemplo, palestras acerca da necessidade de se guardar documentos que contenham informações confidenciais em locais seguros, bem como recomendações sobre o descarte desses documentos). Além disso, contamos com uma equipe que vistoria periodicamente o local de trabalho de nossos funcionários a fim de identificar eventuais falhas nesse sentido. Classificamos, ainda, as informações circuladas dentro e fora do banco de acordo com seu grau de confidencialidade.

Fomos, junto com a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., as primeiras empresas a aderir ao Manual ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

Não nos manifestaremos sobre rumores existentes no mercado a nossos respeito, exceto se tais rumores influenciarem de modo ponderável a cotação de nossos valores mobiliários.

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

São membros do Comitê de Divulgação e Negociação: Alexsandro Broedel Lopes, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Alfredo Egydio Setubal, Caio Ibrahim David, Claudia Politanski, Fernando Marsella Chacon Ruiz, Leila Cristiane Barboza Braga de Melo e Marcelo Kopel, o qual foi indicado para fazer parte do Comitê em 2014, em substituição ao Rogério Paulo Calderón Peres.

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram tratadas nos itens acima.

ITEM 22 - NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve.

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve.

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há.

22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

Itaú Unibanco Holding S.A. e empresas controladas

Relatório dos auditores independentes sobre o Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/09) em 31 de dezembro de 2013

Relatório dos auditores independentes sobre o Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/09)

Aos Administradores
Itaú Unibanco Holding S.A.

Introdução

Em conexão com nossos exames das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, cujos relatórios dos auditores independentes foram emitidos, sem ressalvas, datados, respectivamente, de 03 de fevereiro de 2014, 04 de fevereiro de 2013 e 06 de fevereiro de 2012, procedemos à revisão das informações contábeis incluídas no Formulário de Referência do Itaú Unibanco Holding S.A.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com a NBC TA 720 – "Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações Incluídas em Documentos que Contenham Demonstrações Contábeis Auditadas" que estabelece os procedimentos a serem aplicados para trabalhos desta natureza. Estes procedimentos compreenderam, principalmente: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional do Itaú Unibanco Holding S.A. e empresas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações contábeis contidas no Formulário de Referência e (b) leitura das informações contábeis relevantes incluídas no Formulário de Referência para avaliar sua consistência em relação às demonstrações contábeis auditadas. As informações contábeis incluídas no Formulário de Referência são apresentadas pela Administração com o objetivo de atender a Instrução CVM 480, contudo não fazem parte das demonstrações contábeis.

Conclusão

Baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser procedida nas informações contábeis contidas no Formulário de Referência acima referido, para que elas estejam apresentadas de forma consistente, em todos os aspectos relevantes, com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5